

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

Cláudio Kuczkowski

**AMÉRICA LATINA EM TESES: A HISTORIOGRAFIA LATINO-
AMERICANISTA NAS TESES DOS CURSOS DE DOUTORADO EM
HISTÓRIA NO RIO GRANDE DO SUL (1986-2016)**

Santa Maria, RS

2019

Cláudio Kuczowski

**AMÉRICA LATINA EM TESES: A HISTORIOGRAFIA LATINO-AMERICANISTA
NAS TESES DOS CURSOS DE DOUTORADO EM HISTÓRIA NO RIO GRANDE
DO SUL (1986-2016)**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para obtenção do título de **Doutor em História**.

Orientador: Prof. Dr. Carlos Henrique Armani

Santa Maria, RS

2019

Kuczkowski, Cláudio

América Latina em teses: a historiografia latino
americanista nas teses dos cursos de doutorado em
História no Rio Grande do Sul (1986-2016) / Cláudio
Kuczkowski.- 2019.

449 p.; 30 cm

Orientador: Carlos Henrique Armani

Tese (doutorado) - Universidade Federal de Santa
Maria, Centro de Ciências Sociais e Humanas, Programa de
Pós-Graduação em História, RS, 2019

1. Teses em História 2. Teoria e Historiografia 3.
Doutorados no RS 4. Jörn Rüsen 5. Matriz do Pensamento
Histórico I. Armani, Carlos Henrique II. Título.

Cláudio Kuczowski

**AMÉRICA LATINA EM TESES: A HISTORIOGRAFIA LATINO-AMERICANISTA
NAS TESES DOS CURSOS DE DOUTORADO EM HISTÓRIA NO RIO GRANDE
DO SUL (1986-2016)**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para obtenção do título de Doutor em História.

Aprovado em 27 de agosto de 2019.

Carlos Henrique Armani, Dr. (UFSM)
Presidente/Orientador

Estevão Chaves de Rezende Martins, Dr. (UNB)

Astor Antônio Diehl, Dr. (UPF)

André Átila Fertig, Dr. (UFSM)

José Martinho Rodrigues Remedi, Dr. (UFSM)

Santa Maria, RS

2019

Dedico esse esforço a Tatiane (esposa) e Cláudia (filha), pelo amor, carinho, companheirismo e incentivo a mim sempre garantido.

AGRADECIMENTOS

“Quando não souberes para onde ir, olha para trás e sabe pelo menos de onde vens”.

(Provérbio africano)

Quem dera minha gratidão coubesse nessas poucas palavras. A conclusão desta tese contou com muitas pessoas, não se iniciando pelo ingresso no doutorado e não alcançando seu termo com a defesa. Felizmente, abre-se a possibilidade de expressar um simples e sincero MUITO OBRIGADO a todos!

Assim, meu reconhecimento:

- aos meus antepassados;
- aos meus pais Luiz e Janete, pela sempre compreensiva postura diante de minhas ausências; por me ensinarem o “valor de estudar”, sem que nunca tenham tido a mesma oportunidade;
- ao meu irmão Cassiano, pela motivação e por me fazer lembrar que até nos momentos mais difíceis há algo a comemorar, intensamente;
- ao colega que se fez amigo, Günther Richter Mros, pelas incontáveis histórias, trocas de ideias, ajuda inestimável e incansável, apoio nos momentos em que uma tese parecia algo tão distante;
- aos colegas do PPGH/UFSM, pelos momentos de estudo, por compartilharem as tensões do decorrer desta jornada;
- aos colegas historiadores – autores das teses ora estudadas – pela possibilidade de me ressignificar, de compreender melhor meu cotidiano historiográfico;
- aos meus estudantes e professores. Aos primeiros, por existirem repletos de dúvidas. Por acreditarem, por pensarem em um mundo que ainda está por ser desenvolvido. Por serem abertos ao novo, sem os estigmas cristalizados pela vida. Aos segundos, por mostrarem que é possível pensar o mundo sem absolutismos. Por tornarem didático o que, a princípio, parecia ininteligível;
- ao meu orientador, professor Carlos Henrique Armani, pela liberdade de pensamento e ação que me proporcionou, pelo exercício de paciência e trocas de experiências. Meu Caro!

- ao professor Astor Antônio Diehl (UPF), pela disponibilidade irrestrita, materiais e ideias apresentadas, desde o início da elaboração do projeto, sem os quais o trabalho não teria sido viabilizado;
- ao professor Estevão Chaves de Rezende Martins (UnB), pelas aulas magistrais, sugestões teóricas e metodológicas amigáveis, sempre com rigor científico;
- ao professor Valdeci Lopes de Araújo (UFOP), pela coorientação, lucidez e cordialidade com que incessantemente me recebeu;
- à professora Maria Medianeira Padoin, por despertar em mim, há muito tempo, o interesse pela América Latina;
- ao professor Arthur Alfaix Assis (UnB), pelas críticas e sugestões;
- aos professores Sérgio Ricardo da Mata, Marcelo de Mello Rangel e André de Lemos Freixo da UFOP (Mariana), pela trocas de ideias;
- aos professores membros da banca, além dos já citados Estevão Chaves de Rezende Martins e Astor Antônio Diehl (continuamente em prontidão), José Martinho Rodrigues Remedi – pelas sugestões apresentadas ainda na qualificação –, e André Átila Fertig, que me proporcionou, ainda em tempos de mestrado, os primeiros contatos com a Teoria da História;
- ao quadro de coordenação do PPGH, pelas prontas e intermitentes preocupações com tudo o que possa significar um doutorado;
- ao PPGH/UFES, pelo fomento concedido por meio da gratuidade do ensino, ao CNPq, pelo incentivo por meio da bolsa de Doutorado-Sanduiche (SWP) no país e, ao IFRS, pelo afastamento das atividades profissionais para a realização parcial do doutorado; e,
- à FK Revisão Textual e Formatação de Trabalhos Acadêmicos, nas figuras de Aline Knorst Tavares e Fernando Klassmann, simplesmente pela presteza!

In memoriam: ao Professor Andrzej Dembicz.

Quem quiser conservar um enxame de abelhas num curso desejável se dará melhor cuidando das flores no campo, não adestrando cada abelha.

(Zygmunt Bauman)

RESUMO

AMÉRICA LATINA EM TESES: A HISTORIOGRAFIA LATINO-AMERICANISTA NAS TESES DOS CURSOS DE DOUTORADO EM HISTÓRIA NO RIO GRANDE DO SUL (1986-2016)

Autor: Cláudio Kuczkowski

Orientador: Carlos Henrique Armani

O trabalho “América Latina em teses: a historiografia latino-americanista nas teses dos cursos de doutorado em História no Rio Grande do Sul” adota como objeto a análise das setenta e duas teses sobre a América Latina desenvolvidas nos Programas de Pós-Graduação em História – nível de doutorado – no Rio Grande do Sul, entre os anos de 1986 e 2016. Retrocede, cronologicamente, à criação do curso de doutorado em História na Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (1986) – o mais antigo dos três programas – e se estende até o ano de 2016, perpassando o desenvolvimento dos cursos de doutorado na mesma área na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (1995) e na Universidade do Vale do Rio dos Sinos (1999). O recorte espacial encontra justificativa na condição geográfica e fronteiriça do estado do Rio Grande do Sul, o temporal, no percurso dos Programas de Pós-Graduação no Brasil e, o temático, na oportunidade de reflexão sobre a produção do conhecimento histórico regional. Nesse intuito, estabelece-se como prioridade o exame de estrutura das teses sobre a América Latina produzidas no período, a partir dos cinco pontos norteadores indicados pelos trabalhos de Jörn Rüsen e sua proposta de matriz do pensamento histórico. A pergunta, “em que medida ocorre um movimento de transformação epistemológica durante o desenvolvimento das teses?” deverá ser respondida a partir da hipótese da existência de hierarquias estruturantes no interior do trabalho acadêmico, entre Carências de Orientação, Concepções, Métodos, Formas e Funções de Orientação, a serem confirmadas por meio da matriz do pensamento histórico na sua relação ao conjunto de teses. A metodologia tem como base a comparação, em primeira instância, no interior de cada tese, e, em seguida, o cotejo entre as teses, nas mesmas variáveis, a fim de perceber rupturas e continuidades globais, além da identificação de suas possíveis causas endógenas e exógenas.

Palavras-chave: Teses em História da América Latina. Produção teórica e historiográfica no RS. Matriz do Pensamento Histórico Rüseniano.

ABSTRACT

LATIN AMERICA IN THESES: THE LATIN AMERICANIST HISTORIOGRAPHY IN THE THESES OF THE DOCTORAL COURSES IN HISTORY IN RIO GRANDE DO SUL

Author: Cláudio Kuczkowski

Advisor: Carlos Henrique Armani

The work “Latin America in theses: the latin americanist historiography in the theses of the doctoral courses in History in Rio Grande do Sul” adopts as its object the analysis of the seventy-two theses about Latin America developed in the Postgraduate Programs in History – Doctoral level – in Rio Grande do Sul, from 1986 to 2016. Chronologically goes back to the creation of the Doctorate Course in History at the Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (1986) – the oldest of the three programs – and extends to the year 2016, passing the development of doctoral courses in the same area at the Universidade Federal do Rio Grande do Sul (1995) and at the Universidade do Vale do Rio dos Sinos (1999). The spatial cut is justified by the geographical and border conditions of the state of Rio Grande do Sul, the temporal, in the course of the Postgraduate Programs in Brazil, and the thematic, in the opportunity for reflection on the production of regional historical knowledge. To this end, the priority is to examine the structure of the theses on Latin America produced in the period, based on the five guiding points indicated by the works of Jörn Rüsen and his proposal for the matrix of historical thought. The question, “to what extent does a movement of epistemological transformation occur during the development of theses?” should be answered from the hypothesis of the existence of structuring hierarchies within the academic work, between Needs of Orientation, Conceptions, Methods, Forms and Functions of Orientation, to be confirmed through the matrix of historical thought in its relation to the set of theses. The methodology is based on the comparison, in the first instance, within each thesis, and then the comparison between theses, in the same variables, in order to perceive global ruptures and continuities, as well as the identification of their possible endogenous and exogenous causes.

Keywords: Theses in Latin American History. Theoretical and historiographic production in RS. Matrix of Rüsenian Historical Thought.

LISTA DE FIGURAS

| | |
|--|-----|
| Figura 1 – Matriz do pensamento histórico | 37 |
| Figura 2 – Conexões formais na experiência bolivariana do tempo histórico..... | 152 |

LISTA DE GRÁFICOS

| | |
|--|-----|
| Gráfico 1 – Níveis dos gatilhos do pensamento histórico | 158 |
| Gráfico 2 – Níveis das experiências da divergência temporal..... | 161 |
| Gráfico 3 – Níveis do sentido histórico | 165 |
| Gráfico 4 – Níveis das origens práticas do conhecimento histórico..... | 168 |
| Gráfico 5 – Níveis das filosofias material e formal..... | 196 |
| Gráfico 6 – Níveis das características da interpretação histórica | 200 |
| Gráfico 7 – Níveis das teorias / dos conceitos..... | 204 |
| Gráfico 8 – Níveis das categorias ou variáveis | 208 |
| Gráfico 9 – Níveis das ideias de método / das noções de cientificidade..... | 239 |
| Gráfico 10 – Níveis da reflexividade historiográfica | 244 |
| Gráfico 11 – Níveis das fontes | 250 |
| Gráfico 12 – Níveis das estratégias cognitivas da experiência do passado..... | 255 |
| Gráfico 13 – Níveis dos tipos de constituição histórica de sentido..... | 293 |
| Gráfico 14 – Níveis da narratividade do pensamento histórico..... | 299 |
| Gráfico 15 – Níveis da representação do processo temporal..... | 304 |
| Gráfico 16 – Níveis dos modelos interpretativos / protocolares | 310 |
| Gráfico 17 – Níveis da noção de função prática..... | 345 |
| Gráfico 18 – Níveis das formas de tratamento da categoria da identidade | 351 |
| Gráfico 19 – Níveis do posicionamento / da invocação do político..... | 356 |
| Gráfico 20 – Níveis da temporalização do futuro..... | 363 |
| Gráfico 21 – Índices de teses defendidas por ano (universidades individualizadas e totais) . | 374 |

LISTA DE QUADROS

| | |
|--|-----|
| Quadro 1 – Os três níveis da constituição histórica de sentido | 47 |
| Quadro 2 – Modelo de instrumento de obtenção de dados..... | 48 |
| Quadro 3 – Áreas de concentração e linhas de pesquisa dos PPGHs/RS..... | 57 |
| Quadro 4 – Teses de cunho historiográfico, teórico e/ou metodológico – PPGHs/RS | 69 |
| Quadro 5 – Períodos estudados em teses sobre teoria e historiografia..... | 70 |
| Quadro 6 – Teses sobre grupos étnicos e culturais: italianos, alemães, poloneses, judeus, açorianos e seus descendentes | 80 |
| Quadro 7 – Teses sobre biografias, trajetórias e/ou prosopografias..... | 110 |
| Quadro 8 – Lista das teses sobre periódicos..... | 128 |
| Quadro 9 – Carências de orientação e seus vetores..... | 141 |
| Quadro 10 – Valores numéricos de teses por nível (fatores individualizados) | 157 |
| Quadro 11 – Gatilhos do pensamento histórico (percentuais e montantes) | 158 |
| Quadro 12 – Experiências da divergência temporal (percentuais e montantes)..... | 160 |
| Quadro 13 – Sentido histórico (percentuais e montantes)..... | 164 |
| Quadro 14 – Origens práticas do conhecimento histórico (percentuais e montantes)..... | 167 |
| Quadro 15 – Carências de orientação e seus vetores..... | 171 |
| Quadro 16 – Concepções e seus vetores..... | 176 |
| Quadro 17 – Esquema das características das interpretações históricas | 183 |
| Quadro 18 – Esquema dos três tipos de explicação (racional) | 191 |
| Quadro 19 – Valores numéricos de teses por nível (fatores individualizados) | 193 |
| Quadro 20 – Filosofias material e formal (percentuais e montantes)..... | 195 |
| Quadro 21 – Características da interpretação histórica (percentuais e montantes) | 199 |
| Quadro 22 – Teorias / conceitos (percentuais e montantes)..... | 203 |
| Quadro 23 – Das categorias ou variáveis (percentuais e montantes) | 207 |
| Quadro 24 – Concepções e seus vetores..... | 212 |
| Quadro 25 – Metodologia e seus vetores | 217 |
| Quadro 26 – Esquema das operações metódicas da pesquisa histórica..... | 232 |
| Quadro 27 – Valores numéricos de teses por nível (fatores individualizados) | 237 |
| Quadro 28 – Ideias de método / noções de cientificidade (percentuais e montantes) | 238 |
| Quadro 29 – Da reflexividade historiográfica (percentuais e montantes) | 243 |
| Quadro 30 – Das fontes (percentuais e montantes) | 249 |

| | |
|---|-----|
| Quadro 31 – Das estratégias cognitivas da experiência do passado (percentuais e montantes) | 254 |
| Quadro 32 – Metodologias e seus vetores | 262 |
| Quadro 33 – Formas de apresentação e seus vetores..... | 268 |
| Quadro 34 – Valores numéricos de teses por nível (fatores individualizados) | 292 |
| Quadro 35 – Dos tipos de constituição histórica de sentido (percentuais e montantes)..... | 292 |
| Quadro 36 – Da narratividade do pensamento histórico (percentuais e montantes) | 298 |
| Quadro 37 – Da representação do processo temporal (percentuais e montantes) | 303 |
| Quadro 38 – Dos modelos interpretativos / protocolares (percentuais e montantes) | 309 |
| Quadro 39 – Formas de apresentação e seus vetores..... | 315 |
| Quadro 40 – Funções de orientação e seus vetores | 321 |
| Quadro 41 – Valores numéricos de teses por nível (fatores individualizados) | 344 |
| Quadro 42 – Da noção de função prática (percentuais e montantes) | 344 |
| Quadro 43 – Das formas de tratamento da categoria da identidade (percentuais e montantes) | 349 |
| Quadro 44 – Do posicionamento / da invocação do político (percentuais e montantes)..... | 355 |
| Quadro 45 – Da temporalização do futuro | 361 |
| Quadro 46 – Funções de orientação e seus vetores | 368 |
| Quadro 47 – Número de teses defendidas por ano, universidade e totais (1995-2016) | 373 |
| Quadro 48 – Teses sobre a América Latina defendidas nos PPGHs do RS (XIX) | 377 |
| Quadro 49 – Teses sobre a América Latina defendidas nos PPGHs do RS (XIX-XX) | 377 |
| Quadro 50 – Teses sobre a América Latina defendidas nos PPGHs do RS (XX)..... | 378 |

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

| | |
|----------|--|
| APERS | Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul |
| ATD | Análise Textual Discursiva |
| CAPES | Comissão de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior |
| IHGRGS | Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul |
| FBAVM | Fundação Bienal de Artes Visuais do Mercosul |
| HO | História Oral |
| IPES | Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais |
| MILA | Mestrado em Integração Latino-Americana |
| PNPG | Plano Nacional de Pós-Graduação |
| PPG | Programa de Pós-Graduação |
| PPGH | Programa de Pós-Graduação em História |
| PUCRS | Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul |
| RS | Rio Grande do Sul |
| SNPG | Sistema Nacional de Pós-Graduação |
| UFOP | Universidade Federal de Ouro Preto |
| UFRGS | Universidade Federal do Estado do Rio Grande do Sul |
| UFSM | Universidade Federal de Santa Maria |
| UNIRIO | Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro |
| UNISINOS | Universidade do Vale do Rio dos Sinos |

NOTAS EXPLICATIVAS À LEITURA

No interlúdio da realização das teses aqui examinadas ocorreu a implementação do Acordo Ortográfico, com período de transição / adaptação entre 01 de janeiro de 2009 e 31 de dezembro de 2015, marcando, pelo menos, dois grupos de trabalhos em termos técnicos de escrita. Diante disso, optou-se por manter todas as citações em suas grafias originais.

Devido à substancial quantidade de fontes (teses) escritas em língua espanhola, decidiu-se por não traduzir as citações do idioma. No entanto, as passagens advindas de outras línguas estão correspondentemente traduzidas no texto e os originais encontram-se em nota de rodapé.

O uso dos casos exemplificativos (retirados do corpo de teses) se dá de duas maneiras distintas: na primeira parte de cada capítulo, os exemplos não recebem tratamento explicativo / interpretativo e, em pouca ou nenhuma ocasião, são comentados, restando-lhes a condição de sínteses. Já nas etapas das considerações analíticas, cada caso ilustrativo é composto também por algum tipo de exame, com caracterizações, questionamentos, proposições de aprofundamentos, etc.

A opção por apresentar os dados em pelo menos três diferentes formatos (quadros, gráficos e textos) é resultado, além de um artifício interpretativo, da preocupação com as formas de apresentação e, por conseguinte, em relação ao leitor. É um recurso de acessibilidade.

SUMÁRIO

| | | |
|--------------|---|------------|
| | APRESENTAÇÃO | 19 |
| 1 | INTRODUÇÃO | 23 |
| 2 | CONTEXTO GERAL (PRIMEIRA PARTE) | 52 |
| 2.1 | APRESENTAÇÃO..... | 52 |
| 2.2 | DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA NO BRASIL | 52 |
| 2.3 | DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA NO RIO GRANDE DO SUL..... | 56 |
| 2.4 | DAS TESES EM TEORIA DA HISTÓRIA E HISTORIOGRAFIA NO RIO GRANDE DO SUL | 67 |
| 2.5 | DAS DELIMITAÇÕES TEMÁTICAS DAS TESES EM HISTÓRIA NO RIO GRANDE DO SUL | 71 |
| 2.5.1 | Oficializando experiências: da história institucional e seus processos constitutivos..... | 74 |
| 2.5.2 | Convalidando diferenças: dos grupos étnicos e culturais nas pressuposições de etnicidade..... | 77 |
| 2.5.2.1 | Italianos, alemães, poloneses, judeus, açorianos e seus descendentes | 79 |
| 2.5.2.2 | Sociedades originárias e seus descendentes | 83 |
| 2.5.2.3 | Africanos e seus descendentes..... | 87 |
| 2.6 | CONSIDERAÇÕES FINAIS | 90 |
| 3 | CONTEXTO GERAL (SEGUNDA PARTE) | 94 |
| 3.1 | APRESENTAÇÃO..... | 94 |
| 3.2 | ENCENANDO O PASSADO: DA REPRESENTAÇÃO COMO PRINCÍPIO DE INVESTIGAÇÃO HISTÓRICA | 94 |
| 3.3 | UMA BIOGRAFIA UNIVERSITÁRIA: O TEMA DA HISTÓRIA DE VIDA EM ESPAÇOS ACADÊMICOS | 107 |
| 3.4 | BALIZANDO A INTERAÇÃO: DA FRONTEIRA COMO OBJETO DE ESTUDO | 118 |
| 3.5 | REGULARIDADES DA VIDA: DOS PERIÓDICOS ENQUANTO TEMAS DE PESQUISAS HISTÓRICO-ACADÊMICAS NO RIO GRANDE DO SUL | 125 |
| 3.6 | CONSIDERAÇÕES FINAIS | 137 |
| 4 | CARÊNCIAS DE ORIENTAÇÃO E SUAS EPISTEMOLOGIAS..... | 140 |
| 4.1 | APRESENTAÇÃO..... | 140 |

| | | |
|----------|--|------------|
| 4.2 | GATILHOS DO PENSAMENTO HISTÓRICO | 141 |
| 4.3 | EXPERIÊNCIAS DA DIVERGÊNCIA TEMPORAL | 144 |
| 4.4 | SENTIDO HISTÓRICO..... | 147 |
| 4.5 | ORIGENS PRÁTICAS DO CONHECIMENTO HISTÓRICO | 152 |
| 4.6 | CONSIDERAÇÕES ANALÍTICAS | 156 |
| 5 | CONCEPÇÕES E SUAS EPISTEMOLOGIAS..... | 175 |
| 5.1 | APRESENTAÇÃO..... | 175 |
| 5.2 | DAS FILOSOFIAS MATERIAL E FORMAL..... | 176 |
| 5.3 | DAS CARACTERÍSTICAS DA INTERPRETAÇÃO HISTÓRICA..... | 181 |
| 5.4 | DAS TEORIAS / DOS CONCEITOS..... | 186 |
| 5.5 | DAS CATEGORIAS OU VARIÁVEIS | 189 |
| 5.6 | CONSIDERAÇÕES ANALÍTICAS | 192 |
| 6 | METODOLOGIA E SUAS EPISTEMOLOGIAS | 216 |
| 6.1 | APRESENTAÇÃO..... | 216 |
| 6.2 | DAS IDEIAS DE MÉTODO / DAS NOÇÕES DE CIENTIFICIDADE | 218 |
| 6.3 | DA REFLEXIDADE HISTORIOGRÁFICA..... | 221 |
| 6.4 | DAS FONTES | 225 |
| 6.5 | DAS ESTRATÉGIAS COGNITIVAS DA EXPERIÊNCIA DO PASSADO | 228 |
| 6.6 | CONSIDERAÇÕES ANALÍTICAS | 235 |
| 7 | FORMAS DE APRESENTAÇÃO E SUAS EPISTEMOLOGIAS..... | 266 |
| 7.1 | APRESENTAÇÃO..... | 266 |
| 7.2 | DOS TIPOS DE CONSTITUIÇÃO HISTÓRICA DE SENTIDO | 268 |
| 7.3 | DA NARRATIVIDADE DO PENSAMENTO HISTÓRICO | 274 |
| 7.4 | DA REPRESENTAÇÃO DO PROCESSO TEMPORAL | 279 |
| 7.5 | DOS MODELOS INTERPRETATIVOS / PROTOCOLARES | 285 |
| 7.6 | CONSIDERAÇÕES ANALÍTICAS | 290 |
| 8 | FUNÇÕES DE ORIENTAÇÃO E SUAS EPISTEMOLOGIAS | 319 |
| 8.1 | APRESENTAÇÃO..... | 319 |
| 8.2 | DA NOÇÃO DE FUNÇÃO PRÁTICA | 321 |
| 8.3 | DAS FORMAS DE TRATAMENTO DA CATEGORIA DA IDENTIDADE..... | 326 |
| 8.4 | DO POSICIONAMENTO / DA INVOCAÇÃO DO POLÍTICO..... | 332 |
| 8.5 | DA TEMPORALIZAÇÃO DO FUTURO | 337 |
| 8.6 | CONSIDERAÇÕES ANALÍTICAS | 343 |
| 9 | CONSIDERAÇÕES FINAIS..... | 373 |

| | |
|---|------------|
| REFERÊNCIAS | 394 |
| OBRAS DE APOIO..... | 408 |
| APÊNDICES..... | 416 |
| APÊNDICE A – LISTA DE TESES SOBRE O TEMA AMÉRICA LATINA | 417 |
| APÊNDICE B – LISTA GERAL DE TESES DEFENDIDAS NOS TRÊS PROGRAMAS..... | 424 |
| APÊNDICE C – MODELO DE FICHAMENTO..... | 448 |

APRESENTAÇÃO

O projeto inicial, apresentado junto ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Santa Maria, origina-se da necessidade, primeiramente pessoal, e por extensão profissional, do autor, em compreender os fundamentos da história enquanto ciência. Professor de Educação Básica, Técnica e Tecnológica, no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul, encarregado de disciplinas intituladas História Geral, História do Brasil e História da Educação, todas de caráter generalista e distribuídas no interior de cursos técnicos de Ensino Médio Profissionalizante, Superiores em Tecnologia ou Licenciaturas (particularmente em Matemática), impõe-se, antes mesmo de quaisquer conteúdos disciplinares, a tarefa de alocar o conhecimento histórico (humanidades) no contexto em questão.

As perguntas “para que serve isso?”, “como é possível saber de algo que ocorreu há tanto tempo?” ou “como se prova tal coisa”, tornam imperativo ao educador o domínio dos pressupostos teóricos de, no mínimo, sua área de formação acadêmica. Conjugado a isso, a realização do Mestrado em Integração Latino-Americana (MILA/UFSM). Orientado pela professora Maria Medianeira Padoin, por meio de convênio existente entre a Universidade Federal de Santa Maria e o Centro de Estudos Latino-Americanos da Universidade de Varsóvia, foi possível realizar parte do trabalho pesquisa na Polônia, ante coorientação do professor Andrzej Dembicz (*in memoriam*). O resultado desta foi a dissertação intitulada “O Centro de Estudos Latino-Americanos da Universidade de Varsóvia e sua importância para o tema da Integração na América Latina”.

O estudo foi extremamente gratificante em todas as suas etapas de realização. Na condição de exercício de pesquisa, permitiu compreender as estruturas do conhecimento científico e da determinação da temática ao exercício da exposição histórica. No que tange ao intercâmbio, além de todos os benefícios culturais nele implícitos, propiciou a análise, a partir do funcionamento institucional de um centro de estudos localizado fora do âmbito regional (Brasil/América-Latina) e dos processos de integração endógenos ao subcontinente. Todavia, originou-se um vazio; a ausência quase completa de referências à América Latina nos espaços curriculares dos cursos de Ensino Médio. De fato, a história e a historiografia regionais são desconsideradas e, quando aparecem, estão relegadas às séries iniciais do Ensino Fundamental.

No doutorado, pela gama de possibilidades de investigação, uma alternativa na busca por algumas respostas, como a viabilidade de conciliar a História da América Latina, História e Historiografia Regional e seus respectivos Fundamentos Disciplinares. Na área de

concentração “História, Poder e Cultura”, encontraram-se os mecanismos para a compreensão das “formas de organização material e simbólica”, dos “padrões emergentes nos modos de vida e de pensamento que se produzem historicamente nas sociedades”, conforme a própria descrição da área. A opção pela linha de pesquisa Fronteira, Política e Sociedade justifica-se em duas diferentes bases que, ao final, acabam convergindo. Por um lado, considera as atividades profissionais, significativamente as de educação – enquanto espaço de produção do conhecimento – não isoladas dos contextos sociais e políticos locais, regionais, nacionais e internacionais. Se é agente, em uma conjuntura de múltiplos vieses em que a complexidade, por vezes, é o único fator identificável. Enquanto membros de um ou outro grupo social, estabelece-se relações e isso impõe a compreensão dos processos constituintes de perspectivas, estes imbricados de materialidades e/ou simbolismos. Por outro lado, enquanto profissional atuante em um meio predominantemente técnico e tecnológico, torna-se imprescindível – muitas vezes até mais do que os eventos históricos – compreender os fundamentos das disciplinas com as quais se labuta. Nesse ponto, converge o esforço em entender as relações de poder e os processos sociais, manifestamente na epistemologia da produção historiográfica.

A estrutura curricular do curso de doutorado, desde as disciplinas específicas (Seminário da Linha de Pesquisa, da Área de Concentração e Metodologia de Pesquisa nas Ciências Humanas) até o grupo de componentes curriculares eletivos (Tópicos em História e Política, Seminários de Teoria da História), perpassando disciplinas em outros cursos (Tópicos em História e Linguagem) e, atividades extracurriculares (curso de extensão Metodologia em História Cultural; Palestra – Preocupações Teórico-Metodológicas na Construção de uma Tese em História; X Semana de História Política – Minorias Étnicas, de Gênero e Religiosas; VII Seminário Nacional de História – Política, Cultura e Sociedade; Workshop Política, Avaliação e Perspectivas para o Pós-Graduação na Área de História; III Congresso Internacional de História Regional e, I Encontro A História (In)disciplinada: teoria, ensino e difusão do conhecimento histórico) contribuiu para a reconfiguração do objeto de pesquisa e com isto à revisitação do problema inicial.

O contato com a Teoria da História elaborada pelo historiador e filósofo Jörn Rüsen decorreu, inicialmente, de leituras e conversas com o professor Astor Antônio Diehl, especialmente no que tange à concepção de Matrizes Disciplinares na História. O segundo momento de aproximação ocorreu nas aulas de Metodologia de Pesquisa nas Ciências Humanas, sob a responsabilidade do professor Jorge Luiz da Cunha, particularmente no que cuida ao ensino da História. As últimas influências advieram das disciplinas ministradas parcialmente pelo professor Estevão Chaves de Rezende Martins no curso de doutorado.

Paralelamente, sobrevieram as leituras do pensamento rüseniano e o estabelecimento de vínculos de suas reflexões em relação ao projeto aqui sistematizado. Assim, o tema “América Latina em teses: a historiografia latino-americanista nas teses dos cursos de Doutorado em História no Rio Grande do Sul (1986-2016)” resulta da combinação desses elementos, em consonância com o projeto de pesquisa “História intelectual, historicidade e processos de identificação cultural”, coordenado pelo professor Carlos Henrique Armani, orientador da pesquisa.

A trajetória de envolvimento do professor Jörn Rüsen com teoria, metodologia e didática da História tem, atualmente, cerca de cinquenta anos. Iniciou-se formalmente em 1958, quando o autor estreou estudos em história, filosofia, literatura e pedagogia na Universidade de Colônia, na Alemanha. Em 1966, doutorou-se realizando uma pesquisa sobre a teoria da história de Johann Gustav Droysen (1808-1884). Entre 1994 e 1997, Rüsen ocupou a função de diretor do Centro de Pesquisas Interdisciplinares *Zentrums für Interdisziplinäre Forschung (ZIF)*, da Universidade de Bielefeld. De 1997 a 2007, foi o presidente do Instituto de Altos Estudos em Ciências Humanas *Kulturwissenschaftlichen Institut (KWI)*, de Essen.

No que tange às investigações, Jörn Rüsen possui livros e ensaios traduzidos para mais de vinte línguas, a saber: búlgaro, chinês, inglês, estoniano, francês, finlandês, islandês, italiano, japonês, coreano, lituano, norueguês, polonês, português, romeno, russo, sueco, esloveno, espanhol, ucraniano e húngaro¹. É membro de diversos comitês editoriais em diferentes partes do mundo, a exemplo das revistas brasileiras “História da Historiografia” (resultante da parceria entre o Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO) e do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP) e da “Revista de Teoria da História” (Universidade Federal de Goiás). A lista de suas participações poderia ser ampliada, a título ilustrativo, pelo fato de ser membro do conselho editorial da revista chinesa “*Journal of History and Thought*” e de “*Historical Encounters*”. A *Journal of Historical Consciousness, Historical Cultures and History Education* (Austrália), sem esquecer periódicos de renome, como “*History and Theory*” e “*History and Memory*” (MARTINS; SCHMIDT; ASSIS, 2015).

São inúmeras as participações do pesquisador, ainda, em cursos de temporada em países, como África do Sul, Romênia, Índia, Taiwan e Israel. Somente se tratando de palestras e participações em conferências, computam-se mais de três dezenas de países que visitou para esse fim: Argentina, Austrália, Bélgica, Brasil, Bulgária, Canadá, Dinamarca, Inglaterra,

¹ A produção de Rüsen pode ser visualizada em Blanke, Jaeger e Sandkühler (2009).

Finlândia, França, Índia, Indonésia, Israel, Itália, Japão, Iugoslávia, Lituânia, Luxemburgo, México, Holanda, Noruega, Áustria, Paquistão, Polônia, Romênia, África do Sul, Espanha, Suécia, Suíça, Taiwan, Turquia, Ucrânia, Hungria, EUA, República Popular da China, etc.

Em termos de pesquisas, dessas informações abstraem-se pelo menos três características de influência direta no pensamento rüseniano, em relação à teoria da história:

- a) a primeira, na docência – Rüsen atuou como docente em paralelo a essas iniciativas, de onde dá particular atenção aos aspectos de ensino e aprendizagem histórica (didática da história);
- b) a segunda, na interdisciplinaridade e no multicultural – é impossível não pensar no quanto de influências ocorreram no desenvolvimento de projetos, nos intercâmbios, nas atuações em diferentes instâncias temporais e espaciais (experiência);
- c) a terceira, na impossibilidade de um simples enquadramento de seu pensamento em um determinado campo do conhecimento ou área.

A informação curricular de Rüsen, confirmada pela produção², no quesito pesquisa, assim descreve:

Teoria e metodologia da ciência histórica, história da historiografia, comparação intercultural do pensamento histórico, estrutura e evolução da consciência histórica, teoria da aprendizagem histórica, teoria, empirismo e desenvolvimento da cultura histórica, história dos direitos humanos, comunicação intercultural, humanismo na comparação cultural³.

No presente caso, toma-se emprestado ao autor alguns elementos de sua teoria da história, particularmente, a construção teórica envolvendo a matriz do pensamento histórico, anteriormente denominada matriz disciplinar. De momento, contudo, fazem-se necessários alguns esclarecimentos em torno de conceitos gerais desenvolvidos pelo autor a fim de situar a sua proposta teórica e, também, a forma de emprego na análise aqui pretendida. Compõem parte desse rol a própria noção de teoria da história, os fundamentos do pensamento histórico e a história na qualidade de ciência.

² Na obra “Teoria da História: uma teoria da história como ciência”, traduzida por Estevão Chaves de Rezende Martins e revisão técnica de Arthur A. Assis, editada no Brasil em 2015, é possível encontrar uma lista bastante completa das obras de Jörn Rüsen até aquela data; em uma bibliografia geral, encontram-se os textos em alemão e inglês. Já apartadas, estão as referências em português, espanhol, francês, italiano e romeno, divididas em quatro grupos: livros, artigos e entrevistas, comentários e teses de Doutorado, com base na teoria de Jörn Rüsen, e teses. Na presente tese, as obras irão sendo discutidas no decorrer do texto e na respectiva relação com a teoria da história.

³ No original: *Theorie und Methodologie der Geschichtswissenschaft, Geschichte der Historiographie, interkultureller Vergleich des historischen Denkens, Struktur und Entwicklung des Geschichtsbewußtseins, Theorie des historischen Lernens, Theorie, Empirie und Entwicklung der Geschichtskultur, Geschichte der Menschenrechte, interkulturelle Kommunikation, Humanismus im Kulturvergleich*. RÜSEN, Jörn. **Curriculum Vitae: forschungsbiete**. Disponível em: <http://www.joern-ruesen.de/html/curriculum_vitae.html>. Acesso em: 24 abr. 2018.

1 INTRODUÇÃO

O historiador alemão Jörn Rüsen, em meio a concepções como a de meta-história e/ou ainda a de razão histórica, visando compreender como se constitui a História, desenvolveu o conceito de “matriz disciplinar”. Nesse desígnio, matriz disciplinar significa “o conjunto sistemático dos fatores ou princípios do pensamento histórico determinantes da ciência da história como disciplina especializada” (RÜSEN, 2001, p. 29). Assim, a teoria da história teria de apreender os fatores determinantes da pesquisa histórica e da historiografia, identificando-os e demonstrando a interdependência sistemática entre eles.

O conceito remete aos cinco tópicos de análise propostos pelo autor: As Carências – de orientação no tempo; As Concepções – perspectivas orientadoras da experiência do passado; Os métodos – regras da pesquisa empírica; As formas – da apresentação; e, As funções – de orientação existencial. Como escreve o próprio Rüsen, “a interdependência dos cinco fatores do pensamento histórico é patente: em conjunto, eles constituem um sistema dinâmico, no qual um fator leva ao outro, até que, do quinto, volta-se ao primeiro” (RÜSEN, 2001, p. 35). Articulados, tais fatores podem auxiliar na análise das atividades científico-historiográficas desenvolvidas nas teses dos cursos de doutorado em História no Rio Grande do Sul com relação à América Latina.

O tema “América Latina em Teses: a historiografia latino-americanista nas teses dos cursos de Doutorado em História no Rio Grande do Sul (1986-2016)” adota como objeto a análise das setenta e duas teses, constantes no Apêndice A deste estudo, sobre a América Latina desenvolvidas nos Programas de Pós-Graduação em História – nível de doutorado –, no Rio Grande do Sul, entre os anos de 1986 e 2016. Retrocede cronologicamente à criação do curso de doutorado em História na Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, em 1986, – o mais antigo dos três programas – e se estende até 2016, perpassando o desenvolvimento dos cursos de doutorado na mesma área na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (1995) e da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (1999). Nesse sentido, estabelece-se como prioridade a análise de estrutura teórica das teses sobre a América Latina produzidas no período, a partir dos cinco pontos norteadores indicados pelos trabalhos de Jörn Rüsen e sua proposta de matriz do pensamento histórico.

Inserida na concepção de razão histórica rüseniana, a discussão aponta para a compreensão do processo de construção das teses produzidas nos Programas de Pós-Graduação em nível de doutorado em História no Rio Grande do Sul sobre a temática latino-americana. No sentido de que “razão”, conforme indica Rüsen, designa “o que caracteriza o pensamento

histórico que se processa na forma de um debate movido pela força do melhor argumento” (RÜSEN, 2001, p. 21), impõe-se que o historiador não se contente em afirmar algo sobre o passado sem que isto esteja acompanhado das razões pelas quais assim o faz. Trata-se de explicar por que se deveria aceitar determinadas constatações e por que aquelas que demonstram outra coisa não satisfariam. Nessas bases, surge a pergunta: em que medida ocorre um movimento de transformação epistemológica durante o desenvolvimento das teses? Para responder ao questionamento, a presente pesquisa parte da hipótese da existência de hierarquias estruturantes no interior do trabalho acadêmico entre Carência de Orientação, Concepções, Métodos, Formas de Apresentação e Funções de Orientação.

Acredita-se que um estudo sobre a historiografia latino-americanista na produção historiográfica dos cursos de doutorado em História no Rio Grande do Sul constitui uma contribuição importante para a história e, por conta da singularidade temática, para a matéria na América Latina. Além desses aspectos, ressalta-se o imperativo de maior compreensão da produção historiográfica regional, enquanto movimento de autoanálise. Trata-se de conhecer até que ponto a História se constitui de maneira refletida por parte dos historiadores; se são os interesses existenciais ou os momentos políticos, sociais, econômicos e culturais exógenos que a determinam. Pois, conforme observa Júlio Aróstegui, “refletir teoricamente sobre a História já equivale a uma primeira ‘pesquisa’ a respeito dela, equivale a se propor averiguar o que é e como se manifesta o histórico frente à nossa experiência” (ARÓSTEGUI, 2006, p. 88).

A delimitação de tal forma se justifica por dois fatores: o primeiro, pelos limites cronológicos dos próprios cursos em análise; e, o segundo, pela existência no período de três Programas de Pós-Graduação com Doutorado em História, no Rio Grande do Sul, com teses já defendidas⁴. Nos três programas em questão, existem espaços de pesquisa ocupados com estudos sobre a América Latina⁵, seja pela existência de linhas de pesquisa especificamente criadas com tal finalidade, seja pela atuação de alguns docentes em projetos especializados. Paralelamente, são limitadas as abordagens que tentam compreender os resultados das pesquisas nesse campo, o que corrobora a implementação de investigações no sentido de analisar essa produção.

⁴ A Universidade de Passo Fundo (UPF) e a Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) iniciaram a oferta de cursos nos anos de 2014 e 2015, respectivamente e, portanto, ainda não possuem um volume substancial de teses concluídas para fins de análise.

⁵ A Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) não possui uma linha de pesquisa específica para a temática da América Latina, entretanto, no que tange ao objeto deste trabalho, encerra uma linha intitulada Teoria da História e Historiografia.

A partir da ideia de que ocorrem trocas – ainda que simbólicas – entre a produção histórica e a sociedade na qual está inserida, permite-se à última interpelar constantemente sobre como é produzida sua história. Os programas *stricto sensu* se estabelecem de maneira processual, são os resultados dos seus próprios tempos. A revisitação periódica aos seus arranjos básicos – produção, áreas de concentração, linhas de pesquisa, projetos, corpos docentes e estruturas curriculares – permite ponderar sobre as mudanças já implementadas e pensar temporalmente as transformações de forma estrutural e/ou sistêmica.

A matéria encontra-se recepcionada na linha de pesquisa Fronteira, Política e Sociedade ao constituir-se como estudo histórico de processos sociais e culturais especialmente voltado ao campo das ideias. Os cursos de doutorado em História, particularmente a produção historiográfica latino-americanista, constituem-se e reconstituem-se permanentemente a partir de princípios instituídos no interior da complexidade social em que estão inseridos. A produção historiográfica, enquanto ação intelectual, estende-se ao alcance de seus propósitos políticos, econômicos, jurídicos, militares, sociais e culturais. O conhecimento histórico não está alheio aos aspectos do próprio contexto, da existência, das subjetividades de cada tempo ou sociedade. O fazer historiográfico é uma forma de reflexo do imaginário, da representação, da produção e “recepção dos discursos, presentes nas relações de poder” (UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA, 2015).

O objetivo geral da investigação, portanto, é analisar o movimento de transformação epistemológica durante o desenvolvimento das teses na América Latina, advindas dos cursos de doutorado em História, no Estado do Rio Grande do Sul. Para tanto, foram traçados os seguintes objetivos específicos:

- a) classificar as teses, em latino-americanistas e não latino-americanistas;
- b) distinguir tendências temáticas e respectivas influências por períodos de produção;
- c) inventariar os interesses cognitivos dos autores das teses;
- d) elencar os pressupostos teóricos da escrita histórica contidos nas teses;
- e) cotejar os métodos da pesquisa empírica às formas de apresentação do conhecimento histórico;
- f) listar as funções de orientação existencial das teses; e,
- g) correlacionar as funções de orientação existencial das teses aos interesses cognitivos de seus autores.

No viés conceitual, caberia uma pesquisa exclusiva sobre os usos da expressão América Latina (desde os tempos napoleônicos) e/ou latino-americanismo (com registros retroativos há pelo menos 120 anos). Ao mesmo tempo, de acordo com o que propunha Andrzej Dembicz

(2001), poder-se-ia, pelo fato de se viver, hoje, em um momento de transformações, de busca de caminhos alternativos, sugerir constantemente uma revisão no próprio conceito de América Latina, a partir de distintas dimensões:

- a) político-cultural clássica (da Terra do Fogo até o Rio Bravo);
- b) interamericana (que se estende muito ao norte da fronteira do México, cujos efeitos culturais e sociais são cada vez mais visíveis);
- c) ibero-americana e europeia (que combina as heranças culturais e a atualidade político-econômica dos vínculos euro-latino-americanos); e,
- d) pacífica (ainda não tão visível como a transatlântica), demonstrando-se, dessa forma, certa flexibilidade conceitual referente aos diferentes ângulos culturais de onde se constrói os conceitos (DEMBICZ, 2001, p. 14).

Entretanto, como visa-se apenas à delimitação físico-espacial da temática, opta-se por definir primariamente América Latina a partir do pragmatismo das palavras de Leslie Bethell:

[...] a América Latina abrange as regiões da América continental ao sul dos Estados Unidos que falam predominantemente o espanhol e o português – México, América Central e América do Sul – juntamente com as ilhas do mar dos Caraíbas de língua espanhola e, por convenção, o Haiti [...] (BETHELL, 2008, p. 14).

Corroborando a imagem político-cultural clássica, apontada por Dembicz, excluem-se em sua maioria os vastos territórios da América do Norte que, durante a primeira metade do século XIX, a Espanha e, mais tarde, o México perderam para os Estados Unidos por obra de tratados e de guerras. Abrange-se, contrariando a proposta original de Bethell, as ilhas britânicas, francesas e holandesas do mar das caraíbas, independentemente de certos aspectos históricos como no caso dos antecedentes hispânicos da Jamaica e Trinidad, por exemplo. No caso do Brasil, apesar do pertencimento físico-geográfico ao subcontinente americano, somente serão considerados como estudos desse campo aqueles que tratem, no mínimo, da relação entre este e outra nação latino-americana, considerados, ademais, os elementos compositores do conceito de estudos latino-americanistas.

Em princípio, é uma definição simplificada, utilitária. Pautada em critérios físico-geográficos e político-diplomáticos serve para o alvitre inicial da proposta de trabalho⁶. Como a intenção é considerar estudos latino-americanos todas as teses que tenham como temática principal aspectos históricos sobre a América Latina, conforme descrita acima, ficam englobados os trabalhos desenvolvidos nos respectivos programas, visando a características

⁶ No interesse de discussão com maior complexidade, pode-se consultar, por exemplo, Rouquié (1991, p. 22-29).

sobre um único país (exceto se este for o Brasil) e os que estabeleçam relações entre duas ou mais regiões enquadradas na acepção anterior, bem como independentem os graus de especificidade apresentados nessas pesquisas.

Na concepção de latino-americanismo, aqui equiparado a estudos latino-americanos, leva-se em conta primeiramente a postura teórica adotada frente ao significado anteriormente construído da expressão América Latina. A diversidade presente na visão dos pesquisadores latino-americanistas reflete a própria natureza não uniforme da América Latina. Mesmo na apresentação dos programas das duas universidades que possuem concentração em estudos latino-americanos indica-se caminhos conceituais bastantes abertos. Na UNISINOS, anuncia-se que “[...] o foco do programa está na execução de pesquisas sobre a vocação transnacional, como fronteira, imigração, circulação de ideias, religiosidade e populações indígenas” [...] (UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS, 2015), enquanto na PUCRS, de forma ainda mais geral, lê-se que sob a denominação de História das Sociedades Ibéricas e Americanas articulam-se suas quatro linhas de pesquisa:

- a) **Sociedade Política e Relações Internacionais**, que privilegia os aspectos sociais de formação, de desenvolvimento, de organização e de práticas políticas, bem como as relações entre Estados e entre grupos sociais inseridos no contexto histórico do mundo ibero-americano;
- b) **Sociedade Ciência e Arte**, que destaca a análise da modernidade nos campos do conhecimento, da ciência e das artes (visuais, literatura, música, etc.), considerando as instituições sociais a eles relacionadas, bem como a história das ideias nas sociedades ibéricas e americanas;
- c) **Sociedade Cultura Material e Povoamento**, que enfatiza os estudos sobre a história da cultura material e a reconstituição dos processos históricos das sociedades platinas, bem como as múltiplas interações culturais decorrentes, por meio de perspectivas arqueológicas e etno-históricas;
- d) **Sociedade Urbanização e Imigração**, que destaca as múltiplas formas de ocupação e de vivência social do espaço no que tange aos processos de urbanização e de imigração, envolvendo regiões e países do mundo ibero-americano (PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL, 2015).

Assim, estabelece-se, como parâmetro inicial, que estudos latino-americanos são as atividades de pesquisa envolvendo temas voltados para a América Latina, conquanto nem todos contemplem aspectos gerais do subcontinente e possam estar limitados a um único país e/ou região. Por convenção, fica excluído o Brasil nos casos em que é objeto de estudo individualizado e, permanece contemplado, quando envolvido em estudos comparativos independente de sua amplitude, ou seja, da especificidade temática. Ressalta-se que, pela especialização do estudo, estão abrangidas todas as teses que, de uma forma ou de outra, possam ser enquadradas nesta definição, independentemente da autoidentificação dos respectivos autores como latino-americanistas.

Na ausência da teoria, corre-se o risco de não haver avanço do conhecimento. Ou como diria Eric Hobsbawm, ao discutir a relação empiria *versus* teoria da e na História, “nadamos no passado como o peixe na água, e não podemos fugir disso. Mas nossas maneiras de viver e de nos mover nesse meio requerem análise e discussão” (HOBSBAWM, 1998, p. 35).

A noção de teoria da história, acompanhando Júlio Aróstegui (2006, p. 35-36), como “reflexão teórico-metodológica sobre a pesquisa histórica” e historiografia como sendo o processo de pesquisa e escrita da história – a partir de uma historiografia produto (teses) – em um levantamento preliminar, respeitada a especificidade temático-cronológica, encontram-se diversos trabalhos de relevância acadêmica que corroboram a discussão aqui proposta, embora contenham estruturas bastante distintas e, por vezes, discordantes em aspectos específicos⁷.

As etapas seguidas para a realização da investigação constituem-se basicamente de quatro momentos: primeiramente, o mapeamento junto aos bancos de teses das três universidades, das teses defendidas entre 1986 e 2016, atividade complementada por outras plataformas quando necessário e, inclusive, pelo contato com autores⁸. Ainda na mesma fase, arrolaram-se as propostas temáticas de todos esses trabalhos (442), os delimitadores espaço-temporais, os principais fundamentos teóricos utilizados, as características demarcantes de rupturas ou continuidades e respectivos fatores causais, a fim de auferir o percentual daquelas que têm seu objeto de estudo focado na América Latina. Permeiam esse emaranhado as linhas de pesquisa dos programas, as bancas orientadoras e os períodos de defesa. Essa primeira fase resultou na constituição de um quadro geral das teses, constante do Apêndice B, situando o corpo de trabalhos sobre América Latina em um panorama maior dessa produção historiográfica acadêmica.

Em um segundo momento, separadas as teses envolvendo a temática latino-americanista, realizou-se leituras (três) de diferentes níveis objetivando obter informações de maior precisão sobre esses textos. Nesse estágio, ocorreu o processo de fichamento visando separar (artificialmente) ideias contidas nas teses e que identificassem cada um dos fatores da matriz do pensamento histórico. Na ficha modelo, apresentado no Apêndice C, além de trechos contendo os indicativos de carências de orientação, concepções, métodos, formas de apresentação e função de orientação, constam os dados bibliográficos básicos (autor, título,

⁷ Nesse sentido, ampara-se em Ciro Flamarion Cardoso (1997, p. 23), ao afirmar que “as ciências sociais, entre elas a história, não estão condenadas a escolher entre teorias deterministas da estrutura e teorias voluntaristas da consciência, sobretudo considerando tais posturas em suas modalidades unilaterais e polares [...]”. História e paradigmas rivais (CARDOSO; VAINFAS, 1997, p. 1-23).

⁸ Do total de 72 teses, oito não foram encontradas. Dentre os motivos, estão a não disponibilidade nos meios buscados ou mesmo o desejo de não publicidade dos textos originais por seus respectivos autores.

universidade, ano de defesa), um campo assinalando orientador (tutor – para casos de intercâmbio) e um último espaço para observações a serem realizadas durante as leituras das teses.

Nessa mesma etapa, importa anotar, a perspectiva das leituras foi sempre direcionada à questão conceitual relativa aos termos delimitadores da teoria rüseniana a ser pensada na correlação com as teses, a constar: a matriz do pensamento histórico e seus elementos compositores. Nesse aspecto, mereceu aprofundamento a problemática da produção do conhecimento histórico, especialmente em cinco eixos basilares:

- a) as razões pelas quais se opta por escrever a história;
- b) os princípios que norteiam o historiador em relação à temporalidade;
- c) a determinação dos métodos na pesquisa histórica;
- d) a definição das formas de apresentação do conhecimento histórico produzido; e,
- e) as funções existenciais que esses conhecimentos apresentam.

A terceira etapa do estudo trata dos processos comparativos nas e entre as teses. Esta fase obedeceu ao seguinte encadeamento:

- a) aplicação de um instrumento de conferência dos níveis de presença / ausência dos fatores da matriz do pensamento histórico em cada uma das teses;
- b) cotejo das semelhanças e dissemelhanças entre os aspectos encontrados no item anterior por meio de particularizações e agrupamentos das teses nos variados vetores;
- c) verificação dos graus de importância (níveis de intensidade) atribuídos aos componentes da matriz do pensamento histórico; e,
- d) aferição da existência de conexão entre as carências e as funções de orientação no tempo (o problema e as respostas encontradas), as concepções e os métodos (conceitos e regras da pesquisa empírica) e os métodos e as formas de apresentação.

A quarta e última etapa do estudo cuidou da estrutura narrativa a ser utilizada. A preocupação principal é sempre a de que não haja a perda de sentido, orientador fundamental da transição entre o conhecimento metodicamente constituído e a historiografia enquanto apresentação de certos resultados. Esta, no entanto, sem perder de vista a função de plausibilidade e os componentes retóricos e estéticos a ela inerentes. Nesse interesse, estão implicadas todas as formas de organização do trabalho, desde a simples opção pela utilização de exemplos até a definição da estrutura em nove capítulos, perpassando pelo organograma interno aos capítulos que segue a lógica de apresentar uma base teórica da proposta rüseniana seguida de exemplos retirados das teses. Por fim, conclui a análise vertical de cada fator

intercalando informações obtidas por meio da relação mútua entre as passagens retiradas das teses e os dados do mapeamento realizado por instrumento próprio.

Sumariamente, por esses quatro passos: mapeamento e contextualização panorâmica das teses; individuação das teses nos componentes da matriz; análise comparativa; e racionalização da narrativa – estabelece-se a organização necessária ao exame da dúvida “em que medida ocorre um movimento de transformação epistemológica durante o desenvolvimento das teses” e, da mesma forma, corrobora a pressuposição de mudanças objetivas e subjetivas no processo constitutivo das teses enquanto trabalhos acadêmicos, resultados estes originários do estabelecimento de hierarquias determinantes entre os elementos da matriz do pensamento histórico.

Nesse conjunto de esclarecimentos, é substancial, ainda, a alocação do pensamento rüseniano no âmbito da própria complexidade, por um lado, nas relações de cada elemento dessa teoria percebidos no diálogo com outros autores e, por outro, de forma mais simples, evitadas as sobreposições e respeitadas as divergências conceptivas, sobressai-se a capacidade de sistematização do autor. No intuito de localizar preliminarmente os fatores da matriz do pensamento histórico, seguem-se algumas definições simplificadas de cada um dos elementos que a compõe, acompanhadas por interlocuções baseadas em noções parciais de outros autores.

Os interesses como primeiro pilar da matriz do pensamento histórico de Rüsen resumem-se na necessidade que os homens têm de orientar-se no fluxo do tempo. Servem de base para explicar o significado de pensar e por que pensar historicamente. Considerado o fato de o ser humano prescindir (na vida prática) da orientação no tempo, busca no passado, por meio de uma leitura no presente, tais explicações, ocorre uma espécie de despertar da consciência histórica. As ações cotidianas instauram o imperativo do questionamento sobre o e no tempo e essas carências de orientação “se articulam na forma de interesse cognitivo pelo passado” (RÜSEN, 2001, p. 30).

Paul Veyne (1971, p. 95), a partir de um olhar posteriormente considerado reducionista, indicava que os fins do conhecimento histórico seriam basicamente dois: em primeiro, estariam relacionados à sua pertença a qualquer forma de grupo nacional, social, familiar, o que poderia fazer com que o passado desse grupo tivesse para ele (ser humano) certo atrativo particular e, em segundo, destacar-se-ia a curiosidade, quer fosse anedótica quer acompanhada de uma “exigência de inteligibilidade”.

Em uma perspectiva crítica, Eric Hobsbawm, ao escrever sobre os sentidos do passado, argumenta que o próprio fato de ser membro de uma comunidade humana obriga a situar-se em relação ao passado (individual ou da comunidade), mesmo que seja no intuito de rejeitá-lo.

Afirma o autor: “o passado é, portanto, uma dimensão permanente da consciência humana, um componente inevitável das instituições, valores e outros padrões da sociedade humana” (HOBSBAWM, 1998, p. 22). Ao perguntar-se sobre o que a História tem a dizer sobre a sociedade contemporânea, Hobsbawm assinala a inevitabilidade de o ser humano situar a própria existência no “*continuum*” (passado, presente e futuro) da família e do grupo ao qual pertence. Na ordem prática da vida, aponta duas respostas à sua própria pergunta: “a história é uma advertência útil contra a confusão entre moda e progresso” e ela pode “descobrir os padrões e mecanismos da mudança histórica em geral, e mais particularmente das transformações das sociedades humanas durante os últimos séculos de mudança radicalmente aceleradas e abrangentes” (HOBSBAWM, 1998, p. 42-43). Entretanto, admite: “as safras que cultivamos em nossos campos podem terminar como alguma versão do ópio do povo” (HOBSBAWM, 1998, p. 291).

Coadunando-se a essas formas de justificação da historicidade, Manoel Luiz Salgado Guimarães defendeu que:

Pensar o homem e suas ações como históricas por excelência, significa conceder uma força explicativa a esta História em seu sentido moderno reafirmando desta forma o caráter da História como sujeito e agente. Essa mesma consciência histórica significa uma relação peculiar com o tempo, que articula passado, presente e futuro como condição de inteligibilidade dos fatos e realizações humanas (GUIMARÃES, 2006, p. 70).

Orientação no tempo, pertença a diferentes grupos sociais, significação / ressignificação da experiência, compreensão dos padrões nas transformações, curiosidade, consciência, condição de inteligibilidade e/ou carências de orientação são questões que, em se tratando dos sujeitos históricos – agentes do e no tempo –, mobilizam os seres humanos em direção ao reconhecimento de sua temporalidade. Trata-se, como diria Jacques Le Goff (1999, p. 93), de “esclarecer o presente pelo passado e o passado pelo presente”.

Inicialmente, somente os interesses pelo passado não representariam história, não fossem os significados e a intencionalidade impressos a eles no sentido de reflexões específicas sobre determinados pontos no passado. Este torna-se histórico a partir de um conjunto de “critérios de sentido” àquele atribuídos, ao que Rüsen denomina ideias⁹. Estas serviriam “à transformação de carências motivadoras em interesses (claramente identificáveis) em agir”. São estas que tornam os interesses precisos e a cada carência suprida, podem surgir novos interesses

⁹ Na concepção rüseniana: “Ideias não querem dizer, aqui, algum tipo de instância significativa situada para além da práxis corrente da vida humana, mas sim critérios segundo os quais os significados se produzem nessa mesma práxis vital, somente com base nos quais os homens podem agir” (RÜSEN, 2001, p. 31).

ao ponto de essas ideias constituírem “as perspectivas gerais nas quais o passado aparece como história” (RÜSEN, 2001, p. 31-32), passado que, a partir desse ponto, já é pensado experiência concreta, daí resultando a importância das fontes – conectoras de sentido ao passado histórico.

Edward Palmer Thompson, ao discutir o aspecto do tempo na escrita da história, afirma: “*lo que podemos esperar es que los hombres y mujeres del futuro retornen hacia nosotros, que afirmem y renueven nuestros significados y que hagan inteligible nuestra historia dentro de su propio tiempo presente*” (THOMPSON, 1981, p. 73). Em tal perspectiva, o que muda não é a realidade histórica, mas a percepção sobre ela. Ou como arguia Marc Bloch, “o passado é, por definição, um dado que nada mais modificará. Todavia, o conhecimento do passado é uma coisa em progresso que incessantemente se transforma e aperfeiçoa” (BLOCH, 2001, p. 75). Daí a razão de posicionar-se no tempo.

José Carlos Reis (2000) julga que a centralidade do pensamento histórico está na condição de temporalidade na qual o sujeito se encontra. Ou seja,

A representação do tempo histórico é a condição subjetiva, do historiador e da sua sociedade, sob a qual todas as experiências humanas podem se tornar inteligíveis. A história efetiva se realiza segundo certas representações da temporalidade [...] é a ‘representação do tempo histórico’ presente no historiador que o leva a objetivar o mundo humano de uma certa maneira, a organizá-lo de um certo modo, a distinguir e selecionar certos objetos, a estabelecer determinadas técnicas, a construir determinados conceitos, a optar por certos valores, a organizar a ação e a inércia (REIS, 2000, p. 13).

O tempo histórico aparece não como conceito ou teoria, mas na representação histórica, uma vez que não ocorre “exterior ao sujeito e à história, mas é a construção de sujeitos históricos em um dado momento da história efetiva” (REIS, 2000, p. 14).

Júlio Aróstegui (2006, p. 278) opta pela ideia de que os “fatos, as mudanças, os eventos, não acontecem *no* tempo, mas eles *criam* o tempo”. Assim, o historiador daria conta do tempo histórico por meio de três categorias: a cronologia; a análise da mudança ou duração (o tempo interno); e, a determinação dos “espaços de inteligibilidade” (ARÓSTEGUI, 2006, p. 340).

Sinteticamente, alguns delimitadores podem auxiliar nas reflexões sobre os significados e a intencionalidade impressos ao passado. Em primeiro lugar, os interesses se constituem em relação a determinados pontos do passado. A ação humana em direção ao conhecimento do passado se estabelecesse de forma precisa, a partir de interesses gerados na intencionalidade de supressão das carências estabelecidas no presente. Em segundo lugar, com o aparecimento de novas carências, reconhece-se o passado como experiência concreta, capaz de suprir certos interesses, por meio de mecanismos de inteligibilidade. E, em terceiro lugar, a cognoscibilidade carrega consigo a condição de situar-se no tempo, olhar a partir de uma espacialidade /

temporalidade, em que as mudanças de percepção, por meio do controle externo da produção histórica, denunciam a subjetividade do historiador em relação à temporalidade.

O terceiro fator dos fundamentos da ciência histórica rüseniana, os métodos, permite certa “regulação” do pensamento histórico, à medida “que lhe possibilitam produzir fundamentações específicas e lhe permitem assumir o caráter de pesquisa [...]” (RÜSEN, 2001, p. 33), sem olvidar a influência que eles têm, ainda, na interação com a concepção das perspectivas (ideias). Como em todo conhecimento científico, os métodos podem não se apresentar de forma correlata às ideias, inibindo o caráter de pesquisa dessa exploração ao passado.

A proposta de Rüsen converge, em certa medida, para o que E. P. Thompson denominou “a lógica da história”. Este argumenta que o estudo da história é muito antigo e, assim, seria surpreendente que fosse a única dentre as ciências e humanidades que não tenha criado seu próprio “discurso da demonstração”, ou seja, capaz de desenvolver-se enquanto disciplina (THOMPSON, 1981, passim). Tudo isso somente seria possível por meio da adoção de uma “lógica histórica”, possuidora também de uma racionalidade própria, identificada à história enquanto ciência de fenômenos em movimento. Para Thompson, o método estaria refletido em uma forma de diálogo. O autor assim o declara:

Por ‘lógica histórica’ entiendo un método lógico de investigación adecuado a los materiales históricos, concebido, en el mayor grado posible, para contrastar hipótesis relativas à estructuras, causaciones, etcétera, y para eliminar procedimientos autoconfirmatorios (‘ejemplos’, ‘ilustraciones’). El discurso de la demostración de la disciplina histórica consiste en un diálogo entre concepto y dato empírico, diálogo conducido por hipótesis sucesivas, por un lado, e investigación empírica por el otro. El interrogador es la lógica histórica; el instrumento interrogativo una hipótesis (por ejemplo, la manera en que diversos fenómenos hayan podido actuar unos sobre otros); el que contesta es el dato empírico, con sus propiedades concretas (THOMPSON, 1981, p. 67).

Thompson ainda alerta sobre a necessidade de considerar que embora se possa propor qualquer teoria, todas deverão estar de acordo com as determinações dos dados empíricos. Isso permitiria o que chama de “*tribunal de apelación de la disciplina*” (THOMPSON, 1981, p. 69).

Raphael Samuel (1984, p. 62) pondera que “*los problemas del método histórico son inseparables de las complejidades de la recolección de datos y aunque se asignen a dominios diferentes, habrá un tráfico continuo entre ellos*”. Explicita sua crítica à proposta de Thompson de uma lógica da disciplina histórica e admite certa contribuição do estruturalismo ao tornar a produção historiográfica mais consciente, ao obrigar a pensar as representações históricas como construções ideológicas. Reafirma, no entanto, seu posicionamento de que “*los avances*

teóricos a menudo surgirán no de la refinación conceptual, sino de las dificultades y las cuestiones no resueltas que son fruto de la práctica política” (SAMUEL, 1984, p. 62-63).

Abordando a temática a partir de uma visão mais relativizadora, Robert Darnton explica que “o método de exegese pode variar mas, em cada caso, a leitura é feita em busca do significado – o significado inscrito pelos contemporâneos no que quer que sobreviva de sua visão de mundo” (DARNTON, 1986, p. 16), com o que concordaria Durval Muniz de Albuquerque Júnior:

O fragmento do passado que nos chega é real e nos fala de sentidos dados para a realidade de uma dada época e sociedade, mas como todo fragmento empírico da realidade ele necessita passar por operações de imaginação, significação, intelecção, para se tornar uma realidade para nós, para que passe a funcionar em nosso tempo, para que volte a viver entre nós (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2006, p. 200).

O autor não acredita na existência de “algo como a razão”; o que existiria seriam “maneiras de racionalizar o mundo” e estas carregariam em si os atributos de suas respectivas épocas e sociedades (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2006, p. 202).

De todo modo, métodos, enquanto fundamentações específicas, proposições de racionalidade histórica, requerem o diálogo entre o empírico e a teoria. Estabelecem-se na inseparabilidade e complexidade que os cercam, ou seja, há um caráter de subordinação do método ao conjunto de ideias a partir das quais é eleito. Restaria definir se o refinamento conceitual ou os problemas políticos não resolvidos coexistem em uma condição de hierarquia em relação à tipologia dos métodos. Do que se admite, o método deliberado a partir do significado contemporâneo atribuído ao passado interage com elementos, como imaginação, significação, intelecção e resulta de e em maneiras de racionalizar o conhecimento histórico, como caminho a ser percorrido, ajustado às intencionalidades do presente em relação ao passado e possível de ser arguido, percorrido, comprovado ou refutado, enfim, conhecido.

O desembocar da pesquisa histórica exprime-se na historiografia, para a qual, segundo Rüsen (2001, p. 34), “[...] as formas de apresentação desempenham um papel tão relevante quanto o dos métodos para a pesquisa”. A historiografia como produto da pesquisa histórica ocupa lugar equivalente na matriz do pensamento histórico aos demais elementos, uma vez que tende a remeter os resultados cognoscitivos aos interesses que os originaram. Exprime-se de forma a dar significado aos interesses e as ideias, por meio do método. Torna público, de forma legível aos interesses originais, a resposta às perguntas feitas na vida prática. De onde resulta a importância de concatená-la primeiro ao processo de orientação no passado e segundo, direcioná-la à relevância na vida prática.

Em Rüsen – assim como em Koselleck – a língua, enquanto forma de expressão do conhecimento, ocupa espaço decisivo, mas não finalístico, na produção historiográfica. Em Rüsen, a matriz do pensamento histórico é composta por categorias que interagem entre si. As formas de apresentação do conhecimento histórico compõem um desses elementos. Koselleck considera

[...] teoricamente errônea toda postura que reduz a história a um fenômeno de linguagem, como se a língua viesse a se constituir na última instância da experiência histórica. Se assumíssemos semelhante postura, teríamos que admitir que o trabalho do historiador se localiza no puro campo da hermenêutica (KOSELLECK, 1992, p. 136).

Júlio Aróstegui (2006, p. 95) adota a expressão “exposição da História” e a define como “o resultado final do método de pesquisa”, tendo esta, a responsabilidade de “tornar inteligível e explicável o que as fontes oferecem como informação”. Segundo o mesmo autor, a exposição contemplaria três partes: a *narração* – uma parte do discurso histórico; o *statement* (afirmação) – o conjunto de proposições sobre a realidade; e, a última, os *argumentos* – a prova de que as proposições são corretas (ARÓSTEGUI, 2006, p. 416).

Resumidamente, o papel das formas de apresentação é equivalente aos demais elementos da produção histórica, ocupa lugar de manutenção da cientificidade/objetividade alcançada nas demais etapas da pesquisa, especialmente no método. Ao promover o diálogo entre fontes e hipóteses, evidencia o caráter pressuposto de veracidade. A narrativa (em sua configuração moderna), como forma inevitável de expressão da história, recepciona fatores como criatividade e imaginação, expõe o resultado final do método de pesquisa enquanto trabalho coletivo, e daí, mais seguro. Trata-se, conforme Hobsbawm (1998, p. 286), da defesa (pelos historiadores) do “fundamento de sua disciplina: a supremacia da evidência”.

O último fator apontado por Rüsen (2001, p. 34) como estruturante da matriz do pensamento histórico e, conseqüentemente, garantidor de racionalidade histórica são as funções de “orientação existencial”. Por tratar-se de uma condição circunferencial, partindo-se dos interesses, perpassando-se perspectivas (ideias), métodos e formas de apresentação, desemboca naquilo que responderia à pergunta: para que serve o conhecimento histórico adquirido em todo esse processo? A resposta inicia por conectar esse item ao primeiro (interesses). Se o que move a pesquisa histórica são as carências humanas sobre o agir do e no tempo, nada mais natural do que originar-se a partir dela apontes que demonstrem – por intermédio de um caminho de racionalidade – determinadas respostas ao contexto originário. São as funções didáticas da história.

Em um sentido geral, E. P. Thompson escreve:

Nuestro conocimiento – así lo esperamos – no está por esto aprisionado dentro de ese pasado. Nos ayuda a saber quiénes somos, por qué estamos aquí, qué posibilidades humanas se han desplegado, y a conocer lo que podemos conocer de la lógica y de las formas del proceso social (THOMPSON, 1981, p. 79).

José Carlos Reis acredita que, ao fazer papel de mediação passado / presente o historiador possibilita, por meio da aproximação “mais viva” dos homens passados, uma espécie de conforto aos homens do presente que “se tornam menos solitários e desprotegidos”. Afirma: “Esse diálogo promovido pelo historiador oferece aos homens do presente uma interlocução, um conforto, uma melhor localização de si no tempo, o sentido específico da diferença, da alteridade e da identidade”. Assim, “o futuro é objeto ainda de espera e de ação, mas racional e tecnicamente informada e planejada” (REIS, 2000, p. 28; 34).

Nas muitas respostas possíveis à pergunta *para que serve a história?*, talvez se abrevie afirmando que esta responde aos questionamentos que lhe são feitos, estes determinados pelas necessidades de orientação existencial, ou se possa concluir com Durval Muniz de Albuquerque Júnior que:

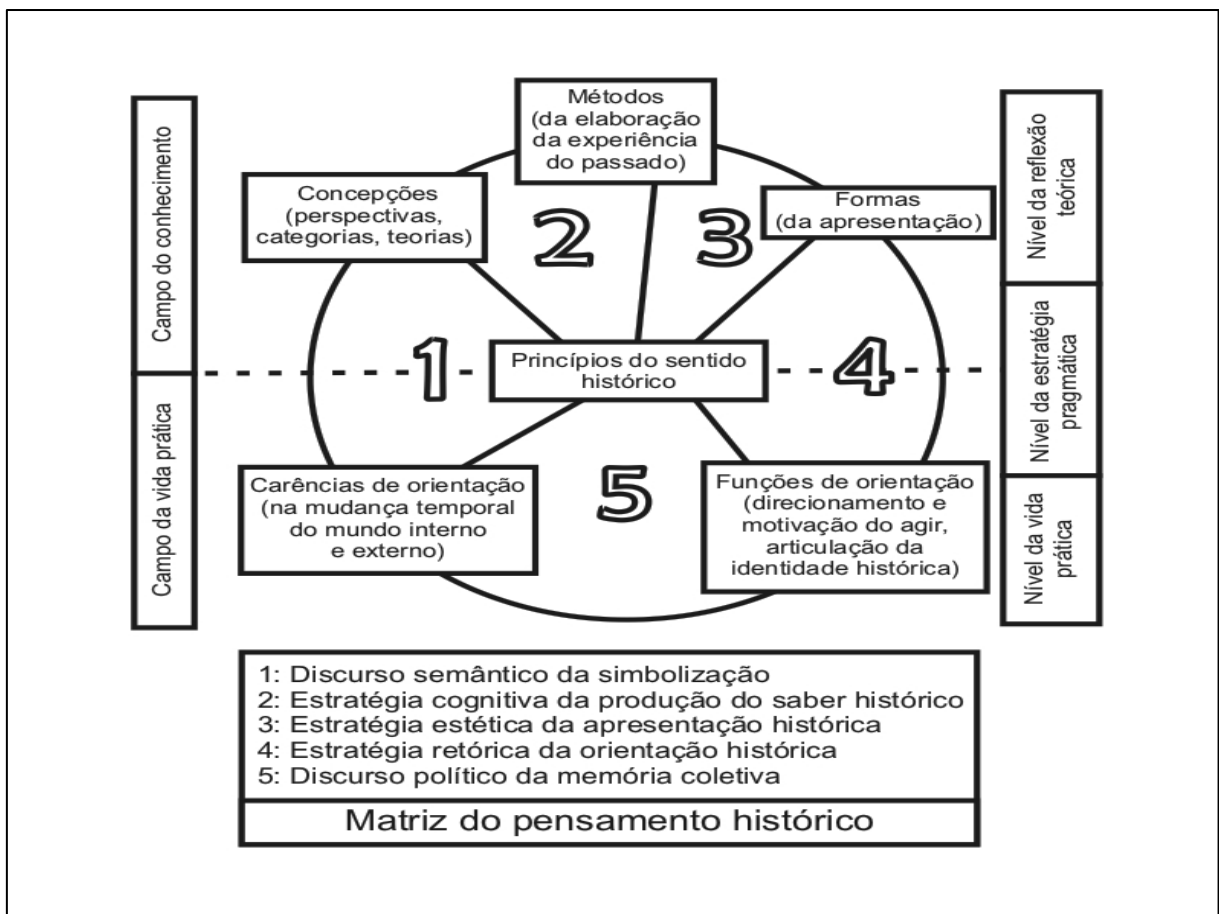
A história tem a importante função de desnaturalizar o tempo presente, de fazê-lo diferir em relação ao passado e ao futuro, no mesmo momento que torna perceptível como estas temporalidades se encontram, como elas só existem emaranhadas, articuladas em cada instante que passa, em cada evento que ocorre. A história serve para que se perceba o presente como devir, como parte de um processo marcado pelas rupturas e descontinuidades, mas também por continuidades e permanências. [...] a história serve para produzir subjetividades humanas, serve para humanizar, serve para construir e edificar pessoas, serve para lapidar e esmerilhar espíritos, serve para fazer de um animal um erudito, um sábio, um ser não apenas formado mas informado, de um ser sensível fazer um ser sensibilizado (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2012, p. 26).

Em suma, orientação existencial e interesses interagem. As funções didáticas da história, como intitula Rüsen, podem variar e sob tal inconstância não existem garantias de utilização ou formas de emprego. Instaura-se, no processo social, uma espécie de interlocução entre temporalidades, é o passado vigente no presente. A mediação histórica pode confortar, localizar no tempo, propiciar sentidos à alteridade e/ou identidades. Na conformação mais utilitarista, gera-se informação técnica facilitadora de planejamentos; no tangente à subjetividade, favorece a desacomodação, cria interfaces de humanização e orientação à consciência, no fluxo do tempo.

Nesses pressupostos genéricos, encontra-se a preocupação de Rüsen (2015) em fundamentar a história como ciência, torná-la plausível “em sua particularidade, a partir de sua relação com as formas e prática humanas gerais (antropologicamente universais) de constituir

sentido. Na tese ora apresentada, esse conjunto de considerações auxilia na compreensão daquilo que o autor denomina “o processo científico de conhecimento do pensamento histórico”. A fim de atingir tal objetivo, o autor elabora “um esquema dos procedimentos intelectuais do pensamento histórico, que distinga com rigor os critérios decisivos do conhecimento e, ao mesmo tempo, deixe claras suas diferenças e sua interdependência” (RÜSEN, 2015, p. 72). Eis a *matriz do pensamento histórico*¹⁰, demonstrada na Figura 1.

Figura 1 – Matriz do pensamento histórico



Fonte: Rüsen (2015, p. 73).

Inicialmente criada a partir do termo elaborado por Thomas S. Kuhn (2017)¹¹, não sem os devidos cuidados críticos e adaptativos, conforme recorda o próprio Rüsen, a matriz considera o que o autor intitulou o “contexto vivo”, o caráter processual, de dependência

¹⁰ A construção da matriz do pensamento histórico passou por pelo menos três estágios desde sua origem, ainda em 1983. No Brasil, aparece primeiramente em Rüsen (2001). Para uma análise completa de cada uma dessas versões, é possível consultar Schmidt e Martins (2016, p. 99-110) e, também, Martins (2017, p. 319-331).

¹¹ A obra original é de 1962. Em 1969 o autor acrescentou o Posfácio, em que comenta a noção de matriz disciplinar, realizando ajustes ao próprio conceito de paradigma após críticas recebidas de seus leitores. Na recente versão brasileira, a noção de matriz disciplinar encontra-se explicada (também no Posfácio) (KUHN, 2017, p. 288-296).

contextual do conhecimento histórico em relação a “cada cultura histórica temporalmente condicionada”. No intuito de destacar a dimensão cognitiva do pensamento histórico, a estrutura gráfica não perde de vista outras dimensões desse pensamento, a exemplo da política e da estética (multidimensionalidade). Em paralelo, alerta o autor, “a capacidade operacional do esquema tem seus limites” e estes aparecem “sempre que se deva estabelecer uma relação aos inúmeros contextos e condições externas (em especial de tipo institucional) de modo a entender os resultados reais do pensamento histórico profissional” (RÜSEN, 2015, p. 73). O acautelamento é particularmente conveniente à presente tese, visto que, além das relações contextuais (de relevante caráter institucional) e de tratar dos produtos práticos do exercício de pesquisa histórica profissional, elege exatamente os cinco fatores estruturantes da matriz como variáveis de análise nas teses em questão – Carências de orientação, Concepções, Métodos, Formas de apresentação e Funções de orientação.

Na última versão da matriz do pensamento histórico (acima apresentada e que será aqui utilizada), Rüsen organiza didaticamente suas ponderações em torno do esquema dividindo-as em três partes:

- a) **matriz disciplinar I:** o sistema dos cinco fatores, onde são apresentadas: a necessidade de interpretar e carência de orientação, as perspectivas heurísticas, os procedimentos metódicos, a forma narrativa e as funções práticas;
- b) **matriz disciplinar II:** o esquema das cinco práticas em que aparecem: o discurso semântico da simbolização, a estratégia cognitiva da produção do saber histórico, a estratégia estética da representação histórica, a estratégia retórica da orientação histórica e o discurso político da memória coletiva; e, por último,
- c) **matriz disciplinar III:** os três níveis da constituição histórica de sentido, a constar: o nível da constituição funcional de sentido, o nível da constituição reflexiva de sentido e o nível da constituição pragmática de sentido (RÜSEN, 2015).

É sobre as formas especificadas pelo autor, em cada um desses tópicos, que tratam as páginas seguintes. O objetivo é compreender a proposta teórica de Rüsen para, posteriormente, analisar as pesquisas históricas práticas (teses) em relação aos cinco fatores da matriz disciplinar (matriz do pensamento histórico).

Há, constantemente, por parte do autor a reiteração da ideia de que os fatores constituintes do esquema não podem ser vistos isoladamente, conquanto, para fins de explanação assim o sejam dispostos. Se, por um lado, “cada fator é, individualmente, *necessário*”, sem o que o pensamento histórico não existiria, por outro, “somente os cinco em conjunto são *suficientes* para a compreensão do que é o pensamento histórico e de como ele

funciona enquanto processo cognitivo” (RÜSEN, 2015, p. 74, grifos do autor). Ainda que o pensamento histórico seja representado linearmente, ordenando-se os fatores sequencialmente, sua “interdependência é sistemática”. A dinâmica, de certa forma evolutiva, permite “interpretar e compreender, mediante análise estrutural, [...] a história dos fenômenos científicos e historiográficos” (RÜSEN, 2015, p. 74-75). Sintetiza o autor a atividade interna à matriz e seus fatores:

O pensamento histórico é disparado pelas *carências de orientação*. Em seguida, ele transforma essas carências, no processo de sua satisfação mental, em perspectiva acerca da experiência do passado – em uma *perspectiva de interpretação*. Nessa perspectiva, são inseridos, então, metodicamente, *conteúdos experienciais* concretos. O saber acerca do que aconteceu no passado, assim obtido, torna-se representação do passado em *forma historiográfica*. Assim formatado, o saber histórico adquirido torna-se *ativo* nos processos atuais da orientação histórica (RÜSEN, 2015, p. 74).

O que não se pode perder de vista são as novas perguntas originadas pelas carências de orientação da vida humana prática. O caráter transitório desses conhecimentos aparece, mormente, na relação mantida com a cultura (temporal e espacial) à qual pertence. Ao mesmo tempo, não incorre em relativismo por estar regulado, no âmbito da formação científica, pelos procedimentos metódicos. O determinismo de um ou outro componente é evitado pelo condicionamento mútuo entre eles – a cada perspectiva correspondendo uma intersubjetividade.

Assim, os cinco fatores do conhecimento histórico, conforme a Matriz Disciplinar I, são:

a) A necessidade de interpretar e as carências de orientação:

Entre a vida prática e a ciência há um processo de “racionalização” do pensamento histórico. Ocorre, de algum modo, um distanciamento (diferenciação) entre as duas formas de pensar as divergências temporais – cotidianas e científicas. Sem perder a atividade na vida prática, permanece o pensamento histórico (científico), marcado “por impulsos pré e extracientíficos da orientação cultural”. A especificidade científica depende da inserção em suas configurações histórico-culturais próprias. Dito de outra forma, “não se pode compreender o tipo de pensamento histórico que é especificamente científico sem considerar a sua inserção no contexto da cultura histórica de seu tempo”, uma vez que é daí que emergem as questões históricas, é do respectivo presente que historiadores(as) profissionais dependem (RÜSEN, 2015, p. 75).

Nesse processo, no entanto, não se resolve de antemão os problemas contemporâneos às rupturas temporais. A maneira de ocupar-se historicamente dessas questões é objeto da ciência histórica. Há uma espécie de desvinculação entre o pensamento histórico e a vida prática

– justamente para que esta possa ser interpretada à modo da ciência – sem perder de vista a origem na experiência viva inserida em determinada cultura histórica. Assim, o conhecimento transforma as carências históricas de orientação em interesses do conhecimento. A cientificidade do pensamento histórico baseia-se nesse processo evolutivo (RÜSEN, 2015, p. 75).

b) As perspectivas heurísticas do processo histórico de conhecimento:

Em proposição sumária, Rüsen escreve: “são as perspectivas orientadoras acerca do passado humano, as concepções do pensamento histórico, que constituem seu quadro de referência, os modelos determinantes de interpretação, que fazem do que ainda subsiste do passado (documentação empírica), no presente, ‘fontes’ do conhecimento”. No processo de racionalização, em que ocorre a transformação das carências de orientação em interesses cognitivos no passado, são elaboradas perguntas perspectivadas. Trata-se do fornecimento de “informações sobre o que se quer saber”, advindas de concepções, hipóteses diretoras de pesquisa, conjecturas (concepções heurísticas), “que dirigem o olhar, desde o primeiro momento, para os conteúdos que se intenta investigar (formatação das perspectivas questionadoras quanto ao passado humano)” (RÜSEN, 2015, p. 76-77, grifos nossos).

Às fontes, só se pode acercar a partir da existência – explícita ou não no trabalho – de concepções. Porém, anota Rüsen (2015), estas podem variar desde conjecturas pouco estruturadas até hipóteses explícitas. Importa reconhecer, nessa base teórica, o potencial de seleção da empiria, pois serve para “tornar cognoscível o que do passado está ainda presente, disponível como ‘fonte’, por conseguinte, do saber controlável” (RÜSEN, 2015, p. 77).

c) Os procedimentos metódicos na pesquisa histórica:

Na concepção rüseniana, método aparece, em primeira instância, associado à sua própria origem etimológica, ‘caminho’. Trata-se do percurso entre pergunta e resposta a ser concretizado por meio de procedimentos regrados, ou seja, “são essas regras procedimentais que conferem a esse saber a pretensão específica da validade quanto à controlabilidade racional e à plausibilidade intersubjetiva”. A essa concepção, estão implicadas duas outras: o caráter profissional dos historiadores(as) e a ideia de concordância entre sujeitos, conforme visto anteriormente. A pretensão de cientificidade encontra-se submetida ao domínio dos métodos especializados da disciplina histórica. Para além das funções de interpretação histórica, as relações à experiência e o controle da experiência, efetivado pelo conhecimento, as “expectativas de sentido, conexas com a proposta de perspectivas históricas, podem ser frustradas pelo trabalho das fontes e os correspondentes enquadramentos interpretativos podem ser também refutados” (RÜSEN, 2015, p. 78-80).

d) As formas narrativas da história:

À própria pergunta, “o que torna especificamente histórico determinado saber?”, Rüsen (2015), retomando outros elementos da matriz do pensamento histórico, responde:

Não é seu conteúdo factual sozinho. Tampouco é a interpretação explicativa do acontecimento efetivamente passado, que a experiência processada metodicamente torna histórico. Sem o enquadramento em um modelo interpretativo (temporalmente perspectivado), as informações e as explicações do acontecimento passado ainda não são históricas. Elas só se tornam históricas quando enquadradas na representação de um processo temporal que articula, com sentido e significado, o passado ao presente e ao futuro. Esse enquadramento só lhes é dado quando inseridas em uma ‘história’, em uma apresentação histórica (RÜSEN, 2015, p. 80).

Em função da premissa adotada de que o acontecimento passado – intermediado pela regulação metódica – somente se relacionado ao presente (representação no presente) torna-se histórico, Rüsen entende ser a “formatação historiográfica” elemento essencial à constituição do saber histórico. A forma narrativa é intrínseca a essa forma de saber. O narrar acontece integrado no “procedimento mental da constituição de sentido”, não como algo extrínseco ou exclusivamente de fins retóricos e estéticos. Em certa medida, o diferencial dessa narratividade em relação a outros campos do conhecimento (arte, literatura e mesmo a comunicação cotidiana) está em exprimir “o contexto temporal que articula sistematicamente a interpretação do passado com um entendimento do presente e as expectativas de futuro”. Conquanto, os modos de articulação (descrição de uma época, reflexão ensaística sobre interpretações do tempo, expansão argumentada do resultado de outras pesquisas) podem ser diversos e não necessariamente explicitados no texto, é crucial “que todas as apresentações se refiram, substantivamente, ao conteúdo factual do passado [...]” (RÜSEN, 2015, p. 81).

e) As funções práticas do conhecimento histórico:

A conexão à orientação cultural da vida humana prática, como em todas as etapas da construção do conhecimento histórico é, também, na narrativa, um elemento fundamental. Rüsen (2015) não deixa no esquecimento a diretriz de que sempre que uma história tem de ser narrada esse processo ocorre – sustentado em critérios e procedimentos – “para se poder interpretar o tempo que determina o agir e o sofrer humanos”. A esse pilar são remetidas diversas questões a exemplo da responsabilidade ou da ética dos historiadores, à ação política e mesmo como instrumento de (auto)reflexão em termos de teoria da história; nesta, “as funções práticas do conhecimento histórico são um ponto de referência [...]” no qual “critérios essenciais de sua formatação cognitiva se tornam apreensíveis” (RÜSEN, 2015, p. 82).

A leitura, particularmente no que tange às funções de orientação prática do conhecimento histórico, permite sugerir uma inversão nas clássicas divisões da história em

campos, ou seja, ao invés de se pensar uma história política, por exemplo, ter-se-ia de imaginar um conhecimento histórico em suas conexões com a vida humana, suas funções práticas, dentre as quais a política. O ajustamento social às realidades específicas ocorreria a partir daquilo que foi empírica e perspectivamente constatado, regulado cientificamente, disponibilizado em forma historiográfica e, finalmente, no decorrer desse processo de significação, tornado acessível.

A constituição histórica de sentido é o eixo norteador da pesquisa no âmbito da teoria da história em Rüsen. À matriz do pensamento histórico incumbe o papel sistematizador desse processo significativo. Na origem etimológica de “sistema”, encontra-se a ideia de “fazer funcionar junto”¹² e, assim, o sublinha o autor a presença mesclada entre os fatores matriciais “nos processos discursivos da consciência histórica” (RÜSEN, 2015, p. 82). Alicerçado ao princípio de que a constituição histórica de sentido ocorre de modo comunicativo, Rüsen aponta o que classifica como as cinco formas de comunicação do pensamento histórico e os respectivos conteúdos aos quais são relativas.

Dessa forma, conforme a Matriz Disciplinar II, o esquema das cinco práticas é assim explicitado:

a) O discurso semântico da simbolização (concepções de sentido)

A apreensão das carências de orientação temporal da vida humana prática e suas respectivas transformações em conceitos do pensamento histórico Rüsen denomina “*discurso semântico de simbolização*”. Explica o autor:

Nesse discurso, as experiências desafiadoras do tempo e dos sentidos prévios da cultura, com relação ao passado, são relacionados de modo que as experiências são (ou podem ser) interpretadas e inseridas nos elementos relevantes da orientação cultural. Trata-se, pois, de mobilizar a força interpretativa das concepções históricas de sentido, de a relacionar a desafios específicos das experiências da divergência temporal e de a fazer valer. Nesse discurso, cristaliza-se uma determinada compreensão da história, determinante para uma forma de vida. Ela está à base das diversas configurações da cultura histórica e marca seu pertencimento à característica de uma época (RÜSEN, 2015, p. 83).

Nesse meio, estão envolvidos desde procedimentos inconscientes (formadores de arquétipos) até distorções e rejeições. Para Rüsen (2015), é nesse momento que as “lembranças comunicativas” se transformam em “memória cultural”, mas, aqui, encontram-se os poderes anônimos descritos por Michel Foucault, em *Arqueologia do Saber*, abrindo-se “espaços de liberdade e possibilidades de crítica que se podem contrapor a tal superpoder”. À ciência

¹² Etimologia de sistema. Disponível em: <<https://www.gramatica.net.br/origem-das-palavras/etimologia-de-sistema/>>. Acesso em: 09 maio 2018.

incumbe, então, o papel de “racionalidade metódica” e estruturação cognitiva na tarefa de interpretação do tempo. É o que Rüsen chama canalização cognitiva das carências de orientação da vida prática. Contudo, alerta para os perigos das pretensões de hegemonia cultural, dos discursos etnocêntricos e das tendências de autoafirmação, aparatos comuns “a todos os homens e a todas as formas humanas de vida”. A solução a tais problemas está, para Rüsen, em reconhecer, antes das diferenças culturais, as qualidades humanas universais (fundamentação antropológica a ser pensada no âmbito da filosofia da história)¹³, a fim de elucidar o *humanum* comum nas diferenças, identificável nas formas potenciais de constituição de sentido no tempo, próprias a cada cultura, como possibilidade de lidar argumentadamente com as diferenças (RÜSEN, 2015, p. 83-85).

b) A estratégia cognitiva da produção do saber histórico (concepções de pesquisa)

Uma nova forma de discurso entra em ação, trata-se agora de comunicação “sob critérios que possuem a forma de regras”. A particularidade dessa etapa está nos procedimentos metódicos, fase em que “o discurso se reveste de traços especializados e de formas profissionais”. O formato de pesquisa (estratégias) busca “apreender e explicar, interpretativamente, os conteúdos obtidos das fontes”. Instituem-se as condições (tratativas) para o conhecimento a partir de “modelos de interpretação disponíveis e os conteúdos da experiência visando às finalidades pretendidas” (RÜSEN, 2015, p. 85-86).

c) A estratégia estética da representação histórica (concepções de apresentação)

O elemento em questão é parte das estratégias historiográficas. Fração, pois é seguida pelo compositor retórico no mesmo expediente e, ao mesmo tempo, não perde de vista a sustentação metódica da narrativa. Frisando o caráter de complementação existente entre conhecimento e o par estética-retórica, Rüsen afirma: “Estruturas cognitivas são transpostas em estéticas que, por sua vez, precisam (ou devem) desembocar em uma estratégia de tratamento retórico dos problemas culturais de orientação” (RÜSEN, 2015, p. 86). Não sem problemas, vê o autor a necessidade de a racionalidade intrínseca ao conhecimento aparecer na formatação textual. Ao saber empírico explanado interpretativamente somam-se a coerência narrativa e seus critérios de plausibilidade.

Deve-se levar sistematicamente em consideração o enorme significado que as histórias possuem na ordem simbólica do mundo humano, assim como a íntima conexão do pensamento histórico profissional (científico) com essa ordem simbólica. Pode-se dizer mesmo que a cientificidade da ciência da histórica surge desses

¹³ O autor discute o tema aprofundadamente em Rüsen (2012, p. 55-80).

condicionantes narrativos de uma orientação cultural da vida prática eficaz (RÜSEN, 2015, p. 86).

d) A estratégia retórica da orientação histórica (concepções do uso pragmático):

A segunda parte ou fração componente da apresentação historiográfica do conhecimento histórico é a retórica. A esta, segundo Rüsen (2015), cabe a função de mediação entre a estética da representação histórica e o papel político do saber histórico no discurso prático da vida, na memória coletiva”. A retórica constitui uma espécie de ponte entre o saber histórico e seu ‘valor de uso’. A estratégia retórica da orientação histórica “direciona a historiografia à cultura política do seu tempo” a fim de que desempenhe um papel. Essa incumbência não ocorre de todo em desconsideração à cientificidade do pensamento histórico. Ocorre sim, na intermediação constitutiva do próprio saber histórico, concebido da, na e para vida prática, ou seja, “o interesse peculiar ao pensamento histórico surge das disputas em meio às quais um ordenamento da vida se interpreta e faz valer culturalmente” (RÜSEN, 2015, p. 87).

e) O discurso político da memória coletiva (concepções da cultura política):

No campo de ação da orientação prática da vida humana o saber histórico reencontra imediatamente, se assim se pode dizer, os espaços de disputas pelo poder, “o meio do político [...] desempenha um papel enquanto novo componente do pensamento histórico, em seu dimensionamento intersubjetivo e em sua configuração comunicativa”. Ciência e política se interpõem de modo que a ciência se torne “politicamente relevante” sem perder “seus padrões de racionalidade especificamente científicos”. O centro dessa problemática converge às origens e permanência (enraizamento) do pensamento histórico nos fundamentos antropológicos da cultura humana. Esse pensamento tem, “nas lutas políticas pelo poder de seu tempo, enquanto fator da cultura histórica, a tarefa de humanizar essa cultura” (RÜSEN, 2015, p. 88-89).

Para explanar os três níveis da constituição histórica de sentido, tem-se a Matriz Disciplinar III. À constituição de sentido histórico precede a pergunta, “de onde provém o sentido?” Em resposta, Rüsen adota a ideia de construtividade (os próprios construtores são construídos). Nem o extremo da subjetividade – construtivismo (historiadores como construtores do mundo) nem a objetividade – facticidade do passado por si só. Há em Rüsen (2015) a concepção de passado já significado e fazendo parte do “horizonte de sentido da vida prática presente”. Assim, não se pode falar de um passado morto, ao contrário, encontra-se “plenamente vivo na evolução das circunstâncias e dos ordenamentos atuais da vida”. Os movimentos do historiador dão-se diante de significâncias prévias, ou seja, ainda que não se conheçam satisfatoriamente os sentidos das “mudanças temporais dos ordenamentos da vida humana que tenham desembocado no presente”, é no campo do “passado presente”, onde são

estabelecidas as experiências de diferenças temporais, que se aloja o pensamento histórico (RÜSEN, 2015, p. 91).

A ideia central fundamenta-se em entender o pensamento histórico em contextos comunicativos / dinâmicos. Tais contextos influenciam a configuração da interioridade (o mundo interior do sujeito intérprete), “podendo, sem dúvida, determiná-la, ou mesmo predeterminar e certamente influenciar, sem que se tenha consciência disso” (RÜSEN, 2015, p. 91). Certo sentido já existe (sentidos prévios do passado no presente) a condicionar os contextos comunicativos do pensamento histórico, no entanto, não são suficientes. Ao contrário, alega Rüsen,

a possibilidade de haver experiências do tempo irritantes se baseia no fato de que os potenciais de sentido incluídos no âmbito das orientações culturais não bastam para poder interpretar, nesse mesmo âmbito e de forma constante, as experiências das mudanças temporais, que não cessam de ocorrer, de modo a viabilizar a vida (RÜSEN, 2015, p. 92).

O limite imposto ao potencial de liberdade dos intérpretes da história, enquanto constituição cultural de sentido, advém exatamente dos significados anteriormente atribuídos ao passado e que, contemporaneamente aos historiadores(as), encontram-se diluídos na cultura histórica¹⁴ atuando nos processos de constituição histórica de sentido até mesmo por meio de “movimentos mentais *inconscientes*” (RÜSEN, 2015, p. 93, grifo do autor). Reconhecendo a complexidade da “conexão entre a ‘construção’ histórica de sentido e os sentidos prévios ‘construtores’ nos contextos e condicionamentos concretos do pensamento histórico”, sugere a decifração do enredamento, ação à qual procede dividindo (ideal-tipicamente) a constituição histórica de sentido em três níveis: funcional, reflexivo e pragmático¹⁵.

a) O nível da constituição funcional de sentido:

Nesse nível, o sentido é dado como acontecimento, ou seja, faz parte da realidade da vida humana, atua sem a mediação da consciência histórica, “é dada previamente à consciência histórica, por sobre todas as mediações e meios em que os homens estão inseridos”. A significância não é produzida de forma “articulada, manifesta e visível” e pode dar-se nos âmbitos “pré e inconsciente”. O sentido opera nos mais variados setores da vida (política cultural, instituições, processos educativos e formativos). A inserção do conhecimento histórico na vida prática fundamenta-o, nesse nível, na transdisciplinaridade presente “nas raízes da

¹⁴ Rüsen (2015, p. 93) recorda, no âmbito da ontologia existencialista, Martin Heidegger na condição em que “o sujeito constituidor de sentido do pensamento histórico é projetado (Heidegger fala de ‘ser-lançado’) na ‘clareira do ser’, no sempre estar-interpretado de seu mundo”. Anota ainda: “Seria de se acrescentar que essa ‘clareira’ inclui sombras, lacunas, flancos vulneráveis da falta de sentido e do contrassenso”.

¹⁵ Referência a Ricoeur (2010).

significância do mundo humano, de que o pensamento histórico nutre sua qualidade criativa” (RÜSEN, 2015, p. 94-95).

b) O nível da constituição reflexiva de sentido:

O nível reflexivo da constituição de sentido, ao contrário do primeiro (funcional), é articulado, manipulado de forma consciente a fim de completar dúvidas, precariedades, contradições e/ou insuficiências dos orientadores prévios de sentido. O sentido é trabalhado e, ainda que haja limitações de recursos culturais em relação às aspirações humanas por sentido, precisa ser “cuidado, criticado, negociado discursivamente”. A categoria de cientificidade do conhecimento ganha especial atenção nesse nível ou, como escreve Rüsen (2015, p. 96), “aqui valem, irrestritamente, as regras específicas do método histórico. Aqui se manifesta, igualmente, a força criativa do formato estético e retórico do saber histórico”.

c) O nível da constituição pragmática de sentido:

Esse é o nível em que, de certa forma, encontram-se combinados os dois anteriores (funcional e reflexivo). Nele predomina a categoria de uso. O saber histórico já condicionado por contextos passa a interagir em tais esferas com possibilidades de modificação, isto é, as “decisões prévias são incorporadas à produção do que pode ser um saber histórico com sentido. Ao mesmo tempo, faz-se uso desse sentido de modo a (poder) modificar essas decisões prévias”. Há, nesse nível, forte conotação de crítica especializada na constituição de sentido. “A especialização do conhecimento histórico faz-se valer, no nível de sua pragmática¹⁶, como fator da admissibilidade ou inadmissibilidade do uso prático”. A base do raciocínio está na ideia de que a especialização, metódica e historiográfica, do saber histórico possua a capacidade de crítica. Além da crítica, “um critério essencial que a ciência da história introduz na pragmática da constituição histórica de sentido”, em mesmo nível, Rüsen destaca a existência de critérios “pedagógicos e formativos” oriundos dessa mesma racionalidade de formato científico (RÜSEN, 2015, p. 97).

¹⁶ O autor entende que pragmática “quer exprimir que as operações da consciência na vida corrente que se tenciona investigar e que se dão sempre que se pensa historicamente só são identificadas quando se analisa a vida cotidiana dos homens, no curso da qual tais opertomo algo relativo ao campo de aplicação exterior ao saber histórico, mas como algo intrínseco ao pensamento histórico, cuja estrutura e forma determinam de maneira marcante” (RÜSEN, 2001, p. 55).

Quadro 1 – Os três níveis da constituição histórica de sentido

| Nível | Constituição de sentido |
|------------|--|
| Funcional | Determinação contextual, dependência de elementos culturais prévios, sentido ‘objetivo’ |
| Reflexivo | Desempenhos interpretativos construtivos, sentido ‘subjetivo’ |
| Pragmático | Mediação entre elementos prévios de sentido e resultados de sentido em perspectiva prática |

Fonte: Rüsen (2015, p. 98).

Em síntese, todas essas observações visam orientar a leitura das teses no interior dos pressupostos básicos da matriz do pensamento histórico e, concomitantemente, perspectivar a própria matriz a partir das teses, ambas condicionadas mutuamente. No propósito de aproximar vértices aparentemente distantes do conhecimento histórico, principalmente se pensadas no âmbito do desconhecimento volitivo quando das respectivas elaborações (a teoria da história de Rüsen implicada de concepções filosóficas – não visando a aplicação imediata – e as teses sequer imaginadas em enquadramentos teóricos), tornou-se necessária a organização de instrumentos capazes da obtenção de dados e informações para, posteriormente, auxiliarem nas análises.

É o caso da ferramenta abaixo, na qual os cinco Fatores da matriz são subdivididos em quatro Vetores cada um, visando a obtenção de um maior grau de precisão nas análises. Se, por um lado, corre-se o risco de imprecisão em relação a qualquer ideia do pensamento original de Rüsen ou mesmo na instituição de certa mecanicidade da aplicação nas teses, por outro, tais falhas potenciais parecem ser corrigidas pela visão conjuntural dos elementos avaliados e, ao mesmo tempo, pela compensação por possíveis sobreposições. Bastaria pensar, por exemplo, no quão cada item não pode ser redutível a si mesmo.

Quadro 2 – Modelo de instrumento de obtenção de dados¹⁷

| TESEX – | | | |
|--|--------------------------------|------------------|------------------|
| VETOR | CARÊNCIAS DE ORIENTAÇÃO | | |
| | NÍVEL 6 Forte | NÍVEL 3 Médio | NÍVEL 0 Fraco |
| Dos Gatilhos do Pensamento Histórico | | | |
| Das Experiências da Divergência Temporal | | | |
| Do Sentido Histórico | | | |
| Das Origens Práticas do Conhecimento Histórico | | | |
| PARCIAIS | | | |
| TOTAL | | | |
| CONCEPÇÕES | | | |
| VETOR | NÍVEL 6 | NÍVEL 3 | NÍVEL 0 |
| | Forte | Médio | Fraco |
| Das Filosofias Material e Formal | | | |
| Das Características da Interpretação Histórica | | | |
| Das Teorias/Dos Conceitos | | | |
| Das Categorias ou Variáveis | | | |
| PARCIAIS | | | |
| TOTAL | | | |
| METODOLOGIA | | | |
| VETOR | NÍVEL 6 | NÍVEL 3 | NÍVEL 0 |
| | Forte | Médio | Fraco |
| Das Ideias de Método/ Das Noções de Cientificidade | | | |
| Da Reflexidade Historiográfica | | | |
| Das Fontes | | | |
| Das Estratégias Cognitivas da Experiência do Passado | | | |
| PARCIAIS | | | |
| TOTAL | | | |
| FORMAS DE APRESENTAÇÃO | | | |
| VETOR | NÍVEL 6 | NÍVEL 3 | NÍVEL 0 |
| | Forte | Médio | Fraco |
| Dos Tipos de Constituição de Sentido | | | |
| Da Narratividade do Pensamento Histórico | | | |
| Da Representação do Processo Temporal | | | |
| Dos Modelos Interpretativos/Protocolares | | | |
| PARCIAIS | | | |
| TOTAL | | | |
| FUNCÕES DE ORIENTAÇÃO | | | |
| VETOR | NÍVEL 6 | NÍVEL 3 | NÍVEL 0 |
| | Forte | Médio | Fraco |
| Da Noção de Função Prática | | | |
| Das Formas de Tratamento da Categoria da Identidade | | | |
| Do Posicionamento/Da Invocação do Político | | | |
| Da Temporalização do Futuro | | | |
| PARCIAIS | | | |
| TOTAL | | | |

Fonte: elaborado pelo autor, a partir de substratos obtidos nas concepções da matriz do pensamento histórico (RÜSEN, 2015).

¹⁷ Agradeço, particularmente, ao professor Valdeci Lopes de Araújo, pelas ideias envolvendo a constituição do recurso.

A submissão de cada uma das teses a esse quadro geral de vinte vetores, contemplando os cinco fatores da matriz do pensamento histórico, permite perceber não somente a presença de cada um dos mesmos nos textos, mas também a intensidade com que aparecem e os modos de manifestação, quando expressos. O modelo de análise permite, ainda, a interação entre os diferentes elementos da matriz perceptíveis na constituição textual enquanto construção narrativa resultante de um movimento contextual não estanque e, de mais a mais, capacita à leituras horizontais e verticais da historiografia em exame, sem perder de vista a perspectiva elíptica de correlação entre os fatores.

Naturalmente, apenas a fim de tornar o texto mais didático, garantindo certa sistematicidade, na orientação do próprio Rûsen, por serem seus elementos pensados conjuntamente, na medida em que forem sendo desenvolvidos, receberão definições precisas sobre as respectivas formas de uso e correspondentes características, capítulo a capítulo, e em concordância às análises. No momento, importa apresentar a moldura geral sob o qual são submetidas todas as teses. A partir desses dados organizam-se os quadros qualitativos do agrupamento de teses, entendidas, tanto em seus aspectos constitutivos individuais quanto na totalidade que as compõem.

A estrutura textual da tese pretende facilitar o acesso do leitor e, para tanto, segue sempre um mesmo padrão, ou seja, uma breve apresentação capitular, quatro subtemas e algumas considerações finais, estas restritas ao tema de cada capítulo. A disposição é válida para todos os capítulos. Uma exceção: os capítulos 2 e 3 estão integrados de forma que as ideias apareçam organizadas, no sentido do que se poderia denominar do geral para o particular, característica não aplicável aos demais em que é possível realizar apreciações em ambos os sentidos (geral-particular-geral), mas, mais ainda, pensar a narrativa em seus significados horizontal e vertical (TOPOLSKI, 2016, p. 59-73), sem, principalmente, perder de vista a noção de conjunto.

Assim, a tese estrutura-se em nove capítulos, sendo o segundo e o terceiro – Contexto Geral (primeira parte) e Contexto Geral (segunda parte) –, de características panorâmicas sobre os Programas de Pós-Graduação em História no Brasil e do montante das teses nos três Programas de Pós-Graduação em História do Rio Grande do Sul. O objetivo destes capítulos é situar as teses sobre a América Latina, no contexto mais amplo de trabalhos acadêmicos desenvolvidos durante o período de análise (1986-2016). Inicialmente, não é um espaço com pretensões analíticas e sim descritivas e conjunturais, ficando a tarefa crítica secundarizada nesse sentido.

O quarto capítulo, intitulado “Carências de Orientação e suas Epistemologias”, aborda diretamente o tópico de como o mundo da vida prática acaba sendo provocado a inserir-se no âmbito científico e quais são os meios manifestos dessas instigações. A tarefa é alcançada através de quatro vetores: os Gatilhos do Pensamento Histórico, as Experiências da Divergência Temporal, o Sentido Histórico e as Origens Práticas do Conhecimento Histórico. O objetivo central é identificar nas teses os níveis de presença desses quatro eixos e os modos como se manifestam para, em seguida, colocá-los em conexão aos demais Fatores.

O quinto capítulo, “Concepções e suas Epistemologias”, reflete sobre os componentes teóricos envolvidos no estudo do passado no âmbito da ciência histórica, especificamente através das teses estudadas. As características a serem pensadas nesse tópico estão relacionadas às manifestações das Filosofias Material e Formal, das Características da Interpretação Histórica, das Teorias (dos Conceitos) e das Categorias ou Variáveis. O propósito primeiro desse espaço é perceber os modelos teóricos adotados para as investigações históricas nesses trabalhos acadêmicos.

O sexto capítulo, “Metodologias e suas Epistemologias”, discute as características que, no âmbito da teoria da história rüseniana, garantem ao conhecimento histórico o caráter de cientificidade. Nessa tônica, as argumentações giram em torno de quatro pontos: as Ideias de Método (Noções de Cientificidade), a Reflexividade Historiográfica, as Fontes e as Estratégias Cognitivas da Experiência do Passado. O escopo principal encontra-se na compreensão dos critérios e procedimentos utilizados nas teses para fins de constituição do conhecimento histórico enquanto parte do processo cognitivo.

O sétimo capítulo, “Formas de Apresentação e suas Epistemologias”, examina os recursos cognitivos, retóricos e estéticos na constituição da narrativa histórica. Para tal, quatro condicionantes são consideradas: os Modelos Interpretativos (Protocolares), os Tipos de Constituição de Sentido, a Representação do Processo Temporal e a Narratividade do Pensamento Histórico. A finalidade nesse plano é de pensar a etapa narrativa da produção do conhecimento histórico enquanto intermediária entre os processos metódicos e as funções de orientação prática, sem perder o caráter próprio de fase significativa, compositora de sentido.

O oitavo e penúltimo capítulo, “Funções de Orientação e suas Epistemologias”, averigua de que maneira os resultados do processo de constituição de sentido – percorrentes de todos os fatores da matriz – se interconectam ao mundo da vida prática, respondendo às causas que lhe deram origem, mas, principalmente, servindo à orientação. Nessa direção, quatro vetores formatam particularmente a base do raciocínio: a Noção de Função Prática, as Formas de Tratamento da Categoria da Identidade, o Posicionamento (a Invocação) do Político e a

Temporalização do Futuro. O intento é demonstrar como, por meio de certos dispositivos, a história, de origem na vida prática, após percorrer os caminhos teórico, metódico e historiográfico, desemboca em um plano existencial capaz e com potencial de orientação.

Finalmente, após esse apanhado, cabem três observações gerais:

- a) em cada um dos capítulos constam exemplos diversos de teses caracterizadoras dos meios formais arquetípicos apresentados, tanto no sentido de conter quanto pela ausência de tais propriedades;
- b) as escolhas das teses ocorrem, única e exclusivamente, pela força representativa contida nas mesmas, no concernente a um determinado fator e vetor(es) correspondente(s), podendo, em detrimento desse procedimento errático, resultarem em repetições, as quais, no entanto, serão evitadas sempre que possível;
- c) ainda que os mecanismos avaliativos o permitam, o interesse maior encontra-se nos delimitadores teóricos das teses enquanto conjunto, de onde a ideia central condutora do texto de que os exemplos particulares visam sempre o arcabouço mais amplo de compreensão dos rumos dessas teses enquanto pertencentes a um cenário global e, ao mesmo tempo, circunstancial.

2 CONTEXTO GERAL (PRIMEIRA PARTE)

2.1 APRESENTAÇÃO

O presente capítulo do trabalho visa situar o conjunto de teses a serem analisadas nos demais espaços do texto partindo de uma caracterização geral sobre os Programas de Pós-Graduação em História no Brasil, particularizando-os no Rio Grande do Sul, até constituir uma visão panorâmica de todas as teses neste último defendidas e, mais uma vez, singularizando, nesse meio, as que se dedicaram aos estudos latino-americanistas. Nesta fase do texto, a pretensão não é analítica e/ou possui finalidades críticas, sequer interpretativas. O intuito é simples: constituir uma base abrangente para que seja possível situar a leitura do *corpus* documental apresentado na sequência da narrativa deste estudo.

Assim, neste segundo capítulo, são apresentadas algumas características dos Programas de Pós-Graduação em História no Brasil, dos Programas de Pós-Graduação no Rio Grande do Sul, das teses em teoria da história e historiografia no Rio Grande do Sul e das delimitações temáticas (matéria, espaço e tempo) das teses em história no Rio Grande do Sul. No interior deste último item, estão qualificados subtemas como a história institucional e seus processos constitutivos, bem como os grupos étnicos e culturais nas pressuposições de etnicidade (compactados em três unidades: italianos, alemães, poloneses, judeus, açorianos e seus descendentes; sociedades originárias e seus descendentes; e africanos e seus descendentes). O capítulo 3 é composto pelos demais agrupamentos adotados no texto.

2.2 DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA NO BRASIL

O texto “Pós-Graduação no Brasil: do Regime Militar aos dias atuais”, de Miriam Fábria Alves e João Ferreira de Oliveira, retrata cronologicamente alguns pontos da pós-graduação no Brasil. Os autores realizam um rebusque histórico a partir da década de 1960 e consecutivas criação, institucionalização e processos de expansão sofridos pelo sistema de pós-graduação no país em eventos determinados a exemplo da Reforma Universitária de 1968 e os reiterados Planos Nacionais de Pós-Graduação (PNPGs)¹⁸. Partindo da constatação de que foi no contexto

¹⁸ Uma leitura mais geral também pode ser realizada por meio do artigo de Marieta de Moraes Ferreira, “o ensino da História, a formação de professores e a Pós-Graduação”. No texto, a autora disponibiliza algumas informações sobre os períodos de 1938-1964 (ao que denomina “o foco nas licenciaturas”), indica mudanças advindas da Reforma Universitária de 1968 e a expansão dos programas de Pós-Graduação e avança cronologicamente até pelo menos a criação dos Mestrados Profissionais no Brasil (FERREIRA, 2016).

do “Regime Militar, que a pós-graduação vivenciou um movimento de estruturação, normatização e institucionalização, bem como de ampliação do fomento, da expansão e da adoção de sistemática de avaliação, cujas diretrizes e bases permanecem ainda hoje”, convergem suas reflexões para os anos 1990, momento da “expansão acelerada, dos novos parâmetros de avaliação e das novas demandas” (ALVES; OLIVEIRA, 2015, p. 352, nos seus próprios termos).

Alves e Oliveira (2015) realizam diversos comparativos para o período estudado – subperíodos temporais, regiões brasileiras, experiências dos PNPGs, etc. Dentre as principais notas angariadas no texto, destacam-se: a importância das agências de incentivo, avaliação e fomento (CNPq e Capes), para as décadas de 1970-1980, com saliência nas alterações no modelo avaliativo a partir da década de 1990; as avaliações com “ênfase conferida ao quantitativismo” enquanto objeto de críticas – a secundarização do “debate sobre a formação e qualidade da produção” e, por fim, paralelamente, a “inegável” contribuição ao “patrimônio intelectual e material constituído no Brasil a partir da estruturação da pós-graduação desde os anos 1960”, o registro de que “a marca mais profunda da pós-graduação brasileira no contexto atual talvez seja, no entanto, a sua profunda vinculação e dependência do Estado, sobretudo por meio do fomento articulado à avaliação dos cursos / programas” (ALVES; OLIVEIRA, 2015, p. 372-373).

A pesquisa intitulada “A Pós-Graduação no Brasil: história de uma tradição inventada”, recentemente defendida como tese na Universidade Estadual de Campinas sob a orientação de Demerval Saviani direciona-se, segundo os fundamentos teóricos do materialismo histórico-dialético (conforme declara a autora), a uma análise de “como se instituiu a pós-graduação no interior da universidade brasileira” (ALMEIDA, 2017, p. 17). A investigação traz, dentre outras particularidades, a menção de uma enorme quantidade de produções sobre o tema no país nas décadas que antecedem a realização do estudo. Inicia por localizar a pós-graduação como problema histórico e historiográfico, defende a tese de que “a pós-graduação instituiu-se como uma Tradição Inventada, conforme a perspectiva de Hobsbawm, constituindo-se como ponto de inflexão na década de 1960 na história da universidade brasileira” (ALMEIDA, 2017, p. 7) e finda por reafirmar, dentre outros pontos, algumas características comuns a diversos autores, frequências estas que assim podem ser resumidas:

- a) ‘a pós-graduação ainda é um objeto de estudo em constituição no campo da história da educação brasileira’ (não somente desta), tendo ocupado espaços periféricos em estudos de outras temáticas e chegando a sua história a ser ‘confundida com a história da pesquisa no país, tem sua periodização tomada

- cronologicamente a partir da história política ou do próprio processo de instituição do ensino superior’ (ALMEIDA, 2017, p. 182);
- b) há certa singularidade a ser considerada em termos de estudo do objeto pós-graduação, daí sua história não poder ‘ser confundida com a história da pesquisa, nem com a história da universidade, nem com as experiências de cursos de doutorado que existiram antes de 1965’, constadas as articulações possíveis (ALMEIDA, 2017, p. 186);
 - c) a instituição da pós-graduação legitimou a universidade como o espaço privilegiado de efetivação da pesquisa, pois se é verdade que há pesquisa sem pós-graduação, no Brasil o inverso não é verdadeiro, obviamente no caso do *stricto sensu* (ALMEIDA, 2017, p. 188); e, arrematando,
 - d) a pós-graduação tem sido, então, o grande espaço de socialização da produção do conhecimento em nosso país, inculcando ideias, constituindo sistemas de valores e padrões de comportamentos dos pesquisadores que a compõem, tanto no que se refere a paradigmas teóricos como também aos padrões produtivos do que vem a ser reconhecidamente, já nos anos 1990, a aclamada produtividade dos programas. Por fim, toda essa engenharia social de constituição de um modelo de produção do conhecimento reforça a persistente ideia de nação construída a duras contradições em nosso país. A tradição inventada da pós-graduação em nosso país disciplina o costume da pesquisa num modelo centralizado e concentrado que rompe com a última proposta do período nacional desenvolvimentista, ainda com ares de Anísio Teixeira, que eram os centros regionais de pós-graduação e cujas políticas públicas passam a ser desenvolvidas a partir de 1974 pelo Conselho Nacional de Pós-Graduação que expressa, por meio do I Plano Nacional de Pós-Graduação, a política macro do Estado para a tradição que desde sua invenção já (re)inventava-se continuamente no interior das universidades onde cada dissertação ou tese, cada programa de pós-graduação, tem representado, mesmo que numa estrutura que reproduz a desigualdade de condições acadêmicas, a possibilidade para muitos de construção de uma universidade crítica (ALMEIDA, 2017, p. 188).

No mesmo viés, com caráter mais específico e no intuito de aprofundamento, Valdeci Lopes de Araújo reflete sobre como o “modelo atual de pós-graduação impacta na circulação e legitimidade do conhecimento em nossa área [história] e nas humanidades em geral, como o crescimento quantitativo das pesquisas pode conviver com as pressões pelo empobrecimento da experiência histórica” (ARAÚJO, 2016, p. 86). O autor instaura sua crítica a partir da hipótese de que

um ‘regime de autonomia avaliativo’, comum a outras esferas da ciência moderna, tem transformado a historiografia e o historiador contemporâneo, celebrando um perfil de alta especialização, baixa relevância e comunicabilidade social que coloca em risco a capacidade deste profissional colaborar para a diversificação das formas de experiência histórica (ARAÚJO, 2016, p. 85).

A percepção geral é a de que, a partir dos anos 1970, houve uma aceleração do quadro envolvendo a pós-graduação no Brasil. Além do “grande crescimento e a estabilização da prática historiadora em bases institucionais acadêmico-universitárias”, advieram a homogeneidade e estabilidade no processo formativo, “amplamente regulado e avaliado pelo Estado em níveis de graduação e pós-graduação com uma carreira docente igualmente estável, regulada por concursos públicos, tanto em nível superior, quanto no ensino fundamental e

médio”. No entanto, Araújo (2016) estabelece a pergunta: “[...] quanto desse crescimento se traduziu em comunicação e relevância social?”. Responde ao próprio questionamento partindo de dois pontos: a heteronomia dos modelos científicos e de avaliação e a baixa comunicação e legitimidade social do conhecimento academicamente produzido”. O autor associa os itens a uma mesma origem, isto é, “o modelo de avaliação da produção historiográfica consolidado nos últimos quarenta anos e um processo de reforma educacional que aposta não na formação plena do ser humano, mas na sua conformação periférica à economia global” (ARAÚJO, 2016, p. 90-91).

Na análise crítica realizada por Araújo (2016) sobre os PNPGs, no interior do Sistema Nacional de Pós-Graduação (SNPG), importa anotar duas características, ao menos para o escopo da presente contextualização: como foi se evidenciando o “acoplamento entre pesquisa, pós-graduação e mercado”; e, o reconhecimento do autor de que “não se pode duvidar que a historiografia no Brasil viveu e vive um momento de grande expansão. Nunca tanto conhecimento histórico de grande qualidade esteve disponível como hoje”. Mais do que a discussão em torno do que venha a ser o “regime de autonomia” invocado no artigo – a leitura integral do texto o permite notar – importa perceber a relação possível entre a expansão da oferta de cursos (vagas) de pós-graduação em consonância com a disponibilidade de conhecimento histórico. Essa amarração parece indicar o padrão recorrente aceito no interior das mais variadas concepções e formas de análise (ARAÚJO, 2016, p. 90-93).

Uma das mais frequentes assertivas quando se lê sobre os programas de pós-graduação em história no Brasil é a de que, com sua criação, ocasionaram transformações substanciais em termos historiográficos, particularmente em três aspectos: as dimensões, as abordagens e os domínios temáticos, para permanecer na trilogia adotada por José D’Assunção Barros (2013)¹⁹. Em se tratando dos programas de pós-graduação, os estudos giram especialmente ao redor da criação e implementação dos sucessivos Planos Nacionais de Pós-Graduação, singularmente na condição de políticas públicas. Já, quando o direcionamento ocorre para os aspectos teóricos, metodológicos e/ou historiográficos, duas linhas gerais costumam ser invocadas. Na primeira, predominam as propriedades temáticas, o que vem sendo produzido sobre determinado conteúdo, matéria ou mesmo assunto; enquanto, na segunda, prevalecem os aspectos relativos às formas de pesquisa, análise, escrita e respectivas bases teóricas. Importa, no entanto, anotar

¹⁹ Barros (2013), especialmente o capítulo 1 – “A expansão da história” (p. 13-38).

a centralidade dessas análises no meio acadêmico, para o caso, mais avultadas nas pós-graduações e a indispensabilidade de serem pensadas conjuntamente²⁰.

Assim, reconhecendo a convergência quantitativa e em certa medida qualitativa entre a existência dos PPGs (particularmente em História) no Brasil e as pesquisas produzidas nas últimas quatro décadas, no âmbito da história da historiografia e da teoria da história, resta pensar essa mesma confluência no espaço próprio ao exame aqui apresentado, isto é, o Rio Grande do Sul e suas respectivas IES ofertantes de cursos de doutorado em história.

2.3 DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA NO RIO GRANDE DO SUL

No Rio Grande do Sul, nos moldes do que ocorrera em outras partes do Brasil (em diferentes proporções), a partir da década de 1970, instituem-se iniciativas centradas na pós-graduação, mais ou menos acompanhando os Planos Nacionais de Pós-graduação: I PNPG (1975-1979); II PNPG (1982-1985); III PNPG (previsto para 1986-1989 e desenvolvido apenas entre 1991-1992); IV PNPG (2005-2010); e V PNPG (2011-2020). A Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul implantou seu curso de mestrado em 1973, embora ainda contando em muito com a presença de professores externos à instituição. O doutorado iniciou as atividades em 1986, tendo as primeiras teses defendidas a partir de 1991. A Universidade Federal do Rio Grande do Sul credenciou seus cursos de mestrado (1986) e doutorado (1995), respectivamente, uma década após. As primeiras teses foram defendidas em 1999. Já as atividades na Universidade do Vale do Rio dos Sinos entraram em funcionamento em 1987, para o mestrado e, em 1999, para o doutorado.

Recentemente, conquanto fora do escopo deste trabalho, a Universidade de Passo Fundo, a Universidade Federal de Santa Maria e a Universidade Federal de Pelotas ingressaram também para o rol de instituições com a oferta de cursos de doutorado no Rio Grande do Sul. A primeira mantinha o curso de mestrado desde 1998 e criou o doutorado em 2014. Já a segunda, a distância temporal entre a criação dos dois cursos foi menor, o mestrado funciona desde 2010 e o doutorado iniciou efetivamente as atividades da primeira turma em 2015. A

²⁰ A fim de se exemplificar essa forma de procedimento em um estudo sucinto e específico, sugere-se Pacheco e Rocha (2016). O estudo discute em bases empíricas o surgimento e crescimento do uso do termo Ensino de História no âmbito dos programas de pós-graduação avaliados pela área de História da Capes, em um período de quinze anos (2000 a 2015). Os autores exploram os tipos de objetos “de pesquisa, de abordagens, ou pensamento científico” nomeados pelo termo nos (PPGHs) a partir das informações prestadas pelos programas à Plataforma Sucupira (relatórios de 2015).

Universidade Federal de Pelotas obteve a aprovação de seu curso de mestrado em 2009 e, no final de 2018, logrou a recomendação para o curso de doutorado²¹.

Respeitadas as reconhecidas diferenças entre instituições públicas e privadas, ademais de aspectos geográficos, como a localização no interior do Rio Grande do Sul de alguns desses centros universitários (UPF, UFPel e UFSM) e outros dados quantitativos como os concernentes aos anos de criação dos cursos de graduação na área de história e/ou o número de alunos formados em todos os níveis até o presente, caberiam ser levados em consideração elementos como os de continuidades temáticas nos âmbito de uma mesma universidade e pelos próprios investigadores. A tomar em referência variáveis como a perenidade em projetos de pesquisa, o dimensionamento temático envolto em cada orientador, as instituições em que estes foram formados e possíveis influências advindas desses *locus* emissores, as continuidades e rupturas nas estruturas curriculares dos cursos, por si só, potencializam outra tese.

No entanto, por ora, o que se quer é chamar a atenção para certa convergência temática perceptível nas correspondentes áreas de concentração e, essencialmente, nas linhas de pesquisa, independentemente de tratar-se de um ou outro programa.

Quadro 3 – Áreas de concentração e linhas de pesquisa dos PPGHs/RS

| Universidade | Área de concentração | Linhas de pesquisa |
|--------------|---|--|
| PUCRS | História das Sociedades Ibéricas e Americanas | 1) Sociedade, Ciência e Arte; 2) Sociedade, Cultura Material e Povoamento; 3) Sociedade, Política e Relações Internacionais; e 4) Sociedade, Urbanização e Imigração. |
| UFRGS | História Social | 1) Relações sociais de dominação e resistência; 2) Relações de poder político-institucionais; 3) Cultura e representações; e 4) Teoria da História e historiografia. |
| UNISINOS | Estudos Históricos Latino-Americanos | 1) Sociedades indígenas, cultura e memória; 2) Migrações, territórios e grupos étnicos; e 3) Poder, ideias e instituições. |
| UPF | História, Região e Fronteiras | 1) Política e Relações de Poder; 2) Economia, Espaço e Sociedade; e 3) Cultura e Patrimônio. |
| UFSM | História, Poder e Cultura | 1) Fronteira, política e sociedade; 2) Cultura, migrações e trabalho; e 3) Memória e patrimônio. |
| UFPEL | Fronteiras e Identidades | 1) Estado: entre poder, tensões e autoritarismo; 2) Imagens: entre iconografia, cultura visual e intermedialidade; e 3) Trajetórias: entre identidades, memória e conflito social. |

Fonte: elaborado pelo autor (2019).

²¹ A Fundação Universidade do Rio Grande e a Universidade de Caxias do Sul iniciaram atividades em seus mestrados profissionais em 2012 e 2013, respectivamente. A primeira com área de concentração em “História”, “História, Pesquisa e vivências de ensino-aprendizagem” e a segunda em “Ensino de História”. PLATAFORMA SUCUPIRA. **Cursos avaliados e reconhecidos por região / UF / instituição de Ensino**. Disponível em: <<https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/programa/quantitativos/quantitativoIes.jsf?cdRegiao=4&sgUf=RS>>. Acesso em: 15 mar. 2019.

Apesar de diferirem em graus de abrangência, todas sugerem a centralização dos estudos em áreas comuns, a exemplo do que ocorre com os estudos regionais, de fronteiras, movimentos migratórios, política e poder. Naturalmente, uma leitura atenta das descrições das linhas de pesquisa e, por extensão, dos ementários das disciplinas ofertadas em cada uma delas, assim como bibliografias de referência, uma vez confrontadas às pesquisas implementadas, poderiam auxiliar no aprofundamento dessas questões. As próprias reflexões (balanços) sobre as trajetórias e as perspectivas elaboradas em cada PPGH permitem algumas inferências.

Os periódicos diretamente relacionados aos programas de pós-graduação costumam publicar ordinária e extraordinariamente textos de autoavaliação e, também, sobre os respectivos programas aos quais encontram-se conectados. No caso da PUCRS, em primeiro lugar, a *Revista Estudos Ibero-Americanos*²² e, em seguida, a *Revista Oficina do Historiador* (antiga *Histórica*) – revista discente do PPGH/PUCRS. Na UFRGS, a *Revista Anos 90* e a *Revista Aedos*²³, esta coordenada pelos pós-graduandos. Na UNISINOS, a *Revista História Unisinos* e a *Revista Latino-Americana de História*. Em todos os casos, há uma manifesta dependência quantitativa e qualitativa em relação aos órgãos de fomento (CAPES, CNPq e FAPERGS), seja pelos recursos captados seja pelo sistema avaliativo.

Nos momentos comemorativos de cada um dos três programas, geralmente são produzidos textos retomando algumas de suas principais características. Exemplo disso, o texto de Arno Alvarez Kern²⁴, então coordenador do programa de pós-graduação da PUCRS, quando do 25º aniversário deste último, recapitulou sua história a partir do que seriam os eventos de distinção na trajetória do programa. Reforçava a ideia acima mencionada de que a década de 1970 presenciara, nos grandes centros brasileiros, “uma notável conscientização sobre a necessidade de incrementar-se uma formação profissional a nível de pós-graduação”. Na PUCRS, partindo da “experiência de um curso de especialização [...] numa época em que eram raros os mestrados e que existia apenas um doutorado na USP”, fora organizado o mestrado “em torno de duas áreas de concentração: História da Cultura Brasileira e História da Cultura Ibero-americana” (KERN, 1998, p. 6).

Na mesma linha de raciocínio de outras iniciativas em nível de Brasil, afirma Kern que a “década de noventa representou um considerável salto qualitativo ao programa”. Entre as alterações lembradas pelo autor estão

²² Gonçalves (2017) e Maia (2018).

²³ Rodrigues e Weber (2016).

²⁴ **1973-1998: um programa de ensino e pesquisa completa vinte e cinco anos de consolidação e maioria** e “**Realizações e perspectivas da pós-graduação em História do IFCH - PUCRS: 25 anos (1973-1998)**” (KERN, 1998).

a formação progressiva de um corpo docente qualificado, a melhoria das condições de infraestrutura e a existência de melhores condições de trabalho para os professores. [...] Ampliaram-se as potencialidades do programa, com uma maior e melhor produção científica, bem como a ampla participação dos docentes em eventos internacionais e nacionais, convites para participar em bancas, seminários, mesas-redondas, conselhos editoriais, etc. (KERN, 1998, p. 7).

Em 1993, o mestrado em história seria reconhecido e o doutorado credenciado. “As duas áreas anteriores de concentração foram substituídas, criando-se em seu lugar: História do Brasil e História Ibero-americana”. Além disso, fora concebida uma terceira área de concentração, agora em Arqueologia, “a partir da experiência de um curso de especialização em ‘Arqueologia da Região Platina’”, com as primeiras defesas nesta área iniciadas em 1994 (KERN, 1998, p. 7-8).

Nas comemorações de trinta anos de existência do programa de pós-graduação em história da PUCRS, um novo texto seria publicado pelo então coordenador do programa Arno Alvarez Kern²⁵. Desta vez, em tom mais reflexivo, sem perder de vista a lógica comemorativa da publicação, escrevia: “As ideias simplificadas e sentimentais das comemorações devem ser sempre acompanhadas pela reflexão histórica. Ela exige que sejam explicados os sentidos e apresentadas as provas, pois é a prática da História que nos transforma em atores de nosso próprio futuro” (KERN, 2003, p. 6), pensamento seguido por uma enormidade de destaques positivos do programa como o fato de deixar, naquele momento, apesar de existirem mais de quatrocentos cursos de graduação em história no Brasil, somente dez departamentos haviam alcançado as condições para os cursos de mestrado e doutorado.

Após mais uma década de existência, seria a vez de Maria Cristina dos Santos (editora da *Revista Estudos Ibero-Americanos*) realizar, transcrever e editar uma série de entrevistas com membros do corpo docente do programa de pós-graduação da PUCRS. Ao todo, foram dezesseis curtos depoimentos, reunidos sob o título “Conversas sobre o PPGH-PUCRS – 40 anos (1973-2013)”, e publicados nas duas edições de 2013. Nas palavras da própria organizadora das entrevistas, observa-se uma síntese bastante precisa do que fora tratado e, por decorrência, indica pontos aqui levantados estendendo-se para além das singularidades e envolvendo o programa em questão:

Buscou-se abordar questões específicas do papel desempenhado pelo PPGH no conjunto do desenvolvimento da Pós-Graduação brasileira, abordando-se também questões mais contemporâneas, como os atuais desafios da pós-graduação, o crescimento do número de titulados e do uso de palavras de ordem como ‘tecnologia’,

²⁵ **1973-2003**: 30 Anos de trajetória de um pós-graduação voltado para a formação qualificada em História (KERN, 2003).

‘inovação’ e ‘empreendedorismo’; chegando até alguns aspectos pitorescos, guardados pela memória, sobre esse longo tempo (SANTOS, 2013, p. 180).

Na edição do primeiro semestre, os fragmentos das entrevistas selecionados à publicação voltavam-se para a exposição do processo de criação e estruturação do PPGH. Destacam-se, sobretudo, as dificuldades iniciais e os esforços adaptativos necessários aos setores administrativos, docentes e gestores em geral. O texto torna perceptíveis os diversos momentos experienciados na pós-graduação, na universidade e no país, sob o olhar do grupo de pessoas envolvidos nesse processo. Um trecho da entrevista concedida pelo professor René Gertz, sobre o item “Dificuldades em permanecer: ajustes, improvisos, credenciamento, recredenciamento”, apresenta um pouco do que foram essas realidades:

[...] Naquele momento [meados de 1980] a gente estava claramente tateando, isso se reflete inclusive no credenciamento que nós tivemos, que é uma história bem interessante. Havia sido encaminhado o pedido de recredenciamento, mas estava empacando, pois havia esta coisa: não havia corpo docente próprio. Como é que uma instituição mantém um curso de Pós-Graduação sem professores? Mas neste momento havia tido uma nova investida, que foi anterior à minha vinda. A professora Luiza Kliemann, e não sei quem mais, tinham feito um novo pedido de reconsideração, com uma nova documentação, uma nova argumentação, pedindo este credenciamento. A CAPES mandou uma comissão para uma visita *in loco* para avaliar. Eu me lembro muito bem, pois estava presente, veio a professora Altiva Pilatti Balhana, da Universidade Federal do Paraná, e da USP veio a Maria Beatriz Nizza da Silva (a Mabi), professora portuguesa, inclusive falava com sotaque, especialista em Brasil Colonial, em história sobre família. E as duas vieram, simpáticas, discutiram conosco, e houve uma cena em que, na época, todas as nossas dissertações cabiam numa estante, eram duas ou três prateleiras. Elas então pediram à secretária para colocar sobre uma mesa. Elas foram “passando” [olhando], e distribuindo em dois montes. Quando tinham feito isso, nos chamaram, para o seguinte comentário: “no Brasil já existem vários cursos de pós-graduação instituídos, de várias áreas, sobretudo História Social” – que também no Brasil estava na moda –, “o que ainda não tem é História da Cultura, e nós olhamos aqui, e vocês tem um número X de dissertações que são História da Cultura, apesar de que” (não me lembro mais a proporção) “tem um número ainda muito grande de História Clássica, História Política, História Econômica [...] mas nós vamos dar um parecer de que sim, o curso de vocês tem estrutura, vocês tem estrutura física, vocês tem todas as coisas que foram avaliadas, vocês tem um corpo docente razoável com titulação. Então nós vamos propor um credenciamento para vocês, mas na área de concentração de História da Cultura Brasileira, ou História da Cultura Ibero-Americana” (isso eu não me lembro mais, mas, em todo o caso, era dentro da História da Cultura). “Só que vocês vão ter de cuidar, de melhorar o índice, ou seja, as dissertações vão ter que, de agora pra frente, se enquadrar nesta temática”. [...] Com esta promessa, nós fizemos uma reunião depois que elas foram embora, porque isto seria avaliado pela CAPES. Elas não estavam dando o credenciamento, porque não tinham competência para isto, mas iam sugerir o credenciamento no parecer delas. Aí o que aconteceu? Nós nos reunimos e decidimos que nós teríamos que cumprir este quesito. [...] Um pouco isso, a gente cuidou dos títulos, ajeitou o curso um pouco. [...] Hoje as coisas são mais sérias (risos). Quer dizer, foi um improviso no bom sentido de cumprir o nosso interesse de sermos credenciados, e de fato fomos credenciados, com esta área de concentração. E também não houve nenhuma maldade de nossa parte, mas nós vimos que cuidando um pouco nesta parte dos títulos, de dar o título adequado, isso fazia parte de nós atendermos à recomendação (RENÉ GERTZ, entrevista em 10 de abril 2013 apud SANTOS, 2013, p. 193-194).

No segundo número da revista, em 2013, foram contempladas, nas palavras de Maria Cristina dos Santos, “o processo de consolidação do Programa, alguns desafios da Área de História com o crescimento da pós-graduação no Brasil” e, na continuidade, “alguns fragmentos dos depoimentos de coordenadores do Programa, da atuação da Secretaria ao longo desse tempo, e alguns casos pitorescos ao longo dessa trajetória de quarenta anos de História” (SANTOS, 2013, p. 381).

Nesses depoimentos, algumas características comuns parecem percorrer o conjunto:

- a) o desenvolvimento do PPGH-PUCRS pelo contexto brasileiro de incentivo e avaliação;
- b) a inserção dos pós-graduandos no que se poderia denominar “o mundo da pesquisa” provocada pela própria aceleração de prazos instituídos legalmente (tempo de titulação) e pela quantidade de conhecimentos disponíveis e necessários à fundamentação mínima para realização de investigações acadêmicas;
- c) a afirmação (ou não) das ditas humanidades em suas particularidades de área;
- d) a importância da inovação e da tecnologia, mas, sobretudo, a “inovação enquanto sua atuação transversal, enquanto a introdução do ‘novo’, os processos de mudança na sociedade, estabelecimento de novos paradigmas, isso afeta todas as Áreas *indistintamente* [...]”, conforme Jorge Audy (entrevista em 26 de abril de 2013 apud SANTOS, 2013, p. 391-392);
- e) as relações institucionais com as políticas públicas implementadas (particularmente por agências como a Capes) e a pergunta sobre qual o tipo de egressos de pós-graduação se quer ter; e,
- f) as dificuldades a serem pensadas para o futuro.

O caso da UFRGS, conquanto instituição pública, não é significativamente diferente na maioria dos aspectos até aqui levantados. Em 2016, a revista *Anos 90* publicou uma série de trabalhos sob o dossiê “Dilemas e possibilidades da Pós-Graduação em História no Brasil”²⁶. O motivo, como ocorrera dez anos antes quando foram comemorados os vinte anos de existência do programa, desta vez seriam as três décadas de realizações e perspectivas. A data tomou como referência o ano de 1986, quando iniciava-se o mestrado em história contendo

²⁶ Em 2016, a revista *Anos 90* completava seus 23 anos. Segundo o então editor-chefe, Alessandro Mário Kerber, a revista teve “seu primeiro número lançado em maio de 1993, com dossiê abarcando as tendências recentes da historiografia. Funcionou ininterruptamente desde então, publicando inicialmente uma edição anual e passando posteriormente para as duas edições anuais que mantêm até a atualidade. Esta edição é a quadragésima quarta publicada” (KERBER, dez. 2016, p. 11-13). Na série disponível online parece ter havido alguma interrupção no ano de 2002 e entre 2004 e 2006 foram condensados alguns números.

àquela altura, segundo Mara Cristina de Matos Rodrigues e Regina Weber, o desenho “com três das quatro atuais linhas de pesquisa do programa: Sistemas simbólicos, representações e práticas (posteriormente transformada em Cultura e Representações), Relações de dominação e resistência e Relações político-institucionais”, às quais, posteriormente, seria acrescida a linha de Teoria da História e historiografia (RODRIGUES; WEBER, 2016). O doutorado foi credenciado em 1995 e, até o final de 2016, o programa formou “335 Mestres e 137 Doutores e Doutoradas, respectivamente” (UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL, 2019).

Na perspectiva de uma análise crítico-comemorativa, Silvia Petersen (2006) escreveu um artigo recuperando aspectos da trajetória do programa de pós-graduação em história da UFRGS, quando este completou duas décadas de existência. O texto se propunha a discutir dois temas em especial: a área de concentração e as linhas de pesquisa e o corpo discente. A autora considera que, “quando se examinam questões de fundo para o aperfeiçoamento de um PPG em História, no sentido de formar historiadores cada vez mais qualificados, há que considerar sempre a existência de um *marco muito complexo* [...] constituído por duas referências permanentes”: primeiramente, “a necessidade de criar um mínimo de *unidade*” – por exemplo, os próprios objetivos acadêmicos do programa – a partir da diversidade inerente à composição do seu corpo docente (cultura acadêmica) e, em segundo, “a necessidade de acolher ou enfrentar as diretrizes sempre cambiantes da política das agências de fomento” (PETERSEN, 2006, p. 32, grifos no original).

O depoimento a seguir revela um pouco daquilo que fora e vem sendo corriqueiro também em outros programas.

Muitos programas, quando foram criados, não estabeleceram uma área de concentração, mesmo porque este sempre foi um conceito pouco claro. Mas, a partir de um determinado momento na década de 1990, os formulários dos relatórios para a CAPES, por razões que desconheço, criaram um campo de preenchimento onde devia ser indicada uma área de concentração, mesmo que o curso não a tivesse. Ou seja, o mundo virtual exige e o mundo real cria, numa inversão que honra a condição pós-moderna [...] Dessa forma, vários cursos – o nosso inclusive – fizeram o que era mais lógico e razoável como solução a posteriori: indicaram como área de concentração a História Social, por razões que não é necessário explicar para um público de historiadores. Afinal, em seus Combates pela História Lucien Febvre já escrevia que “a História é inteiramente social, por definição”. Assim, adotar a História Social como área de concentração significa desenvolver procedimentos interpretativos que possibilitem estudar as formas pelas quais os sujeitos históricos constituem seus modos de viver, considerando todo o conjunto de práticas sociais vinculadas às estruturas e experiências históricas. Enfim, é um bom ponto de partida. Além disso, no nosso caso, essa área dava abrigo às nossas linhas de pesquisa, que devem ser o coração de um Programa (PETERSEN, 2006, p. 34).

Nesse aspecto, a crítica de Petersen está, além do arrazoada acima, na forma frágil como são organizadas as linhas de pesquisa (agrupamento de interesses individuais) – “listas de projetos” permitindo-se a inclusão em seus bojos de objetos de pesquisa muito variados. Mesmo quando incentivados projetos integrados pelas agências de fomento, a autora pondera que a aprovação destes carrega consigo requisitos como “a demonstração de experiência prévia dos proponentes e que o projeto não seja apenas uma colagem de temas tornados discursivamente ‘afins’”, de onde, muitas vezes, “um grupo de pesquisadores tenha de abrir mão ou fazer desvios consideráveis nos objetivos originais de seus projetos para encontrar um denominador comum capaz de preencher as exigências desta ou daquela agência financiadora” (PETERSEN, 2006, p. 37). A quase necessidade de optar por elementos da própria carreira individual de pesquisa e a convergência aos projetos coletivos dos programas acaba por tornar frágeis as linhas de pesquisa e, por consequência, as produções nelas realizadas.

Em relação às linhas de pesquisa, a autora finda com certa convicção: “[...] entendo que nada substitui a decisão consciente e coletiva de um Programa – *que é uma decisão de política acadêmica* – no sentido de constituir linhas com efetiva densidade temática e teórica”. Noutros termos, a consistência e definição das linhas de pesquisa “são a base para uma estrutura curricular clara e bem fundamentada, para dar às disciplinas, projetos e produção científica a identidade do Programa, a referência do que ele é para quem deseja uma determinada formação histórica” (PETERSEN, 2006, p. 39, grifo no original).

A conclusão a que chega a autora no nível do desejável é que

cada linha se constituísse como uma unidade problemática que fosse referência aos projetos que venham a se desenvolver em seu interior, cada um deles capaz de produzir diferentes intervenções nessa problemática da linha, investigando desde as perspectivas teóricas e delimitações que interessassem ao pesquisador – docente ou discente – com diferentes cortes temáticos, espaciais e cronológicos, em âmbito de micro ou macro análise, sob a forma de estudos de caso ou análises comparativas, etc. [...] Mas, com frequência, é o contrário disso que ocorre: uma dispersão e pulverização do ensino e da pesquisa que pouco contribuem para a qualidade de programas que, afinal, têm um enorme compromisso com o próprio perfil da historiografia que se produz no Brasil (PETERSEN, 2006, p. 39-40).

O segundo fator discutido por Petersen (2006), em seu texto, e que possui relação direta com aspectos aqui aventados é o corpo discente dos PPGHs. A autora inicia constatando o ingresso de candidatos cada vez mais jovens, especialmente nos mestrados – quase considerando-se uma fase automática a ser perseguida com o término da graduação. De acordo com ela, o ingresso precoce tem alguns efeitos,

apesar de seleções cada vez mais exigentes (o que não significa necessariamente mais apropriadas para encontrar os melhores candidatos) e embora a apresentação de um

projeto ou pré-projeto de pesquisa seja um importante instrumento de avaliação, isso não identifica automaticamente um aluno mais preparado ou maduro para enfrentar as exigências de cursos de pós-graduação com currículos pesados em créditos, conteúdos e monografias e a formidável pressão de produzir e defender uma dissertação em 24 meses caso tenha uma bolsa ou encontre um trabalho, o que reduz o tempo de dedicação ao curso (PETERSEN, 2006, p. 40).

Diante da imprecisão do conceito de dissertação²⁷ (em relação, por exemplo, à tese) desde o Parecer nº 977/65, do Conselho Federal de Educação, que o definira inicialmente, duas consequências são perceptíveis: a primeira, na “grande disparidade dos *resultados*: alguns trabalhos de mestrado são verdadeiras teses e outros não se distinguem de uma monografia de graduação”; e a segunda, na “grande disparidade na *avaliação* dos trabalhos”. A esta última acrescenta: “Se nesse processo existe o imponderável dos componentes de uma banca, mais complicado torna-se quando não há marcos para balizar a atribuição das notas, conceitos ou pareceres”. E, finalizando suas reflexões, afirma taxativamente: “A pós-graduação não é uma fábrica de dissertações e teses, mas um *processo de formação de historiadores*, que não é o mesmo que fazer uma dissertação” (PETERSEN, 2006, p. 42, grifos no original). Nesse item, centra-se o interesse do que vem sendo posto nessa etapa fundante do presente trabalho, isto é, a aproximação entre todos esses pontos e a produção historiográfica no país enquanto determinantes das culturas historiográficas constituídas ao longo do tempo.

A Universidade do Vale do Rio dos Sinos, para um retorno aos pontos iniciais, em formato similar às demais universidades, emitiu uma convocatória no ano de 2016 para o dossiê na *Revista História Unisinos*²⁸, comemorando os trinta anos de existência da pós-graduação. A edição, publicada em 2017, acabou por não reunir um conjunto de textos substanciais sobre o programa em si ou de recapitulação historiográfica conforme se poderia pensar a partir do enunciado no dossiê “Estudos Históricos Latino-Americanos: uma avaliação dos últimos 30 anos (1987-2017)”. O volume conta com um texto coletivo (assinado por Barbara Weinstein, Cláudio Pereira Elmir, Maria Cristina Bohn Martins e Maria Lígia Coelho Prado) sobre o tema da convocatória e mais sete breves balanços historiográficos²⁹ envolvendo matérias específicas

²⁷ Observação antecipada em Neves (1996).

²⁸ “As origens da *Revista História Unisinos* podem ser localizadas no ano de 1966, quando foi criado o periódico Estudos Leopoldenses, que circulou, ininterruptamente, até 1996. A partir de 1997, assumiu o nome de Estudos Leopoldenses – Série História, que vigorou até 1999. A atual denominação foi adotada a partir do ano 2000, sendo que, desde o ano de 2004, a revista pode ser acessada na web. A partir de 2005, sua periodicidade passou de semestral para quadrimestral, mantendo, há quase meio século, regularidade e pontualidade nas suas edições”. REVISTA HISTÓRIA UNISINOS. **Foco e Escopo**. São Leopoldo, RS, 2019. Disponível em: <<http://revistas.unisinos.br/index.php/historia/about/editorialPolicies#focusAndScope>>. Acesso em: 07 mar. 2019.

²⁹ Comércio e conquista na História das duas Índias do abade Raynal; Para uma nova epistémé do luso-tropicalismo: análise comparativa da luxúria clerical no Atlântico Português (1640-1750); História, historiografia e historiadores mapuche: colonialismo e anticolonialismo em Wallmapu; Caminhos

no interior dos estudos concernentes ao subcontinente. Esse é um ponto importante a ser observado aqui, isto é, perspectivados de maneira agrupada e sob a denominação do dossiê, informam muito sobre os próprios programas. Em outras palavras, áreas de concentração e linhas de pesquisa amplas englobando temáticas variadas e de tamanha especificidade ao ponto de gerarem dúvidas sobre os critérios de enquadramento nas primeiras sem, conquanto, esquecer o que anotam os próprios organizadores do dossiê:

Da mesma forma como o conjunto dos Programas de Pós-Graduação em História no país, ao longo destes 30 anos, desde 1987, o lugar da América Latina nos estudos históricos brasileiros não pode ser visto como uniforme. Em uma combinação delicada entre inflexões políticas *lato sensu*, políticas acadêmicas e os avanços da disciplina, a América Latina se realiza, ao mesmo tempo, como uma parcialidade e como uma especialidade. Movimentos oscilatórios que promovem sua integração ou sua dissociação de outros lugares e saberes são reveladores das concepções que crítica ou intuitivamente são estabelecidas acerca dela (WEINSTEIN et al., 2017, p. 282).

Em concomitância, nas duas edições consecutivas da Revista Latino-Americana de História (periódico também ligado ao mesmo programa) – volume 6, nº 17, janeiro/julho de 2017 e volume 6, nº 18, agosto/dezembro de 2017 – na seção de entrevistas, aparecem conversas com membros do corpo docente entre os quais Jairo Henrique Rogge, Hernán Ramiro Ramirez, Luiz Fernando Medeiros Rodrigues, para a primeira e, para a segunda, além de um editorial/apresentação intitulado “Em festa: do PPGH a RLAH. Conquistas e perspectivas” (SALATINO, 2017), duas outras entrevistas (Marcos Antônio Witt e Maíra Inês Vendrame).

Em 2013, haviam sido publicadas na Revista *Latino-Americana de História*³⁰ um grupo de entrevistas com o corpo docente tendo o mesmo escopo rememorativo. Na dezena de depoimentos reunidos, entre os mais experientes representantes do corpo docente, é possível destacar:

- a) o reflexo do que foram (e vêm sendo) as transformações no ensino superior e pós-graduação no Brasil;
- b) a estruturação inicial dos programas de pós-graduação;
- c) os processos formativos dos historiadores profissionais em diferentes momentos da história (no país e no exterior) conjugados às correspondentes influências recebidas;

historiográficos na construção da História Indígena; “Levantamiento bajo Cárdenas”: novas abordagens em torno do conflito antijesuítico no cabildo de Assunção em 1649; Guerra do Paraguai e a unificação argentina: uma reavaliação; Develando las dictaduras del Cono Sur: reflexiones en torno a sus abordajes (WEINSTEIN et al., 2017).

³⁰ UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS (UNISINOS). **Revista Latino-Americana de História**. Edição Especial 25 anos do PPGH/UNISINOS (1987-2012), v. 2, n. 5, 2013.

- d) os percalços nas carreiras de muitos desses profissionais (as trocas entre universidades de atuação profissional e de formação, ingresso em uma ou outra instituição);
- e) rotatividade dos docentes e discentes;
- f) as experiências do corpo docente anteriores a tal posição (haver atuado na Educação Básica, por exemplo);
- g) o exercício de funções de gestão;
- h) criação de acervos e núcleos de pesquisa e documentação agregados aos programas;
- i) direcionamentos da produção docente;
- j) as composições ecléticas dos corpos docentes;
- k) adaptações nas bases curriculares e mesmo das configurações nas linhas de pesquisa e áreas de concentração;
- l) a transferência de experiências entre os programas;
- m) as características dos discentes (exemplos de número reduzido de estudantes, advento da Iniciação Científica, existência – ou não – de bolsas e demais auxílios, etc.);
- n) a formação das redes de trabalho intra e extra-acadêmico;
- o) a identificação dos elementos-chave (indivíduos) em diferentes fases do percurso dos programas;
- p) realização de eventos, celebração de convênios e consequente projeção da pós-graduação; e
- q) os trânsitos das pesquisas / circularidade do conhecimento.

As características referenciadas acima frequentemente aparecem em momentos que se poderia denominar de autoavaliação, primeiramente dos programas e, secundariamente, dos próprios periódicos. Os programas possuem em comum o fato de lembrarem a correspondente posição no *ranking* da Capes, não sem antes mencionarem as dificuldades vencidas para dar início aos cursos. Nesse rol, costumeiramente, aparecem menções sobre a Capes, a gestão interna das universidades e a questão do rompimento com o eixo regional (Sudeste) no quesito “localização” das propostas. Ainda que sejam lembradas as transformações ocorridas no interior das agências de avaliação e fomento, parece preciso não esquecer o controle ainda exercido em seu regimento. Daí, tomar as classificações promovidas por esses órgãos como padrões de celebração poder ser, no mínimo, relativizado.

Os periódicos, outrossim, em suas verificações habituais, como a referenciada no texto “Revista História Unisinos: balanço do quadriênio 2013-2016, desafios e perspectivas”

(KORNDÖRFER; ELMIR, 2016), evidenciam de forma mais concreta a ideia. As revistas, se por um lado refletem um pouco as direções dos programas – servindo de mecanismos propulsores aos próprios interesses de divulgação, por outro, atraem para o interior desses mesmos programas uma gama de conhecimentos, tanto em nível nacional quanto internacional, potencialmente capazes da promoção e reorientação de suas bases de estudos.

De todos os modos, extrapola a finalidade deste texto uma avaliação com pretensões exaustivas do tema. Restariam ser pensados em maior profundidade muitos outros assuntos, temas e objetos. Exemplos disso estão na testagem do valor empírico das entrevistas fornecidas pelo corpo docente de um programa ao periódico também a ele conectado, em reconhecer até que ponto as entrevistas, por não serem “corrigidas”, refletem a espontaneidade dos respondentes, permitindo-se, assim, perceber convergências e divergências nas trajetórias dos programas. Percorrem essas linhas lembranças, desejos, saudosismos, melancolias e todos aqueles elementos que a memória – ao longo dos seus filtros – permite diagnosticar.

Ainda, analogamente a todas essas preocupações internas de cada instituição, transcorreram muitos eventos, reuniões, encontros, discussões, etc., propiciando alternativas às demandas coletivas, ou melhor, similares em diferentes universidades no país, ilustráveis nos encontros anuais de coordenadores de PPGs. Seria viável propor uma análise da implementação de tamanha quantidade de ações no sentido de retorno aos programas. Em qual medida o investimento em, por exemplo, congressos, seminários, simpósios, entre outros tem se refletido na capacidade formativa desses programas? Qual a posição da historiografia nesses quadros culturais? Quais os parâmetros para esta avaliação? Enfim, cabe pensar sobre a própria validade dessas e outras questões.

2.4 DAS TESES EM TEORIA DA HISTÓRIA E HISTORIOGRAFIA NO RIO GRANDE DO SUL

No ano de 2011, Cláudio Pereira Elmir, por ocasião da realização do XXVI Simpósio Nacional de História, redigiu um texto, de pouco mais de dez páginas, que se iniciava pela seguinte sentença: “Este é um texto impossível”. O argumento: passados cinquenta anos desde a criação da então Associação Nacional dos Professores Universitários de História (1961), “a paisagem historiográfica nacional é bastante diversa, exigindo muito mais cautela em qualquer exercício que pretenda o mapeamento ou a sistematização desse empenho” (ELMIR, 2011, p. 1). Mais alguns anos se passaram e a sensação diante das sínteses históricas parece persistir.

Multiplicam-se os trabalhos de tipo monográficos e, inversamente, diminuem as produções resultantes de composições de certo modo globais.

No caso específico do Rio Grande do Sul, em 1989, ao concluir sua pesquisa de doutorado sobre a historiografia rio-grandense, Ieda Gutfreind observou que, por aproximadamente meio século (1920-1970), o Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul (IHGRGS) do estado esteve à frente das principais pautas historiográficas da região. Anteriores ao seu próprio trabalho investigativo, identifica obras de alguns literatos com inserções perpassantes ao tema (João Pinto da Silva e Gulhermino Cesar), além do jurista de formação Dante de Laytano. Em termos de textos mais recentes, apareciam aportes de José Honório Rodrigues (1979) sobre a “historiografia regional” e, com viés crítico, Nelson Boeira (1980), Sandra Jatahy Pesavento (1980) e a dissertação de Marlene Medaglia Almeida “Introdução ao estudo da historiografia sul-rio-grandense”, de 1983, além de artigos em periódicos exemplificados em José Hildebrando Dacanal e Décio Freitas, ambos do início da década de 1980 (GUTFREIND, 1998, p. 9-10).

Hoje, essas sínteses, das mais antigas às mais recentes, já não são facilmente realizáveis. O cenário é mais complexo e de difícil reconstrução, sob pena de incorrer em reducionismos ou negligências. Uma asserção, no entanto, parece ser possível: as décadas seguintes assistiriam à criação e à afirmação dos programas de pós-graduação no Rio Grande do Sul, responsáveis pela alavancagem e centralização dos estudos historiográficos. Um recorrido rápido pelas teses defendidas nas instituições, objeto do presente exame, permite identificar pelo menos três dezenas de trabalhos com cunho historiográfico, teórico e/ou metodológico.

Quadro 4 – Teses de cunho historiográfico, teórico e/ou metodológico – PPGHs/RS

| PUCRS | |
|---|------|
| <i>Historiografia Sul-Riograndense : O Lugar das Missões Jesuítico-Guaranis na formação Histórica do Rio Grande do Sul (1819-1975)</i> | 1997 |
| <i>A Fundamentação Estética da Crítica de Arte em Ângelo Guido (a crítica de arte sob o enfoque de uma história das ideias)</i> | 2002 |
| <i>Fontes orais e historiografia do Rio Grande do Sul . Novas perspectivas ou falsos avanços?</i> | 2003 |
| <i>A imaginação como temporalidade : o pensamento de Eduardo Prado e seus outros na elaboração da ontologia nacional em fins do século 19</i> | 2008 |
| <i>O século XIX e a escrita da História do Brasil : diálogos na Obra de Tristão de Alencar Araripe (1867-1895)</i> | 2012 |
| <i>E eu que já fui uma brasa, se assoprarem posso acender de novo : arqueologia enquanto evento na trajetória de duas pioneiras</i> | 2012 |
| <i>O Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul e o Espaço Social dos Intelectuais : Trajetória Institucional e Estudo das Redes de Solidariedade (e Conflitos) entre Intelectuais (1920-1956)</i> | 2015 |
| <i>Farrapos de estórias : romance e historiografia da Farrroupilha (1841-1999)</i> | 2016 |
| UFRGS | |
| <i>As marcas do passado : o filme histórico como efeito do real</i> | 1999 |
| <i>Histórias do Além-Mar já aborrecem – história e literatura de Carvalho Guimarães (1820-1946)</i> | 2002 |
| <i>Teatro e história : uma experiência de historiografia</i> | 2002 |
| <i>Uma leitura histórica da produção musical de Lupicínio Rodrigues</i> | 2002 |
| <i>A História do Cerco de Lisboa : da representação factual à representação do imaginário</i> | 2003 |
| <i>A História Devorada . No Rastros dos Crimes da Rua do Arvoredo</i> | 2003 |
| <i>Da crítica à história : Moysés Vellinho e a trama entre a província e a nação – 1925 a 1964</i> | 2006 |
| <i>Tupi or not tupi : nação e nacionalidade em José de Alencar e Oswald de Andrade</i> | 2007 |
| <i>Um estilo de história : a viagem, a memória, o ensaio. Sobre Casa Grande & Senzala e a representação do passado</i> | 2008 |
| <i>Território contestado : a reescrita da História do Oeste Norte-Americano (1985-1995)</i> | 2010 |
| <i>De como 'escrever verdade sem outra mestura' : estratégias discursivas na obra do cronista Fernão Lopes</i> | 2011 |
| <i>Interpretações sobre a pobreza na época do desenvolvimento : análise dos discursos de Vargas e J. K.</i> | 2011 |
| <i>Da tragédia à epopeia : o agenciamento das memórias em Francisco Adolfo de Varnhagen (1838-1835)</i> | 2011 |
| <i>A escrita da História por jornalistas : diálogos e distanciamentos com a historiografia acadêmica. O caso de Elio Gaspari</i> | 2012 |
| <i>Entre tinteiros e bagadus : memórias de sangue e tinta. A escrita da História em periódicos literários Porto-Alegrenses do século XIX (1856-1879)</i> | 2012 |
| <i>O lógos da Guerra pérsica : uma análise da concepção de história na obra de Procópio de Cesareia (VI d. C.)</i> | 2013 |
| <i>Como salvar do esquecimento os atos bravos do passado Rio-Grandense : a Província de São Pedro como um problema político-histórico no Brasil Imperial</i> | 2013 |
| <i>Ensaio sobre a constituição de uma ética historiográfica no Brasil oitocentista : Francisco Adolfo de Varnhagen, o historiador no tempo</i> | 2014 |
| <i>Comemorações e efemérides : ensaio episódico sobre a história de dois paralelos</i> | 2014 |
| <i>Reunindo o passado : contextos discursivos e linguagens historiográficas na History of Brazil de Robert Southey</i> | 2015 |
| <i>O cavalo de troia da nação : tempo, erudição, crítica e método em Capistrano de Abreu (1878-1927)</i> | 2015 |
| <i>A revolução em película : a relação cinema-história e a construção do paradigma historiográfico</i> | 2015 |
| <i>O privilégio de reinventar a poesia : vanguarda pop e reestruturação do tempo histórico na arte em New York nas décadas de 1960 e 1970</i> | 2015 |
| <i>Paul Ricoeur : a ética no cruzamento entre a prática historiadora e a condição histórica</i> | 2015 |
| <i>História local, memória e ofício do historiador entre Raízes e marcas do tempo (1990-2012)</i> | 2015 |
| UNISINOS | |
| <i>Clio Convocada . História, memória e interpretação no Brasil no discurso presidencial brasileiro do século XX: os casos de Getúlio Vargas e Fernando Henrique Cardoso</i> | 2006 |

Fonte: elaborado pelo autor (2019).

Do total de trinta e quatro teses, sete extrapolam o universo nacional, treze discutem questões que de alguma forma atingem mais de uma região brasileira e as demais (onze) abordam temas restritos ao Rio Grande do Sul como um todo (cinco com temas locais). Nesse grupo específico, a América Latina, de acordo com a definição aqui adotada, recebe a atenção direta de apenas uma tese (QUINSANI, 2015).

No Quadro 5, é possível visualizar os períodos estudados pelas teses direcionadas às questões relativas aos campos teóricos e historiográficos, claro, no interior do montante aqui considerado, isto é, os 442 trabalhos defendidos nos três programas, entre 1986 e 2016.

Quadro 5 – Períodos estudados em teses sobre teoria e historiografia

| Períodos anteriores | 1800 | 1810 | 1820 | 1830 | 1840 | 1850 | 1860 | 1870 | 1880 | 1890 | 1900 | 1910 | 1920 | 1930 | 1940 | 1950 | 1960 | 1970 | 1980 | 1990 | 2000 | 2010 | 2016 | |
|---------------------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|--|
| Tese A | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Tese B | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Tese C | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Tese D | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Tese E | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Tese F | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Tese G | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Tese H | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Tese I | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Tese J | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Tese K | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Tese L | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Tese M | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Tese N | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Tese O | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Tese P | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Tese Q | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Tese R | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Tese S | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Tese T | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Tese U | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Tese V | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Tese W | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Tese X | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Tese Y | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Tese Z | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Tese A1 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Tese B1 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Tese C1 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Tese D1 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Tese E1 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Tese F1 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Tese G1 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Tese H1 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |

Fonte: elaborado pelo autor (2019).

A concentração de investigações nos séculos XIX e XX ocupa espaço expressivo. Embora o quadro restrinja-se aos períodos estudados e mesmo neste item esteja organizado por

aproximação (a opção por dividir cronologicamente por décadas é arbitrária), a comparação desses dados com outras informações dessas teses, permite constatar, por exemplo, que, para os casos de estudos de uma duração prolongada temporalmente, torna-se necessário afunilar o tema (o ilustram as pesquisas sobre história conceitual, relações evolutivas como cinema e história, histórias institucionais, balanços historiográficos, etc.); para os casos que antecedem ao século XIX, as temáticas variam substancialmente em termos espaço-temporais (bastaria pensar na análise da concepção de história na obra de Procópio de Cesareia – Império Bizantino do século VI d.C. e nas estratégias discursivas de Fernão Lopes – Portugal no século XV); a tendência das investigações sobre períodos mais recentes é a de discutir certas formas de relação da história com outras áreas do conhecimento (romance, teatro, literatura, jornalismo, cinema, e assim por diante); finalmente, um último grupo de trabalhos nesse mesmo âmbito carrega a forte condição de revisitação, isto é, de recuperar obras e autores sob as condições contextuais de suas produções ou direcionamentos sobre problemas típicos a uma época, local e/ou campo do conhecimento (Ângelo Guido, Eduardo Prado, Tristão de Alencar Araripe, Lupicínio Rodrigues, José de Alencar e Oswald Andrade, Gilberto Freyre, Francisco Adolfo Varnhagen, Robert Southey, Capistrano de Abreu, entre outros).

2.5 DAS DELIMITAÇÕES TEMÁTICAS DAS TESES EM HISTÓRIA NO RIO GRANDE DO SUL

O quadro geral das teses apresentadas aos Programas de Pós-Graduação em História no Rio Grande do Sul, entre os anos de 1986 e 2016, é composto por 442 trabalhos. Desse total, 230 (52,51%) foram defendidos na Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (Porto Alegre), 137 (31,28%) na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Porto Alegre) e 71 (16,21%) na Universidade do Vale do Rio dos Sinos (São Leopoldo)³¹. Apesar de estarem todos localizadas na região metropolitana de Porto Alegre, atraíram temáticas das mais variadas – espacial e temporalmente tratando – seja por serem, até o final de 2014, as únicas instituições com cursos de doutorado em história no Rio Grande do Sul, seja pela amplitude nas linhas de pesquisa.

³¹ Os números resultam de levantamentos realizados em diferentes plataformas, entre as quais, especialmente, os *sites* e acervos das bibliotecas dos respectivos programas e o Banco de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Observa-se, entretanto, a possibilidade de imprecisão por conta da inexistência de dados em alguns casos, registros díspares entre uma fonte e outra e, ainda, informações desencontradas no interior das fichas catalográficas das teses e respectivas informações nas bases de dados.

A título de elucidação, no sentido de alcance espaço-temporal, existem alguns trabalhos sobre regiões específicas da Europa – “A Direita Radical no Portugal Democrático: os rumos após a Revolução dos Cravos (1974-2011)”³², “A identidade antifascista no cancionero da Guerra Civil Espanhola”³³ – e outros de caráter predominantemente vinculacional – “Relações diplomáticas e militares entre a Alemanha e o Brasil: da proximidade ao rompimento (1937-1942)”³⁴, “O Mais Esquisito dos Espetáculos: a Crise do Asilo Diplomático entre Brasil e Portugal em 1894”³⁵. Excepcionalmente, o continente africano é contemplado, como ocorre em “África do Sul e Brasil: dois caminhos para a transição ao pós-Guerra Fria (1984-1994)”³⁶ e “A mulher e o comércio informal transfronteiriço vulgo “*mukhero*” no sul de Moçambique: casos das fronteiras de Namaacha e Ressano Garcia, 1984-2016”³⁷.

Há, ao todo, uma grande quantidade de tipologias possíveis para as teses e, na medida de seus cruzamentos, ampliam-se dados e informações, de onde, por consequência, o potencial de constituição de novos conhecimentos. Os trabalhos poderiam ser associados em função de, por exemplo, conceitos envolvidos, temáticas, períodos de defesa e relação com os contextos concernentes, espacialidades consideradas nas abordagens (local, regional, nacional, internacional), agentes / sujeitos / população a serem pesquisados, quadros teóricos, estudos comparados, estudos de caso, biografias / prosopografias (individuais ou coletivas), áreas do conhecimento predominantes (antropologia, arqueologia, sociologia, ciência política, história, etc.), enfoques (político, econômico, social, cultural, entre outros) ou mesmo considerar exclusivamente aspectos em que as teses apresentam suas interfaces. E, o mais importante, nada impede que se sobreponham diversas dessas categorias.

Tendencialmente, pelo enfoque em termos de áreas de concentração e respectivas linhas de pesquisa, há certa convergência temática aos espaços ibero-americanos. Mesmo quando,

³² ALMEIDA, Fábio Chang de. **A direita radical no Portugal democrático: os rumos após a Revolução dos Cravos (1974-2011)**. 2014. 329 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014.

³³ HAGEMEYER, Rafael Rosa. **A identidade antifascista no cancionero da Guerra Civil Espanhola**. 2004. 316 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2004.

³⁴ RAHMEIER, Andrea Helena Petry. **Relações diplomáticas e militares entre a Alemanha e o Brasil: da proximidade ao rompimento (1937-1942)**. 2009. 390 f. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

³⁵ SANTOS JÚNIOR, João Júlio Gomes dos. **O mais esquisito dos espetáculos: a crise do asilo diplomático entre Brasil e Portugal em 1894**. 2014. 272 f. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014.

³⁶ PEREIRA, Analúcia Danilevicz. **África do Sul e Brasil: dois caminhos para a transição ao pós-Guerra Fria (1984-1994)**. 2007. 186 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.

³⁷ JAIROCE, Jorge Fernando. **A mulher e o comércio informal transfronteiriço vulgo mukhero no sul de Moçambique: casos das fronteiras de Namaacha e Ressano Garcia, 1984-2016**. 2016. 167 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016.

extraordinariamente, aparecem pesquisas como “Brasil e Argentina no Oriente Médio: do Pós-Segunda Guerra Mundial ao Final da Guerra Fria”³⁸, a atenção primeira está voltada à atuação dos países latino-americanos em questão. Há, ainda, um número expressivo de teses com prisma local e regional.

No caso, como os elementos da matriz rüseniana (de predomínio na teoria da história) serão buscados posteriormente nas teses sobre a América Latina, neste momento, visando apenas ao reconhecimento panorâmico das teses como um todo, mantidas em suspenso as que ocupam lugares específicos no decorrer do estudo (América Latina), apresenta-se alguns pontos gerais predominantes nos demais trabalhos. Os critérios para a classificação são puramente holísticos, ou seja, resultam de leituras gerais dos textos e de um processo de aproximação por afinidades entre estes, visando à sua compreensão de forma mais global. Por afinidade, pode-se entender a tendência de aproximação por “*domínios* (áreas de concentração em torno de certas temáticas e objetos possíveis)” (BARROS, 2013, p. 8).

Dessa forma, objetiva-se, primeiramente, discutir tópicos que, além de permearem os conceitos de espacialidade e temporalidade – representativos em maior ou menor medida em todo trabalho historiográfico, prenunciem algumas concepções que podem indicar balizadores em termos teóricos a pelo menos três dos fundamentos do método histórico apontados por Rüsen: a peculiaridade e unidade do método histórico, a crítica e a interpretação (RÜSEN, 2015, p. 167-188, passim). O segundo demonstrativo que se acredita alcançar, alicerçando-se nesse quadro geral das teses, está no reconhecimento de indícios das estruturas ainda que, neste momento, de maneira superficial e sintética, para, no interior daquilo que, na esteira de Christopher Lloyd, denominou-se “as estruturas da história”, identificar regularidades em estruturas e processos (LLOYD, 1995). O terceiro ponto ao qual esses tópicos podem conduzir são as formas de apresentação do conhecimento histórico³⁹, ou seja, proporcionar indicativos de como se comportam as estruturas historiográficas (narrativas) ou como denomina Paul Ricoeur (2007), a representação historiadora.

Finalmente, a tipologia permite a separação das teses latino-americanistas do montante de investigações e serve de exercício no sentido de perceber no desenvolvimento dos demais trabalhos as características estruturantes de que são consequência. Fontes, metodologias, fundamentos teóricos, perspectivas tempo-espaciais, recortes temáticos, etc., formam um

³⁸ PREISS, José Luiz da Silva. **Brasil e Argentina no Oriente Médio: do Pós-Segunda Guerra Mundial ao final da Guerra Fria**. 2013. 199 f. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013.

³⁹ A expressão é utilizada pelo professor Jörn Rüsen com um dos elementos da matriz do pensamento histórico (RÜSEN, 2001).

sistema de gradação entre si a ponto de gerarem certas formas de determinação de uns para com os outros. Essa organização, articulada no interior de cada tese, permite antever categorias analíticas a serem pensadas nos demais capítulos e perceber aspectos da Cultura Historiográfica⁴⁰ na qual o conhecimento sobre América Latina é forjado⁴¹.

2.5.1 Oficializando experiências: da história institucional e seus processos constitutivos

Um primeiro exercício analítico pode ser realizado a partir das teses que abordam temas correlatos à história institucional. A partir de uma acepção extensiva (*lato sensu*) de história institucional⁴² envolvendo instituições sociais como família, escola, religião, política (relações de poder), organizações, processos de institucionalização e respectivos mecanismos de mudança e permanência, permite-se uma gama vasta de teses que possam ser inseridas no delimitador. Em outros termos, pelos critérios de categorização ora empregados, permite-se o englobamento de um expressivo número de textos neste grupo, ressalvada ainda a desnecessidade de correspondência direta entre o intento dos autores e a categorização adotada. Ao todo, são 125 textos (28,54% do total de teses).

Os temas de pesquisa se alternam entre escopos (espaciais e/ou temporais) maiores como nos trabalhos “A Cidade Colonial no Brasil”, “As filhas de Eva querem votar: dos primórdios da questão à conquista do sufrágio feminino no Brasil – 1850-1932” e “O Departamento Nacional do Trabalho (DNT) e a organização sindical na Era Vargas: 1931-1945” e de delimitações reduzidas como ocorre em “Porto dos Direitos: a trajetória do Sindicato dos Trabalhadores nos serviços portuários de Porto Alegre no período de 1959 a 1969, através da análise das suas atas”, “Memórias do isolamento: trajetórias marcadas pela experiência de vida no Hospital Colônia Itapuã” e “Quando o apito da fábrica de tecidos...: memória pública e memória coletiva, Fábrica Rheingantz, 1950-1970, Rio Grande, RS”.

⁴⁰ A expressão é aprofundada em recorrentes obras de Astor Antônio Diehl:

A cultura historiográfica brasileira: do IHGB aos anos 1930. Passo Fundo, RS: EDIUPF, 1998.

A cultura historiográfica brasileira: década de 1930 aos anos 1970. Passo Fundo, RS: EDIUPF, 1999.

A cultura historiográfica nos anos 80: mudança estrutural na matriz historiográfica brasileira. Porto Alegre: Evangref, 1993.

Cultura historiográfica: memória, identidade e representação. Bauru, SP: Edusc, 2002.

⁴¹ As teses desenvolvidas exclusivamente no âmbito da Arqueologia estarão sendo deixadas de fora das análises por entender-se que, conquanto defendidas no interior de PPGHs, pertencem a linhas de pesquisa diferentes da história. Ademais, não haveria equivalência de trato avaliar trabalhos arqueológicos sob a perspectiva da teoria história desenvolvida por Rüsen. Trabalhos desse tipo são encontrados na PUCRS e na UNISINOS.

⁴² Para o uso restrito aos compositores jurídicos, administrativos e político-estatais, como comumente encontrado em teoria das organizações, ver Porras (2011).

A primeira característica geral marcadamente presente em mais da metade das teses (52,8%) envolvendo a noção de história institucional, conforme delimitação do presente exame, é o recorte temático em torno do Rio Grande do Sul. Notadamente, essas teses seguem por três eixos principais: no primeiro, aparecem as que optaram por um evento considerativo do elemento regional Rio Grande do Sul globalmente (recortes de matéria); no segundo, estão todas aquelas que elegeram determinadas localidades endógenas ao Rio Grande do Sul (recortes de espacialidade) e, no terceiro, estão as teses que estabeleceram alguma forma de comparativo, no interior do próprio Rio Grande do Sul ou entre este e outras regiões (recortes de relação).

No intuito de ilustrar as assertivas acima, pode-se pensar, no primeiro caso, nas teses: “Clientelismo Político em Tempos Belicosos: a Guarda Nacional na Província do Rio Grande do Sul na defesa do Estado Imperial centralizado (1850-1873)” e “A psiquiatria forense e o Manicômio Judiciário do Rio Grande do Sul: 1925-1941”; para o segundo, “Feliz a população que tantas diversões e comodidade goza: espaços de sociabilidade em Pelotas (1840-1870)” e “Entre lanternas mágicas e cinematógrafos: as origens do espetáculo cinematográfico em Porto Alegre. 1861-1908”; finalmente, para o terceiro eixo, “Honremos a Pátria senhores! As sociedades Portuguesas de Beneficência: caridade, poder e formação de elites na Província de São Pedro (1854-1910)” e “Movimento operário e revolução social no Brasil: ideias revolucionárias e projetos políticos dos trabalhadores organizados no Rio de Janeiro, São Paulo, Recife e Porto Alegre entre 1917 e 1922”.

Uma segunda classificação admissível entre esses trabalhos são as configurações temáticas abarcando outros estados brasileiros, interestaduais e de escala nacional. O primeiro balizador vislumbra-se em “Arqueologia do Caminho das Tropas: estudo das estruturas viárias remanescentes entre os rios Pelotas e Canoas, SC”, “Herdeiros de Sísifo: trabalho e trabalhadores no norte goiano (1960-1970)” e “O Partido Trabalhista Brasileiro no Paraná (1945-1965)”; o segundo, em “Formação da cultura jurídica moderna brasileira: os cursos jurídicos de Olinda e São Paulo e o código criminal de 1830 no processo de estruturação do Estado-Nação” e “Atividades da Brazil Railway Company no Sul do Brasil: a instalação da Lumber e a Guerra na Região do Contestado (1906-1916)”; no que diz respeito ao terceiro grupo – os trabalhos que buscam compreender problemas nacionais, ainda que a partir de perspectivas particulares – correspondem “Engenheiros Fardados no Império: a Modernidade no Pensamento dos Egressos da Escola Militar” e “A Formação e Controle do Campo da Informática Brasileira: as experiências do GTAC/GEACE e da CAPRE (1958-1979)”.

No mesmo formato de algumas das pesquisas indicadas acima nas quais é realizada uma leitura de uma questão nacional a partir de certas particularidades do Rio Grande do Sul,

também ocorrem intercalações analíticas de escalas, ora regional e nacional, ora nacional e internacional ou, ainda, regional e internacional. São os casos de “An International Problem of Serious Proportions: a Cooperação entre a Fundação Rockfeller e o Governo do Estado do Rio Grande do Sul no Combate à Ancilostomíase e seus Desdobramentos (1919-1929)”, “Raça e Nação em disputa: Instituto Luso-Brasileiro de Alta Cultura, 1ª Exposição Colonial Portuguesa e o 1º Congresso Afro-Brasileiro (1934-1937)”, “Castigos e Punições nas Forças Imperiais Durante a Campanha Contra o Paraguai (1864-70)”, “Exemplaridade e Mortificação no centro da ação missionária jesuítica nas reduções de Guaranis do século XVII” e “A Direita Radical no Portugal Democrático: os rumos após a Revolução dos Cravos (1974-2011)”.

O último grupo ao qual se pode fazer referência, em termos de história institucional, é o que mais se aproxima do próprio conceito originador da especificidade (*stricto sensu*) desse campo de estudos. Tendencialmente, essas pesquisas aparecem relacionadas às noções de memória, patrimônio, arquivos e fontes para pesquisas, embora não adstritas a documentos oficiais ou independentes de teorias e metodologias recentes⁴³. Na prática, elegem uma organização (fábrica, escola / universidade / curso, associação / cooperativa, município, partidos políticos, etc.) e, a partir daí, constitui-se uma narrativa em torno de tal entidade.

Na intenção de amostragem, pode-se tomar como base as seguintes teses:

- a) “Origens do Instituto de Artes da UFRGS: etapas entre 1908-1962 e suas contribuições na constituição de expressões de autonomia no sistema de artes visuais do Rio Grande do Sul”;
- b) “Moendas Caladas: Açúcar Gaúcho S.A. – AGASA um projeto popular silenciado – Santo Antônio da Patrulha e Litoral Norte do Rio Grande do Sul (1957-1990)”;
- c) “A Construção do Cooperativismo em Caxias do Sul: Cooperativa Vitivinícola Aliança (1931-2011)”;
- d) “De Uma Fábrica de Antigamente a uma Indústria Racionalizada: o Processo de Desenvolvimento da Ritter Alimentos”;
- e) “Estado, Educação e Modernização Agrária: O Papel da Escola de Engenharia de Porto Alegre (RS: 1889-1930)”, entre outros.

Em face aos subsídios apresentados, cabem duas observações finais, ambas de caráter genérico, mas que podem auxiliar nas análises posteriores. A primeira delas é relativa às características estruturais das teses em história institucional, aliás, comum a outras especialidades da história. Trata-se da, ao menos aparente, ausência do receio de ter que

⁴³ Para a leitura de uma proposta atualizada da História Institucional, naquilo que lhe foi historicamente mais caro, seus aspectos administrativo-político-estatais, consultar Hespanha (1996, p. 9-45).

construir uma imagem institucional, seja positiva seja negativa. Perspectiva-se a diversidade e complexidade institucionais a partir da concepção destas enquanto agentes sociais, os quais, para além da capacidade de guardar memória, permitem o que se poderia denominar a materialização da história. A leitura admitida é a de concretude da história, do vislumbre de como a instituição vivenciou cada evento.

A segunda nota é uma peculiaridade que, a princípio, não ultrapassa em muito os limites desse ramo. Concerne à presença constante dos fatores “modernidade”, “moderno”, “modernizante”, “modernizador” nessas teses, conquanto não sejam sinônimos e na maioria das vezes não estejam conceituados. A expressão discursiva aparece, predominantemente, com um dos vocábulos acima, entretanto, em outras ocasiões, manifesta-se de forma sutil em binômios tais quais rural-urbano, campo-cidade, antigo-recente, centro-periferia, tradicional-moderno, conservador-liberal, anterior-posterior, estabilidade-mobilidade, artesanal-tecnológico, reformador-revolucionário, ou seja, em forma de fatores de oposição ou composição, quando não de maneira demonstrativa de movimento, desenvolvimento, expansão, projeto alternativo, tecnificação, novas práticas ou reinvenção. Expondo variantes de uma tese para outra esta constatação é coerente em linhas gerais e reforçada pelo permanente paralelo entre público-privado.

2.5.2 Convalidando diferenças: dos grupos étnicos e culturais nas pressuposições de etnicidade

Um outro segmento de teses pode ser pensado por meio dos grupos étnicos e culturais. A começar de uma definição ampla e, ao mesmo tempo, simples para as finalidades esboçadas nesta primeira parte de mapeamento geral das teses defendidas junto aos programas de pós-graduação em história no Rio Grande do Sul, pode-se entender a etnicidade como “uma forma de organização social, baseada na atribuição categorial que classifica as pessoas em função de sua origem suposta, que se acha validada na interação social pela ativação de signos culturais socialmente diferenciadores” (POUTIGNAT; STREIFF-FENART, 1998, p. 141) e cultura enquanto “um conjunto partilhado de práticas e representações, portanto significados, em constante mudança” (MOREIRA, 2001). Nessa ótica, grupos étnicos e culturais formam o segundo aspecto de maior ocorrência temática no conjunto geral das teses, percebido o caráter generalista dessa afirmação. Na prática, são bastante distintos os objetos dos trabalhos envolvendo o assunto, uma vez individualizados. Os temas variam de aspectos

predominantemente arqueológicos a processos colonizatórios e/ou migratórios, perpassando diferentes grupos étnicos e enfoques particularizantes.

As orientações também são variadas. Nas sessenta e seis teses defendidas nos três programas sobre a matéria, vinte e oito é o número de orientadores diferentes. Na PUCRS, do montante de trinta e nove teses com foco em questões étnicas e culturais conforme definido acima, quatorze foram os professores orientadores: René Ernaini Gertz (1997; 1997; 2002; 2002; 2004; 2007; 2008; 2009; 2011; 2012; 2014), Núncia Santoro de Constantino (1998; 2003; 2003; 2005; 2007; 2011; 2011; 2013; 2013; 2013), Klaus Hilbert (2002; 2003; 2010), Dorivaldo Walmor Poletto (2001), Maria Cristina dos Santos (2002; 2011; 2013), Arno Alvarez Kern (1991; 2009), Margaret Marchiori Bakos (1999; 2007), Braz Augusto Aquino Brancato (1995), Earle Moreira (1998), José Luiz de Moraes (2005), Pedro Ignácio Schmitz (2005), Daniel Schávelzon (2005), Flávio Madureira Heinz (2012) e Charles Monteiro (2014).

Na UNISINOS, são dezoito teses no assunto, distribuídas entre oito orientadores – Beatriz Vasconcelos Franzen (2004), Paulo Roberto Staudt Moreira (2010; 2012; 2015; 2015; 2016), Martin Norberto Dreher (2005; 2010), Pedro Ignácio Schmitz (2004; 2005; 2007; 2009), Eloisa Helena Capovilla da Luz (2008; 2015), Karl Martin Monsma (2008), Marluza Marques Harres (2011) e Jairo Henrique Rogge (2014; 2015) – e de maneira constante no tempo, corroboram a ideia de interesses recíprocos entre o grupo de professores ou pelo menos de certa coerência em relação às linhas de pesquisa, bem como a de ininterrupção cronológico-temporal desses interesses.

Em paralelo, na UFRGS, das nove teses defendidas nesse mesmo eixo, houve seis orientadores diferentes – René Ernaini Gertz (2000), Sandra Jatahy Pesavento (2001; 2004; 2006), Cesar Augusto Barcellos Guazzelli (2011), Regina Weber (2006; 2012), Regina Célia Lima Xavier (2014) e Adriana Schmidt Dias (2016) – e os períodos têm intervalos maiores entre a realização de uma e outra conclusões dos trabalhos.

No intuito de facilitar a apresentação, divide-se as teses sobre grupos étnicos e culturais em quatro subitens. Em escala decrescente, pelo critério do número de vezes que esses grupos culturais aparecem nos programas, a sequência se estabelece da seguinte forma: Italianos, Alemães, Poloneses, Judeus, Açorianos e seus descendentes (trinta e uma teses); Sociedades originárias e seus descendentes (dezoito teses); Africanos e seus descendentes (onze teses), seguidos das seis teses em perspectiva interétnica. Naturalmente, há grande diversidade no interior de cada agrupamento, além da desproporção quantitativa entre eles.

2.5.2.1 Italianos, alemães, poloneses, judeus, açorianos e seus descendentes

Ao total, são trinta e um trabalhos, o que equivale aproximadamente a 7% do montante de teses. Nesse meio, há certa desproporção quantitativa entre os diversos grupos. Italianos e seus descendentes, por exemplo, contam com quinze teses enquanto judeus e açorianos com apenas duas de cada. Por outro lado, é interessante observar a inexistência de trabalhos (ao menos enquanto teses em história) tratando de portugueses ou espanhóis nos limites das concepções étnicas e culturais. Expressivo, ainda, é o fato de algumas etnias estarem concentradas em orientadores específicos como ocorre com alemães em relação ao professor René Ernaini Gertz ou italianos com a professora Núncia Santoro de Constantino. Similarmente, a convergência de algumas temáticas para uma ou outra universidade sem, aparentemente, uma relação a quaisquer formas causais (orientação especializada, projetos de pesquisa vigentes, entre outros)⁴⁴ sem, é claro, que isso signifique minimizar a qualidade dos trabalhos.

O experimento de tabulação e conseqüente observação das regularidades e intermitências nos trabalhos sobre italianos, alemães, poloneses, judeus, açorianos e seus descendentes pode auxiliar na identificação de algumas características globais entre eles.

⁴⁴ Os açorianos são contemplados como teses em história em duas pesquisas, ambas na UNISINOS, respectivamente, Graebin (2004) e Robin (2008).

Quadro 6 – Teses sobre grupos étnicos e culturais: italianos, alemães, poloneses, judeus, açorianos e seus descendentes

| TESE | DEFESA |
|--|--------|
| <i>Imagens Femininas</i> : Contradições, Ambivalências, Violências – Região Colonial Italiana do Rio Grande do Sul – 1875/1950 | 1995 |
| <i>Bons Cidadãos</i> : A Comunidade Judaica do RS Durante o Estado Novo (1937-1945) | 2004 |
| <i>História, sexualidade e crime</i> : imigrantes e descendentes na região colonial italiana do Rio Grande do Sul (1938/1958) [Colônia de Guaporé] | 2008 |
| <i>Enlaçando Tempos e Espaços</i> : Os Medos Entre Descendentes de Imigrantes Italianos no rio Grande do Sul- Raízes Medievais? | 2015 |
| <i>Ares de Vingança</i> : Redes Sociais, Honra Familiar e Práticas de Justiça entre Imigrantes Italianos no Sul do Brasil (1878-1910) [ex-Colônia Silveira Martins] | 2013 |
| <i>Imigração e colonização polonesa no Rio Grande do Sul</i> : a emergência do preconceito | 2002 |
| <i>A Colônia de São Leopoldo</i> : A organização Social dos Imigrantes na Fase Pioneira (1824-1850) | 1997 |
| <i>As violências contra os alemães e seus descendentes, durante a segunda guerra mundial, em Pelotas e São Lourenço do Sul</i> | 2002 |
| <i>A desconfiança sobre as comunidades germânicas de Porto Alegre durante a Primeira Guerra Mundial</i> : cidadãos leais ou retovados? | 2011 |
| <i>“Matem que eu respondo!”</i> : militares e imigrantes poloneses na Zona Estratégica do Paraná (virada do século XIX para o século XX) | 2015 |
| <i>Uma Alemanha em miniatura</i> : o projeto de imigração e colonização étnico particular da Colonizadora Meyer no Noroeste do Rio Grande do Sul (1897-1932) | 2009 |
| <i>“Beneméritos empresários”</i> : História Social de uma elite de origem imigrante do sul do Brasil (Santa Cruz do Sul, 1905-1966) | 2012 |
| <i>Representações de Germanidade, Escola e Professor Allgemeine Lehrerzeitung Für Rio Grande do Sul</i> (Jornal Geral Para o Professor Rio Grande do Sul) | 2005 |
| <i>O teatro da Sociabilidade</i> . Um estudo dos Clubes Sociais como espaços de representação das elites urbanas alemãs e teuto-brasileiras: São Leopoldo, 1850-1930 | 2000 |
| <i>O Movimento Sionista e a Comunidade Judaica Brasileira</i> (1901-1956) | 2012 |
| <i>Relações de poder coronelistas na Região Colonial Italiana do Rio Grande do Sul durante o período borgista</i> (1903-1928) | 2011 |
| <i>Para Além do Coronelismo</i> : Italianos e Descendentes na Administração dos Poderes Executivos da Região Colonial Italiana do Rio Grande do Sul (1924-1945) | 2012 |
| <i>Imigração e Poder</i> : A Palavra Oficial Sobre os Imigrantes Italianos no Rio Grande do Sul (1875-1914) | 2003 |
| <i>Noi Tirolesi, Sudditi Felici Di Don Pedro II</i> | 2008 |
| <i>Em busca de um lugar ao sol</i> : anseios políticos no contexto da imigração e da colonização alemã (Rio Grande do Sul – Século XIX) | 2008 |
| <i>Uma cidade que se conta</i> : Imigrantes Italianos e Narrativas no Espaço Social da Cidade de Porto Alegre (1920-1937) | 2003 |
| <i>Conversas com açorianos</i> : entre as memórias e os conflitos | 2008 |
| <i>Sonhos, desilusões e formas provisórias de existência</i> : os açorianos no Rio Grande de São Pedro | 2004 |
| <i>Cultura arquitetônica italiana na construção de residências em Porto Alegre</i> : 1892-1930 | 2011 |
| <i>Entre a Mobilidade e as Inovações</i> : a Presença de Médicos Italianos no Rio Grande Do Sul (1892-1938) | 2013 |
| <i>Que Loucura é essa ?</i> Loucas e Loucos Italianos no Hospício São Pedro em Porto Alegre/RS (1900-1925) | 2013 |
| <i>Luto e silêncio</i> : doença e morte na área de colonização polonesa no Rio Grande do Sul (1910-1945) | 2007 |
| <i>Quarta Colônia</i> : Da Fragmentação à Integração | 2011 |
| <i>Memórias familiares</i> : um estudo da imigração italiana na quarta colônia imperial (Rio Grande do Sul, Brasil) | 2015 |
| <i>Mal di Paese</i> : as reelaborações de um vêneto imaginário na ex-colônia de conde d’Eu (1884-1925) | 2004 |

Fonte: elaborado pelo autor (2019).

No âmbito do que pode ser observado diretamente no Quadro 6, é possível afirmar, por exemplo, uma certa permanência temporal (cronológica) desses domínios durante as duas últimas décadas do período ora examinado (1986-2016). Ao todo, a partir da virada de século, apenas os anos de 2001, 2006, 2010 e 2014 não contam com teses defendidas sobre algum desses trabalhos, característica que, estatisticamente, pode ser ponderada pela existência de anos com a incidência de duas ou três defesas no mesmo período de doze meses (2003, 2004, 2008, 2011, 2012, 2013 e 2015), além da contínua presença a ser considerada de um fator comum a todas e quaisquer transversalidades que possam ser propostas: ao ano (mês) de defesa antecede uma média de quatro anos de preparação.

Uma segunda propriedade tangível ao quadro é, como no exercício anterior sobre teses em teoria e historiografia, referente aos períodos estudados. A deixar de lado as minúcias, fica à vista a concentração em torno de um eixo temporal central circundante a 1900. A média de duração de tempo analisado nos trabalhos é de aproximadamente quarenta anos. Naturalmente que, como média aritmética, pouco diz sobre a profundidade das pesquisas, até mesmo porque da mesma forma que existem investigações contemplando quatro anos de história, outras abarcam em torno de um século. Um só trabalho antecede ao ano de 1800⁴⁵ e a data que mais avança cronologicamente nesse corpo de investigações é 1966.

As regiões estudadas compõem uma terceira forma exequível de leitura desse quadro. Dentre as considerações que podem ser feitas estão:

- a) a predominância massiva dos estudos de caráter local/municipal (Porto Alegre, Santa Cruz do Sul, Pelotas e São Lourenço, entre outros);
- b) as exceções a essa primeira característica se dão no âmbito da eleição de espaços estendidos (regionais) como no caso de “região colonial italiana”, “São Leopoldo e litoral norte do RS”, “noroeste do RS” ou com relação a determinadas comunidades (judaica, polonesa, etc.);
- c) as confluências para certas partes do RS, significativamente, Porto Alegre (4), São Leopoldo (4) e Silveira Martins (3), a título ilustrativo.

As temáticas e objetos variam e com eles as concepções, os enfoques e as abordagens. Em uma tentativa ainda que superficial de identificação de alguns pontos de convergência, percebe-se, nas intenções enunciadas nas teses, certas regularidades. A primeira delas está na aglutinação ao redor de autores considerados clássicos em suas respectivas dimensões. Atestam

⁴⁵ O estudo volta-se à compreensão dos expedientes de sobrevivência dos açorianos no século XVIII. Atenta especialmente à leitura realizada pela historiografia sobre o grupo e se propõe examiná-lo em aspectos da vida cotidiana (GRAEBIN, 2004).

a asserção: René Rémond, Roger Chartier, Michel de Certeau, Peter Burke, Michel Foucault, Giovanni Levi e Carlo Ginzburg. O mesmo ocorre com relação às abordagens História Oral, História Local, História Regional, Micro-História, História do Discurso e História Imediata. Também no que tange aos domínios: Biografia, História das Mulheres, História das Massas, História da Vida Privada, História das ideias e História da Sexualidade, para permanecer entre algumas das classificações feitas por José D'Assunção Barros (2013, p. 19) e que percorrem os textos acima listados.

Há necessidade de sublinhar, no entanto, as sobreposições plausíveis e recorrentes entre elementos pertencentes a diversas modalidades classificatórias sendo difícil encontrar uma única tese agarrada em “estado puro” a um desses modelos. A partir de duas teses escolhidas aleatoriamente, pode-se verificar a ocorrência dessa ideia:

- a) se tomada a tese de Favaro, será possível observar a tentativa de, na dimensão das estruturas e mentalidades (coletivas) das sociedades, realizar uma leitura da ambiguidade permitida em torno do “mito da chamada mulher italiana” (FAVARO, 1995, p. 6). A autora utilizou-se das abordagens da Análise do Discurso para examinar alguns periódicos – visando reconstituir o “quadro ideológico” (FAVARO, 1997, p. 131) – e também da História Oral para os depoimentos da população investigada;
- b) a pesquisa de Faleiro, ao abordar os medos religiosos e sociais entre descendentes de imigrantes italianos, defende ser esta uma forma de demonstrar as raízes medievais desses aspectos além de completar uma lacuna historiográfica sobre o grupo no Rio Grande do Sul. Pela via das “mentalidades”, no âmbito da História Cultural e na dimensão do “imaginário”, a tese propõe-se: “no que diz respeito à abordagem, com relação ao campo de observação, alcança-se a Micro-História; com relação ao tratamento das fontes, a Análise Textual Discursiva (ATD), a História Oral (HO) e o Método Indiciário (ou indiciarismo)”. Procura valorizar as “estruturas do cotidiano” (FALEIRO, 2015, p. 12-13), ao mesmo tempo em que reconhece a necessidade de análise “no tempo longo da história do ocidente europeu em sua relação intensa com a América, no caso, a Latina em específico e, nessa, o vasto território brasileiro (FALEIRO, 2015, p. 16-17).

Na conformação do que vem sendo demonstrado, existe uma enormidade de cenários de observação em relação a esses quadros de teses, seja nos ensaios empreendidos até agora seja no que tange a tantos outros agrupamentos correlatos a eles. Por si só, o expressivo número de trabalhos em torno dos grupos étnicos e culturais em que o objeto pesquisado tome como

referência alguma forma de violência ou pelo menos reivindicações de reconhecimento (disputas), tentativas de afirmação em determinadas conjunturas e/ou meios em que a marca é a diferença, o recurso à cotidianidade, às análises de redes sociais, a aplicação de diferentes concepções de “identidade”, “representação” e “etnicidade”, além de derivativos tais quais “identidade hifenizada” – Jeffrey Lesser, “comunidades imaginadas” – Benedict Anderson, “identidade cultural” – Stuart Hall, “história e memória” – Jacques Le Goff, “memória histórica” – Joël Candau e Michael Pollak, “memória coletiva” – Maurice Halbwachs e tantos outros empréstimos como a noção de “campo” – Pierre Bourdieu indicam espaço para diversas novas teses. A propósito, somente sobre o que se entende por historiografia tradicional entre os autores das teses já seria viável um ensaio, visto que, postas muitas críticas, raramente recebe conceituação.

Assim, sem perder de vista a complexidade de cada tese, pode-se elencar algumas características de regularidade nos trabalhos abarcando os grupos étnicos e culturais italianos, alemães, poloneses, judeus, açorianos e seus respectivos descendentes. Primeiro, o empenho reformulativo em relação às historiografias identificadas como tradicionais, ao que atribui-se o ufanismo, as imagens do imigrante imaculado ou mesmo de certo vitimismo; segundo, o esforço pela compreensão do cotidiano, o que, geralmente, está em contato com a redução da escala de análise e tem referência na Micro-História, no chamado indiciarismo; terceiro, o interesse nas fontes judiciais; quarto, a expressiva presença da História Oral, de onde há relativa aproximação à História do Presente ou Recente; quinto, a concentração dos estudos nas temáticas de construção, manutenção e revigoração de mecanismos de identificação étnica; sexto, a base na História Cultural, nos dispositivos de representação das estruturas e mentalidades coletivas; sétimo, a ligação entre etnicidade e participação política; oitavo, o vínculo aos recortes espaciais regionais ou locais; nono, a ancoragem na Análise de Conteúdo, Análise Discursiva, Análise Estatística, além da Análise de Redes Sociais; e décimo, o recurso adicional dos ramos da historiografia, História Regional, História Política, História e Psiquiatria, História Social e História Militar.

2.5.2.2 Sociedades originárias e seus descendentes

Na contiguidade, outras condensações temáticas são concebíveis e mesmo fundamentais de serem pensadas. Este é o caso das “Sociedades originárias e seus descendentes” e dos “Africanos e seus descendentes”. Nesses dois casos, de alguma maneira, a impressão é a de que os estudos são atraídos para os locais onde essas culturas estiveram ou estão instaladas.

Contrariamente ao que ocorre com a maior parte dos grupos examinados acima, os quais podem ser perspectivados da mesma forma em diferentes localidades, abrangências espaciais e temporais⁴⁶, neste caso, os limites são determinados pelos planos existenciais dos próprios agrupamentos.

A aproximação dos estudos sobre as Sociedades Originárias e seus descendentes à Arqueologia é notória. Porém, sua inclusão no campo da História se dá por apresentarem propriedades inerentes a esta última. Teses, como “Arqueologia do Vale do Rio Pardo, RS, Brasil”⁴⁷ e “O Impacto da Perda da Terra sobre a Tradição Kaiowá/Guarani: Os Difíceis Caminhos da Palavra”⁴⁸ permitem uma noção da variabilidade de enfoques, áreas temáticas, localizações e processos passíveis de ajuste nesses campos de estudo. No delineamento, surgiram teses abrangendo diferentes estados brasileiros e/ou partes destes, como em “Cariri e Tarairiú? Culturas Tapuias nos Sertões da Paraíba” – trabalho no qual o autor, partindo de uma metodologia predominantemente arqueológica (escavação de quatro sítios), embora também histórica em função do movimento temporal, traçou o “perfil cultural dos Tapuias Cariris e Tarairiús” (2009, p. 15) por meio de documentação e literatura da época (no intervalo temporal

⁴⁶ Inclusive associados entre si, intereticamente, isto é, trabalhos que processam, no interior de suas narrativas, dois ou mais grupos étnicos nos diversos movimentos de interação. Seis pesquisas ocupam essa condição: NODARI, Eunice Sueli. **A renegociação da etnicidade no oeste de Santa Catarina (1917-1954)**; NASCIMENTO, Dorval do. **Faces da urbe: processo identitário e transformações urbanas em Criciúma/SC (1945-1980)**; ZANELATTO, João Henrique. **Região, etnicidade e política: o Integralismo e as lutas pelo poder político no sul catarinense na década de 1930**; AMADOR, Milton Cleber Pereira. **A colonização na pequena propriedade familiar pelo descendente de imigrante e o desenvolvimento socioeconômico de Concórdia (1920 a 1960)**; VICENZI, Renilda. **Nos campos de cima da Serra, ES: ser preto, pardo e branco na Vila de Lages, 1776-1850**; WEBER, Roswithia. **Mosaico identitário: história, identidade e turismo nos municípios da Rota Romântica – RS.**

Esse conjunto de investigações possui algumas singularidades que, embora fora das finalidades e alcance deste exame, autorizam certas constatações ainda que, de momento, superficiais. Para além dos fatos de cinco dentre as seis teses com perspectivas interétnicas tratem de partes de Santa Catarina e de que somente uma está situada temporalmente fora do século XX, caberia reforçar a presença de elementos como Política, Região, Etnicidade aglutinados no interior de cada narrativa, mesmo quando individualizadas. O desenvolvimento de certos projetos percorre as teses, seja no trato com o integralismo, seja no tangente à terra, à mão de obra e à produção, ou ainda no cotejo turismo-memória-história. O local e o regional constituem a base para as categorias analíticas; estabelece-se o rompimento com os processos historiográficos homogeneizantes e, através do particular – Oeste de Santa Catarina, Sul Catarinense, Municípios da Rota Romântica, Lajes, Criciúma, Concórdia – demarca-se as diferenças.

⁴⁷ Enquanto trabalho de características arqueológicas, utiliza-se de vestígios materiais de diferentes sítios. Ao mesmo tempo, percorre livros de batismos e casamentos como algumas das fontes históricas. Os períodos cronológicos seguiram a orientação temporal da sucessão entre os grupos humanos que viveram na região. Assim, iniciando pela cultura Umbu e Humaitá (300 anos antes do presente) o autor finaliza discutindo elementos relativos à cultura material missioneira, perpassando tradições como Vieira, Taquara, Tupiguarani e Iberoindígena (RIBEIRO, 1991).

⁴⁸ Com escopos espacial e temporal menores, ainda que propondo uma “abordagem abrangente”, analisa os processos de confinamento dos índios Kaiowá/Guarani na região da “Grande Dourados, MS”. Baseado na História Oral, investiga a ocupação do território indígena nas diferentes frentes de expansão econômica (do “esparramento”, anterior à criação de Reservas ao confinamento promovido pelo Governo Federal em 1928) e alterações econômicas, sociais e especialmente religiosas resultantes desses movimentos ((BRAND, 1998, p. 8).

compreendido entre os séculos XVI e XIX) – ou a tese “O Horizonte é a terra: manipulação da identidade e construção do ‘ser’ entre os guarani no oeste do Paraná (1977-1997)”, que analisou o período de 1977 a 1997 no que tange à construção da Usina Hidroelétrica Itaipu Binacional no Oeste paranaense e seus efeitos para a sociedade Guarani.

A tese “Pedra que te quero palavra: discursividade e semiose no (con)texto arqueológico da tradição Itaparica” perscruta abordagens de proposições interdisciplinares e inserções no âmbito da epistemologia. No entanto, diferentemente da maioria dos trabalhos nessa temática, propõe-se de predominância teórica frente à empiria. A materialidade é encontrada no discurso. Seriam dois momentos: um primeiro, característico da enunciação; e o segundo, no plano da reprodução textual. No dizer da autora, “o mundo pré-histórico da tradição Itaparica é deste modo reconstruído no fazer e pensar arqueológicos ao serem redimensionados os textos e as coisas”. Propõe encontros disciplinares e/ou demarcações multidisciplinares no que denomina “arqueologia pós-processual, antropologia interpretativa e antropologia simétrica, filosofia, sociologia da ciência, linguística e semiótica”. O objeto empírico da análise é o texto e as “coisas representadas iconograficamente ou em exposições de coleções” (NASCIMENTO, 2010, p. 21-23). Percorrendo conceitos presentes em autores como Bjørnar Olsen, Mikhail Bakhtin, Roland Barthes, Michel Foucault, Pierre Bourdieu, Bruno Latour, Valentin Calderón, Armand François Gaston Laroche, Christopher Tilley, entre outros, o trabalho conclui: “a partir das diferentes especificidades de materialidades que se encontram nas coisas arqueológicas, poderá ser revelada a história das coisas na terra e, ao mesmo tempo, a história daqueles que a escavaram” (NASCIMENTO, 2010, p. 185).

As investigações estão repletas de iniciativas visando interpor componentes teóricos e metodológicos das tradicionais História, Arqueologia e Antropologia. No conjunto, para além das fixações espaciais predominantemente focalizadas nos Estados do Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Rio Grande do Sul, se tomadas comparativamente, diferentes propostas confluem para o uso de mecanismos interdisciplinares (recorrem a áreas do conhecimento que já tem sua origem de forma a romper os limites disciplinares tradicionais – Etnografia, Etnohistória, Etnologia, dentre outras) ou se mostram pouco reticentes a aderir, teórica e metodologicamente, aos recursos disponibilizados em outras ciências, ainda que de forma a submeter esses recursos às próprias necessidades.

As formas de tratamento dos temas são bastantes variadas, embora, algumas categorias se mantenham constantes. Em “O sistema de assentamento dos grupos ceramistas do Planalto Sul-brasileiro: o caso da tradição Taquara/Itararé” ilustra um elemento corriqueiro (Arqueologia da Paisagem) nos trabalhos com enfoque prioritariamente arqueológicos: a

preocupação em descrever o espaço, muitas vezes, em detrimento da temporalidade. Atípica é a tese que, no âmbito da Arqueologia, não contenha espaço específico, pelo menos um item e/ou capítulo, versando sobre o ambiente físico, os recursos naturais, os aspectos geológicos, flora, fauna, enquanto recursos acessíveis às populações humanas. Forma-se, assim, a base para a compreensão dos dados, seus potenciais de evidenciar o passado e mesmo as perspectivas de utilização do espaço pelo homem.

As permanências em relação aos estudos realizados sobre outros grupos étnicos e culturais, respeitadas as particularidades de aspectos predominantemente arqueológicos – escavação, análise de laboratório, exploração de material lítico – estão presentes na transformação de um tipo de pesquisa identificado como tradicional em novas formas de constituição do conhecimento, tanto no que cabe às fontes quanto aos pressupostos teóricos, metodológicos e mesmo nas maneiras de representar o passado. Analogamente, as preocupações com os contextos. Trata-se, em geral, de considerar o peso contextual da produção intelectual de certos conhecimentos como também de situar as descobertas arqueológicas materiais em cenários que se poderia denominar relacionais. A interpretação dos materiais dá-se de forma ambientada ou como escreve Deisi Scunderlick Eloy de Farias (Distribuição e padrão de assentamento: propostas para sítios de Tradição Umbu na encosta de Santa Catarina), “Avaliando o padrão de assentamento numa perspectiva sistêmica de cultura, integrando indivíduos e unidades sociais [...]”, isto é, se “há poucas décadas, eram os artefatos as evidências mais importantes de um sítio arqueológico”, nos dias atuais “faz-se necessário observar este espaço dentro de um contexto biológico e geomorfológico, vendo no seu entorno uma variável em constante transformação (FARIAS, 2005, p. 33; 35).

Noutros termos, por meio de diferentes concepções e categorias de análise, da revisitação de certos temas, do surgimento de novas tecnologias e da proposição de distintos problemas, acredita-se estar retirando as Sociedades Originárias de um estado coadjuvante e promovendo-as à condição de sujeitos de suas próprias trajetórias. Em que pese a tradição arqueológica de muitos desses trabalhos, as iniciativas em torno da Nova História Indígena, a abertura da História a outras áreas do conhecimento, as proposições de mudanças nas perspectivas de análise e mesmo o acesso aos recursos de pesquisa têm proporcionado a revisitação de temas envolvendo as Sociedades Originárias, seja no campo do patrimônio, seja em termos de educação ou, ainda, no que tange às atuações políticas, envolvendo os diferentes grupos e instituições.

A exemplo do entendimento da História Oral no mesmo patamar de outras fontes, considerando-se o fato de tratarem-se de sociedades com predominância na tradição não escrita,

nascerem formas singulares de compreensão dos processos de interação das diferentes sociedades, de épocas e lugares, originárias e denominadas ocidentais, desta vez com a possibilidade de ação mais efetiva das primeiras. Os estudos apontam para a importância de considerar contextos específicos, a não homogeneização e uniformidade, em relação aos perfis culturais. Em outras palavras, sob a luz de ensaios no campo da teoria e da consideração de experiências efetivas, as práticas de pesquisa parecem conduzir à compreensão de como essas relações foram sendo constituídas historicamente e apresentam pertinência atual.

2.5.2.3 Africanos e seus descendentes

Às pesquisas sobre Sociedades Originárias e seus descendentes, somam-se outras onze, examinando temas relativos aos Africanos e seus descendentes⁴⁹. Cinco na PUCRS, quatro na UNISINOS e duas na UFRGS. As respectivas orientações são por René Ernaini Gertz (1997), Dorivaldo Walmor Poletto (2001), Daniel Schávelzon (2005), Margaret Marchiori Bakos (2007) e Charles Monteiro (2014). Para a PUCRS, Karl Martin Monsma (2008) e Paulo Roberto Staudt Moreira (2010, 2012 e 2016). Para a UNISINOS, Sandra Jatahy Pesavento (2001) e Regina Célia Lima Xavier (2014), para a UFRGS.

Assim como nas teses envolvendo os demais grupos étnicos e culturais, também os textos sobre Africanos e seus descendentes estão marcados pela presença da crítica a um certo fazer historiográfico precedente, muitas vezes identificado como tradicional. As formas de manifestação dessa ideia no desenvolvimento dos trabalhos são variadas, tanto direta, quanto indiretamente anunciada, neste caso, através da autoidentificação às “novas” história política, cultural, etc. A originalidade dos trabalhos é ponto variado em suas justificativas. O recorrente é a intenção de complementação das lacunas historiográficas persistentes, muitas vezes inviabilizadas pela própria historiografia desenvolvida anteriormente.

A partir dos argumentos em prol das formas de originalidade dos trabalhos, poder-se-ia criar uma tipologia: pensar como inédito o tema, o recorte, os métodos, a perspectiva e/ou mesmo a forma de apresentação. Em “‘No alvoroço da festa, não havia corrente de ferro que os prendesse, nem chibata que intimidasse’: a comunidade negra e sua Irmandade do Rosário (Santa Maria, 1873-1942)” ilustra-se a noção de novidade temática, além de recordar características regulares em muitas outras investigações. O autor retrata: “Ao buscar

⁴⁹ A pretensão da nomenclatura é apenas a de propiciar um agrupamento, conquanto de características heterogêneas, sem adentrar nos pormenores das discussões enfrentadas pelas possíveis classificações de origem, por exemplo, de uma África subsaariana, lusófona, etc., sob pena de incorrer em quaisquer formas de pan-africanismo.

informações sobre a referida Irmandade, percebemos que pouca coisa existia, a não ser pequenas anotações em livros de memorialistas ou citações em jornais e folhetos religiosos que tratavam da história da Igreja na região”. Enquanto instituição de origem na comunidade negra de Santa Maria da Boca do Monte, “tornou-se um espaço de protagonismo e de reconstrução da identidade negra”. A opção é por “princípios metodológicos da micro-história italiana” enquanto “prática historiográfica” e pela perspectiva da “História Social”. Empenhado em uma “estratégia de variação de escala”, o texto atribui ser “por meio da observação das pequenas diferenças nos comportamentos cotidianos” que “a complexidade social vai sendo revelada”, entretanto ressalta a necessidade de “compreender o todo” por meio de “um olhar macro” (GRIGIO, 2016, p. 16-24).

Assim como em outros domínios, as investigações são, em sua grande maioria, continuação de experiências anteriores dos pesquisadores. Quando não diretamente, ao menos tangencialmente. Normalmente, nascem de processos iniciados nas monografias ou dissertações. “O Universo das Gentes do Mar e a Identidade Negra nos Discursos e Práticas Políticas de Carlos Santos (1959-1974)”, “Os crimes e os direitos: lutas escravas em Pelotas/RS (1845-1880)” e “Os Novos Quilombos. Luta pela terra e afirmação étnica no Brasil (1988-2008)” evidenciam a proposição. Esporadicamente, para os casos mais recentes, têm proveniência de projetos no âmbito da Iniciação Científica ou pesquisas realizadas pelos orientadores.

“Entre a Preteza e a Brancura brilha o cruzeiro do Sul: associativismo e identidade negra em uma localidade teuto-brasileira (Novo Hamburgo/RS)” lembra outra constância nas teses sobre Africanos e seus descendentes: os elementos da resistência. O estudo envolve o Sport Club Cruzeiro do Sul. A particularidade do trabalho está no fato de a Associação ter sido criada como “clube para negros” em uma espacialidade teuto-brasileira. O cenário é utilizado na tese para explorar elementos como “democracia racial, “sociabilidade negra”, “organização de estratégias e solidariedades” e interesses comuns através da “identidade étnica” (MAGALHÃES, 2010, p. 105-110). Tateando pela “Micro-História” e pela “História Oral”, perpassando entrevistas, averiguando fontes judiciais, acessando alguns periódicos, atas e registros civis, propõe-se a uma “análise qualitativa de conteúdo” (MAGALHÃES, 2010, p. 18-26). As questões envolvendo o conceito de etnicidade são marcadas especialmente no que se refere aos contrapontos sociais existentes em torno da criação e manutenção da instituição. A autora afiança ser “a partir do associativismo que os negros abriram brechas, propuseram negociações, organizaram estratégias como forma de combater a exclusão e a segregação social” (MAGALHÃES, 2010, p. 176).

A partir desses apontamentos, é possível aventar outras recorrências nesse grupo de teses, dentre as quais, o cotidiano (Braço Forte – Trabalho Escravo nas Fazendas da Nação no Piauí: 1822-1871 e Campos esquecidos: experiências sociais de cativo em uma zona rural e fronteira – Norte-Noroeste do Rio Grande do Sul: 1840-1888) como categoria de análise, a forte presença das abordagens micro-históricas e, daí, as variações de escala – micro e macro – como procedimentos metodológicos (GRIGIO, 2016, p. 24), todos verificáveis também em Silva (2014, p. 19-20). Os motivos variam, porém, as preocupações parecem similares. Insistentes são as noções de aliança entre as análises quantitativas e qualitativas, utilização da “história oral” (As noites e os dias: elementos para uma economia política da forma de produção filhos de criação), do estabelecimento dialógico teoria-metodologia e referente trato com as fontes (Os africanos de uma vila portuária do sul do Brasil: criando vínculos parentais e reinventando identidades. Desterro, 1788/1850). Magalhães reconhece: “Nosso estudo é permeado pela ‘combinação entre dados seguros e conjecturas – entre ‘provas’ e ‘possibilidades’ – mediada e autorizada pelo contexto” (LIMA, 2006, p. 358 apud MAGALHÃES, 2010, 27-28). Nesse emaranhado, é possível observar sutis tendências empíricas nas pesquisas ou, pelo menos, identificar diversas formas de sobrevalorização das fontes em relação aos suportes teóricos e mesmo às problemáticas.

Paulo Roberto Staudt Moreira atenta para muitos dos aspectos ora examinados, escrevendo:

As mais recentes perspectivas historiográficas, principalmente aquelas ligadas à análise do escravismo, têm usado técnicas quase etnográficas de abordagens das fontes. Processos criminais, correspondências policiais, jornais e cartas de alforria são resgatados enquanto ‘documentos de experiência histórica’, no sentido que dava Norbert Elias a esta expressão [...] (MOREIRA, 2001, p. 21).

Na valorização das experiências, pretende “[...] penetrar no cotidiano dos agentes sociais [...]”. Entende as “práticas sociais” “como discursos” – e define a estes como “uma linguagem através da ação”. Utiliza-se da micro-história, no entanto, alerta sobre a necessidade de não permanência exclusiva nos aspectos extraordinários ou peculiares. Advoga que “devem servir para esclarecer o social, percebendo as múltiplas inter-relações existentes em objetos microscópicos e cotidianos e com isso complexificar o social” (MOREIRA, 2001, p. 22-28). Dentre os autores compositores das bases teóricas de seu trabalho estão Carlo Ginzburg, João José Reis, Josep Fontana, Edward Palmer Thompson, Robert Darnton, Marshal Sahlins, Clifford Geertz, Pierre Bourdieu, Natalie Davis, Marc Bloch, Jacques Revel, Arlette Farge e Giovanni Levi. No intuito de dar conta desses pressupostos, organiza um banco de dados com

520 processos criminais registrados entre 1858 e 1888 “com um total de 651 réus”, onde aparecem

3.803 nomes, incluindo, réus, ofendidos e testemunhas, contendo informações como: faixa etária, profissão, estado civil, residência, tempo de residência, local do conflito, origem, filiação, nome do senhor (no caso de escravo), alfabetização, status jurídico (livre, escravo, contratado, liberto), cor, crime, sexo e observações (referências sobre local de trabalho, família, etc.) (MOREIRA, 2001, p. 30).

O autor ainda acrescenta a esse montante um corpo de documentação composto por cartas de alforria, “registros policiais, anúncios de fuga de escravos, registros de pacientes da Santa Casa de Misericórdia, documentação do poder executivo provincial (requerimentos, correspondências, legislação, etc.), inventários e testamentos”, dentre outros documentos (MOREIRA, 2001, p. 31).

Dado o exposto, o quadro permite alguns pontos de recapitulação:

- a) existem tentativas de suplantar o que costuma ser denominado como tradicionais formas científicas, restando, em alguns casos, o estabelecimento concreto de como isto deve ocorrer e/ou significa exatamente;
- b) as investigações direcionam-se para o Rio Grande do Sul (duas exceções: Desterro e Piauí) e, na maioria das vezes, concentram-se em uma espacialidade limitada, normalmente municipalidade (Rio Grande, Santa Maria, Pelotas, Novo Hamburgo, Porto Alegre) ou, no máximo, microrregião (região meridional do RS, noroeste do RS);
- c) os estudos concentram-se predominantemente em dois períodos, no século XIX, como um todo, e no pós-abolição;
- d) embora todos os trabalhos preocupem-se, de uma ou outra maneira, em estabelecer relações contextuais, a interpretação do que isto significa varia relevantemente;
- e) há necessidade de refletir sobre as discricionariedades do pesquisador diante dos materiais empíricos e respectivas relações com a teoria, questão que permanece em aberto.

2.6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pós-graduação no Brasil somente pode ser pensada no âmbito do estado. Por um lado, instaurou-se e vem sendo gerenciada a partir de políticas públicas governamentais (ainda que variáveis entre si) e, por outro, mesmo nos casos das IES de origem privada depende dos sistemas avaliativos (quando não de controle) e de fomento a fim de que possam se manter em

um país em que as condições sociais dos estudantes nos mais diversos níveis educacionais não são das melhores. Não resta dúvidas de que as pesquisas sobre a pós-graduação no Brasil ainda engatinham e mereceriam estudos de aprofundamento em múltiplos aspectos. A carência pode ser observada na baixa presença ou inexistência de investigações sobre práticas individualizadas em diferentes instituições, áreas, métodos de avaliação, etc. A pós-graduação (assim como todo o modelo de ensino brasileiro) vem sofrendo alterações substanciais ou pelo menos pressões para que isso ocorra. Pense-se, apenas a título ilustrativo, na criação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, nas suas mais de quinhentas unidades espalhadas nos vinte e seis Estados brasileiros e no Distrito Federal. São dezenas de cursos de pós-graduação sendo ofertados em nível de especialização e mestrado, todos ainda sendo avaliados nos moldes originados nas universidades sem a consideração das particularidades dessas novas instituições (capilarização, verticalização, formação técnica e tecnológica).

Uma vez que há aparente preocupação com a diferença de localização entre uma e outra universidade (na região metropolitana ou no interior dos estados, no centro ou nas periferias das cidades), o que dizer dessas macroestruturas descentradas que somente no Rio Grande do Sul contam com quarenta e um *campi*? Novas perspectivas de análise deverão levar em consideração também os programas ofertantes de cursos profissionalizantes (profhistoria), compreender como nascem os cursos, as transformações nas áreas de concentração e linhas de pesquisa em consonância com os sistemas nacionais de financiamento e avaliação. Afora isto, impõe-se explicar as relações dos PPGHs com os respectivos periódicos (o papel desempenhado por estes), as composições dos corpos acadêmicos (docentes e discentes), prazos e complexidades para os trabalhos de conclusão (dissertações e teses) e mesmo a validade de trabalhos nesses moldes para as pós-graduações, muitas vezes aplicados de forma indistinta. Arremata todas essas preocupações a necessidade de não uniformização em nenhuma direção até agora exposta, bem como da própria noção de estudos na América Latina, no interior de cada programa.

Nas mais de trezentas teses consultadas para atender aos fins desta constituição panorâmica, naturalmente nem todas citadas diretamente, evidenciou-se características que, acredita-se, servem de exercício epistemológico. Se, por um lado, no intuito de localizar as teses sobre América Latina, atinge-se propriedades textuais generalizantes, por outro, passa-se a identificar os traços recorrentes no conjunto dos trabalhos e, por consequência, pode-se, comparativamente, verificar continuidades e rupturas quando do exame efetivo das particularidades no que tange aos estudos ibero-americanistas.

Por meio de indicativos estruturantes como referenciais teóricos, categorias analíticas, concepções, idiosincrasias narrativas e, quando discerníveis, interesses, acredita-se estar realizando um empreendimento de captura – através da materialidade textual – daquilo que compõe o essencial nos acontecimentos históricos e, por extensão, nas formas com que são retratados. Tal iniciativa permite pensar o texto em si mesmo, no sentido do narrado, ao mesmo tempo em que afloram os fundamentos exógenos que o constituem, os condicionamentos a que está submetido, via para o que afirma Peter Burke: “[...] fazer uma narrativa densa o bastante, para lidar não apenas com a sequência dos acontecimentos, mas também com as estruturas – instituições, modos de pensar, etc. – e se elas atuam como um freio ou um acelerador para os acontecimentos”⁵⁰.

No item “Oficializando Experiências: a História Institucional e seus processos constitutivos”, três fatores podem ser lembrados: a predominância de recortes temáticos, espaciais e temporais em torno do Rio Grande do Sul (História Local/Regional), peculiaridade permanente em outras pesquisas; globalmente, inexistente a preocupação de construir imagens institucionais prefixadas e/ou determinadas por alguma forma de controle advindo das próprias instituições investigadas e, a presença constante do elemento transformacional, representado na transferência de um estágio a outro, em termos de modernização-inovação.

Em “Convalidando diferenças: grupos étnicos e culturais nas pressuposições de etnicidade”, identifica-se:

- a) a concentração dos estudos em alguns grupos étnicos;
- b) a centralização em certos orientadores;
- c) a crítica à denominada historiografia tradicional indicando mudanças no fazer investigativo;
- d) as bases na História Cultural;
- e) os esforços de compreensão do cotidiano;
- f) a referência na Micro-História;
- g) o recurso à História Oral;
- h) a convergência temática aos mecanismos de identificação étnica;
- i) as abordagens de proposições interdisciplinares;
- j) a preocupação em realçar o ineditismo na pesquisa;
- k) a continuação de experiências anteriores em torno do tema.

⁵⁰ A história dos acontecimentos e o renascimento da narrativa (BURKE, 1992, p. 339).

Finalmente, a questão parcial a ser pensada em relação a este e ao próximo capítulo do texto é em qual medida esses indicadores empíricos e ainda em muitos aspectos incipientes – predominância de um ou outro domínio, dimensão ou abordagem histórica, tipologização das teses (teoria e historiografia, história institucional, grupos étnicos), destaques de elementos cronológico-espaciais – são capazes de exporem um quadro de características compreensíveis a partir da proposta epistemológica elaborada na matriz rüseniana, ressalvado sempre o fato de as primeiras não haverem sido elaboradas em função desta e vice-versa.

3 CONTEXTO GERAL (SEGUNDA PARTE)

3.1 APRESENTAÇÃO

A segunda parte da caracterização geral do total das teses defendidas em história no Rio Grande do Sul, no período de 1986 a 2016, objetiva, assim como a primeira parte, criar uma visão panorâmica do seu conjunto para, posteriormente, analisar os estudos na América Latina, de maneira a enxergá-los em um cenário maior em relação ao que poderiam representar se vistos somente a partir de si. O intuito é o de simples localização espacial e temporal das investigações latino-americanistas no âmbito de seu próprio contexto gerador (universidades, projetos de pesquisa, orientadores, etc.).

A fim de estabelecer as condições para a explanação, percorre-se por quatro agrupamentos temáticos. Nos moldes do que foram estruturados os arcabouços textuais em torno dos PPGHs no Brasil, no RS, da historiografia no RS e do quadro espaço temporal das teses em história no RS – estas por meio de subtemas como a história institucional e dos grupos étnicos culturais –, neste momento, o foco está nas investigações envolvendo questões de “representação”, “biografias e prosopografias”, “fronteiras” e “periódicos”, todas no campo da história, conquanto, as interações continuadas com outras áreas do conhecimento. Assim, estarão sendo examinados, ainda que não de forma exaustiva, aspectos relativos aos domínios, abordagens e dimensões desses trabalhos. Uma vez mais, consistem apenas em exercícios de racionalização para fins de pensar o próprio objeto de pesquisa aqui examinado.

3.2 ENCENANDO O PASSADO: DA REPRESENTAÇÃO COMO PRINCÍPIO DE INVESTIGAÇÃO HISTÓRICA

O recorte envolvendo as noções de representação e imaginário é *sui generis* ao contemplar uma série de compromissos com conceitos em detrimento do conteúdo manifesto das fontes (evidências). Em partes, isso parece ocorrer por conta das relações que se estabelecem entre tais conceitos (por si só já complexos) e tópicos como identidade, idealização, conformação, tradição, sensibilidade, apropriação e memória, para permanecer em algumas possibilidades. Todos esses elementos tendem a manter uma relação menos direta com a tangibilidade das coisas. Mais do que um achado em termos de fontes, prevalecem as estruturas argumentativas – quando da apresentação textual – e, por conta disso, no tripé “concepções-métodos-formas de apresentação” as duas extremidades tendem a maior

intensidade no corpo das teses. De forma alguma isso significa demérito em relação ao método, apenas intensifica-se a atenção aos dois outros itens, até mesmo pela dificuldade de verificabilidade, aparentemente acessível em trabalhos de caráter predominantemente empírico.

O total de trabalhos na temática é de cinquenta e seis, número que corresponde a, aproximadamente, 13% do total de teses, ocupando a terceira posição quantitativa entre os agrupamentos aqui realizados. Destaque-se a existência de espaços de pesquisa específica nas três universidades. Na PUCRS e na UNISINOS, as linhas perpassam certos tópicos relativos ao imaginário e às diferentes formas de representação. Já a UFRGS possui a linha “Cultura e representações”, que assinala de forma mais completa os significados envoltos neste item e onde se lê:

A linha tem como eixo que aproxima as pesquisas dos seus professores uma abordagem teórica pertinente à História Cultural, ou seja, aquela centrada no conceito da representação e do entendimento da cultura como uma construção de sentidos partilhados. Enfoca as diversas práticas e representações coletivas pelas quais os homens, através da história, atribuem significado ao mundo. Este campo contempla as análises sobre a construção das múltiplas identidades (étnicas, raciais, de gênero, regionais, nacionais, urbanas); a produção de saberes e relações de poder; as variadas formas de produção, transmissão, recepção e difusão da cultura; as condições de emergência, construção e transmissão da memória e do patrimônio; os estudos sobre a narrativa e a leitura e, em particular, a escrita da história; as relações entre a história e a literatura; o estudo das sensibilidades e da subjetividade; a produção de mitos, utopias e imaginários sociais; os estudos sobre iconografia e iconologia; as análises sobre a ordenação do espaço, as práticas sociais e as representações do mundo urbano; os estudos sobre a institucionalização de ritos; a produção significada da cultura material (UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL, 2017).

No quesito orientações, pela própria característica do campo, diversa é a malha de nomes e períodos. Na PUCRS, por exemplo, tem-se: Braz Augusto Aquino Brancato (1998; 2006), Maria Lúcia Bastos Kern (1999; 2011; 2011; 2012; 2015; 2015; 2016), Núncia Santoro de Constantino (1999; 2004; 2006), Margaret Marchiori Bakos (2000), Ruth Maria Chittó Gauer (2000; 2001; 2002; 2007; 2007; 2009), Klaus Peter Kristian Hilbert (2003; 2009; 2012), Arno Alvarez Kern (2004; 2010), Moacyr Flores (2008) e Charles Monteiro (2010; 2011; 2015; 2016). Na UFRGS, René Ernani Gertz (2001), Sandra Jatagy Pesavento (2002; 2002; 2003; 2005; 2005), José Augusto Costa Avancini (2004; 2010), Helga Iracema Landgraf Piccolo (2004), Susana Bleil de Souza (2005; 2010), Francisco Marshall (2005), Sílvia Regina Ferraz Petersen (2005; 2005), José Rivair Macedo (2006; 2008; 2012), Cláudia Wasserman (2008), Regina Weber (2011) e Cesar Augusto Barcellos Guazzelli (2015). Na UNISINOS, Werner Altmann (2005), Cleci Eulalia Favaro (2007), Eliane Cristina Deckmann Fleck (2007), Maria Cristina Bohn Martins (2008), Eloisa Helena Capovilla da Luz (2009), Heloísa Jochims Reichel (2010), Cláudio Pereira Elmir (2011) e Paulo Roberto Staudt Moreira (2011).

A generalidade adotada na tipologia permite, uma vez mais, o ajustamento de diferentes teses nesse rol. As possibilidades perpassam pesquisas, como “Corpos e figuras: imagens do corpo feminino e as figurações do sujeito na iconografia de Goya: o Caso da Maja Desnuda”, em que o autor, no “enfoque das mentalidades”, reflete sobre categorias estéticas inserindo “o objeto pictórico enquanto uma metalinguagem” (NORONHA, 1998, p. 7), até “*Da Cruz à Bandeira: a construção do imaginário do Movimento Sem Terra/RS (1985-1991)*”, investigação na qual explora-se, entre outros pontos, as transformações ocorridas em torno das “representações da luta” (HOFFMAN, 2002, p. 16) no Movimento dos Sem Terra no Rio Grande do Sul, mudanças estas que teriam sucedido de forma que “as representações religiosas” (HOFFMAN, 2002, p. 124) fossem cedendo lugar a “um discurso político / classista” (HOFFMAN, 2002, p. 4).

Os períodos cronológicos estudados tendem à descentralização. Genericamente, pode-se dividir os trabalhos em três grandes grupos de recortes temporais: no primeiro, estão as teses de âmbito temporal mensurável em milênios, – “O Lugar dos Aventureiros: Identidade, Dinâmica de Ocupação e Sistema de Trocas no Litoral do Rio de Janeiro há 3500 Anos Antes do Presente” e “Eros e bias entre Helena e Cassandra: gênero e violência no imaginário clássico ateniense”; no segundo, aquelas cuja medida pode ser determinada em século(s) – “Barro e Sangue: mão-de-obra, arquitetura e urbanismo em pelotas (1777-1888)” e “Fica Dentro ou Joga Fora? Sobre Práticas Cotidianas em Unidades Domésticas na Porto Alegre Oitocentista” e, no terceiro, que se consegue medir em década(s) – “Cidade de Papel: a modernidade nas fotografias impressas de Pelotas (1913-1930)” e “RS (1920-1940): Estatuária, Catolicismo e Gauchismo”. De todo modo, não é perceptível alguma forma de tendência para a concentração em um ou outro período de estudo nos trinta anos em questão, para além da disposição majoritária de trabalhos focados nos séculos XIX e XX, particularmente neste último.

Os temas e as perspectivas são variados. Estabelece-se uma espécie de pano de fundo teórico comum a muitos dos trabalhos. Autores como Stuart Hall, Roger Chartier, Pierre Bourdieu, Jacques Le Goff, Michel Foucault, Carlo Ginzburg, Eric Hobsbawm, Benedict Anderson, Edward Palmer Thompson e Paul Ricoeur estão entre os de maior incidência entre os intelectuais estrangeiros. No âmbito nacional, a professora Sandra Jatahy Pesavento ocupa lugar de destaque em que pese a temática em questão. Predominantemente, as menções sobre os suportes teóricos advêm da História Cultural. As novidades ficam, em sua maioria, por conta de obras que tratam dos temas em específico. A justificativa para a utilização de autores estrangeiros normalmente perpassa pela inexistência de literaturas regionais em torno dos temas propostos, daí o amparo em referenciais teóricos externos.

Teses produzidas por autores advindos de outras formações tendem a contribuir para o processo de matização. Exemplo disso, são as pesquisas de:

- a) Ana Paula Soares Berclaz – Bacharel em Artes Visuais (2000), Especialista em Linguagens Visuais Contemporâneas (2001), Mestre em Comunicação Social (2005) e Doutora em História (2011);
- b) Nádia Maria Weber Santos – Graduação em Enfermagem (1980), Graduação em Medicina (1985), Especialista em Psiquiatria (1997), Mestrado em História (2000) e Doutorado em História (2005);
- c) Marise Soares Corrêa – Graduada em Ciências Jurídicas e Sociais (1980), Especialista em Direito (1995), Mestre em Direito (1998) e Doutora em História (2009); e,
- d) Andréa Soler Machado – Graduação em Arquitetura (1985), Mestrado em Arquitetura (1996) e Doutorado em História (2003).

Nesse meio, interpelando diversos objetos de pesquisa, figura a preocupação com a atualidade dos temas pesquisados, em suas conexões com o presente. Isso ocorre por meio de dois vieses principais: por um, quando o tema está em voga no momento da realização da pesquisa e, por outro, na condição de continuidade dos efeitos do evento estudado até o presente. Exemplos próximos do primeiro caso encontram-se em “Mulheres camponesas da região noroeste do Rio Grande do Sul: identidades e representações sociais (1970-1990)”, “Direitos e Democracia no Brasil” e “Representações da identidade do Tocantins na Literatura e na Imprensa (1989-2002)”. Já, do segundo, são modelares “(Re)tratos insulares: representações das paisagens da Ilha de Santa Catarina (1890-1940)”, “‘José casou com Maroca e Antônio casou-se com Fina’: relações de gênero e violência afetivo-sexual no Sul do Brasil (RS, 1889-1930)” e “O corpo em evidência nas lutas dos operários gaúchos (1890-1917)”. Todos, a sua maneira, mantêm em comum a descrição das formas de inserção da tese no meio social do presente.

Carolina Aveline Deitos Rosa Bisinella (2012), explanando a atualidade de seu objeto de estudo, afirma ser o resultado de questões “em torno do que é a arqueologia e qual a sua essência, o que faz o arqueólogo e qual o seu compromisso social e, sobretudo, onde isto tudo se encaixa com o tempo presente, no qual vivemos e o conhecimento arqueológico é produzido” (BISINELLA, 2012, p. 20). Roselene Moreira Gomes Pommer dedica um item específico – o passado como presente – em sua tese à discussão. Argumentando em torno da construção identitária da “região missioneira” (POMMER, 2008, p. 13), identifica, na década de 1980, o momento em que teria sido negociado o “arranjo identitário” (POMMER, 2008, p. 69)

transformador das visões sobre o passado colonial da região. No intuito de criar uma forma de identificação ao missionarismo, teria havido um processo de “presentificação do passado” (POMMER, 2008, p. 208). Nos seus dizeres, “nesta região, a população tem feito uso de uma determinada interpretação do passado para produzir uma forma especial de apresentar-se e de se fazer representar” (POMMER, 2008, p. 17).

Em geral, os trabalhos sobre representação têm a preocupação de explicar como se constitui a ideia, o objeto; mais precisamente, a viabilidade do tema. Há ainda a prática de iniciar ou incentivar algo como fonte histórica (crônicas, periódicos, imagens, etc.). No texto “‘Ave Maria, Ave Senhora de todas as graças!’: Um estudo do feminino na perspectiva das relações de gênero na Castela do século XIII”, por exemplo, dedica-se um item da tese no intuito de “apresentar o corpo feminino como objeto de investigação histórica partindo de uma reflexão teórica acerca do uso da categoria gênero como instrumento de análise histórica [...]” (JARDIM, 2006, p. 16). Já em “Porto Alegre em dois cenários: a nostalgia da modernidade no olhar dos cronistas”, ressalta-se que, “para além das questões teóricas ligadas à crise do moderno e das cidades, a crônica como fonte de pesquisa histórica é também problematizada” (MARONEZE, 2007, p. 13). A frase de José Martinho Rodrigues Remedi (2011, p. 31) é pontual nesse sentido: “As fontes literárias, como podemos perceber, sempre exigem uma melhor explicitação conceitual do ponto de vista da sua utilização como fonte de história”.

A pesquisa intitulada “Mágoas do violão: mediações culturais na música de Octávio Dutra (Porto Alegre, 1900-1935)” trata-se de “fontes musicais primárias” (SOUZA, 2010, p. 26) e, particularmente no que se refere à abordagem de partituras como fonte documental, utiliza-se de uma passagem de James Ackerman e Rhys Carpenter ilustrativa no sentido de defesa de uma forma de fonte:

Podemos definir a partitura como um mapa sônico, onde uma intenção acústica foi definida pelo seu autor [...]. Na medida em que é estudada como documento histórico, uma obra de arte só difere do documento de arquivo na forma, não na espécie. Em outras palavras, uma partitura é um documento musical onde dois componentes devem ser levados em consideração: o histórico e o estético; o estudo crítico de uma partitura levará esses dois aspectos em consideração (ACKERMAN; CARPENTER apud SOUZA, 2010, p. 27).

Em uma mescla entre problema de pesquisa, métodos e fontes, duas passagens de Mara Rúbia Sant’Anna (2005) sintetizam precisamente esse desenrolar:

- a) se a experiência social é o eixo central da construção do contexto cultural as fontes documentais, instrumento diletto do historiador, não constituem por si só, propriamente uma fonte. Como artefato da cultura ela é indício, representação materializada de um ato simbólico que possui sentido na medida da interatividade

de seus autores e leitores contemporâneos e extemporâneos (SANT'ANNA, 2005, p. 40).

- b) a história que se segue é a história que consegui enxergar nas fontes. Não suponho que ela estivesse *in natura* nos textos explorados. Sabia que somente lidando com a semântica implícita a cada documento e na reflexão de suas conexões com os demais, limitado por minha capacidade de interpretação, é que podia avançar. As fontes não me serviram como exemplo da teoria ou da metodologia que selecionei, mas, ao contrário, instrumentalizada por aquelas fiz perguntas, cujas respostas foram formuladas pelas fontes; e, quando o silêncio se fazia, soube eu que a pergunta estava errada e aquela era, então, abandonada. Nesse processo, descobri caminhos e respostas que não havia cogitado e tive a grata surpresa de findá-lo encantada pelo resultado (SANT'ANNA, 2005, p. 52).

Os dois fragmentos, além de ilustrarem uma preocupação ordinária em muitas outras teses, tornam visível outra tônica em diversos trabalhos, a constar, a presença dos sujeitos nos processos de constituição do conhecimento. Ademais, recordam sobre a presença dos componentes referenciais, materiais e simbólicos, da interatividade de autores / leitores nas perspectivas endógenas e exógenas no transcorrer do tempo (SANT'ANNA, 2005, p. 40). Perspectiva compartilhada em “A lupa e o diário: História Natural, viagens científicas e relatos sobre a Capitania de Santa Catarina (1763-1822)”, onde se lê “A distância cultural entre o viajante e o que ele vai descrever contribuiu para a escrita de relatos marcados pela negociação, pela troca, entre o conhecimento que estava se desenvolvendo na Europa em relação com a América e o resto do mundo” (SANT'ANNA, 2005, p. 26).

O texto de Ramiro Lopes Bicca Júnior explicita outro ponto rotineiro nas teses: o exame de certas representações (campo, pessoa, conceito, obra, dentre outros) como mecanismos de conhecimento de realidades pretéritas específicas. O autor, a partir do pressuposto de que “a música popular brasileira esteve constantemente impregnada dos valores sociais vigentes e da ideologia das classes onde se originava”, analisa, no entrecruzamento dos conceitos de tradição e modernidade, a obra de Noel Rosa (suas canções) como possibilidade de “representação da sociedade brasileira [...]” (BICCA JÚNIOR, 2009, p. 8-12). Exame congênere nesse sentido encontra-se em “O Canto Orfeônico escolar e a formação da identidade nacional no Brasil – 1937-1961”.

A partir de um quadro de propensões é possível reunir as teses em cinco grandes grupos de assuntos, a constar: as de empenho em torno de elementos como tradição e modernidade; as centradas na ideia de identidade; as de relação direta aos fenômenos do feminino e de gênero na presença da mulher; as focadas na compreensão do imaginário, nos encadeamentos entre a ficção e a realidade; e, as de preocupação com o simbólico. Naturalmente, muitos desses trabalhos perpassam essa divisão e fazem interagir mais de um tópico, pois os próprios conceitos obrigam certa aproximação.

No tangente aos conceitos de tradição e modernidade, é muito comum aparecerem associados a fenômenos como a urbanização. Zita Rosane Possamai (2005, p. 16) entende que “a modernidade, por estar associada à mobilidade, ao transitório e ao efêmero, é também pensada como um ambiente de ruptura com o passado, tornando-se a própria referência da transição do tradicional para o moderno”. O apoio teórico-conceitual à temática advém de arquitetos, urbanistas, sanitaristas, antropólogos, planejadores de políticas públicas e todos aqueles que se subsumem na condição de pensadores da espacialidade. Nesse intento é que aparecem Paul Virilio, Françoise Choay, Edgar Morin, Gianluca Bocch e Mauro Ceruti.

A tese “(Re)tratos insulares: representações das paisagens da Ilha de Santa Catarina (1890-1940)”, por exemplo, ao trabalhar com a representação sobre a paisagem, atribui a esta a condição de sobreposição de imagens (passado e presente) como resultado “da apropriação do espaço pelo olhar sensível do indivíduo, que, por sua vez, está sob influência de fatores socioculturais: políticos, estéticos e econômicos” (SAYÃO, 2011, p. 14). A consequência de não permanecer “apolítica”, a insere como “partícipe na construção do imaginário espacial cidadão, que oscilava entre os males da insalubridade e os benefícios da modernização: o domínio da natureza e o advento das práticas civilizadoras” (SAYÃO, 2011, p. 22).

As diferentes nuances em torno da ideia de identidade encontram-se presentes nas teses e relacionadas aos mais diversos objetos. Em alguns casos, aparecem imediatamente nos títulos e servem de chave de leitura ao tema e, em outros, formam uma espécie de palco às discussões⁵¹. Diametral ou tangencialmente, em ambos os casos, o conceito interage com as noções de memória, patrimônio, significação e ressignificação, simbolismo, produção e reprodução. Em “Meu avô era tropeiro!: identidade, patrimônio e materialidades na construção da Terra do Tropeirismo – Bom Jesus (RS)”, Adriana Fraga da Silva contempla diversos conceitos (identidade tropeira, forças políticas, elementos materiais e agentes sociais) propondo-se no viés do que denomina “arqueologia do contemporâneo” ou “‘arqueologia dos vivos’, do vivido”. Argumenta em favor do tempo enquanto continuidade: “O foco está em analisar o tempo presente propriamente dito, na relação das pessoas com as coisas, ou seja: a cultura material e outras representações dessa atividade, na construção da identidade, do patrimônio e

⁵¹ SOUZA, Carla Monteiro de. **História, memória e migração**: processos de territorialização e estratégias de inserção entre migrantes gaúchos radicados em Roraima. 2004. 309 f. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2004; BILHÃO, Isabel Aparecida. **Identidade e trabalho**: análise da construção identitária dos operários porto-alegrenses (1896-1920). 2005. 280 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005; MACHADO JÚNIOR, Cláudio de Sá. **Fotografias da vida social**: identidades e visibilidades nas imagens publicadas na revista do globo (Rio Grande do Sul, década de 1930). 2011. 293 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2011.

de um produto turístico. Um presente que tem em si um passado”. No intuito de sair do “passado preso a ele mesmo”, apoiando-se em Bjørnar Olsen, a autora qualifica a “representação desse tempo passado no presente” como metadiscorso (SILVA, 2010, p. 15-18).

Maitê Peixoto em “Identidades figuradas na cultura do trabalho: a partilha da experiência visual e a construção da identidade operária através da produção imagética vinculada à imprensa operária e sindical no Brasil (1910-1935)” exemplifica sinteticamente o ponto relativo aos múltiplos invólucros da representação. Na pesquisa sobre a “experiência visual” e a “construção da identidade operária” na imprensa operária e sindical, acredita ser o trabalho com a visualidade privilegiada às reflexões acerca de temporalidades, uma vez que “Muitas das gravuras publicadas nesses jornais estabelecem relações com o passado, o presente e o futuro. A memória de um passado, não raras vezes, é apresentada associada à figura do trabalhador no presente, mas que volta seu olhar para o futuro, para um dever sonhado [...]” (PEIXOTO, 2016, p. 41). Após discorrer sobre a imprensa operária e sindical enquanto fonte, defende o ineditismo de sua perspectiva afirmando que “Pensar a imagem e sua possível permanência simbólica no imaginário social dos trabalhadores [...] agrega à compreensão do processo de construção identitária desses sujeitos, o universo sensível presente na experiência visual e nos vínculos que ela estabelece com a memória”. Assim, dispondo das reflexões de Walter Benjamin, Roland Barthes, Martine Joly, Georges Didi-Huberman, Hans Belting, Aby Warburg e Etienne Samain, evidencia certos “cruzamentos entre a abstração e a prática”, sobretudo na busca pela identidade por meio da “experiência visual [...]” (PEIXOTO, 2016, p. 33-36).

“Passo Fundo e a Construção do Imaginário de Capital do Planalto: comemoração, memória, visualidade e políticas públicas” ilustra, ademais do papel da visualidade acima mencionado, as conexões possíveis no quesito concepções. Resguardado em Gaston Bachelard, Bronislaw Baczko, Walter Benjamin, Cornelius Castoriadis, Michel de Certeau, Pierre Bourdieu, Sandra Jatahy Pesavento, Roger Chartier, Georges Didi-Huberman, Maurice Halbwachs, Jacques Le Goff, Ana Maria Mauad e Pierre Nora, para citar os mais regulares, sustenta ser por meio do imaginário que as comunidades específicas elaboram representações de si mesmas, “a partir da criação / apropriação de elementos, difundidos por meio de canais e veículos (imprensa, televisão, cinema, publicações), com o objetivo de consolidar essa imagem frente (e para) toda a sociedade” (KNACK, 2016, p. 19), de onde a relação representação-imaginário. Na continuação, fundamentado particularmente em Baczko, o autor integra a memória coletiva, o imaginário e as estruturas interpretativas:

O compartilhamento do imaginário proporciona esquemas comuns de interpretação de experiências individuais e coletivas. Possui a força de integrar diferentes grupos em torno de esperanças, utopias e medos que passam a ser comuns. Está associado a uma memória coletiva, às lembranças e recordações de um passado vivido ou imaginado (KNACK, 2016, p. 20).

Na mesma linha de raciocínio, representação, memória e imaginário, em “Cidades Visíveis: para uma história da cartografia como documento de identidade urbana”, Daniela Marzola Fialho examina a “imagem e produção histórica do espaço urbano” por meio de mapas da cidade e das paisagens urbanas. Arrola componentes cartográficos como fontes históricas e, em paralelo, enquanto potenciais formadores de identidades. Partindo da noção de mapas dados como linguagem, afirma “Como representação do mundo, a carta é uma construção imaginária (da realidade), mas que tem o poder não só de orientar o olhar e a percepção (do real) como também de criar a paisagem urbana que representa”, imputando a estas ferramentas o duplo caráter de discurso e recurso de acesso ao passado. Tece uma analogia entre mapas e pinturas, pois acredita que ambos “enquadram e fixam uma paisagem urbana histórica, ou seja, um imaginário do ‘lugar’ que supõe um determinado modo de leitura” (FIALHO, 2010, p. 14-18).

No conjunto de textos sobre representação e imaginário ora apresentados, destaca-se o fato de nove desdobrarem-se nas questões de gênero, especialmente no que concerne aos fenômenos do feminino, na presença da mulher. Na diversidade de seus propósitos, “Com a palavra, o segundo sexo: percursos do pensamento intelectual feminista no Brasil dos anos 1960”, “Mulheres camponesas da região noroeste do Rio Grande do Sul: identidades e representações sociais (1970-1990)”, “A Construção da Cidadania da Mulher Brasileira – igualdade e diferença”, “Entre Eva e Maria: a construção do feminino e as representações do pecado da luxúria no livro das confissões de Martin Perez”, “Ave Maria, Ave Senhora de todas as graças! Um estudo do feminino na perspectiva das relações de gênero na Castela do século XIII”, “Os processos de divórcio perpétuo nos séculos XVIII e XIX: entre o sistema de alianças e o regime da sexualidade”, “Indumentária, representação e narrativas visuais: a mulher como idealizadora de sua identidade na Porto Alegre de 1900-1920”, “Eros e bias entre Helena e Cassandra: gênero e violência no imaginário clássico ateniense” e “José casou com Maroca e Antônio casou-se com Fina’: relações de gênero e violência e afetivo-sexual no Sul do Brasil (RS, 1989-1930)” confluem, em rápido apanhado para pelo menos três características habituais: o protagonismo feminino, o invólucro social e a propalação da problemática no tempo. As propostas gerais continuam perpassando o imaginário, os sistemas simbólicos e a representação, no entanto, a peculiaridade está na concentração temática em torno das questões de gênero e os respectivos reflexos em diferentes momentos históricos, e mais, na continuidade temporal.

O movimento representacional é salientado em teses como as de Daniel Luciano Gevehr e Ana Elisete Motter, “Representações da identidade do Tocantins na literatura e na imprensa (1989-2002)”. A associação ocorre em relação à dinâmica temporal, ou seja, as modificações na representação ao longo do tempo. A título de exemplo, tome-se “Pelos Caminhos de Jacobina: memórias e sentimentos (res)significados”, investigação na qual o autor discute “o processo de significação (dar sentido, valor e qualidades) dos espaços sociais”. Discorrendo sobre as representações construídas em torno dos Mucker no período de 1874-2007, identifica a “nova configuração, materialmente, através da urbanização (da construção e nomeação de lugares) e da ereção de monumentos e nomeação de instituições, como também de uma rica produção jornalística, literária e cinematográfica sobre o episódio dos Mucker”. A partir disso conclui, acompanhando Jean-Claude Abric, “que uma representação não é um simples reflexo da realidade, ela é uma organização significativa” (GEVEHR, 2007, p. 24-25).

A tese de Remedi é uma amostra ampla dos fatores ora examinados. Em primeiro, retoma a noção de uma “natureza fluida das categorias em análise”; alerta para a volatilidade conceitual a partir da própria concepção de honra com a qual trabalha: “é uma categoria que por vezes parece ser tão ampla que impossibilitaria apreendermos seus significados, restando a impressão de que honra pode conter o todo cultural, a base do desvendamento da sociabilidade, logo, o que tudo contém está vazio” (REMEDI, 2011, p. 18). Em segundo, aponta para as questões da subjetividade e da neutralidade do observador, além das condições criadas em torno dos objetos de estudos: “A ideia de representação relativiza [...] os seus próprios objetos de estudo, e elimina de vez tanto a suposta neutralidade de um observador distante como a possibilidade de se encontrar uma versão única para acontecimentos do passado ou do presente” (REMEDI, 2011, p. 26).

Os encadeamentos entre ficção e realidade recebem a atenção desses historiadores em grande medida sob as conjecturas em torno do imaginário. Monumentos⁵², fotografias⁵³ e paisagens⁵⁴ são questionados enquanto portadores potenciais de realidades históricas e informadores de práticas imaginadas. Em todos os casos, a busca é pela significação possível

⁵² SILVA, Sérgio Roberto Rocha da. **Porto Alegre, Curitiba e Florianópolis (1900-1940): monumentos, heróis e imaginário**. 2008. 377 f. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.

⁵³ ETCHEVERRY, Carolina Martins. **Fotografia e arte: Geraldo de Barros e José Oiticica Filho (1950-1964)**. 2012. 286 f. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012. POSSAMAI, Zita Rosane. **Cidade fotografada: memória e esquecimento nos álbuns fotográficos - Porto Alegre, décadas de 1920 e 1930**. 2005. 287 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005.

⁵⁴ CRUXEN, Edison Bisso. **A (re)construção de representações de uma paisagem fronteiriça fortificada em transição: o livro das fortalezas, de Duarte De Armas (1509 – Portugal/Castela)**. 2015. 218 f. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015.

na diluição dos limites entre o imaginário e o real para a compreensão dos processos sociais. Possamai (2005, p. 19), após recuperação da história de como a fotografia foi sendo utilizada por meio dos tempos, advoga não ser praticável a dissociação entre real e imaginário, “pois este último é parte constitutiva do primeiro, podendo expressar formulações que dão sentido àquele. O social é, dessa forma, composto por essas duas dimensões que se imbricam inexoravelmente”.

Nessa esfera, interagem alegorias, símbolos, lembranças e esquecimentos (memórias), abstrações, mobilidades e dinamicidades. Não sem ponderação, muitos conceitos são apresentados de forma paradigmática, ou seja, apresentados sob ressalvas, entendidos nas próprias contradições ou em constante transformação, daí diversos no tempo. No exemplo do uso de imagens fotográficas como fontes, os autores, em paralelo ao estudo das representações de determinada época através da fotografia, contestam a mesma enquanto representação do real. Ou conforme acautela Hoffman, citando Uli Windisch: “[...] as representações sociais não têm o caráter estático que lhes têm sido às vezes atribuído; elas são fundamentalmente móveis, dinâmicas; elas vivem se atraindo, se repelindo e dando nascimento a novas representações” (WINDISCH, 1994, p. 177 apud HOFFMAN, 2002, p. 32).

Edison Bisso Cruzen aclara a condição de mudança. No estudo “A (re)construção de representações de uma paisagem fronteiriça fortificada em transição: o livro das Fortalezas, de Duarte de Armas (1509 – Portugal/Castela)”, empenha-se na identificação das

diversas transições (tanto as que se apresentam de forma explícita, quanto as que podem ser inferidas a partir do processo de estudo e de contextualização da Obra), tais como: arquitetura militar; fronteira; artilharia; formas de pensar e fazer a guerra; técnicas de registros imagéticos (debuxo e desenho) e o processo de construção da representação enquanto transição entre o observado e o observador (CRUEN, 2015, p. 16).

A própria ideia de sensibilidade, que ocupa lugar considerável nas teses, registra a necessidade de fluidificar alguns limites. Nádia Maria Weber Santos, em “Histórias de sensibilidades: espaços e narrativas da loucura em três tempos (Brasil, 1905/1920/1937)”, integra história e literatura por meio das narrativas (escrita de si ou autorreferencial) de sujeitos considerados ‘loucos’, dentro de um certo contexto social e cultural (SANTOS, 2005, p. 18).

Segundo a autora,

a literatura traz a subjetividade e a sensibilidade do passado, daquilo que um dia foi vivido, sentido, percebido de uma outra forma, ou da forma como podia ser naquele momento. Ciente de que este novo olhar é apenas uma versão sobre o passado, o historiador tenta apreender o registro das nuances das sensibilidades de uma época, seus valores, conceitos, noções sobre a vida dos homens e suas práticas sociais (SANTOS, 2005, p. 36).

Em prol da percepção sensível, Santos convida à “breve e momentânea diluição da fronteira entre história e literatura [...] onde as questões sobre ficcionalidade e veracidade” apareçam dirimidas pela interdisciplinaridade (SANTOS, 2005, p. 40). Convicção reforçada por Reinaldo Lindolfo Lohn, em “Pontes para o Futuro: relações de poder e cultura urbana (Florianópolis, 1950-1970)”, ao argumentar em torno da conveniência, no caso de seu trabalho, de não haver hierarquia interfontes, ou seja, em uma pesquisa na qual a temática envolve “projetos e imagens sobre um tempo que estava muito adiante de seus produtores, não há porque estabelecer diferenças de legitimidade entre os documentos históricos. O historiador interage com seus documentos sabendo que são representações de uma época e não sua essência [...]” (LOHN, 2002, p. 13).

Os significados culturais e simbólicos – normalmente concatenados às noções de lutas simbólicas, manipulação simbólica, capital simbólico, poder simbólico e, particularmente, à memória coletiva e lugares de memória – atravessam as mais variadas formas de escrita da história. Perpassam trabalhos, como “A fabulação do corpóreo na imagética de Alcides Pereira dos Santos”, de matriz declarada “foucaultiana, deleuziana e nietzscheana” (GUIMARÃES, 2011, p. 24) até “O corpo em evidência nas lutas dos operários gaúchos (1890-1917)”, imbuído de uma proposta de caráter social. Casualmente, ambos em torno do elemento corpóreo.

A força do simbólico aparece mesmo em trabalhos tradicionalmente considerados de tendência empírica. Paulo Alexandre da Graça Santos, por exemplo, no âmbito da Arqueologia, explica que

Ao focalizar não só os aspectos funcionais, físicos e tecnológicos do vestígio material, mas igualmente a forma pelo qual metas, valores e aspirações são revelados por meio dos artefatos, que se busca suplantar o caráter empirista que muitas vezes é atribuído ao estudo da cultura material e enfatizar o potencial significativo da pesquisa arqueológica (SANTOS, 2009, p. 16-17).

Em “As Missões no imaginário e nas representações das Artes Visuais. Rio Grande do Sul, segunda metade do século XX”, ao dissertar sobre as Artes Visuais no domínio da História, constata-se uma espécie de bifurcação em sua utilização: “Alguns historiadores usam-nas apenas para ilustrar suas narrativas, outros buscam nelas a interpretação do simbólico” (NAGEL, 2004, p. 21) e delega-se aos historiadores a atribuição de dotá-las de significados. Logo, o potencial de memória contido nas imagens está submetido à atividade de constituição historiográfica.

Os mecanismos de lembrança e esquecimento, princípios da memória, são explorados em diversas teses, ainda que, por pelo menos dois cursos diferentes: de um lado, discutem a

própria constituição e funcionamento da memória humana e, de outro, acerca de como ocorrem os processos de institucionalização e propagação coletiva de certas memórias. Amostra do primeiro encontra-se no texto de Laura Ferrazza de Lima, no qual considera as formas de vestir (a moda como manifestação do visual) como suporte privilegiado à memória, ou seja, “o tempo das imagens é diferente do nosso. Elas permanecem e se reconfiguram através dos olhares; são carregadas de memórias” (LIMA, 2015, p. 22), embora não se possa reduzi-las à condição de representação.

No segundo caso, onde encontra-se a maioria dos trabalhos, Cláudia Catarina Dominguez Quinto (2011) pode ser tomada como referência⁵⁵. Reflete sobre a memória coletiva e a cultura urbana estabelecendo uma forma de “ligação entre o passado e o presente” nas crônicas de Renato Maciel de Sá Júnior, escritas no período de 1981-1983, tratando das décadas de 1940 e 1950. Sustentada em teóricos, como Maurice Halbwachs, Vladímir Propp, Jan Bremmer, Herman Roodenburg, Henk Driessen, Henri Bergson, Pierre Nora e Elias Saliba, desenvolve a ideia do uso de crônicas como “lugares de memória”, de onde problematiza “os espaços, os lugares e os sujeitos que compõem a memória da cidade” (QUINTO, 2011, p. 15-17). De uma forma ou outra, a memória resulta de processos significativos em torno daquilo que as diferentes sociedades e tempos escolhem lembrar ou esquecer.

Ao todo, os textos percorridos permitem algumas constatações. A primeira encontra-se no fato de que, embora havendo a preocupação em especificar o que se entende por realidade, é também recorrente a ideia de uma realidade móvel, que a cada momento toma formas diversas. Para além da ideia de homogeneização / uniformização, também presente, encontra-se a preocupação com a não estagnação no tempo; é o rompimento em relação à rigidez das estruturas. A segunda ocorre por conta das marcas explícitas de subjetividade nesses trabalhos. Assumem-se com despojamento as posições de flexibilidade metódica e de reformulações reiteradas nos objetos. Incidem intensamente as conjecturas e a presença do pesquisador aparece de forma mais intensa. E, a terceira, a preocupação com o processo de pesquisa, com os elementos conceituais e categorias eleitas em detrimento dos resultados. Não somente a representação recebe a leitura em movimento como todo corpo científico aplicado no desenvolvimento da investigação, da volatilidade das concepções à atribuição de significado ao mundo.

⁵⁵ Considerar a mesma condição em: RIBEIRO, Carmem Adriane. *Imagens negociadas: retratos de família pelas lentes do Estúdio Foto Klos nas décadas de 1930 e 1940 em Panambi – RS*. 2015. 252 f. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015.

Todos, à sua maneira, mantêm em comum a descrição das formas de inserção da tese no meio social no presente. Se, de início, é perceptível a preocupação em justificar objeto e fontes – o salvaguardar-se de concepções e/ou determinismos reconhecendo o diferencial existente em trabalhos dessa natureza –, em paralelo a essas problemáticas compõe-se um emaranhado de concepções no intuito de amparar os materiais empíricos e, mais do que isto, a fim de estabelecer as conexões necessárias a responder inquietações originárias das “carências de orientação no tempo”⁵⁶.

As teses realizam as leituras representacionais em escalas. Na fotografia, rompe-se a estaticidade, exploram-se as convenções em torno da fotografia no momento da foto (efeitos, técnicas, relações com o que se deseja mostrar), as fotografias como lembrança, o que é registrado para a posteridade, o significado de conteúdo da foto, a ressignificação dada pelo historiador, entre outros. Certas formas de poder são atribuídas aos diferentes meios representacionais, monumentos, paisagens, cartas e mapas, fotografias e pinturas, crônicas e obras literárias.

Identidades recebem o caráter de construções, resultantes de “passados” – coletivos e/individuais – e, portanto, são portadoras de tradições e mesmo imaginários construídos no presente. As noções de recuperação de certas ideias, da recomposição, revalorização e ressignificação no presente (missioneirismo, tropeirismo, honorabilidade, feminismo) conduz à revisão da própria área do conhecimento histórico, ou seja, é uma forma de representar específica aos períodos estudados, mas que vai tomando forma de maneira a tornar a representação um processo no qual a estabilidade torna-se visível na mudança. As ressignificações são a indicação de permanências.

3.3 UMA BIOGRAFIA UNIVERSITÁRIA: O TEMA DA HISTÓRIA DE VIDA EM ESPAÇOS ACADÊMICOS

A definição de prosopografia encontra amparo no texto síntese de Lawrence Stone (2011). Para os elementos referentes à biografia, Sabina Loriga (1998)⁵⁷, e sobre trajetórias, Miguel Ângelo Montagner (2007), fundamentam a discussão. Este, inclusive, como meio integrativo, pois o autor percorre todas as noções aqui elencadas, perspectivado das ciências

⁵⁶ Referência à matriz do pensamento histórico de Jörn Rüsen.

⁵⁷ Consultar também Souza e Lopes (2012).

sociais. Em 1971, Lawrence Stone publicou seu texto “*Prosopography*”⁵⁸. Um resgate histórico do conceito acompanhado de algumas ideias que serviriam de parâmetros a diversos estudos posteriores. À época, discernia duas linhas de utilização da prosopografia (escola elitista e escola das massas), embora ambas convergissem em um ponto: “[...] seu interesse comum no grupo, mais que no indivíduo ou na instituição” (STONE, 2011, p. 117). Partindo dessa noção de prosopografia como “a investigação das características comuns de um grupo de atores na história por meio de um estudo coletivo de suas vidas”, Stone descreve o método empregado:

constitui-se em estabelecer um universo a ser estudado e então investigar um conjunto de questões uniformes – a respeito de nascimento e morte, casamento e família, origens sociais e posição econômica herdada, lugar de residência, educação, tamanho e origem da riqueza pessoal, ocupação, religião, experiência em cargos e assim por diante. Os vários tipos de informações sobre os indivíduos no universo são então justapostos, combinados e examinados em busca de variáveis significativas. Eles são testados com o objetivo de encontrar tanto correlações internas quanto correlações com outras formas de comportamento ou ação (STONE, 2011, p. 115).

No caso de Sabina Loriga (2012), o foco está na história biográfica em detrimento da biografia. Ao ser questionada sobre a crítica comumente atribuída a ela pela ideia de “grandes homens”, a autora afirma: “o culto aos heróis é também a expressão de uma inquietude epistemológica que me parece atravessar toda a história biográfica”. Arrazoando sobre a dificuldade que possui em pensar a biografia em termos de “gênero”, uma vez que esta não seria a mesma coisa em diferentes momentos históricos, opõem-se a Bourdieu nesse ponto, exatamente por acreditar que o autor – por meio da noção de ilusão biográfica – uniformizaria o conceito de biografia tornando-o, de certa forma, desistoricizado. Em tom de flexibilização, a autora argumenta não haver a imperatividade da narração cronológica – nascimento, formação, carreira, maturidade, declínio e morte – apesar dos inúmeros textos assentados nessa estrutura (SOUZA; LOPES, 2012, p. 30-33).

A último dos referenciais ora empregado, Miguel Ângelo Montagner, realiza um apanhado histórico sobre alguns momentos da biografia e da trajetória na tradição sociológica. Retoma as noções de *habitus*, *campo* e *ilusão biográfica*, de Pierre Bourdieu, e nota, em consonância com os demais fundamentos teóricos aqui apresentados, a necessidade de “aporte significativo de material empírico e um número vultoso de pesquisadores engajados na tarefa” prosopográfica (MONTAGNER, 2007, p. 257). Reitera a ideia de Bourdieu de que “a rigor, não existe, ainda que esta ideia seja extremamente atrativa e sedutora ao senso comum, uma

⁵⁸ Conforme anotam Gustavo Biscaia de Lacerda e Renato Monseff Perissinotto, tradutores da versão aqui consultada, o texto foi originalmente publicado na Revista *Dædalus* (Cambridge Mass., v. 100, n. 1, p. 46-79, winter 1971).

sequência cronológica e lógica dos acontecimentos e ocorrências da vida de uma pessoa” (MONTAGNER, 2007, p. 251) em consonância com unidade biológica do ser.

Nesse ínterim, situam-se as trajetórias enquanto “resultado construído de um sistema dos traços pertinentes de uma biografia individual ou de um grupo de biografias” (BOURDIEU, 1998 apud MONTAGNER, 2007, p. 254). Mais do que uma definição, importa notar a interação do biográfico e a trajetória; sem aquele esta seria impossibilitada, ao menos se a pretensão for a da constituição de conhecimentos objetivos das subjetividades biografadas, individual ou coletivamente.

Ao total, das mais de quatrocentas teses defendidas nos três programas, os estudos envolvendo os conceitos de biografia, prosopografia e trajetória somam cerca de 5%. Ressalve-se, no entanto, a desnecessidade de autoidentificação dos autores com os conceitos, ou seja, em alguns casos, a figura que tem sua história narrada acaba por compor uma gama de elementos representativos de um contexto, cenário e/ou realidade determinada, estando muitos dos respectivos aspectos da existência pessoal relegados a segundo plano por conta do enfoque narrativo ou mesmo da direção indicada pela delimitação da pesquisa. Nessas ocorrências, nem sempre a autoria da investigação se utiliza diretamente de um dos conceitos em questão, inclusive por opções teóricas, metodológicas ou de apresentação do conhecimento.

No que tange às teses abarcadas na reflexão, formam um montante de vinte e três. Destas, nove na PUCRS, oito na UFRGS e seis na UNISINOS.

Nesse corpo de textos, cabe observar, primeiramente, o interesse de diferentes orientadores e os variados períodos de realização das pesquisas / defesas. Na PUCRS, por exemplo, dos nove trabalhos, são seis orientadores diferentes, a constar: René Ernani Gertz (2003; 2015), Ruth Maria Chittó Gauer (2005; 2006), Margaret Marchiori Bakos (2006; 2009), Braz Augusto Aquino Brancato (2007), Sandra Maria Lubisco Brancato (2008) e Luciano Aronne de Abreu (2015). Já na UFRGS, dos oito trabalhos, foram cinco orientações distintas: Susana Bleil de Souza (2003), Regina Weber (2005), Benito Bisso Schmidt (2010; 2011; 2012; 2016), Cesar Augusto Barcellos Guazzelli (2015) e Cláudia Wasserman (2015). Na UNISINOS, há seis teses, para quatro orientações distintas: Eloísa Helena Capovilla da Luz Ramos (2005; 2009), Paulo Roberto Staudt Moreira (2011; 2016), Marluza Marques Harres (2013) e Eliane Cristina Deckmann Fleck (2014).

Quadro 7 – Teses sobre biografias, trajetórias e/ou prosopografias

| TESE | DEFESA |
|--|--------|
| <i>Mons. Vitor Battistella : Padre e Caudilho</i> | 2003 |
| <i>Os discursos de Dyonélio Machado e Raul Pilla : o político e suas múltiplas faces</i> | 2005 |
| <i>Pedro Adams Filho : empreendedorismo, indústria calçadista e emancipação de Novo Hamburgo (1901-1935)</i> | 2006 |
| <i>Inventário científico do Brasil no século XVIII: a contribuição de Alexandre Rodrigues Ferreira para o conhecimento da natureza e dos índios</i> | 2006 |
| <i>Liberalismo & República : o pensamento político de J. F. de Assis Brasil</i> | 2007 |
| <i>O ideário nacionalista nos escritos de Sérgio Buarque de Holanda e Assis Chateaubriand (1929-1932)</i> | 2008 |
| <i>Mozart Pereira Soares – o caboclinho de Palmeira das Missões – um enciclopedista que revela suas raízes</i> | 2009 |
| <i>Interfaces do Político : o Discurso de Alberto Pasqualini em Perspectiva (1936-1955)</i> | 2015 |
| <i>“Sou, como sabem...” : Karl von Koseritz e a imprensa em Porto Alegre no século XIX (1864-1890)</i> | 2015 |
| <i>Carlos Torres Gonçalves, a família, a pátria e a humanidade : a recepção do positivismo por um filho espiritual de Auguste Comte e de Clotilde de Vaux no Brasil (1875-1974)</i> | 2003 |
| <i>A trajetória de uma liderança étnica : J. Aloys Friederichs (1868-1959)</i> | 2005 |
| <i>Do esquecimento ao tombamento : a invenção de Arthur Bispo do Rosário</i> | 2010 |
| <i>Entre o Vinho e a Política : Uma biografia de Celeste Gobbato (1890-1958)</i> | 2011 |
| <i>Costurando vidas – Os itinerários de duas professoras : Ana Aurora do Amaral Lisboa (1860-1951) e Júlia Malvina Hailliot Tavares (1866-1939)</i> | 2012 |
| <i>“Qual o Campo(s) de Carvalho?” : a literatura e a política no Brasil entre 1956 e 1977 pelo autor e sua obra</i> | 2015 |
| <i>A trajetória de Paulo Francis na imprensa hegemônica e contra-hegemônica brasileira (1962-1997)</i> | 2015 |
| <i>A ética do convívio ecossustentável : uma biografia de José Lutzenberger</i> | 2016 |
| <i>Circunstâncias, continuidades e rupturas : Professor Ernani Maria Fiori e sua geração</i> | 2005 |
| <i>A Trajetória de Mario Osorio Marques na Construção do Desenvolvimento Regional : Ijuí –RS Segunda Metade do Século XX</i> | 2009 |
| <i>Entre “a intolerância política” e a “sede ardente de mando” : família, poder e facções no tempo dos cunhados José Joaquim de Andrade Neves e João Luís Gomes da Silva (c.1845 – c.1870)</i> | 2011 |
| <i>Além da traição : Manoel Jover Teles e o comunismo no Brasil do século XX</i> | 2013 |
| <i>Leolinda Daltro, A Caminhante do Futuro : uma análise de sua trajetória de catequista a feminista (Rio de Janeiro/Goias - 1896-1920)</i> | 2014 |
| <i>Abençoando neófitos, tecendo redes sócio-familiares na Freguesia de São Vicente (Vale do Jaguari - RS, 1854-1912)</i> | 2016 |

Fonte: elaborado pelo autor (2019).

Cronológica e linearmente situadas, as teses demonstram não ter havido mudanças substanciais nos últimos quinze anos⁵⁹. Os limites espaço-temporais são dados em grande medida pela vida da pessoa analisada, por determinada fase profissional ou pela atuação em alguma forma de pleito específico, frente a uma associação, enquanto liderança, durante o desempenho de certa função pública, etc. Noutros termos, as delimitações temáticas são a decorrência direta da experiência vivida pelo sujeito (objeto) dos exames. A narrativa consiste basicamente na tentativa de reconstrução dessa complexidade, uma vez que é unânime nesses estudos a ideia de contextualização, integração ao meio e/ou situação em cenário definido⁶⁰.

⁵⁹ Respeitados os períodos de criação dos cursos e respectivas defesas, antes de 2000, não existem registros de teses em nenhum dos três programas contendo temáticas relativas a biografias, trajetórias ou prosopografias, ao menos no âmbito das definições ora adotadas.

⁶⁰ Na expressão de Lopes (2009, p. 14), biografia “contextualizada”.

Em algumas ocorrências, a figura estudada chega a ser tomada como representação de toda uma geração, época ou cultura.

Em termos de enfoques temáticos, a concentração estabelece-se em dois eixos: de um lado, o político – a atividade de personalidades envolvendo aspectos como “discursos”, “atuação política”, “redes de influência”, “poder e política”, “ideias políticas”, “projetos políticos”, “vida pública”, dentre múltiplas expressões – e, de outro, as práticas intelectuais – ações variantes desde a escrita poética até o empreendedorismo, correntes em fórmulas como “a trajetória de [...] se articula com a construção de uma ética [...]”, “trajetória intelectual”, “sua atuação em certos periódicos”, “intelectual engajado”, “os discursos em torno de [...]”, “liderança intelectual”, “membro da comunidade [...]”, “leitura do pensamento de [...]”, “ideias do personagem”, “produção intelectual”, “suas reflexões” e assim por diante.

O recurso ao paralelo, aos “feixes de recursos semelhantes”, aparece regularmente nas teses. Toma-se como referenciais outros personagens de experiências correlatas, empresários, padres, lideranças comunitárias, políticos, entre outros, em muitos casos permitindo a criação de inferências em função da contemporaneidade dos eventos e/ou vidas. Amostra disso encontra-se em Schemes (2006, p. 28), que, ao estudar o empreendedor Pedro Adams Filho, escreve: “[...] analisamos o papel de vários empreendedores gaúchos, como Alberto Bins e Ernesto Neugebauer, de Porto Alegre; Carlos Oderich e A.J. Renner, do Vale do Caí; e Guilherme Ludwig, Arthur Haas, Augusto Jung, Pedro Alles e Arlindo Spindler, do Vale do Sinos”. Similarmente, o texto de Silva corrobora para o propósito:

[...] recorri ao contexto também como fonte de informações, visando preencher lacunas da narrativa, para as quais não encontrei documentação diretamente ligada ao personagem, com informações sobre outros atores contemporâneos, sobre a época em que viveu o personagem, sobre situações equivalentes às vividas por ele (SILVA, 2005, p. 22).

Normalmente, o expediente é utilizado para cobrir a ausência de fontes, os interstícios, as lacunas empíricas na biografia / trajetória objeto de investigação. A relação indivíduo / contexto aparece, geralmente, mais fortalecida diante da redução de outros materiais empíricos para pesquisa.

O potencial da comparação geralmente aparece de duas formas: na primeira, como recurso metodológico propriamente, além de diretamente mencionado pela autoria. Naturalmente, casos como este são facilitados em teses com finalidades de estudar dois ou mais indivíduos, suas respectivas trajetórias ou, ainda, em prosopografias. Cite-se a ocorrência em Matos (2008) ao desenvolver pesquisa sobre os escritos de Sérgio Buarque de Holanda e Assis

Chateaubriand e em Uberti (2016, p. 19), este ao estudar “as trajetórias de cinco núcleos familiares”. Na segunda, como recurso subsidiários, a fim de possibilitar uma leitura conjuntural mais ampla. Isso é possível observar em Weizenmann (2015, p. 15), ao afirmar existirem, entre Karl von Koseritz (Brasil) e Karl Schurz (Estados Unidos), “[...] algumas aproximações e alguns paralelismos, que ocorrem, por exemplo, pela importante atuação política do elemento germânico que ambos desempenharam nos países que os abrigaram, bem como pelo envolvimento com a imprensa local”.

A utilização de “diferentes escalas de observação” – presente, explícita ou implicitamente em todas as teses – parece fortalecer a noção do intercâmbio todo-partes ou vice-versa. Há predominância do elemento delimitador “micro”, no entanto, em nenhum dos trabalhos deixa-se de empregar (em diferentes proporções) a noção de macro, ou seja, valorizar determinados subsídios estruturais e/ou da tessitura implicada de denominação “contextual”. As palavras de Costa (2011, p. 30) exemplificam essa conjunção de fatores ao afirmar que por conta da natureza do “material empírico e do objeto de análise, a forma de enfoque das informações relativas às suas ligações sociais e ao conflito desencadeado passou pela escolha de tipologias documentais que oferecessem condições de decompô-las em diferentes níveis de leitura e de observação”.

Na maioria das vezes, os trabalhos apresentam-se divididos a partir de características que permitiriam a sua separação em partes, sem perderem a possibilidade de continuidade. O arcabouço básico contempla atributos familiares e de formação, como, por exemplo, carreira, missão, atuação e/ou vocação e o desempenho em atividade específica, momento determinado, posto ocupado ou função designada – produção intelectual, alguma obra ou feito específico. Em alguns casos, ocorre, inclusive, uma correlação entre as fases da vida e respectivas mudanças. O texto sobre o Monsenhor Vítor Batistella é ilustrativo nesse sentido (SPONCHIADO, 2003). Afirmações, como “a exposição dos tópicos no decorrer do trabalho não obedece a uma ordem cronológica, nem foi condicionada pela preocupação de forjar uma unidade ou uma linearidade, que conduzisse a um sentido único, inexorável e pré-determinado” (GAGLIETTI, 2005, p. 17) são explicitadas em diversas teses, não obstante, isso nem sempre se confirme na escrita dos resultados das pesquisas⁶¹.

Nenhum dos biografados ou que tiveram suas trajetórias narradas podem ser considerados – ou foram considerados – pessoas sem realizações extraordinárias, respeitados

⁶¹ Os excertos retirados das teses ocupam lugar ilustrativo e são escolhidos exatamente por precisarem melhor o tópico frasal não significando, por isso, serem representativos diretos da crítica realizada ao final de cada parágrafo.

os respectivos campos de atuação. Nesse sentido, tratam-se de padres, jornalistas, formadores de opinião, professores, sindicalistas, lideranças comunitárias, parlamentares, empreendedores, ecologistas, catequistas, feministas, entre outros. Todavia, uma exceção possa ser vista, talvez em Uberti (2016, p. 27), o qual, ao tratar dos estudos de cinco famílias, declara, ao menos em relação a alguns dos personagens envolvidos na narrativa / trama: “cita-se a oportunidade de reconstituir trajetórias conferindo papéis de protagonismo a indivíduos de pequeno *quilate*, que até então estavam condenados ao ostracismo historiográfico”. Contanto não ocorra exclusivamente a escolha dos “grandes homens”, o formato não seja necessariamente o cronológico e o campo não se limite ao político e valorize-se especialmente aspectos sociais, a excepcionalidade é marca dos personagens retratados.

“Bispo foi, entre outras coisas, marinheiro, pugilista, empregado doméstico, louco paranoide e artista plástico reconhecido internacionalmente” (BORGES, 2010, p. 14). Esta é a forma com que a autora define Arthur Bispo do Rosário⁶². Dias (2012), sobre Ana Aurora do Amaral Lisboa e Júlia Malvina Hailliot Tavares, escreve:

Em uma esfera mais ampla, a da história ‘oficial’ do Rio Grande do Sul, com suas temáticas e periodizações consagradas, essas duas mulheres poderiam ser entendidas como personagens anônimas, pois não tiveram atuação destacada em nenhum evento histórico conhecido. No entanto, é justamente na ação pouco visível de suas trajetórias que estão latentes experiências singulares (DIAS, 2012, p. 14).

As duas citações fortalecem a ideia do parágrafo anterior. A última acrescenta outro ponto acentuado no conjunto das teses: o anúncio dos trabalhos como inseridos em algum tipo de proposta nova, em oposição ao “tradicional”. Se a tendência é no campo político, trata-se da “nova história política”, se é biográfica, então concerne ao “retorno da biografia” e da narrativa e assim por diante. Pezat (2003, p. 25), por exemplo, após digressão conceitual, esclarece: “neste estudo [...], o indivíduo foi tomado como chave para o entendimento do mundo em que viveu e que o condicionou, e não como as biografias tradicionais costumavam abordar os ‘grandes homens’, isto é, como seres dotados de poderes excepcionais”. Na mesma direção, Uberti (2016, p. 26) afirma que “[...] o fato de ter demonstrado a complexidade do social, a realidade multifacetada, as assimetrias sociais das comunidades de pequenas localidades, que muitas vezes apresentam um contexto muito diferente dos grandes esquemas abstratos que tendem à generalização”. Dois elementos das passagens estão em evidência: a crítica ao tradicional e a questão contextual. Não obstante, a frequência das menções, na maioria dos

⁶² O trabalho não pretende ser exatamente uma biografia, mas ser os processos discursivos constituidores dessa história de vida. Já existiam outras biografias sobre o personagem.

casos não ocorre a definição do que seria o tradicional e mesmo carece-se de historicização do conceito.

Nas biografias examinadas, existe previamente alguma forma de escrita sobre si. “Diário íntimo”, de Monsenhor Vitor Batistella, “Memórias de um pobre homem”, de Dyonélio Machado, “Palavras de um professor”, de Raul Pilla, “Imaginário e memória”, de Mário Osório Marques, o diário de Malvina e a correspondência passiva de Ana Aurora (DIAS, 2012, p. 24) e “Sinfonia Inacabada: a vida de José Lutzenberger” (PEREIRA, 2016, p. 20). Quando não em forma de “ego-documento”, ao menos recorre-se às obras principais do estudado, a fim de compreender seu pensamento durante um período da vida (AITA, 2007, p. 8) ou, ainda, aos arquivos particulares, normalmente constituídos no intuito de “registro para a posteridade”. Sobre isso, explana Pezat:

[...] é preciso considerar que o protagonista escreveu muito ao longo de sua vida quase centenária. Tais registros escritos tinham as mais variadas naturezas: anotações pessoais, correspondência privada, correspondência administrativa, relatórios, memórias, textos proselitistas, manifestos políticos, poemas, necrológios, mapas, plantas, tabelas e gráficos (PEZAT, 2003, p. 41).

Em casos excepcionais, se não existe uma autobiografia propriamente dita, ao menos traços autobiográficos são perceptíveis e coletáveis. Verifica-se, em Borges (2010, p. 25-26), a existência de três documentários sobre a vida de Arthur Bispo do Rosário: “O prisioneiro da passagem”, “Arthur Bispo do Rosário” e “O Bispo do Rosário”.

A originalidade nas teses se apresenta de várias maneiras: no tema, no enfoque, nos recortes, nos métodos, nas fontes. Em geral, a menor incidência específica de inovação ocorre nas perspectivas teórico-metodológicas. A maior ocorrência registra-se nos achados de documentos pouco ou nada explorados ou mesmo na singularidade do tema⁶³. O exemplo abaixo salienta a temática e o recorte:

Cabe-nos ainda dizer sobre a importância deste trabalho, que se justifica por tratar da temática da família num tempo e espaço que até o presente momento não despertou maiores interesses por parte dos historiadores. Uma vez que, a maior parte das obras sobre a família no Brasil se direciona para o período colonial e algumas para o imperial. Nosso recorte (1854-1912) nos oportunizou observar a passagem do império à república, analisando o impacto que o estabelecimento dos registros civis de casamento teve sobre os registros religiosos (UBERTI, 2016, p. 23).

Na localização e detenção dos arquivos de pesquisa sobressai-se o caráter reservado de muitos materiais. Na maioria são particulares – diga-se, indisponíveis ao público – e, em alguns

⁶³ “[...] é inexistente até o presente momento trabalhos de pesquisa em História que estudaram a trajetória de algum militante cuja biografia tenha sido associada à questão da traição” (SILVEIRA, 2013, p. 20).

casos, de difícil acesso ou mesmo inacessíveis, a ponto de os pesquisadores registrarem a importância dos achados, da concessão do direito de acesso, da entrada ao inédito. Beira-se à condição de monopólio⁶⁴. Representativo é o excerto: “[...] grande parte da documentação utilizada se encontra em acervos documentais privados e com acesso restrito, bem como a percepção do caráter inusitado de muitos dos textos escritos por ele” (PEZAT, 2003, p. 45). Para tanto, os motivos são variados, desde o “não saber o que fazer com aquilo” até a existência de controle sobre certas informações que poderiam proporcionar “uma imagem negativa” do biografado, perpassando arquivos em processos de organização em centros especializados.

Uma dificuldade frequente parece ser o desenvolvimento de certa aproximação, por um lado, entre biógrafo e biografado⁶⁵ e, por outro, entre biógrafo e depositários das fontes. A alocação de Pereira (2016) é de extrema elucidação:

Por outro lado, como se trata de uma figura que teve destaque no passado, um ex-ministro, um militante famoso cuja memória ainda reverbera no presente, e como há a expectativa de sua família em relação ao trabalho, é importante dizer que estive sempre, durante esses quase cinco anos de pesquisa, “entre a cruz e a espada”. Tive, o tempo todo, que tentar atingir o equilíbrio entre o que a Academia espera de uma tese de doutorado – enfoque crítico, interpretativo, descortinador – e a preocupação de não suscitar um problema com sua família, especialmente com Lilly [filha], que tão generosamente me abriu o acervo e me auxiliou tanto, ao longo de todo o trabalho (PEREIRA, 2016, p. 53).

A passagem é exemplificativa no sentido de demonstrar uma questão que parece preocupar, contanto nem sempre explicitada, pela maior parte dos investigadores.

As instâncias acadêmicas anteriores, como monografia, dissertação, ou alguma experiência precedente, como estágio, ter contato com o local onde o personagem retratado habitou são marcas da maioria das teses. Mudam-se os enfoques, o período e, até mesmo, os espaços de atuação do biografado, mas a tendência é de continuidade. Schemes, por exemplo, trabalhou na confecção de um CD-ROM e daí “despertou” para o estudo do biografado. Santos,

⁶⁴ A ideia de “guardar / esconder” documentos é muitíssimo criticada pelos historiadores quando quem o faz são as instituições estatais, os representantes de certos regimes (especialmente militares). No entanto, chamam a atenção semelhantes práticas relacionadas a diversos tipos de fontes e sujeitos. Na tese de Silveira (2013), aparecem dois exemplos singulares: o primeiro trata da “inexistência” do relatório de defesa do biografado antes da expulsão do PC do B, documento que, a princípio, deveria constar do processo de expulsão. O segundo exemplo replica-se nas palavras do autor: “Manoel Jover Teles tinha o hábito de escrever suas palestras e alguns discursos. Dentre sua produção, destacam-se romances, entre eles a trilogia ‘Café Amargo’, que se encontra em poder de um de seus netos, o qual não me permitiu o acesso das obras para esta pesquisa” (SILVEIRA, 2013, p. 15).

⁶⁵ “Na condição de historiadora, vizinha e amiga, senti a necessidade de fazer esse reconhecimento formal e acadêmico em relação ao Dr. Mozart. O doutorado trouxe-me essa possibilidade, fazendo-me crer que faltava esse reconhecimento maior em relação ao Dr. Mozart, sendo este um momento bem oportuno. Inúmeras vezes refiz, metro a metro, o itinerário para ir ao seu encontro no sítio de Palmeira das Missões, passando tardes inesquecíveis com Dr. Mozart” (FREITAS, 2009, p. 24).

ao deparar-se com uma foto da biografada na aldeia Xerente – Porteira (2014, p. 17-18) interessou-se pela vida e obra de Leolinda. Similar é a experiência de trabalho anterior de Silva (2005, p. 12). No que tange especificamente às experiências universitárias prévias, o relato de Monteiro (2011) simboliza características usuais em diversas teses.

[...] em minha dissertação de Mestrado na qual privilegiei o corte cronológico de 1912 a 1924, que corresponde ao período entre a sua chegada ao Brasil na condição de professor da Escola de Engenharia de Porto Alegre e a sua posse como intendente de Caxias. Não abandonei, contudo, o objetivo de investigar sua atuação política, que por várias razões não pôde ser contemplado na dissertação. Esta questão será desenvolvida no segundo capítulo da presente tese que dá continuidade ao estudo do itinerário de Gobbato. Entretanto, ao prosseguir com a pesquisa desta trajetória, optei por redimensionar alguns posicionamentos teóricos que embasaram aquela pesquisa, que agora serve de substrato ao primeiro capítulo da tese. Ou seja, alguns episódios da biografia de Gobbato que já eram por mim conhecidos tomaram outra dimensão quando pensados à luz de novas fontes, novos problemas e novas perspectivas teóricas (MONTEIRO, 2011, p. 18).

O anúncio da realização de um “estudo de gênero biográfico e de recorte micro-histórico” é persistente nas teses. Em alguns casos, ocorre a opção por apresentar a fundamentação teórica. Em outros, estabelece-se alguma confusão entre a fundamentação teórica e as fontes bibliográficas sobre o tema específico estudado. Na maioria, no entanto, as duas questões aparecem conjugadas. Modelares das diferenças de embasamento registradas nas teses, são as diversas formas de manifestação do fenômeno contextual. A despeito da utilização frequente de contextos, raras são as teses preocupadas em significar a expressão⁶⁶.

Na linha da divisão proposta por Topolski (2016), percebe-se a predominância das narrativas diacrônicas. O principal ponto de referência na definição do que entra e do que fica de fora da narrativa ocorre por conta das possibilidades de estabelecimento de “relações causais” entre os diferentes elementos que irão compor a narrativa. Tais ligações não se apresentam de forma inerente, ou como escreve Topolski, “[...] o historiador não só reúne alguns eventos selecionados ao longo do eixo do tempo, mas também atribui a eles algumas relações lógicas formalmente ligadas e definidas” (TOPOLSKI, 2016, p. 66). É o que se lê em certa medida nos dizeres de Verran⁶⁷: “Foi preciso, porém, circunscrever o objeto e escolher quais os documentos que melhor serviriam para responder ao problema inicial, segundo a

⁶⁶ Exceção feita a Silva (2005, p. 21), que dedica espaço exclusivo para significar a noção de contexto “nos estudos biográficos”.

⁶⁷ A decisão de incluir este trabalho como biografia se deu por conta do argumento de que se é possível tomar os discursos de certos indivíduos para analisar como trajetórias, a obra magna de alguém também o pode ser perspectivada desta forma. Além do fato, claro, de a autora discutir a formação de Alexandre Rodrigues Ferreira e a respectiva influência dessa etapa da vida na Viagem realizada ao Brasil.

metodologia escolhida. Nessa escolha, os referenciais teórico-metodológicos e as categorias de análise auxiliaram” (TOPOLSKI, 2006, p. 14).

Também no texto de Weizenmann (2015):

A consulta a diversas fontes de pesquisa teve como resultado o levantamento de uma grande quantidade de materiais impressos. Essa numerosa coleção, formada por inúmeros textos e diferentes temas, foi essencial para que se definissem as abordagens presentes para esta investigação. Sem ter a pretensão de esgotar, definitivamente, as possibilidades de estudo que a partir desses escritos se pode realizar, a seleção e a escolha de fontes primárias, em detrimento de outras, foi imprescindível para que se delimitassem o recorte temporal e alguns temas de sua pauta para a imprensa da província do Rio Grande do Sul (WEIZENMANN, 2015, p. 21).

Nos dois exemplos, mas ainda em diversas outras teses, é perceptível a presença de certo grau de predominância da diacronia sem perder de vista a sincronia, ou seja, neste último caso, “elementos particulares são conectados por simultaneidade ou [...] pelo espaço e não pela passagem do tempo” (TOPOLSKI, 2016, p. 66). Nas teses, em momentos específicos, especialmente quando tratando de escalas reduzidas, nos níveis local e regional, muitas vezes o elemento espacial torna-se determinante nas diversas etapas da vida individual do personagem-tema. Assim, nas formas narrativas – integrativas da sincronia e diacronia – as “imagens do passado”, construídas pelo historiador (informação), os “instrumentos de persuasão” (retórica) e a subestrutura “teórico-ideológica” (política), mesmo entrelaçadas e não dispostas em camadas, permitem-se distinguíveis (TOPOLSKI, 2016). Na prática, ultrapassando o escopo deste texto, conviria perguntar: no entrecruzamento dos níveis de matéria, persuasão e axiológico existe hierarquia? E, se existe, ocorre alguma forma de sobreposição entre um e outro quando da produção historiográfica?

Além disso, algumas assertivas podem ser realizadas:

- a) há continuidade, no interior dos programas, de interesse por temáticas relativas à matéria;
- b) sem que seja necessário o afastamento das respectivas especialidades, as orientações têm sido possibilitadas, embora variando as perspectivas, ora as trajetórias, ora as biografias e, por vezes, as prosopografias;
- c) no conjunto, ainda que não se possa generalizar, a grande maioria das teses pauta-se teoricamente pelos ditames da denominada História das Ideias;
- d) há forte presença de trabalhos dedicados a personagens relacionados ao Rio Grande do Sul, por sua origem ou atuação profissional;
- e) predominam os temas de enfoque no campo político; e

- f) curiosamente, a maioria das vidas / trajetórias implicadas no corpo de estudos presenciou a virada do século XIX para o XX.

3.4 BALIZANDO A INTERAÇÃO: DA FRONTEIRA COMO OBJETO DE ESTUDO

O quinto aspecto recorrente nas teses, ainda predominantemente na acepção espacial, mas que conduz ao elemento temporal, é o de fronteira⁶⁸. Somente considerando os textos de referência direta ao conceito ainda nos títulos, são sete diferentes teses na Pontifícia Universidade Católica (PUCRS)⁶⁹, quatro na Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS)⁷⁰ e nove na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)⁷¹. Esse total de vinte teses, agrupadas em torno do mesmo conceito, evidencia pelo menos duas questões:

⁶⁸ Trata-se de pensar, a título de definição, no que Bourdieu (1989, p. 114-115) escreveu: “A fronteira nunca é mais do que o produto de uma divisão a que se atribuirá maior ou menor fundamento na ‘realidade’ segundo os elementos que ela reúne, tenham entre si semelhanças mais ou menos numerosas e mais ou menos fortes (dando-se por entendido que se pode discutir sempre acerca dos limites de variação entre os elementos não idênticos que a taxinomia trata como semelhantes)”.

⁶⁹ SILVA, Lucia Silva e. **Coronéis da fronteira**: um olhar sobre a ‘Getulização’ do Brasil. 2000; GOLIN, Luiz Carlos. **A fronteira Brasil-Uruguai**: estado e movimentos espontâneos na fixação dos limites do Rio Grande do Sul. 2001; CARNEIRO, Newton Luis Garcia. **De volta à fronteira**: uma incursão aos fundamentos da cultura política sul-rio-grandense referente ao século XIX: a infiltração rio-grandense no estado oriental e a formação da identidade política regional. 2003; RIBEIRO, Marilene da Cunha. **A construção do imaginário da mulher brasileira na fronteira oeste do Rio Grande do Sul**: o que revelam os jornais do período de 1890 a 1910. 2008; FLORES, Mariana Flores da Cunha Thompson. **Crimes de fronteira**: a criminalidade na fronteira meridional do Brasil (1845-1889). 2012; ARRUDA, Ariane Aparecida Carvalho de. **Cristãos e infiéis nos espaços de fronteira, Chiquitania / Bolívia e Pantanal / Brasil**: conflitos, reciprocidade, mestiçagem e mobilidade social (1770 – 1800). 2015; CRUXEN, Edison Bisso. **A (re)construção de representações de uma paisagem fronteiriça fortificada em transição**: o livro das fortalezas, de Duarte De Armas (1509 – Portugal/Castela). 2015.

⁷⁰ ROGGE, Jairo Henrique. **Fenômenos de fronteira**: um estudo das situações de contato entre os portadores das tradições cerâmicas pré-históricas no Rio Grande do Sul. 2004; LAROQUE, Luís Fernando da Silva. **Fronteiras geográficas, étnicas e culturais envolvendo os kaingangs e suas lideranças no sul do Brasil (1889-1930)**. 2006; PETIZ, Silmei de Sant’ana. **Caminhos cruzados**: famílias e estratégias escravas na fronteira oeste do Rio Grande de São Pedro (1750-1835). 2009; PESTANA, Marlon Borges. **Povoadores do rio Jara**: arqueologia pré-colonial e fronteira no povoamento do extremo oeste brasileiro. 2014.

⁷¹ PADOIN, Maria Medianeira. **O federalismo no espaço fronteiriço platino**: a Revolução Farroupilha (1835-1945). 1999; BLANCO, Fernando Luís. **Fronteras étnicas en el corazón de América del Sur (1776-1820)**. 2004; KLEIN, Ana Inez. **Fronteiras de cristal**: um estudo sobre a memória e a história através das crônicas ‘Antigualhas’: reminiscências de Porto Alegre. 2004; MAIA, José Sávio da Costa. **A florestania, o desenvolvimento (in)sustentável e as novas fronteiras da sociodiversidade no vale do rio acre na virada do século xx**: o caso dos trabalhadores extrativistas. 2009; ALMEIDA, Marli Auxiliadora de. **Índios fronteiriços**: a política indigenista de fronteira e políticas indígenas na província de Mato Grosso entre a Bolívia e o Paraguai (1837-1873). 2013; VOLKMER, Márcia Solange. **Compatriotas franceses ocupam a fronteira**: imigração e comércio na fronteira oeste do Rio Grande do Sul (segunda metade do século XIX). 2013; LEIPNITZ, Gunter Tlajja. **Vida independente, ainda que modesta**: dependentes, trabalhadores rurais e pequenos produtores na fronteira meridional do Brasil (C.1884-C.1920). 2016; LINK, Rogério Sávio. **Vivendo entre mundos**: o povo Apurinã e a última fronteira do Estado brasileiro nos séculos XIX e XX. 2016; JAIROCE, Jorge Fernando. **A mulher e o comércio informal transfronteiriço vulgo “mukhero” no sul de Moçambique**: casos das fronteiras de Namaacha e Ressano Garcia, 1984-2016. 2016.

- a) ao considerar a distribuição cronológica da realização das pesquisas e em diferentes universidades, constata-se o interesse contínuo e comum pela temática; e,
- b) tratando-se de examinar distintos períodos cronológicos e diversas características de conteúdo, esses estudos demonstram a influência do elemento fronteira na produção do conhecimento histórico nas teses em análise.

Na Pontifícia Universidade Católica, por exemplo, respeitados os períodos de defesa e as especificidades temáticas, os orientadores são todos diferentes, o que reforça a hipótese de interesse contínuo e comum também pelo corpo docente na matéria fronteira (os respectivos orientadores foram: Dorivaldo Walmor Poletto, Arno Alvarez Kern, Sandra Maria Lubisco Brancato, Moacyr Flores, Flávio Madureira Heinz, Maria Cristina dos Santos e Maria Lúcia Bastos Kern). Entre as semelhanças nas teses envolvendo o conceito de fronteiras nessa universidade destacam-se pelo menos dois pontos: o primeiro, está na atribuição, pelos seus autores, de uma espécie de diferencial aos objetos de pesquisa exatamente por fazerem parte dessa espacialidade específica denominada fronteira⁷² e, o segundo, em haver uma condição de projeção temporal e espacial do elemento fronteira, realçando aspectos do que poder-se-ia denominar, nos passos de Bruno Latour (2001), o caráter de “fronteiridade”. No intuito de ilustrar melhor as duas afirmações, seguem três exemplos retirados da Universidade em questão – propositadamente aqueles que não serão inseridos nas análises posteriores sobre América Latina:

- a) **a tese de Silva:** o trabalho propõe-se a demonstrar a trajetória de quatro “coronéis de fronteira” (João Baptista Lusardo, José Antônio Flores da Cunha, Oswaldo Euclides de Souza Aranha e Flodoardo Martins da Silva) os quais viveram no município de Uruguaiana na década de 1920 e que tiveram projeções especialmente nacionais, mas também internacionais entre as décadas de 1920 e 1930. A proposta visa explicar o fenômeno denominado “getulização” do Brasil, o que ocorre confrontando fontes como o “Diário de Vargas”, os pontos de vista dos coronéis e as constatações de seus respectivos biógrafos, como resultado, em grande medida, da “propaganda promovida pelo Estado Novo” (SILVA, 2000, p. 7). O elemento espacial ocupa lugar de destaque. O diferencial está em serem os coronéis de fronteira.
- b) **a tese de Ribeiro:** a delimitação geoespacial está na fronteira oeste do Rio Grande do Sul. O recorte temporal fica entre 1890 e 1910. O “imaginário da mulher

⁷² No sentido de Leif Jerram (2013, p. 400-419), “*but no-one can exist outside the space they are in*”.

brasileira”, lido através da concepção de “micropoderes” – Michel Foucault – sustenta a tese que a mulher da fronteira oeste do Rio Grande do Sul aprendeu, pela necessidade contextual da época, a desenvolver estratégias próprias de construção de sua subjetividade que não a reduzem à representação apresentada pelo imaginário popular, enunciada nos escritos da historiografia tradicional e cantada em verso e prosa de maneira idealizada. É a construção da subjetividade feminina no Brasil, lida por meio da perspectiva da mulher fronteiriça. Uma vez mais, o distintivo do espaço fronteiriço (RIBEIRO, 2008, p. 19-20).

- c) **a tese de Cru xen:** as atenções se voltam à questão da “representação” (2015, p. 17), através da análise da obra Livro das Fortalezas, de Duarte de Armas. A fronteira em perspectiva é a de Portugal e Castela entre os anos de 1495 e 1524, período do reinado de D. Manuel I, de Portugal. Segundo o autor da tese, a obra imagética (114 panorâmicas e 51 plantas baixas) possibilita a análise e reflexão crítica para a “identificação e compreensão sobre diferentes processos de transição e constituição de fronteiras (materiais, temporais e simbólicas)” (CRUXEN, 2015, p. 8). Aqui, de forma particular, aparece o artifício de projeção temporal e espacial. A ideia de movimentos plurais de constituição da fronteira afiança certa historicidade mesmo a leituras espaço-temporais distintas.

Em curso um pouco diverso, segue o Doutorado em História da Universidade do Vale do Rio dos Sinos. Das quatro teses que manifestamente tomam como centro o conceito de fronteira, três tiveram o mesmo orientador, a constar, o professor Pedro Ignácio Schmitz⁷³. Mantem-se a característica de continuidade temporal, anteriormente apontada. Entretanto, o foco dos trabalhos é direcionado prioritariamente para o campo de especialidade da antropologia / arqueologia. Novamente, o ponto de convergência desses textos está em ampararem-se no conceito de fronteira para, a partir deste, projetarem-se aos diferentes objetos de pesquisa. Ilustrando:

- a) **a tese de Rogge:** propõe-se a “compreender e explicar” os processos de interação humana (tradições arqueológicas cerâmicas Tupiguarani, Taquara e Vieira) ocorridos a partir do segundo milênio da Era Cristã em pontos do território do Rio Grande do Sul. Utilizando-se da bibliografia existente como fonte de dados, examina, pautado nos conceitos de “processos dinâmicos em zonas de fronteira”, “migração”, “colonização” e “territorialidade” (ROGGE, 2004, p. 43) – as

⁷³ A exceção se dá por conta da orientação realizada pela professora Ana Silvia Volpi Scott, em pesquisa realizada pelo doutorando Silmei de Sant’ana Petiz, no ano de 2009.

estratégias territoriais direcionadas “à integração e convivência” das tradições em questão (ROGGE, 2004, p. 11-20);

- b) **a investigação de Laroque:** o próprio título do trabalho demonstra uma abertura tríplice na forma de abordar o tema (Fronteiras Geográficas, Étnicas e Culturais). Partindo do recorte temporal daquilo que tradicionalmente se firmou como República Velha (1889-1930), o autor investiga a atuação de lideranças Kaingang no sul do Brasil (Rio Grande do Sul, Paraná, Santa Catarina e São Paulo), especialmente diante das ações da chamada Frente Pioneira. As bases teórico-metodológicas são buscadas em Marshall Sahlins, Terence Turner e Fredrick Barth. Movendo-se por meio do interesse pelo conceito de “alteridade” (LAROQUE, 2006, p. 29), o autor se propõe a “abordar as relações entre a Sociedade Kaingang e a Sociedade brasileira” com enfoque no protagonismo da primeira – “de suas lideranças numa situação de fronteira” (LAROQUE, 2006, p. 9);
- c) **a pesquisa de Petiz:** a partir do recorte temporal entre 1750 e 1835 e definindo como espaço a Fronteira Oeste do Rio Grande de São Pedro, sustém – tendo como fontes “os registros de batismos, casamentos e óbitos, passando pelos inventários *post-mortem* e manumissões” (PETIZ, 2009, p. 215) – a tese de que, “diferentemente do que sustenta certa historiografia, o escravo não apenas foi bastante representativo nessa região de economia interna como também teve acesso a relações sociais estáveis, sendo mais um dos exemplos de que a instabilidade e a promiscuidade não imperaram como normas durante a escravidão”. Orientando-se por critérios demográficos da população escrava e pelo princípio de uma economia local de condição “não exportadora” (PETIZ, 2009, p. 11), acredita serem as relações de parentesco dos cativos uma via estratégica também nas lutas pela liberdade. O objetivo principal está no “entendimento do funcionamento do trabalho escravo nessa região que se delimitava com o espaço castelhano, cuja economia caracterizava-se pelo predomínio da pecuária” (PETIZ, 2009, p. 47). A tese contém um capítulo intitulado “Fronteira Oeste do Rio Grande: conceituação e sua construção histórica” em que o autor se preocupa em justificar a expressão “fronteira oeste” como maneira de respeitar as diversas mudanças sofridas na região durante o período a que se propôs analisar. Trabalha com a ideia de “fronteira móvel”, de onde adviriam algumas possibilidades, considerando o tema da escravidão, a constar: o contrabando de escravos e as próprias negociações senhores-escravos deveriam levar em consideração a condição de fronteira – uma vez que a mão de obra (escrava

ou liberta) era disputada pelos ocupantes dos dois lados da fronteira (PETIZ, 2009, p. 50-52).

Especifica a “região-fronteira” como apenas política, uma vez que em se tratando das relações econômicas estendiam-se até, pelo menos, a “Região Platina” (PETIZ, 2009, p. 53), o que define também. Salienta a importância de considerar a região como “área de passagem” (PETIZ, 2009, p. 290) e menciona o “deslocamento contínuo dos *limites*” (PETIZ, 2009, p. 53). A passagem a seguir desenha o quadro no qual corriqueiramente o conceito de fronteira é apresentado, também nos demais trabalhos aqui discutidos.

Assim, mais que analisar a Fronteira Oeste do Rio Grande como uma área de controle e isolamento, procura-se observá-la do ponto de vista de uma relação de intensos contatos e trocas, em que se cruzavam aspectos sociais, políticos e econômicos, com horizontes culturais díspares, entre outras questões. Entende-se que a sua compreensão é a base para que se possa visualizar as mobilidades, vizinhanças, o nível das relações sociais, bem como a dinâmica socioeconômica da região, que são os elementos importantes da composição da vida dos escravos, sujeitos objetos deste estudo (PETIZ, 2009, p. 54-55);

- d) **na pesquisa de Pestana:** o rio Jauru, um dos fixadores da fronteira entre portugueses e espanhóis no Tratado de Madri, é o delimitador espacial do estudo desenvolvido. Mais especificamente, o trecho de dezesseis quilômetros de cerrado entre o pantanal mato-grossense e a floresta amazônica (34 sítios cerâmicos) é estudado no intuito de “dar uma contribuição para uma área hoje ambiental e socialmente de fronteira, comprovando a existência, no passado arqueológico, da mesma característica” (PESTANA, 2015, p. 11), região identificada pela presença de diferentes culturas. Esse estudo reitera a ideia de fronteira em dois tempos. Marcadamente uma pesquisa abarcada na especialidade científica da arqueologia, conflui para o que Rui Cunha Martins (2008) estudou, em relação às fronteiras de Portugal e Espanha, ou seja, estabelece diferentes momentos para o exame de uma mesma fronteira. Tal tipificação pressupõe a possibilidade similarmente de interpretações variadas.

A Universidade Federal do Rio Grande do Sul, para manter exemplos retirados dos três cursos em discussão, proporciona nove títulos de teses contendo a expressão “fronteira”. Destes, seis estão contemplados na definição de América Latina até aqui perfilhada e serão analisados em maior profundidade posteriormente. Os três casos restantes são comentados a seguir.

- a) **na pesquisa de Klein:** o significado de fronteira é utilizado de maneira bastante distinta dos demais até agora mencionados. Trata-se da relação entre História e Literatura intermediadas pelo gênero narrativo da crônica, esta enquanto possibilidade de memória. Ilustrativo, no sentido abordado aqui, é o capítulo 2, especialmente o item intitulado “A memória na História e na Literatura: exclusões e fronteiras” e o item “Fronteiras de cristal: cruzamento entre o histórico e o literário”, em que a autora debate – a partir da expressão de Alfredo Bosi (fronteiras de cristal), a questão da memória como tendo sido relegado por um longo tempo a um espaço de fronteira entre a História e a Literatura. Expressivo em todo trabalho é o fato de que, apesar da orientação temática específica, ao definir fronteira, a autora retoma os predicados corriqueiros até agora envolvidos nas demais teses, a constar: “A fronteira é um lugar de interação, de trocas, materiais e imateriais e está sempre presente no processo cultural de construção de identidade, no jogo entre o mesmo e o outro. Fronteira é, portanto, o lugar da alteridade ao qual a identidade constantemente se remete para se consolidar” (KLEIN, 2004, p. 15);
- b) **no trabalho de Maia:** a condição de fronteira política parece não pesar tanto quanto a das mudanças atravessadas pelo Acre entre o final do século XX e o início do XXI. Objetivamente, nas palavras do autor, a perspectiva da tese “é construir uma análise da história do movimento dos trabalhadores extrativistas das florestas (seringueiros) do Vale do Rio Acre, e suas interconexões com os espaços urbanos, no último quartel do século XX e início do XXI”. Ocorre, nesse intermédio, o deslocamento (inversão) das ideias de desenvolvimento e fronteira que orientavam as ações dos governos militares. Intervém nesses processos diferentes agentes – Igreja Católica, CONTAG, militantes políticos de esquerda, ONGs, IBAMA, Governo Estadual – além e/ou em substituição ao protagonismo dos seringueiros. A fronteira envolta no trabalho de forma geral é a relacionada ao movimento rural-urbano nos mais variados sentidos, a ponto de o autor ressaltar a possibilidade de pensar em “fronteira cultural”, embora com a ressalva feita por Peter Burke⁷⁴. Maia acredita que tenha havido “um reordenamento não só agrário, mas também social, político, econômico

⁷⁴ “A idéia de fronteira cultural é um conceito atraente. O problema é que a idéia é atraente demais, de modo semelhante à própria idéia de ‘cultura’, já que significa coisas diferentes para pessoas diferentes. Usar o conceito representa um perigo constante de passar do sentido literal da expressão para um sentido metafórico, de fronteiras lingüísticas, tais como aquela que separa o francês do alemão na Alsácia, por exemplo, para as ‘fronteiras’ entre classes sociais, entre o sacro e o profano, entre o sério e o cômico, entre a história e a ficção” (BURKE, 2007, p. 3 apud MAIA, 2009, p. 32).

e cultural, gerando a organização de novos modos de vida, estabelecendo novas fronteiras para a sociodiversidade e criando novas referências nas relações homem-natureza neste espaço território-temporal” (MAIA, 2009, p. 16).

Nos governos militares e respectivos setores civis de apoio à concepção, seria a de uma Amazônia como “[...] última fronteira a ser incorporada [...]” (MAIA, 2009, p. 17). As novas concepções trariam algo mais complexo. O próprio Maia o define:

[...] essas fronteiras atravessadas pelo movimento de trabalhadores extrativistas, não estão limitadas aos aspectos físicos ou políticos, elas buscam antes a angulação do relacionamento homem-natureza, saberes-conhecimento, experiência-tecnologia e, depois, outros limites antrópicos, marcados por encontros e desencontros com o outro. É uma fronteira porosa e flexível, que permitiu o encontro / desencontro com o ambiente modificado, com o outro (estranhos e mesmo estrangeiros), bem como com seus semelhantes. O espaço fronteiriço aqui compreendido é portador de ambivalências humanas, de transições geográficas, de transições interior e exterior, no sentido nacional e transição dos fluxos e dos fixos, dos espaços internos e externos, no sentido da história (MAIA, 2009, p. 18).

E, com base nessas considerações, Maia constata ter havido, em especial no que tange ao Acre, uma “representação simbólica, uma espécie de imaginário” o qual não corresponderia às fidedignas condições sociais da região, uma vez que esse espaço apresentaria uma grande diferença entre as configurações discursivas “e as condições de vida reais da população, ou mesmo o discurso sobre as reais condições de vida dos trabalhadores extrativistas, ribeirinhos e até de colonos assentados pelo INCRA, que sofrem influência das construções imaginárias” (MAIA, 2009, p. 43);

- c) **a tese de Jairoce:** trabalha com a noção de “*ethos* de fronteira”. Jairoce toma o termo emprestado da Antropologia, assim como alguns dos métodos de pesquisa. Tal *ethos* é definido como “uma situação típica de mobilidade fronteiriça envolvendo os vários intervenientes como os comerciantes, agentes de fronteiras (guardas de fronteira e agentes alfandegários), transportadores rodoviários, agentes cambistas informais, etc.”. O tema principal é o comércio informal transfronteiriço (*mukhero*) entre Namaacha e Ressano Garcia (Moçambique). O autor explica que o termo veio do inglês “*carring*” (carregar, levar, transportar), no caso, “o processo no qual jovens e mulheres transportam mercadorias na cabeça para fugir ao fisco na fronteira”. Segundo o mesmo autor, “nesta interação constrói-se um discurso baseado em fatores sociais, ambientais, econômicos”, o que, por vezes, permite o estabelecimento de “redes de solidariedade, atitudes, comportamento típico e intimidades entre os envolvidos” (JAIROCE, 2016, p. 24-33). Elemento de destaque

na investigação é a predominância da mulher nessa atividade. Ainda no resumo Jairoce afirma:

Elas são mais pacientes, possuem maior capacidade de negociação com os agentes governamentais e também consentem facilmente abusos e humilhações por parte dos agentes aduaneiros. O consentimento dos abusos e humilhações fazem parte da estratégia para contornar elevadas taxas aduaneiras e daí, garantir uma margem significativa do lucro (JAIROCE, 2016, p. 12).

Esse contexto de fuga do fisco, segundo o autor, não pode ser compreendido fora do *ethos* fronteiriço. Apresenta um caráter de consentimento pelo comerciante, pelos agentes de fronteiras, estes inclusive enxergando tal forma de comércio como oportunidade de elevar rendimentos “e até mesmo para o enriquecimento ilícito” (JAIROCE, 2016, p. 80). A fronteira, nesse caso, é um cenário móvel, não somente no seu significado literal, de transporte de mercadorias e trânsito de pessoas, mas também no âmbito temporal, como o trabalho demonstra ocorrer entre os anos de 1884 e 2016.

Em síntese, percorrendo a noção de fronteira e seu trato nos trabalhos acadêmicos ora recorridos, observa-se três características que garantem certa autonomia ao objeto de estudo, sendo elas:

- a) a marca da diferença que parece representar, por conta do *status* fronteiriço, o distintivo nas propostas de investigação está exatamente nessa condição espacial;
- b) as possibilidades múltiplas de interpretação do significado dos “fenômenos de fronteira”, como já o intitulara Jairo Henrique Rogge; e
- c) a permanência espacial da fronteira e as diferentes maneiras de leitura proporcionadas sobre ela – as formas político-territoriais permanecem, mudam as territorialidades, os modos de apropriação e o pensar a fronteira por meio dos tempos.

3.5 REGULARIDADES DA VIDA: DOS PERIÓDICOS ENQUANTO TEMAS DE PESQUISAS HISTÓRICO-ACADÊMICAS NO RIO GRANDE DO SUL

Os periódicos são encontrados nas pesquisas históricas majoritariamente na condição de fontes. A utilização de meios da imprensa como fonte de pesquisa não é novidade em trabalhos acadêmicos, conforme pode ser constatado em uma simples consulta ao Banco de Teses e Dissertações da Comissão de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). A mesma inclinação é perceptível em relação à criação de linhas de pesquisa em diferentes

programas de pós-graduação, projetos de pesquisa e ao surgimento de espaços de publicação especializados.

As investigações históricas realizadas no Brasil, pelo menos desde a década de 1970, confirmam o dado. Autores, como Nelson Werneck Sodré (1983), Maria Helena Rolim Capelato (1988), Tania Regina de Luca (2005) e Ana Luiza Martins – em coautoria com a anterior (2008) reforçam a tendência, ao mesmo tempo em que compõem o referencial inicial a muitos dos estudos posteriores às suas publicações. Sem a pretensão de retomada da relação entre imprensa e história, de seus respectivos aparatos epistemológicos, aliás, ambos bem referenciados⁷⁵, propõe-se uma leitura particular de um conjunto de teses, aqui na posição de documentos históricos, a fim de se perceber tangivelmente as orientações estruturais que tais investigações vêm recebendo.

Em que pese o pioneirismo dos autores mencionados, o esforço por historicizar a imprensa e as relevantes críticas efetuadas no âmbito da historiografia em torno do tema, afinal são quarenta anos de esforços em qualificar essa documentação historiograficamente, o enfoque ora apresentado é outro: examina-se a temática do periodismo sob o olhar de um grupo particular de investigações, a constar, as dezenove teses defendidas nos cursos de doutorado dos programas de pós-graduação de três universidades do Rio Grande do Sul, Brasil: Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS), dedicadas à matéria.

Na presente reflexão, periódicos – jornais ou revistas impressas de circulação diária, semanal, quinzenal, mensal ou mesmo semestral –, para além do estatuto de fonte, são tratados enquanto partes integrantes, essenciais, dos temas investigados. A justificativa encontra-se na impossibilidade de separação de qualquer um dos objetos dos respectivos periódicos em estudo, sem que, com isso, sejam desfiguradas as propostas temáticas originais. Os periódicos são o alicerce de cada objeto estudado⁷⁶. Trata-se do exame das teses produzidas nos programas de pós-graduação em história do Rio Grande do Sul com foco na imprensa periódica e que, mais do que documentos, são considerados condição *sine qua non* à existência do próprio objeto de pesquisa.

⁷⁵ O texto de Tania Regina de Luca, “História dos, nos e por meio dos periódicos” (PINSKY, 2005, p. 111-153, especialmente p. 141-142) chega a listar “sugestões práticas” e “dicas” gerais de orientação a quem se interesse por iniciar pesquisas nesse campo. Além dos autores já mencionados, para uma leitura crítica e específica sobre jornais, consultar Elmir (1995, p. 19-29).

⁷⁶ A classificação das teses, em tal condição, independe da autoidentificação dos autores com a proposição, apenas atendendo a finalidades didáticas do delineamento ora desenvolvido.

Os próprios títulos das teses, tomados aleatoriamente, auxiliam na identificação dos trabalhos no sentido de existir certo grau de dependência no interior dos objetos de estudo entre os conteúdos de pesquisa e os periódicos, promovendo estes últimos para além da condição única de fontes. Veja-se alguns exemplos: “O Discurso Político-Partidário Sul-Rio-Grandense sob o prisma da imprensa rio-grandina (1868-1895)”, “Imprensa Integralista, Imprensa Militante (1932-1937)” e “Prisioneiros da História. Trajetórias intelectuais na imprensa negra meridional”. Mudam-se os escopos espaciais e temporais, as perspectivas, as metodologias, os interesses, mantém-se a unicidade objetiva evento-periódico.

O argumento central sustentado na discussão é o de que os periódicos possuem uma dupla funcionalidade epistemológica em relação às pesquisas que os exploram: por um lado, como objetos a serem investigados, propiciam a própria historicização, por representarem características particulares a determinados espaços e tempos e, por outro, geram relativa dependência dos inquiridores pelo expediente de regramento social em que foram constituídos. Há uma problemática escolhida para as pesquisas, no entanto, as categorias de análise que propiciam a resposta ao problema proposto são oriundas, na maioria das vezes, dos próprios periódicos estudados. Dessa forma, o exame apresentado pretende contribuir no sentido de elucidar em que medida as respostas fornecidas aos problemas de pesquisa são condicionadas às estruturantes cedidas pelo objeto, de onde, a indicação de intrincamento entre este e o estado de fonte a que é submetido – implicado no esforço de regulação incurso nos periódicos.

O quadro contendo os autores, títulos, datas de defesa e respectivas universidades fornece alguns indicativos sobre a condição geral dessas teses (aproximadamente 4,2% do total de 442). A partir da consulta geral, constatou-se haver, com esse qualificativo, dezessete trabalhos defendidos na PUCRS, um na UNISINOS e um na UFRGS.

Quadro 8 – Lista das teses sobre periódicos

| AUTOR | TESE | ANO | UNIV. |
|--------------------------------------|---|------|----------|
| ALVES, Francisco das Neves | <i>O Discurso Político-Partidário Sul-Rio-Grandense sob o prisma da imprensa rio-grandina (1868-1895)</i> | 1998 | PUCRS |
| OLIVEIRA, Rodrigo Santos de | <i>Imprensa Integralista, Imprensa Militante (1932-1937)</i> | 2009 | PUCRS |
| SANTOS, José Antônio dos | <i>Prisioneiros da História. Trajetórias intelectuais na imprensa negra meridional</i> | 2011 | PUCRS |
| MEYRER, Marlise Regina | <i>Representações do desenvolvimento nas fotorreportagens da Revista O Cruzeiro (1955-1957)</i> | 2008 | PUCRS |
| RIBEIRO, Marilene da Cunha | <i>A construção do imaginário da mulher brasileira na fronteira oeste do Rio Grande do Sul: o que revelam os jornais do período de 1890-1910</i> | 2008 | PUCRS |
| SENN, Adriana Kivanski de | <i>As tentativas de implantação do divórcio absoluto no Brasil e a Imprensa Rio-Grandina (1889-1916)</i> | 2006 | PUCRS |
| SILVEIRA, Caren Santos da | <i>A construção do sujeito representativo da oposição liberal nas páginas da revista Veja (1979-1988)</i> | 2010 | PUCRS |
| MARTINS, Luis Carlos dos Passos | <i>A grande imprensa “liberal” da Capital Federal (RJ) e a política econômica do segundo governo de Vargas (1951 – 1954): conflito entre projetos de desenvolvimento nacional</i> | 2010 | PUCRS |
| GONÇALVES, Dilza Pôrto | <i>A Instrução Pública, a Educação da Mulher e a Formação de Professores nos Jornais Partidários de Porto Alegre/RS (1869-1937)</i> | 2013 | PUCRS |
| NASCIMENTO, Fernanda de Santos | <i>A Imprensa Periódica Militar no Século XIX: Política e Modernização no Exército Brasileiro (1850-1881)</i> | 2015 | PUCRS |
| NOGUEIRA, Maristel Pereira | <i>O anticomunismo nos jornais: Correio do Povo, Diário de Notícias e Última Hora, uma perspectiva de análise</i> | 2009 | PUCRS |
| SZATKOSKI, Elenice | <i>O Jornal Panfleto e a construção do brizolismo</i> | 2008 | PUCRS |
| DIAS, José Roberto de Lima | <i>Percursos da racionalização do sagrado no espiritismo: um conjunto de ideias presentes na literatura e na imprensa brasileira (1857-1915)</i> | 2011 | PUCRS |
| SELBACH, Jeferson Francisco | <i>Muito além da Praça de José Bonifácio: as elites e os “outsiders” em Cachoeira do Sul pela voz do Jornal do Povo</i> | 2007 | UNISINOS |
| SOSA, Derocina Alves Campos | <i>História política do Brasil (1930-1946), sob a ótica da imprensa gaúcha</i> | 2005 | PUCRS |
| BAMMANN, Kellen | <i>Por trás de uma tampinha de Coca-Cola, um mundo de coisas boas: o American Way of Life nas Páginas de o Cruzeiro e Manchete (1950-1959)</i> | 2016 | PUCRS |
| GOMES, Carla Renata Antunes de Souza | <i>Entre tinteiros e bagadus: memórias de sangue e tinta. A escrita da História em periódicos literários Porto-Alegrenses do século XIX (1856-1879)</i> | 2012 | UFRGS |
| NUNES, José Luiz Martins | <i>Censura e Imprensa no Estado Novo: os articulistas do Correio do Povo</i> | 2002 | PUCRS |
| SCHERER JUNIOR, Charles | <i>A Revista Selecciones del Reader’s Digest e a constituição dos estereótipos do american way of life: 1940/1950</i> | 2009 | PUCRS |

Fonte: elaborado pelo autor (2019).

Os orientadores e respectivos anos foram Braz Augusto Aquino Brancato (1998), Moacyr Flores (2002; 2008), Earle Diniz Macarthy Moreira (2005), Sandra Maria Lubisco Brancato (2006; 2008; 2009), Helder V. Gordim da Silveira (2008; 2009; 2010), Cláudia Musa Fay (2009; 2010), Charles Monteiro (2011), Maria Lúcia Bastos Kern (2011), Maria Helena Camara Bastos (2013), René Ernaini Gertz (2015) e Jurandir Malerba (2016). Na tese defendida

junto à UNISINOS, a orientação esteve sob a responsabilidade de Eliane Cristina Deckmann Fleck (2007) e, na UFRGS, de Temístocles Américo Corrêa Cezar (2012). Desse quadro, é possível inferir, em primeiro lugar, a polivalência dos orientadores em relação aos temas e sua consonância com as linhas de pesquisa dos respectivos programas; em segundo, a existência de interesses continuados em investigações dessa essência e, em terceiro, permite mapear, em certa medida, os grupos teóricos aos quais os estudos estão vinculados, a partir dos lugares de seus orientadores.

Nas ocasiões em que o periodismo é tematizado, os quadros analíticos aparecem basicamente divididos em dois eixos: em um, examinam-se os aspectos externos ao respectivo objeto: tiragem, caráter de propriedade (público ou privado), possíveis influências políticas e/ou econômicas, público de destino, etc. No outro eixo, configuram-se as discriminantes internas ao periódico: espacialidade e condições físicas ocupadas pelo texto, elementos semióticos, de sintaxe e concordância, características argumentativas de quem escreve e/ou edita, entre outros. Em paralelo, e é o que há de habitual nas investigações, independente da origem na História, na Biblioteconomia, nas diversas áreas da Comunicação ou Linguística, áreas em que predominam as discussões sobre o periodismo, há uma preocupação em compreender as ideias postas em circulação em determinados momentos, a partir das condições efetivas e materiais de produção.

No âmbito desse conjunto de textos, cabe atentar para o fato de que as teses, neste momento elencadas, normalmente não restringem suas consultas aos materiais dos meios de comunicação compositores centrais na investigação. No estudo dos periódicos, são motes recorrentes de observação, o contexto (espacialidade e temporalidade), os públicos leitores (noções de teoria da recepção), interesses envolvidos e concepções teóricas (desde o significado de um periódico até as funções de orientação a que esteja propenso). Da mesma maneira, não se descuidam as formas técnicas de apresentação, singulares pelo caráter estético que ocupam. O trato com os periódicos ocasiona ainda outros destaques, a exemplo da forte presença metodológica da análise de conteúdo e do enfoque predominantemente político entre as matérias das pesquisas.

No que tange à análise de conteúdo – na maior parte das vezes fundamentada em Laurence Bardin⁷⁷ – a menção reitera-se em, Marlise Regina Meyrer (2008, p. 25), Marilene da

⁷⁷ Na resposta à própria pergunta “O que é a análise de conteúdo atualmente?” Bardin (1979, p. 9) explicava, no prefácio à edição de sua obra: “Um conjunto de instrumentos metodológicos cada vez mais subtis em constante aperfeiçoamento, que se aplicam a ‘discursos’ (conteúdos e continentes) extremamente diversificados. O factor comum destas técnicas múltiplas e multiplicadas – desde o cálculo de frequências que fornece dados cifrados, até à extração de estruturas traduzíveis em modelos – é uma hermenêutica controlada, baseada na dedução: a

Cunha Ribeiro (2008, p. 17), Rodrigo Santos de Oliveira (2009, p. 19), Adriana Kivanski de Senna (2006, p. 16), Caren Santos da Silveira (2010, p. 20), Luis Carlos dos Passos Martins (2010, p. 13), Dilza Pôrto Gonçalves (2013, p. 22) e Fernanda de Santos Nascimento (2015, p. 25). Em alguns casos a noção percorre toda a tese, em outros, somente um capítulo. Noutros ainda pode ser utilizada parcialmente, conforme ocorre em Maristel Pereira Nogueira (2009, p. 12), ao servir-se particularmente da concepção de “Leitura Flutuante”.

Nesse quesito, a base no passado e escrita das fontes, inibe a geração de uma identidade imediata entre o que foi escrito / publicado e aquilo que teria sido a intenção das respectivas autorias. A afinidade torna-se mediada pelo tipo documental a que se tem acesso, no caso, os impressos. À linguagem resta a interposição, de onde as interpretações, cujo suporte metodológico advém de áreas múltiplas, com estatutos de disciplina próprios, a exemplo da linguística, para o caso de estudos textuais, da filosofia e correlatas implicações hermenêuticas e da ciência política, quando a problemática envolver relações de poder, ideologias, posições partidárias, etc.

O componente político está presente na grande maioria dos objetos. Francisco das Neves Alves, por exemplo, sustenta – sobre a relação entre imprensa e política:

Em se tratando de pesquisas abordando a história política, o papel da imprensa avulta em importância, tendo em vista o caráter em geral lacônico que caracteriza muitos dos documentos oficiais no que tange às disputas e aos confrontos de natureza político-partidária. Nos jornais, ao contrário, esses conflitos encontram seu espaço de propagação, chegando o jornalismo a servir como elo de ligação ou agente de combate entre diferentes tendências político-ideológicas (ALVES, 2002, p. 15).

Adriana Kivanski de Senna (2006, p. 12-13) assevera categoricamente: “Politicamente cada um dos periódicos tinha a sua identidade partidária, apesar de se declararem, na virada de século, como órgãos apartidários”. O exemplo se repete em Elenice Szatkoski (2008, p. 10), ao tratar do objetivo de sua tese: “[...] entender o papel político do jornal que fomentou a construção do brizolismo, ideologia que tomou vulto no corpo social por apresentar à sociedade ideias já existentes anteriormente, bem como conceitos presentes e aceitos no varguismo trabalhista e populista” e poderia ser replicado tantas vezes quanto o número dos trabalhos aqui comentados⁷⁸.

inferência. Enquanto esforço de interpretação, a análise de conteúdo oscila entre os dois pólos do rigor da objetividade e da fecundidade da subjetividade. Absolve e cauciona o investigador por esta atracção pelo escondido, o latente, o não-aparente, o potencial de inédito (do não-dito), retido por qualquer mensagem”.

⁷⁸ José Antônio dos Santos (2011, p. 20) considera que o simples ato de fundar jornais com uma definição étnico-racial explícita deva ser entendido como uma ação política.

As opções em termos de fundamentação teórica predominantes nas teses variam entre a Nova História Política e a História Cultural, por vezes intermediadas pela História Social. No intervalo dessas concepções surgem algumas proposições de maior especificidade como a Nova História Militar (NASCIMENTO, 2015) e a História das Ideias (DIAS, 2011, p. 8). Para além das perspectivas enunciadas, de exames globais, multidisciplinares e de complexidades, denota-se a pertinência em grande medida, dos estudos revalidantes das clássicas divisões entre domínios históricos, ora renovados.

Os autores de suporte geral consubstanciam a ideia: evidenciam-se, René Rémond, Peter Burke, Roger Chartier, Pierre Bourdieu, Sandra Pesavento (na maioria das vezes ligada aos dois últimos), Roland Barthes e Edwar Palmer Thompson. Em menor intensidade, Walter Benjamin, Pierre Nora, Giovanni Levi, Carlo Ginzburg, Michel Foucault, Jean-Pierre Rioux, Marshall Berman e Norbert Elias⁷⁹. Por trás do conjunto de autores-base, está a ideia da introdução de alguma mudança na “cultura historiográfica” (DIEHL, 1993; 1998; 1999; 2002). Parafrazeando François Hartog (2014), configura-se, apesar das diferenças nas concepções que os orientam, um “regime de historicidade” característico a um tempo determinado, neste caso, marcado pela renovação percebida em uma historiografia (talvez sociologia, antropologia, filosofia, etc.) relativamente recente.

Os períodos estudados não ultrapassam os séculos XIX e XX. A concentração ocorre em três momentos especialmente: o primeiro, a transição entre os dois séculos; o segundo, na década de 1930; e o terceiro nos anos 1950. Na mesma linha de outros tópicos temáticos constantes no rol total das teses, há leve tendência a estudos voltados ao Rio Grande do Sul ou partes deste, como bem o ilustra Carla Renata Antunes de Souza (2012). A forma de abordar a interdependência imprensa-história é o que muda relevantemente de um trabalho para outro.

Em Derocina Alves Campos Sosa (2005), encontra-se um capítulo dedicado especificamente a tal finalidade. O texto apresenta a seguinte estrutura: 1.1) os discursos construídos pelos jornais; 1.2) os discursos manipulados nos jornais; 1.3) as relações da imprensa escrita com o poder; e 1.4) a imprensa gaúcha e seus limites discursivos nas décadas

⁷⁹ Jürgen Habermas, Milton Santos, Paulo César da Costa Gomes, Lucrecia D’Aléssio Ferrara, entre outros são citados em Jeferson Francisco Selbach (2007), respeitadas duas peculiaridades: ser a única tese sobre o tema defendida na UNISINOS e, também, o único autor advindo de fora da História (Licenciado em Ciências Sociais). Ressalte-se, no entanto, que isso não inibe o intercâmbio com outras áreas do conhecimento, como se confirma em José Antônio dos Santos (2011, p. 20). O autor apropria-se de alguns fundamentos sociológicos para a realização de seu trabalho. Em seus termos: “O uso da metodologia de enfoque sociológico se mostrou bastante produtiva no resgate de trajetórias individuais e a sua composição em redes de formação, interesses e sociabilidades. A intenção foi identificar características comuns – datas de nascimento e morte; casamento e família; formas de acesso à educação; fonte de riqueza pessoal; ocupação profissional; religiosidade; posicionamento político; circulação na sociedade e no meio negro; envolvimento com a comunidade de origem – dentre os principais responsáveis pela fundação e manutenção dos jornais”.

de 1930 e 1940, em que há evidência da preocupação com a posição teórica em torno do tema. Já, em Rodrigo Santos de Oliveira (2009), os subsídios tendem aos aspectos relativos à História Política em detrimento da imprensa em si.

Uma vez mais, os objetos-fonte instruem (tendem a direcionar) espacial e temporalmente as teses. Dito de outra forma, o acesso às fontes, sua disponibilidade ou até a existência de periódicos, no Brasil, em períodos históricos específicos, conduzem aos dois séculos em questão. Na mesma linha, a existência de espaços de pesquisa beneficia e/ou facilita os trabalhos de investigação. Tania Regina De Luca (2005, p. 142), em meio a alguns alertas, informa haver acervos de periódicos distribuídos por todo o país: “universidades, museus, Institutos Históricos, centros de documentação, instituições de pesquisa, bibliotecas e arquivos, públicos ou privados, além das próprias empresas jornalísticas, abrigarem coleções significativas de periódicos”. Restaria saber se a escolha dos temas pelos autores das teses, em que pese o caráter subjetivo da medida, guiou-se por tais elementos.

A noção de ideologia perpassa algumas dessas teses. Modelar nesse sentido é o trabalho de Caren Santos da Silveira⁸⁰. A autora baseia as discussões em torno de Antonio Gramsci e seu conceito de ideologia enquanto “uma concepção do mundo que se manifesta implicitamente na arte, no direito, na atividade econômica, em todas as manifestações da vida individual e coletiva” (GRAMSCI, 2001 apud SILVEIRA, 2010, p. 32), e, a partir daí, desenvolve a narrativa utilizando-se dessa ideia por dezenas de vezes no texto. No mesmo viés, Dilza Pôrto Gonçalves (2013), ao analisar “como os jornais partidários noticiavam os assuntos relacionados à Instrução Pública, à educação da mulher e à Escola Normal / Colégio Distrital / Escola Complementar / Escola Normal / Escola Normal General Flores da Cunha, em Porto Alegre (1869-1937)?” e, ainda, “como, esses discursos partidários influenciaram na construção de uma imagem/representação de ‘escola modelo’ para essa instituição?” questionará: “Qual a história desses periódicos? Onde ou quando as histórias dos periódicos se cruzavam com a Escola? Quem eram os redatores desses periódicos? A que grupo social pertenciam? Quais discursos ideológicos eram defendidos?” (GONÇALVES, 2013, p. 19-20).

A partir dessas dúvidas, além da questão envolvendo os componentes ideológicos, uma outra problemática se manifesta, a constar, a dos elementos examinados internamente aos periódicos. Exploram-se desde a linguagem em relação à época de sua produção até as alternâncias e veemências das notícias nos espaços dos periódicos, sem desmerecer as

⁸⁰ No mesmo sentido pode-se consultar Maristel Pereira Nogueira (2009, p. 11), onde a autora trabalha o conceito de ideologia apoiada em Marilena de Souza Chaui e, ainda, Luis Carlos dos Passos Martins, onde a referência ao componente ideológico advém de Pierre Bourdieu – Campo de Produção Ideológica.

estratégias de divulgação, os aparatos técnicos e mesmo os personagens envolvidos. Senna, explicando como sistematizara sua análise esclarece que, após classificar de forma primária os textos entre opinativos e informativos (referindo-se à divisão realizada por José Marques Melo), secundariamente “o texto foi analisado em relação ao seu texto narrativo. As unidades que compõem essa categoria foram sendo percebidas na leitura dos jornais e são: artigo, carta, comentário, crônica, editorial, entrevista, nota, notícia e resposta à carta” (SENNA, 2006, p. 20).

Santos (2011), no teor de seu objeto, precisa tal matéria:

Ao voltar ao escrutínio da fonte de pesquisa principal, – o tamanho, o formato, o tipo de papel, a qualidade da impressão, a divisão de conteúdos, os lugares de circulação, os nomes dos envolvidos, o público que visava atingir, os principais temas abordados –, dentre outros aspectos, forneceram subsídios para as leituras e interpretações daquela realidade anunciada na imprensa negra (SANTOS, 2011, p. 16).

O expediente de leitura é reforçado por práticas atentas aos aspectos de fundo como é retratado por Sosa (2005, p. 7-8), ao advertir: “[...] aquilo que aparece escrito deve ser lido em dois tempos: um objetivo que interpreta o que está escrito efetivamente e outro subjetivo que precisa entender o que não aparece escrito, mas é possível de identificar à luz do contexto histórico”. Os denotadores aparecem sempre em dois sentidos, um no que tange aos aspectos teóricos das próprias teses e outro no relativo às características pronunciadas em torno dos periódicos. Exemplificativa do primeiro caso é a passagem de Szatkoski:

Ao nos propormos um estudo do envolvimento da imprensa com um movimento político, realizamos uma revisão teórica de autores que fazem análises sobre a comunicação e a influência dos meios de comunicação nas questões políticas, expondo alternativas a esta discussão, que volta novamente no campo da historiografia, e traçando um panorama acerca do ‘político’ (SZATKOSKI, 2008, p. 15).

Já, na segunda forma, Oliveira, considerando o fato de se tratar de investigação sobre a imprensa militante, acrescenta à imprensa integralista algumas funções tradicionalmente singulares, de certa forma exteriores ao conteúdo periodístico⁸¹ propriamente dito:

A utilização dos jornais e revistas garantia a difusão de uma mensagem a um custo relativamente baixo. O filiado não precisava ir a um núcleo para receber a sua carga doutrinária, ele podia comprar a um custo baixo em uma banca ou receber em sua residência, caso os assinasse. Desta forma, quem não era membro do integralismo podia ler o jornal ou a revista e aderir ao movimento. Ao mesmo tempo, um único exemplar tinha como ser consumido por mais de um indivíduo. Ou seja, a imprensa

⁸¹ Nesse sentido, Martins (2010, p. 12) escreveu: “Com base no conceito de campo jornalístico devemos entender que o universo dos jornais não é um espaço homogêneo e unificado e sim um espaço de luta, onde se dá uma série de conflitos entre agentes, ideias, programas e projetos que buscam legitimidade social”.

não era apenas um instrumento pedagógico, mas também uma ferramenta de cooptação social (OLIVEIRA, 2009, p. 15).

Ademais, os trabalhos com periódicos denotam uma característica peculiar em relação às fontes. Diferentemente da maioria das outras teses, nesse tópico, é possível ler declarações do tipo: “Todos os periódicos consultados fazem parte do acervo da Hemeroteca da Biblioteca Nacional” (NASCIMENTO, 2015, p. 27), ou mesmo: “Todos os locais disponibilizaram prontamente seu acervo para a pesquisa” (SOSA, 2005, p. 11). Para além de serem incomuns, essas observações sinalizam espécies de documentos que ocupam posições privilegiadas nos processos de escolhas para arquivamento. Fazem parte do que deve ou não ser preservado – e como serão disponibilizados – nos acervos memorialísticos em um contexto e lugar determinado.

Os periódicos são apresentados nas teses como representantes, em sua grande maioria, de interesses de um grupo determinado, independentemente se de caráter elitista, partidário, associativo, estatal e/ou mesmo das vontades dos proprietários privados, patrocinadores ou leitores do órgão de imprensa. Meyer alude, tratando da revista “O Cruzeiro”, que,

de um lado, no fato de ela exprimir os interesses de um grupo poderoso – o seu público leitor, composto pelas camadas altas e médias da sociedade, sensível às transformações decorrentes do crescimento acelerado que vinha ocorrendo no último decênio – de outro, pelo prestígio que a revista desfrutava no campo jornalístico (MEYER, 2008, p. 16-17).

Na mesma linha, Selbach (2007, p. 85) afirma que “neste contexto ideológico, algo que perpassou e sobreviveu as mudanças administrativas do Jornal do Povo foi o fato dos editores defenderem veementemente os ideais da elite”.

O entendimento de que os periódicos permitem a visualização das cenas cotidianas incide em diversas teses. Adriana Kivanski de Senna, após frisar a importância dos pesquisadores no conhecimento da “realidade” manifestada nos jornais, em sua contextualização e atribuição de pertinência às “suas falas”, acredita que “a partir delas se possa conhecer o pensamento de uma época, o seu cotidiano” (SENNA, 2006, p. 9). A expressão percorre ainda as teses: “O anticomunismo nos jornais: Correio do Povo, Diário de Notícias e Última Hora, uma perspectiva de análise” e “Por trás de uma tampinha de Coca-Cola, um mundo de coisas boas: o american way of life nas páginas de o Cruzeiro e Manchete (1950-1959)”, esta chega a concluir que “Folhear os semanários permite conhecer os planos econômicos, os enredos políticos e os anseios da sociedade brasileira” (BAMMANN, 2016, p. 13).

As categorias analíticas presentes nas teses variam conforme as temáticas, não advindo, portanto, de quaisquer modelos preconcebidos. Na tentativa de explicar “Por que a censura não se mostrou eficaz sobre o discurso dos articulistas do Correio do Povo?”, José Luiz Martins Nunes (2002, p. 5) trabalha com as categorias Estado Novo e Segunda Guerra Mundial, partindo “de variáveis como nacionalismo, autoritarismo e democracia”. Da mesma forma, Senna (2008, p. 18) organiza seu texto a contar das “unidades percebidas nos jornais: o lar e a família, a mulher, o fator religioso, notícias de outros jornais, o ponto de vista do jornal, a manifestação do leitor, o casamento, o divórcio e a moral e os costumes”. Maristel Pereira Nogueira (2009, p. 19) avança no esclarecimento de como atinge as “unidades constituintes”, ou seja, as categorizações “Comunismo x Família”, “Comunismo x Democracia”, “Comunismo x Bem” e “Comunismo x Propriedade Privada”, com as quais trabalha:

Nossa leitura tem a interpretação que compreendemos como pesquisadores, assim como, também o leitor do jornal no período estudado tem sua própria leitura, conforme o contexto em que está inserido. O próximo passo é o estabelecimento de relações. É nesta etapa que podemos estabelecer as categorizações, ou seja, reunir elementos próximos resultando daí as categorias de análise (NOGUEIRA, 2009, p. 20).

A força do objeto-fonte manifesta-se na configuração das categorias. Para mais, o excerto contempla outra tendência nos trabalhos sobre periódicos: a propensão a uma espécie de leitura escalonada, ou seja, interpretar os textos analisados como resultados de pelo menos uma interpretação prévia da realidade. Marlise Regina Meyrer (2008, p. 19) explanando em torno da figura de Assis Chateaubriand – figura recorrente em diversos trabalhos – reconhece-o como “homem de seu tempo, que vivenciou o contexto histórico nacional da época e fez a sua leitura sobre as questões que estavam sendo discutidas então”. Daí concluir que, “a revista O Cruzeiro, ao expressar o contexto nacional do período, passava, também, por essa leitura” (SENNA, 2008, p. 19). O mesmo se repete em Nogueira (2009, p. 13), ao ressaltar a necessidade de “[...] sempre ter em mente que tudo que é produzido tem a subjetividade de quem o produz, neste caso, do jornalista que escreveu o texto e do historiador que o interpreta”.

Na maioria das vezes, existe a ressalva nas investigações de não ser o trabalho um esforço de compreensão da recepção, mas da emissão das mensagens emanadas dos periódicos. Charles Scherer Júnior sintetiza:

[...] não tencionamos perscrutar a questão de como eram recebidas as mensagens de *Selecciones del Reader's Digest*, mas, sim, de que forma o seu conteúdo discursivo e semântico expressava o imaginário dos norte-americanos em relação ao significado das ameaças externas e suas constantes ressignificações (SCHERER JÚNIOR, 2009, p. 24).

A postura é reiterada também em Nogueira, quem considera a necessidade da realização de pesquisa específica com finalidade de trabalhar “a teoria da recepção” (SCHERER JÚNIOR, 2009, p. 27).

De todos os modos, os periódicos enquanto fonte e objeto de pesquisa, podem ser vistos como regularidades de vida, tanto no sentido de encontrarem-se submetidos a uma série de regras e limites quanto no que se refere às configurações que intentam criar aos seus contemporâneos. Efeitos da periodicidade, por vezes cambiante, são dispositivos de poder, capazes de elevação à condição de eventos características cotidianas e conjuntos de ideias que poderiam passar despercebidas, não fosse a força de materialização, o recurso de espaços onde ordinariamente são construídas versões da vida.

Na conjuntura de história e imprensa, a carga política nos periódicos é lida acauteladamente. Sob os auspícios de espaços de poder e manipulação, do reconhecimento de tratar-se de uma realidade anunciada, advém a constatação de já comporem interpretações prévias, de quem escreve, de quem leu à época, das leituras intermediadas. Contanto o detrimento da teoria da recepção em relação à produção, há preocupação com as possibilidades de leitura e para quem é direcionada a escrita, à quais interesses servem às diferentes plataformas.

A forte presença da História Cultural nesse meio demonstra, em certa medida, os periódicos sendo vistos como discursos (linguagem e estrutura narrativa) simbólicos, representacionais, ou mesmo enquanto recursos estéticos, através dos efeitos de diagramação, por exemplo. Se, por um lado, a análise de conteúdo encontra atmosfera privilegiada, por outro, o exame de aspectos externos e de fundo (contextuais) permite considerar o quanto esses mecanismos fundacionais, lidos em seus ambientes, vêm sopesando na constituição de novas espacialidades e temporalidades.

No que tange ao elemento político sobressalente nas pesquisas históricas relativas ao periodismo, a imprensa parece ocupar a posição de construção, limitação, manipulação e propagação de ideias – adjetivações recorrentes particularmente na relação imprensa-política. Isso nem sempre ocorre de forma direta. Em alguns casos, a posição é de complementação das fontes oficiais; em outros, servem de espaço de conflitos de ideias (apoio expresso de maneira explícita ou implícita). De uma ou outra forma, o intento está nos efeitos empíricos, na vida prática. Os resultados dessas construções se dão, intrinsecamente, no interior das diferentes sociedades, significando e ressignificando imaginários, configurando representações.

Vale anotar que as pesquisas estão estruturadas, em grande medida, a partir daquilo que os próprios periódicos fornecem – categorias de análise e pressupostos. Relacionados ou não à

disponibilidade de fontes, ocasionam-se, por vezes, riscos derivados do princípio de “estar tudo pronto”, dos grandes achados arquivísticos. Em contrapartida, instiga-se os investigadores a desconfiarem das fontes pré-selecionadas, a inquirirem para além do que aparece em primeira instância, do imediato. Os periódicos ocupam a posição de mediação no processo de objetivação, auxiliam na delimitação contextual (o antes e o depois) determinantes de eventos e estruturas, além de suas inter-relações. Ou, como alertara Reinhart Koselleck (2006, p. 141), “[...] o controle assegura a exclusão daquilo que não deve ser dito. Mas esse mesmo controle não prescreve aquilo que pode ser dito”.

3.6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As características sublinhadas neste capítulo, assim como no anterior, vale reforçar, têm a finalidade de constituir um quadro geral no qual as teses na América Latina possam estar sendo compreendidas. O centro das qualificações converge para a noção de delimitação temática, de onde se pode verificar os períodos e os espaços estudados, as principais matérias abordadas e, no interior desse conjunto, possibilitar a verificação de indícios sobre quais os interesses, conceitos, métodos, formas de apresentação e funções de orientação movem as teses. Conforme visto, no presente capítulo, quatro subgrupos foram alocados. Nos moldes da parte anterior, o esforço foi por destacar elementos diferentes em cada um deles partindo em muito daquilo que as associações tipológicas permitiram observar.

No item “Encenando o Passado: a representação como princípio de investigação histórica”, prevalecem as estruturas argumentativas em detrimento da empiria, com especial atenção à justificação do objeto. Os períodos cronológicos tendem à descentralização e a presença do sujeito-pesquisador é tomada com maior despojamento. A realidade tende a ser vislumbrada em movimento e as noções de memória, imaginário e identidade ocupam espaço privilegiado, bem como a noção de experiência.

“Uma biografia universitária: o tema da história de vida em espaços acadêmicos” ressalta os enfoques temáticos no político e nas práticas intelectuais dos biografados, o recurso metodológico ao paralelo como forma de explicação (comparação), a presença do elemento delimitador micro, a convergência dos estudos aos feitos extraordinários dos biografados, o procrastinado acesso aos acervos e a aproximação sensível entre biógrafo e biografado. O contexto e, mais do que isto, as temporalidades e espacialidades passam a ser reconhecíveis por meio dos personagens estudados.

As influências múltiplas são observáveis em “Balizando a Interação: a Fronteira como objeto de estudo”. A atribuição de caráter particularizante aos espaços fronteiriços, *status* próprio, consente à fronteira a condição de ser percebida em diferentes temporalidades, enquanto região diferenciada, onde nascem novos atores sociais – etnicidade, identidade. Proporciona a reformulação das chamadas histórias nacionais, cria possibilidades de estudos sistêmicos com tendências para o comparativo, às correlações e às dinâmicas. Ainda que, conforme Roberto Schmit (informação verbal), haja desafios a esses estudos regionais, como saber em qual medida podem integrar-se ao global, proporcionar análises amplas dando respostas a grandes perguntas e processos, e mesmo construir problemas comuns e ver como se resolvem nos âmbitos regionais (SCHMIT, 2017).

A utilização de jornais como fonte de pesquisa é aspecto corriqueiro em muitos dos trabalhos consultados. No entanto, além disso, pensados também na condição de objetos – “Regularidades da vida: os periódicos enquanto fonte e objeto de pesquisa” – sinalizam para atributos como a presença metodológica da Análise de Conteúdo e a perspectiva predominantemente política entre as matérias das pesquisas. Informam ainda sobre os limites temporais dessas pesquisas, ou seja, o fato de não ultrapassarem os séculos XIX e XX e indicarem o quanto esses periódicos podem representar grupos determinados. Sinônimos de cenas cotidianas, são vistos como discursos pré-elaborados, daí as leituras escalonadas. Embora não apareçam esforços de compreensão da recepção, são consideradas as prerrogativas de que um discurso *stricto sensu* tenha uma finalidade, esteja dirigido a alguém (público determinado), com caráter de convencimento. O que reiteradamente denunciam os elementos examinados internamente aos periódicos.

Ao todo, tornam-se identificáveis, nessas teses, a função do local e regional (espaços de tensão e conversão) como alternativa analítica, com capacidades de gerar interpretações para além da questão geográfica, possibilitando a historicização do geográfico, sem perder de vista as inconveniências de novas homogeneizações no próprio regional. O conceito de poder, assim como o social, atravessa o corpo de teses. O mesmo é para a apreciação em relação às escritas históricas anteriores, ditas tradicionais. Há sempre o anúncio de um fazer diferente, inovante. A menor incidência de inovação reconhece-se nas perspectivas teórico-metodológicas. As escalas de observação variam, as categorias analíticas se estabelecem em dependência com as fontes. O suporte predominante encontra-se na História Cultural. As carências e as formas de orientação no tempo incidem de maneira implícita na maioria dos casos. Resta averiguar em qual medida esse quadro de pretensão sintética, ilustrativa e descritiva, cujo objetivo foi

elaborar um mapeamento de tendências, de identificação de pontos transversais, auxilia na compreensão contextual sobre o latino-americanismo nas pesquisas acadêmicas.

A exemplo do que ocorre no quadro geral das teses com relação às reiteradas críticas à historiografia tradicional, cabe apurar se, nas teses sobre América Latina, são objeto de preocupações e se são, em quais bases estão formuladas e, melhor, superadas. Além disso, em que medida existem hierarquias entre fontes, problemas, métodos, formas de apresentação, efeitos sociais das pesquisas, ou em relação ao engajamento / pertencimento dos autores (subjetividades), o que é determinante em termos de categorias analíticas? Quais fases da América Latina são retratadas e em quais momentos nos trinta anos de existência dos programas estão ou estiveram em voga, quais os enfoques temáticos e respectivas justificativas para tanto? Nos trabalhos sobre América Latina se confirmam as tendências à História Cultural, ao uso de determinados tipos de fontes e concepções, como isto é justificado nas teses? Quais os limites – disponibilidade de fontes, arquivos, anúncio da existência de novos espaços para pesquisas? Se existem diferenciais em relação ao montante das teses, quais são e como se apresentam? Questões a serem respondidas nas próximas etapas do trabalho.

4 CARÊNCIAS DE ORIENTAÇÃO E SUAS EPISTEMOLOGIAS

4.1 APRESENTAÇÃO

A divisão do fator Carências de Orientação em vetores é artificial, e suas partes devem sempre ser lidas conjuntamente, pois se condicionam entre si e em relação aos vetores dos demais fatores. Há um intuito sistematizador e puramente didático na adoção dessa organização e, por vezes, pode-se inverter a ordem de leitura sem acarretar prejuízos às análises. A sequência adotada visa facilitar a compreensão dessa fase do conhecimento histórico e demonstrar o caminho percorrido entre as inquietações humanas no âmbito experiencial que as conduz à constituição de novos sentidos, perpassando pelas circunstâncias de divergências temporais de origem na vida prática, a princípio, todas propriedades presentes na base do processo de pensamento histórico.

O trabalho do historiador, implícita ou explicitamente e de maneiras distintas, tem origem em algum tipo de necessidade humana (vida prática) que, ao ser provocada contingencialmente (gatilhos do pensamento histórico), direciona-se à ações analíticas capazes de solucioná-la (sentido histórico), ressignificando algum tipo de ruptura temporal incômoda (divergências temporais), a ponto de devolver ao mundo da vida um novo significado (resultante de interpretação), potencialmente orientador, no intuito de que a vida possa seguir seu curso. Ainda que a cultura histórica não seja capaz de responder a todos os questionamentos da complexidade existencial humana e haja motivos para considerá-la incompetente em algumas dimensões, habilita à compreensão do ser humano no tempo, diante de si próprio e do mundo, em aspectos específicos e por vezes circunstanciais, cabendo às “carências práticas da vida social decidir sobre seu valor de uso” (RÜSEN, 2015, p. 240).

Assim, as carências de orientação podem ser definidas como as experiências que originam o pensamento humano sobre a constituição de sentido temporal, seja no geral, seja na especificidade da historiografia acadêmica. A motivação ocupa lugar singular nessa fase da teoria da história de Rüsen. Nesse movimento inicial de toda e qualquer reflexão sobre o tempo histórico, além da conexão constante a ser estabelecida em relação às funções de orientação, inserem-se pelo menos quatro vetores potenciais que servem de apoio à identificação de certos sentidos, determinadas intensidades e direções gerais, a fim de que o conhecimento histórico possa ser acompanhado em seus processos preambulares.

Logo, em formato sistematizado, temos as carências de orientação e seus vetores, representados no Quadro 9.

Quadro 9 – Carências de orientação e seus vetores

| VETOR | CARÊNCIAS DE ORIENTAÇÃO | | |
|--|-------------------------|---------|---------|
| | NÍVEL 6 | NÍVEL 3 | NÍVEL 0 |
| | Forte | Médio | Fraco |
| Dos Gatilhos do Pensamento Histórico | | | |
| Das Experiências da Divergência Temporal | | | |
| Do Sentido Histórico | | | |
| Das Origens Práticas do Conhecimento Histórico | | | |
| PARCIAIS | | | |
| TOTAL | | | |

Fonte: elaborado pelo autor, a partir de substratos obtidos nas concepções da Matriz do Pensamento Histórico (RÜSEN, 2015).

Aplicado individualmente a cada tese examinada e analisados os critérios de maneira agrupada, o Quadro 9 permite, primeiro, perceber os níveis de intensidade dos vetores nos referidos trabalhos acadêmicos; segundo, identificar as variações de presença / ausência dos vetores, reconhecendo a capacidade dos textos de reflexão em termos de motivadores do agir historiográfico; terceiro, viabilizar o pensar sobre a aptidão das teses em termos de percepção das diferenças temporais entre passado e presente; e, por último, promover o debate sobre a proveniência das investigações de experiências práticas da vida humana.

Na sequência, a fim de tornar as análises e a compreensão mais práticas, são apresentados os vetores, suas respectivas definições e características, além de algumas teses ilustrativas dos correspondentes aspectos discutidos. Resta recordar – evitando precipitações – a importância de pensar sobre esses elementos (Carências de Orientação *versus* Vetores) enquanto parte compositora, tanto da proposta sistematizada por Rüsen quanto do presente exame, bem como apenas um primeiro tópico a ser considerado nas teses estudadas, subsistindo outros quatro fatores e dezesseis vetores a serem considerados, a fim de que seja possível haver um momento de síntese no exercício epistemológico. A ideia geral e insistentemente recuperada é a de que, havendo lapsos ou imperfeições em um ou outro vetor, os demais possam, no conjunto, estar superando tais deficiências.

4.2 GATILHOS DO PENSAMENTO HISTÓRICO

A proposta de história em Rüsen alicerça-se na vida prática em duplo sentido: anterior, nasce das necessidades humanas (universal cultural) de interpretação de si e do seu mundo. Mesmo a história como ciência (disciplina especializada, elaborada pela pesquisa e tornada presente pela historiografia) tem origem em um movimento interpretativo temporal na “esfera da vida da cultura humana”, embora nos estágios pré e extracientíficos não haja “história”

enquanto conteúdo nítido e cognoscível” (RÜSEN, 2015, p. 37-38); posterior, resulta, no mínimo, na orientação em relação às inquietações (contingências) instituidoras da ação analítica. Segundo o autor, na base de seu pensamento está a descrição das “características universais humanas de lidar interpretativamente com o passado, subjacentes a todos os formatos culturais do pensamento histórico, inclusive seu formato científico especializado moderno”. A tal descrição denomina “*antropológico-cultural*”, uma vez que “trata dos *universais da forma cultural da vida humana*, ou seja, de dimensões, processos e fatores da interpretação do mundo humano, que são comuns a todos os formatos da cultura, desempenhando nela um papel decisivo” (RÜSEN, 2015, p. 38, grifos do autor).

O pressuposto fundamental é o de que “a experiência do tempo é sempre uma experiência da perda iminente da identidade do homem [...]”. Diante disso, uma vez havidas incompatibilidades, embora em diferentes níveis, entre “a sua subjetividade [...] na relação com a natureza, com os demais homens e consigo mesmo [...], precisará reagir de forma a recompor-se “como permanência na evolução do tempo”, o que produz, também e simultaneamente, efeitos de suas ações (RÜSEN, 2001, p. 66). Tais respostas são sempre resultantes de um movimento instituidor, de um motivador de tempo externo capaz de impactar o sujeito em seu tempo interno a ponto de movê-lo em direção à superação das incompatibilidades temporais. A isso, denomina-se gatilhos do pensamento histórico.

As carências de orientação somente assumem esse caráter quando há, no ser humano, alguma forma de irritação temporal. Até que não haja nenhuma forma de ruptura, de inquietação do sujeito em relação às próprias condições de vida, também não se institui a necessidade de alcançar um novo conhecimento. É certo, no entanto, ao menos no interior do pensamento de Rüsen, que interpretar é uma condição inerente aos seres humanos (antropológica-cultural), e, para que isso ocorra, impõe-se a provocação determinante do agir explicativo sobre o passado no presente, as experiências da divergência temporal.

As marcas predominantes desses estímulos podem variar desde questões cotidianas e pequenas alterações na percepção, até movimentos discursivos de caráter local ou global, modificações conjunturais, ou simples efeitos circunstanciais, de relevância a curto, médio ou longo prazo, de continuidade e/ou de ruptura, de foco predominantemente espacial, temporal ou ambos, de cunho físico ou em campos marcados por maiores níveis de abstração – imaginário, representação, simbólico –, entre tantas outras formas alcançáveis pelos sentidos humanos. Na prática, no corpo de teses, a meta é distinguir esses motivadores e apropriar-se das formas como se manifestam e das variações de intensidade com que estão constituídos, para que, ao final, possam ser contrastados às funções de orientação.

A fim de que possam ser analisadas com maior precisão, as Carências de Orientação são classificadas em três níveis: Forte – 6; Médio – 3; Fraco – 0. Os critérios utilizados para essa classificação são os seguintes:

- a) a tese é considerada Forte quando refletir textualmente sobre os meios pelos quais a consciência histórica foi acionada (expressar os motivos subjetivos, advindos da experiência que, irritantes, despertaram os sentidos para o evento);
- b) é considerada Média no caso de as motivações de consciência estarem implícitas, no entanto, perceptíveis no texto;
- c) é considerada Fraca quando ignora textualmente quaisquer motivações experienciadas e que tenham gerado a irritação (a reação em prol de explicações).

Em outros termos, a avaliação tem como objeto principal identificar na narrativa as motivações que provocaram o movimento original de inquietação e, para tal, se estabelecem alguns parâmetros capazes de estimar os níveis de sua incidência no corpo do texto.

No intuito de melhor visualizar o significado desse despertar da consciência para o pensamento histórico, segue um exemplo retirado de uma das teses em análise. Antecipa-se, no entanto, que as afinidades podem ter origens variadas, desde subjetividades mais profundas e não declaradas, até objetivos simples, como a continuidade de tarefas anteriores, sem mencionar situações nas quais, apesar de não haver nenhuma forma de declaração, outros elementos da vida pessoal e/ou profissional indiquem possíveis direcionadores dos interesses de cada autor.

A economista Maria Heloisa Lenz (2001, p. 3) inicia sua tese expondo os motivos que a conduziram para a área de história e os recortes explorados na pesquisa. Na história, em particular em relação ao pensamento econômico, o interesse iniciou durante a elaboração da “dissertação de Mestrado, em 1981, constituída de um estudo sobre a categoria econômica ‘renda da terra’, nas obras de Ricardo e Marx”. Ao mesmo tempo, trabalhando na Fundação de Economia e Estatística “[...] e, a partir de 1990 no Departamento de Economia da UFRGS, Lenz (2001) teve a oportunidade de desenvolver projetos específicos, aproximando-se da história do pensamento econômico como um todo, cuja obra ‘Riqueza das Nações’, de Adam Smith, gerou-lhe certa “sedução” pela atualidade. Na época, Lenz (2001, p. 3) “[...] inquiria sobre o porquê de algumas nações enriquecerem e outras não, sobre a questão da continuidade dos processos de crescimento e sobre o que explicaria historicamente o grande desnível de renda entre os países”.

Adveio dessas inquietações a oportunidade de realizar “[...] um estudo histórico do período de intenso crescimento da economia argentina, compreendido entre 1870 e 1930, denominado de *Belle Époque*”, retratada na tese “Crescimento econômico e crise na Argentina

de 1870 a 1930: a *Belle Époque*”. Observa-se que, contudo, há uma proposição de mudança de área da economia para a história ou, minimamente, à história econômica e, em segundo plano, a manifestação de algo subjetivo em relação ao tema ‘sedução’.

O típico nesse vetor é a ausência de manifestação direta ou alguma espécie de observação simplificada, conforme observada no exemplo acima ou, ainda, em curtos períodos, como “em experiência anterior junto ao, [...] no desenvolvimento do projeto ficou claro que havia pontos a serem complementados, então [...]”. Existem, também, aqueles trabalhos em que o histórico de vida de seus autores possui um maior peso na decisão pela realização da investigação em torno de determinado objeto. Ilustra-o muito bem a investigação de Marise da Silveira, intitulada “América Latina entre inclusões e exclusões: escolas, ensino de história e identidade em tempos de ditadura militar”, que exemplifica o fator funções de orientação mais adiante. É impreterível, neste momento, persistir a inquietação de que existem motivadores implicados nessas investigações e, ainda, que são de difícil verificação, mas que serão buscados também nas demais etapas do exame.

4.3 EXPERIÊNCIAS DA DIVERGÊNCIA TEMPORAL

À pergunta “como a história surge no mundo?”, Rüsen (2015, p. 38) responde pautando-se em dois pressupostos: o interpretar a si e ao seu mundo impõe-se à existência humana; e o tempo é “uma dimensão universal de toda a realidade”. O tempo, dividido artificialmente entre “tempo da natureza” e “tempo humano”, daquele, externo, surgem as perturbações de sentido originárias da ruptura temporal e deste, interno, nascem as condições de superação e retomada da vida humana. “Trata-se, pois, de uma perturbação de sentido mediante a experiência de uma ruptura temporal e de uma recuperação do sentido mediante a interpretação do tempo”. Em outros termos, ocorre a transformação do tempo natural em tempo humano, denominado de humanização do tempo, “a fim de que a vida humana, no fluxo do tempo, possa viver simultaneamente seu tempo interno e seu tempo externo”. Logo, a “atividade mental da cultura humana, fundamental para o pensamento histórico, é o processo elementar e genérico da humanização do tempo” (RÜSEN, 2015, p. 40).

O ingresso da história no mundo ocorre por pressão exógena ao ser humano que a sofre. O desafio inicial – por meio da atribuição de significado – resulta em “nova autoconsciência”, de forma que a “desorientação originária perante o acontecimento temporal desafiador transforma-se na capacidade de integrá-lo na interpretação do seu mundo, que cada um opera

para si mesmo” (RÜSEN, 2015, p. 41). Assim, respondendo à provocação de saber como a história nasce no mundo, anota:

É dessa maneira, nesse modo específico do trabalho interpretativo do espírito humano acerca das circunstâncias da vida de seus sujeitos, que a história entra no mundo. Ela não nasce do espírito humano; no entanto, só ganha seu caráter específico mediante seu trabalho com as experiências temporais que a pressionam (RÜSEN, 2015, p. 41).

Uma vez que entre as funções singulares do pensamento histórico está a preservação do “específico de cada acontecimento [...], pois o que deve ser tornado compreensível são exatamente os contextos temporais concretos do ordenamento da vida humana”, configura-se o antes e o depois. A amplitude desse enquadramento, no entanto, na visão do autor, mantém-se aberta. O isolamento do acontecimento poderia “ser o caráter individual de um evento único, como uma subida ao trono ou uma declaração de independência, ou a especificidade de complexos maiores de eventos, como uma guerra ou toda uma época” (RÜSEN, 2015, p. 44).

Em relação à experiência histórica, mais precisamente à origem, Rüsen acredita que nasça das mudanças temporais vividas. Há uma divisão do tempo entre um “antes e um depois em meio aos quais se situa a mudança experimentada”. A necessidade de o homem orientar-se culturalmente diante do rompimento temporal age como desafio de superação por meio de “uma representação do processo do tempo”, de onde a “perturbação do tempo pode ser, assim, superada”. No que tange aos eventos históricos, para que assim sejam entendidos, é imprescindível aperceber-se “no presente o distanciamento temporal do passado”. A preocupação rüseniana é com a experiência histórica decorrente da diferença temporal, ou seja, “entre o tempo próprio e o outro tempo (o outro tempo não é experimentado como irrelevante ou secundário, pois é o tempo próprio que foi ou tornou-se outro” (RÜSEN, 2015, p. 45).

O mote dessa intermediação está no fato de não ser possível experimentar diretamente o acontecimento passado, obrigando-se à mediação “por aquilo que do acontecimento passado ainda subsiste, de alguma maneira, no presente”. Rüsen defende que, se por um lado a experiência do ‘outro tempo’ é “mutilada” por ter sido “extirpada do contexto em que pode ser experimentada, é, por outro, “justamente esse significado da diferença que motiva o pensamento histórico a pensar a relação entre o tempo distante e o tempo presente vivaz, enquanto contexto abrangente da história”. Dessa percepção dos “déficits de sentido no horizonte de significados disponíveis na vida prática atual” podem surgir a compensação de tais carências, “e novo sentido histórico pode ser obtido” (RÜSEN, 2015, p. 45-46).

Assim, no *corpus* documental aqui representado pelo conjunto de teses, o ensejo é por detectar em qual medida uma investigação acadêmica com as peculiaridades de uma tese

considera a distância temporal entre o presente e o passado para fins da própria constituição. Seria, então, de perguntar: quais os níveis de percepção do distanciamento temporal presentes nesses trabalhos? À resposta propõem-se os seguintes critérios:

- a) **Forte (6)**: presença contínua, no texto, de preocupações relativas aos aspectos temporais que envolvem a relação presente-passado;
- b) **Médio (3)**: manifestações localizadas / pontuais sobre as vinculações entre o presente e o passado;
- c) **Fraco (0)**: o ausência completa de expressão sobre o tópico.

Um exemplo pode auxiliar na explicação da proposta. A tese da historiadora Maria Medianeira Padoin, intitulada “O federalismo no espaço fronteiriço platino: a Revolução Farroupilha – 1835-1945”, estabelece como objetivos “[...] analisar, entender e demonstrar os significados atribuídos ao federalismo no processo de descolonização no espaço fronteiriço platino”, condição na “qual a Revolução Farroupilha (1835-1845) insere-se como mais uma variável deste fenômeno e como manifestação e defesa de um projeto político federalista” (PADOIN, 1999, p. 19). A tese entende

[...] que a elite da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, em seu perfil próprio, pertence a esse universo de influências, e de relações de poder que levaram à eclosão da Revolução Farroupilha, que teve por bandeira o federalismo. Assim, a defesa do federalismo encontrou sua justificativa ‘legal’ e filosófica no Direito das Gentes e no liberalismo (PADOIN, 1999, p. 145).

Relevante observar, para a abordagem ora realizada, que logo de início há o anúncio de uma preocupação relativa ao presente, isto é, dentre os próprios objetivos consta o interesse no estabelecimento de relações entre o conteúdo a ser estudado e as condições da vida prática experimentadas no momento do desenvolvimento da investigação. “Nosso interesse deve-se, ainda, à crença de que as ideias federalistas, principalmente da primeira metade do século XIX, podem proporcionar uma resposta para os problemas enfrentados pelo ‘Continente’ Brasil neste final de século” (PADOIN, 1999, p. 30).

A autora manifesta reiteradamente a função de presentificação: “a história é sempre refeita e reescrita. É o presente que impõe e faz as perguntas” (PADOIN, 1999, p. 27). Tal asserção se confirma também nas inúmeras comparações com a Comunidade Europeia e pelo uso de autores em torno dessa temática: Dusan Sidjanski – O futuro federalista da Europa; Daniele Pasquinucci – Europeísmo, Regionalismo e *Reforma Stato in Italia*. Uma vez mais, “[...] a temática proposta de estudar o federalismo enquanto projeto(s) político(s) presente no

espaço fronteiroço platino e, mais especificamente, na Revolução Farroupilha é algo que se coloca no presente: estudar com um outro olhar esta História [...]” (PADOIN, 1999, p. 119).

O que é preciso sublinhar neste vetor é o processo de mediação entre aquilo que Rösen denominou de o tempo próprio e o tempo outro. Uma vez que a experiência histórica ocorre no interior das mudanças temporais vividas, preservando o específico de cada evento, cabe, na reconstituição metódica e narrativa, evitar a perda de “sentido no horizonte de significados”. Nas teses, visualizadas de maneira agrupada, tal configuração aparece com maior frequência se comparada ao primeiro vetor. Há, porém, de ser considerado o grau de profundidade e os níveis de incidência dessas ocorrências.

4.4 SENTIDO HISTÓRICO

O conceito de ‘sentido’ exprime a correlação entre a função prática do pensamento histórico e a forma científica de pensar, pela qual a ciência da história se distingue e se apresenta como algo próprio e peculiar no campo da cultura histórica humana. Ligado a isso, Rösen percebe a história não como “um mero fato, que estaria previamente dado, a que o conhecimento humano se dirigiria subjetivamente”, mas perfilha da concepção de passado humano como “algo que, de fato, ocorreu, isto é, que possui um caráter ‘objetivo’”; entretanto, atribui à história “qualidades intelectuais”, “algo de subjetivo”, principalmente se pensada como “elemento e critério determinante da cultura humana” (RÜSEN, 2015, p. 34).

A constituição mental de sentido (particularmente temporal, no que interessa à história) passa por quatro etapas: a experiência – questionadora do ordenamento da vida dos sujeitos humanos; a interpretação – imposição da experiência; a orientação – cultural da existência humana; e a motivação – alternativa ao quadro da orientação. Rösen, assim, resume: “sentido é a conexão interna entre essas quatro atividades” (RÜSEN, 2015, 2015, p. 43). Mas uma pergunta sobre a importância e/ou necessidade do sentido em uma teoria da história emerge, e a resposta não se torna simples. Rösen, na tentativa de explicar o que é sentido, escreve:

Sentido é um produto do espírito humano, mediante o qual o mundo em que o homem vive adquire um significado viabilizador da vida. Sentido se refere, de um lado, à sensibilidade do homem como porta de entrada da experiência, como entrelaçamento do espírito humano com o mundo em que se encontra; de outro lado, o sentido integra essa experiência do mundo no horizonte da determinação intelectual do agir e do sofrimento humanos. No íntimo do homem, sentido é o critério fundamental, com o qual o homem tanto regula sua relação para consigo mesmo e para com os outros, quanto decide sobre suas intenções e sobre a intencionalidade de sua vontade. Sentido torna possível a orientação. Ele situa a vida humana no horizonte das interpretações; torna o homem e o mundo compreensíveis; possui uma função explicativa; forma a subjetividade humana no constructo coerente de um ‘eu’ (pessoal e social); torna o

sofrimento suportável e fomenta o agir pelas intenções. Enfim, o sentido torna possível a comunicação como processo do entendimento intra-humano (RÜSEN, 2015, p. 42).

O sentido, a partir de tal definição, agora pensado em relação ao tempo – daí o direcionamento à história (sentido histórico) – “se constitui pela integração da experiência da mudança temporal (de origem contingencial) do homem e de seu mundo em um modelo interpretativo” e, em certa medida, reativo. Deste, outrossim, resulta a inserção da “vida humana nos contextos de sua determinação temporal”, ou, ainda, a articulação de sentido “na representação de um determinado processo temporal” (RÜSEN, 2015, p. 43).

A fim de que a significação se realize, torna-se necessário particularizar o evento. Mais do que o reconhecimento de “que algo tenha ocorrido, em determinado tempo, em determinado lugar, de determinada maneira, por determinadas razões”, o que definiria um evento prescinde da sua colocação “em conexão temporal com outros eventos para ser interpretado enquanto uma ocorrência que faz sentido, isto é, quando pode ser inserido, interpretativamente, em uma representação do processo temporal”, a fim de que “a particularidade factual dos eventos não desapareça ou se torne irrelevante nessa representação do processo temporal [...]” (RÜSEN, 2015, p. 44).

Outra universal antropológica indicada por Rösen está na constatação de que “[...] os homens orientam seu agir por critérios que sempre vão além do imediatamente dado, em direção a algo de diferente e de melhor”. Essa aspiração pela felicidade – mudança utópica – permite a expansão do “campo de experiência da vida humana”. A busca de sentido ultrapassa a própria experiência, ou seja, “a estrutura mental da orientação humana do agir (e da superação do sofrer) se caracteriza, por princípio, por um *superávit* de sentido que jamais se satisfaz com o dado e que sempre vai além dele”. Uma vez que o “horizonte de significância” seja insuficiente para alcançar todas as situações em que se encontra o indivíduo, a este se impõe apropriar-se de “uma significância previamente dada no mundo interpretado” a fim de auxiliá-lo nas novas constituições de sentido (RÜSEN, 2015, p. 54).

Em tal constituição de sentido – pela consciência histórica – estão, segundo Rösen, dois elementos:

um momento constitutivo do sofrer – as coisas do mundo próprio não acontecem como deveriam – e, simultaneamente, um momento constitutivo da liberdade – eu me reaproprio das coisas do meu mundo, interpretativamente e por meio do leme da significância previamente dada, de modo a poder controlar o curso da minha vida segundo critérios que valham como meus (RÜSEN, 2015, p. 55).

O nível de controle alcançável permanece em aberto. Admitida a impossibilidade de superação absoluta do sofrimento pela orientação cultural de sentido, particularmente naquelas situações traumáticas extremas em que ocorre a quase ausência de sentido, ainda assim, não passam tais situações despercebidas, intocadas “às concepções de sentido da orientação cultural” (RÜSEN, 2015, p. 55).

Camuflado, o sofrimento continua ativo, aquém ou além das interpretações produzidas. Nesses resquícios de sofrimento não processado na orientação histórica, se situa o limite da liberdade manifesta na cultura histórica do ordenamento da vida humana. Ao mesmo tempo, porém, são eles os responsáveis pela constante inquietação por superar tal limite (RÜSEN, 2015, p. 55).

Nesse meio, uma tese, enquanto narrativa sobre determinado tema do passado, visa constituir um novo sentido. A partir da inserção em algum modelo interpretativo, articula-se a significação em determinado processo temporal, instituindo-se o antes e o depois (particularização do evento). Trata-se, além de saber quando, onde, como e por quais razões, pôr o evento em vinculações temporais, de modo que seja interpretado significativamente “em uma representação do processo temporal” (RÜSEN, 2015, p. 44).

Deste modo, os critérios de apreciação ora adotados são três:

- a) **Forte (6)**: para o caso de a tese buscar significar eventos através de novo modelo interpretativo e dispor o evento em uma relação temporal também significada;
- b) **Médio (3)**: pertinente aos trabalhos que se restringem a uma ou a duas das características do item anterior (a), isto é, a busca de um novo sentido, de um novo modelo interpretativo ou, ainda, optar apenas por dispor o tema em uma relação cronológica ao invés de uma significação na relação temporal;
- c) **Fracó (0)**: restrição à descrição do evento sem quaisquer menções à constituição de sentido, a novos modelos interpretativos ou a particularizações do evento.

A tese do filósofo Paulo José Sá Bittencourt, no exame realizado sobre “relações entre passado e futuro que emergem dos escritos de Simón Bolívar (1783-1830)”, retrata uma forma de ressignificar eventos, através de um modelo interpretativo próprio; indica a interdependência entre sentidos atribuídos em momentos anteriores e posteriores aos eventos disruptivos e, por conseguinte, exprime uma forma de pensar o lugar do historiador no presente. No nível conceitual, para o autor da tese, as categorias (experiência e expectativa – Reinhart Koselleck) ajustam-se como “[...] indicador da temporalidade exatamente por entrecruzarem o passado e o futuro” (BITTENCOURT, 2006, p. 13). Na sequência, alguns extratos denotam a opção do autor por determinados pressupostos da micro-história e auxiliam no entendimento da

perspectiva adotada na tese. Sob o risco de incorrer em reducionismos diante da complexidade do exame, arrisca-se afirmar que, metodologicamente pensada, a tese apresenta-se de forma única entre as demais, basicamente pelo uso de um recurso da Física (jogo de espelhos).

Na perspectiva de examinar todos os escritos de Bolívar, dando “uma atenção especial às vozes quase emudecidas nas cartas”, o autor estuda a documentação do período de 20 de março de 1799 a 11 de dezembro de 1830, material constituído “de 2.342 cartas, 191 discursos e proclamas, sete artigos de periódicos e a carta-testamento”. Na leitura dos documentos apercebeu-se que “alguns indícios não se adequavam ao modelo explicativo de Koselleck”. Após um período de suspeita sobre a própria descoberta, acaba por convencer-se de não serem anomalias ou registros isolados, mas eram, outrossim, para além de questões frequenciais, “uma questão qualitativa”. No fundo, “as anomalias destoavam frontalmente da relação assimétrica entre experiência e expectativa no tempo histórico em que se consagrou para as grandes revoluções. Não era mais possível refutar a descoberta simplesmente para salvaguardar a integridade de uma teoria” (BITTENCOURT, 2006, p. 20-21).

A fim de decifrar o possível “campo lexical inerente a esses operadores discursivos” e conduzir “a uma determinada estruturação da experiência bolivariana do tempo histórico”, o autor apresenta um esquema que considera capaz de ilustrar uma específica rede de relações antinômicas, a constar, a figura do jogo de espelhos. Assim define esse recurso metodológico:

Um espelho côncavo (o lugar do presente como gerador da temporalidade) inverte a imagem que lhe é projetada (imagem que é sempre a associação de uma forma do tempo a uma determinada avaliação de sentido). De tipo temporal são as relações de assimetrias entre o passado e o futuro, entre a estagnação e a aceleração; os conteúdos que lhes são correspondentes se dão entre as variantes singulares das seguintes séries: despotismo–liberdade; estagnação–aceleração. Qualquer um desses estados de temporalidade pode ser tomado, no jogo do espelho, como um referencial de projeção em relação ao outro, já que ambos são dotados de realidade pelo discurso (se o passado é o fato consumado, o futuro é factível). Importa destacar que o tempo revolucionário se configurava quase sempre pela ruptura com o passado colonial; era um tempo acelerado pela ação prospectiva que tratava de materializar o futuro no presente. O passado colonial, em contrapartida, era representado, em todos os casos, com as propriedades de um tempo inercial (que insistiam, por sua vez, em permanecer no presente); tratava-se de um obstáculo à antecipação do futuro. As guerras independentistas eclodiam no discurso como um combate, no presente, entre (a) temporalidades distintas (do ponto de vista da cadência dos ritmos) e entre (b) estados de tempo significativamente opostos (passado *versus* futuro). Desse modo, a experiência do tempo histórico continha, quando evocada, um poder organizador da ação revolucionária no palco dos acontecimentos⁸². Não se deve esquecer de que o presente é sempre a instância geradora da temporalidade, ‘seja enquanto presente da enunciação, seja como presente da história’⁸³. Mas esse aspecto não é menos dotado de complexidade. Se o acontecimento recorta o tempo, apontando a diferentes formas

⁸² Domingues (1996, p. 134 apud BITTENCOURT, 2006, p. 157).

⁸³ Domingues (1996, p. 148 apud BITTENCOURT, 2006, p. 157).

de temporalidades, é igualmente correto que esses estados inserem o acontecimento dentro de uma rede de significação (BITTENCOURT, 2006, p. 157).

Na sequência das considerações parciais, para a conclusão, são guardadas algumas ponderações analíticas de características predominantemente formais em relação ao tempo nos discursos bolivarianos. Somente a transcrição na íntegra permite a compreensão do esquema explicativo adotado pelo autor.

Vimos emergir da análise dos escritos de Bolívar quatro componentes de sentido sobre as figuras do tempo, distinguíveis em dois amplos grupos referentes às categorias formais de Koselleck quanto ao tempo histórico. Cada um dos núcleos poderá ser denominado, para efeitos de elucidar a exposição, por expressões que traduzam seu significado predominante e por símbolos que os sintetizem:

I. *O espaço de experiência* (ou a percepção do passado):

a) a tirania espanhola ou *o passado a ser destruído* (P-);

b) a coexistência pacífica das castas e da soberania primitiva ou *o passado a ser positivamente evocado* (P+).

II. *O horizonte de expectativa* (ou a projeção de futuro):

a) a liberdade republicana e a unidade continental ou *o núcleo de esperanças* (F+);

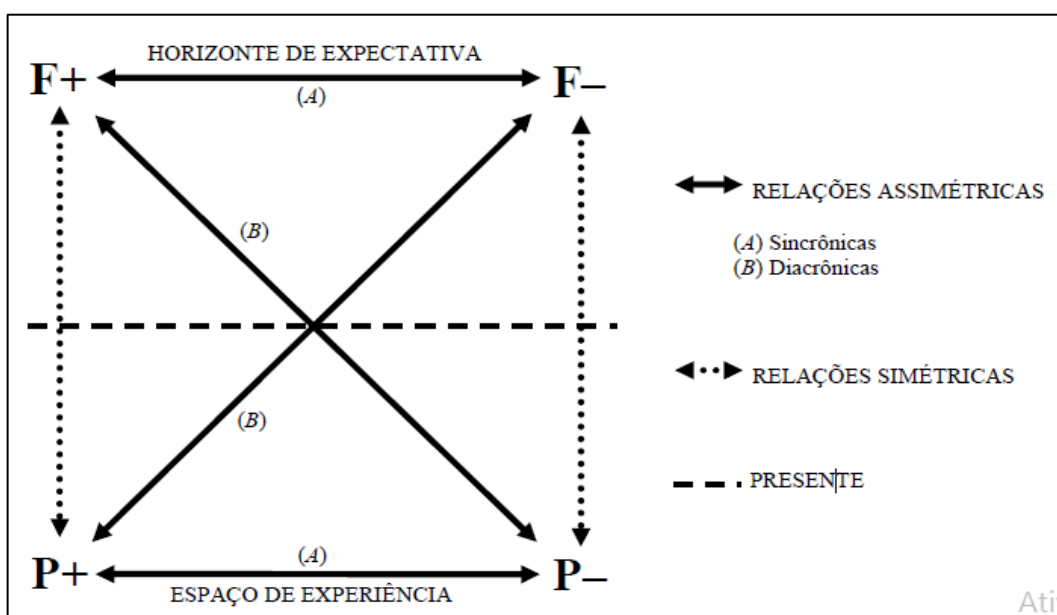
b) a anarquia e a submissão colonial ou *o núcleo de temores* (F-).

A difusão e a persistência, quase equivalente, de todos esses núcleos de sentido ao longo da documentação do Libertador parece induzir, em primeiro lugar, a conclusão de que nenhum deles deverá ser consagrado como predominante em relação aos outros (sob o risco de se perder de vista ainda mais a percepção de uma experiência marcada essencialmente pela complexidade). A tentativa de reconstruir, por meio de afinidades formais, as percepções de tempo histórico documentadas em diferentes períodos demonstrou, sobretudo, a permanência, para além das sucessões cronológicas, de séries compactas de sentido (que apontam para um padrão morfológico do discurso bolivariano). Daí a insistência em se considerar a experiência bolivariana do tempo histórico como essencialmente equívoca. Essa hipótese era ressaltada, sobretudo, quando da constatação de que não há uma periodização estanque que separe, como se fossem duas massas compactas e incomunicáveis, as esperanças, de um lado, e os temores, de outro, em relação ao futuro das repúblicas independentes. A simultaneidade de dimensões opostas de expectativas (esperanças e temores) presente muitas vezes até no mesmo documento (quando não na mesma afirmação) reforça ainda mais a hipótese de projeções complexas de futuro (BITTENCOURT, 2006, p. 274-275, grifos no original).

Ao texto, segue o esquema das conexões formais do tempo histórico na experiência bolivariana, representado na Figura 2.

A partir do esquema apresentado, o autor observou, por exemplo, que “os núcleos de sentido não são simplesmente integrados por uma justaposição artificial”, ou seja, “as figuras do tempo” não se isolam entre si, ao contrário, mantêm-se estruturalmente relacionadas, em oposição ou convergência. Bittencourt explica que, metaforicamente, é como se diante de cada figura “estivesse disposto um jogo de espelhos de dois tipos. Se um espelho *plano* pressupõe sempre que o núcleo de sentido de qualquer uma das figuras do tempo é projetado simetricamente ao da outra, em um *convexo* se dispõe a configuração de sentidos inversos para as demais” (BITTENCOURT, 2006, p. 278).

Figura 2 – Conexões formais na experiência bolivariana do tempo histórico



Fonte: Bittencourt (2006, p. 275).

O intuito maior aqui é sempre demonstrar, ainda que precariamente, as estruturas adotadas em certas investigações e que, de alguma forma, ousaram na implementação de modelos explicativos e/ou interpretativos relativos ao tempo, sem esquecer a disposição / individualização do evento em uma relação temporal também significada. Ressalta-se que não se trata de reputar opiniões sobre as conclusões advindas do uso desses mecanismos, característica disponível para análise em cada tese, mas que foge ao objeto do presente esforço analítico.

4.5 ORIGENS PRÁTICAS DO CONHECIMENTO HISTÓRICO

Experiências contingenciais (ruptura, dissonância, infelicidade, dor e sofrimento – tempo irritante [escreve o autor]) ocorrem cotidianamente na vida das pessoas e variam quanto à magnitude, indo das “pequenas perturbações” às “catástrofes de suas vidas”, capazes de colocar “em questão modelos inteiros de interpretação cultural do acontecer histórico [...]”. De qualquer forma, afirma Rüsen, a perturbação do agir ocorre pela experiência do sofrimento, cuja superação (processamento) é indispensável para que a vida siga seu curso”. Se em uma extremidade encontra-se a própria morte como a forma mais radical de tempo natural, na outra “está a duração do confiável, a realização dos projetos humanos de vida, a efetivação de intenções e, em sua forma mais radical, a representação de uma superação da morte, da plenitude da vida humana na duração de um momento de realização”. É nesse intermédio que

se interpõe “o trabalho de constituição de sentido da consciência histórica” (RÜSEN, 2015, p. 39-41).

A diferença temporal vivenciada (de caráter irritante) “deixa os homens inquietos enquanto não se hajam com ela, de modo a ordená-la em sua vida”. Desse desafio, surge a necessidade de interpretação, trata-se “de inserir a experiência histórica em um modelo interpretativo que a torne inteligível. Ao tornar-se inteligível, ela pode ser, por assim dizer, contabilizada ou ponderada culturalmente como ganho experiencial”. Significada, pela “ponte intelectual da interpretação”, se insere eficazmente na “orientação existencial dos homens”, reforçando “a competência daqueles a quem ela atinge, para lidar produtivamente com a mudança temporal” (RÜSEN, 2015, p. 47).

A experiência histórica, mediante interpretação, torna-se saber histórico e, quando a apreciação se dá por meio de “padrões metódicos”, pode-se tratar de conhecimento. “A interpretação ingressa, assim, no cenário cognitivo do mundo humano, na orientação histórica I (o mundo) e fica disponível para fins de orientação”. Ainda que a orientação possua “uma relação direta com a vida prática, ou seja, uma qualidade própria de utilidade existencial, duas variáveis são importantes: primeira, as condições circunstanciais da vida podem variar e, conseqüentemente, o significado da interpretação; e, segunda, a própria interpretação não é sinônimo de orientação (RÜSEN, 2015, p. 47).

Para além da habilitação do homem na apreensão da “temporalidade do mundo”, o saber histórico tem a função de orientação ao “tempo humano interno”, na orientação histórica II (o eu). Trata-se do “seu papel na formação, na negociação, na implementação e na alteração de identidade”. Sob a suspeita de confusão conceitual sobre a identidade, Rösen acredita ser insuficiente responder a questões como “quem sou eu? quem somos nós?”, por conta de serem elaboráveis tanto na vida pessoal, quanto social (RÜSEN, 2015, p. 48). Dado isso, esclarece:

A orientação histórica lida com o eu humano, posto em questão e sempre a pôr-se em questão, no âmbito de sua temporalidade. É essa orientação que confere ao eu, no fluxo do tempo em que se encontra e com o qual tem de lidar, um ponto de referência que torna possível a vida – vida com a qual o eu tem sempre de se haver, a cada instante. Isso auxilia o eu a encontrar terra firme sob os pés (RÜSEN, 2015, p. 48).

Considerando a função identitária implicada na orientação histórica, defronta-se “com a autoafirmação de indivíduos e comunidades”. Nesse meio, o saber histórico pode instruir, prevenindo abusos e motivando “a vontade de mudar”. Em outros termos, as motivações para o agir (impulsos da vontade originários na dimensão da mentalidade) “nutrem-se sempre das experiências do sofrimento (desconsideradas na maioria das teorias da ação)”, e o saber

histórico, enquanto orientação cultural, transformado em dimensões mentais, “adquire uma função cada vez mais prática”, sem desconsiderar o fator emoções como mediador entre a vontade e o pensamento. Afirma Rüsen: “trata-se do ‘motivo’ do pensar”, uma vez que o equívoco estaria em “excluir do conhecimento as emoções e restringi-las às motivações geradoras de ação. Isso distorceria a constatação de que as emoções desempenham um papel essencial no deslanche e no ‘direcionamento’ do conhecimento histórico” (RÜSEN, 2015, p. 49).

Muito próxima ao tema dos gatilhos do “pensamento” histórico, acredita-se que as origens práticas do “conhecimento” histórico podem ser consideradas em separado, por se tratar, no primeiro caso, de qualquer forma de pensamento, inclusive no que Rüsen define como “estágios pré e extracientíficos” (derivados exclusivamente da experiência) e, no segundo, a ênfase recair sobre certo grau de inteligibilidade, de procedimentos metódicos (à experiência soma-se a possibilidade de conhecimento) e, neste caso, instaura-se “o trabalho de constituição de sentido da consciência histórica” (RÜSEN, 2015, p. 41). Os motivos para o pensar historicamente aqui parecem tendentes às motivações para o agir (impulsos da vontade originários na dimensão da mentalidade). Embora, em ambos os casos, nutram-se das experiências do sofrimento, em termos de origem do conhecimento na vida prática (considerada a relação histórica do eu e do mundo), tende a transformar-se em interesses, gerando aprofundamentos e buscando resolver-se no tangente às funções de orientação resultantes do caminho percorrido entre as perguntas iniciais e os resultados obtidos.

No arranjo de apreciação, consideradas todas essas ponderações, as teses são ordenadas a partir de três critérios:

- a) **Forte (6)**: trabalhos que explicitem os motivos, além de pessoais (já mensurados no item Gatilhos do Pensamento Histórico), que conduzem à realização da investigação e que o façam reiteradamente no decorrer de todo o texto;
- b) **Médio (3)**: pesquisas que exponham esporadicamente os interesses na própria realização; e,
- c) **Fraco (0)**: produções que não mencionem em qualquer grau as intenções implicadas no estudo da matéria.

A destinação da classificação é verificar os níveis de atenção presentes nas teses em relação às demonstrações da implicação dos temas examinados na vida prática.

A tese do historiador Fernando da Silva Camargo, “O Málon de 1801: a Guerra das Laranjas e suas Implicações na América Meridional”, tratando, nas palavras do próprio autor, “dos antecedentes, do impacto e das consequências, bem como das implicações geopolíticas e

diplomáticas que a Guerra de 1801, entre Portugal e Espanha, teve em suas colônias sul-americanas, com especial atenção às alterações fronteiriças ocorridas no Rio Grande do Sul colonial” (CAMARGO, 2000, p. 5), evidencia, de maneira bastante clara, a noção de origens práticas do conhecimento histórico ora discutido. Desde o início do trabalho, a pesquisa tem sua origem justificada, em grande medida, pelo tangenciamento do tema a outras iniciativas de investigação da atividade profissional do próprio autor, que declara ser o interesse sobre o assunto proveniente do contato anterior com a figura de Souza Doca: “a tentativa de construir uma narrativa histórica que fosse, ao mesmo tempo, crítica e inovadora sobre o tema da Guerra de 1801 e suas consequências na América do Sul veio amadurecendo desde 1991 [graduara-se em 1990], durante a realização de um estudo sobre Souza Docca” (CAMARGO, 2000, p. 11, inserção nossa). Camargo afirma ter-se atentado para o fato de que o “agressivo rebate que aquele historiador opõe às críticas levantadas contra um autor uruguaio passava, sobretudo, pela revisão dos eventos da chamada *Conquista das Missões Orientais do Uruguai*” (CAMARGO, 2000, p. 11, grifo no original). A partir daquele momento

e ao longo de pesquisas de caráter mais particular, de natureza historiográfica, realizadas junto à Universidade de Passo Fundo [onde foi professor de 1991 a 2008], bem como na preparação de aulas para a disciplina de História da América, assuntos que envolveriam de forma mais genérica a matéria-alvo do projeto ora em andamento foram desenvolvidos ou retomados. Mas o que importa é que, de uma maneira ou de outra, traziam à tona, muito pessoalmente, a problemática da Guerra das Laranjas (CAMARGO, 2000, p. 11, inserção nossa).

Os casos exemplificados nos quatro vetores acima são corriqueiros nas teses e servem, tanto nesta etapa do trabalho, quanto nas seguintes, para elucidar de forma individualizada os vetores em questão e, por consequência, uma vez reunidos, os fatores em que estão inseridos. No entanto, é de se observar a existência de muitas peculiaridades nas formas de manifestação do que vem sendo denominado carências de orientação. Na sequência, juntamente às análises, são apresentados outros casos nos quais essa característica é explícita, além, é claro, da constante necessidade de pensar em paralelo naquelas teses em que a etapa do despertar da consciência histórica inexistente de maneira externalizada no texto.

4.6 CONSIDERAÇÕES ANALÍTICAS

A ostra, para fazer uma pérola, precisa ter dentro de si um grão de areia que a faça sofrer. Sofrendo, a ostra diz para si mesma: “Preciso envolver essa areia pontuda que me machuca com uma esfera lisa que lhe tire as pontas [...]” Ostras felizes não fazem pérolas [...] Pessoas felizes não sentem a necessidade de criar. O ato criador, seja na ciência ou na arte, surge sempre de uma dor. Não é preciso que seja uma dor doída [...] Por vezes a dor aparece como aquela coceira que tem o nome de curiosidade.

(Rubem Alves, Ostra Feliz Não Faz Pérola).

A questão a ser respondida nesta etapa do exame é o que motiva / provoca a realização de uma tese em história. São perguntas simples, mas de respostas complexas. Inicialmente, e para manter a cumplicidade com a teoria rüseniana, cabe reafirmar alguns pressupostos implicados da própria concepção de carências e que, na sequência da sistematização em torno de toda a matriz do pensamento histórico, acabam sendo reforçados através do que pode ser denominado costura de coerência.

Há, sem sombra de dúvidas, um distanciamento entre as carências práticas, originárias da vida cotidiana, e os sistemas teóricos que visam compreender as condições epistemológicas nas quais este campo do conhecimento é engendrado. Na mesma direção, é preciso reconhecer que existem pontos de sobreposição entre as atividades empíricas realizadas pelos historiadores e as formas de pensar desses sujeitos. Esse contato não ocorre fora do tempo ou do espaço, tanto do objeto investigado quanto de quem procura conhecê-lo. A aproximação ocorre, conquanto nem sempre de maneira declarada. E nada impõe que o pesquisador exponha nos resultados do trabalho os impulsos de consciência que o conduziram à determinado objeto de estudo.

Em sentido oposto, mais no intuito provocativo, haveria de se pensar nas possibilidades abertas pela exposição desses marcos regulatórios da pesquisa em história, principalmente por se tratar de teses – trabalhos acadêmicos envoltos em princípios de cientificidade. A questão principal seria saber em que proporção fazer interagir impulsos de consciência na prática de pesquisa potencializaria a compreensão da ação em termos epistemológicos, pelo menos no que tange aos postulados, à validade cognitiva e aos caminhos percorridos.

O exame das próprias ideias requer perguntar: não estariam os próprios vetores elaborados de maneira a induzir os resultados de forma negativa? A resposta é negativa e objetiva no mesmo formato da questão: embora a autorreflexão seja necessária a cada etapa da análise, não seria conveniente perder a oportunidade de avaliá-los, ainda que, em última instância, servissem exclusivamente de complemento ou contraponto aos demais vetores. Naturalmente, em uma proposta de tamanha amplitude, não seria possível chegar aos níveis da

psicologia ou mesmo da filosofia para compreender o subconsciente ou certos estados do ser, menos ainda é pretensão matematizar as ciências humanas nos moldes de uma “física social” comteana. No entanto, refletir sobre o grupo de fatores e vetores concede a licença de, ao final, em interação com as expectativas que os autores das teses nutrem quanto aos resultados de suas pesquisas, compreender melhor o intento geral dos trabalhos.

No total das sessenta e cinco teses em que fora aplicada a ferramenta de obtenção de dados exibida na introdução do trabalho, perspectivando-se as teses no conjunto e de forma estatística, o fator carências de orientação é o que evidencia os níveis mais baixos dentre os cinco da matriz do pensamento histórico. É claro, isso envolve uma série de circunstâncias e, majoritariamente, aquilo a que se propõe cada vetor, além do objetivo norteador do fator. Antecipando os porquês dessa ocorrência, alguns números podem auxiliar nessa direção⁸⁴.

Quadro 10 – Valores numéricos de teses por nível (fatores individualizados)

| TOTAIS DAS TRÊS UNIVERSIDADES POR FATOR (VALORES BRUTOS E PERCENTUAIS) | | | | | | | | | | | |
|--|---------|--------|---------|--------|---------|--------|---------|--------|---------|--------|-------|
| | FATOR 1 | | FATOR 2 | | FATOR 3 | | FATOR 4 | | FATOR 5 | | TOTAL |
| FRACOS | 48 | 18,46% | 33 | 12,69% | 13 | 5,00% | 11 | 4,23% | 12 | 4,61% | 117 |
| MÉDIOS | 83 | 31,92% | 56 | 21,53% | 73 | 28,07% | 93 | 35,76% | 53 | 20,38% | 358 |
| FORTES | 129 | 49,61% | 171 | 65,76% | 174 | 66,92% | 156 | 60,00% | 195 | 75,00% | 825 |

Fonte: elaborado pelo autor (2019).

Com a análise das amostras do Quadro 10, importa atentar para o Fator 1, que corresponde às Carências de Orientação, seguido por seus quatro eixos: Gatilhos do Pensamento Histórico; Experiências da Divergência Temporal, Sentido Histórico; e Origens Práticas do Conhecimento Histórico. É fácil observar que Carências de Orientação é o fator com os maiores indicadores no nível Fraco, e, inversamente, os menores no nível Forte, ficando atrás, no nível Médio, apenas para o Fator 4. No entanto, quando perscrutados seus vetores de maneira individualizada, aparecem compatibilidades e discrepâncias com força explicativa, ao menos parcial. A tradução desses dados para percentuais e números absolutos talvez facilite o entendimento.

⁸⁴ Vale recordar que 65 teses verificadas, uma vez multiplicadas pelos quatro vetores de cada fator, resultam em um montante de 260 níveis classificatórios. Destas, 136 na PUCRS, 96 na UFRGS e 28 na UNISINOS.

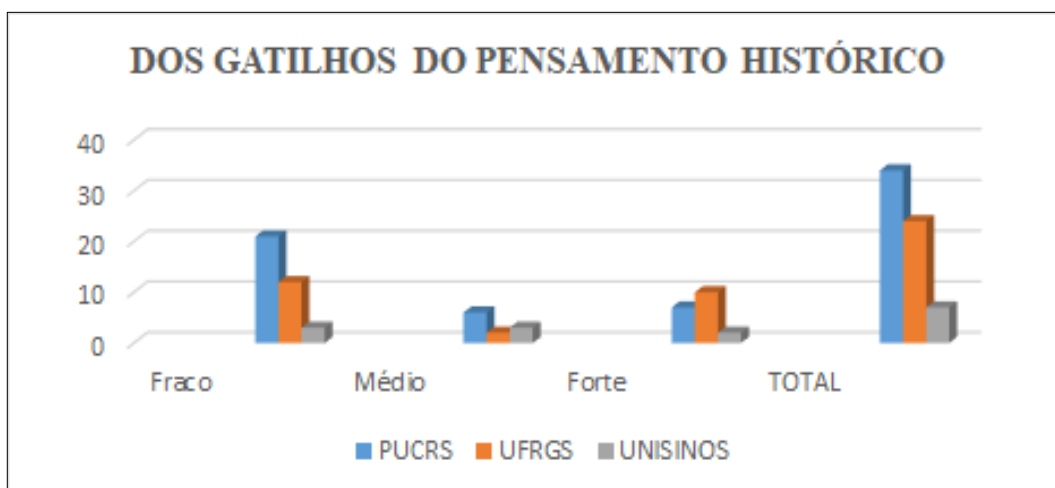
Quadro 11 – Gatilhos do pensamento histórico (percentuais e montantes)

| | Fraco | | Médio | | Forte | | TOTAL |
|-----------------|--------|----|--------|---|--------|----|-------|
| PUCRS | 61,76% | 21 | 17,64% | 6 | 20,58% | 7 | 34 |
| UFRGS | 50,00% | 12 | 8,33% | 2 | 41,66% | 10 | 24 |
| UNISINOS | 42,85% | 3 | 28,57% | 2 | 28,57% | 2 | 7 |

Fonte: elaborado pelo autor (2019).

O resultado total é reflexo direto do nível Fraco, respeitadas as devidas proporcionalidades. Já os níveis Médio e Forte variam não somente entre si como também entre universidades. Na PUCRS, os dois últimos níveis – Médio e Forte – embora somados, não alcançam o patamar dos 40%; e, na UFRGS, realizando-se a operação equivalente, tem-se o alcance dos 50%. A UNISINOS é a universidade que apresenta os maiores equilíbrios entre os três níveis, sem perder de vista o quantitativo total de teses defendidas por ela.

Gráfico 1 – Níveis dos gatilhos do pensamento histórico



Fonte: elaborado pelo autor (2019).

A única universidade em que os níveis Médio e Forte, somados, ultrapassam o percentual de teses classificadas como nível Fraco no vetor Gatilhos do Pensamento Histórico é a UNISINOS e, mesmo assim, não em um grau elevado de distanciamento. A UFRGS indica outra propriedade que parece relevante em termos de cifras: o peso nas extremidades (Fraco e Forte). De qualquer forma, ao menos provisoriamente, vale registrar a intensidade de concentração dos trabalhos para os níveis em questão, isto é, das 65 teses, 36 classificam-se no nível Fraco, 10 no nível Médio e 19 no nível Forte.

Na presente análise, o que isso indica? A considerar isoladamente o vetor Gatilhos do Pensamento Histórico – na narrativa, de forma expressa – três situações ocorreram em relação às motivações de consciência do pensamento histórico:

- a) simplesmente não são mencionadas, e a incidência é, no mínimo, de difícil percepção, pela exclusiva concentração do trabalho na matéria estudada;
- b) estão implícitas, podendo ser subentendidas, ainda que em parcialidades do texto; e,
- c) manifestam-se de maneira evidente e, muitas vezes, explicadas, assumidas, detalhadas ou engajadas.

A tese de Mariana Flores da Cunha Thompson Flores – *Crimes de Fronteira: a criminalidade na fronteira meridional do Brasil (1845-1889)* – é exemplificativa de um dos modos sob os quais isso pode ocorrer. A historiadora examina a criminalidade no Brasil meridional na segunda metade do século XIX e “pretende demonstrar [...] que a criminalidade está intimamente ligada à vida da fronteira”, e que, mais do que isto, “os crimes inseridos nesse espaço tendem a assumir características particulares”, propriedades advindas da inserção desses crimes em um “espaço dinâmico”, a exemplo do que ocorre com a possibilidade de fuga ou das “questões que se referem a direitos de propriedade, considerando-se que comumente proprietários tinham terras em ambos os lados da fronteira e usavam as diferenças / divergências legais para manejar seus direitos de propriedade de um lado e outro”, item extensível ao manejo do gado, aos “carregamentos de mercadorias e também em relação a contratos de trabalho e escravidão [...]”. A opção pela “fronteira oeste do estado é justificada por “uma motivação de caráter pessoal” em função da “identificação, do interesse e da afinidade” da autora “com as temáticas relacionadas a essa região”. Assim, resulta o recorte espaço-temporal abrangendo “os municípios de Alegrete, Uruguaiana, Santana do Livramento e Quaraí, no período compreendido entre 1845 e 1889” (THOMPSON FLORES, 2012, p. 21-24).

O exemplo corresponde a uma maneira de referir-se às causas que conduziram determinado sujeito (no âmbito de suas subjetividades) a realizar pesquisa sobre um ou outro tema. Isso, posto, resolve o problema? Não, ao menos sem limitações. O caso é que seria necessário manejar, pelo menos, duas sensibilidades, a princípio, ininteligíveis por meio dos mecanismos neste instante adotados: seguir as abordagens da psique (particularmente na psicologia e/ou psicanálise) ou medir os graus de correspondência das proposições anunciadas com os níveis alcançados textualmente (linguística, em especial na semântica e/ou contextual). No momento, entretanto, importa recobrar os dados envolvendo os demais vetores compositores do fator carências de orientação (as experiências da divergência temporal, o sentido histórico e as origens práticas do conhecimento histórico). Posteriormente, os quatro

vetores serão retomados conjuntamente no intuito de responder aos questionamentos propostos no interior da tangibilidade permitida pelas fontes, ou seja, pelos textos das teses.

Em conformidade com a perspectiva lançada sobre o primeiro vetor, a observar ligeiramente os números envolvendo as experiências da divergência temporal, denota-se a inversão radical das maiorias – anteriormente presentes no vetor fraco –, favoravelmente aos vetores Médio e Forte. Do montante de trinta e quatro teses defendidas na PUCRS, três foram classificadas no nível mais baixo, treze no intermediário e dezoito no maior. Situação similar ocorreu na UFRGS, em que de vinte e quatro teses duas situam-se no nível Fraco e nove e treze, respectivamente, nos níveis Médio e Forte. As proporções são ainda mais gritantes para a UNISINOS, em que, apesar da pequena quantidade de teses analisadas, todas apresentaram preocupações expressas e continuadas textualmente sobre a distância temporal sujeito pesquisador-objeto investigado. O Quadro 12 sintetiza essas asserções e acrescenta a forma percentual, facilitando o entendimento.

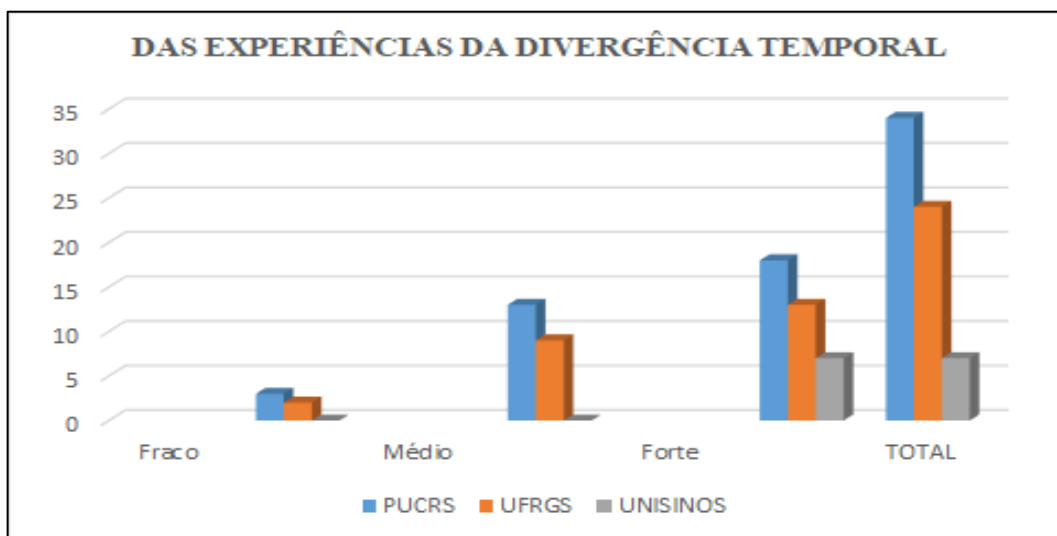
Quadro 12 – Experiências da divergência temporal (percentuais e montantes)

| | Fraco | | Médio | | Forte | | TOTAL |
|-----------------|-------|---|--------|----|--------|----|-------|
| PUCRS | 8,82% | 3 | 38,23% | 13 | 52,94% | 18 | 34 |
| UFRGS | 3,33% | 2 | 37,50% | 9 | 54,16% | 13 | 24 |
| UNISINOS | 0,00% | 0 | 0,00% | 0 | 100% | 7 | 7 |

Fonte: elaborado pelo autor (2019).

Ocorreu a inversão de níveis, em diferentes proporções. Nas três universidades, visualizadas em seu conjunto, isso mostra, ao menos aparentemente, haver certo equilíbrio proporcional entre elas, não advindo daí alguma determinante institucional para os resultados, ou, em sobrevindo, se repete em todas de modo equivalente. Visto por um ângulo mais imagético, essas propriedades podem ser representadas em formato de graduação, conforme o Gráfico 2.

Gráfico 2 – Níveis das experiências da divergência temporal



Fonte: elaborado pelo autor (2019).

Há, natural e continuamente, que se tomar os devidos cuidados em relação aos valores absolutos, pois, em tratando-se de quantidades diferenciadas de teses examinadas para cada universidade, a PUCRS – detentora dos maiores volumes de trabalhos – tende a influenciar nas formas diagramáticas finais. Por enquanto, trata-se sem embargo de individualizar o vetor das experiências de divergência temporal, em particular, projetando-o sobre os próximos dois vetores. As questões centrais são duas: o que mostra o vetor, uma vez singularizado, e, quais são as configurações do vetor, quando observado no interior das narrativas. A essência a responder às duas problematizações são as projeções, se assim é possível denominar as leituras do presente em relação ao passado e, também, ao futuro. O ingrediente básico revela-se no julgamento dos autores sobre até qual ponto faz-se necessário retroceder para compreender determinado evento e, em casos mais esparsos, esboçar ações. Uma amostra retirada das próprias teses pode amparar a assertiva.

Em “*A classe trabalhadora no Processo Bolivariano da Venezuela: contradições e conflitos do capitalismo dependente petroleiro-rentista (1989-2010)*”, Carla Cecília Campos Ferreira (jornalista com MBA em Administração em Marketing) examina “os aspectos mais estruturais da formação econômico-social venezuelana e da crise de reprodução petroleiro-rentista, sob a ótica da situação da classe trabalhadora” (FERREIRA, 2012, p. 27). É, em certa medida, um trabalho de continuidade do mestrado, também em história, que buscava “compreender o caráter da ideologia bolivariana” (FERREIRA, 2012, p. 14). Há, desde o início do texto, uma aparente identidade com movimentos ditos de esquerda, desde a assessoria à Luciana Genro (Partido Socialismo e Liberdade – PSOL), até os estudos marxistas e extensão

em Cuba, além de intercâmbio em Caracas, na Venezuela. O trabalho é bastante ilustrativo da presença do pesquisador em termos de envolvimento subjetivo com a pesquisa, pois há marcas de subjetividade expressas ao longo do texto. Provavelmente pela atualidade do tema, o texto apresenta características de tendência a outras ciências sociais, como a sociologia, a ciência política, a economia e a antropologia (pesquisa participante), conforme os próprios autores confirmam, como no caso historiadora Margarita López Maya, considerada de relevância na tese (FERREIRA, 2012, p. 102) e doutora em Ciências Sociais. A autora anuncia seu trabalho falando da importância de valorizar as diferentes dimensões políticas, econômicas e sociais, o que implica evidenciar “as classes sociais que protagonizam estes processos a partir da perspectiva de uma história econômica da dependência”, propondo contribuir à “história do Processo Bolivariano como parte de um empenho mais amplo de construção de uma história econômica da dependência latino-americana” (FERREIRA, 2012, p. 26). O texto retrocede até a década de 1920, a fim de explicar a formação econômica e social venezuelana. A autora, mostrando certa flexibilidade em termos de ajustamento no decorrer do trabalho e, ao mesmo tempo, relativa dependência das fontes, enuncia que, na “medida da disponibilidade de informações”, intenta “comparar os dados mais estruturais sobre a força de trabalho a pelo menos as duas décadas anteriores ao governo bolivariano, a fim de melhor dimensioná-las do ponto de vista histórico”. O resultado esperado dessa estratégia é a composição de “um panorama que permita melhor compreender a base sobre a qual a classe operária ganha existência material e política na sociedade venezuelana atual”, além de “contextualizar os resultados mais estruturais das políticas governamentais em relação à classe trabalhadora, tendo como parâmetro de análise sua realidade prévia” (FERREIRA, 2012, p. 159).

Os pressupostos partem sempre da ideia de tempo presente e projetável (expectativas): “De qualquer forma, explorar a mínima possibilidade de que uma interpretação possa oferecer luzes à compreensão do presente para melhor transformá-lo nos parece um risco suficientemente válido a correr”. O conceito-chave é o “*Processo bolivariano da Venezuela*”, que a autora descreve como “os acontecimentos que o conformaram como um conjunto de eventos articulados entre si e que integraram a experiência política e social venezuelana dos últimos trinta anos”, partindo do pressuposto de que “[...] o processo configurou-se historicamente como uma tentativa de resposta da classe trabalhadora – em aliança com setores da pequena burguesia não proprietária vinculada às forças armadas nacionais – a esta crise, entre meados dos anos 1980 e 2010 e que ainda está em andamento” (FERREIRA, 2012, p. 16-17).

Concisamente pensados o exemplo e as características mencionadas das divergências da experiência temporal, duas menções finais merecem ser feitas: primeiro, ainda que em níveis diferentes, para que haja um movimento em prol de uma investigação, antecede algum tipo de ruptura temporal favorável ou contrário às subjetividades do pesquisador. Repita-se, ainda que a justificativa explícita seja a simples continuidade de um trabalho anterior (monografia, dissertação, etc.), ou que tal argumento sequer esteja revelado no corpo da narrativa, a noção de prosseguimento parece insuficiente para alavancar, sozinha, uma obra de tamanha monta. Em segundo lugar, os números revelam a importância, para os autores, em descrever / comentar – ainda que em formatos simplificados – algum tipo de relação passado-presente-futuro ou quaisquer que sejam as sequências significativas adotadas nas teses.

Em virtude dos fatos mencionados, pode-se intuir que, no interior de programas de pós-graduação em História, com acentuadas tendências ao local e para o microrregional, é necessária, para a orientação de estudos para a América Latina (ou partes substanciais da macrorregião), a ocorrência de algum tipo de divergência temporal no sujeito pesquisador, em particular com relação ao foco de seus estudos. Essa incongruência na temporalidade singulariza a adoção das ideias norteadoras do trabalho. Nasce daí as definições contextuais de espaço e tempo, as dimensões, as perspectivas e, em grande medida, os demais delimitadores epistemológicos que orientam a constituição do sentido histórico.

O sentido histórico, nas trilhas rüsenianas, consiste em uma retomada – de ordem temporal – por parte de um sujeito diante de si e do mundo, ao menos até onde isso seja possível. A constituição desse significado é o que viabiliza a vida, conectando, basicamente, sensibilidade e intelecto. Considerada a ideia de *superávit* de sentido (procura pela felicidade) e a incapacidade de a cultura histórica (significância previamente dada) cobrir integralmente essa totalidade, permanecem, porém, inquietações. A aproximação da sistemática proposta por Rüsen às teses, nesse vetor em particular, se dá no fato de que, em algum ponto espacial e temporal da vida, esse sujeito é impulsionado, no âmbito da constituição mental de sentido (experiência, interpretação, orientação e motivação), a investigar certo tema e em um conjunto singular de condições, circunstâncias que se encontram muito no nível da formação da consciência, mas que contribuem na predeterminação das concepções e, mesmo em parte, nos métodos a serem adotados na pesquisa como formas e meios.

Os efeitos desse complexo emaranhado de propriedades tendem a se refletir nas teses e, em sua grande maioria, espelham tentativas de significação dos eventos estudados, propondo novos modelos interpretativos e/ou dispendo os eventos em novas relações temporais. A conformação essencial com que isso aparece nos textos são as críticas ao modelo antecedente

da prática histórica. Os principais pontos referem-se à interpretação realizada (historiografia); à ausência de estudos sobre o tema, ao limite das fontes, ao enviesamento nas perspectivas, à incompatibilidade das balizas nas dimensões e aos domínios, entre outros. Os números mostram a clara existência da expressão textual dessas qualificações nos trabalhos.

Quadro 13 – Sentido histórico (percentuais e montantes)

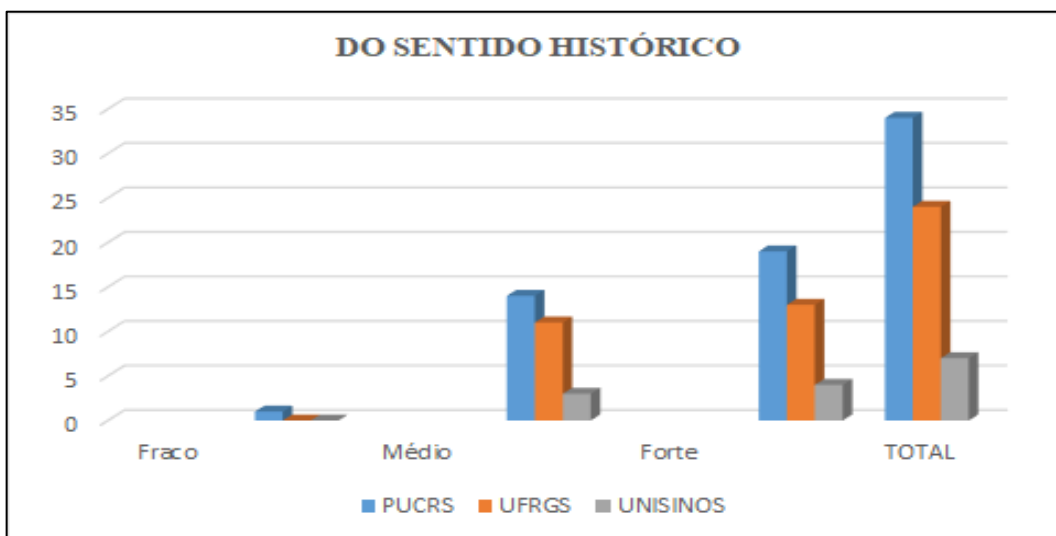
| | Fraco | | Médio | | Forte | | TOTAL |
|-----------------|-------|---|--------|----|--------|----|-------|
| PUCRS | 2,94% | 1 | 41,17% | 14 | 55,88% | 19 | 34 |
| UFRGS | 0,00% | 0 | 45,83% | 11 | 54,16% | 13 | 24 |
| UNISINOS | 0,00% | 0 | 42,85% | 3 | 57,14% | 4 | 7 |

Fonte: elaborado pelo autor (2019).

Nos quadros até agora interpretados na comparação entre as três instituições, existe, minimamente, uma participação do nível Fraco, visto que quase a totalidade das teses realocam o sentido aos níveis Médio e Forte. Em números brutos, apenas um dos sessenta e cinco trabalhos não atende aos requisitos do vetor, isto é, propõe inovações em termos de modelos interpretativos e/ou revê os eventos em relações temporais originais.

Há uma ponderação a ser feita sobre o equilíbrio entre os níveis Médio e Forte. Se, por um lado, ocorreu o deslocamento do total para os níveis mais elevados, por outro também se equiparam percentualmente. Questiona-se: o que isso representa neste exame? De maneira genérica, apresenta o caráter decisivo desses dois níveis em relação ao total. Entretanto, parece necessário particularizar esses dois últimos níveis preponderantes para entendê-los. No caso do nível Médio, estão classificadas as teses que optaram por variar entre uma, no máximo duas, das características em questão – alterar o modelo interpretativo, repensar o evento no que tange à temporalidade ou atalhar pelo viés cronológico; já no nível Forte, estão incluídos todos os trabalhos que englobam as três qualidades, simultaneamente, dos quais, a grosso modo, infere-se elevação do grau de dificuldades nas análises destas situações. Em outros termos, mais da metade das teses (55,72%) se propõem a inovar em diferentes campos ao mesmo tempo. O Gráfico 3 corrobora para a percepção dessas leituras.

Gráfico 3 – Níveis do sentido histórico



Fonte: elaborado pelo autor (2019).

A ilustração mostra a instituição UNISINOS mais uma vez com 100% das teses no nível Forte, característica que é acompanhada pela UFRGS. A PUCRS, por sua vez, destoa desses dados em percentual bastante pequeno (2,94), proporcional ao total de teses (34) que vêm sendo analisadas dentro da instituição. Simetricamente, a PUC, sozinha, possui mais teses sendo examinadas do que a UFRGS e a UNISINOS, somadas. A diferenciação, contudo, não possui o intuito de comparar números absolutos, e menos ainda de verificar cada universidade isoladamente, mas permanecer com a análise cautelosa quando tratarem de montantes finais.

Os percentuais analisados a partir dois dados, parecem apontar para enunciados de tendências à inovação. A ocorrência chama a atenção pelas correlações, isto é, nas ocasiões em que são elaborados argumentos favoráveis a algum tipo de novidade (no referencial teórico, do ponto de vista multi ou interdisciplinar, temática, etc.), uma unidade inteira de outros componentes de pesquisa o acompanham em termos de fontes e procedimentos (ambos componentes do fator método). O que se constata, imediatamente, é a existência de elementos determinantes e determinados. É necessário averiguar, ainda, se há desequilíbrios entre esses elementos e ponderar sob quais pontos são decisivos nessa balança. Na sequência dos padrões seguidos no demais vetores, um exemplo retirado do material de análise parece ser adequado.

Na pesquisa intitulada “Índios Fronteiriços: a política indigenista de fronteira e as políticas indígenas na Província de Mato Grosso entre a Bolívia e o Paraguai (1837-1873)”, Marli Auxiliadora de Almeida discute “as relações sociais e interétnicas construídas [...] entre os grupos indígenas Bororo Ocidentais e Guaná e as autoridades governamentais, os líderes religiosos e os proprietários de terras” na área fronteira do “Império brasileiro, localizada na

província de Mato Grosso com as repúblicas sul-americanas da Bolívia e do Paraguai” (ALMEIDA, 2013, p. 6). No formato de mais de 50% das teses, parte-se da apresentação dos pressupostos do trabalho e, nesse meio, são esmiuçados os sustentáculos, minimamente almejados por quem desenvolve o trabalho de pesquisa. No caso em questão, por exemplo, a autora preconiza fundamentar-se, teórica e metodologicamente, na história indígena. A tomar como referência um dos aspectos imbricados na noção de sentido histórico, reitera-o, ao afirmar:

Contrariando a visão corrente de que os índios são assimilados ou extintos por aceitar a condição de aldeados, constata-se o desenvolvimento de políticas indígenas próprias entre os grupos Bororo e Guaná, pautadas por seus interesses individuais e coletivos, implicando a reelaboração de suas etnicidades, a dinamização da fronteira da província e a criação de uma fronteira étnica/indígena em contraposição à proposta geopolítica do Império (ALMEIDA, 2013, p. 6).

A concepção básica aparece em palavras, expressões, períodos ou frases convergentes que, em última medida, indicam características que também confluem. Ao abordar apenas o exemplo acima, é possível encontrar, repetidas vezes, adjetivações como: “redimensionado os papéis dos grupos indígenas”, “(re)dimensionar a consciência desses índios, principalmente dos chefes das etnias, enquanto sujeitos de suas ações em defesa dos próprios interesses no contexto da conquista civilizatória”, “dotando os índios de visibilidade”, “o protagonismo desses povos” (ALMEIDA, 2013, p. 19-24). As mesmas ideias se repetem em relação a outros itens de pesquisa, como no caso da metodologia acima mencionada ou das fontes de onde se lê que essas “que nos proporcionam uma (re)leitura sobre os indígenas e sua relação com outros grupos étnicos na fronteira provincial são, praticamente, inéditas ou pouco exploradas pelos historiadores” (ALMEIDA, 2013, p. 22-25).

Resumidamente, o que demonstra o exemplo utilizado, como nos demais itens, sempre de maneira ilustrativa, é a opção por mudanças nas estratégias globais do trabalho – perspectiva, fontes, comunicação com subáreas do conhecimento (etno-história, história indígena), inversão do olhar a partir dos índios, entre outros. Além disso, rompe com o eixo principal entre as teses (concentrado no Uruguai e na Argentina), reforça as características de contrariar uma visão estabelecida em termos historiográficos e inclui na discussão conteúdos como etnicidade e fronteira, que são basilares nas teses como um todo.

Uma vez mais, não parecem prevalecer as determinantes institucionais e, caso ocorram, essa é uma característica comum às três universidades. Em etapa posterior, serão minuciados os aspectos seguintes sobre os autores das teses: orientador, período de defesa e formação básica (graduação). A finalidade desse apontamento é averiguar possíveis influências na formação das

condições observadas até aqui. Por enquanto, o vetor Sentido Histórico colabora para a compreensão das interações entre os fenômenos temporais e as ações humanas. A ruptura temporal interpela por interpretação e orientação. O caráter de incompletude, constitutivo inato na investigação, tende a repetir-se em quaisquer formas ou meios que possa manifestar-se e, provavelmente, advém dessa condicionante a noção de que o conhecimento mantém suas origens na prática da vida.

As origens práticas do conhecimento histórico, apesar da condição de vetor independente, assentam-se muito proximamente aos gatilhos do pensamento histórico. A referência à experiência, porém, desta vez, avança em direção à interpretação na medida em que se afasta da experiência (*lato sensu*), restrita ao âmbito mental. A consciência não dispensa integralmente as noções de orientação e motivação, contudo, aqui, visa a inteligibilidade, transformando as operações mentais em material disponível à orientação. A partir de Rüsen, as origens práticas do conhecimento histórico servem como ponto de referência, a fim de prevenir abusos e motivar ações. O sujeito tem, dessa maneira, diretrizes potenciais em duas grandezas: o eu e o mundo.

Nas teses, de forma objetiva, busca-se saber em qual medida são exibidas as implicações que os temas possuem em relação à vida prática. De forma específica, é apartar os trabalhos entre si, a ponto de perceber quais mencionam os motivadores da pesquisa em todo o texto (reiterando a ideia), os que o fazem esporadicamente (em um setor da tese, por exemplo, na introdução) e aqueles a quem essa conduta pareça desnecessária ao ponto de não haver quaisquer sinais nesse sentido. Reitera-se, desde logo, a indiferenciação qualificativa dos textos tomando-se como fundamento esse vetor. O interesse está na adoção ou não de uma sistemática e representa o arbitramento dos autores.

Quadro 14 – Origens práticas do conhecimento histórico (percentuais e montantes)

| | Fraco | | Médio | | Forte | | TOTAL |
|-----------------|-------|---|--------|----|--------|----|-------|
| PUCRS | 8,82% | 3 | 50,00% | 17 | 41,17% | 14 | 34 |
| UFRGS | 12,5% | 3 | 16,66% | 4 | 70,83% | 17 | 24 |
| UNISINOS | 0,00% | 0 | 28,57% | 2 | 71,42% | 5 | 7 |

Fonte: elaborado pelo autor (2019).

Percebe-se, no Quadro 14, ao menos em relação aos demais até agora discutidos, que há maiores variedades percentuais, tanto no interior de cada universidade como entre as três instituições analisadas. Na PUCRS, há certa aproximação entre os níveis Médio e Forte, e a soma do nível Forte ao Fraco equipara-se ao nível Médio. A UFRGS, ao contrário, apresenta

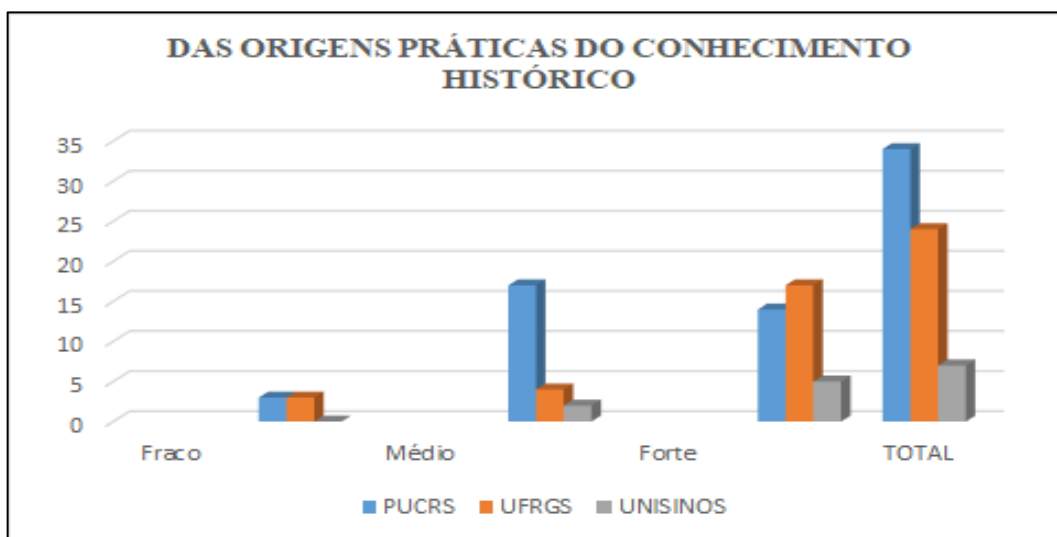
predominância no nível Forte, seguido pelo Fraco, e a soma dos dois menores níveis (Fraco e Médio), não alcança o maior grau. Finalmente, a UNISINOS, que, conquanto não apresente trabalhos no menor nível (Fraco), apresenta substancial distanciamento entre os dois últimos níveis (Médio e Forte). Verticalmente e em números absolutos, ao total, foram classificadas seis teses no nível Fraco, vinte e três no Médio e trinta e seis no Forte.

Na ordem prática e mais uma vez prognosticamente, cabe indagar sobre a função desses dados nas percepções da realidade buscada na análise. É possível arriscar-se, ao menos, a três incumbências:

- a) as exceções servem sempre para lembrar da impossibilidade de uniformização;
- b) percentuais como os da UFRGS e da UNISINOS instituem a dúvida sobre a existência, em certa medida, de algum tipo de orientação institucional em prol da origem prática do conhecimento histórico ou, no mínimo, o incentivo ao anúncio (fazer constar do texto) desse tipo de preocupação; e,
- c) no caso da PUCRS, pela variedade temática e de orientadores de teses computáveis na definição de estudos latino-americanos, parece não haver uma padronização mínima sobre esse requisito procedimental.

O ângulo imagético apresentado no Gráfico 4 auxilia na verificação das asserções.

Gráfico 4 – Níveis das origens práticas do conhecimento histórico



Fonte: elaborado pelo autor (2019).

A partir da análise do Gráfico 4, a PUCRS e a UFRGS possuem o mesmo número bruto de teses no nível Fraco (três em cada). Obviamente, devem ser consideradas as devidas proporcionalidades. A parte do gráfico que mais se aproxima do formato total é o nível Médio,

substanciado pelos resultados da UFRGS. Nem a soma de todos os trabalhos de níveis Fraco e Médio superam o nível Forte. Na UFRGS, por exemplo, os dois primeiros níveis somam apenas 29,17%, contra 70,83% das teses no nível Forte. A UNISINOS, repetindo versões anteriores dos dados, acumula os percentuais exclusivamente nos dois últimos níveis, na proporção de 28,58% para 71,42%, ou melhor, de dois para cinco, respectivamente.

Em termos qualitativos, o que isso significa na análise? Fundamentalmente, indica os rumos predominantes nas teses quando se trata da presença ou da ausência, nos textos, de preocupações relativas às origens do conhecimento histórico sobre o qual versam, ou, se preferir, sobre o quanto os trabalhos intentam manter-se vinculados à realidade, às experiências de vida. Corriqueiramente, essas características se revelam nas teses, de dois modos: logo nas fases introdutórias ou em pontos definidos (preâmbulos capitulares). Não obstante a tendência de serem reforçadas em diferentes etapas do texto, encerram por ficarem subentendidas durante o restante da narrativa. A tese de Álvaro de Souza Gomes Neto, “A importância do negro na formação da sociedade portenha, 1703-1860”, ilustra, com bastante precisão, a segunda circunstância.

O título da tese desse historiador sintetiza o entendimento apresentado no desenvolvimento do trabalho, enquanto hipótese, a constar: “o que nos propomos a demonstrar é justamente o grau de extrema importância que o elemento negro teve no processo de construção da sociedade buenairense, não apenas como instrumento de trabalho, mas também como parte necessária na formação do social” (GOMES NETO, 2002, p. 12). Examinam-se as condições gerais do negro, escravo ou homem livre, na construção da sociedade urbana de Buenos Aires e “as difíceis relações que existiram na sociedade buenairense, durante o processo de integração do negro, em seu quadro social” (GOMES NETO, 2002, p. 3).

O pressuposto fundamental da investigação é o da existência, entre determinados discursos e a prática, de incongruências em relação à presença “incômoda” do negro na sociedade argentina. A perturbação ocorre “de uma maneira escusa e velada, fantasiada em tentativas de esquecimento, e concretizada no afastamento físico de todo e qualquer sinal de que um dia negros fizeram parte integrante das relações sociais portenhas”. O autor explica que, diante da pergunta sobre a “presença de negros na Argentina”, a resposta de “pessoas que se consideram cultas” costuma ser: “‘Não há e nunca houve negros na Argentina’. No entanto, nas comemorações pátrias das escolas, o negro é sempre lembrado” (GOMES NETO, 2002, p. 9). Mesmo assim, nas ocasiões de reconhecimento, o tema “negro” costuma vir “acompanhado pela convicção de sua pouca importância, do pouco número, da insignificante contribuição que

a raça negra deu a essa sociedade e do bom tratamento que os negros receberam ao longo do tempo”.

A questão se mostra mais complexa quando observada a quase inexistência ou reconhecimento da historiografia sobre os números reais de negros que compuseram a sociedade argentina. “Os poucos trabalhos na linha da História Quantitativa demonstram que a presença do negro na Argentina foi, na verdade, muito mais ampla do que até agora a maioria dos historiadores, tanto argentinos quanto brasileiros, tem apregoado”. Entre a maioria dos historiadores, argentinos e brasileiros, os números aparecem, segundo Gomes Neto, mais como repetição do que verdadeiras verificações. Entre os poucos trabalhos de resgate desses dados estão os de Lyman Johnson, que “possui dois trabalhos na área de quantificação demográfica, com especificação na população negra, mas restritos a Buenos Aires, tendo como base os censos de 1744, 1778 e 1810”, e, “para o noroeste argentino, destacam-se apenas as pesquisas feitas por Florencia Guzmán” (GOMES NETO, 2002, p. 11).

O texto, como um todo, tem, especialmente, toques de história econômica e demográfica, embora não de forma declarada. São recorrentes os paralelos com o Chile, com o Uruguai e também com o Brasil, com a utilização das obras: “Historia de Chile”, de Leopoldo Castedo; “El negro uruguayo”, de Paulo Carvalho Neto; e “Capitalismo e Escravidão no Brasil Meridional”, de Fernando Henrique Cardoso, respectivamente mencionadas no trabalho. É uma pesquisa que tem uma dupla funcionalidade: proporcionar um estudo sobre tema adverso, inclusive à historiografia argentina (*locus* de exame) e indicar (somente pela própria existência) possibilidades comparativas futuras com estudos dessa natureza em relação a outros países, regiões e/ou cidades (além, é claro, das notas comparativas já realizadas pelo autor). Causa algum estranhamento, hoje, a ausência de citação dessa pesquisa entre os doutorandos, pela época em que foi realizada e por percorrer temas como o da formação de confrarias (negras), estudado por diversas teses defendidas posteriormente no Brasil.

Concisamente, esse exemplo permite perceber o formato da relação entre origens práticas e conhecimento histórico no interior das narrativas. A hipótese é construída a partir da existência de indícios de uma ou mais experiências incoerentes com interpretações preteritamente realizadas. O importante parece ser, pelo menos no que tange ao vetor em questão, a coexistência de discursos incompatíveis entre si que, uma vez elaborados tendem a perpetuar-se mesmo em contextos bastante diversos daqueles de onde foram originados. A historiografia ainda não os abordou ou o fez de forma localizada, sob óticas específicas e deixando de lado aspectos ora considerados relevantes e a serem novamente perspectivados por

terem potencial poder esclarecedor. De natureza igual, poderiam ser consideradas as restrições a um tipo de dimensão, como a História Quantitativa, por exemplo.

Em consideração a esses aspectos, um último esboço de revisão pode ser apresentado. Trata-se da tentativa de visualizar o fator Carências de Orientação como a unidade dos quatro vetores que o compõem e, mais do que isso, abstrair daí propriedades que somente o conjunto pode proporcionar. Tem-se o cuidado de observar em que medida as estratégias de análise resultaram em um mecanismo de sensibilização capaz de facilitar a percepção das epistemologias estruturais presentes no fator como um todo.

Quadro 15 – Carências de orientação e seus vetores

| Dos gatilhos do pensamento histórico | | | | | | | |
|--|--------|----|--------|----|--------|----|-------|
| | Fraco | | Médio | | Forte | | TOTAL |
| PUCRS | 61,76% | 21 | 17,64% | 6 | 20,58% | 7 | 34 |
| UFRGS | 50,00% | 12 | 8,33% | 2 | 41,66% | 10 | 24 |
| UNISINOS | 42,85% | 3 | 28,57% | 2 | 28,57% | 2 | 7 |
| Das experiências da divergência temporal | | | | | | | |
| | Fraco | | Médio | | Forte | | TOTAL |
| PUCRS | 8,82% | 3 | 38,23% | 13 | 52,94% | 18 | 34 |
| UFRGS | 3,33% | 2 | 37,50% | 9 | 54,16% | 13 | 24 |
| UNISINOS | 0,00% | 0 | 0,00% | 0 | 100% | 7 | 7 |
| Do sentido histórico | | | | | | | |
| | Fraco | | Médio | | Forte | | TOTAL |
| PUCRS | 2,94% | 1 | 41,17% | 14 | 55,88% | 19 | 34 |
| UFRGS | 0,00% | 0 | 45,83% | 11 | 54,16% | 13 | 24 |
| UNISINOS | 0,00% | 0 | 42,85% | 3 | 57,14% | 4 | 7 |
| Das origens práticas do conhecimento histórico | | | | | | | |
| | Fraco | | Médio | | Forte | | TOTAL |
| PUCRS | 8,82% | 3 | 50,00% | 17 | 41,17% | 14 | 34 |
| UFRGS | 12,5% | 3 | 16,66% | 4 | 70,83% | 17 | 24 |
| UNISINOS | 0,00% | 0 | 28,57% | 2 | 71,42% | 5 | 7 |

Fonte: elaborado pelo autor (2019).

A retomada das informações, analisadas e classificadas no Quadro 15, permite, inicialmente, recordar duas características: primeiro, a avaliação não pretende ser de caráter matematizante, não tendo a pretensão de inserir grandezas numéricas; e, segundo, as informações foram obtidas das teses constantes nos textos expressos aqui e os enunciados podem estar ou não coincidindo com o desenvolvimento implementado na pesquisa. Alerta-se que a relação integral pergunta-resposta prescinde do reconhecimento do caminho percorrido pelo trabalho em todas as suas etapas de pesquisa (fatores da matriz do pensamento histórico). Além disso, a experiência implica muitas outras questões, como a oportunidade, a necessidade e a conveniência de realização de um doutorado em determinado local e período, como a disponibilidade financeira, o tempo livre e as possibilidades de orientação. Assim, embora seja

necessário, para trabalhar com um mínimo de empiria, depositar créditos no que os textos registram, os números não tratam de mensurar o social ou classificar as teses em Fortes, Médias ou Fracas, tanto o é assim que, em nenhum momento, os resultados individuais são visados e uma mesma tese pode ser Fraca ou Média em um vetor e/ou fator e Forte em todos os demais, como se repete diversas vezes.

A opção pelo uso de vetores e, mais do que isso, desse grupo em particular, é própria de uma tentativa de pragmaticidade e para o uso na tese, inclusive não tendo sido elaboradas com esse objetivo pelo próprio Rüsen. Contudo, como é possível observar na primeira parte do texto, há um forte imbricamento ao pensamento do autor. De fato, o interesse principal é o de aproximar duas diferentes esferas: de um lado, uma lógica sistematizada para a reflexão de como o conhecimento histórico se constitui; e, de outro, o espaço das experiências vividas academicamente na pesquisa histórica. Que há sobreposições entre as duas camadas parece ser bastante aceitável; o que se indaga é em qual medida, uma vez aplicada a primeira à compreensão da segunda, torna-se possível realizar uma leitura inovadora em termos epistemológicos.

A primeira intuição geral é a de que, com o doutorado vai-se afastando do nível da vida prática pela especialização, profundidade acadêmica metodológica – os gatilhos já foram apresentados em níveis anteriores da formação (monografia, dissertação) – o que explicaria a baixa intensidade desse vetor. O texto já corresponde a uma espécie de lapidação de um tema. Considerando a inviabilidade de avaliação nesses moldes (os trabalhos anteriores não estão em exame), remanesce manejar os dados disponíveis nas teses. Portanto, a opção analítica foi pela confrontação de dados numéricos e qualitativos, visando aumentar as chances de implementação da proposta. Reforça-se que a intenção não é a de individualizar tese alguma como sendo pertencente aos níveis Forte (6), Médio (3) ou Fraco (0). Esse recurso de análise apenas tem o objetivo de proporcionar algumas leituras quantitativas das teses em conjunto. As conjecturas variam e podem ir desde o simples fato da opção autoral, por não revelar suas intenções mais particulares, até o completo desconhecimento das estruturas cognitivas da disciplina histórica, perpassando, ainda, por já o haver realizado em fases acadêmicas anteriores e em consideração da superfluidade desse tipo de exposição no momento da escrita da tese; isso tudo para os casos omissos em relação ao fator ou a seus vetores.

Existem, no entanto, muitos casos em que, de um jeito ou de outro, os enunciados dos interesses subjetivos no desenvolvimento do trabalho aparecem em partes e/ou no decorrer de todo o texto. Nestes, as hipóteses aparecem quase sempre explicadas. A própria opção por predispor os interesses subjetivos na efetuação da investigação carrega consigo os pressupostos

que a mantêm. Mais fácil? Não necessariamente. A identificação dos meios no texto é direta, o autor os publica. Ao mesmo tempo, mantém-se a necessidade de averiguação do estatuto de correspondência entre o que é escrito e aquilo que a pesquisa implementa, além das formas e dos meios em que o faz. Em outros termos, existem trabalhos, apesar do não pronunciamento dos pressupostos de consciência antecedentes a si próprios, que tendem a, na própria coerência narrativa, revelar mais do que outros onde a formulação escrita acontece, conquanto não cumprida no decorrer do texto.

A relação entre os vetores auxilia na composição de algumas conjecturas. No caso de o vetor Gatilhos do Pensamento Histórico ser pensado conjuntamente aos demais vetores do fator Carências de Orientação, é possível perceber que este é o vetor responsável (em maior grau) pelos baixos níveis atribuídos ao fator como um todo. Envolve nos gatilhos, está a ideia de desconforto no tempo. Isso é inerente, mas a forma de reação pode variar grandemente de um sujeito para outro, no intuito de harmonização temporal. O olhar individualizado ao vetor das divergências temporais permite reconhecer a predominância incômoda sobre o que foi escrito até determinado momento a respeito do tema. Resta verificar quais as alternativas disponibilizadas para responder de forma diferente a esses inconvenientes: elaborar novas concepções, métodos, narrativas ou funções para o conhecimento histórico, ou preencher lacunas acerca de partes do passado. A partir do vetor tangente ao sentido histórico, passa-se a pensar o processo de recomposição, os caminhos de ação (reação) significadores da vida no tempo, ainda que diante de continuadas incompletudes. O último vetor, Origens Práticas do Conhecimento Histórico, serve de recurso à manutenção de toda essa estrutura no campo da experiência. Da ruptura temporal experimentada na vida prática – após percorrer um trajeto de elaboração cognitiva – retoma-se o sentido na orientação e motivação da vida, desta vez em formato de temporalidade significada.

A matriz rüseniana se mostra variável enquanto possibilidade de racionalização entre um e outro vetor. No todo, pode-se afirmar que a matriz instrui as teses quanto à importância da apresentação dos meios e das formas condizentes do trabalho, mesmo quando isso signifique apresentar elementos de subjetividade. Objetivamente, isso colabora na compreensão não somente dos aspectos epistemológicos, como também no entendimento da relação entre o autor e o respectivo esforço de pesquisa, além de clarificar os interesses (não somente pessoais) que movem a investigação. Perspectivadas inversamente, as teses demonstram haver muitas particularidades entre si, no trabalho prático, e que, por vezes, ultrapassam a própria disciplina histórica. Ademais, não bastassem as dificuldades em mensurar as subjetividades constantes de

uma tese, existem incontáveis componentes externos ao indivíduo pesquisador capazes de determinar os rumos da investigação.

A provisoriedade e a parcialidade precisam ser mantidas nessas conclusões, pois tanto a matriz quanto as teses (como unidade) têm suas compreensões comprometidas sem a sistematização global sob a qual se sustentam. No caso da matriz, quem o determina é o próprio Rüsen; e, nas teses, a opção pela análise dos trabalhos em conjunto se impõe. Outrossim, uma mesma tese pode apresentar todos ou pelo menos mais de um dos vetores condensados, e essa prática é possível também em relação aos fatores, dificultando a sua observação pela artificialidade das divisões adotadas. De qualquer forma, o empreendimento é válido por esclarecer, principalmente, em relação às funções de orientação do conhecimento histórico, visto que, em vez de se perguntar o que fazer com a história, deve-se, inicialmente, saber que história fazer. E nisso consistem as Carências de Orientação.

5 CONCEPÇÕES E SUAS EPISTEMOLOGIAS

5.1 APRESENTAÇÃO

A partir da ideia de que todo o exercício de pesquisa acadêmica em história parte de um conjunto de pressupostos teóricos, implícitos ou explícitos no texto, também é possível, em grande medida, advogar serem produtos de decisões combinadas das subjetividades oriundas no presente (interesses) e dos materiais disponíveis sobre o passado. Em Rüsen, tenta-se, inclusive, romper com a separação entre subjetividade e objetividade, ao menos no sentido de uma predominar sobre a outra em termos de força explicativa. De qualquer maneira, é na confluência das permanências do passado com as necessidades de orientação temporal no presente que se configuram os modelos interpretativos capazes de aproximação entre o vivido (experienciado) e os potenciais conhecimentos gerados pela cultura histórica, ao longo de um processo de geração de sentido.

Entre outros aspectos, nesse meio, delineiam-se as teorias e os conceitos, além das variáveis ou categorias a serem emprestadas à análise. São próprias desse campo de ação as manifestações dos amparos teóricos da investigação, a exemplo da conformação de tipologias, definições, nomes, seja por aproximação ao campo da teoria da história (subdisciplina), seja exclusivamente no plano da matéria em análise. Desse modo, concepções podem ser entendidas como o conjunto de perspectivas da interpretação em que estão envolvidas, desde os elementos mais complexos, como as teorias e os conceitos, até os componentes mais básicos da pesquisa, exemplificáveis nas tipologias e subtipologias, nas categorizações e nos próprios nomes. Mas, à luz de Rüsen: “Os limites entre essas distinções são fluidos” (RÜSEN, 2015, p. 161).

A fim de qualificar essas ideias nas teses examinadas, adotam-se quatro vetores para o fator concepções. Objetiva-se detectar até que ponto essas propriedades mantêm-se lineares nos referidos textos, respeitadas as peculiaridades inumeráveis entre uma investigação e outra. Assim, nos mesmos moldes do aplicado nas carências de orientação (capítulo 4), as teses são submetidas individualmente a esses parâmetros, para, posteriormente, serem pensadas em seu conjunto. Esquemáticamente, conforme demonstra o Quadro 16.

Quadro 16 – Concepções e seus vetores

| VETOR | CONCEPÇÕES | | |
|--|------------|---------|---------|
| | NÍVEL 6 | NÍVEL 3 | NÍVEL 0 |
| | Forte | Médio | Fraco |
| Das Filosofias Material e Formal | | | |
| Das Características da Interpretação Histórica | | | |
| Das Teorias/Dos Conceitos | | | |
| Das Categorias ou Variáveis | | | |
| PARCIAIS | | | |
| TOTAL | | | |

Fonte: elaborado pelo autor, a partir de substratos obtidos nas concepções da Matriz do Pensamento Histórico (RÜSEN, 2015).

Os dois últimos vetores parecem ainda mais óbvios, pois é evidente que uma tese seja composta de teorias e conceitos, além de categorias ou variáveis. A questão essencial, no caso, não é saber sobre a existência, ou mesmo quais são, tanto para uma ou outra tese em específico. Almeja-se, outrossim, aperceber-se da alocação dessas concepções no interior das pesquisas, desde os espaços ocupados nas narrativas até a implementação mais efetiva dos recursos teóricos mobilizados, enquanto capazes de explicar os fenômenos estudados. Na sequência são apresentadas as definições e os critérios referentes a cada vetor, sempre que possível partindo da teoria rüseniana.

5.2 DAS FILOSOFIAS MATERIAL E FORMAL

Rüsen contesta a ideia de que haja oposição entre as filosofias material e formal da História. Explica, primeiramente, a tradição de uma *filosofia formal da história* voltada ao campo interpretativo do pensamento histórico que, uma vez concentrada no fator interpretativo dos acontecimentos, acaba por desconsiderar o que aconteceu no passado. Nessa linha, insere determinadas obras de autores, como Heinrich Rickert, Wilhelm Dilthey, Georg Simmel, Arthur Danto e Paul Ricoeur. A postura crítica em relação à *filosofia material da história* criara uma espécie de dilema: “as razões determinantes desse pensamento histórico já não se mediarão devidamente com a experiência histórica”. Max Weber representa o extremo inverso dessa postura, por denominar as ciências da cultura de ‘ciências da realidade’. Em Rüsen, um limite se impõe ao considerar “meras construções as formas cognitivas determinantes do pensamento histórico”, ao utilizar-se da imagem “do projetor de ideias valorativas, que conferem sentido histórico ao passado e iluminam o obscuro fluxo caótico dos acontecimentos no passado” (RÜSEN, 2015, p. 131).

A proposição rüseniana é a de superar a separação entre sujeito e objeto no pensamento histórico, focando na vinculação interna entre ambos, sem, contudo, perder de vista suas particularidades. A filosofia formal da história “expõe os critérios segundo os quais os elementos prévios do passado são apreendidos pela constituição histórica de sentido no presente e, somente então, transmutados em sentido histórico” (RÜSEN, 2015, p. 132). E nisso consiste a conexão interna entre matéria e forma na representação do fluxo do tempo (passado-presente-futuro).

A filosofia formal da história adquire, pois, o direito de dar forma à ‘materialidade’ do formatável. Os acontecimentos do passado não são dados sem sentido, não são ‘meros’ fatos [...], mas trazem em si os vestígios da constituição de sentido que os homens de antanho tiveram de produzir para poder viver (RÜSEN, 2015, p. 132).

A filosofia material da história, embora não contenha os elementos prévios do passado, de uma forma intacta, carrega consigo a força do direcionamento temporal do acontecimento, em direção ao presente e ao futuro, pois contém um “superávit de sentido nas formas da vida do passado”. É nesse *superávit* que a filosofia formal da história busca reconhecer os princípios da ‘construção’ interpretativa em forma de narrativa. Refere-se, conseqüentemente, “*a princípios que produzem o sentido histórico de um passado, tornado presente pela narrativa e tornado manifesto pela apresentação, no e mediante o tipo do narrar*”. Em outros termos, a filosofia formal da história torna-se “*uma teoria da narrativa histórica*” (RÜSEN, 2015, p. 132-133, grifos do autor). Resta, todavia, perguntar pelos fundamentos categoriais do pensamento histórico, “dos critérios determinantes da interpretação (formatada narrativamente) dos acontecimentos articulados do passado, chamados ‘história’, o conteúdo do pensamento histórico. À indagação “o que faz o sentido ser histórico?”, a teoria da história transforma a “filosofia material da história em uma moldura interpretativa que configura o narrar histórico” (RÜSEN, 2015, p. 133).

A amarração entre as filosofias formal e material da história, de superação da contradição objetivismo-subjetivismo, permite a Rüsen sintetizar:

É o narrar que confere ao narrado um quadro de significância, produzindo assim o construto de sentido de uma história. A filosofia formal da história, como teoria dessa moldura interpretativa, evoluiu sem rupturas para uma teoria da historiografia. A teoria da historiografia (Tópica) investiga as formas narrativas da constituição histórica de sentido e busca apreender conceitualmente o espaço de atuação dessas formas. A filosofia formal da história se pergunta, pois, pelos critérios de sentido determinantes da forma narrativa da constituição histórica de sentido (RÜSEN, 2015, p. 134).

A base para a atribuição de falsidade a tais oposições está nos próprios fundamentos antropológicos da temporalidade humana, ou seja, “esses fundamentos são os mesmos para o passado interpretado e para o presente interpretante”. Ainda que as atribuições concretas de sentido possam ser diferentes, espaço e temporalmente, há uma constante intencional essencial “de organizar a vida ‘humanamente’”. É, segundo Rösen, no “duplo arco temporal (aberto) entre passado e presente”, que ocorre a conexão entre as formas de vida humana de ontem e de hoje. Assim, o pensamento histórico “olha, na realidade, para a cadeia temporal que conecta o presente ao passado, sem necessariamente cobrir toda sua extensão”. Esse pensamento trabalha com recortes de “determinados excertos, especialmente importantes no horizonte atual de problemas percebidos e considerados relevantes para a satisfação de carências de orientação”, fazendo com que a cadeia temporal seja sequenciada sem que se rompa (RÜSEN, 2015, p. 136-137).

No âmbito, “trata-se da humanidade estendida ao longo da história universal [...] história é história da humanidade”. Na constatação, conjugam-se filosofia formal da história e filosofia material da história. O tempo formal contém as constituições de sentido passadas, “a constituição humana, em suas diversas configurações temporais e espaciais, se dota de um indexador temporal, com o qual ela se relaciona com o presente, como se os homens do passado apenas antecipassem a interpretação deles, feita pelo presente posterior”. O tempo formal não é desprovido de conteúdo – fundamentado antropologicamente na vida humana, de validade em todos os tempos – “ele se caracteriza por uma orientação estrutural, de tipo intencional, destinada a tornar possível viver em meio ao campo de tensões e contradições básicas”, configuração explicitada pela filosofia material da história. Nesse meio, a constituição de sentido histórico presente se conecta aos “elementos temporais prévios, que os esforços de humanização da cultura humana produziram, desperdiçaram ou negligenciaram” (RÜSEN, 2015, p. 138).

Assim, o critério fundamental a ser observado nas teses, em relação às funções material e formal do conhecimento histórico, é o esforço, explicitado no texto, de preocupação de discutir a relação entre sujeito e objeto. Para tanto, vigoram os seguintes parâmetros:

- a) **Forte (6)**: nas teses em que, na esfera conceitual, discutem-se as conexões subjetivismo-objetivismo e, no decorrer do texto, permaneça tal atitude;
- b) **Médio (3)**: casos em que ocorre a problematização em torno da questão, no entanto, sem a pretensão de pensar suas dicotomias e complementaridades e/ou, ainda, no decorrer do texto, não se mantenha como critério orientador da pesquisa;

- c) **Fraco (0)**: trabalhos nos quais inexitem quaisquer externalizações a respeito da vinculação formal-material e sinonímias.

O bacharel em jornalismo gráfico e audiovisual, Mauro César Silveira, sequenciando parcialmente o tema de mestrado (Solano Lopez na mira da imprensa ilustrada da corte: a caricatura como arma na guerra contra o Paraguai), examina as relações entre Portugal e Brasil, de 1860 a 1870. Ocupa espaço particular, no estudo, o papel da imprensa enquanto instrumento de manejo dessas vinculações e como o jornalismo, em especial, serviria aos interesses diplomáticos, respeitadas as condições contextuais do significado que ambos possuíam, no final do século XIX.

Em termos conceituais, os aportes são diversos, principalmente no capítulo 1 (Diplomacia e Imprensa), dedicado particularmente à constituição dos aportes teóricos. Inicia por manifestar os “crescentes obstáculos de ordem metodológica”, trazidos pelos “novos caminhos percorridos pela história”. Reconhece que, diante de uma gama de objetos de estudo “variada e que a conduz a diferentes e inesperadas direções, a pesquisa do passado adquire, necessariamente, uma feição multidisciplinar”. Entretanto, se, por um lado, “descortinam-se horizontes originais e revelam-se perspectivas estimulantes, inovadoras”, por outro, “o fascínio é acompanhado pela angustiante constatação de que avultam barreiras no já penoso percurso da busca pelo real vivido”, reacendendo a questão da “limitação do trabalho do historiador”. Por isso, com maior razão, “o alcance da investigação do passado precisa ser relativizado. Buscamos a aproximação com as verdades possíveis, através das fontes interpretativas da época examinada. Nada mais”. Paralelamente à redução do grau de pretensão da tarefa, urge a “responsabilidade de uma apuração rigorosa e científica, exigindo, em se tratando de “objetos movediços como a imprensa”, esforços no sentido de sistematização, “sem prejuízo do propósito de tentar identificar os atores sociais, políticos e econômicos que os impulsionam”, em especial “quando convivem, lado a lado, com fontes mais estáticas [...] como os documentos oficiais das nações [...]” (SILVEIRA, 2001, p. 7).

No núcleo desse “relativismo da investigação histórica”, destaca-se a “característica que se constitui na sua maior limitação: a subjetividade⁸⁵, marca onipresente da atividade que visa recompor o passado”, presente nas distintas fontes e de influência em graus variados e contínuos no “indivíduo que desenvolve a pesquisa” (SILVEIRA, 2001, p. 8). O autor explica ser a opção metodológica guiada aos “novos caminhos da história” sem, contudo, desprezar “um episódio do porte da guerra do Brasil e seus aliados contra o Paraguai”. Acrescenta, ainda, ser essa uma

⁸⁵ A marca de subjetividade é referência direta ao capítulo 3 do livro “Como se escreve a História”, que tem o “provocativo título” Tudo é Histórico, logo a história não existe, de Paul Veyne.

decisão de caráter pessoal, visando a “articular o tempo vivido com a época que hoje testemunhamos”. São posicionamentos ancorados nomeadamente em François Dosse, para quem, em “fazer renascer o acontecimento significativo”, está o fundamento à “construção de uma Nova História”. Além disso, na concepção desse autor: “O trabalho histórico passa também pela superação do recorte presente-passado, pela relação orgânica entre os dois, a fim de que o conhecimento do passado sirva a melhor inteligibilidade de nossa sociedade” (DOSSE, 1992, p. 258-259 apud SILVEIRA, 2001, p. 9).

Na sequência de uma preleção centrada no conceito de diplomacia, a tese traz a discussão sobre “os documentos oficiais na reconstituição do passado”. Há indicativos de preocupação com as formas de uso, especialmente em relação às “fontes primárias [...] redutos de visita obrigatória”, mas que “não devem ser vistas como repositórios da verdade”. Invoca-se, primeiramente, Jacques Le Goff (1984), em defesa dessa ideia. Ele defende que “o dever primordial do historiador é a crítica ao caráter de monumento dos documentos, examinando-os como resultado das relações entre as forças que exerciam o poder, em determinada sociedade, na época em que foram produzidos”. E, na mesma linha, André Toral (1997), no entendimento de “que todo documento é uma interpretação daquilo que ocorreu e, portanto, tem limitações que devem ser consideradas [...]” (SILVEIRA, 2001, p. 17).

Em nova referência a André Toral, reafirma-se o “subjetivismo do investigador”, traduzido “numa postura ativa no trato com os documentos [...] como critério para a seleção, ‘arrumação’, e posterior interpretação dos documentos”. Essa presença, contudo, não deve afastar o historiador do ‘objetivo ideal’, o “de produzir a reconstrução do passado, buscando maior proximidade com a realidade, mediante uma extensa e variada coleta, articulada teórico-metodologicamente”. Articulado em outros termos, dessa vez no alerta de Edward Palmer Thompson: “o discurso histórico disciplinado da prova consiste num diálogo entre conceito e evidência, um diálogo conduzido por hipóteses sucessivas, de um lado, e a pesquisa empírica, do outro” (THOMPSON, 1981, p. 49 apud SILVEIRA, 2001, p. 19).

Mauro Silveira acredita que a presença desses documentos “no arquivo público obtêm grande relevo, desde que o seu teor possa ser confrontado com outros depoimentos, permitindo a verificação das informações que transmitem e a posterior análise dos fatos arrolados, através do exame mais abrangente possível”, destacando-se, na tese em questão, o cotejo com a imprensa. Restam, nesse rol, duas apreciações advindas da tese: a “consciência de que a posição do historiador, por mais científica e elevada que seja, será sempre, em última análise, um ponto

de vista [...] ⁸⁶ deve produzir uma inquietação positiva – instigante e movedora – na busca das verdades alcançáveis” (SILVEIRA, 2001, p. 20); e a necessidade de posição ativa (crítica) no exame do ‘documento-jornal’, bem como de outros documentos, a fim de não tomá-lo com o desprezo de “fonte suspeita ou o enaltecimento cego por encará-lo como a verdade acabada, ‘o relato fidedigno do fato’” (CAPELATO, 1988, p. 21).

5.3 DAS CARACTERÍSTICAS DA INTERPRETAÇÃO HISTÓRICA

O passado “chega” até o presente por meio de fontes (materiais) e também de significados previamente dados. Do presente, o historiador perspectiva o passado, imbuído das carências a ele contemporâneas. E essas, por sua vez, marcadas pelo superávit de sentido produzido anteriormente e através de sucessivas interpretações. A partir desse processo de transposição intra e extratemporal, se assim se poderia denominar, Rüsen elabora uma lista de características próprias às interpretações históricas. O perfil cognitivo intrínseco à “interpretação produzida pelo pensamento histórico” permite se reconhecer nas propriedades formais da narrativa histórica, isto é, que toda interpretação histórica seja:

- a) **retrospectiva**: há um processo de presentificação do passado (o passado é tornado presente) através da narrativa histórica, e esta, conferindo, ao presente, profundidade temporal. Ao invés do desaparecimento, o ‘ser passado’ vige “na vivacidade de sua apresentação enquanto passado”;
- b) **perspectivada**: as interpretações históricas “dão uma moldura temporal” ao passado. O “fio do tempo” acompanha a ordem cronológica dos processos, extraindo “da massa dos acontecimentos uma sequência que possa ser sistematizada na unidade de uma história”, procedendo em sentido duplo: do passado para o presente e do presente para o passado. No primeiro, somente “é efetivamente presentificado pela narrativa o que de fato conduz ao presente, na medida em que pertença aos acontecimentos que formam as circunstâncias atuais da vida”; no segundo, somente “é efetivamente presentificado pela narrativa o que conduza à autocompreensão do presente. Em outras palavras: só se aborda o que interessa, o que é tido por importante”. Nesse aspecto, “uma perspectiva genuinamente histórica é uma síntese de ambos direcionamentos”;

⁸⁶ Referência à Schaff (1974, p. 272).

- c) **seletiva**: a partir da constatação de que “toda narrativa é sempre também um calar-se”, Rüsen pensa os critérios de importância como determinantes daquilo que será narrado. A “pressão da experiência” e o “interesse do presente em um futuro vivível” indicam quão o “pensamento histórico encontra-se aqui, com as aspirações, as esperanças e os medos que acompanham sempre a expectativa de futuro na interpretação do passado”;
- d) **sequencial**: o fluxo temporal narrado em uma história está inserido em um arco temporal abrangente e precisa ser entendido a partir dessa condição endógena. Há, no antes e no depois, uma multiplicidade de outras histórias, às quais o narrado necessita ser relacionado. “O tempo da história é sempre maior do que pode ser narrado. Antes de cada início, já há sempre outra história. E cada final pode ser pensado como o início de uma nova história”;
- e) **particular**: a recuperação da experiência passada ocorre somente no “sistema de relações de seu significado histórico”. Existem considerações em torno do agir e do sofrer humanos, que ultrapassam as simples circunstâncias (condições) da vida. Os homens tendem a se relacionarem com seu mundo de maneiras diversas, de onde constatar a inexistência da e “única história a ser contada quando se quer saber em que mundo se vive”;
- f) **comunicativa**: a narrativa, para além de ser um ato comunicativo (entre narrador e destinatários), também “é constituída comunicativamente e se relaciona (direta ou indiretamente) com outras histórias. Ela leva adiante, modifica, rejeita, substitui, etc., histórias culturalmente prévias”;
- g) **argumentativa**: a historiografia grifa seu caráter comunicativo através do princípio de formatação argumentativo. Quando se trata de ciência (histórica), não se resume à expressão dos resultados de pesquisa. “Ela remete a eles, refere-se expressamente a eles, toma parte ativa nos debates nos quais a pesquisa se efetiva”, na proporção da forma escolhida de apresentação (RÜSEN, 2015, p. 139-141, grifos do autor).

Na mesma linha de outras etapas de sua teoria da história, Rüsen (2015), preocupado com os elementos didáticos da própria narrativa, sintetiza, conforme demonstrado no Quadro 17.

Quadro 17 – Esquema das características das interpretações históricas

| | |
|---------------|--|
| Retrospectiva | O passado é presentificado enquanto passado. |
| Perspectivada | O passado ganha uma moldura temporal mediante o fio condutor da narrativa. |
| Seletiva | Narra-se segundo critérios de importância ou significado; todos os demais acontecimentos são deixados de lado. |
| Sequencial | O tempo narrado aparece sempre como parte de um processo temporal abrangente. |
| Particular | A história narrada é apenas uma dentre muitas outras (possíveis) e, por isso, não é exaustiva nem definitiva. |
| Comunicativa | Toda história refere-se (implícita ou explicitamente) a outras histórias. |
| Argumentativa | Histórias especificamente científicas referem-se a pesquisas como fundamento de sua pretensão de validade. |

Fonte: Rüsen (2015, p. 141).

No que diz respeito às teses, o escopo é pelo reconhecimento dessas características na narrativa. A fim de proporcionar maior precisão à análise, adota-se como critérios a presença, a ausência ou a duplicidade de tais qualidades no corpo do texto. Assim,

- a) **Forte (6)**: significa a assiduidade de todos esses elementos na tese;
- b) **Médio (3)**: indica a frequência dos atributos, embora em alternância entre si, por vezes mesmo em contradição;
- c) **Fraco (0)**: aponta a privação dessas marcas.

O historiador Paulo Rogério Melo de Oliveira investiga, em um primeiro momento, “a morte do padre Roque González no contexto do encontro entre os guaranis e jesuítas, situando-a no interior dos conflitos de poder entre os missionários e os líderes espirituais indígenas”. Na segunda etapa, examina “a trajetória póstuma do padre Roque, seguindo as narrativas epistolares e historiográficas, os processos de beatificação e santificação e a exploração do turismo religioso em Caaró”, local de martírio do referido padre. “Ñezú, o pajé/cacique, é o contraponto, é a tensão que percorre a narrativa” (OLIVEIRA, 2010, p. 29). A hipótese é a de que a morte do padre representou o ato radical de uma tensão entre universos radicalmente diferentes” (OLIVEIRA, 2010, p. 2). A condição essencial para o encaixe dessa tese sob a denominação América Latina ora adotada, encontra-se no fato de que “A quase totalidade dos escritos sobre o missionário é originária do Rio Grande do Sul, do Paraguai e da Argentina, lugares onde desempenhou seu apostolado” (OLIVEIRA, 2010, p. 427).

Em certa medida, o trabalho é de continuidade em termos de assunto, senão temático. O tema da dissertação: “O naturalista e os selvagens: a visão de Saint-Hilaire sobre os índios Guarani no Rio Grande do Sul” retrata parcialmente esse encadeamento. Mas, para além disso, o próprio autor o registra genericamente:

Escrever este texto foi como que desenhar um memorial da minha trajetória intelectual, desde as primeiras descobertas com a história denúncia de Galeano e a

antropologia política de Pierre Clastres, obras e autores que me despertaram para o estudo da história e da América, até as novas descobertas, que me levaram para outros caminhos e novas reflexões (OLIVEIRA, 2010, p. 9).

O texto como um todo foge a qualquer regra de enquadramento no corpo de escolas ou correntes de pensamento. Há, em grande medida, a convergência de ideias específicas, advindas de autores diversos, para a composição narrativa. Nos termos do autor, “o prazer quase herético de ver Nietzsche e Marx citados incidentalmente numa mesma página! Afinal, minhas afinidades eletivas” (OLIVEIRA, 2010, p. 9). A leitura do texto e a consequente síntese, nos moldes aqui realizados, carregam em si a insegurança de reducionismos, tamanha a complexidade proposta na tese. Essa sensação se deve às reiteradas subjetividades tornadas públicas, tanto em relação ao objeto de pesquisa quanto no que tange às próprias carências de orientação do historiador.

Escrever esta tese me fez redescobrir o valor e a utilidade da história. Não sou um historiador em paz com o meu ofício. Desconfio das pretensões dos historiadores e me questiono sobre a relevância da história acadêmica para o mundo em que vivemos. Não conseguiria escrever se não estivesse seguro do meu valor. Este texto é uma procura por tudo isso, é um pensar e repensar a história e uma procura pelo sentido da minha profissão. As palavras do mestre Marc Bloch e as críticas demolidoras de Nietzsche ao conhecimento histórico ecoam por estas páginas (OLIVEIRA, 2010, p. 9-10).

Nos termos de Oliveira, reconhecendo explorar Reinhart Koselleck “infelizmente”, no movimento do historiador ‘em dois planos’ (KOSELLECK, 2006, p. 305 apud OLIVEIRA, 2010, p. 3), a primeira ação de mobilidade “é uma aproximação do passado, por meio da linguagem das fontes, que nos abre o acesso heurístico àquela realidade” e, a segunda, “uma aproximação conceitual por meio das categorias científicas do presente, que o historiador transporta para o passado”. O aproveitamento das ideias de Koselleck se dão “sobre a transformação dos vestígios do passado em fontes para a história e como por meio deles nos dirigimos ao passado”. No caso da investigação proposta, o recuo “intratemporal” ocorre através “dos registros escritos dos jesuítas, os vestígios do passado transformados em fontes [...] perseguindo as pistas daqueles sujeitos, em busca dos significados daqueles acontecimentos” (OLIVEIRA, 2010, p. 3-4).

Insistindo na noção de “ponto de partida no presente”, “o turismo histórico e religioso organizado na região noroeste do Rio Grande do Sul, em torno do passado jesuítico e da figura do santo Roque González”, propõe-se a “um retorno ao passado, cujo ponto de referência é o dia 15 de novembro de 1628, e a uma volta ao presente, seguindo as trajetórias póstumas de Roque González e Ñezú”, o que, na opinião do autor, “implica, ainda que modestamente, pensar o tempo. Mais precisamente, pensar as formas como passado, presente e futuro se articulam na

minha narrativa histórica”, tarefa realizada a partir das discussões de François Hartog, autor que, interpretado em Oliveira, “toma o ano de 1989 como ponto de partida de uma significativa ruptura com as concepções de tempo vigentes até então. Desde então, o Ocidente vive um novo ‘regime de historicidade’ centrado no presente (HARTOG, 2006 apud OLIVEIRA, 2010, p. 4). Ainda segundo Oliveira, pautado em François Hartog, a diminuição das ênfases, tanto no passado quanto no futuro, relega ao presente um espaço ímpar, com “sua identidade própria”. Houve “um alargamento do presente”, evidenciado pela afirmação, atualmente, da “história do tempo presente”. Tempo esse calcado também em muitas interrogantes. A condição de “presente” não é nem a de “passado recente” nem a de “futuro próximo”. É um tempo distinto, singular, com seus próprios movimentos, ritmos e demandas, que exige uma reflexão própria e noções metodológicas específicas” (OLIVEIRA, 2010, p. 5).

A tese alonga-se nas precauções teóricas e metodológicas. Explica o uso de metáforas ou expressões como “volta ao passado”, enquanto:

um exercício de imaginação poética para compensar o drama epistemológico do historiador: a distância insuperável que nos separa do nosso objeto de investigação. O passado passou, não tem volta. Escrever sobre o passado, sobre pessoas que viveram no passado, é um gesto unidimensional em direção ao que já não existe mais. Mas não é um movimento em direção ao vazio, ao nada. O passado não está morto. Ele está e não está lá. Mesmo não existindo mais, pode ser sentido, lembrado, visto e, em alguns casos, tocado. Os vestígios do passado, de um mundo que não existe mais, invadem o presente e se projetam num tempo que lhes é estranho. Este passado residual tem uma existência paradoxal no presente (OLIVEIRA, 2010, p. 5).

Nessa perspectiva, “presente e passado, então, encontram-se pela mão do historiador. Do lado de cá, fazemos nossas escolhas, mas o acesso que temos ao passado só nos é possível por meio daquilo que o lado de lá nos permitiu ler”. Sustenta-se a ideia de que o passado não é somente uma invenção do presente ou, se em partes o é, “esta invenção é limitada por aquilo que determinadas relações de força e poder de outras épocas autorizaram que chegasse até o presente”. A partir da noção de que “o presente inventa o passado até onde o passado o autoriza”, a tese de Oliveira sustenta estar o objeto bastante condicionado pela “natureza e a presença, ainda muito forte, hoje, da personagem central deste estudo – o missionário e santo Roque González”, característica que “exigiu frequentes deslocamentos no tempo”, uma vez que o interesse do autor está no “modo como o passado jesuítico e guaraníco é apropriado pelos agentes do turismo, e como aquela experiência é utilizada para a construção de uma identidade regional” (OLIVEIRA, 2010, p. 9).

A pergunta que surge é a seguinte: diante desse “cenário museográfico, em que a história é encenada como espetáculo em um parque temático para divertir turistas [referência às ruínas

de São Miguel das Missões], o que nós, historiadores, temos a dizer e a oferecer?”. A resposta, em certa medida insurgente, a partir de uma leitura de Henri-Pierre Jeudy, insinua serem “os usos e abusos que o turismo histórico faz do passado e os excessos da preservação patrimonial”, mecanismos suficientes à “entrada dos historiadores no debate contemporâneo” (JEUDY, 2007 apud OLIVEIRA, 2010, p. 22).

5.4 DAS TEORIAS / DOS CONCEITOS

A divisão entre teorias (conceitos) e categorias ou variáveis não advém especificamente de Rüsen, e sim do interesse em assinalar, no âmbito das teses, essas manifestações no interior de suas particularidades. Uma vez compreendidas como níveis de assimilação de determinados conteúdos empíricos e capazes de formalizá-los em apanhados gerais (procedimentais), de intuito significativo, torna-se interessante identificar algumas idiosincrasias próprias a cada uma das nomenclaturas para, na sequência, verificar as condições em que se apresentam nos textos acadêmicos examinados.

A fim de aproximar as reflexões mais genéricas em torno “do que seja história” e dos trabalhos concretos “com fenômenos históricos”, impera a instituição de “[...] *dimensões* ou níveis da apreensão cognitiva do campo experiencial da história” (RÜSEN, 2015, p. 150, grifo do autor), a constar, categorias, teorias e conceitos. Através do exemplo da periodização, Rüsen explica a aptidão do pensamento histórico à teoria⁸⁷. Diante da necessidade de ordenar as experiências humanas no tempo, criam-se molduras temporais que, ainda em nível bastante genérico, tornam históricos os acontecimentos do passado. Esse enquadramento contextual permite articular presente e passado em suas diferenças, intermediando-as “de modo que o acontecimento do passado ganhe significado específico para o entendimento do presente” (RÜSEN, 2015, p. 152).

A relevância das periodizações está em conferir “às circunstâncias atuais da vida uma dimensão histórica profunda e, com isso, uma perspectiva de longo alcance ao futuro” (RÜSEN, 2015, p. 152), resultando na não apreensão da periodização exclusivamente dos acontecimentos passados, mas, sim, da articulação com o presente. Particularmente, em periodizações de longos espaços temporais do passado, com o propósito de que sejam melhor diferenciados e concretizados, “necessita-se de meios cognitivos apropriados: as *teorias*. São elas que,

⁸⁷ À pergunta, “o que são teorias históricas?”, Rüsen responde utilizando-se da solução apontada por Jürgen Kocka: “são sistemas explícitos e consistentes de conceitos e categorias, que servem para apreender e explicar determinados fenômenos e fontes históricas, sem poder ser, contudo, suficientemente derivados das fontes” (KOCKA, 1975, p. 9 apud RÜSEN, 2015, p. 154).

mediante aproximações especificadoras, colocam em evidência estruturas e evoluções, e as tornam cognoscíveis” (RÜSEN, 2015, p. 154, grifo do autor).

À vista disso, aos conceitos – “designações linguísticas de estados de coisas (fatos), mediante as quais estes são distinguidos de outros estados de coisas” – incumbe (quando históricos):

[...] dotar os referidos fatos do passado (eventos e complexos de eventos) com uma qualificação temporal que vá além de sua mera condição de acontecimentos. Isso significa, pois, que os conceitos têm de ser enquadrados em teorias históricas para poder exprimir a temporalidade especificamente histórica dos fatos por eles referidos (RÜSEN, 2015, p. 157).

Assim, os conceitos históricos precisam conectar os fatos do passado (empírico) ao presente, sem perder de vista o percurso dos primeiros (a relação significativa do passado com o presente). Respeitadas as contribuições (significações) do passado para o presente, o reconhecimento dos eventos no movimento temporal (anterior e posterior), resta recordar que, na essência, os conceitos históricos são “constructos narrativos, elaborados e empregados em função da racionalidade metódica do conhecimento histórico” (RÜSEN, 2015, p. 159), portanto, de função cognitiva. E não somente. Na transposição ocorrida à historiografia, na expressão linguística, os conceitos interagem também nas dimensões estéticas e retóricas.

A partir da constatação de que as construções conceituais do conhecimento histórico são dependentes de elementos de sentido previamente dados (a partir do que já está construído), Rüsen acrescenta que o processo do conhecimento estará completo somente com a atuação dos conceitos na apresentação escrita, ou seja, na historiografia, fazendo “valer os elementos narrativos não cognitivos (estéticos, imaginativos e retóricos), atuantes nos elementos prévios de sentido”. Os ganhos imediatos direcionam-se à linguagem do conhecimento histórico, na “precisão semântica” e na “força explicativa”. O pensamento histórico ganha um “caráter racional”, resultante da formação dos conceitos e teorias (RÜSEN, 2015, p. 160).

Nas teses, a prioridade está em verificar, em primeiro lugar, o uso aberto de teorias e respectivos conceitos e, em segundo, aperceber-se de como são explorados, isto é, se prevalecem as tendências gerais preocupadas com o todo do projeto investigativo (teorias de fundamentação geral-teórica) ou de especificidade na instrução dos materiais temáticos. A fim que isso se realize, são adotados três níveis de aferição:

- a) **Forte (6):** presença continuada no decorrer do texto, de fundamentações teóricas e de matéria;

- b) **Médio (3)**: frequência intercalada entre tipos de fundamentação ou apartadas na narrativa (restritas à introdução e/ou capítulo específico) e não retomadas no decorrer do trabalho; e
- c) **Fraco (0)**: inexistência evidente de apoios de cunho teórico, seja na teoria da história, seja em disciplinas auxiliares.

A tese de Luis Alexandre Cerveira é ilustrativa nesse sentido, por conseguir intercalar uma variedade teórica e conceitual aos conteúdos empíricos da investigação. O trabalho percorre os movimentos “*comuneros*” por um longo período: o cenário inclui “os levantes ocorridos durante o governo do Adelantado Cabeza de Vaca, no século XVI; os conflitos ocorridos no período em que o bispo Cárdenas foi prelado e/ou governador de Assunção, no século XVII”; e, finalmente, “a chamada Revolução *Comunera* do Paraguai, da primeira metade do século XVIII” (CERVEIRA, 2014, p. 17). No que se refere às propriedades exemplificativas aqui propostas, o interesse maior encontra-se na permanência das discussões em torno do próprio conceito de comuneras, pretensão a qual parece alcançada no estudo de Cerveira. As questões propostas no trabalho, repetidas nos objetivos e desenvolvidas no decorrer da investigação, demonstram o caminho percorrido em torno dessa concepção.

As principais questões que esta Tese se propõe a responder são: quais as especificidades de cada um dos mais relevantes movimentos tidos como comuneros ocorridos em Assunção do século XVII ao XVIII? De que forma se deram as ressignificações e as apropriações a partir do movimento original de Castela e as diferentes reconfigurações deste conceito em solo americano? Como a historiografia e as diversas formas de produção da memória coletiva se apropriaram e reelaboraram os diferentes movimentos ‘comuneros’, de modo a torná-lo uma espécie de ‘mito fundante’ da resistência da América hispânica contra a opressão? E, finalmente, partindo do pressuposto de que o termo ‘*comunero*’ não possui uma essência atemporal e que se presta a tão diferentes usos e demandas, perguntamo-nos sobre quais ações possibilitaram que ele – e seus significados – sobrevivesse por mais de quinhentos anos e que, em alguma medida, mantenha-se vivo até os dias de hoje (CERVEIRA, 2014, p. 17).

A marca principal do trabalho não é a de reescrever a história das denominadas “revoluções comuneras” do Paraguai, mas sim, em última instância, “perceber os usos, reelaborações e ressignificações de que foi alvo o conceito ‘comunero’ [...]” (CERVEIRA, 2014, p. 155). Dito de outra forma, o propósito é o de:

entender os usos que delas foram feitos e quais os condicionantes históricos que permitiram que, em pleno século XXI, o termo ‘comunero’ signifique para grande parte dos paraguaios – e para muitos latino-americanos – um ideal de liberdade, luta

por justiça e, mesmo, como um antecedente direto da democracia moderna (Juan Carlos Rubinstein)⁸⁸ (CERVEIRA, 2014, p. 29).

Na particularidade das teorias e dos conceitos, o diferencial parece estar na forma como intercala aspectos teóricos e conteúdos de caráter mais empírico: primeiro, isso ocorre em toda a tese e, segundo, porque vai recordando cada parte da teoria a ser utilizada nos momentos específicos da narrativa. Normalmente, uma ideia é começada por Cerveira, e concluída, utilizando-se de uma passagem de teóricos de fundamentação, nos moldes do que ocorre no trecho:

De nossa parte, caberá o cuidado de não nos deixarmos seduzir pelos artifícios retóricos empregados por Cabeza de Vaca na construção deste comunero americano. Logo, ‘tratar-se-á de descobrir uma retórica da alteridade em ação no texto, de capturar algumas de suas figuras e de desmontar alguns de seus procedimentos – em resumo, de reunir as regras através das quais se opera a fabricação do outro’ (HARTOG, 1999, p. 227 apud CERVEIRA, 2014, p. 78).

Assim, a direção oferecida pelo pensamento skinneriano (SKINNER, 2006) reforça “que as ideias e ideologias utilizadas são muito mais uma reação a situações específicas e imediatas do que formulações gerais com pretensões universais”, de onde a constatação de que a “compreensão dos usos, reelaborações e ressignificações que eventualmente tenham ocorrido nas revoluções comuneras do Paraguai [...]”, demandam “a reconstrução, ainda que de forma mínima e incompleta, do contexto em que elas ocorreram” Isso porque, ao “tentarmos situar desse modo um texto em seu contexto adequado, não nos limitamos a fornecer um ‘quadro’ histórico para nossa interpretação: ingressamos já no próprio ato de interpretar” (SKINNER, 2006, p. 13 apud CERVEIRA, 2014, p. 96).

5.5 DAS CATEGORIAS OU VARIÁVEIS

As categorias ou variáveis, amparadas nos mesmos pressupostos das teorias e dos conceitos, ocupam, em Rüsen (2015), um espaço de maior especificidade. Enquanto esses últimos “designam constelações maiores de eventos”, a exemplo das “determinações de épocas – no campo da experiência da economia – capitalismo europeu moderno, ciclos agrários medievais, etc.”, às primeiras remanescem as funções de designar “fundamentos antropológicos, ‘cultura’ em movimento temporal, campos da experiência histórica”, ilustráveis nos “‘geradores antropológicos de tempo’; ‘história cultural’ como um todo; economia

⁸⁸ Referência ao texto de Rubinstein (2005).

tensionada entre ricos e pobres (analogamente, outros âmbitos da experiência em outros campos de tensão)” (RÜSEN, 2015, p. 161).

A exemplo do que ocorre entre as tipologias e com os nomes, há uma espécie de hierarquia iniciada pelas teorias – sob as quais os conceitos são pensados – dirigindo-se para as variáveis, novamente podendo ser composta por categorias e subcategorias, até os limites de confluência de todos esses elementos. Há, contudo, duas características referenciais a todos esses mecanismos classificatórios: não poderem ser pensados isoladamente e somente se completarem na esfera narrativa. Sobre a primeira, Rösen acrescenta, ainda, a consideração da fluidez de limites entre as distinções. Recorda o fato de um esquema não explicitar “a qualificação significativa do que é designado conceitualmente”, bem como o fator da normatividade, “sempre atuante na conceituação histórica”. Retomando as ideias em torno da conceituação histórica, distingue dois níveis do emprego do termo “conceito”: “categorias como conceitos básicos e conceitos como designações de fatos históricos determinados”. As teorias, no âmbito do “construto conceitual do conhecimento histórico”, enquanto “constelações de conceitos”, compõem “uma conceituação própria, supraordenada, muito mais abstrata” (RÜSEN, 2015, p. 160-161).

No que se refere à segunda propriedade dessas estruturas cognitivas, acrescenta o autor que permanece em aberto, contudo, o questionamento sobre qual o significado do “explicar historicamente”. A fim de abordar a questão, Rösen (2015) elege três tipos de explicação (por reconhecer a presença de todos no trabalho cognitivo dos historiadores): *nomológica*, *intencional* e *narrativa*, conforme segue:

- a) **explicação nomológica** (a regularidade por leis): o pensamento histórico se utiliza de tais regularidades (ciclos agrários e oscilações conjunturais na história econômica), inclusive na constituição de teorias. Rösen observa, no entanto, que não se pode perder de vista as especificidades temporais das ocorrências;
- b) **explicação intencional** (intenções – estrutura motivacional do agir humano): as intenções, marcadas pelo sentido, determinam o agir humano: “compreensão”. Rösen questiona a capacidade explicativa desse modelo, em relação a eventos e processos expressivos do passado, uma vez que, em muitos casos, não é possível identificar o sujeito da ação e, conseqüentemente, as respectivas intenções (processo de industrialização);
- c) **explicação narrativa** (explicar as mudanças temporais pela narração do processo de transformação): de particular importância para a história, “permite entender o que é formular uma questão decididamente histórica e o que é responder a ela de modo

decididamente histórico”. Mesmo as explicações nomológicas e intencionais sendo admitidas no estudo do passado, “só são admissíveis e exigíveis quando aplicáveis narrativamente, sem, contudo, determinar a lógica de sua aplicação” (RÜSEN, 2015, p. 165).

A racionalidade da explicação histórica (argumentação científica) é mantida através da narrativa, ainda que em uma configuração específica. Nesse momento da constituição histórica de sentido, categorias, teorias, tipologias, nomes e conceitos ganham formato discursivo, sem perder de vista os procedimentos metódicos nos quais os elementos teóricos, além da aquisição de sentido, “podem desenvolver sua força explicativa” (RÜSEN, 2015, p. 166). No intuito didático, Rüsen sintetiza, conforme apresenta o Quadro 18.

Quadro 18 – Esquema dos três tipos de explicação (racional)

| Tipo de explicação | Explicação por meio de |
|--------------------|-------------------------------|
| Nomológica | Regularidade por leis |
| Intencional | Intenções |
| Narrativa | Processos temporais narráveis |

Fonte: Rüsen (2015, p. 166).

Uma vez mais, considerar todas essas asserções na prática de pesquisa e historiográfica, as quais têm como produto as teses, implica instrumentalizar a avaliação que, para o caso, almeja reconhecer as variáveis e categorias adotadas nesses trabalhos, além do fito de entendê-las a partir de suas origens e inter-relacionadas. O aferimento ocorre por meio do estabelecimento de três níveis de intensidade:

- a) **Forte (6)**: para teses que apresentem detalhadamente as variáveis e categorias, expondo origem e motivos da adoção;
- b) **Médio (3)**: trabalhos que adotem variáveis e categorias explícitas, desacompanhadas de explicações justificadoras;
- c) **Fraco (0)**: textos sem menção às próprias formas e meios de constituição das respectivas variáveis e categorias.

O historiador Helder Volmar Gordim da Silveira, a partir dos discursos de Joaquim Nabuco e Oliveira Lima, “fixados em meios de comunicação de massa”, desenvolve a pesquisa visando reconhecer “um paradigma ideológico” do processo que, “após o advento da República”, reorienta a inserção do Brasil “na sociedade internacional, no sentido de uma aproximação dos Estados Unidos, de uma redefinição das relações com as repúblicas hispânicas

e de um relativo afastamento da Europa” (SILVEIRA, 2000, p. 7). O objetivo do trabalho resume-se, dessa maneira, em:

analisar as formas de interpretação e representação produzidas por dois representativos intelectuais brasileiros acerca do processo a que chamamos de americanização das relações internacionais do país, particularmente em uma primeira etapa, veiculadas através de meios impressos de comunicação de massa-livros, revistas, jornais (SILVEIRA, 2000, p. 8-9).

No que interessa diretamente à presente explanação, as variáveis apresentadas para o exame são três:

- a) “a representação simbólica dos Estados Unidos nos planos da organização institucional e dos padrões civilizatório e sociocultural”;
- b) “a representação da Doutrina Monroe e do Pan-Americanismo em face de uma dada representação do interesse nacional brasileiro”; e,
- c) “a representação do sistema interamericano em construção, associada a variadas representações da ideia de ‘América’, bem como da política efetiva dos Estados Unidos no continente” (SILVEIRA, 2000, p. 11).

Já no caso do uso de uma categoria em particular, “a análise da produção intelectual de Joaquim Nabuco e Oliveira Lima, como ideologia da americanização”, tomou como referência a noção de que “aquela produção constituía uma manifestação do referido paradigma emergente”, ainda que “em suas noções e princípios fundamentais, inserida nas temáticas e conceitos dominantes no campo cultural”. Nos termos do autor: “Operou-se especificamente, em tal análise, com as categorias de modos de operação da ideologia, associados a estratégias típicas de construção discursiva” (SILVEIRA, 2000, p. 299).

5.6 CONSIDERAÇÕES ANALÍTICAS

[...] Um corvo levanta voo e penso no quanto é estranho, nós dois, a história entre nós. Poderíamos conversar sem o passado se intrometer? Não tentamos. Não falamos. Olho para os carvalhos e o musgo pendurado, como uma barba. Moro aqui há quarenta anos, mas o lugar não me é familiar. Um homem faz círculos com um cortador de grama, uma idosa pega seu jornal do dia na porta e observa. Os freios do carro rangem. As azaleias no meu jardim precisam de poda e aparo.

(Mark T. Mustian, Gendarme).

A problemática desenvolvida nessa etapa do exame envolve o que se poderia denominar diretrizes de interpretação. Da relação entre as permanências do passado e as necessidades do presente, surgem, por meio da interpretação, novos significados e/ou sentidos aptos à retomada das condições da vida humana no tempo, ainda que sob certos limites da própria cultura

histórica. As interpretações, outrossim, seguem estruturas conceptivas formadas no presente e direcionadas ao passado, nesse intuito de geração de sentido. Em grande medida, são esses os critérios determinantes da forma narrativa da constituição histórica de sentido. Se, por um lado, auxiliam na interpretação do passado, naquilo que carregam de significado, por outro, ajudam na formação de novos sentidos, através de um regramento à interpretação.

Nesse rol, estão inclusos teorias e conceitos, categorias ou variáveis, tipologias, definições, nomes, entre outros. Formam o conjunto de norteadores da interpretação, ainda que haja, segundo o próprio Rüsen, fluidez entre essas distinções. A consulta empírica permite, ainda, dividir no interior das teses dois agrupamentos de diretivas: no primeiro, estão todas as noções tangentes à matéria em estudo e, no segundo, aquelas de fundo na subdisciplina da teoria da história. À guisa de introdução da análise, não há uma distinção entre esses pontos, vindo a serem desenvolvidos ao final desta etapa do trabalho. De início, a individualização do fator dois – concepções e suas epistemologias – oferece alguns indícios para o exame.

Quadro 19 – Valores numéricos de teses por nível (fatores individualizados)

| TOTAIS DAS TRÊS UNIVERSIDADES POR FATOR (VALORES BRUTOS E PERCENTUAIS) | | | | | | | | | | | |
|--|---------|--------|---------|--------|---------|--------|---------|--------|---------|--------|-------|
| | FATOR 1 | | FATOR 2 | | FATOR 3 | | FATOR 4 | | FATOR 5 | | TOTAL |
| FRACOS | 48 | 18,46% | 33 | 12,69% | 13 | 5,00% | 11 | 4,23% | 12 | 4,61% | 117 |
| MÉDIOS | 83 | 31,92% | 56 | 21,53% | 73 | 28,07% | 93 | 35,76% | 53 | 20,38% | 358 |
| FORTES | 129 | 49,61% | 171 | 65,76% | 174 | 66,92% | 156 | 60,00% | 195 | 75,00% | 825 |

Fonte: elaborado pelo autor (2019).

O Quadro 19 permite algumas constatações, ainda que de caráter provisório, isso por centralizar o olhar no segundo fator da matriz do pensamento histórico, carecendo, assim, das análises dos demais fatores e respectivos vetores. De antemão, contudo, pode-se ir observando, em relação aos demais fatores, que esse é o segundo com os maiores índices de nível fraco (12,69%). No nível médio, inversamente, é dos que possui a menor quantidade de teses, ficando atrás apenas do fator cinco. Finalmente, quanto ao nível forte, esse está equiparado aos demais, apenas distanciando-se do primeiro fator. Verticalmente, fracos e médios são superados pelo nível forte, quase duplicando os dois primeiros somados. O que isso significa, em termos práticos? A suposição básica é a de que, em se tratando do fator concepções e suas epistemologias – comparativamente aos demais, é inabitual a adoção de meios-terminos, ou melhor, tende-se a identificar claramente os rumos da pesquisa ao redor do eixo de diretrizes.

Na perspectiva de que são trabalhos acadêmicos, é possível pressupor a necessária presença dos vetores – das filosofias formal e material, das características da interpretação histórica, das teorias e dos conceitos, e das categorias ou variáveis – como um todo. Uma vez

comparado ao primeiro fator, a presunção é de haver uma maior preocupação com esses componentes, pelo menos em termos de matéria. Apesar disso, a forma de predisposição, os níveis de intensidade e a coerência durante a narrativa estão por verificar. O próprio grau de explicitação ainda pode variar de um aspecto para o outro, bem como entre as teses.

Antecipando a fase dos exemplos práticos, pode-se imaginar, aqui, os casos em que a peculiaridade do conteúdo estudado requeira o apoio na interdisciplinaridade ou obriguem à convergência ao multidisciplinar. Conquanto haja o apelo a mais de uma disciplina, não se impõe teorizar sobre esses conceitos em si, ao menos é o que os materiais empíricos demonstram. A prática é corrente, principalmente entre teses que se utilizam de fragmentos conceituais de várias origens, compondo uma espécie de hibridismo teórico. O risco de homogeneização de qualquer espécie nesse fator, em relação aos demais, é ainda maior. O que pode ser vislumbrado são linhas convergentes entre os vetores, nas teses, em duas etapas: singularizadas, para fins de compor um banco de dados e, posteriormente, agrupadas, no intuito de análise, essa de interesse maior no exame ora realizado.

A fim de que se concretizem os dois estágios, procede-se à particularização dos vetores, para consecutivas comparações entre si, no interior do fator concepções e suas epistemologias. No caso do primeiro vetor, diz respeito àquilo que, no campo da filosofia da história, compõe o formal e o material na investigação e a compreensão de como esses dois eixos estão relacionados no interior da teoria da história. Desde logo é preciso recordar que, em Rüsen, não existe uma dupla polaridade, e sim uma complementaridade entre o subjetivo (formal) e o objetivo (material), uma vez que esse carrega consigo a força do passado (embora não intacto) e o primeiro expõe critérios de observação do passado interpretado preteritamente, fornecendo-lhe uma moldura contenedora de critérios de sentido do presente.

O princípio geral a ser invocado, quando se trata dessas duas direções, definidas por Rüsen como “duplo arco temporal”, reconhece-se no empenho apresentado nos textos das teses, por apresentarem questões que formaram um dos pilares epistemológicos de historiadores e de filósofos, pelo menos desde o século XIX. A questão, se bem que considerada ultrapassada, em alguns casos, parece nunca haver alcançado uma solução definitiva, e é reabilitada frequentemente, por diferentes razões, entre as quais saber em que medida as relações objeto-sujeito-objeto, temporalmente, atendem a certas contemporaneidades. Em modo de pergunta: como se comunicam objeto e sujeito do conhecimento, uma vez que ambos carregam consigo características próprias de suas épocas, perdas e ganhos temporais, necessidades e interesses (nos últimos) e, no caso do primeiro, considerados os ciclos interpretativos prévios nele contidos?

Ainda que haja o esforço de superação subjetivismo-objetivismo no trabalho de campo, na investigação científica acadêmica, conforme apregoa Rösen, de que maneira isso ocorre? Os critérios são apresentados na esfera conceitual e perseguidos no decorrer do texto? Existem discussões, mas sem a pretensão de desmonte dessa dualidade, ou sequer ocorrem problematizações no tangente ao tema? Essas são as principais provocações a serem respondidas na parte da análise ora desenvolvida.

Quadro 20 – Filosofias material e formal (percentuais e montantes)

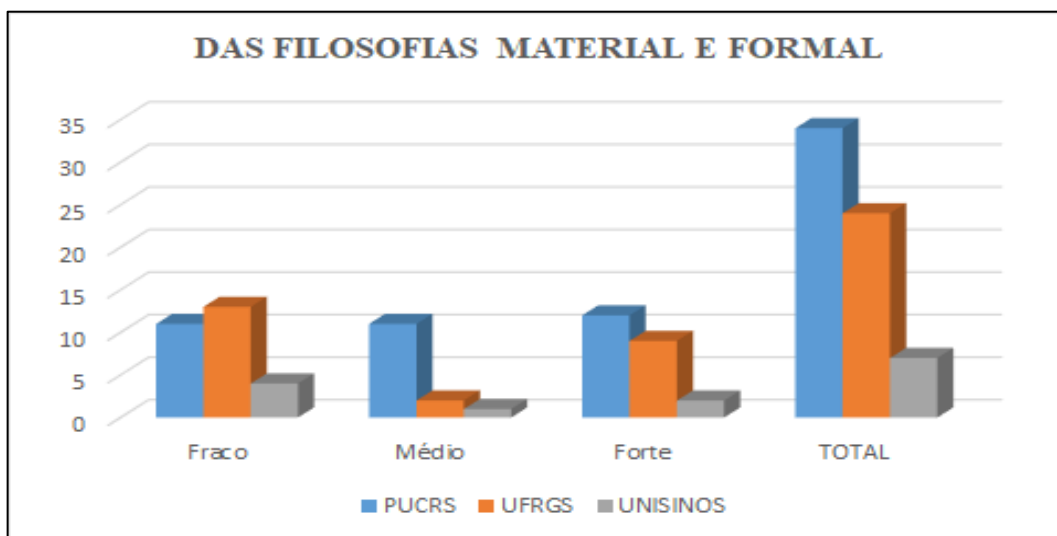
| | Fraco | | Médio | | Forte | | TOTAL |
|-----------------|--------|----|--------|----|--------|----|-------|
| PUCRS | 32,35% | 11 | 32,35% | 11 | 35,29% | 12 | 34 |
| UFRGS | 54,16% | 13 | 8,33% | 2 | 37,50% | 9 | 24 |
| UNISINOS | 57,14% | 4 | 14,28% | 1 | 28,57% | 2 | 7 |

Fonte: elaborado pelo autor (2019).

O núcleo do exame referente ao Quadro 20 converge ao elevado número de teses concentradas no nível fraco (43,07%), contra médio (21,53%) e forte (35,38%), respectivamente. As estimativas quantitativas correspondem ao elevado número de teses, nas quais sequer existem menções sobre o que vem a ser as filosofias material e formal, objetividade e subjetividade ou quaisquer sinônimas. Qualitativamente, o resultado advém da característica de opção conteudista, em detrimento de aspectos teóricos nas teses. Reunindo-se os dois argumentos se tem, de forma direta, os montantes do nível fraco e, indiretamente, os do nível médio, se considerado que esse representa as teses em que o vetor é mencionado, sem a pretensão de rompimento com a noção de dualidade (energias opostas objeto-sujeito).

A ideia, mais uma vez, não é a de ajuizamento entre trabalhos com ou sem a prática de discutir abertamente no texto os pressupostos teóricos que os compõem, mas, sim, refletir se a presença dessas diretrizes de forma explícita amplia as possibilidades de compreensão daquilo que uma tese carrega consigo de interesses, sejam de caráter estrutural, conjuntural ou mesmo eventual. A partir desses indicadores, espera-se encontrar os fundamentos epistemológicos direcionadores do agir, quando da realização de um trabalho da natureza de uma tese. A busca é por detectar componentes teóricos delineadores das pesquisas, tarefa a ser facilitada através da conformação visual, conforme o Gráfico 5.

Gráfico 5 – Níveis das filosofias material e formal



Fonte: elaborado pelo autor (2019).

As torres do nível forte são as que mais se aproximam do formato do total, secundarizadas pelo nível médio. A UFRGS não deixa de chamar a atenção para a alta concentração no nível fraco, que nem somados os dois outros níveis alcançam o primeiro. A PUCRS, por outro lado, apresenta um equilíbrio quase incomum a qualquer outro vetor. Os três níveis ocupam espaços equânimes. A UNISINOS tem mais da metade de seus trabalhos no nível fraco, sem, contudo, apesar da baixa quantidade absoluta de trabalhos em exame, deixar de pontuar nos três níveis. A PUCRS é a única em que a soma dos níveis intermediário e forte superam o primeiro nível. Os significados mais imediatos dessas observações assentem três constatações:

- a) em uma escala de níveis fraco, médio e forte, as teses na América Latina, defendidas no Rio Grande do Sul, quando pensadas integralmente, destacam-se pelo baixo grau de preocupação textual no tangente à relação objeto-sujeito na pesquisa histórica (percentual de teses no nível fraco - 43,07%);
- b) o mesmo grupo de trabalhos, quando da manifestação desse tipo de cuidado, tende a manter-se no âmbito da dicotomia material-formal (21,53% de médios); e,
- c) aproximadamente 35% (35,38% total de nível forte) propõe-se a superar o distanciamento entre objeto e sujeito, transmitindo, expressamente na narrativa, o desejo de suplantar essa propriedade em nome de alguma forma de avanço em termos científicos.

Nos moldes estabelecidos para toda a tese e que vêm sendo seguidos desde o início, o passo da apresentação de um exemplo visa demonstrar algumas características sobre as

condições do uso desse vetor nos trabalhos de pesquisa. A tese de Ana Luiza Setti Reckziegel – A diplomacia marginal. Vinculações políticas entre o Rio Grande do Sul e o Uruguai (1893-1904) – conforma-se à ilustração. A historiadora estuda o “o inter-relacionamento rio-grandense-uruguaio, balizado cronologicamente no período de 1893-1904 e, factualmente, abarcando a Revolução Federalista de 1893, no Rio Grande do Sul, e as revoluções de 1897 e de 1904, no Uruguai”. A originalidade da proposta, segundo a autora, está em “interpretar o tema a partir do parâmetro de internacionalidade da região em foco, isto é, ao observamos os fatos que ali se desenrolam naquele período, constatamos que foram tributários de influências externas até agora escassamente avaliadas em sua dimensão mais ampla” (RECKZIEGEL, 1997, p. 10-11). A tese propõe romper com a noção de que o estreitamento dos laços entre essas áreas “se dava apenas no nível econômico e cultural, em função da proximidade fronteiriça” e sustenta a existência de “uma verdadeira situação de fricção interétnica [...] implicando em complexas questões de ordem internacional” (RECKZIEGEL, 1997, p. 290).

A tese concebe, na esteira de autores como Marcel Merle (1978) e Max Huber (1973), ser “internacional uma relação quando se refere às relações entre grupos sociais que estão determinados por poderes estatais distintos [...]” (HUBER, 1973 apud RECKZIEGEL, 1997, p. 12), para justificar o pertencimento do estudo ao campo das relações internacionais, uma vez que se trata de “interconexões entre um país, o Uruguai, e um estado de uma Federação, o Rio Grande do Sul, cuja autonomia no trato internacional seria, a rigor, condicionada pela linha de política externa, adotada pelo governo central”. Acrescenta, também, o fato de haver “relativa flexibilidade do conceito de relações internacionais, que somente pode ser apreendido de forma adequada quando confrontado com a complexidade intrínseca do fato histórico” (RECKZIEGEL, 1997, p. 12-13). Outras passagens confirmam a assertiva e facultam a indicação de novos conceitos a serem pensados no decorrer do trabalho. É o caso da menção às “forças profundas” (RENOUVIN, 1969), para explicar o relacionamento rio-grandense-uruguaio, o qual,

antes de estar pautado nas negociações de chancelarias, esteve fundamentado nas ligações históricas que se desenvolveram entre ambos e nos seus pontos de confluência concretos, tais como os laços familiares, as vinculações econômicas, as afinidades culturais e a solidariedade política quando dos entreveros revolucionários de um lado e de outro (RECKZIEGEL, 1997, p. 14).

Na reconstrução dessas concretudes, assume “que a história desempenha papel fundamental na construção do marco teórico que serve de suporte para o contexto factual, uma

vez que ela amplia a capacidade de compreensão de determinados fatos, os quais, vistos isoladamente, perdem sua significação real” (RECKZIEGEL, 1997, p. 15).

Em outros termos, “o marco teórico utilizado para balizarmos a análise das temáticas afeitas à área das relações internacionais corre, pois, o risco de se ver esvaziado em seu conteúdo, caso não seja constantemente remetido à conjuntura histórica que o permeia”. A constatação é a de que “A teoria adquire maior ou menor consistência, na medida direta de sua sintonia com os fatos e com os dados levantados durante o processo de investigação”. Dessas observações, o fechamento fundamentado em Celestino Del Arenal: “a teoria deve basear-se diretamente na observação, antes que partir de um postulado *a priori*, deve ser indutiva antes que dedutiva, como única forma de compreender a realidade” (DEL ARENAL, 1984 apud RECKZIEGEL, 1997, p. 15).

Na defesa de uma simbiose “entre a investigação empírica e a formulação teórica” – temas caros ao presente exame – Reckziegel registra:

Em termos de teoria, há uma questão significativa que deve ser levada em conta no processo de formulação e que diz respeito à abundância de fatos, à complexidade de dados reunidos no processo de investigação e à sua posterior seleção, estando esta última sempre atrelada à perspectiva pessoal do historiador. Este, por sua vez, não deve perder de vista o que é essencial na investigação a que se propõe nem, tampouco, ignorar a necessidade de apreensão da totalidade (RECKZIEGEL, 1997, p. 15-16).

A primeira impressão é a de exemplos mitigados. É como se tivessem sido retirados extratos ínfimos de textos e acomodados de modo a servir exemplificativamente aos propósitos qualificativos de cada vetor. O caso é que essas passagens não avançam em muito, também, nos textos de origem. Majoritariamente, as teses inserem apartes nas narrativas, de forma a atender os fundamentos teóricos e conceituais, isso quando o realizam, pois, conforme visto nos dados acima, no caso do primeiro vetor existe mais essa restrição. De uma forma ou de outra, o que o exemplo proporciona pensar? Primeiro, a tendência à subárea da história das relações internacionais, senão a inversão, isto é, um estudo de relações internacionais apoiado em aspectos históricos; segundo, o interesse em implementar uma perspectiva ainda pouco aprofundada sobre o tema; terceiro, o olhar associativo entre teoria e empiria; e, quarto, o vínculo fato-olhar do historiador. Os dois últimos, de particular atração na relação objeto-sujeito enquanto complementaridades.

O vetor das filosofias formal e material será complementado pelo aparato da filosofia funcional da história, tarefa a ser resolvida mais adiante no exame, na medida que a sistematização matricial rüseniana assim o permitir. De momento, cabe assinalar a precariedade do sistema teórico, presente em parte substancial das teses. E, quando da existência desse

aparato, majoritariamente definições preterem conceitos, utilidades de conteúdo, suportes teóricos, materialidades, formalidades. Logicamente, constatações do tipo são distintas desse vetor e não extensíveis, podendo, contudo, serem repetidas ou complementares e complementadas aos/pelos demais.

De acordo com Rüsen, as propriedades da interpretação histórica (retrospectiva, perspectivada, seletiva, sequencial, particular, comunicativa e argumentativa) foram formuladas a partir da observação de trabalhos empíricos, o que conduz a crer, antecipadamente, que também estejam nas teses. Assim, antes mesmo do levantamento de dados, poderia cogitar-se projeções do alto índice de teses no nível forte ou, no mínimo, no intermediário. Os dados gerais do vetor evidenciam o raciocínio para os trabalhos em questão.

Quadro 21 – Características da interpretação histórica (percentuais e montantes)

| | Fraco | | Médio | | Forte | | TOTAL |
|-----------------|-------|---|--------|---|--------|----|-------|
| PUCRS | 0,00% | 0 | 20,58% | 7 | 79,41% | 27 | 34 |
| UFRGS | 0,00% | 0 | 4,16% | 1 | 95,83% | 23 | 24 |
| UNISINOS | 0,00% | 0 | 42,85% | 3 | 57,1% | 4 | 7 |

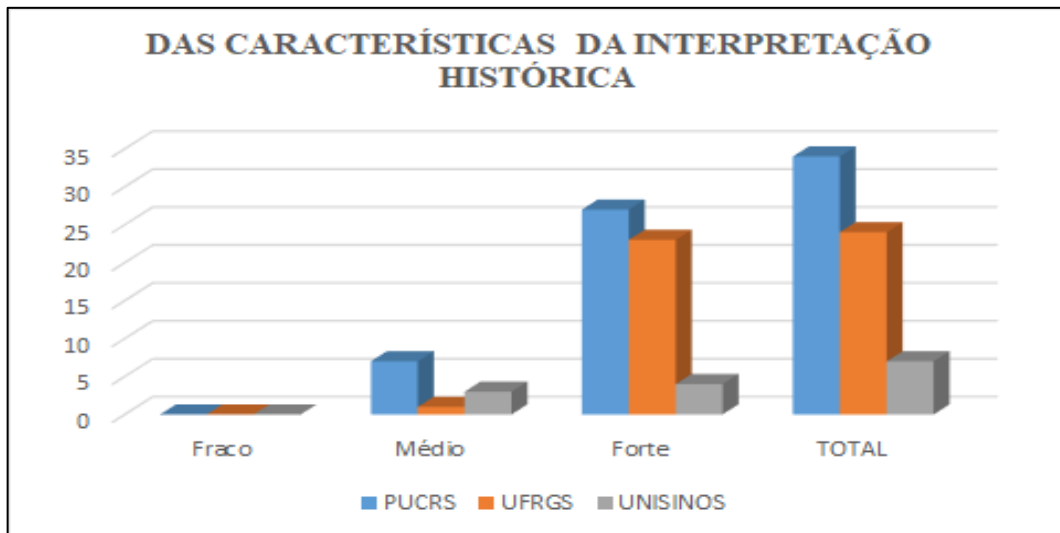
Fonte: elaborado pelo autor (2019).

O Quadro 21, visto por alto, confirma as previsões globais. Na PUCRS, 100% das características da interpretação histórica são encontradas nos níveis médio e forte, embora uma parcela (20,58%) delas esteja distribuída de maneira inconstante no texto. Na UFRGS, o grau de afluência para o nível forte é ainda maior. A UNISINOS não rompe o padrão, conquanto, nos moldes da PUCRS, retenha aproximadamente 43% (42,85) dos trabalhos no nível médio. A tomar como referência as estatísticas tocantes às três instituições, em princípio, notabiliza-se a predominância de todos os componentes qualificativos da interpretação histórica. Em não sobrevivendo a totalidade de trabalhos no nível forte, atinge-se os 100% na soma com o médio. Efetivamente, isso denota a presença das características, ainda que no caso do nível médio, dispostas alternadamente no texto ou não sobrevivendo em sua totalidade.

De nenhuma maneira a distribuição dos quantitativos, nos dois últimos níveis, interfere consideravelmente nos resultados. Afinal, a razão é de 54:11 e, mais importante ainda, os dois confirmam a existência das qualificadoras, variando apenas os mecanismos distributivos no interior dos textos. A considerar que normalmente demandam ser operadas conjuntamente, por haver um alto grau de dependência entre si, quando inexistente ou exercido o uso restrito de alguma delas, cria-se uma espécie de compensação. Uma se obriga a contrabalançar a ausência deixada pela outra. Tome-se o caso da “comunicativa”: se, para além do ato comunicativo

narrador-destinatário, a narrativa “leva adiante, rejeita, substitui histórias prévias”, entre outras, não representa uma hipérbole pensá-la em um meio interpretativo, aglutinada ao princípio de formatação argumentativo – “argumentativa”. Mantenha-se a ideia e prossiga-se no exame. Olhar detidamente para o Gráfico 6, talvez ajude na compreensão de uns poucos pontos a mais e na retomada da objetividade textual.

Gráfico 6 – Níveis das características da interpretação histórica



Fonte: elaborado pelo autor (2019).

Coerentemente aos números absolutos e percentuais, visto acima as torres do total, são compatíveis com o nível forte. A UFRGS chama a atenção pela baixa intensidade de investigações também no nível médio, do que se depreende que quase a totalidade de suas vinte e quatro teses (23) conformam-se narrativamente, de maneira que sejam perceptíveis as características da interpretação histórica no decorrer do texto. A PUCRS poderia arriscar-se asseverar, tendo em vista que obtém os percentuais no nível médio pela diversidade de acomodações nela realizadas, em termos de formações básicas dos doutorandos e os consequentes vieses adotados nas teses. O que isso significa, exatamente? Graduados em artes, economia, relações internacionais e arquitetura, apenas ilustrativamente e nunca de caráter absolutizante, tendem a utilizar aparelhamentos de pesquisa que se distanciam, em alguma medida, da lista de sete características elencadas por Rüsen e pertinentes à história. Há casos em que, talvez, coubesse o questionamento sobre o que realmente significa realizar uma pesquisa histórica. O simples recurso retórico de “estudar o passado”, “estudo do homem no tempo”, parecem insuficientes, ou ao menos distantes, de algumas práticas, como prova o apelo eventual ou minimizado das marcas da interpretação histórica, sugeridas por Rüsen.

O vetor das características da interpretação histórica é o primeiro, entre os elaborados até aqui, a não abarcar nenhuma das investigações no nível fraco. Teses melhores advieram? Não necessariamente. Os trabalhos analisados são os mesmos. Há, sim, uma maior assiduidade dos requisitos do vetor no decorrer dos textos, aspecto que reforça o argumento de reciprocidade entre vetores e fatores. É, ainda assim, primordial repassar a ideia de que a circunstância ordena o alinhamento entre as condições de uso desses aparatos diretores e os valores apurados. Nesse intuito, recorre-se ao apoio em mais um exemplo retirado das teses.

A arquiteta e urbanista Glenda Pereira da Cruz, em “Antecedentes da Organização do Espaço Colonial da América Ibérica”, por meio de pesquisa nos “exemplos históricos dos processos coloniais da Antiguidade Clássica e Idade Média, busca identificar linhas de pensamento, ações e procedimentos, que se possam, por analogia ou paralelismo, observar nos espaços resultantes dos procedimentos coloniais portugueses e espanhóis na América” (CRUZ, 1995, p. 13). Entendendo os antecedentes como “os espaços coloniais anteriores aos descobrimentos e à expansão europeia que se deu a partir dos séculos XIV e XV”, delimita o trabalho temporalmente, centrando-se na Idade Média – no período intermediário entre as crises dos séculos III e IV d.C. e os séculos XIII e XIV (CRUZ, 1995, p. 1-3).

No caso específico da Península Ibérica,

a Alta Idade Média corresponderá ao período em que se conjugam os remanescentes do Baixo Império com o aporte dos povos germânicos ao território, notadamente Suevos no Noroeste e Visigodos no restante da Península e, a partir de 711, a conquista, ocupação e colonização muçulmanas ibéricas. A delimitação do estudo, no tempo, na Península, deverá finalizar com a indicação das linhas prováveis de procedimentos, ações e concepções que nortearão os processos de repovoamento do território com a Reconquista cristã, estes sim, os antecedentes mais imediatos das colonizações ibéricas, tanto atlânticas como americanas (CRUZ, 1995, p. 3).

O núcleo espacial do trabalho volta-se à Península Ibérica, ao mesmo tempo considerando zonas de influência, a exemplo das conexões com os demais ambientes europeus e as “extensões que se fazem necessárias para o norte da África, Oriente Próximo e Ásia Menor”. Perpassando a “discussão sobre os condicionantes e as potencialidades decorrentes das características físico-geográficas que intervêm no processo histórico”, o estudo busca explicar, através dos processos coloniais sofridos por Portugal e Espanha – colonização romana, germânica, muçulmana e algum aspecto preliminar da Reconquista – “os antecedentes ou as analogias que se possam fazer com a produção dos espaços coloniais americanos que esses dois povos organizaram” (CRUZ, 1995, p. 3-6).

Os nexos dessa apresentação, tornada simples, sobre a tese e os argumentos aqui articulados, estão fundamentados em um pilar: as curtas passagens reúnem quase todas as

características da interpretação histórica. A única característica que não se apresenta com toda clareza é a “argumentativa” (histórias especificamente científicas referem-se a pesquisas como fundamento de sua pretensão de validade). No entanto, sendo considerada inevitável a presença de todos os requisitos rüsenianos, em outros espaços da tese estão esmiuçadas as referências que dão esse respaldo específico ao trabalho, inclusive estando separadas por temas, subtemas e aspectos teórico-metodológicos, adequadas às respectivas formas de utilização. De resto, cumpriria lembrar a pertença da autoria a uma área de fora da história e outras marcas da investigação, a exemplo da forte implicação na espacialidade.

Abreviadamente, exemplo e estatísticas tendem a confluir para os mesmos termos. As características da interpretação histórica, destacadas por Rüsen, demonstraram-se vigentes e propensas a se notabilizarem textualmente. A exceção à regra costuma serem as pesquisas nas quais a estrutura textual fundamenta-se em outras áreas do conhecimento, sem a aparente apropriação dos processos cognitivos singulares à ciência histórica. Na mesma direção, outros suportes tendem a ser mobilizados de modo a confirmar ou refutar tais premissas. Então, nesse cenário, atuam as teorias e os conceitos.

A definição de teorias históricas, adotada por Rüsen, tomada emprestada a Jürgen Kocka, carrega consigo três atributos medulares para essa etapa do exame, a ponto de valer a pena serem retomadas integralmente. É oportuno atentar, ainda, para os seus formatos sequenciados: “são sistemas explícitos e consistentes de conceitos e categorias”; “que servem para apreender e explicar determinados fenômenos e fontes históricas”; e, “sem poder ser contudo suficientemente derivados das fontes” (KOCKA, 1975, p. 9 apud RÜSEN, 2015, p. 154). A quantidade de informações contidas no curto trecho é imensa. São “sistemas”, “explícitos”, consistentes de “conceitos” e “categorias” (os dois últimos explorados separadamente aqui); servem para “apreender” e “explicar” “determinados” “fenômenos” e “fontes históricas”, ademais, de não derivarem “suficientemente” das fontes.

A atividade de repetição, tornando extraordinárias as expressões, tem o puro objetivo de chamar a atenção para cada uma delas. Apontar para a importância da explicitação dos sistemas teóricos, a suas composições por conceitos e categorias, às diferenças entre os processos apreensivos e explicativos, aos limites em certos fenômenos e fontes (além da separação entre estes) e à superação das fontes na composição de teorias. Longe de explorar todas essas possibilidades, pretende-se reconhecê-las, em sentido amplo, nas narrativas das teses e registrar suas influências na captação do campo experiencial. No seguimento de Rüsen, amplas periodizações exigem teorias para evidenciem estruturas e evoluções. Os papéis dos conceitos (enquadrados em teorias) são os de servirem como constructos narrativos de emprego

na racionalidade metódica, com força de precisão semântica e força explicativa, na soma de funções cognitivas e historiográficas (estético-retóricas).

Considerando que as propriedades de escrita da história serão analisadas mais adiante (capítulo 7 - Formas de apresentação e suas epistemologias), nesse momento, em se tratando das teses, cabe reconhecer, diminuindo as margens de ambiguidade, a utilização de teorias e conceitos. Além disso, diagnosticar as suas maneiras de exploração e prováveis tendências nos contornos da exegética histórica. Na medida do possível, assinalar a localização textual e os tipos de fundamentação, manipulados na interpretação dos fenômenos do passado (aquilo que pode ser visto). Nos parâmetros de outras etapas da análise, inicialmente, seguem-se as discussões em torno do Quadro 22.

Quadro 22 – Teorias / conceitos (percentuais e montantes)

| | Fraco | | Médio | | Forte | | TOTAL |
|-----------------|-------|---|--------|----|--------|----|-------|
| PUCRS | 0,00% | 0 | 35,30% | 12 | 64,70% | 22 | 34 |
| UFRGS | 0,00% | 0 | 12,50% | 3 | 87,50% | 21 | 24 |
| UNISINOS | 0,00% | 0 | 42,85% | 3 | 57,14% | 4 | 7 |

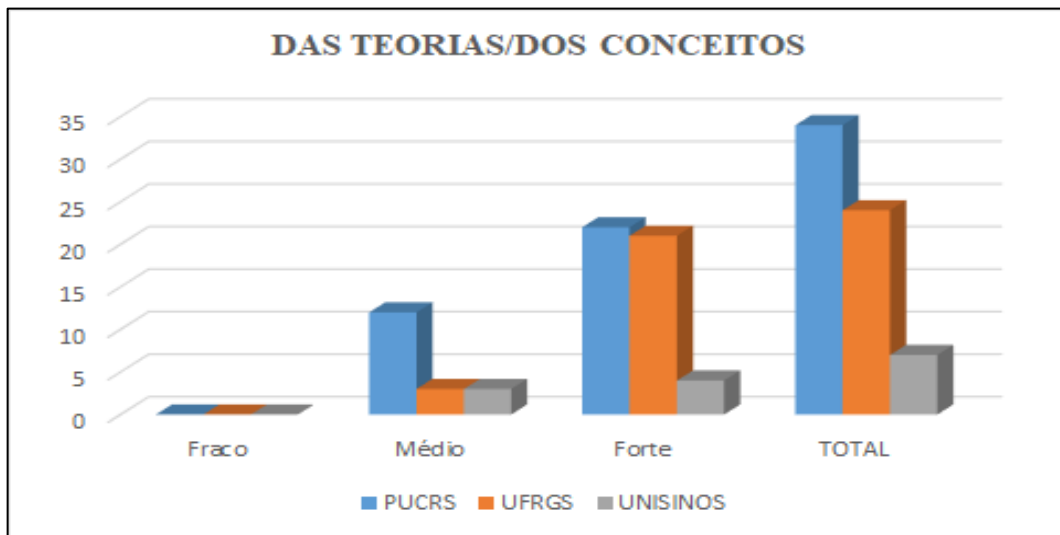
Fonte: elaborado pelo autor (2019).

O levantamento, como pode ser observado, conduz à ideia genérica de que todas as teses encerram teorias e conceitos. A desconsiderar a condição de certa especificidade em história, a premissa é verdadeira. Isso implica, naturalmente, estender sem limites os intercâmbios com outras áreas do conhecimento, uma vez que, em muitos casos, essas teorias e conceitos advêm de fora da história, a qual somente é utilizada como justificador contextual para a alocação de um conjunto de princípios formais de outras áreas, o que é bastante comum, a propósito, em pesquisas de cunho econômico. Repetindo o quadro anterior, das características da interpretação histórica, o índice de teses no nível fraco é nulo. Os percentuais concentram-se todos nos níveis forte e médio, ainda que haja, entre os dois, algum desequilíbrio (47:18), que varia, também, de uma universidade para a outra.

Os totais acumulados no nível médio (27,69%) representam o terço de textos que intercalam dois tipos de regramentos (subdisciplinares ou de matéria) e ainda, podem estar separados de maneira independente no texto. Há, nesses casos, inclusive, a ocorrência de prenúncios incompatíveis com o desenvolvimento das investigações. Esses incidentes advêm de três origens, normalmente diferentes: desaviso, incoerência e necessidade formal. Sem adentrar nos exemplos empíricos, vale considerar ligeiramente os casos. O primeiro, consiste no descuido com a própria existência de teorias em que estejam envolvidos os conceitos utilizados.

Já, no segundo, existem amostras da presença de teorias, mas os conceitos acabam por serem utilizados incongruamente. Finalmente, na terceira, há uma sensação de manuseio preparado para atender, entre outras coisas, aos protocolos de referência científica ou mesmo os mais imediatos, a exemplo das exigências institucionais.

Gráfico 7 – Níveis das teorias / dos conceitos



Fonte: elaborado pelo autor (2019).

A princípio, não existem teses, entre as 65 analisadas, que deixem de evidenciar pelo menos algum tipo de aptidão teórico-conceitual. Na outra ponta do quadro (nível forte), estão as maiores massas percentuais de trabalhos. Isso retrata, sucintamente, que as teorias e os conceitos aparecem, em grande parte das narrativas históricas examinadas (62,66%), distribuídas no curso textual. O mesmo parecer é apropriado para as categorias teoria da história / subdisciplina e de matéria / conteúdo. Os elementos são tomados, inicialmente, como designações linguísticas de estados de coisas (fatos), para distingui-los de outros estados (conceitos) e, a partir do que já fora construído (teorias), conforme o registra Rüsen, tomam formatos direcionados a determinados conteúdos. E, nesse plano, conformam-se às estratégias cognitivas do conhecimento histórico.

As três universidades possuem pontuações relevantes no vetor. A PUCRS contém as maiores pontuações no nível intermediário. O motivo, novamente, aparenta advir da variação das áreas de formação básica, que convergem para a realização do doutorado em história. À lista apresentada, anteriormente, podem-se acrescentar arqueologia, jornalismo, comunicação social, letras, física e filosofia, seja como graduação única ou na condição de segunda formação, conjuntamente à história. O caso não é exclusivo, a UFRGS registra uma licenciatura em artes

e outra em literatura e língua estrangeira (inglês), um exemplar de jornalismo e outro de economia. A UNISINOS recebeu um filósofo e outro de medicina / história.

Proporcionalmente, no entanto, é na PUCRS que existe a maior diversidade e as consequências coincidem com as informações obtidas nos dados. Das 34 teses defendidas no PPGH dessa instituição, treze dos autores possuem formação fora da área de história (arquitetura e urbanismo, ciências econômicas, bacharel em sagrada teologia, história e ciências jurídicas, história e graduação em jornalismo profissional, bacharel em jornalismo gráfico e audiovisual, bacharel em ciências econômicas, ciências econômicas e ciências contábeis, comunicação social, filosofia, graduação em física e graduação em gravura, graduação em artes plásticas, história e bacharelado em letras – tradução), respeitada a ordem cronológica de defesas.

A partir do significado de teoria da história apresentado acima, não é possível afirmar que alguma das teses desenvolvam uma nova teoria. O mais próximo disso são trabalhos que se desenvolvem no interior de teorias anteriores, eventualmente preconizam releituras, ajustes parciais e/ou aplicações restritas a pontos precisos de uma teoria em particular. A denominada “teoria da dependência” talvez seja a maior aproximação desse patamar que se consiga. Sem precisar adentrar nos detalhes de cada investigação, pesquisas como as de Mathias Luce (caso exemplificativo no fator funções de orientação – à frente), de Paulo José Koling – “América Latina periférica: O desenvolvimento latino-americano na concepção de prebisch/CEPAL (1948-1981)”, e a de Judite Sanson de Bem – “Uma análise da construção do pensamento neoestruturalista cepalino: as contribuições da crise e do pensamento liberal à redefinição do papel do Estado na América Latina”, respeitadas as inúmeras peculiaridades entre si, tipificam um pouco dessas composições.

O historiador bacharel e licenciado – caso se quisesse realizar mais essa distinção analítica – Guinter Tlajja Leipnitz, em “Vida independente, ainda que modesta: dependentes, trabalhadores rurais e pequenos produtores na fronteira meridional do Brasil (1884-1920)”, tem no centro da investigação “o universo dos pequenos produtores e trabalhadores rurais da campanha rio-grandense (município de Uruguaiana). O recorte espacial é justificado pelo diferencial do município de Uruguaiana em relação a outras regiões do Rio Grande do Sul, em função de que aquele, localizado na região da campanha, mesmo tendo recebido imigrantes como as demais, “estes não vieram para substituir a mão de obra rural” e, mais do que isso, “a campanha caracteriza uma área de fronteira (com Argentina e Uruguai), por onde havia uma grande circulação de pessoas”. Nos marcos temporais (percebidos de forma fluida), o intervalo inicia-se pela denominada “abolição antecipada” da escravidão (1884), característica da região

em análise, e finaliza-se no ano de 1920, momento da publicação do Censo Agrícola, “o primeiro no Brasil que trazia um apanhado mais completo das estatísticas relativas à agricultura e à pecuária em geral, em volume específico, discriminado do censo populacional” (LEIPNITZ, 2016, p. 35).

Na linha das teorias e conceitos, existe um grupo de definições necessárias ao desenrolar do texto (campanha, estância, alambrado), alguns conceitos operativos (*campesinato* – a partir das formulações elaboradas por Alexandr V. Chayanov). Sobre *la teoría de los sistemas económicos no capitalistas* e desenvolvidas por autores como Karl Polanyi. A grande transformação: as origens da nossa época e Giovanni Levi. A herança imaterial: trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII; *dependência* – Edward Palmer Thompson. A formação da classe operária inglesa, Sidney Chalhoub. Machado de Assis, historiador e Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores do Rio de Janeiro da belle époque; *costume* – além de E. P. Thompson, acima citado, Raul Fradkin – *Entre la ley y la práctica: la costumbre en la campaña bonaerense de la primera mitad del siglo XIX* e Rosa Congost – várias obras; *fronteira* [manejada] – Luís Augusto Ebling Farinatti e Mariana Flores da Cunha Thompson Flores. A fronteira manejada: apontamentos para uma história social da fronteira meridional do Brasil (século XIX) e *pluriatividade* – Sérgio Schneider. Teoria social, agricultura familiar e pluriatividade.

No mesmo viés o autor declara que “a problematização que aqui propomos é tributária de estudos situados na interface entre três campos / temas de investigação histórica: história agrária, transição para o trabalho livre e ‘pós-abolição’” (LEIPNITZ, 2016, p. 25) e, em termos de inspiração teórica, dedica atenção especial à *história vista de baixo*, sobre o que expõe haver se dirigido às fontes (particularmente aos processos criminais e cíveis) “orientado a captar, com todas as mediações existentes, as perspectivas dos mais ‘pobres’”. Na sequência esmiúça, na esteira de Jim Sharpe, haver grande diversidade temática, encoberta pela expressão, ainda assim estabelecendo-se a unidade por “explorar as experiências históricas daqueles homens e mulheres, cuja existência é tão frequentemente ignorada, tacitamente aceita ou mencionada apenas de passagem na principal corrente da história” (LEIPNITZ, 2016, p. 36).

O exemplo demonstra alguns procedimentos corriqueiros no interior das teses, em termos de articulação teórico-conceitual. Nesse caso particular, a demarcação é dada pelos acontecimentos (temporal) ou implicada nas condições espaciais e tematicamente englobada como história social e econômica (em outras teses é comum o mecanismo de autoidentificação também à história cultural, política, ideias, teórica, etc.). Permite-se, ainda, reconhecer aspectos conceituais de matéria e da subdisciplina teoria da história, conquanto haja predominância da

primeira. A isso tudo poderiam ser acrescentadas as noções de imigração (vista por um viés diferenciado da maioria dos textos analisados na parte I) e a questão da fronteira enquanto espaço de circulação e não como limite (consensual entre as teses analisadas). Na sequência, com base em outros tipos de dados, a exemplo das categorias e variáveis, mas também nos demais fatores, cabe reparar se todas as informações conferem, alteram-se/alternam-se ou são refutadas.

No âmbito da sistematização rüseniana, as categorias ou variáveis são discutidas conjuntamente às teorias e conceitos. Do mesmo jeito, tipologias e nomes compõem esse emaranhado complexo de racionalidade da explicação histórica na narrativa. As divisões são artifícios didáticos e vêm sempre acompanhadas do alerta de fluidez. O autor chega a reconhecer três tipos de explicação histórica: nomológica, intencional e narrativa. Ao mesmo tempo, após criticar as duas primeiras quando autônomas, entende que acabam por convergir para a terceira, a narrativa, a única forma em que, no âmbito do conhecimento histórico, podem se revelar, auxiliando na racionalidade da explicação histórica.

A considerar desnecessária a retomada integral das discussões ao redor das ideias de categorias ou variáveis, por terem sido exploradas argumentadamente por Rüsen em um mesmo bloco, conforme visto anteriormente, faltaria lembrar apenas dois tópicos bastante manifestos. O primeiro é o de que há certa hierarquia entre os componentes dessas diretrizes e, assim, quanto mais se aproxima dos textos empíricos, mais frequente parecem ser as aparições dos graus baixos da escala (nomes, tipos e variáveis, por exemplo). E o segundo, todos atuam conjuntamente com o propósito de constituição de sentido histórico. Nas teses, intenta-se observar, além da apresentação das variáveis ou categorias, os níveis de esclarecimento dos respectivos usos. Para tanto, parte-se das bases numéricas, perpassa-se pela descrição de um exemplo e tocantes comentários.

Quadro 23 – Das categorias ou variáveis (percentuais e montantes)

| | Fraco | | Médio | | Forte | | TOTAL |
|-----------------|-------|---|--------|---|--------|----|-------|
| PUCRS | 8,82% | 3 | 17,64% | 6 | 73,52% | 25 | 34 |
| UFRGS | 4,16% | 1 | 16,66% | 4 | 79,16% | 19 | 24 |
| UNISINOS | 0,00% | 0 | 71,42% | 5 | 28,57% | 2 | 7 |

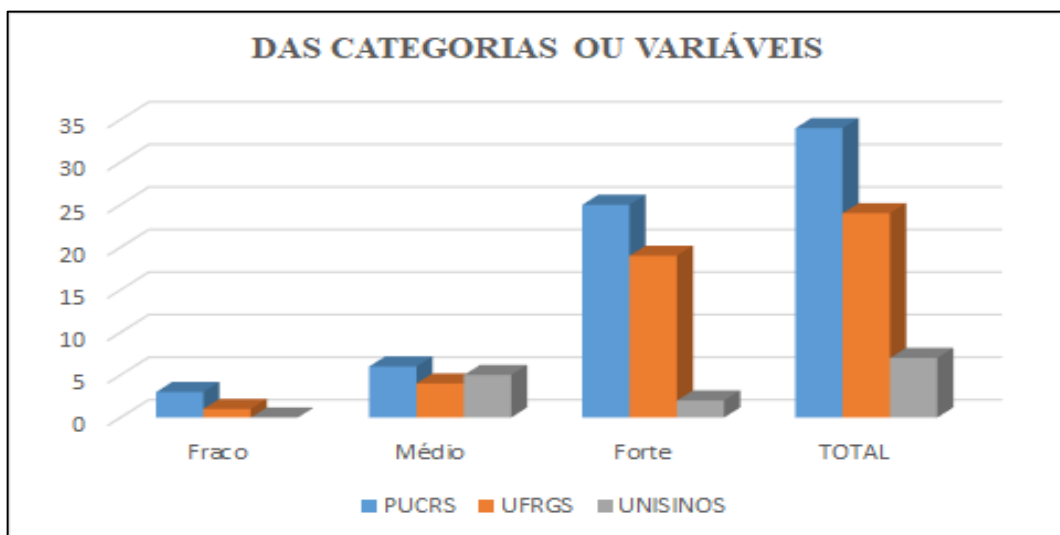
Fonte: elaborado pelo autor (2019).

A observação do Quadro 23 mostra, imediatamente, uma inversão entre a PUCRS e a UFRGS, de um lado, e a UNISINOS, de outro. Com participações proporcionalmente pequenas no nível fraco, as duas primeiras pontuam substancialmente no forte e equilibram em número

absoluto de teses, a segunda, no nível médio. A mudança mais radical ocorre quando avaliados os percentuais entre os níveis médio e forte, considerando-se o contraste na participação final, em Algarismos. Visto de outro ângulo, a UNISINOS possui sete teses no total, duas no nível forte, cinco no médio e nenhuma no fraco. As outras duas instituições representam uma lógica invertida: a PUCRS, de 34 teses, 25 estão no nível forte, seis no intermediário e três no fraco; a UFRGS, com a soma de 24 teses, possui 19 no nível mais alto, quatro no médio e apenas uma no fraco.

Em geral, por questões de ordenação pragmática, as teses adotam esquemas de distribuição das ideias no texto. A arquitetura frequente visa discriminar partes consideradas apropriadas a melhor apreensão e explicação da temática. Nesses emolduramentos, entrecruzam-se influências teóricas, de maior abstração e, afunilando os propósitos para fins imediatos, conformam-se categorias ou variáveis, tipologias, definições e nomes. Idealmente, essa sequência parece cristalina. Na articulação narrativa, nem sempre é assim. Três são os motivos mais elementares para isso: a inexistência de parte desses componentes no texto, a assiduidade dos ingredientes, sem qualquer menção sobre a adoção, e a distorção do significado das peças. Assim, parece natural que uma tese contenha nomes e definições (próprias ou tomadas emprestadas), o que nem sempre é possível de ser afirmado quando se trata de tipos ou categorias e variáveis.

Gráfico 8 – Níveis das categorias ou variáveis



Fonte: elaborado pelo autor (2019).

As torres do Gráfico 8 demonstram que existe utilização de categorias ou variáveis nas teses, nas três universidades. A diferença precisa para os percentuais alocados no nível médio

(23,07%) é que esses, embora confirmem a informação, possuem a propriedade específica de optarem por umas ou outras (categorias ou variáveis) e, na mesma medida, não descrevem, justificam e/ou argumentam sobre as formas e meios de uso desses itens. No nível forte (70,76%) estão localizadas as pesquisas que, apesar de muitas vezes optarem por apenas um dos elementos, o fazem explícita e fundamentadamente. No nível fraco (6,15%), embora de menor expressão em relação ao todo, não há qualquer forma de registro da adoção dessas formalidades.

No material empírico é bastante corriqueira a transformação desses esquemas idealtípicos no decorrer da investigação. Inicia-se por estabelecer parâmetros gerais e, na sequência, durante o desenvolvimento do estudo, em contato com novos referenciais teóricos e metodológicos (particularmente fontes), ocorre a reformulação das diretrizes epistemológicas preestabelecidas. A característica é facilmente observável nas rupturas textuais, muitas vezes abruptas, entre o que fora prometido e aquilo que é realizado ou, de maneira mais amena, nas múltiplas declarações dos próprios autores sobre os ajustes realizados.

A tese “O mergulho no *seculum*: exploração, conquista e organização espacial jesuítica na América espanhola colonial”, de Artur Henrique Franco Barcelos, examinando o papel desempenhado pelos jesuítas na colonização europeia da América espanhola entre 1549 e 1767, colabora, tanto ilustrando as constatações acima, quanto, e até em maior medida, uma segunda condição a ser apontada na sequência da síntese exemplificativa. O pressuposto geral do estudo é o de que, “para além da ‘conquista espiritual’, os jesuítas também realizaram uma ‘conquista territorial’, que resultou na ampliação dos domínios ibéricos na América”. Barcelos parte de bases teóricas da geografia e destaca “as diferentes dimensões da ação jesuítica sobre o espaço”, objetivando “realizar uma aproximação com as práticas e estratégias jesuíticas na exploração, conquista e organização espacial da América colonial” (BARCELOS, 2006, p. 3), finalidade a ser alcançada através de registros como textos, livros, crônicas, diários, iconografias e mapas.

Anota:

Como administradores de colégios, chácaras, sítios, fazendas e estâncias, ou como encarregados de povoados indígenas, os jesuítas foram promotores de uma ampla organização espacial destinada a manter e expandir suas atividades evangelizadoras. Também participaram de diversas explorações geográficas em lugares como a Amazônia, a Baixa Califórnia, o México, a Patagônia, a cordilheira dos Andes, o deserto do Chaco, e as florestas e pampas da região do Rio da Prata. Igualmente, produziram uma vasta cartografia referente aos lugares por onde passaram, demonstrando sua intenção em descrever e reconhecer a geografia e distribuição espacial das sociedades indígenas (BARCELOS, 2006, p. 3).

Na descrição de como ocorreu o processo de formação do objeto de pesquisa, o autor explica haver finalizado, em 1997, “um trabalho sobre as possibilidades de interpretação da organização espacial da redução de índios guaranis de São João Batista, pertencente à antiga Província Jesuítica do Paraguai”, atividade que permitiu “um exercício onde o cruzamento das fontes documentais escritas, iconográficas e arqueológicas deram a tônica para a aproximação com o espaço de uma redução jesuítica do período colonial” (BARCELOS, 2000, p. 54). Desde então, no ajuste do foco de seus interesses, ampliando o “ângulo de visão” e dirigindo suas “lentes para o espaço mais amplo da ação jesuítica” em relação ao estudo anterior.

Inicialmente, pensava em estender a análise da organização espacial aplicada em São João Batista para as demais reduções de guaranis estabelecidas pelos jesuítas nos séculos XVII e XVIII. O eixo de gravidade de meus interesses girava em torno do conceito de ‘espaço missionário’. Seria ele um conceito válido? Ou seria uma construção historiográfica que se afirmou com o tempo, de um caminho que leva desde um termo largamente utilizado até um conceito sobre o qual há um frágil consenso? Contudo, à medida que o contato com as fontes aumentava, proporcionalmente aumentava também o leque de possibilidades para a interpretação da ação jesuítica sobre o espaço americano. E as reduções de guaranis acabaram dando lugar a um outro personagem: o espaço, explorado, conquistado e organizado pelos jesuítas na América colonial espanhola. Isto implicou no estabelecimento de um objetivo que visa compreender as diversas práticas jesuíticas nestas ações de exploração, conquista e organização espacial (BARCELOS, 2006, p. 1).

O trecho merece atenção no sentido de demonstrar como a temática se constitui, progressivamente, em contato com a experiência de pesquisa ou, se preferir, como o objeto toma forma concreta na esfera do questionamento subjetivo. A tese ensinaria, não fossem os limites desse exame, muitas outras considerações, tendo em vista a amplitude das discussões em torno de pontos singulares, como o uso do espaço enquanto categoria de análise já implicada de interdisciplinaridade e as variáveis apontadas em torno da noção de interpretação cartográfica (SANTOS, 1988, p. 61 apud BARCELOS, 2006, p. 14). No primeiro caso, a crítica de Barcelos é a de que, frequentemente, culmina-se por adequar os objetos aos conceitos e não o inverso; em particular, no “conceito de espaço e sua difícil construção”, converge-se para a adoção redutivista “na forma de expressões como ‘cenário’, no qual ‘atores sociais’ realizam a história. São os espaços prontos, acabados, imóveis e passivos” (BARCELOS, 2006, p. 15).

No segundo, em se tratando dos mapas jesuíticos, de acordo com o autor, o primeiro ponto a ser pensado é “o desejo de comunicar as ações realizadas, seja no plano da organização do espaço, seja na exploração e ‘descobrimto’ de novas áreas”. É o esforço de comunicação visual. A partir da definição de cartografia, Barcelos retoma o “fazer cartográfico, entendido como técnica, método e saber científico”, acrescido “de aspectos artísticos. Esses aspectos se referem aos elementos estéticos, que facilitam a clareza das informações a serem comunicadas

pelos mapas, como são os traços, símbolos, cores, legendas, títulos, bordas, etc.” (DUARTE, 2002, p. 16 apud BARCELOS, 2006, p. 277). Disso tudo, restam muitas variáveis para uma interpretação dessa cartografia. “É preciso vê-la enquanto um fazer técnico, variável quanto aos métodos empregados ao longo do tempo, além de ter presente seus elementos simbólicos e icônicos”. Reunidos, “técnica e simbolismo permitem avançar sobre as questões de poder e controle sobre o espaço, inerentes ao processo de evangelização e, conseqüentemente, explícitos na cartografia resultante” (BARCELOS, 2006, p. 277-278).

O exemplo se propõe a atuar através de um tempo relativamente longo, mantendo a centralidade no espaço (controle e poder). Rompe com os limites espaciais vistos apenas como contexto, no qual os eventos têm sua ocorrência registrada. Permite, ao mesmo tempo, reconhecer as categorias e variáveis utilizadas na investigação, diretamente sintonizadas com a proposta do vetor. Além disso, oferece condições para outras reflexões, de caráter ainda mais teórico, nos moldes da interdisciplinaridade, do questionamento, do conceito de espaço missionário, da abrangência do território estudado; bem como converge para tópicos precisos, como a própria noção de contexto enquanto mobilidade temporal, sempre predisposta à revisitação. Nada obstante, importa aperceber-se da presença desses aspectos, sem pretensões demarcatórias em uma ou outra corrente e/ou escolas de pensamento. O objetivo pontual é o de reconhecer, em uma tese retirada do material em análise, as condições assinaladas pela proposta rüseniana, ainda que, em muitas ocasiões, isso não se realize plenamente. Salienta-se, ainda, que é o todo – da matriz e das teses – o único formato capaz de indicar algumas maneiras de sobreposições.

Assim, é de se perguntar: em relação à porção até aqui discutida, o que indicam, afinal, os quatro vetores (das filosofias formal e material, das características da interpretação histórica, das teorias / dos conceitos e das categorias ou variáveis) do fator concepções e suas epistemologias, uma vez reunidos? Antecipando possíveis respostas à interrogação, vale uma pequena observação, extensível também para muitas das demais tabelas utilizadas nas apurações: a qualidade de “critério de simetria” do nível médio, isto é, ocupar a condição de redutor de discrepâncias radicais entre as teses, no tangente às características definidoras dos vetores.

Quadro 24 – Concepções e seus vetores

| Das Filosofias material e formal | | | | | | | |
|--|--------|----|--------|----|--------|----|-------|
| | Fraco | | Médio | | Forte | | TOTAL |
| PUCRS | 32,35% | 11 | 32,35% | 11 | 35,29% | 12 | 34 |
| UFRGS | 54,16% | 13 | 8,33% | 2 | 37,50% | 9 | 24 |
| UNISINOS | 57,14% | 4 | 14,28% | 1 | 28,57% | 2 | 7 |
| Das características da interpretação histórica | | | | | | | |
| | Fraco | | Médio | | Forte | | TOTAL |
| PUCRS | 0,00% | 0 | 20,58% | 7 | 79,41% | 27 | 34 |
| UFRGS | 0,00% | 0 | 4,16% | 1 | 95,83% | 23 | 24 |
| UNISINOS | 0,00% | 0 | 42,85% | 3 | 57,1% | 4 | 7 |
| Das teorias/dos conceitos | | | | | | | |
| | Fraco | | Médio | | Forte | | TOTAL |
| PUCRS | 0,00% | 0 | 35,30% | 12 | 64,70% | 22 | 34 |
| UFRGS | 0,00% | 0 | 12,50% | 3 | 87,50% | 21 | 24 |
| UNISINOS | 0,00% | 0 | 42,85% | 3 | 57,14% | 4 | 7 |
| Das categorias ou variáveis | | | | | | | |
| | Fraco | | Médio | | Forte | | TOTAL |
| PUCRS | 8,82% | 3 | 17,64% | 6 | 73,52% | 25 | 34 |
| UFRGS | 4,16% | 1 | 16,66% | 4 | 79,16% | 19 | 24 |
| UNISINOS | 0,00% | 0 | 71,42% | 5 | 28,57% | 2 | 7 |

Fonte: elaborado pelo autor (2019).

A síntese deve reter a consideração de que não foram realizadas diferenciações relevantes entre as diretrizes propriamente teóricas e aqueles norteadores direcionados nomeadamente aos conteúdos / matérias estudadas. Resulta disso, de imediato, a predominância geral das teses no nível forte. Da multiplicação das 65 teses pelos quatro vetores, têm-se um total de 260 itens avaliados. Desses, 170 estão localizados no nível forte, o que equivale a 65,38% do valor absoluto. Os restantes encontram-se divididos entre os níveis médio (22,30%) e fraco (12,30%). O desequilíbrio, em termos desse último nível, fica por conta do vetor das filosofias material e formal, refletindo os elementos metodológicos, os quais, por exemplo, redirecionam-se, a fim de atender às demandas imediatas, comprobatórias, como inclusão de novas fontes, cumprimento de prazos, etc.

É preciso reparar que somente as teses de nível forte mantêm suas diretrizes de interpretação no decorrer de todo o trabalho. Na prática, não se trata apenas de uma questão de alocação, e sim de aplicação do conjunto conceutivo no trabalho. O fato de esses esboços estarem comentados em uma ou outra etapa do texto (introdução, capítulo especial) não é o complicador, mas, sim, o anúncio de fórmulas ou modelos incompatíveis com aqueles efetivamente utilizados no decorrer da pesquisa. A intuição é a de ocorrerem duas circunstâncias: primeiro, a separação entre teoria e empiria e, segundo, como consequência da primeira, por alguma forma ainda que indireta de imposição estandardizada, insere-se um

cabedal de conceitos e definições, tomado emprestado de um projeto ideal e, uma vez confrontado com a síntese, deve reter a consideração de que não foram realizadas diferenciações relevantes entre as diretrizes propriamente teóricas e aqueles norteadores direcionados nomeadamente aos conteúdos / matérias estudadas. Resulta disso, de imediato, a predominância geral das teses no nível forte.

O pressuposto é o de que, diante dos “achados” nas fontes, o texto pudesse ser recommençado sem as amarras das diretrizes da interpretação. E percebe-se que não é o caso discutir os *a priori* (dedução) e *a posteriori* (indução), mas de estabelecer conexões explicativas capazes de elucidar, da melhor maneira possível, os eventos passados, através de seus vestígios na continuidade temporal e nas carências do presente. Não há um espaço de disputa entre o mais ou menos tangível, ao contrário, criam-se operadores lógicos na disposição de interpretar e restabelecer sentidos.

O papel da filosofia formal, na sistemática rüseniana, é o de oferecer uma moldura ao material do passado, sem que isso signifique, de nenhuma maneira, a criação de um rol taxativo ou o engessamento do plano experiencial. Da mesma forma, entende o autor que a relação inversa não pode ocorrer, impondo-se em uma única direção. O que é recuperado do passado, mesmo contendo significados prévios, tende a responder as interrogações feitas no presente, pelo sujeito investigador. Há necessidade de convergência entre objeto e sujeito, gerando a harmonia capaz da ressignificação (dar sentido). O nível de abstração nas discussões envolvendo as filosofias formal e material do conhecimento histórico causa um provável afastamento, na maioria das teses, em relação ao debate objetivo-subjetivo na esfera de investigações, aparentemente de delimitações reduzidas. A matéria conteudista culmina por eclipsar as formas.

O exercício reflexivo em torno desse cenário sugere perguntar-se sobre outras possibilidades de leitura das características da interpretação histórica no plano da narrativa, por exemplo, sobre a reincidência ou a capacidade explicativa contida numa e noutra. A suspeita é a de que haja coincidências de funcionalidades entre algumas e, talvez, certa incompletude em outras dessas propriedades. Consinta-se ponderar dois casos: o primeiro, da retrospectiva. Essa ideia pressupõe a inexistência completa de passado sem narrativa, uma vez que é através dessa retrospectiva que ocorre a recuperação do passado. A instigação seria: em qual medida é passível a existência de um passado em seus traços e formas, sem o processo recuperativo engendrado a partir do presente? O segundo caso a ser pensado requer pelo menos duas das propriedades interpretativas reunidas. A inerência contida nas definições conduz à inquirição: até que ponto perspectivada e seletiva, ou sequencial e particular prescindem de separação,

enquanto portadoras de atributos *sui generis*? As interrogações têm, mais uma vez, o desejo de inspirarem reflexões e não de serem respondidas, até mesmo por ultrapassarem a capacidade desse exame.

Os avultados percentuais no nível forte (características da interpretação histórica) permitem postular a hipótese sobre a sua respectiva associação no delineamento do ato interpretativo. Se de um lado aparenta exagero que todas essas características se revelem, descomplicadamente, na narrativa, por outro, como possuem muito em comum, cooperam entre si, se assim pode-se afirmar, acabando por compor um aglomerado que, na medida em que haja o esforço interpretativo – na maioria de seus formatos – revela-se de maneira estrutural. Basta idealizar o seguinte exemplo de moldes genéricos: se é característico da interpretação histórica ser particular, isto é, que a recuperação da experiência passada somente ocorra no sistema de relações de seus significados, isso se dá na esteira de outra de suas propriedades, o “ser seletiva”. Essa propriedade considera a existência de outras histórias antes e depois, para não considerar que a qualidade de seletividade (toda narrativa é também um calar-se) está imediatamente conectada a ser perspectivada (só se aborda o que interessa), e assim sucessivamente, tantas mais formações possam ser realizadas, assim como o fato de todas ocorrerem no interior da narrativa. Assim, é importante não pensar as características da interpretação histórica em separado, para não perder qualitativamente, embora deva-se respeitar suas peculiaridades.

Nos mesmos padrões, teorias e conceitos exigem certo alinhamento, entendido sob a condição de sistema. A definição de teoria da história adotada por Rüsen pressupõe explicitá-la nos processos de apreensão e explicação dos fenômenos e fontes. Em relação especificamente às teorias, parece não serem as teses *locus* apropriadas às suas criações. Mesmo no caso dos conceitos, o espaço de inovação representa ser reduzido pela dependência estabelecida entre eles e as teorias gerais, às quais encontram-se atrelados, isso quando essa vinculação é convencionalizada. O registro decorrente: quanto maior a precisão da busca por teorias nas teses, maiores, na mesma proporção, são os vazios encontrados. Em caráter de dependência com as primeiras, estão os conceitos. No entanto, há necessidade de relativizar a afirmação, isto é, praticamente inexistem teses sem essas propriedades, ainda que seja conveniente alertar para a diversidade nas suas formas de uso e nas probabilidades de contradições entre esses e as teorias.

O inverso ocorre, em se tratando da presença de categorias ou variáveis. No conjunto das teses, são identificáveis, até com certa facilidade nos textos, mesmo pelos anúncios autorais registrados. Há, sim, em contrapartida, determinados revezamentos entre a utilização de umas e outras. A intuição, uma vez mais instigante, é a de que, em sua grande maioria, as teses em

história tendem a afastar-se de modelos analíticos taxonômicos, representados por essas qualidades distintivas. O motivo? Os perigos da homogeneidade. Diante da ameaça, a cautela torna-se a opção. De todas as formas, é uma característica de significado muito amplo para ser compreendida genericamente, mesmo porque, nas teses, exatamente pela generalidade da consulta, os dados demonstram haver forte incidência desses pontos nos textos. As teses se mostraram reticentes ao uso de grandes teorias, convergindo, sim, às unidades menores do campo normativo (conceitos, tipologias, definições e nomes).

Na mesma linha, guardadas as devidas proporções, todas as diretrizes da interpretação histórica encontram-se presentes nas teses. O fator da matriz do pensamento histórico envolvendo questões conceituais (*lato sensu*) – perspectivas, categorias, teorias – demonstrou ser um recurso efetivo na leitura das teses, ao menos em seus aspectos mais amplos, ou seja, na verificação da presença ou ausência de seus vetores nessas investigações. Também possibilitou, além disso, a percepção de alguns atributos qualitativos sobre as condições às quais estão condicionados esses elementos, no interior dos trabalhos. Mas, acima de tudo, permite refletir sobre as funções teóricas no âmbito das pesquisas empíricas, se é que as faces dessa moeda ainda podem ser dissociadas.

Finalmente, importa subsistirem as noções de transitoriedade de todo e qualquer encerramento. Todos esses fatores tendem a atuar, explícita ou implicitamente, em conjunto. Sem, contudo, significar harmonicamente. Ressignificações do objeto no decorrer das pesquisas e variações consideráveis entre um e outro vetores no perímetro de uma mesma universidade ou semelhantemente entre as teses, são correntes. A única constante é a mutabilidade. Os níveis médios são a prova imediata da pluralidade nas manifestações desse grupo de segmentos orientadores do agir na pesquisa. A prefixação de critérios é o que garante os níveis de veracidade aos dados e não os quantitativos independentes. De todo modo, a atividade é apropriada pela vinculação entre esferas, tão distantes que possibilitam, ao invés de compartimentalizarem o conhecimento histórico, a criação de mecanismos de convergência entre aquilo que se procura e o que resta para ser recuperado. Aqui, a questão a se fazer é sobre o que dirige a lógica do conhecimento histórico e não mais sobre se é a forma ou o material quem detém o domínio desse conhecimento. Nisso consistem as concepções.

6 METODOLOGIA E SUAS EPISTEMOLOGIAS

6.1 APRESENTAÇÃO

No trato das regras do método histórico, Rüsen inicia por perguntar se há singularidade metódica no pensamento histórico e quais características gravam-no desse caráter particular. Considera, em primeira ordem, que as categorias, os tipos, as teorias e os conceitos têm seu valor na ciência histórica, condicionados à respectiva aplicação metódica. Às categorias (tratadas pela filosofia formal da história) cabe decidir, “por princípio, a peculiaridade do método histórico no manejo da experiência histórica. Tipos, teorias e conceitos esmiúçam, então, esse manejo”. Preliminarmente, ressalta a inconveniência de responder a questões relativas à especificidade do pensamento histórico, levando-se em conta ciências “duras” como a física ou a biologia. Acredita, ao contrário, na identificação de características determinantes do conhecimento científico como um todo e que permitem reconhecer “configurações distintas de um mesmo ‘espírito científico’ comum” (RÜSEN, 2015, p. 167-168).

Dentre as propriedades essenciais à ciência histórica, Rüsen (2015) destaca quatro:

- a) **a terminologia conceitual especializada:** diferenciada em relação a outras ciências, por conta de a historiografia ser configurada no âmbito da “linguagem dominante na cultura histórica de seu tempo” e pela força determinante dos princípios da constituição histórica de sentido, conectores da ciência histórica à vida prática;
- b) **a relação com a experiência:** comum a outras ciências, portadora de duas subpropriedades:
 - em relação ao que é “usual fora do manejo profissional do passado humano”, a ciência aprofunda e expande as experiências históricas;
 - o passado “vivente e influente” (orientações culturais do presente) precisa ser “objetivado” e “transformado, metodicamente, no acervo de informações obtidas sobre fatos”;
- c) **o caráter procedimental:** enquanto argumentação: as fundamentações das pretensões de validade evidenciam-se através de práticas discursivas podendo, conseqüentemente, serem analisadas e criticadas quanto ao cunho metódico. “As linguagens especializadas, malgrado todas suas diferenças, possuem determinadas propriedades cognitivas comuns: têm de possuir coerência lógica e consistência formal-racional”;

- d) **a pesquisa regulada metodicamente:** enquanto processo cognitivo: a partir da constatação inicial de que “ciência é método”, Rüsen entende o pensamento regulado pela ciência, da qual pode-se produzir um novo saber (progresso cognitivo) (RÜSEN, 2015, p. 169).

Decorre, dessa quarta propriedade, uma quinta, a *controlabilidade intersubjetiva* – a fim de que não seja confundido o significado dessa “relação subjetiva”, o autor a singulariza pelo “fato de ela efetivar-se de modo plenamente reconstituível”, vinculada discursivamente a fundamentos, podendo, então, ser “trabalhada argumentadamente por todos a quem o saber histórico diz respeito” (RÜSEN, 2015, p. 170).

Importa anotar que, a partir dessa concepção de controle intersubjetivo, corresponde a “objetividade histórica” ser “*uma determinada forma de tornar efetiva a subjetividade peculiar capaz de distinguir sujeitos, ou seja, de não excluí-los, mas de levá-los em conta*” (RÜSEN, 2015, p. 170, grifo do autor). Mais do que isso, por meio das propriedades aludidas, “[...] o saber histórico produzido nos processos investigativos da ciência da história adquire um caráter especificamente científico. [...] Essa qualidade não lhe deve ser subtraída pelo fato de outras ciências ressaltarem ser a história peculiar e diversificada” (RÜSEN, 2015, p. 170).

A princípio, a controlabilidade não deve ser estranha aos meios acadêmicos, espaços privilegiados de construção do conhecimento. Nesse meio, ressalvadas todas as diferenças e semelhanças possíveis entre as áreas e campos de pesquisa, a ciência histórica deve ser capaz de refletir sobre as próprias formas assumidas quando de sua realização. As teses, produtos diretos dessas amarrações, são o ambiente onde se efetivam (ou poderiam) tais ponderações. A fim de que se possa averiguar a manifestação e as decorrentes expressividades desses elementos de cunho prioritariamente metodológicos no âmbito das teses, são elencados quatro vetores, conforme sistematiza o Quadro 25.

Quadro 25 – Metodologia e seus vetores

| VETOR | METODOLOGIA | | |
|--|------------------|------------------|------------------|
| | NÍVEL 6 Forte | NÍVEL 3 Médio | NÍVEL 0 Fraco |
| Das Ideias de Método/ Das Noções de Cientificidade | | | |
| Da Reflexidade Historiográfica | | | |
| Das Fontes | | | |
| Das Estratégias Cognitivas da Experiência do Passado | | | |
| PARCIAIS | | | |
| TOTAL | | | |

Fonte: elaborado pelo autor, a partir de substratos obtidos nas concepções da Matriz do Pensamento Histórico (RÜSEN, 2015).

Esses vetores, em conjunto, devem proporcionar uma visão geral das posturas adotadas em cada tese, no que tange às metodologias. Submetidas a esse bloco de vetores, de forma individual em um primeiro momento, e com o intuito de que sejam cotejadas conjuntamente, em um segundo, permite-se a reconstrução dos principais meios adotados em termos de regras do método histórico. Ao recorrer aos modos como são concebidos os métodos e as próprias noções de ciência, os balanços historiográficos, as fontes utilizadas e as respectivas estratégias cognitivas da experiência do passado, almeja-se reconstituir as perspectivas metodológicas adotadas e, por conseguinte, informar sobre as relações das mesmas com as concepções que as precedem e com as formas de apresentação historiográfica que as sucedem.

O propósito primeiro da aplicação desses vetores é perceber seus atinentes níveis de presença em cada uma das teses. Um segundo indicativo a ser pensado é quanto às variações existentes entre si, isto é, a verificação de (in)coerências entre os próprios vetores, a partir da forma com que são desenvolvidos no corpo das teses. Terceiro, indagar sobre a capacidade de inovação (interpretação e explicação históricas) nesse formato de conhecimento. E, por último, o reconhecimento das formas e meios de adoção de critérios e procedimentos em relação aos temas particulares das pesquisas.

6.2 DAS IDEIAS DE MÉTODO / DAS NOÇÕES DE CIENTIFICIDADE

Rüsen pensa o método histórico como unidade, basicamente o montante de todas as regras regulatórias do processo cognitivo na pesquisa histórica. Tributário admitido da metodologia tradicional da ciência da história, desenvolvida pela “Sistemática de Droysen” e canonizada por Ernst Bernheim⁸⁹, Rüsen não põe em dúvida a existência de regras na pesquisa histórica. Interpela, porém, a perceptibilidade do método histórico enquanto correlação sistemática dessas regras. À própria pergunta “Em que consiste essa unidade?”, responde extensa e sistematicamente:

‘Método’ significa, originalmente, ‘caminho’. Tomando-se essa acepção do termo, a unidade do método consistiria no itinerário a ser percorrido pelo pensamento, a fim de obter conhecimento fundamentável. Tal itinerário pode ser assim descrito: no início, está a pergunta histórica e, no final, a resposta a essa pergunta. O primeiro passo do pensamento histórico consiste em extrair perguntas das orientações temporais prévias da vida prática atual e do acervo de conhecimento histórico disponível – perguntas que podem ser postas à experiência histórica e respondidas a partir dela. No final, tem-se a resposta às perguntas. Esse final seria, por certo, a apresentação histórica. Essa apresentação não pertenceria, então, ao processo de pesquisa? Certamente o pensamento histórico se completa na apresentação, na formatação de seus resultados de pesquisa. Por outro lado, a apresentação não

⁸⁹ Os dois autores, e as respectivas obras, encontram-se comentados em Martins (2015).

obedece, primariamente, a critérios cognitivos. Ela não é regulada metodicamente como a pesquisa. Ela pressupõe a pesquisa, mas não a inclui enquanto tal. Ela predispõe a pesquisa na perspectiva da apresentabilidade de seus resultados, embora não seja parte da própria pesquisa, mas, antes, um modo de lidar com os resultados da pesquisa. Faz sentido, por conseguinte, malgrado a íntima relação de interdependência da pesquisa e da apresentação, distingui-las metodologicamente.

O pensamento histórico, em sua configuração científica (ou seja: como processo de pesquisa), consiste em um procedimento cognitivo que começa com uma pergunta. Ela faz essa pergunta aos dados empíricos, nos quais o passado está presente; obtém desses dados informações sobre o que, onde, como e porque foi o caso no passado. Em seguida, organiza essas informações em um contexto de acontecimentos, que explica os acontecimentos particulares em sua sequência temporal. O final desse procedimento é aberto. Ele só se completa na representação narrativa desse contexto temporal, em consequência da pesquisa.

O método histórico é a regulação desse processo cognitivo, que torna seus procedimentos cognitivos (ou etapas reflexivas) particulares (distinguíveis artificialmente uns dos outros) reconstituíveis, controláveis e, com isso, criticáveis. Esse método pode ser explicitado enquanto unidade das três formas de pensamento ou estratégias cognitivas: *heurística, crítica e interpretação* (RÜSEN, 2015, p. 170-171, grifo do autor).

Assim, conforme demonstra o extrato, Rüsen opta por isolar, para fins de análise, o método de outras etapas de reflexão (apreensão e interpretação da experiência histórica), por considerá-las fundamentais a outras formas de constituição de sentido histórico – baseadas em critérios diferentes. Justifica a escolha por considerar “[...] a pesquisa como um processo metódico (relativamente) fechado de obtenção de conhecimento”, suspende, artificialmente, “os elementos comunicativos que condicionam e influenciam os processos de pesquisa e que, no entanto, não atuam diretamente sobre o método”. Se, por um lado, diversas tradições (historicismo clássico, Annales, história social, antropologia histórica) concorrem entre si nas configurações pragmáticas dos princípios metódicos, por outro, todas concordam com a existência de “princípios como regulação da pesquisa” (RÜSEN, 2015, p. 172). Registros desse tipo também podem ser encontrados entre os campos da história (história política e história econômica), relativos a diferenciações regionais (história europeia e história chinesa) ou temporais (história antiga e história moderna).

O fato é que as noções de ciência e de método são inseparáveis em Rüsen. Da constatação, decorrem pelo menos quatro características:

- a) a ciência decorre dos métodos, sem os quais ela não existe;
- b) a história, apesar das propriedades distintivas que a acompanham, é uma ciência, por isso, as exigências de métodos;
- c) os métodos precisam ser explicitados, para que o processo constitutivo de determinado conhecimento histórico possa ser revisitado, intersubjetivamente avaliado; e,

- d) os conhecimentos construídos metodicamente (reguláveis) conduzem a explicações únicas, mas nunca irrefutáveis, ao contrário, abrem-se sempre novas perguntas (RÜSEN, 2015).

No interior dessas asserções, visando identificar os conceitos e os níveis de metodização / cientificidade preconizados nas teses, são elencados os seguintes critérios:

- a) **Forte (6)**: teses em que as metodologias de análise são expostas e no decorrer do texto orientam as ações em termos de matéria;
- b) **Médio (3)**: trabalhos nos quais, embora haja o enunciado dos recursos metodológicos, os mesmos não se evidenciam na prática relativa ao conteúdo pertinente ao tema, ou o inverso, não são expressos, mas no desenvolvimento do trabalho alcançam certo grau de evidenciação;
- c) **Fraco (0)**: textos sem explicações dos caminhos percorridos para a realização das análises (os recursos metodológicos permanecem ocultos).

A tese do historiador Enrique Serra Padrós exemplifica o caso, no âmbito de uma metodologia relativa à “História do Tempo Presente”. O autor credita a evolução dos estudos, nesse sentido, às reflexões de autores como Eric Hobsbawm (1998), Jean Lacouture (1998) e Geoffrey Barraclough (1976), citando alguns exemplos e, ao mesmo tempo, recorda o fato de a tarefa não estar livre de dificuldades a serem sanadas. Entre os problemas dessa opção está, para Hobsbawm, o fato de ser uma “‘história em aberto’, que dificulta uma percepção de mudança ou permanência”, podendo, contudo, ser explorada. “Numa abordagem crítico-científica de história-processo, não aparece desconexo ou deslocado da realidade do processo histórico que lhe dá sentido” (HOBSBAWM, 1998, p. 244 apud PADRÓS, 2005, p. 38). Na perspectiva de Chesneaux (1984, p. 202 apud PADRÓS, 2005, p. 38-39), a resposta legítima a essa primeira demanda resulta do “papel que cumpre a utilização de uma perspectiva global e lógica da história (processo histórico)”.

Na visão de Jacques Le Goff (1999), interpretado em Padrós, a cientificidade é garantida mediante algumas operações metodológicas a serem seguidas pelos historiadores: “analisar o acontecimento com profundidade histórica; trabalhar as fontes com rigor crítico e métodos adequados; explicar os fatos, hierarquizá-los e integrá-los numa perspectiva de processo” (LE GOFF, 1999, p. 102 apud PADRÓS, 2005, p. 40-41).

Portanto, uma abordagem teórica macroexplicativa (abrangendo e inter-relacionando as variadas esferas), processual (fundamentada no passado histórico), estrutural (construindo explicações mais consistentes assentadas nas regularidades para assim identificar as rupturas), global (dimensão essencial do Tempo Presente em função da

intrínseca associação entre as diferentes realidades) e dialética (PADRÓS, 2005, p. 40-41).

O que insere a investigação em uma perspectiva do tempo presente não é tanto o fato de terem as políticas de Terror de Estado sido instaladas e funcionado até pouco tempo atrás, mas, sim, a continuidade de alguns dos seus efeitos, a exemplo da falta de esclarecimentos de governos posteriores às ditaduras. “Tem havido um silêncio institucional, como no Uruguai, onde um “pacto de silêncio” corporativo das Forças Armadas tem contribuído sistematicamente para bloquear a luta da busca da verdade por parte dos familiares e amigos dos mortos e desaparecidos”. De outra parte, “as tendências gerais e a essência das mesmas são conhecidas” e podem ser qualificadas por novas informações, obtidas através da “abertura de arquivos oficiais ou o acesso a novos depoimentos de ex-integrantes do sistema repressivo [...]”, de forma a precisar as análises (PADRÓS, 2005, p. 41).

Esse “fator de inconclusão” exige, na opinião de Padrós, adaptações na postura dos historiadores, no sentido de garantir a produção do conhecimento de forma científica. Relevante nesse sentido é o “componente subjetivo que é imanente a toda produção do conhecimento científico e que exige um estado de alerta”, parte a ser otimizada por meio de determinados instrumentos: “utilização de recursos metodológicos e conceituais adequados; respeito às evidências concretas; elaboração de hipóteses pertinentes; uso de um referencial teórico que capte os movimentos internos do fenômeno e o estabelecimento de relações com outros nexos do real”. Todas essas ferramentas emolduradas “na rigorosa postura ética do historiador de submeter seus interesses aos cânones da ciência e da verdade e cotejar os resultados da sua pesquisa com o conhecimento socialmente acumulado” (PADRÓS, 2005, p. 41-42).

6.3 DA REFLEXIDADE HISTORIOGRÁFICA

No tocante à historiografia precedente, envolvendo temas específicos de pesquisa, a sistematização rüseniana é relativamente modesta, ao menos se comparada a outros caracteres dos fatores da matriz. No geral, quando trata do tópico, refere-se à potencialidade de inovação inserida nas perguntas históricas. Explica que “o valor de inovação de uma pergunta histórica não é medido por o quão além vai do saber histórico já acumulado”, e sim por quais “dimensões e conteúdos empíricos do passado são abertos e apreendidos, e que significado essas dimensões e conteúdos possuem para a satisfação das carências de orientação que o pensamento histórico suscita no mundo em que vivem os historiadores” (RÜSEN, 2015, p. 174).

A partir da consideração de que “as perguntas históricas não podem ficar aquém do atual acervo acumulado”, diversamente, “ir além dele, não em uma direção qualquer mas na forma de contemporaneidade sensibilizada e de conjecturas concretas” (RÜSEN, 2015, p. 175), Rösen reconhece a importância da aproximação ao saber acumulado (estado da arte), tanto no quesito temático quanto em termos de teorias e procedimentos metódicos subjacentes ao tema, evitando elaborar perguntas já respondidas ou que não possuam respostas alcançáveis por meio do material disponível. Nesse caso,

a produtividade do perguntar, naturalmente, não é possível sem se levarem em consideração o saber histórico acumulado. Inovação não significa, por certo, ignorâncias dos acervos disponíveis do saber, mas reflexão sobre o ainda-não-sabido. Isso supõe familiaridade com o estado da arte da pesquisa tematicamente pertinente assim como com as concepções teóricas e procedimentos metódicos que lhe subjaz (RÜSEN, 2015, p. 174).

O entendimento, que toda tese parte de alguma forma de questionamento, rege o trato da historiografia disponível ao historiador no momento da elaboração de suas perguntas. Na linha de raciocínio de Rösen, em uma tentativa de instrumentalizá-lo nesse aspecto, impõe-se distinguir os meios de apropriação das teses, no que tange aos estoques de conhecimentos acumulados.

No exercício prático, são distinguíveis dois grupos de saberes acumulados. No primeiro, estão os trabalhos dedicados aos processos constitutivos do conhecimento histórico. Nele encontram-se todos os fundamentos da história enquanto disciplina e ciência. São comuns, nesse sentido, os trabalhos de teoria da história, de teoria em áreas afins (antropologia, arqueologia, sociologia, ciência política, economia, literatura e linguística, entre tantas outras), de teoria do conhecimento (epistemologia) e as próprias teorias na história da ciência. Na segunda reunião de conhecimentos disponíveis, agora de caráter mais específico, encontram-se as referências às pesquisas disponíveis sobre o tema investigado na tese.

No conjunto, variam muito em suas formas de exibição, indo desde investigações que optam por não apresentar trabalhos relativos ao primeiro agrupamento até aqueles em que novas informações vão sendo distribuídas no desenvolvimento do texto até a conclusão, perpassando teses em que ocorre o anúncio localizado de algumas obras básicas. E, na sequência, há uma espécie de absorção das ideias prescritas, a ponto de serem subentendidas no restante do corpo da narrativa.

No mesmo formato dos capítulos e itens anteriores, na intenção de averiguar o como a historiografia é refletida nos textos ora examinados, aplica-se aos mesmos o padrão de avaliação baseado em três níveis e assim caracterizados:

- a) **Forte (6)**: quando ocorre a apresentação patente dos quadros teóricos e historiográficos existentes até o momento de início da pesquisa, esses recebem um trato reflexivo e são pertinentes no decorrer da investigação;
- b) **Médio (3)**: nos casos em que há transparência sobre encontrarem-se estudos prévios, mas as ponderações sobre os mesmos são exíguas e/ou no desenvolvimento do trabalho não são valorizados sequer enquanto objetos de refutação;
- c) **Fracó (0)**: a desconsideração total ou parcial sobre a existência de historiografia anterior.

A tese da historiadora Márcia Solange Volkmer (2007) investiga o “fluxo constante e intenso de imigrantes franceses que chegam ao oeste do Rio Grande do Sul em meados do século XIX”. A particularidade desse grupo se dá no fato de serem indivíduos não encontrados “nas estatísticas portuárias e imigratórias do Estado, e nem mesmo eram reconhecidos pela autoridade consular que os deveria representar no país que escolheram para viver”. É um trabalho de continuidade (evidentemente aprofundado e ampliado) em relação à dissertação (VOLKMER, 2007). A originalidade aparece na carência de “trabalhos historiográficos sobre o tema”⁹⁰, na “presença de imigrantes europeus num espaço onde pouco se falava deles – a Campanha”, na elucidação de “algumas questões sobre a imigração francesa no Estado, outro tema pouco trabalhado”, e, finalmente, na problematização das “questões e vínculos comerciais existentes na região da Bacia do Prata” (VOLKMER, 2007, p. 19-20).

Cronologicamente, em alguns aspectos, a tese retrocede a períodos anteriores à delimitação; no entanto, a marca principal está na segunda metade do século XIX. É o que, para além do título, se abstrai do item 1.1 - O contexto da pesquisa, aliás, importante para a compreensão do significado de contexto no trabalho: “O ano de 1852 marca a abertura definitiva dos rios Paraná e Uruguai à livre navegação e comércio para todos os países interessados”, de onde constatar que como consequência da “abertura dos rios da Bacia Platina à navegação internacional, a fronteira oeste do sul do Brasil receberia um grande incremento populacional e comercial” (VOLKMER, 2007, p. 21-22). Em outros termos,

A abertura dos rios platinos à livre navegação e comércio possibilitou tal incremento aos negócios na região, que o comércio de exportação e importação pelas praças da fronteira, ligadas aos Portos de Buenos Aires e Montevidéu, passou a abastecer várias

⁹⁰ “São exceção os trabalhos que enfocam o surgimento da única colônia agrícola francesa que prosperou no estado (GRANDO, Marinês Z. **Pequena agricultura em crise**: o caso da colônia francesa no Rio Grande do Sul. 1989. BETEMPS, Leandro R. **Vinhos e doces ao som da Marselhesa**: um estudo sobre os 120 anos da tradição francesa na Colônia Santo Antônio de Pelotas. 2006. BETEMPS, Leandro R. **A presença francesa no sul do Brasil**: o caso de Pelotas. 2010), estudos de genealogia (MOUSQUER, Zélce D. **Família Mousquer**: uma imigração francesa no sul do Brasil. 2008.) e alguns dados de caráter informativo reunidos por Armindo Beux (**Franceses no Rio Grande do Sul**. 1975)” (VOLKMER, 2013, p. 25).

idades gaúchas e habilitou ao exercício um importante grupo de comerciantes e transportadores de mercadorias (VOLKMER, 2007, p. 22).

Orientando-se pelo pensamento de José Carlos Reis (2000), a autora entende que, entre os “paradigmas que, de forma geral, conduziram a escrita da História ao longo do século XX, perceber-se-á uma ruptura ao findar da década de 1980, quando são revistos os sistemas explicativos das ciências sociais e o intuito de pensar as estruturas e o inconsciente coletivo”. Assim, “ressurge a aceitação de uma ‘filosofia da consciência’, que recusa determinismos sociais e condicionamentos coletivos e restabelece a eficácia histórica da ação intencional de sujeitos interagindo em situações dadas” (REIS, 2000, p. 131 apud VOLKMER, 2013, p. 28). Dessa maneira, “volta-se a falar de sujeitos, ações e acasos. [...] Passa a ser desejado ‘levar em conta o papel dos indivíduos e dos pequenos grupos, com seus respectivos planos, consciências, representações, crenças, valores e desejos’” (CARDOSO, 1997, p. 16 apud VOLKMER, 2013, p. 29).

Nas descrições “metodológicas”, a autora explica os procedimentos em três etapas. A primeira, fora o mapeamento dos “franceses que viveram nas cidades de Uruguaiana, Itaqui e São Borja, portanto, tive de mapeá-los em fontes diversas. Nesse sentido, tornava-se importante mapear o conjunto dos imigrantes europeus, uma vez que não havia dados disponíveis sobre esse movimento na região”, esforço que ganharia “proporções bem maiores do que o projeto estabelecia em seu início”. A segunda, “depois de conhecer os 264 franceses que moraram nas cidades citadas, tornou-se necessária uma pesquisa sobre o funcionamento do comércio nesta região, tema igualmente ausente na historiografia rio-grandense”. E, na terceira, o resultado da reunião das duas amplas etapas anteriores, a “análise do grupo de franceses em específico” (VOLKMER, 2013, p. 21).

A ideia geral é a de que “o estudo a partir das redes sociais constitui-se num meio que possibilita ao historiador efetivar o ‘jogo de escalas’ pretendido pela micro-história” (BERTRAND, 2002, p. 13 apud VOLKMER, 2013, p. 34). O recurso metodológico, seguindo o raciocínio da autora, adequa-se ao exame, na medida que permite compreender elementos como a “circulação de informações”, a “diversidade e complexidade das relações entre os indivíduos” e a “mobilização de recursos diversos por parte dos negociantes franceses de Uruguaiana, Itaqui e São Borja”. A pesquisa parte do “nome como fio condutor da investigação”, por entender que o procedimento proposto por Carlo Ginzburg e Carlo Poni “possibilita acompanhar um mesmo sujeito em momentos diversos e através de diferentes contextos sociais, recompondo suas trajetórias, diante da consulta a uma gama bastante variada de fontes”, apesar da difícil aplicação da “metodologia”, constatação advinda de autores como

Alan Macfarlane, Sarah Harrison e Charles Jardine (*Reconstructing Historical Communities*), bem como de E. A. Wrigley (*Identifying People in the Past*) (VOLKMER, 2013, p. 34).

Na sequência, o esforço seria de aproximação ao “mundo dos negócios”, atividade para a qual “os livros de registros de importação e exportação de mercadorias da Alfândega de Uruguaiana, localizados no Arquivo Nacional, foram de fundamental importância”, sendo complementados (no entendimento das rotas, mercadorias e agentes do comércio fronteiriço) pelos “registros do fundo Fazenda do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, ações ordinárias e os registros notariais”. Outra dimensão do fenômeno imigratório analisado, adviria da “documentação consular francesa consultada no Rio de Janeiro, Buenos Aires, Montevideu, Paris e Nantes”, a começar da “compreensão dos interesses econômicos da França na região platina até o acesso aos registros de matrícula nos consulados e dossiês nominais de vários imigrantes que viveram nas cidades estudadas, uma teia de nomes e dados se formava” (VOLKMER, 2013, p. 35).

Em alguns poucos casos, finalmente, quando existentes os estudos, a tese traça paralelos, como ocorre com o trabalho “*Las redes de la movilidad: formas de organización social entre los migrantes mexicanos en Estados Unidos*”, de Laurent Faret, da tese “Cidadãos de dois mundos. Imigração francesa e dupla nacionalidade na região de Piracicaba: aspectos histórico-jurídicos”, de Jorge Luis Mialhe, e da tese de Vanessa dos Santos Bivar, “*Vivre à St. Paul: os imigrantes franceses na São Paulo oitocentista*”, o que demonstra, além da possibilidade comparativa, estarem ocorrendo pesquisas em outras regiões, com sentidos análogos, potencializando mapeamentos futuros.

6.4 DAS FONTES

Em Rüsen, as fontes são pensadas no interior das estratégias cognitivas do passado, isto é, essas informam desde os valores correspondentes de determinadas fontes ao conhecimento de temáticas particulares, até os procedimentos de crítica (interna e externa) das mesmas. A partir dessas regras, surgem indicativos procedimentais, como, por exemplo, a ideia de que as fontes devem ser tornadas acessíveis pelas perguntas históricas (fazer falar) ou, ainda, a noção de que a “pergunta histórica tem de desembocar em um movimento de busca, que se dirige ao material no qual o passado está presente”. O autor esclarece que o “material” significa empiria (passado objetivado). Reforça o entendimento de um passado “eficaz e vivaz” no presente (resultado de evoluções passadas). No entanto, ressalta ser necessário distinguir essa forma de passado presentificado do passado coisificado (morto metodicamente), a fim de alcançá-lo em

suas especificidades e diferenças temporais. Nas palavras do autor, “heurísticamente, o passado vira ‘coisa’, conteúdo material da manifestação empírica da vida humana passada [...] O perguntar histórico da heurística tem de proceder a essa objetivação [...], sem o que respostas pertinentes não serão obtidas” (RÜSEN, 2015, p. 174-175).

Insistentemente, Rüsen reforça: torna-se “enganoso [...] começar metodicamente uma pesquisa pela operação de coligir e percorrer o material das fontes. O que é fonte depende, pura e simplesmente, do que eu quero saber”. Decorre, então, a importância das perguntas, as quais podem ser plausivelmente controladas, conforme visto, pela coerência com as carências de orientação do presente e pelo domínio mínimo do acervo de conhecimento acumulado. Essas “problematizações explicitadas” não podem, segundo Rüsen, ficar aquém a esse acervo, devem ser discutidas em nível de “[...] critérios de coerência que dizem respeito à relação de cada problematização com o acervo de saber da especialidade e, além dele, com a cultura histórica do tempo e da vida”. Uma vez reguladas metodicamente, as perguntas e problematizações assumem “forma de conjecturas (hipóteses) fundamentadas”. Visa-se, no intuito de aprofundamento, organizar “[...] os acervos de saber em conjuntos históricos de sentido. Com isso não é só o olhar a ser dirigido a fatos novos, mas eles mesmos aparecem em luz nova. O próprio olhar é modificado” (RÜSEN, 2015, p. 175-177).

A pressuposição de que as fontes são condicionadas às perguntas encaminha a discussão para as particularidades implicadas nas teses, individualmente. No entanto, de maneira mais geral, pode-se pensar os expedientes envolvidos nas associações entre fontes, objetos de estudo e problemáticas levantadas. Para que isso seja possível, uma vez mais são estabelecidos três níveis de ponderação:

- a) **Forte (6)**: casos em que há fusão dos três elementos (perguntas-fontes-objeto) e, ao mesmo tempo, consciência manifesta textualmente das singularidades próprias a cada um;
- b) **Médio (3)**: os três compositores existem enquanto tal, porém são confundidos a ponto de não serem respeitadas as individuações necessárias ao discernimento ou, ainda, ocorre a falta explicitada de algum dos mesmos; e
- c) **Fraco (0)**: a inconsistência entre as fontes anunciadas e as respostas às questões elaboradas.

O historiador Gabriel Santos Berute examina as atividades de “comércio e a comunidade mercantil do Rio Grande de São Pedro, em particular os homens de negócios (negociantes de grosso trato) das vilas de Rio Grande e Porto Alegre, no período de 1808 a 1850”, caracterizando, dessa forma, a economia rio-grandense. As referências à América Latina são

poucas, até em função do caráter regional da proposta. No entanto, enquadra-se na definição aqui utilizada, pela extensão em diferentes momentos da análise a questões que remetem, por exemplo, às conjunturas de guerra enfrentadas durante as primeiras décadas do século XIX (as Guerras Cisplatinas e a Guerra dos Farrapos) e a maneira como essas “afetavam a realização da atividade mercantil e a economia da região” (BERUTE, 2011, p. 14).

A tese faz substancial uso de gráficos e tabelas, e também de argumentos pautados em elementos de economia. Veja-se, por exemplo, as categorias utilizadas no capítulo 2 – “Saibam quantos este instrumento público virem: a economia da Vila de Rio Grande através das escrituras públicas de venda, crédito e sociedade”, bens urbanos, bens rurais, crédito, embarcações, sociedades e outras (BERUTE, 2011, p. 107-108), característica repetida no capítulo 3 – “A leal e valerosa cidade de Porto Alegre: a economia da capital sul-rio-grandense na primeira metade do século XIX”. O mesmo pode-se dizer da composição textual, na qual são apresentados os gráficos e tabelas, seguidos sempre pelas observações do autor sobre o que cada um/uma – muitas vezes entrecruzados – representam.

A qualidade ganha ênfase, também, na redação de Berute, ou seja, o procedimento é assumido de maneira explícita, embora acompanhado das menções congruentes às questões sociais.

Em parte, foram ‘regularidades no nível agregado’ que busquei nas fontes consultadas. Deste modo, a análise quantitativa das mesmas foi de fundamental importância para a caracterização geral das atividades econômicas e mercantis na sociedade em questão. Entretanto, procurei não perder a perspectiva de que os números são a expressão de uma parte de complexas relações sociais estabelecidas por pessoas que adotaram estratégias, nem sempre bem-sucedidas, em busca de condições mais vantajosas de existência (BERUTE, 2011, p. 37-38).

Gabriel Berute destaca dois “conjuntos documentais” na composição da investigação: “os registros da movimentação do porto da barra do Rio Grande e as escrituras públicas de venda, crédito, sociedade e procurações bastantes”⁹¹. A partir dessas fontes desenvolveu um “banco de dados”, o que permitiu “o cruzamento das informações, possibilitando assim a identificação dos vínculos e relações existentes entre os diferentes indivíduos do grupo social

⁹¹ “As escrituras públicas registradas nos Livros de Transmissões e Notas de Porto Alegre e Rio Grande (1808-1850) compuseram a principal base documental da tese” (BERUTE, 2011, p. 39). “Os registros do Prático da Barra de Rio Grande forneceram os dados referentes ao comércio de cabotagem e marítimo entre o porto de Rio Grande e as demais praças das Américas e Europa na primeira metade do século XIX. Apesar de cobrir todo o período de estudo, a fonte não apresenta séries completas, pelo contrário, há anos sem nenhuma informação ou que são estatisticamente inexpressivas. Como alternativa, fiz uso dos mapas com o resumo das importações e exportações da província entre 1837 e 1845, publicados por José Eleutério de Camargo e anexos aos Relatórios dos presidentes da província de 1849, 1851 e 1853, referentes aos anos entre 1846 e 1852” (BERUTE, 2011, p. 39-40).

investigado”. De acordo com o autor, as “centenas de registros e de nomes” resultaram da superação de obstáculos pontuais, tais como “a ausência de informações mais precisas sobre os envolvidos nas transações registradas” e “a irregularidade da forma como em alguns casos eram anotados os nomes e a existência de homônimos” (BERUTE, 2011, p. 38).

A fim de superar esses entraves, o autor explica, na sequência, ter recorrido “[...] à observação de informações adicionais presentes nos registros (as datas dos registros, os nomes dos cônjuges, os locais de residência, entre outras) e a consulta a fontes bibliográficas como forma de esclarecer de quem se tratava em um determinado registro”. Além disso, na identificação dos comerciantes, o autor fez “uso de listagens de fundadores e sócios de associações mercantis ou que contavam com a participação destes” e buscou “informações qualitativas a respeito dos principais agentes mercantis identificados nos inventários *post-mortem* e testamentos localizados no Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (APERS)” (BERUTE, 2011, p. 39-41).

Um recurso final, utilizado pelo autor, foi a reunião de “uma série de informações qualitativas a respeito dos procuradores nomeados em procurações registradas em Rio Grande e Porto Alegre para representar seus outorgantes em Portugal”, produto da consulta de “diversos documentos, principalmente dos fundos Junta do Comércio, Ministério dos Negócios Estrangeiros, Feitos Findos e Tribunal da Boa-Hora”, no Arquivo Nacional da Torre do Tombo (Lisboa) (BERUTE, 2011, p. 41). Em alguns casos, pela ausência de fontes, recorre ao paralelismo⁹² com outras regiões.

6.5 DAS ESTRATÉGIAS COGNITIVAS DA EXPERIÊNCIA DO PASSADO

No todo, Rüsen recorda ser preciso destacar o caráter dinâmico das práticas concretas de pesquisa. Na mesma proporção da diversidade de perguntas e interesses sobre os conteúdos do passado, estão, também, as diferenciações e estratégias de pesquisa. No sentido inverso, a proposta do autor preocupa-se com os “denominadores comuns – ou seja, de fazer ver a floresta, ao invés de só árvores isoladas” (RÜSEN, 2015, p. 173). A partir dessa asserção, surgem as três estratégias cognitivas – heurística, crítica e interpretação –, a serem pensadas conjuntamente (unidade).

⁹² No quesito “obras de temas paralelos” pode-se pensar em Bacellar (1997), Mathias (2010), Mattoso (1992) e Silva (1975).

Heurística – para Rösen, esse procedimento divide-se em duas partes: na primeira, está a pergunta (a busca investigadora da experiência histórica) e, na segunda, “a descoberta dos conteúdos experienciais necessários a uma possível resposta” (RÜSEN, 2015, p. 173).

Na construção das perguntas, Rösen alerta para a importância de inovar, fugir do que já tenha sido apreendido pela pesquisa da experiência histórica. Ao mesmo tempo, alerta: é necessário não incorrer no erro de perguntar pelo que não se é capaz de responder. De onde observar que lacunas não sejam, impreterivelmente, sinônimos de inovação. A fim de evitar tal incoerência, recomendam-se dois critérios: a consideração das dimensões e conteúdos empíricos do passado, abertos e apreendidos pela pergunta, e do potencial de satisfação das carências de orientação no presente do qual se elabora a questão; e, a aproximação ao saber acumulado (estado da arte), tanto no quesito temático quanto em termos de teorias e procedimentos metódicos subjacentes ao tema (RÜSEN, 2015, p. 174).

A segunda etapa da heurística (a resposta da empiria) corresponde “[...] ao esclarecimento metódico do que pode ser sabido”. Após a fase de elaboração da problemática, das questões, urge descobrir as fontes capazes de responder às perguntas formuladas. À documentação (fontes e vestígios de todos os tipos) acrescem-se as especialidades de outras disciplinas (auxiliares em relação à história), sempre, contudo, a partir de perguntas históricas realizadas no “[...] horizonte de respostas possíveis e com sentido” (RÜSEN, 2015, p. 176-177).

Em resumo:

Boas perguntas históricas conduzem à apreensão do conteúdo informativo dos resquícios do passado ainda subsistentes e que podem dizer o que, quando, onde, como e por que algo aconteceu. Para tanto, esses resquícios devem ser coletados, examinados e preparados, sistematicamente, para uso na pesquisa. Trata-se de operações heurísticas, que transformam a produtividade do perguntar histórico na plausibilidade das respostas recheadas empiricamente (RÜSEN, 2015, p. 177).

Há grande disponibilidade de resquícios do passado, nem sempre de significado para as perguntas postas. Rösen explica que no âmbito da heurística a questão é debatida na distinção entre vestígio e tradição (qualificação dos acervos de fontes). Com base na possibilidade de mesclar tradição e vestígio, a depender do direcionamento da pergunta, Rösen detalha:

Caso se trate de extrair da experiência do passado potenciais de sentido para a orientação existencial no presente, trabalha-se empiricamente com as tradições. Caso se trate, inversamente, de distanciamento crítico de modelos históricos de orientação, culturalmente influentes, ou de abertura de novas possibilidades de determinação temporal de sentido da vida prática, prevalece a qualidade de vestígio da experiência histórica que ainda não tenha sido absorvida nos elementos prévios de sentido. As fontes manifestam, então, fatos cujo sentido ainda tem de ser descoberto interpretativamente, enquanto no primeiro caso as fontes dão testemunho do sentido enquanto fato (RÜSEN, 2015, p. 178).

No caso de uma hierarquização dos fatores metodológicos até aqui apresentados, tem-se: primeiro, a pergunta histórica precedendo todas e quaisquer informações advindas das fontes e respectivo potencial empírico de resposta; segundo, a tensão entre tradição e vestígio, a fim de demarcar a força explicativa que cada uma dessas qualidades (significado e experiência) terá na resposta à questão apresentada; e, terceiro, o trabalho com a presunção de sentido presente na problemática levantada, a fim de que possa resultar em “um saber histórico empiricamente bem fundamentado” (RÜSEN, 2015, p. 179).

À fase da heurística, segue-se a *crítica*. Por crítica, entende Rüsen “[...] o procedimento de pesquisa pelo qual se obtém, a partir dos resquícios do passado, informações confiáveis e controláveis sobre o que, quando, onde, como e (dentro de certos limites) por que foi o caso”. Após a heurística reunir as fontes, inicia-se a etapa avaliativa das mesmas. Rüsen sugere a divisão da crítica das fontes em três procedimentos: a crítica externa, a crítica interna e o critério da possibilidade objetiva. No tangente à crítica externa das fontes, visa-se reconhecer os níveis de autenticidade das fontes, com o propósito de saber, basicamente, se servem ou não como fontes para o caso estudado. Já a crítica interna tem por objetivo reconhecer os atributos das informações contidas nas fontes. Quanto à possibilidade objetiva, assenta-se à “[...] coerência com o saber histórico comprovado” e “com os acervos cognitivos empíricos de outros saberes atuais” (RÜSEN, 2015, p. 180).

Às formas de críticas das fontes, Rüsen acrescenta o que denomina “agregados complexos de fatos”, esses, sim, reconstruídos a partir de informações das fontes (*a posteriori*), exemplificáveis em métodos de quantificação, como taxas de natalidade, de crescimento, ciclos, todos resultantes de procedimentos analíticos. Recorda, ainda, a relevância das chamadas “ciências auxiliares” (cronologia, paleografia, diplomática, geografia histórica, estatística, heráldica, esfragística e numismática) nos processos relativos às propriedades das fontes, sem que, a princípio, quaisquer ciências sejam excluídas dessa condição.

Presumivelmente, em termos de objetividade, esse trato com as fontes auxilia no estabelecimento de certos níveis de confiabilidade dos enunciados (conteúdo factual de histórias). Ainda assim, Rüsen refere limites a essa pretensão de objetividade, em dois aspectos. O primeiro, implica na ideia de não ser possível obter do passado facticidades puras, sendo apenas verificável o que ocorre (dados empíricos) e qual o grau de certeza (forma de controle) implicado na informação. Perguntas envolvendo exatidão são mais difíceis de serem respondidas, variam os graus de certeza. O segundo, diz respeito “à medida da objetividade alcançável pela crítica das fontes”, ou seja, a facticidade obtida através da crítica das fontes

carrega consigo certos níveis de abstração, pois chega até os que elaboram perguntas às fontes em forma de contextos e não em forma isolada (particularizada) (RÜSEN, 2015, p. 183).

Dessa maneira, o caráter histórico dos fatos desponta somente quando inseridos no conjunto de outros fatos, “em contexto temporal com sentido e significado” (RÜSEN, 2015, p. 183). Segundo Rüsen, pode-se falar em historicidade objetiva e subjetiva: na primeira, os fatos históricos adquirem a condição de historicidade “por sua posição no ordenamento com outros fatos” e, na segunda, “por sua posição no âmbito de uma representação do fluxo temporal que abrange o presente e o futuro” (RÜSEN, 2015, p. 183). É nesse encadeamento que os modos de pensamento analítico (crítica) e hermenêutico (interpretação) se complementam no processo de conhecimento.

À *interpretação*, fase indispensável no tornar históricos os fatos, Rüsen delega a função de filtro entre o que importa ou não no contexto para responder à pergunta realizada historicamente. Com a tarefa intermediária entre a crítica das fontes e a “formatação historiográfica do saber histórico” (RÜSEN, 2015, p. 184), a operação da pesquisa histórica denominada interpretação, controlável intersubjetivamente, “[...] *conecta os fatos do passado obtidos pela crítica das fontes em sequências temporais, as quais estão investidas de uma função explicativa e podem ser apresentadas como histórias*” (RÜSEN, 2015, p. 184, grifos do autor).

Há, no início, uma conjectura em torno de uma possível história a ser “completada” por fatos. Na sequência, desenvolve-se, através da pesquisa – resultante da crítica das fontes – construtivamente, uma “história real”. A interpretação monta os materiais de construção seguindo projetos de construção da realidade histórica. Uma vez que “O modo da contextualização, operado pela interpretação, é narrativo” e que os “Projetos de construção são representações de processos temporais abrangentes, nos quais os fatos podem ser inseridos” (RÜSEN, 2015, p. 185), cabe ao narrar servir de cimento à obra. Permanece, contudo, a ressalva do autor de que “[...] o resultado da interpretação não é a pura e simples ratificação empírica da ideia de uma possível história desenvolvida construtivamente”; ao contrário, costuma ocorrer “uma modificação de tal monta que, ao cabo da interpretação, emergem elementos que a abordagem conjectural das fontes não pode antecipar nem imaginar” (RÜSEN, 2015, p. 185). Recorda, paralelamente, fundamentado nas teorias da escrita literária, que “a interpretação é sempre [...] ‘intertextual’, ou seja, ela se refere a outras interpretações e adquire, nessa relação e por ela, seu sentido histórico particular e sua capacidade funcional na cultura histórica” (RÜSEN, 2015, p. 187).

Em Rüsen, não se admite a separação absoluta entre interpretação e representação. Não obstante, entende serem dois processos distinguíveis, na medida que:

A interpretação é um *processo cognitivo* genuíno e, enquanto tal, também regulável metodicamente. A representação, por sua vez, obedece a critérios que não são puramente cognitivos. Por tal razão, para analisá-la a teoria da história precisa recorrer não só aos critérios de um método de pesquisa, mas também a *critérios ‘literários’* (*poéticos, estéticos e retóricos*) da produção de textos (RÜSEN, 2015, p. 187, grifos do autor).

À trama incumbe abrigar a conexão abrangente entre as duas operações. Pensada enquanto “a representação da sequência temporal que a interpretação utiliza no procedimento metódico da explicação interpretativa de ocorrências históricas concretas e que, na apresentação, toma a forma de uma história narrada”, resta problematizar “se e como o conhecimento histórico obtido pela pesquisa deve evidenciar ou não os traços dos procedimentos metódicos de que é tributário” (RÜSEN, 2015, p. 187-188). Antes de seguir para as formas e processos da historiografia, Rüsen retoma suas ideias sobre a metodologia no pensamento histórico, em forma esquematizada, conforme demonstra o Quadro 26.

Quadro 26 – Esquema das operações metódicas da pesquisa histórica

| Métodos | Operações | Regulação, critérios |
|----------------|---|---|
| Heurística I | Elaboração de perguntas que apreendam determinado campo da experiência histórica. | Inovação com respeito ao acervo de saber. |
| Heurística II | Achar, identificar e apreender a documentação do acontecimento no passado, pertinente à pergunta. | Nova apreensão de fontes conhecidas; obtenção de fontes. |
| Heurística III | Distinção entre tradição e vestígio como qualidades da manifestação de acontecimento passado. | Separação analítica entre determinação de sentido e facticidade. |
| Crítica | Obtenção de informações controláveis sobre o acontecimento do passado na documentação do presente. | Constatação de fatos com auxílio de ciências especializadas (‘ciências auxiliares’). |
| | Crítica externa das fontes: controle da autenticidade; descoberta de falsificações. Crítica interna das fontes: controle da confiabilidade do conteúdo informativo das fontes. | Autenticação de origem, contemporaneidade da linguagem etc. Proximidade temporal, possibilidade objetiva, compatibilidade com o acervo de saber. |
| Interpretação | Conectar os fatos obtidos criticamente em sequências temporais narráveis e capazes de explicar. | Teorização de representações de sequências temporais; critérios reflexivos de significância. |

Fonte: Rüsen (2015, p. 188).

A fim de que se possa avaliar as condições de apresentação de tais aspectos no interior das teses, são estabelecidos, nos mesmos moldes dos casos anteriores, três níveis e seus respectivos critérios:

- a) **Forte (6):** ocasião em que se realizam todas as etapas das operações metódicas da pesquisa histórica;

- b) **Médio (3)**: as etapas são informadas, mas, não sendo retomadas passo a passo, no decorrer do texto, acabam por perder a função a que haviam sido destinadas, ou, inversamente, não são expressas, mas passíveis de serem reconhecidas no desenvolvimento do trabalho;
- c) **Fraco (0)**: a desconsideração parcial ou completa da existência de etapas básicas (heurística, crítica e interpretação) no processo de constituição metódico do conhecimento histórico.

No conjunto das teses, algumas avançam nesse sentido, como é o caso, ora exemplificativo, do trabalho do historiador Jorge Christian Fernandez. O tema, conforme indica o próprio autor, “[...] focaliza a presença dos argentinos e a conformação de uma comunidade argentina no Rio Grande do Sul, de 1966 a 1989. Tal fenômeno migratório é abordado desde uma perspectiva histórica, contudo sua complexidade e caráter plural exigiu também um olhar multidisciplinar” (FERNANDEZ, 2011, p. 13). Dois eixos norteadores são aventados: um é “a criação de mecanismos de sobrevivência na alteridade” e o outro, “o processo migratório desde a elaboração da chegada a uma terra estrangeira até a configuração de um novo habitat” (FERNANDEZ, 2011, p. 29).

No tocante aos aspectos conceituais, destaca o autor a “polifonia das fontes”⁹³ e o caráter interdisciplinar⁹⁴ do trabalho. Estando o centro das preocupações teórico-conceituais na história oral (Ronald Fraser, Alessandro Portelli, Philippe Joutard, entre outros), estabelece alguns pressupostos, dentre os quais o de que “os próprios ‘erros’, lacunas ou omissões, assim como os silêncios conscientes ou inconscientes, se constituem em ‘matéria histórica’ merecedora de ser estudada: eles carregam significados, escolhas ou pontos de vista que, por determinado motivo, não podem vir à tona”. Com isso, conclui-se que “trabalhar com a subjetividade da memória não implica em abandonar a visão de processo histórico ou perder o eixo principal da problemática histórica, mas sim adotar mais um instrumento que permite uma maior aproximação com o que ocorreu no passado” (FERNANDEZ, 2011, p. 38).

Outro pressuposto é o de que “o sujeito exilado ou imigrante adquire, em palavras de Juan Vives-Rocabert, *‘la facultad de la visión comparativa, con lo que suele ganarse en la*

⁹³ “A polifonia manifesta-se no sentido de permitir que múltiplos pontos de vista expressos nessa diversidade de fontes venham à tona e que esses discursos possam, uma vez decifrados, ser confrontados e comparados uns com os outros de forma dialética. Isto se aplica especialmente no tocante às fontes orais, onde literalmente muitas ‘vozes’ vão contar ‘suas histórias’, cada uma através de um prisma particular. Segundo Paul Thompson, ‘a realidade é complexa e multifacetada; e um mérito principal da história oral é que [...] permite que se recrie a multiplicidade original de pontos de vista’” (THOMPSON, 2002, p. 25 apud FERNANDEZ, 2011, p. 24).

⁹⁴ “[...] é interdisciplinar porque dado à especificidade da temática e suas peculiares características, como por exemplo, ser um processo dinâmico e inacabado, se coloca a necessidade de utilizar conceitos oriundos de outras áreas, como as Ciências Sociais, a Antropologia e, em especial, a Psicologia” (FERNANDEZ, 2011, p. 24).

capacidad de juicio de la realidad” (VIVES-ROCABERT, 2003, p. 57 apud FERNANDEZ, 2011, p. 30). A tese destaca algumas peculiaridades a serem observadas durante a leitura e que servem de identificador em termos conceituais e metodológicos. Exemplo disso é a declaração realizada ainda na introdução: “Além do interesse acadêmico movido pela constatação da quase inexistência de trabalhos que abordassem o tema em questão, o autor contou com fortes motivações pessoais para empreender esta tarefa”, mensagem complementada pela seguinte: “E me desculpem a licença, mas isto deve ser narrado em primeira pessoa para fazer sentido” (FERNANDEZ, 2011, p. 27).

Em seguida, conciliando essas duas informações – características do trabalho e imersão do autor – a proposta é a de “utilizar a história oral com signo inverso”, isso significa dizer que “ao invés de analisar a construção de um discurso enquadrado pela memória coletiva e social”, a ideia é partir “da singularidade das memórias individuais para poder evidenciar os limites, possibilidades e problemas gerados pelo ‘enquadramento’ da memória coletiva e social e, dessa forma, evidenciar as contradições, mágoas, cicatrizes abertas, etc.”. Esse esforço visa fugir do risco de o historiador “fazer o papel de ‘historiador membro’ do grupo que estuda” (FERNANDEZ, 2011, p. 38-39).

Além dessas características, o autor destaca certos fatores capazes de empatia, em relação ao grupo entrevistado. Entre esses, aparece a origem do próprio autor (filho de argentinos), o que, segundo o mesmo, “possibilitou contar com elementos em comum com os entrevistados: a questão da linguagem, certa raiz histórica, alguns lugares”. O caso é que, dessa forma, seriam dirimidos preconceitos e dicotomias resistentes entre brasileiros e argentinos, matizando “a natural oposição existente entre o pesquisador e o seu interlocutor, facilitando o acesso à informação e distendendo visivelmente o processo da entrevista em si”. Fernandez não deixa de observar, entretanto, seu não pertencimento à comunidade e que isso pode resultar na existência de crivos impeditivos à revelação de certas realidades, “por mais que o pesquisador esteja integrado ou tenha sido aceito, como relembra Joutard” (1999, p. 247 apud FERNANDEZ, 2011, p. 42). Antagonicamente, há ocasiões em que “um estranho pode ouvir certas confidências que sequer a família do entrevistado teve conhecimento” (FERNANDEZ, 2011, p. 42).

Em paralelo a esses elementos identitários compartilhados, o autor acredita ter sido favorecido – a interação e a distensão na relação entrevistado-entrevistador – pela “garantia de preservação da identidade oculta dos entrevistados, o que permitiu aos mesmos uma maior liberdade de expressão, aliada a uma sensação de proteção em virtude do anonimato” (FERNANDEZ, 2011, p. 42). De uma forma ou de outra, envolto em propósitos de

originalidade, há uma presença prenunciada do pesquisador na investigação, ou melhor, em relação ao grupo investigado, característica reiterada em diversas etapas do trabalho.

O pacote de fontes conta com documentos oficiais (brasileiros, argentinos e estadunidenses), entre outros meios impressos. No quesito documentos privados, são indicados diários, documentos internos e publicações de organizações não governamentais. O maciço das informações advém, no entanto, das fontes orais (depoimentos dos emigrados e entrevista com dirigentes de instituições públicas e privadas, bem como de funcionários governamentais). Sobre as fontes primárias escritas, o autor explica terem sido interpretadas enquanto produtos de contextos histórico, político, social e econômico e, “mesmo em se tratando de documentos ditos ‘objetivos’, temos de levar em conta que certos aspectos subjetivos permeiam todos os tipos de fontes” (FERNANDEZ, 2011, p. 32).

Nesses moldes, a tese apresenta uma série de ponderações sobre o uso precavido das fontes, como, por exemplo, na valorização de questões subjetivas “que escapam às frias estatísticas e à rigidez burocrática dos documentos oficiais, e fornecem uma face mais humana ao trabalho acadêmico do historiador” (FERNANDEZ, 2011, p. 33) ou ao tecer considerações gerais sobre o formato das entrevistas. Escreve ter optado pelo “relato oral de vida, uma modalidade mais dirigida a uma temática em particular, embora o entrevistado tenha total liberdade de exposição. No entanto, este já conhece o interesse específico do entrevistador e pode pautar de modo mais organizado a sua fala”. Nessa modalidade em que “o pesquisador solicita ao narrador que aborde em particular determinados aspectos da sua vida” (LANG, 1996, p. 35 apud FERNANDEZ, 2011, p. 45), garante-se, de acordo com Fernandez, a dinamicidade e a participação, “onde ambas as partes interagem de forma muito fluida, dando liberdade maior ao pesquisador para intervir, retomar ou até debater algum determinado tema em especial” (FERNANDEZ, 2011, p. 45).

6.6 CONSIDERAÇÕES ANALÍTICAS

O chefe de política e seus auxiliares falham com tanta frequência, primeiro, pela inexistência desta identificação [do intelecto do raciocinador com o de seu oponente] e, em segundo lugar, por medirem mal, ou antes, por não medirem, o intelecto com o qual estão em competição. Consideram somente as próprias ideias de engenhosidade e, ao procurarem alguma coisa escondida, atentam somente para as maneiras segundo as quais eles mesmos a teriam ocultado. Até um certo ponto, estão certos – que sua própria engenhosidade seja uma representação fiel da esperteza das massas, porém, quando a sagacidade de um criminoso individual for diferente em caráter da sua própria, naturalmente, quem ganha a partida é o criminoso. Isto sempre acontece quando a inteligência deste é superior ao dos policiais; e é bastante comum ocorrer até mesmo quando é inferior. Eles não têm uma variação de princípio em suas investigações; no melhor dos casos, quando são impulsionados por alguma

emergência incomum – ou por alguma recompensa extraordinária – eles estendem ou exageram seus velhos métodos e procedimentos, sem modificar seus princípios.
(Edgar Allan Poe, *A carta roubada e outras histórias de crime e mistério*).

Um olhar sistemático sobre a matriz rüseniana indica a prevalência de elementos epistemológicos (concepções, métodos e formas de apresentação) sobre fatores ontológicos (carências e funções de orientação) e mesmo éticos (funções de orientação enquanto formação). No entanto, observado a partir de uma perspectiva sistêmica, o princípio fundamental é o da experiência e, mais do que isso, visa a constituição de sentido para a vida. O próprio autor reconhece certo afastamento do mundo da vida quando das fases metodológicas, mas, na mesma direção do alerta, insiste na necessidade de manutenção do olhar naquelas que são as bases do próprio conhecimento histórico, isto é, a retomada do curso da vida apoiada no que a cultura histórica consegue oferecer em forma de orientação e motivação.

No intuito de fortalecer os atributos da história enquanto ciência, Rüsen desenvolve alguns aspectos próprios a essa disciplina do conhecimento. A primeira dessas marcas é a terminologia conceitual especializada. Sobre esse caso específico, vale recordar que, ao tratar da teoria da história, Rüsen indica não advir totalmente das fontes; agora, em se tratando das nomenclaturas, afirma procederem da “língua dominante na cultura histórica de seu tempo”, conforme visto acima. As demais especificidades são a relação com a experiência, o caráter procedimental enquanto argumentação, a pesquisa regulada metodicamente como processo cognitivo e a controlabilidade intersubjetiva. Novamente, a essa última evoca-se algumas singularidades: o estabelecimento de um modo reconstituível, a vinculação discursiva a fundamentos e o controle intersubjetivo como objetividade histórica.

Assim, nessa linha de pensamento, o presente item busca compreender, em sentido amplo, os métodos utilizados nas teses, por meio das ideias de método / das noções de cientificidade, da reflexividade historiográfica, das fontes e das estratégias cognitivas das experiências do passado nelas contidos. No interior das discussões epistemológicas, o método costuma ocupar papel relevante. O motivo normalmente é por estar relacionado às concepções de verdade e do próprio significado de ciência, refletindo diretamente nas respectivas formas de pensar a pesquisa histórica. No fator metodologia e suas epistemologias, o ímpeto inicial é o de perceber a presença dos quatro vetores acima e, concomitantemente, observar as relações entre eles, sempre lembrando a sistemática combinação com os demais fatores, especialmente o que o antecede (concepções) e o sucede (formas de apresentação).

A estrutura de análise segue o modelo dos demais capítulos. Na primeira parte, é retomada a posição do fator três em meio aos demais e, na sequência, são examinados os seus

vetores individualmente, recorrendo a quadros estatísticos e exemplos retirados das teses. Nesse ínterim, intercala-se conjecturas, pontos de vista e algumas instigações tensionando as informações, de maneira que possam contribuir, da melhor forma possível, ao objetivo do tópico, ou seja, demonstrar como o elemento método da matriz (teoria geral) contribui, enquanto aparato de racionalização, à explicação das metodologias utilizadas nas investigações práticas (particulares). Adiantando as interpretações, alguns raciocínios sobre os números totais podem auxiliar nas discussões subsequentes.

Quadro 27 – Valores numéricos de teses por nível (fatores individualizados)

| TOTAIS DAS TRÊS UNIVERSIDADES POR FATOR (VALORES BRUTOS E PERCENTUAIS) | | | | | | | | | | | |
|--|---------|--------|---------|--------|---------|--------|---------|--------|---------|--------|-------|
| | FATOR 1 | | FATOR 2 | | FATOR 3 | | FATOR 4 | | FATOR 5 | | TOTAL |
| FRACOS | 48 | 18,46% | 33 | 12,69% | 13 | 5,00% | 11 | 4,23% | 12 | 4,61% | 117 |
| MÉDIOS | 83 | 31,92% | 56 | 21,53% | 73 | 28,07% | 93 | 35,76% | 53 | 20,38% | 358 |
| FORTES | 129 | 49,61% | 171 | 65,76% | 174 | 66,92% | 156 | 60,00% | 195 | 75,00% | 825 |

Fonte: elaborado pelo autor (2019).

As 65 teses, predispostas diante dos três níveis sob os quais podem ser classificadas, conformam o montante de 260 avaliações. No caso do fator em questão, dessa soma, 13 estão no nível fraco, 73 no médio e 174 no forte. Há, de tal forma, a obviedade da maior concentração no último nível. É, não menos importante, pensar nos percentuais acumulados nos dois primeiros, 5,0% e 28,07%, respectivamente. Na relação com os demais fatores, por exemplo, no nível fraco, o fator três alinha-se de maneira muito próxima aos fatores quatro e cinco, distanciando-se consideravelmente dos dois primeiros. Já o nível médio, não pode ser equiparado imediatamente a nenhum dos demais fatores. A maior aproximação se dá por uma diferença de pelo menos dez teses em relação ao primeiro fator. Por fim, o nível forte assemelha-se somente ao fator dois, distanciando-se dos demais, por mais de vinte teses. Remanesce pesar se isso se repete quando da particularização dos vetores e ponderar os motivos da ocorrência ou não de tais condições.

As noções de ciência e de método são inseparáveis, segundo Rüsen. A partir desse princípio, o método histórico passa a ser definido como a unidade de todas as regras regulatórias do processo cognitivo, ou seja, o itinerário entre a pergunta (aos dados empíricos) e a resposta, espaço onde são organizadas as informações com o intuito de gerar um conhecimento fundamentável. É nesse meio, em decorrência do método, que as etapas reflexivas são tornadas distinguíveis (artificialmente), reconstituíveis, controláveis e, conseqüentemente, criticáveis. A fim de que isso ocorra, é imprescindível a explicitação dos métodos, pois somente assim podem

ser revisitados e intersubjetivamente avaliados. O autor anota, ainda, o caráter de explicações únicas advindas da adoção desse caminho, sem que isso signifique a irrefutabilidade, ao contrário, gera novas interrogações.

No interior dessas concepções, em sentido abrangente, buscando reconhecer, primeiro, a presença revelada de métodos no interior das teses e, em segundo, tensionando detectar os níveis de metodização / científicidade, são elencados graus de aferição para o vetor das ideias de método / das noções de científicidade. O objetivo central é o de perceber se há precisão entre os elementos teórico-metodológicos e as práticas de pesquisa. Essencialmente, três situações se delineiam: metodologias exibidas no texto e aplicadas nas análises; exibidas no texto e não cumpridas ou não expostas e aplicadas nas análises; ou ausentes nos dois aspectos, evidenciação e aplicação. O exame dos dados numéricos permite ilustrar melhor todas as situações.

Quadro 28 – Ideias de método / noções de científicidade (percentuais e montantes)

| | Fraco | | Médio | | Forte | | TOTAL |
|-----------------|--------|---|--------|----|--------|----|-------|
| PUCRS | 11,76% | 4 | 44,11% | 15 | 44,11% | 15 | 34 |
| UFRGS | 4,16% | 1 | 45,83% | 11 | 50,00% | 12 | 24 |
| UNISINOS | 12,28% | 1 | 42,85% | 3 | 42,85% | 3 | 7 |

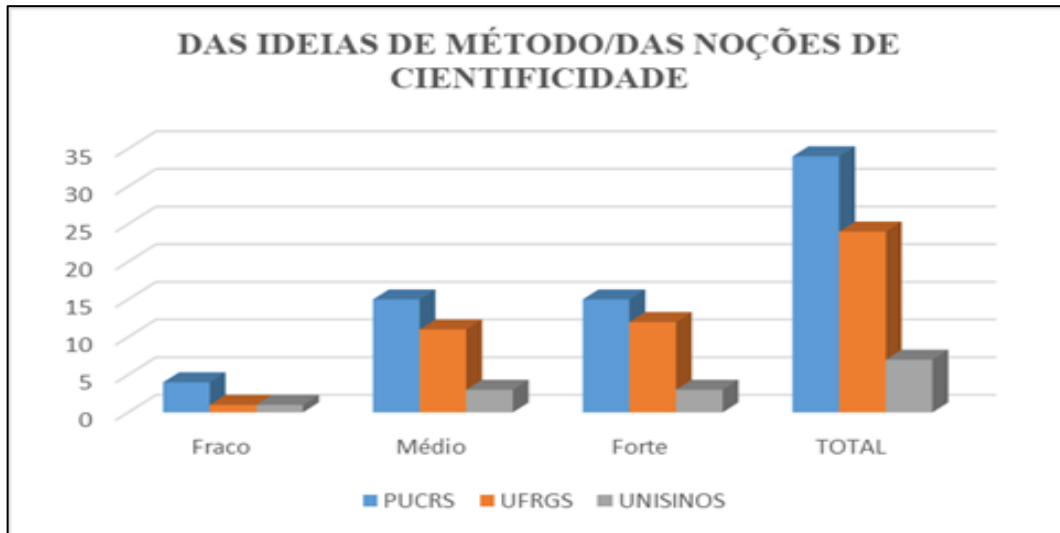
Fonte: elaborado pelo autor (2019).

Os baixos índices de trabalhos no nível fraco demonstram, inicialmente, não haverem muitas pesquisas onde inexistem quaisquer ideias demonstradas de científicidade/método. Nos casos particulares em que o registro ocorre, normalmente a opção é mais por ocultar essas informações do que pela ausência completa de regras regulatórias. A dificuldade está em distinguir quais são os meios adotados pela investigação, uma vez que não apresenta perguntas, hipóteses e respostas claras, ao ponto de permitirem a reconstituição do roteiro adotado. Em casos ainda mais específicos, são elaboradas questões às quais as respostas não correspondem ou as fases de reflexão são irreconhecíveis, inseparáveis. Isso tudo sem manter o rigor rüseniano sobre a unidade heurístico-crítico-interpretativa. Retome-se a ideia: essas são a minoria das teses e, imagina-se, em algum momento terem sido planejadas, resultando na opção pela não exposição dessas características no decorrer da narrativa.

Os números permitem observar duas situações distinguíveis: os dados equiparam-se quando vistos verticalmente, entre as três universidades. No interior de cada uma das instituições, a leitura se inverte, destacando baixas incidências no nível fraco e o equilíbrio entre os níveis médio e forte. Na prática, isso demonstra que, quanto ao nível forte, há uma mínima coerência entre as concepções de ciência e método adotadas, além de essas coincidirem com as

práticas de pesquisa. Já quanto ao nível médio, duas possibilidades se abrem: a existência de marcas científico-metodológicas, ora por meio de anúncio, ora por implementação.

Gráfico 9 – Níveis das ideias de método / das noções de cientificidade



Fonte: elaborado pelo autor (2019).

O Gráfico 9 é um dos mais homogêneos, entre todos os analisados até essa etapa do trabalho. A única universidade a destacar-se, minimamente, em números absolutos, é a PUCRS. Ainda assim, há proporção percentual em relação à UNISINOS. Os níveis médio e forte se refletem imediatamente no total. Um recorrido pelas teses classificadas no nível fraco, permite insistir na ideia de que haja certa incompatibilidade entre a proposta rüseniana e trabalhos com tendências predominantes nas disciplinas auxiliares à história. Em outras palavras, embora as teses sejam defendidas nos cursos de doutorado em história (nas três universidades), apresentam características bastante marcantes advindas de outras áreas do conhecimento, a exemplo da economia, da ciência política ou da geopolítica. Para uma noção mais precisa, basta pensar que, das seis teses desse nível, quatro advêm de autores com formações ou exclusiva ou complementarmente fora da história. Além disso, uma propriedade de alvitre experimental talvez merecesse ser pensada e que permanece aberta à reflexão: todos os seis trabalhos do nível fraco são comparativos.

Em não havendo o interesse imediato, ou mesmo no espaço do exame, para a resolução do problema posto, até mesmo porque o cunho comparativo não se restringe às pesquisas classificadas no nível fraco, converge-se a discussão para um exemplo e posteriores considerações. Importa repassar: o caso é apenas ilustrativo e não pretende ser modelar a um ou outro dos três níveis. A finalidade é sempre a de demonstrar a forma e os meios de utilização

do vetor no interior de alguma investigação removida provisória e artificialmente do conjunto para fins analíticos. Na ocasião, foi o estudo intitulado “Os institutos de estudos econômicos de organizações empresariais e sua relação com o Estado em perspectiva comparada: Argentina e Brasil, 1961-1996”. O exemplo é um pouco mais longo que os demais, porém reflete os mecanismos adotados pela narrativa em relação ao vetor das ideias de método / das noções de cientificidade, inclusive representando disposições extensíveis à grande maioria das teses.

Nesse trabalho, o historiador Hernán Ramiro Ramírez examina comparativamente três instituições: o Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES) – Brasil; a Fundación de Investigaciones Económicas Latinoamericana (FIEL); e, o Instituto de Estudios Económicos de la Realidad Argentina y Latinoamericana (IEERAL) – Argentina. O recorte temporal é de base cronológica, a fim de abranger os momentos de início, de maturação e de auge no funcionamento dessas organizações. Assim, os anos entre 1961, com a criação do IPES, e 1996, “momento da renúncia de Domingo Cavallo como ministro da Economia, data que marca o fim do apogeu da FM”, Fundación Mediterránea, criada conjuntamente com o IEERAL, em 1977 (RAMÍREZ, 2005, p. 30).

O texto não traz um espaço discriminativo do método em si ou mesmo de metodologias específicas (aparecem alguns procedimentos), mas nas digressões em torno de elementos teóricos, dos mais variados, é possível observar, entre tantas outras coisas, estruturas predominantes de tipo comparativo⁹⁵. A confirmação dessa propriedade se dá mesmo pela adoção de obras como “*Grandes estructuras, procesos amplios, comparaciones enormes*” – Charles Tilly, “*Plaidoyer por une conception oecumenique de l’analyse politique comparee*” – Jean Blondel, “*Bem comparar, mal comparar*” – Giovanni Sartori, “*Le conflicts paradigmaticques de la comparaison*” – Michel Bergès e “*El método comparativo en la historia*” – Marc Bloch, no decorrer do trabalho.

A tese destaca o objetivo de conhecer a atuação das instituições em questão, por meio de três pontos de confluência (esferas de poder), “o econômico, o político e o ideológico” (RAMÍREZ, 2005, p. 31), propondo-se a “pensar como se produz essa relação em circunstâncias concretas e não descrever os processos como meramente determinados pela

⁹⁵ Na parte em que são tratadas as “entrevistas semiestruturadas”, o autor explica que, com “apenas uma lista de tópicos” e “realizadas sem a presença do gravador”, acabariam por serem posteriormente reconstruídas “de acordo com métodos etnográficos”, decisões que “obedeceram à opção por uma construção gradual do objeto da pesquisa, à medida que o próprio trabalho se desenvolvia, tal como sugere Harold Garfinkel na sua etnometodologia” (1967 apud RAMÍREZ, 2005, p. 42-43). A composição da narrativa, após o capítulo de referencial teórico, segue direcionada do macro para o micro, objetivando, depois de dispor de indicadores predominantemente numéricos, na segunda etapa, realizar exames em “escalas menores e de maior complexidade” (RAMÍREZ, 2005, p. 48).

infraestrutura econômico-social” (RAMÍREZ, 2005, p. 553). Existe um trecho sobre a teoria marxista, em John Tosh, que ajuda a entender essa observação / crítica. A ideia geral é a de não reducionismo em torno da obra marxista como um todo.

Diante dessa demanda pela experiência vivida, adviriam algumas dificuldades, a exemplo dos “casos sigilosos”, nos quais as ações não aparecem objetivadas “em documentos, discursos, entrevistas ou memórias, das quais poderia se valer o historiador, e no caso de achá-las estas aparecem quase sempre desfiguradas pela óptica do ator, constituindo-se mais em armadilhas que atalhos para a pesquisa”, um dos motivos pelos quais “foi preciso sempre submeter essas fontes a uma rigorosa crítica heurística” (RAMÍREZ, 2005, p. 565). A partir dessas condicionantes, Ramírez trata do que denomina “perambular teórico”, elemento explicado metaforicamente:

que, como a naufragos obrigava a aferrarmo-nos a madeiramentos dispersos e, muitas vezes, pouco aptos para manter-nos numa clara linha de flutuação, situação que fazia imprescindível abandoná-los as vezes com o objetivo de encontrar outros, que gozassem de melhores condições para esta particular luta pela sobrevivência. Difícil alternativa na qual, como Albert O. Hirschman⁹⁶, preferimos antes passar por ecléticos do que por reducionistas (RAMÍREZ, 2005, p. 573).

Os recursos adotados na tese, ao enfrentamento desses contratemplos, foram a “conjunção de conceitos de distintas disciplinas e até cosmovisões”. A intenção foi a de “não relatar apenas o óbvio, dito pelos documentos, nos quais muitas vezes se confunde impurezas com viscosidades”, renunciando, assim, ao medo diante da “subjetividade”, optando por “uma visão mais comprometida” no interior daquilo que Walter Benjamin⁹⁷, interpretado em Ramírez, outrora considerou importante. Ou seja, ao estarmos “bem ‘contaminados’ pelo objeto de estudo tornamo-nos imbatíveis, podendo, em algumas oportunidades, alcançar o inacessível, desvelar o oculto e invisível, deslindar matizes e iluminar alguns pontos de obscuridade, compondo uma gramática que dê conta das inter-relações” (RAMÍREZ, 2005, p. 574).

A tese dispõe de algumas hipóteses e as variáveis centrais compõem-se de forma tripartite:

- a) marco geral do surgimento das instituições em análise;
- b) um traçado do perfil dos sócios e patrocinadores das instituições (localização, tamanho, tipo de produção, mercado ao qual se orienta e integração à concentrados e/ou diversificados e outras empresas;

⁹⁶ HIRSCHMAN, Albert O. **De la economía a la política y más allá**. México: FCE, 1985, p. 193.

⁹⁷ BENJAMIN, Walter. **Discursos interrumpidos**. Madrid: Taurus, 1987. A tradução correta do termo seria lambuzados (RAMÍREZ, 2005, p. 574, nota no original).

- c) “um estudo das formas organizativas dos institutos [...] atentando para critérios prosopográficos mais que estritamente biográficos”, em geral representados por dados como “origens familiares, qualificação escolar, filiação empresarial, institucional e partidária, e cargos ocupados no governo” (RAMÍREZ, 2005, p. 40).

A exemplo do que ocorre em quase todas as teses ilustrativas utilizadas nesta fase do exame, o caso perpassa mais de um vetor e mesmo fator. Se pensado em alguns de seus elementos teórico-conceptivos, representaria plenamente o capítulo anterior, ao retomar aspectos como o papel da subjetividade e a construção de variáveis. Avançando um pouco nesse sentido, também enfatiza questões sobre fontes, reflexidade historiográfica e estratégias cognitivas do passado, além de antecipar componentes do fator formas de apresentação. Inversamente, as noções de método e cientificidade já eram perceptíveis nos vetores do fator concepções, não fora a divisão aqui simulada para fins de raciocínio e estruturas narrativas.

No conjunto, três pontos são destaques do trabalho: de certa forma são histórias institucionais em perspectiva comparada e com a característica de serem narradas como trajetórias; os aspectos teóricos aparentam-se relegados ao segundo plano, quando da confrontação com os dados e informações obtidos do material empírico; e a construção do objeto ocorre de maneira gradual e a manifestação de suas transformações se dá justamente nesse ponto de encontro teórico-prático, se assim pode-se denominar a busca por solução ao problema proposto. Assim, a partir dos números e do exemplo, quais são então as constatações possíveis sobre o vetor ideias de método / cientificidade no interior das teses? Abreviadamente, há um amalgamento entre vetores e fatores, sendo possível reconhecer apenas traços identificadores das ideias de método / cientificidade.

No todo, abstrai-se que método seja a cobertura de um tema determinado (espaço e temporal), envolvendo alguns critérios, como a fundamentação documental – inclusive em seus aspectos menos transparentes ou mais opacos –, a atribuição de seleção e crivo do pesquisador, o direcionamento por hipóteses e opção por variáveis, a busca por resultados (provisórios e refutáveis) e a instalação de novas interrogações. Cientificidade, nesse cenário, corresponde à possibilidade de instalação de meios, ainda que não explícitos, de conduzir uma investigação de forma a integrar um conjunto de concepções e à procura por aproximar-se de práticas concretas da vida, em alguma parte do passado. É, em relação ao método, a etapa teórica. Esse, por outro lado, embebido na primeira, comunga de critérios e procedimentos para a gestão da pesquisa. Subsiste a necessidade de averiguar, nos demais vetores, a contiguidade desses atributos.

O segundo vetor do fator metodologia e suas epistemologias escrutina a reflexividade historiográfica. Em que isso consiste? Basicamente, trata-se de entender como as teses exploram a historiografia precedente sobre o tema nelas estudado, a fim de que não sejam elaboradas perguntas já respondidas ou não alcançáveis pelo material disponível. Paralelamente, existe, ainda, na perspectiva rüseniana, a necessidade de incluir nesse espaço teorias e procedimentos metodológicos. A preocupação geral circunda a ideia de inovação (reflexão sobre o ainda-não-sabido). A esse respeito, Rüsen reafirma a importância de a inquirição não se limitar a avançar em relação ao saber histórico acumulado, e sim perceber as novas dimensões e conteúdos empíricos capacitados a atenderem, uma vez apreendidos, às carências do presente.

No escopo das teses analisadas, três foram os aspectos buscados. No primeiro, estão as narrativas que descrevem a historiografia precedente e intercalam, ainda nessa fase, problematizações a serem consideradas reiteradamente na investigação. No segundo, os saberes históricos acumulados transparecem no texto sem, contudo, enfrentarem uma fase de crítica ou ajustamento, de modo a servirem de apoio à construção da investigação. E, no terceiro, há total ignorância temática, teórica e metodológica da existência de estudos prévios. Na sequência, alguns dados numéricos e o recurso a um exemplo auxiliam na compreensão do funcionamento desses mecanismos no conjunto das teses.

Quadro 29 – Da reflexividade historiográfica (percentuais e montantes)

| | Fraco | | Médio | | Forte | | TOTAL |
|-----------------|-------|---|--------|---|--------|----|-------|
| PUCRS | 0,00% | 0 | 8,82% | 3 | 91,17% | 31 | 34 |
| UFRGS | 0,00% | 0 | 8,33% | 2 | 91,66% | 22 | 24 |
| UNISINOS | 0,00% | 0 | 12,28% | 1 | 85,71% | 6 | 7 |

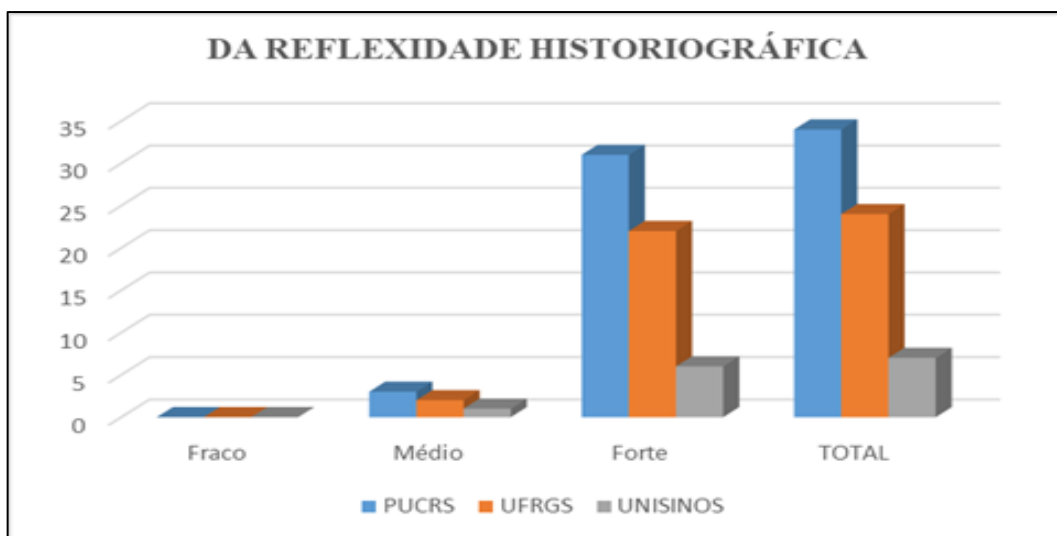
Fonte: elaborado pelo autor (2019).

Horizontalmente, o Quadro 29 exhibe enorme discrepância entre os três níveis. Os níveis médio e forte aglutinam o total das teses, característica comum às três universidades. A mesma ideia é válida quando se trata das proporções de teses, no tocante ao total de cada universidade individualizada: na PUCRS, a razão é de 34:3 (91,18% para 8,82%); na UFRGS, a razão é de 24:2 (91,67% para 8,33%); e, na UNISINOS, a razão é de 7:1 (85,72% para 12,28%). No montante das três instituições, a razão é de 65:6 (90,76% para 9,24%), sempre em percentuais aproximados. Verticalmente, a única e não muito substancial diferença é percebida na UNISINOS, na qual o percentual no nível médio aumenta (3,46%), enquanto no forte decresce (5,96%). Isso em relação às percentagens mais elevadas em cada nível nas duas outras entidades.

A observação mais superficial do quadro permite constatar que, entre as 65 teses examinadas, de um modo ou de outro, nenhuma delas desconsidera plenamente alguma forma de raciocínio envolvendo os saberes historicamente acumulados. Isso, contudo, não significa o total domínio das habilidades propostas por Rösen. Ao contrário, indica o cumprimento dos requisitos estabelecidos pelo vetor e que, desde já, deve-se reconhecer, assentem em fluididades. No nível médio, por exemplo, uma simples lista de obras e autores comentados supriria a exigência mínima da classificação. O nível forte, com maiores demandas, é verdade, recobre-se de mitigadoras, como a não relevância de uma quantidade mínima de obras, a desconsideração de proporções reflexivas entre tópicos temáticos, teóricos e procedimentais ou, ainda, o formato da distribuição textual das reflexões.

De todos os modos, não parece haver dúvida sobre a figuração da reflexividade historiográfica nas teses. Normalmente, essas qualidades estão distribuídas no decorrer da narrativa, o que não impede a concentração em tópicos, como parágrafos iniciais das partes (capítulos, títulos e subtítulos). O mais recorrente é a separação de um módulo especial para resenhas de trabalhos investigativos, realizados em torno do tema a ser pesquisado. As justificativas para o desenvolvimento dos estudos, um pouco na contramão da recomendação röseniana, costumam limitar-se a descrever o quão ultrapassam os conhecimentos acumulados, sem menções precisas à abertura de conteúdos e dimensões empíricas e, em alguns casos, mesmo ao atendimento de quaisquer carências do presente. O Gráfico 10, eventualmente, colabora na construção de outras perspectivas.

Gráfico 10 – Níveis da reflexividade historiográfica



Fonte: elaborado pelo autor (2019).

A ponderar os dados percentuais, a forma gráfica e os expedientes de uso dos saberes históricos acumulados, intui-se que seja razoável explicá-los, por intermédio de duas circunstâncias. A primeira quando, diante de rara originalidade, inexistem/há escassez quase completa de estudos, no tocante ao objeto. E na segunda há o excesso de disponibilidade, ocasião na qual a quantidade de material ultrapassa os limites de absorção requeridos pela tese. As soluções para o primeiro caso costumam ser a criação de estruturas explicativas próprias, por meio de recursos alternativos, como paralelismos, aproximações a outras áreas do conhecimento ou, ainda, a opção pela permanência das discussões em um único tópico (historiografia, teoria, procedimentos metodológicos), condição em que algum desses elementos acaba por prevalecer, exclusiva ou parcialmente, sobre os demais. Na segunda conjuntura, a de superabundância de precedentes, corrige-se pela desqualificação de parte dos conhecimentos, por meio de recortes fundamentados nas ênfases da pesquisa.

Uma última situação que ainda poderia ser acrescentada, todavia menos habitual, ocorre com a ausência do que se supunha existir. Ou seja, nos prognósticos, nas fases iniciais da heurística, supunha-se a disponibilidade de acervos, o que acaba por não se concretizar, induzindo a tese por outros caminhos. Nessas ocasiões, processam-se verdadeiros recomeços na investigação e que, frequentemente, induzem a um dos dois cenários anteriores. Na sequência, por ocasião desse debate, inclui-se outro exemplo de tese, no mesmo esquema adotado desde o início do exame. O princípio geral permanece o mesmo: ilustrar, sem a pretensão de emolduramento do trabalho, em um nível ímpar, de sorte que potencialize a argumentação desenvolvida na análise.

A educadora artística (licenciada em Educação Artística – Artes Plásticas) Bianca Knaak, em sua tese “As Bienais de Artes Visuais do Mercosul: utopias e protagonismos em Porto Alegre – 1997-2003”, analisa a “apresentação das relações de estado e mercado na construção do projeto Bienal do Mercosul”, a partir de suas edições iniciais, nas quais são encontradas “convergências políticas entre as iniciativas públicas e privadas associadas ao evento” (KNAAK, 2008, p. 8). A fim de alcançar o propósito, concentra-se forças nas fontes textuais que, “numa rede de difusão multiplicadora, configuram discursos de afirmação e importância do evento, legitimando-o como fato histórico relevante para o atual sistema das artes, especialmente a partir do circuito gaúcho e porto-alegrense” (KNAAK, 2008, p. 17, nota 5).

Em termos de constituição da importância e relevância do evento, percebe-o no enalço de “outros grandes eventos de arte no Brasil e no exterior”, ou seja, “inspira-se na Bienal de Veneza, quando da opção das representações nacionais; na Documenta de Kassel, com as

curadorias ordenadas em torno de um tema agregador e, na Bienal Internacional de São Paulo, por ambas as razões” (KNAAK, 2008, p. 134). Na busca por “compreender e demonstrar iniciativas, conciliações, coalizões sociais, políticas e econômicas, necessárias para a confirmação das Bienais do Mercosul”, foram utilizados jornais diários, catálogos e textos especializados, além das palavras “dos presidentes e dirigentes da Fundação Bienal de Artes Visuais do Mercosul (FBAVM), dos dirigentes governamentais e, é claro, das manifestações dos artistas, das orientações dos curadores gerais, adjuntos, assistentes e convidados” (KNAAK, 2008, p. 19).

A própria tese não se apresenta como uma “História das Bienais do Mercosul”, até mesmo por considerar, de certa forma, que existe algum esforço realizado nesse sentido⁹⁸. Nos termos da autora, uma prerrogativa metodológica assumida foi a de construir a tese partindo “da pesquisa em fontes publicadas, quase exclusivamente impressas”. A exceção a essa alternativa “se fez para indicar as obras que estiveram expostas nas Bienais do Mercosul”, onde foram utilizados, “eventualmente, os sites oficiais da Bienal e os links por eles indicados”. O critério foi mantido, segundo Knaak, na “seleção das imagens e reproduções visuais” compositoras da tese, isto é, “todas as ilustrações [...] são também extraídas de fontes publicadas”, a despeito de a autora “possuir um acervo de imagens capturadas por ela “e por outros fotógrafos, em diferentes edições da Bienal”, utilizou-se “prioritariamente as reproduções dos catálogos, dos folders institucionais e, em menor grau, de artigos de jornais e publicações virtuais” (KNAAK, 2008, p. 19-20).

Entre as obras e autores que percorrem a tese, são encontrados Nestor Garcia Canclini (*Culturas Híbridas: estratégias para entrar y salir de la modernidad*, 1990), Pierre Bourdieu (*Economia das trocas simbólicas*, 1974; *O poder simbólico*, 1989), Fredric Jameson (*Pós-Modernismo: a Lógica Cultural do Capitalismo Tardio*, 1996), Mike Featherstone (*Cultura de Consumo e Pós-modernismo*, 1995; *O Desmanche da Cultura – Globalização, Pós-modernismo e Identidade*, 1997) e Beatriz Sarlo (*Cenas da vida pós-moderna: intelectuais, arte e videocultura na Argentina*, 1997). A autora sublinha, partindo “destes recortes teóricos [...] a arte e seus cenários em manipulações orquestradas para torná-los mais um instrumento social, equalizador dos interesses políticos e econômicos capazes de promover internacionalmente seus atores e agentes” (KNAAK, 2008, p. 24).

⁹⁸ “Com este propósito, por ocasião da quinta edição da Bienal do Mercosul (2005) a própria Fundação Bienal de Artes Visuais do Mercosul publicou ‘Uma História Concisa da Bienal do Mercosul’, redigida em sua versão oficial pelo artista gaúcho e então curador-adjunto, Gaudêncio Fidélis” (KNAAK, 2008, p. 18).

Segundo Knaak, importa sublinhar a presença da “ação midiática” sempre “orientada por grupos de pertencimento (político, institucional, religioso, econômico, cultural, etc.)”, uma vez atendidas “as demandas e expectativas desses grupos, segundo os códigos próprios, são acatadas, coletivamente, como sendo a realidade dos fatos”. Assinala, ainda, a ideia de não ser acaso que, “entre outras anotações, a Fundação Bienal do Mercosul divulga aos seus apoiadores, como forma de medir sucesso e repercussão, não apenas o número de matérias, divulgação e notícias sobre a Bienal, mas o espaço medido em centímetros ou segundos⁹⁹, obtido junto à mídia, em cada edição” (KNAAK, 2008, p. 40-41).

Em uma “lógica cultural pós-moderna da sociedade da informação”, que parece vir sendo “balizada muito mais pela rápida e massiva divulgação da notícia do que pelo conteúdo veiculado”, em um “ambiente midiático que envolve a consagração dos espetáculos culturais”, Knaak procura acautelar-se no estabelecimento de “relações entre história e imprensa, avaliando as instâncias constitutivas das fontes usadas, a fim de melhor interpretar procedências e pertinências”. Propriedades relativas também às problemáticas temporais, uma vez que, transcorridos somente “dez anos desde a primeira edição da Bienal de Artes Visuais do Mercosul, a proximidade temporal dos fatos, em relação aos relatos, permite certas precipitações e simplificações de enfoques” (KNAAK, 2008, p. 46-49).

Em outro tópico crítico sobre as fontes, a autora reitera, primeiramente, a confiabilidade depositada no tipo de documento adotado para a “(re)construção narrativa das Bienais do Mercosul”, reservando-se, ao mesmo tempo, o direito de “discutir as afirmações feitas através dos textos publicados sobre a Bienal” (KNAAK, 2008, p. 33) e, em segundo, o fato de que a “seleção de referências bibliográficas constantes nesse trabalho foi limitada por sua contribuição e possibilidade de consulta para o que segue, até o momento, publicado sobre a Bienal de Artes Visuais do Mercosul e suas instâncias de repercussão e ou de investigação teórica” (KNAAK, 2008, p. 27).

A tomar como base a quantidade de material produzido e “sistematicamente colecionado” pela própria autora, nota-se que ela privilegia “o uso de jornais e revistas de maior circulação estadual, em especial o jornal *Zero Hora* e a revista *Aplauso*, ambos de produção porto-alegrense” (KNAAK, 2008, p. 32). Resulta que, reunido “o material de comunicação institucional da Fundação Bienal do Mercosul”, disseminado ao longo de onze anos,

⁹⁹ “Assim, segundo a Fundação Bienal de Artes Visuais do Mercosul, em mídia impressa a Bienal do Mercosul obteve entre 1997 e 2003, relativo às suas quatro primeiras edições, um total de 367.149,55 cm lineares por coluna de promoção. Em mídia televisiva, 105.620 segundos, em rádio, 406.390 segundos e, em cinema, nesse caso, apenas por ocasião da segunda edição, 5.400 segundos” (KNAAK, 2008, p. 41).

“representa, só em catálogos e guias, o impressionante número de vinte e quatro livros sobre arte latino-americana, em suas versões e interpretações mais vivas e influentes no sistema contemporâneo das artes”. Somam-se a isso “os boletins de distribuição dirigida: dois, na 1ª Bienal, dez na 4ª, sete na 5ª, totalizando 19 boletins de ampla tiragem” (KNAAK, 2008, p. 77).

A tese opta por fazer a crítica continuada no decorrer do texto, especialmente ao final de cada tópico. No desenvolvimento do trabalho, vão sendo reafirmadas algumas crenças, como, por exemplo, a notoriedade nas declarações dos curadores que, “mais do que uma realidade plástica, estética ou artística, as questões relativas à identidade em arte passam, antes, segundo o ideário pós-moderno, por sua inscrição num contexto teórico globalizado”. Ou, igualmente, a conjuntura que permite reconhecer na “precariedade constitutiva do circuito artístico gaúcho que abriga a Bienal do Mercosul” o favorecimento e a dependência “das importações de linguagens, tendências, modismos e práticas artísticas e culturais legitimadas nacional e internacionalmente” (KNAAK, 2008, p. 182;184).

Em síntese, o exemplo contribui, na medida em que possui a particularidade de produzir meios para suprir relativo desprovimento em termos historiográficos. A tarefa é realizada, recorrendo a três mecanismos: o primeiro, são os paralelos com eventos similares; o segundo, os recursos advindos do estabelecimento de relações com macrotemáticas (indústria cultural, fenômenos comunicacionais da sociedade contemporânea, globalização econômica, pós-modernidade, etc.); e, o terceiro, avançando em direção ao abundante material documental disponível (procedimento compensatório). A esses predicados acrescem-se a importância dirigida ao presente (consequência do recorte temporal e temático recentes) e o resguardo em teorias advindas da antropologia, sociologia, estético-filosófica e crítico-literária.

As peculiaridades do caso parecem confluir, garantindo a validade dos números totais de teses alocadas no nível forte. Há, todavia, na integralidade do vetor da reflexividade historiográfica, um tópico que merece ser esclarecido. O fato é que, a julgar pela irretocabilidade de algumas reflexões, têm-se a impressão de que foram construídas *a posteriori*, em relação aos procedimentos metodológicos e à familiaridade com as fontes. Seria essa uma condição imposta a partir da organicidade da narrativa ou da presença hegemônica da empiria nesses trabalhos acadêmicos? Os próximos vetores, fontes e estratégias para o conhecimento do passado, bem como o fator pertinente às formas de apresentação historiográfica, talvez possam subsidiar argumentos a tais indeterminações.

Na sistematização elaborada por Rüsen, não se trata de uma definição taxativa de fontes históricas. Fontes são, sim, para o autor, todos os tipos de materiais (empíria) nos quais o passado está presente. Mas elas existem somente diante das perguntas, isto é, compete a essas

últimas o “fazer falar”, estabelecer o movimento de busca. O autor estabelece, ainda, a diferença entre o que denomina passado eficaz e vivaz no presente e o coisificado heurísticamente (morto metodicamente), no intuito de perceber as especificidades e diferenças temporais. Por fim, resume-se a evitar o início da investigação pelas fontes, pois elas existem unicamente em função das perguntas, as quais, reguladas metodicamente por critérios de coerência (acervo, experiência, tempo), transformam-se em conjecturas / hipóteses.

As fontes recebem um papel de destaque no interior da grande maioria das teses. Na mesma paridade, estão as variações sobre o que significam e de como devam ser utilizadas. Diante dessa pluralidade e atendendo minimamente às premissas rüsenianas, a análise estrutura-se, partindo da conjugação de três elementos: perguntas, fontes e objetos. É, acredita-se, na confluência desses pontos que se pode aparelhar o exame no sentido de desenvolver um grau de sensibilidade de como as fontes são aproveitadas e como se refletem nas teses. Para tal, avalia-se, em primeiro lugar, a presença consciente (côncio) dessas noções nas investigações; em segundo, as formas de uso, a intercalação entre uma e outra ou, ainda, a desconsideração parcial de alguma delas; e, finalmente, a fragilidade na inter-relação, acarretando divergências entre interrogações e fontes empregadas.

Quadro 30 – Das fontes (percentuais e montantes)

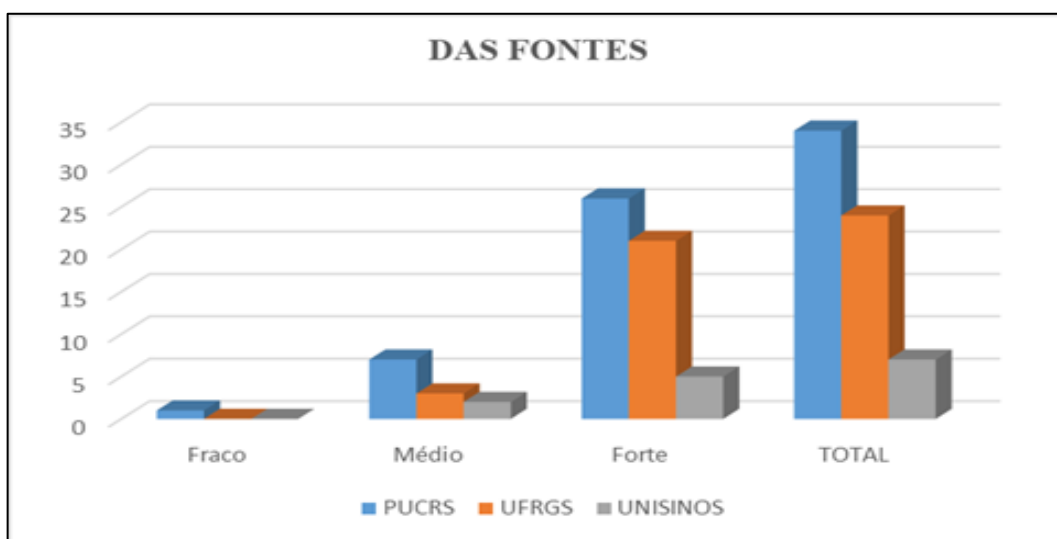
| | Fraco | | Médio | | Forte | | TOTAL |
|-----------------|-------|---|--------|---|--------|----|-------|
| PUCRS | 2,94% | 1 | 20,58% | 7 | 76,47% | 26 | 34 |
| UFRGS | 0,00% | 0 | 12,50% | 3 | 87,50% | 21 | 24 |
| UNISINOS | 0,00% | 0 | 28,57% | 2 | 71,42% | 5 | 7 |

Fonte: elaborado pelo autor (2019).

A primeira constatação, a partir dos dados do Quadro 30, é a de que as fontes são empregadas com discernimento, na grande maioria das teses. Mais do que isso, apresentam-se correlacionadas ao objeto e às perguntas, de maneira criteriosa. As informações confirmam-se pelos números globais de trabalhos no nível forte (80%). Existe, porém, uma percentagem razoável, ainda que menor, de teses no nível médio (18,46), o que significa algum tipo de descompasso entre os itens mencionados, podendo ocorrer, em certas ocasiões, a ausência completa, não somente da conexão como também do próprio componente. No nível fraco, a alocação de apenas um estudo indica problemas enfrentados com o vetor fontes (indisposição e/ou unilateralidade de documentos), diante do que não ocorre instauração de alternativas, acarretando em dificuldades com as interrogações (caso tenham sido levantadas), desfigurando o objeto e prejudicando parcial ou integralmente os resultados.

O lugar-comum, em um primeiro momento, é o de que uma tese não se sustenta sem fontes. No entanto, essa noção é polissêmica. Primeiro, porque o que cada tese entende por fonte varia muito e, segundo, em razão de que alguns trabalhos consistem unicamente em revisões bibliográficas, sob a pretensão de responder a novos questionamentos, partindo de perspectivas diferentes do que fora acumulado até então. Diante disso, acaba se tornando indistinto (confundir) o que é tratado como documental, assim como a revisão de literatura (*stricto sensu*). Torna-se mais complexo quando ocorre a adoção de instrumentos argumentativos em substituição aos determinados materiais documentais. Há uma escolha e essa opção é realizada com fundamento em novos argumentos, não necessariamente em documentação inédita. A pretensão é pela renovação dos significados, atribuídos preteritamente, porém o meio é a sua releitura, sem a referência a um conjunto de matérias-primas, recaindo o esforço maior no campo da intuição e do estabelecimento de raciocínios capazes de comprovar as conjecturas sistematizadamente. O plano gráfico talvez permita variar a perspectiva.

Gráfico 11 – Níveis das fontes



Fonte: elaborado pelo autor (2019).

Na globalidade, as torres do Gráfico 11 reforçam o que vem sendo afirmado. Os níveis médio e forte definem a forma do total. Predominam as teses no nível mais elevado, este seguido pelo médio, havendo equiparação nas três universidades. A UFRGS distingue-se minimamente das demais em percentuais, ficando abaixo das outras duas instituições no nível médio e acumulando-os no nível forte. A PUCRS e a UNISINOS aproximam-se nos resultados, respeitadas as diferenças nos montantes de teses. No conjunto, mais de 70% das investigações

estão circunscritas no nível forte, em uma razão de 52:12 para o nível médio. Os números e a forma imagética fortalecem a ideia da presença do passado enquanto empiria na unidade das teses, conquanto não consigam, isolados de referências qualitativas, dimensionar as formas e meios de uso no interior das pesquisas. Assim, uma vez mais, recorre-se ao recurso ilustrativo.

A tese “Representações das identidades nacionais argentina e brasileira nas canções interpretadas por Carlos Gardel e Carmen Miranda (1917-1940)”, do historiador Alessandro Mário Kerber, tem o objetivo central de “analisar e comparar as representações das identidades nacionais brasileira e argentina, através de fontes musicais de dois artistas que se tornaram ídolos e representantes dessas respectivas nações: Carmen Miranda e Carlos Gardel”. O tema pode ser entendido, também, a partir da ênfase do que não pretende ser, ou seja, “uma biografia de ambos os artistas para comparação”. As biografias são utilizadas como fontes, mas o centro da análise “se dá sobre as negociações identitárias existentes no Brasil e na Argentina do período e na participação destes dois artistas, através de suas músicas, imagem e performance mediados pelo rádio, cinema e indústria fonográfica, neste processo” (KERBER, 2007, p. 12).

Os recortes estabelecidos são justificados no fato de que “Carmen e Gardel foram os cantores populares de maior sucesso, dentro de seus respectivos países” e, “[...] tiveram, também, um grande sucesso internacional [...]”, temporalmente, entre “as datas de 1917 e de 1940 (o principal marco do início da carreira de Gardel e o marco final da carreira de Carmen no Brasil)”. Um pouco como nas biografias, as carreiras dos personagens estudados são determinantes do recorte cronológico. Porém acresce: “[...] elas também se aproximam da demarcação de um período muito definido da história: o Entre-Guerras (1918-1939)”, período definido por Eric Hobsbawm (Nações e nacionalismo desde 1780) como “apogeu dos nacionalismos no mundo entre 1918 e 1950”, além do que, “Brasil e Argentina tiveram, apesar de suas diferenças, processos de formação histórica comparáveis”. Ademais, outro justificador apresentado pelo autor, em relação ao recorte do objeto, está no fato de que o início das carreiras dos artistas (Carmen e Gardel) estariam marcados pela destruição dos estados oligárquicos e a “adoção de símbolos de identidades populares como representações nacionais” (KERBER, 2007, p. 27-28).

O trabalho é de continuidade temática em relação à dissertação de mestrado intitulada “O que é que a baiana tem? – representações da nação brasileira nas canções interpretadas por Carmen Miranda na década de 30”. Em teses com esse caráter, consegue-se pensar a existência de bases constituintes do estudo, construídas pelo próprio autor, em etapa anterior. Pode-se supor, de início, haverem conhecimentos já consolidados, ainda que parciais; em segundo, é passível de facilidades práticas, como já estar de posse de determinadas documentações,

referenciais teóricos e outros; e, terceiro, admite-se servirem como forma de afirmação intersubjetiva. As assertivas são especulativas, mas valem enquanto provocação, no sentido de pensar os interesses envolvidos em elementos específicos de uma tese. A partir do alerta para “o fato de que Carmen Miranda era, essencialmente, uma intérprete, enquanto que Gardel era compositor e intérprete”, Kerber enuncia o “corpus documental” direcionado para a condição de intérpretes, atribuindo aos personagens a posição de “detentores do poder simbólico” (BOURDIEU, 1989 apud KERBER, 2007, p. 16).

Nas buscas prévias, Kerber constata a existência de grande quantidade de estudos sobre o tema, mais especificamente em formato de biografias, o que, na opinião do autor, fornece “indícios de sua (Carmen e Gardel) importância dentro do imaginário social brasileiro e argentino”. Após elencar alguns textos sobre o assunto, o autor reconhece a contribuição de cada um na produção de “olhares diferenciados sobre o objeto”, porém, incita ao cuidado de “levar em conta que foram produzidos, em boa parte, sem preocupação acadêmica”. Infere-se, com isso, que parte da crítica ao tradicional é implicada no texto, até porque, logo em seguida, o autor anota: “A maior parte das biografias de Gardel parece ter um enfoque associado a um objetivo tradicional da história, o de ‘dizer o que realmente aconteceu’ com ele, quem ‘realmente’ foi Gardel” (KERBER, 2007, p. 20-22).

No âmbito dos trabalhos mais recentes, e talvez adequados às novas perspectivas historiográficas, o autor cita a obra de Pablo Fermín Oreja (Carlos Gardel. Um mito de los argentinos), adjetivando-a como “distinto e que mais se aproxima desta tese”, obra “cujo objetivo não é conhecer quem realmente foi Gardel, mas do mito que se construiu, no imaginário social, sobre este artista” (KERBER, 2007, p. 22). O comentário à obra elucida, por negação, o que não seria tradicional, e confirma a preexistência de produção similar. A pergunta que poderia ser feita seria se a transferência de foco é suficiente para tornar o trabalho menos tradicional. A interrogação poderia ser elaborada da seguinte maneira, para a pesquisa de Oreja: qual a realidade do mito que se construiu no imaginário social sobre o artista? Se desenvolvido de maneira tradicional, o argumento do autor da tese é insuficiente (ao menos serve para pensar em outros casos). O fato de uma investigação não declarar buscar algum tipo de realidade, verdade e/ou concretude, a tornaria menos tradicional?

A preexistência de estudos similares confirma-se quando tomados Carmen e Gardel, isoladamente. No caso de Gardel, Simon Collier – “Carlos Gardel: *su vida, su música, su época*” – é apontado como “o principal referencial acadêmico”; já sobre Carmen, essa responsabilidade recai em Tânia Costa Garcia – “‘it verde e amarelo’ de Carmen Miranda (1930-1946)”. Em grande medida, esses modelos percorrem também outras teses, quer dizer, estuda-se

determinado tema, por exemplo, no Brasil ou em outro grau acadêmico e, ulteriormente, tece-se o comparativo em relação a outros países, regiões, épocas ou períodos, personagens, etc.

A ideia é a de que o “*corpus* documental” (as músicas) constitui “um objeto relevante para um estudo que objetiva analisar a temática das representações sobre as nações brasileira e argentina no período” (KERBER, 2007, p. 11). Apoiado nessa característica, “[...] as principais fontes utilizadas para esta pesquisa são as canções gravadas por Carmen e Gardel, que são em número de 281 e 930, respectivamente”, seguidas, “como fontes secundárias”, pela análise dos “filmes que contaram com a participação de ambos, os quais nos dão importantes subsídios sobre a performance destes artistas”. Além das citadas canções e dos filmes, a tese faz uso de “depoimentos e fotos” de Gardel e Carmen, os quais chegaram a público e “foram elementos que compuseram suas imagens, fontes estas que, frequentemente, alteraram ou agregaram significado a representações presentes em suas músicas e filmes, além de fotografias feitas de ambos e divulgadas em revistas ou em cartazes de filmes” (KERBER, 2007, p. 17-19).

Ainda sobre as fontes, o autor atribui-se receptor de um benefício da contingência ao haver, “por sorte”, encontrado “a publicação de um admirador de Carmen, que se deteve a juntar e transcrever, através de diferentes fontes, todas as letras das músicas interpretadas pela cantora”. De qualquer forma, no mesmo espaço são apresentadas as dificuldades em relação a outras fontes, como no caso de alguns filmes (Miranda) e de certas canções (Gardel). Diante da diferença de acesso na quantidade de fontes cinematográficas entre Carmen e Gardel, tornou-se necessário um ajustamento. “Esta diferença, consideramos que será atenuada pelo fato de que utilizaremos apenas alguns elementos presentes nos filmes para análise (apenas os que se relacionarem mais diretamente à identidade nacional)” (KERBER, 2007, p. 18-19). Deve-se verificar até que ponto situações como essas são passíveis de atenuação. No caso específico, talvez sim, por ocuparem a posição de fontes secundárias.

Abreviadamente, o exemplo retrata o alinhamento objeto-problema-fontes e realiza, ainda que aqui descrito de maneira parcial, o que Rüsen denomina como críticas internas e externas do material empírico. A condição de fontes primárias e secundárias se dá em relação ao objeto, ou seja, se este fosse outro, os filmes, por exemplo, poderiam ser fontes primárias. No caso, independe da condição de terem sido ou não editadas com algum propósito, nos moldes delimitados em outras teses. Para o proposto no vetor, ilustra alguns tipos de fontes e os respectivos imbricamentos ao tema. De todos os modos, apesar da separação em vetores diferentes, as fontes estão implicadas pelas diretrizes da interpretação e nas estratégias elaboradas para o conhecimento do passado.

O vetor das estratégias cognitivas da experiência do passado consiste na articulação entre heurística, crítica e interpretação. De antemão, Rüsen reconhece o caráter dinâmico das práticas concretas de pesquisa, sem, contudo, mencionar especificamente onde ou como esse movimento pode ocorrer. O autor atribui à heurística, as funções de elaboração da pergunta, a descoberta de conteúdos experienciais capazes de produzir uma resposta (por meio de resquícios coletados e organizados sistematicamente) e a qualificação dos acervos de fontes entre tradição e vestígio. Já à crítica, incumbe avaliar as fontes em seus atributos internos, na autenticidade (externa) e na possibilidade objetiva (coerência entre saberes acumulados e outros saberes atuais). Nesse espaço, estabelecem-se os limites de confiabilidade e origina-se o que Rüsen denomina historicidade objetiva (posição no ordenamento com outros fatos) e subjetiva (posição no fluxo temporal passado-presente-futuro).

À interpretação, última das três fases previstas para a constituição essencialmente cognitiva do conhecimento histórico, Rüsen delega o papel de filtro sobre o que importa ou não no contexto, isto é, tem a função de conectar os potenciais das fontes a outras interpretações (intertextualidade), de forma a gerar sentido histórico singular. O autor imputa à interpretação, além dos critérios cognitivos, alguns encargos literários a serem melhor explorados no fator das formas de apresentação. Por ora, a tarefa é a de verificar a presença ou ausência dessas características das operações metódicas nas teses, seja de forma integral ou parcial, seja por meios explícitos ou implícitos. Nessa matéria, quiçá pelo maior grau de exigência, os dados variam consideravelmente, em relação a outros vetores do fator metodologia e suas epistemologias.

Quadro 31 – Das estratégias cognitivas da experiência do passado (percentuais e montantes)

| | Fraco | | Médio | | Forte | | TOTAL |
|-----------------|--------|---|--------|----|--------|----|-------|
| PUCRS | 11,76% | 4 | 44,11% | 15 | 44,11% | 15 | 34 |
| UFRGS | 4,16% | 1 | 29,16% | 7 | 66,66% | 16 | 24 |
| UNISINOS | 12,28% | 1 | 57,14% | 4 | 28,57% | 2 | 7 |

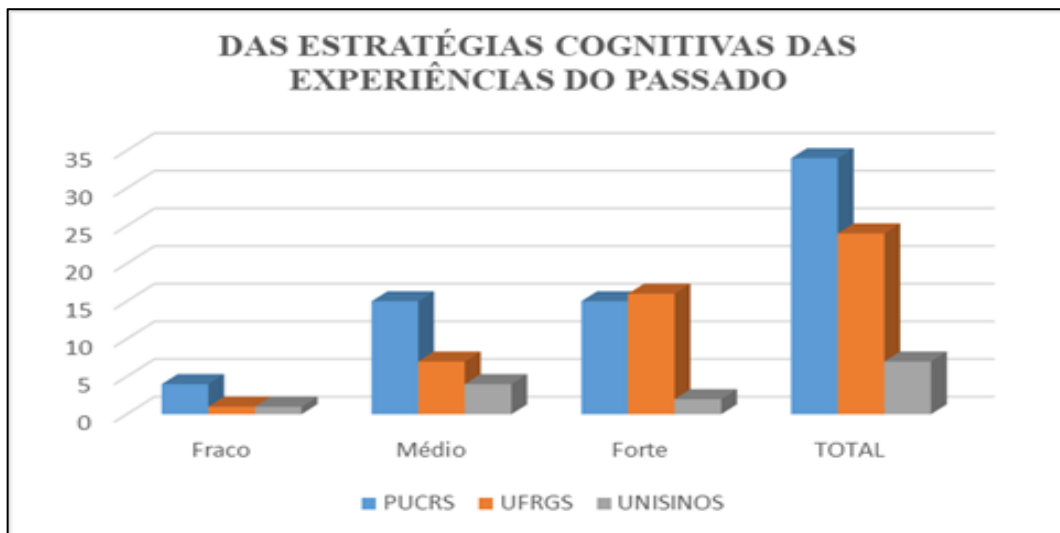
Fonte: elaborado pelo autor (2019).

O Quadro 31 apresenta desequilíbrios numéricos e percentuais em vários ângulos: entre as universidades, de um nível para o outro e, horizontal e verticalmente. Na PUCRS, por exemplo, aglomera-se a maioria das teses nos níveis médio e forte, mas exatamente nas mesmas percentagens, o que informa, de maneira prática, conterem esses trabalhos as características gerais das estratégias para o conhecimento do passado (heurística, crítica e interpretação). No entanto, o modo de desenvolvimento não é, em sua totalidade, o mesmo, ou melhor, quase

metade das investigações (44,11%) realizam todas as etapas das operações metódicas da pesquisa histórica propostas por Rüsen. Enquanto isso, outro grupo de mesmo percentual (44,11%) rege-se por duas estruturas diferenciadas: ou são informadas e não cumpridas, ou realizadas conquanto não enunciadas. Os 11,76% dos trabalhos, desconsideram parcial ou totalmente a existência ou uso dessas etapas.

A UFRGS conta com uma variação maior entre os números de estudos alocados nos níveis médio e forte. Enquanto esse último recebe 16 dos 24 trabalhos, o anterior conta com sete, restando apenas um no nível fraco. Na UNISINOS, há uma inversão em relação à UFRGS: o nível médio acumula quatro de um total de sete investigações, ao passo que o nível forte recebe dois e o nível fraco um. Conjecturalmente, os dados demonstram a ausência de atenção explícita na narrativa, no que diz respeito a esses passos metodológicos, em uma parte substancial das teses. Somados, os níveis fraco e médio na PUCRS computam mais da metade dos trabalhos (55,88%), o mesmo ocorrendo na UNISINOS, em que o percentual chega a 71,42%, aproximadamente. Nesse caso, a única a permanecer com valores positivos, em direção ao nível forte, é a UFRGS, ficando com 33,33% no montante dos outros dois níveis. A conformação gráfica demonstra essas peculiaridades.

Gráfico 12 – Níveis das estratégias cognitivas da experiência do passado



Fonte: elaborado pelo autor (2019).

No formato das torres, o nível médio aproxima-se do total, respeitados os quantitativos a que cada um representa. O número de pesquisas alocadas no nível médio é de vinte e seis (40%) e no nível fraco seis (9,23%). Assim, na globalidade, e ainda que separados por uma diferença de pontuação bastante pequena, o nível forte (50,76%) supera, sozinho, os dois outros

níveis reunidos. No entanto, se considerado que as investigações classificadas no nível médio cumprem ao menos a metade dos requisitos impostos pelos critérios do vetor, têm-se outra visão do agrupamento, quer dizer, a conjugação dos dados, do nível médio ao forte, indica propensões positivas de realização, malgrado fracionárias. Nessa forma de raciocínio, o montante geral alcança mais de 90% das teses. Incumbiria, hipoteticamente, refletir em qual medida e de que maneira a estrutura das estratégias, proposta por Rüsen, é suscetível de flexibilização, quando da prática concreta de pesquisas.

Há, por outro lado, a questão de como as investigações ocorrem, uma vez que não sigam *pari passu* as sugestões rüsenianas. Uma vez mais, em caráter de instigação, a fim de pensar explicações admissíveis para as duas situações, parecem convenientes alguns assinalamentos. Em primeiro lugar, a impressão é que, a rigor, em grande parte das teses a pergunta nasce após o acesso a um *corpus* documental, ainda que difuso, a princípio. As fases da heurística I e II se confundem. A constituição do problema em forma de pergunta ocorre paralelamente ao tatear as fontes. Em segundo lugar, a distinção entre tradição e vestígio (heurística III) dá-se nos casos em que a tese tem como temática esses conceitos, a exemplo de quando se analisam meios de transferência / condução de propriedades do passado para o presente e vice-versa. Independentemente de comporem as discussões, não ocorre uma separação analítica de sentido e facticidade, a não ser pelo motivo de crítica às formas, como determinada historiografia precedente interpretou o tema e pela indicação de novos materiais empíricos. Nessas ocasiões, há uma separação qualitativa da “manifestação de acontecimento do passado”, conforme proposto por Rüsen.

Nas duas fases seguintes das operações metódicas da pesquisa histórica, na lógica geral de inspiração rüseniana, outros dois elementos são patentes: a necessidade de crítica e a interpretação. Na primeira, vige o critério máximo de controlabilidade “sobre o acontecimento do passado na documentação do presente”. A recomendação do autor, de apoio nas ciências auxiliares, ao menos na lista exemplificativa citada por ele, raramente se realiza nas teses na América Latina, diretamente. São utilizadas cartas e outros documentos oficiais – não a diplomática em si – alguns princípios de paleografia em trabalhos específicos – nenhum estudo de brasões (heráldica), selos documentais (esfragística ou sigilografia) ou moedas (numismática). Mais frequente é o uso da cronologia, em particular nas investigações envolvendo aspectos de arqueologia. No geral, predomina a sensação da crença na inerência da autenticidade documental, sendo atípicos os procedimentos de verificação de origem, contemporaneidade da linguagem e proximidade temporal, de acordo com a indicação

rüseniana, conquanto haja ordinária defesa em termos de possibilidade objetiva e compatibilidade com os acervos de saber.

Há, contudo, uma certa segurança, principalmente em termos de crítica externa que, apesar das notas acima, ocorre apoiada em outras áreas do conhecimento, a exemplo da antropologia, da arqueologia, da sociologia, da economia, da estatística e afins. As bases que aparentemente permitem a dispensa das disciplinas auxiliares, citadas por Rüsen, talvez sejam explicáveis por outros dois componentes: o apelo, desde o início, ao trajeto interdisciplinar, e a característica predominante de pesquisas voltadas à reinterpretação. As especialidades ou áreas afins acabam por servir de suporte à interpretação, em prejuízo da crítica. Isso não significa, de forma alguma, a ausência de crítica nos trabalhos, o que há, pontualmente, é o afastamento desse procedimento, em relação à factualidade em forma de vestígios, e a aproximação à tradição, ambos mais explícitos na fase interpretativa. Além disso, em nível de suposição, poderia se aventar que, pelo fato de as formações básicas não ofertarem disciplinas aptas para o uso das ciências auxiliares, a tendência instaurada seria a de importar o que é possível de outras áreas do conhecimento.

O último ponto destacado por Rüsen, para a fase das operações metódicas, é exatamente a interpretação e, desde já, na posição de elo para com a etapa literário-narrativa. Segundo o autor, nessa fase, são conectados os recursos das fontes a outras interpretações (intertextualidade) e selecionadas as características de importância ao tema no contexto, de maneira a gerar, normalmente, sentido histórico único / distinto. Há, no estabelecimento desses nexos, a união dos critérios cognitivos e literários, em que os fatos (resultantes da crítica) são organizados, temporalmente, em sequências narráveis e aptas à explicação. Nesse momento, vigoram os “critérios reflexivos de significância”. Na maioria das teses, a crítica e a interpretação tendem a estar mais próximas entre si (embaralhadas) do que as fases da heurística em relação a uma ou outra dessas etapas. Isso não significa, contudo, o abandono dos princípios de aceção, pertinentes a pesquisa de fontes e documentos, porém, demonstra o deslocamento no interior dos estágios metodológicos previstos, na proposta rüseniana.

Uma vez mais, a referência a um caso retirado das teses pode auxiliar na compreensão dessas estruturas estratégicas formuladas para o conhecimento do passado. O cientista econômico e contabilista, Alfredo Meneghetti Neto, realizou o estudo intitulado “Redes de cidades: cooperação, estratégias de desenvolvimento, limitações constitucionais e divergências – o Caso da Rede Mercocidades”. Inicia a tese, perguntando: “Como se formou a Rede Mercocidades?”. Na sequência, esmiúça, explicando haver examinado a Rede “desde 1995, que é a data de criação da rede por onze cidades latino-americanas (do Brasil, do Uruguai, do

Paraguai e da Argentina). [...] que, em menos de quatro anos de existência, já havia aumentado quatro vezes, passando de 11 para 45 cidades”. Essas redes “são formadas por cidades que se associam a outras através da internet, criando um grupo que tem os mesmos objetivos e que procura trocar informações dentro de um contexto de cooperação internacional”, partindo, segundo o autor, do princípio de que “[...] existe uma tensão entre os dois níveis de governo, federal e local” (MENEGHETTI NETO, 2002, p. 27-29).

O recurso à América Latina como um todo aparece no primeiro capítulo, em que apresenta alguns dados gerais sobre “[...] o processo histórico das cidades da América Latina” (MENEGHETTI NETO, 2002, p. 32) e conclui que, por exemplo, “[...] de uma forma geral, a cidade na América Latina sempre manteve pouca relação com o resto do país”, daí fazer “sentido considerar que o discurso dos executivos da Rede Mercocidades, no que diz respeito ao item da autonomia política, tem raízes históricas” (MENEGHETTI NETO, 2002, p. 41, nota 7). Aqui, talvez, coubesse considerar dois pontos, ainda que provisoriamente. O primeiro é a validade da generalização em história. O segundo é o modelo extensionista, comum a muitas teses, de aparato em estudos locais para a América Latina¹⁰⁰, como se fosse um processo automático, mesmo quando se reivindica algum tipo de diversidade na América Latina, como é o caso desse trabalho.

A tese dedica partes substanciais de texto aos quesitos metodológicos, o que parece característica própria a alguns recortes (história recente) e/ou temas (não totalmente consolidados intersubjetivamente). No caso em análise, a partida é a “metodologia quantitativa (relacionada com teorias da economia regional)”, a fim de “chegar à análise qualitativa [...], sugerida por Bardin”. A opção foi pelo estabelecimento de “[...] questões norteadoras, ao invés de hipóteses fechadas, pois elas reúnem melhores condições de explicar o objeto estudado” (MENEGHETTI NETO, 2002, p. 27-28). O intuito desses critérios é a identificação de “[...] padrões que estavam contidos nos discursos e nos documentos da Rede Mercocidades” (MENEGHETTI NETO, 2002, p. 88).

A pretensão expressa no trabalho é a de privilegiar “tanto a Teoria das Redes de Cidades, apresentada por Capello (2000), como também a análise conceitual de Bardin (1991)”. A última autora destaca-se por propor “uma espécie de jogo de operações analíticas, que são adaptadas à natureza do material de que o analista dispõe” (MENEGHETTI NETO, 2002, p. 31). É um pouco da hierarquia – condicionamento do método ao material. O autor, pela própria formação

¹⁰⁰ Uma curiosidade, aliás: este é um dos únicos textos entre as sessenta e cinco teses que discute a noção de América Latina, apesar de esta estar presente em praticamente todos os trabalhos examinados, ainda que em níveis de interesse variados (MENEGHETTI NETO, 2002, p. 178).

inicial, sem que isso signifique alguma forma de privilégio, e sim tendência, apoia-se também em análises estatísticas.

No concernente à definição de “uma teoria que possa explicar as redes de cidades”, o autor indica o “modelo gravitacional” – especialmente utilizado na Economia Regional e na Geografia. O segundo suporte teórico, segundo o autor, está na Teoria das Redes de Cidades (Roberta Capello, 2000). Em sua opinião, esse modelo “vai além do modelo gravitacional, pois contempla a competição de longa distância e a cooperação, apesar da barreira da distância”. Acrescenta, ainda, que o “conceito de rede de cidades consiste de três elementos”, a constar (simplificadamente): “as relações entre as cidades ocorrem na base da Teoria dos Lugares Centrais idealizada por Walter Christaller nos anos 30”; “o segundo elemento é a externalidade da rede [...]”; e, “o terceiro elemento é a cooperação [...]”. Segundo o autor, essas teorias (de predominância quantitativa) se complementam, tendo havido avanço da segunda em relação à primeira (MENEGETTI NETO, 2002, p. 79-82).

Na divisão entre metodologias quantitativa e qualitativa, proposta na análise, para a segunda informa o autor: “Uma contribuição ao trabalho de Capello (2000) poderia ser dada pela pesquisa qualitativa sugerida pela história, que trabalha com depoimentos abertos e também com a análise de documentos oficiais sugerida por Veyne, Bardin (1991) e Thompson”. As propriedades dessa metodologia, em relação à pesquisa, estão no empenho “em entender o discurso que está nas entrelinhas e que é revelado por uma análise totalmente voltada às palavras utilizadas e ao conteúdo desenvolvido nos documentos escritos” (MENEGETTI NETO, 2002, p. 88).

A partir dessas observações, são apresentadas as fontes principais – documentos oficiais da Rede Mercocidades, entrevistas com seis pessoas “que foram fundamentais na constituição da Rede Mercocidades” e sites. De passagem, o autor questiona o próprio procedimento, no sentido de saber: “até que ponto uma fita de gravação pode ser considerada um documento em si?”. Ao tratar da interpretação, explica sua categorização, “que se refere a um reagrupamento de assuntos segundo o gênero, com os critérios previamente definidos. Assim, o critério de categorização foi o semântico, ou seja, categorias temáticas” (MENEGETTI NETO, 2002, p. 93). A tentativa é a de explanar como procedeu na identificação textual dos indicadores de sucesso e fracasso, a partir do que Bardin, referiu “ao estudo da frequência de presença (ou ausência) de palavras de sentido” (BARDIN, 1991, p. 37 apud MENEGETTI NETO, 2002, p. 93, nota 20).

Nos comentários sobre a realização das entrevistas, afirma: “Tudo o que interessava era fazer o depoente falar”. Meneghetti Netto (2002) acredita que todos os entrevistados “estavam

credenciados para falar pela rede e, por essa razão, possuíam uma ideia firme a respeito da própria história da Rede Mercocidades”. Outrossim, “uma característica básica é que todos (com exceção de Vanessa Marx) eram do Partido dos Trabalhadores, ou seja, ocupavam cargo de confiança na época em que estavam vinculados com a Rede Mercocidades” (MENEGETTI NETO, 2002, p. 91). A posição do autor sobre a pesquisa qualitativa é a de que talvez um de seus diferenciais seja o de “procurar, de todas as formas, não afetar o comportamento das pessoas envolvidas nas entrevistas” pois, na esteira de Bogdan e Biklen (1998, p. 35 apud MENEGETTI NETO, 2002, p. 91, nota 17), “quanto mais intrusa e controlada a pesquisa, tanto maior a possibilidade de que o pesquisador acabe estudando o próprio método, em vez de estudar o que realmente era seu objetivo estudar”.

Realiza-se uma digressão sobre a pesquisa quantitativa e qualitativa, comparando suas características e respectivas “filiações acadêmicas”. Na sequência, apresenta-se “dois tipos de abordagens históricas: a história imediata e o método comparativo”. Nesse meio, compara-se a “história imediata” à prática jornalística, as noções de “concepção simplista” à “concepção complexa” de Morin. Após considerar, baseado em Cardoso e Brignoli, o método comparativo defende que “nenhum trabalho científico, por mais limitado e monográfico que seja, pode dispensar totalmente o método comparativo, pois é impossível a introdução de novos elementos em um terreno qualquer do conhecimento sem compará-los com os já conhecidos” (MENEGETTI NETO, 2002, p. 101-104).

O trabalho é, parcialmente, a continuação de estudos anteriores do autor, característica comprovada nas diversas referências às próprias produções, em períodos distintos (decorrer da tese menciona pelo menos onze textos). Além disso, esse é um estudo que tem enfoque maior nos aspectos espaciais, em detrimento de temporais – talvez pelo curto período do recorte de 1995 a 2002 –, mas também pelas contínuas menções ao global, nacional, regional e local, e pelas preocupações em localizar cada item discutido. Ademais, a própria Teoria das Redes de Cidades (Capello), que fundamenta o estudo, tem tal conotação; os comparativos são predominantemente espaciais e não parecem se preocupar tanto com o antes e o depois, ou ainda com as estruturas temporais, embora, como já anotado, retroceda superficialmente até o período colonial latino-americano para explicar algumas bases históricas das cidades. Em muitos níveis, o trabalho aborda (prioriza), como consequência do próprio tema, aspectos de espacialidade em detrimento de movimentos (processos) históricos. Invoca a relação das redes de cidades com a geografia política e possibilita pensar a espacialidade de maneira diferenciada, como, por exemplo, através de “conexões eletrônicas” (MENEGETTI NETO, 2002, p. 64).

No traçado demonstrado em uma série de teses, evidenciando certa padronização, essa também conclui o texto com questões para debates futuros. O fito é estimular reflexões em pelo menos mais duas direções. Uma, através da definição de uma metodologia mais forte, tanto em termos de análises estatísticas e de custos da rede de cidades como de aprofundamento da pesquisa qualitativa. E a outra, através da análise de conteúdo e de documentos oficiais. Em termos de recursos técnicos, recorre-se a figuras (17), gráficos (10), quadros (14) e tabelas (9). As referências (142) são apresentadas de forma conjunta, sem distinção se on-line, impressas, documentos, entrevistas, primárias e/ou secundárias. Estão 25 em língua estrangeira (24 em inglês e 1 em francês) e as demais em português e espanhol. Utiliza-se trabalhos como dissertações e teses, e também projetos de pesquisa. São doze obras de caráter específico em teoria da história. As fontes variam entre textos jornalísticos (Zero Hora e Clarín), sites, almanaques e dicionários. Anexa, integralmente, as entrevistas (seis), entre outros dados, especialmente estatísticos.

A considerar o conjunto de vetores (das ideias de método / cientificidade, da reflexividade historiográfica, das fontes e das estratégias cognitivas da experiência do passado) nos limites do fator metodologia e suas epistemologias, sem perder de vista que esse último também é parte integrante da unidade matricial do pensamento histórico, um delineamento final pode ser realizado. O intento é o de observar em qual medida a organização adotada no capítulo propiciou explicações plausíveis, no tocante às inter-relações da sistemática rüseniana com as práticas concretas de pesquisa aqui examinadas. Vale a recordação de que o próprio Rüsen anota a existência de variações no desenvolvimento dessas últimas, mas que uma das principais funções da análise ora implementada é justamente a de verificar as possibilidades de sobreposição entre os dois níveis da historiografia (geral e particular).

O apanhado deve considerar, uma vez mais, duas características transversais a todo o exame: a primeira, a divisão em vetores como artifício de captação dos dados e informações das teses e, a segunda, a necessidade de percebê-los durante a análise qualitativa, de maneira integrada, sem interposição de limites. Isso, pois, em 100% dos trabalhos examinados, os vetores confundem-se entre eles e, muitas vezes, estão emaranhados à matéria estudada, dificultando a própria abstração dos mesmos, precisando suas características e propriedades serem avaliadas em separado. Naturalmente, salvo ligeiras exceções, o que as teses demonstram, na melhor das hipóteses, são metodologias particulares para o uso nas respectivas investigações e não discussões sobre método em si. Assim, repetindo os demais fatores, toda e qualquer conclusão é por aproximação dessas duas instâncias, uma prática e outra da lógica do pensamento histórico de que trata Rüsen.

Quadro 32 – Metodologias e seus vetores

| Das ideias de método/Das noções de cientificidade | | | | | | | |
|--|--------|---|--------|----|--------|-------|----|
| | Fraco | | Médio | | Forte | TOTAL | |
| PUCRS | 11,76% | 4 | 44,11% | 15 | 44,11% | 15 | 34 |
| UFRGS | 4,16% | 1 | 45,83% | 11 | 50,00% | 12 | 24 |
| UNISINOS | 12,28% | 1 | 42,85% | 3 | 42,85% | 3 | 7 |
| | | | | | | | |
| Da reflexividade historiográfica | | | | | | | |
| | Fraco | | Médio | | Forte | TOTAL | |
| PUCRS | 0,00% | 0 | 8,82% | 3 | 91,17% | 31 | 34 |
| UFRGS | 0,00% | 0 | 8,33% | 2 | 91,66% | 22 | 24 |
| UNISINOS | 0,00% | 0 | 12,28% | 1 | 85,71% | 6 | 7 |
| | | | | | | | |
| Das fontes | | | | | | | |
| | Fraco | | Médio | | Forte | TOTAL | |
| PUCRS | 2,94% | 1 | 20,58% | 7 | 76,47% | 26 | 34 |
| UFRGS | 0,00% | 0 | 12,50% | 3 | 87,50% | 21 | 24 |
| UNISINOS | 0,00% | 0 | 28,57% | 2 | 71,42% | 5 | 7 |
| | | | | | | | |
| Das estratégias cognitivas da experiência do passado | | | | | | | |
| | Fraco | | Médio | | Forte | TOTAL | |
| PUCRS | 11,76% | 4 | 44,11% | 15 | 44,11% | 15 | 34 |
| UFRGS | 4,16% | 1 | 29,16% | 7 | 66,66% | 16 | 24 |
| UNISINOS | 12,28% | 1 | 57,14% | 4 | 28,57% | 2 | 7 |

Fonte: elaborado pelo autor (2019).

No total de 260 itens avaliados, 173 (66,53%) estão concentrados no nível forte, 73 (28,07%) no médio e 13 (5%) no fraco. A partir unicamente desse ponto de vista, os índices podem disfarçar os desequilíbrios. Para comprovar esse risco, seria suficiente comparar a proximidade nos dados, entre ideias de método / cientificidade e estratégias cognitivas da experiência do passado, e o distanciamento dos resultados desses vetores em relação à reflexividade historiográfica e às fontes. E, ainda assim, não havendo equidade no confronto dos dois últimos, mesmo que próximos. Os desequilíbrios em favor do nível médio recaem no primeiro e no último vetores, característica explicável pelo nível de abertura de que são constituídos.

No todo, entretanto, não essencialmente nas exemplificações em pauta, a eleição de critérios e procedimentos, qualidades-mores de métodos, parece comprometida pelo alto grau de dispersão no texto. Há casos em que não é apresentado um cabedal de informações sobre a metodologia a ser utilizada e nem é possível estabelecer uma linha de coerência entre o objeto, as perguntas e as fontes. Esses elementos aparecem no texto, porém sem conexão, o que indica, presumivelmente, o desconhecimento das particularidades de cada um e/ou a possível desconsideração consciente da necessidade de sua apresentação no texto. Na maioria dos casos, existe a mistura dos elementos constituintes do método, a exemplo da confusão reiterada de critérios e procedimentos. Em algumas ocasiões ocorre a descrição de como as fontes foram

encontradas e não os meios de uso. Já em outros, inverte-se o que seja o objeto, substituindo-o pelas próprias fontes.

A empiria tende a encobrir componentes da metodologia. A reflexividade historiográfica, muitas vezes diante da existência de um expressivo *corpus* documental, é relegada a comentários iniciais em que obras anteriores são classificadas como de caráter tradicional, inconclusas, incompletas, etc. A proposição inversa também é válida: diante da ínfima quantidade de fontes, encontra-se alternativas nos saberes acumulados, tanto na historiografia quanto nas técnicas metodológicas disponíveis. A profundidade das análises parece depender intimamente dessas circunstâncias. Normalmente, uma sobrepõe substancialmente a outra. Um raciocínio parecido se repete em relação à metodologia de análise, corriqueiramente substituída pela apresentação do rol de fontes.

As teses de predomínio comparativo, conquanto não possam ser generalizadas, facilitam a observação de uma outra propriedade de valor metodológico: a defesa da inerência da comparação em pesquisas históricas. O interessante nisso são os vieses resultantes dessa perspectiva. De início, vem acompanhada da ideia sustentada por Marc Bloch, de que a comparação não é um método em si, mas, na sequência, comumente essa acaba sendo a estratégia exclusiva utilizada na investigação. Aparecem antecipações argumentativas que, vistas por determinados ângulos, poderiam aparentar até mesmo justificativas à ausência de critérios e procedimentos (métodos).

Apenas a título ilustrativo e para ensejar reflexões, tome-se emprestada a seguinte asserção: “[...] no âmbito da história, especialmente no da história comparada, a adoção de modelos metodológicos predefinidos pode engessar a realidade, porque esse campo do conhecimento lida com ‘casos’ que nem sempre seriam facilmente reduzíveis aos quadros metodológicos” (KERBER, 2007, p. 49). Três problematizações conseguiriam, assim, ser formuladas. Primeiro, a de não se tratar de modelos e tampouco predefinições do tipo determinista, opostamente da fundamentação racional das escolhas. Em segundo, a não adoção de modelos metodológicos (tatear pelas fontes e pelas representações) não colocaria a pesquisa na posição exatamente inversa a essa, ou seja, um determinismo das fontes (achados ocasionais) ou de interpretações prontas. E, em terceiro, incumbe-se sempre de optar entre a redução dos quadros metodológicos e o traçado de uma caminhada objetivada.

Uma vez elaborada a pergunta e as respectivas problematizações, algumas fontes tornam-se obrigatórias, acabam se impondo por deterem características de um passado específico e que somente se revela por meio delas, ainda que as perspectivas iniciais (partidas do presente) apontassem para outros documentos. Não necessariamente essas fontes sirvam de

respostas exclusivas a esse grupo de perguntas, no entanto, não poderiam se fazer ausentes. Na contestação de interpretações precedentes, na suposição de respostas inéditas – como ocorre em muitas teses –, o presente se manifesta, a morte metódica, a coisificação de que trata Rüsen não aparece sem os materiais empíricos. Especula-se, exclusivamente, o sentido é remoído e não constituído. As asserções apontam para a consideração de que os tipos de fontes determinam, em muito, as formas de uso dos instrumentos metodológicos. O material jornalístico, por exemplo, utilizado em grande medida nas teses como fonte, impõe a verificação de pontos de vista políticos nele implicados, a intertextualidade e, em alguma medida, a análise de discurso ou textual.

A pergunta que persiste é sobre quais tipos de fontes as teses utilizam, afinal? Materiais de imprensa (jornais) e revistas periódicas lideram a lista. As denominadas fontes oficiais (correspondências, acordos, atas, circulares, despachos, instruções, ofícios, pareceres, relatórios, protocolos, tratados.) vêm logo atrás. Mas há, ainda, uma variedade de outros documentos usados com assiduidade, embora não tenham sido computados numericamente para o presente exame e, muitas vezes, tenham origem preordenada (arquivos públicos e privados, universidades, publicações documentais). São eles: mapas, plantas cartográficas (espaço produzido), crônicas e relatos de viagens, cartas e correspondências de caráter privado, memórias, biografias, panfletos, dados estatísticos, manifestos, ensaios, artigos e conferências dos personagens envolvidos, entrevistas, depoimentos e testemunhos, listagens (de vítimas, onomástica, de batismo, casamento, entre outros), objetos de arte, imagens (fotos), registros judiciais (processos-crimes, batidas policiais, sequestros, interrogatórios, torturas, dossiês, fichas, pastas, pedidos de informação ou de busca, confissões, ordens de serviço, informes), coleções, letras musicais, filmes, cartazes, diários, livros-caixa, observação direta (participação do evento), entre outros.

O rol não é taxativo. Importa, ainda, anotar os desequilíbrios quantitativos e qualitativos observáveis entre as teses, quando tomadas individualmente. Enquanto algumas restringem-se a enunciar arquivos visitados e as dificuldades em obter materiais – ficando por conta do leitor o reconhecimento dos tipos documentais adotados no texto – outras se colocam como verdadeiras fontes de consulta para investigações futuras. O mesmo poderia ser afirmado sobre a revisão de literatura. Os montantes variam muito de uma pesquisa para outra, assim como os graus de profundidade no aproveitamento dos textos. Porém, a avaliação precisa dessa característica implica no desenvolvimento de ferramentas apropriadas para tal. A despeito de ter sido realizada a contagem de livros, artigos, ensaios, teses, dissertações e monografias citadas nas referências, permitindo médias aritméticas e algumas constatações de caráter geral,

a tarefa de medição dos efeitos de cada fonte e/ou referência historiográfica, em relação às respectivas perguntas, está além dessa análise e, seguramente, merece o empenho de outra tese.

Às estratégias cognitivas da experiência do passado, resta agruparem sistematizadamente todos esses elementos. Tomando-se como referência as ideias de método e de cientificidade em constituição ou, ainda, elaboradas em fases anteriores, ao menos idealmente, conectam em formato de etapas, heurística, crítica e interpretação. Nesse âmbito, o modelo rüseniano e as teses se mostraram intermitentes entre si. A não conformidade completa tem por base as inversões na ordem de aplicação do dispositivo, quando das práticas concretas de pesquisa, e as repetidas situações de inexistência ou abandono de alguma das etapas, além das costumeiras ausências de organogramas explícitos envolvendo critérios e procedimentos. O esquema de Rüsen permite, exatamente pela condição de instrumento avaliativo ora adotado, a confecção de categorias de análise, o que não significa a total correspondência funcional em relação às práticas investigativas examinadas. É na possibilidade de representação dos traços essenciais desses processos que reside o exercício aqui realizado. É nessa expressão de controlabilidade que o método consiste.

7 FORMAS DE APRESENTAÇÃO E SUAS EPISTEMOLOGIAS

7.1 APRESENTAÇÃO

Segundo Rüsen, a ideia central em torno das formas e processos da historiografia é a de que “o escrever insere nos resultados de pesquisa algo que ainda não está presente na interpretação” (RÜSEN, 2015, p. 189). No intuito de constituir uma teoria da história suficientemente capaz de dar conta da complexidade constitutiva do saber histórico, exige-se duas características de pertinência decisiva: uma *cognitiva* – pensamento histórico baseado em pesquisa – e outra de *forma estética e efeito retórico* – com o que “o pensamento histórico torna presente o passado”. Noutros termos, para além das etapas do conhecimento até aqui visitadas (carências de orientação, concepções e métodos), nasce, narrativamente, uma quarta fase, ou seja, reserva-se lugar às determinantes de formatação nas “*práticas do narrar histórias*”, estágio com lugar próprio na teoria da ciência da história (RÜSEN, 2015, p. 191, grifos do autor).

No “ato de escrever história”, evidenciam-se as propriedades gerais da constituição do conhecimento histórico, particularmente os elementos de cientificidade desse processo, até aqui tratados no âmbito das filosofias material e formal (RÜSEN, 1996). Acresce-se a isso alguns critérios racionais de intersubjetividade, que permitem a consistência de uma narrativa histórica. Rüsen aponta duas dimensões dessa consistência:

- a) **a coerência teórica:** no que diz respeito “aos conceitos e sua relação com a informação do material das fontes”. A expressão que melhor denomina essa qualidade é a de “*reconstrutibilidade*”, isto é, a dotação da interpretação histórica “de transparência e clareza que possibilitam, principalmente, construir e corroborar ou refutar a argumentação que apresenta”. A regra metódica capaz de expressar essa transparência sugere que a interpretação ocorra “dentro de uma rede conceitual explícita”.

Com os recursos conceituais explícitos em forma mais ou menos teórica, a interpretação histórica se reveste de um determinado grau de reflexibilidade, que reforça o elemento de explanação racional que opera no ‘contar uma história do passado’, embora lhe atribua sentido pela via argumentativa, dirigida às faculdades racionais daqueles aos quais a história é contada. Os processos mentais criativos da narratividade histórica adquirem a qualidade de estrutura narrativa e submetem a espontaneidade racional ao controle da evidência empírica, da coerência lógica e do vigor explanatório, no jogo da produção histórica de sentido (RÜSEN, 1996, p. 96).

- b) **a coerência prática:** “a qualidade da narrativa histórica que lhe confere plausibilidade quanto à função prática que ela tem na orientação cultural da vida concreta”. O autor insere, aqui, componentes do que denomina filosofia funcional ou prática da história (orientação cultural no mundo humano) e que serão melhor discutidos no próximo capítulo. No entanto, questiona-se sobre a possibilidade de se constatar e identificar coerência e intersubjetividade (indícios de razão), “mesmo nos abismos da vida, em que interesses, conflitos, vontade de poder e a avassaladora ambição de assegurar autoestima e reconhecimento social desempenham um papel decisivo na modelagem das imagens do passado para as finalidades do presente e na perspectiva do futuro” (RÜSEN, 1996, p. 96-97).

A resposta é taxativa: “sem os elementos discursivos da intersubjetividade, a vida humana prática seria impossível”. Elementos que, na concepção do autor, podem ser especificados na “mais sensível e prática das funções do pensamento histórico: seu papel na formação da identidade pessoal e social”. É um pouco sobre esse entendimento que se estrutura o presente capítulo, ou seja, sobre “um sistema de operações mentais que define o campo da consciência histórica”. A narração, na condição de “atividade criativa da mente humana no processo do pensamento histórico” e que objetiva “dar sentido à experiência do tempo para orientar a vida prática no decorrer do tempo”¹⁰¹, seria captável nas formas de apresentação do conhecimento histórico? Em caso positivo, como se apresentam tais indícios? No que tange aos interesses do exame ora realizado, as formas de apresentação, por tratarem-se de trabalhos acadêmicos e resultarem da obrigatoriedade de alguns padrões institucionalizados, serão tratadas como sinónimas de narrativas (RÜSEN, 1996, p. 97).

A fim de que sejam avaliadas as formas como a narrativa histórica se apresenta no corpo das teses em exame, foram elencados quatro vetores principais, os quais, além de estarem integrados entre si, também fazem parte do todo da matriz do pensamento histórico. Em moldes gráficos, podem ser distribuídos, conforme apresentados no Quadro 33.

¹⁰¹ No original: “Historical narration is a system of mental operations defining the field of historical consciousness. It is poetic in that it is the performance of creative activity by the human mind in the process of historical thinking. The purpose of historical narration is to make sense of the experience of time in order to orient practical life in the course of time” (RÜSEN, 1987, tradução própria).

Quadro 33 – Formas de apresentação e seus vetores

| VETOR | FORMAS DE APRESENTAÇÃO | | |
|--|------------------------|---------|---------|
| | NÍVEL 6 | NÍVEL 3 | NÍVEL 0 |
| | Forte | Médio | Fraco |
| Dos Tipos de Constituição de Sentido | | | |
| Da Narratividade do Pensamento Histórico | | | |
| Da Representação do Processo Temporal | | | |
| Dos Modelos Interpretativos/Protocolares | | | |
| PARCIAIS | | | |
| TOTAL | | | |

Fonte: elaborado pelo autor, a partir de substratos obtidos nas concepções da Matriz do Pensamento Histórico (RÜSEN, 2015).

No interior da proposta geral, de verificar os níveis de intensidade desses vetores no interior de cada tese, abaixo eles são definidos, individual e correspondentemente caracterizados. A estrutura segue os moldes dos capítulos anteriores, isto é, classifica em três níveis: Forte (6), Médio (3) e Fraco (0), conforme o grau atingido nos critérios propostos nos mesmos. Ao final desse tópico, pretende-se reconhecer o quão de presença há em uma tese, em sua fase historiográfica, de um ou outro dos tipos de constituição histórica de sentido, de força da narratividade implicada nesse pensamento, de como os processos temporais são representados narrativamente e de quais modelos interpretativos se faz uso. Em outros termos, pretende-se discernir, sob os auspícios da constituição história de sentido – uma espécie de guarda-chuva que cobre toda a matriz do pensamento histórico – a narrativa em três aspectos centrais: materiais, formais e funcionais.

7.2 DOS TIPOS DE CONSTITUIÇÃO HISTÓRICA DE SENTIDO

Rüsen, partindo da tipologia¹⁰² como esquema de ordenação apropriado para a historiografia, opta por apresentar sua compreensão do que venha a ser a própria proposta tipológica da narrativa histórica, através do que denomina “os quatro tipos da constituição histórica de sentido”. O objetivo é abarcar “a totalidade do campo de representação histórica do passado” (RÜSEN, 2015, p. 206), sem desaparecer a abstração intrínseca aos tipos ideais. Escrito por Rüsen de forma bastante clara, “Há quatro possibilidades de tornar presente o

¹⁰² O autor especifica que, na composição de qualquer tipologia, “[...] são importantes os critérios segundo os quais os tipos são definidos. Os tipos precisam sumarizar os diversos elementos de formatação em uma *forma básica*, mediante a qual se pode distinguir claramente os vários setores da apresentação historiográfica. Os diversos setores precisam então ser articulados para cobrir todo o campo das formas historiográficas de apresentação. Para a definição desses setores, são decisivos, naturalmente, os princípios da constituição histórica de sentido, que está à base de todos seus diversos aspectos (os materiais, os formais e os funcionais)” (RÜSEN, 2015, p. 201).

passado humano, no construto de sentido de uma história, enquanto fator de orientação cultural. A história pode ser *narrada de modo tradicional, exemplar, genético e crítico*” (RÜSEN, 2015, p. 207), conforme segue:

- a) **tradicional:** nesse modo narrativo, o sentido histórico pode ser tratado como “eternidade intratemporal”, ou seja, a representação do fluxo temporal “é a da duração na mudança”. O “tempo originário” é o determinante paralisador dos demais acontecimentos temporais, por seu caráter “normativo-paradigmático”. Reforça-se a continuidade. Mais do que uma história de certa origem, é a história capaz de cobrir todos os acontecimentos temporais da vida humana e, de tal forma, ordenar essa vida. A ideia de uma “significância duradoura” ultrapassa quaisquer distinções “entre outrora e agora, entre hoje e amanhã”, pois o sentido encontra-se fundido em uma continuidade. A proposição de histórias narradas nessa perspectiva é a de reforço e confirmação de tal continuidade (o entendimento sempre reproduzido e a reproduzir). O acontecimento normativo-paradigmático (instituidor do tempo originário) inibe experiências advindas do exterior comunitário, daí Rösen considerar esses tipos de narrativas “pobres de experiência” e, mais do que isso, conformadoras miméticas da subjetividade humana, uma vez que, tratando-se “de constituição da identidade, funcionam como incitação a assumir ordenamentos do mundo originário, previamente dados” (RÜSEN, 2015, p. 207);
- b) **exemplar:** na argumentação rüseniana, tem-se, aqui, outro caso de paralisação do tempo, dessa vez, no entanto, no “plano superior”, em sua “qualidade supratemporal”. A experiência ocupa a posição de “suporte das orientações atuais do agir”. Os casos concretos “demonstram regras gerais de comportamento com validade supratemporal”. Nesse âmbito, tem-se a já conhecida (desde Cícero) história como mestra da vida. Comunicativamente, dir-se-ia que serve de suporte à faculdade de julgamento, até porque a realização social (por argumentação) se dá com base nessa capacidade. A identidade histórica é determinada “enquanto competência regulativa”. Na síntese de Rösen, na esfera do modo exemplar de narrar “o pensamento histórico constrói sua capacidade de julgar: a história ensina a gerar, a partir de casos particulares, regularidades universais do ordenamento da vida humana e as aplicar aos casos concretos dos acontecimentos atuais” (RÜSEN, 2015, p. 208).
- c) **genética** (*geno* – do grego: fazer nascer): aqui, para Rösen, “o que faz sentido é a mudança”. Há um processo de temporalização em que deixa de existir o medo diante

das normas (eternas). Ocorre exatamente o inverso: o tempo é representado evolutivamente e, ainda que em assimetria, experiência (passado) e expectativa (futuro) interagem, no intuito de a primeira orientar a segunda, até para que essa mudança se estabeleça com sentido (temporalização). No momento em que a subjetividade deixa de trabalhar, a partir de regras fixas, instaura-se a necessidade de formação, a ser preenchida “com conteúdos da experiência histórica”. O autor propõe, como exemplo clássico para o caso, o conceito moderno de nação e resume: “pode-se dizer que, na constituição genética de sentido, *o tempo é temporalizado enquanto sentido*” (RÜSEN, 2015, p. 209, grifo do autor).

- d) **crítica**: segundo Rösen, a relação dessa forma de constituição de sentido em torno das anteriores é de negação. Visa, antes de mais nada, desconstruir os modelos interpretativos instituídos previamente. Representa o tempo, de maneira predominante, através das rupturas, descontinuidades e oposições. O julgamento, nesse caso, visa ser capaz de pôr em dúvida os construtos de sentido oferecidos pelo passado; “trata-se de assumir posições divergentes, de rejeitar, da força modificadora do ‘não’. Na pragmática da constituição da identidade, é convicção que se forma na narrativa crítica” (RÜSEN, 2015, p. 210).

Rösen questiona sobre qual(is) o(s) ganho(s) angariado(s) por essa tipologia, e responde, genericamente, serem todos esses tipos encontrados, em maior ou menor escala, nas diferentes narrativas. A princípio, permeiam todos os tempos e culturas (pelo caráter abstrato do esquematismo) nas manifestações do pensamento histórico cotidiano e nos domínios mais sofisticados da cultura histórica. As perspectivas nele desenvolvidas não devem ser entendidas, por certo, como se uma forma de narrativa substituísse a outra. Ao invés disso, elas se superpõem e interpenetram, gerando, assim, uma grande variabilidade de possibilidades (RÜSEN, 2015, p. 210).

No todo, prevalece o que Rösen intitula “sentido e entendimento”. Importa observar o modo pelo qual esses tipos se comungam. No caso, por exemplo, da ciência histórica moderna, Rösen a entende como predominância da constituição genética de sentido. Ao mesmo tempo, recorda que, para assumir uma forma moderna, os demais tipos articulam-se àquela genética. Na mesma linha, o tipo crítico alinha-se à ciência pela necessidade de transparecer enunciados controláveis. Ainda que haja perdas para o “duto narrativo”, sua respectiva coesão dá-se diante da enunciação também das incertezas presentes no saber histórico. Precisamente, “a narrativa de acontecimentos históricos tem de deixar claro, por princípio, o quanto seu narrar possui

fundamento confiável, que dúvidas ainda persistem e que alternativas podem ser consideradas” (RÜSEN, 2015, p. 212).

O tipo crítico precisa, no processo de negação, lembrar de experiências históricas que contradigam àquilo a que se opõe. O simples esvaziamento normativo vigente ou a constituição combativa de uma unilateralidade por outra, inibem esse recurso. Algo similar ocorre na relação entre tradição e ciência: “A historiografia não tem como excluir a mudança temporal da qualificação dos ordenamentos tradicionais da vida. Ela tem de evidenciá-los neles mesmos”, o que, de certa forma, auxilia na avaliação da plausibilidade empírica dos legados da tradição enquanto resistentes à mudança (RÜSEN, 2015, p. 214).

No pensamento exemplar e sua respectiva relação com a ciência, ocorre, nos dizeres de Rüsen, “uma alteração de forma”, particularmente ao retirar da imensidade “dos acontecimentos históricos do passado uma regularidade geral do comportamento humano”. Há necessidade de, no modo moderno de se pensar a história, as estruturas comportamentais gerais do homem serem “conectadas a seus contextos, sistematicamente, em sua apresentação exemplar” (RÜSEN, 2015, p. 214).

Em conclusão, Rüsen assenta algumas notas gerais. O ponto fundamental desses apontamentos está na ideia de complementaridade entre cientificidade e historiografia. A partir disso, fortalece o empenho a ser realizado na historiografia, em favor de fazer-se valer na estética e na retórica. À teoria da história, atribui o papel de incitar o enfrentamento da complexidade exposta na articulação dos tipos de maneira sistematizada. Mais, impulsiona o enriquecimento das formas narrativas, em contraposição a quaisquer formas de restrição normativa. Finda, esclarecendo a inviabilidade de prescrever formas literárias e meios de realização da constituição histórica de sentido e, ao mesmo tempo, acredita que se possa incitar a explicitação das razões de adoção de formas e meios (RÜSEN, 2015, p. 215).

Diante da substancialização de um tipo de formação de sentido histórico em outro, torna-se bastante difícil mensurar o quão predominante qualquer um pode ser sobre os demais, principalmente pelo fato de que não se está analisando a historiografia de um século, por exemplo, como o fez Hayden White e/ou mesmo Rüsen, ao reconhecer na historiografia moderna certa preponderância da constituição genética de sentido. Por tratar-se de um período menor, mas, principalmente, pela especificidade do composto em termos de tipos de trabalhos, assuntos, conteúdos, áreas e locais de produção (teses, doutorados, acadêmicas, história, Rio Grande do Sul e outros), julga-se necessário o estabelecimento de critérios capazes de absorver certas propriedades das narrativas em questão sem, ao mesmo tempo, desprezar os processos constitutivos de sentido nessa historiografia. A intenção é observar, mais do que a prevalência

de um ou outro dos tipos rüsenianos – sem desprezá-los quando identificáveis –, a existência de narrativas com preocupações instituidoras de sentido histórico e seus meios e modos de configuração.

Nesse intento, são constituídos três níveis de mensuração, sob os seguintes aspectos:

- a) **Forte (6)**: quando a narrativa deixa claro o quanto seu narrar possui fundamento confiável (autoconsciência de método e de narração) e quais dúvidas ainda persistem e quais alternativas podem ser consideradas;
- b) **Médio (3)**: nos casos em que a narrativa adota elementos argumentativos na apresentação histórica, baseados na pesquisa (conceituação, relação à experiência, dinâmica de pesquisa e controlabilidade intersubjetiva), porém não explicita os próprios meios e as formas de constituição;
- c) **Fraco (0)**: narrativas que não articulam a complementaridade entre cientificidade e historiografia, através do empenho de enfrentar a articulação de tipos de maneira sistematizada.

Aqui a finalidade é a de avaliar a força da evidenciação de sentido, incorporada à fase narrativa da constituição histórica de sentido.

A historiadora Eliane Cristina Deckmann Fleck, analisa o “impacto das concepções cristãs-ocidentais acerca da doença e da morte, na sensibilidade indígena Guarani e sua tradução, em termos de representações e práticas sociais, nas reduções jesuítico-guaranis, circunscritas à Província Jesuítica do Paraguai, no século XVII” (FLECK, 1999, p. 5). Centra o exame, “nas manifestações das emoções diante da doença e da morte, registradas nas Cartas Ânuaas e suas transformações (mudança x continuidade) em decorrência da ‘civilização das condutas’ e da ‘interiorização de uma moral da ordem e do controle’ pelos missionários jesuítas” (FLECK, 1999, p. 11).

A tese consiste em um esforço de releitura “daquilo que já foi extensamente representado, narrado e mitificado pelas convenções do discurso anterior” (MAFFESOLI, 1988, p. 35), no caso, “as Cartas Ânuaas¹⁰³, referentes à Província Jesuítica do Paraguai e ao

¹⁰³ Em relação às Cartas Ânuaas, deve-se observar que as “*Litterae Anuae*” são a correspondência periódica que os Padres Provinciais enviavam ao Padre Geral da Companhia de Jesus. Elas têm sua base nos relatórios anuais que o Provincial recebia dos superiores das residências, colégios, universidades e missões junto aos índios. Continham uma detalhada informação sobre as casas, suas obras, pessoas e atividades. Correspondem a um lapso de tempo de um ano ou de vários anos. Eram de responsabilidade dos superiores provinciais, que as assinavam e enviavam a Roma. De ordinário eram redigidas pelos secretários, ou por pessoas com capacidade para escrevê-las, designadas pelo Provincial. As Cartas Ânuaas constituíam-se em relatórios administrativos para a Administração Geral da Ordem, mas não exclusivamente. Partilham também do gênero de cartas edificantes, pois selecionam fatos que possam ser úteis como propaganda para que mais jesuítas europeus viessem a trabalhar na América e para que conseguissem recursos financeiros para dar continuidade às obras que a Província tinha instalado. Visavam também a impressionar as autoridades civis e eclesiásticas com

período de 1609 a 1675” (FLECK, 1999, p. 11). Particularmente, relacionadas aos medos da doença, da não cura, da morte e dos mortos, movem-se as questões: “Como se manifestaram?”; “Como incidiram nas práticas e nas representações sociais elaboradas?”; “Que relações podemos estabelecer entre estes medos e as conversões efetivadas?”; e “Qual a eficácia simbólica e pragmática do discurso difusor deste sentimento?” (FLECK, 1999, p. 16-17). A resposta a tais perguntas deve possibilitar a demonstração de que “as reduções jesuítico-guaranis se constituíram em espaço de reinvenção de significados, no qual se construiu uma sensibilidade própria, resultante da apropriação seletiva e criativa e da ressignificação de expressões da cultura indígena guarani e da cultura cristã-ocidental” (FLECK, 1999, p. 20).

À nota da existência de abundância historiográfica sobre as reduções jesuítico-guaranis, segue a de heterogeneidade, características as quais, segundo a autora, indicam “a importância deste fenômeno histórico” e, ao mesmo tempo, “a multiplicidade e o caráter polêmico das interpretações possíveis” (FLECK, 1999, p. 11). Paralelamente à crença na potencialidade das Cartas Anuais enquanto “reveladoras das estratégias indígenas, adotadas face às exigências de sobrevivência individual e coletiva, a partir da implantação do projeto reducional” (FLECK, 1999, p. 37), salienta a presença, “em se tratando da experiência reducional na Província Jesuítica do Paraguai”, de certa historiografia constituída em “visões estereotipadas dos indígenas Guarani [...]” (FLECK, 1999, p. 11).

Fleck reconhece, primeiramente, haverem desafios e riscos no trabalho envolvendo “o mundo da experiência sensível”, uma vez que a percepção, a intuição e as expressões da subjetividade, registradas em imagens e discursos, foram tidas sempre como pouco confiáveis para reconstruir o passado” (FLECK, 1999, p. 23-24). Ao mesmo tempo, as considerações de Marilena Chauí são resguardadas, em que “*a percepção se realiza num campo perceptivo e o percebido não está ‘deformado’ por nada, pois ver não é fazer geometria nem física. Não há ilusões na percepção; perceber é diferente de pensar e não uma forma inferior e deformada do pensamento*” (CHAUÍ, 1975, p. 125 apud FLECK, 1999, p. 24, grifos no original).

Em diversas partes do texto são feitas ressalvas, a fim de especificar, para cada ocasião, os conceitos e as respectivas formas de uso, evitando, dessa maneira, certo automatismo. Exemplo disso encontra-se na parada para retomar ideias da introdução, no capítulo 4:

Ao nos propormos, neste capítulo (4), a analisar as representações da morte e da doença no discurso e na prática missionária jesuítica, consideramos pertinente

relação aos êxitos conseguidos. Com esse intuito elas foram traduzidas para o latim para que pudessem ser divulgadas nas Casas da Companhia de Jesus de toda a Europa. As Cartas Anuais, relativas à Província Jesuítica do Paraguai, cobrem o período que vai de 1609 a 1675 e, após um intervalo de cerca de 40 anos, o período de 1714 a 1762 (FLECK, 1999, p. 11).

identificar as propostas teórico-metodológicas que melhor explicam as questões que envolvem nosso objetivo, bem como algumas noções e conceitos que orientam nossa análise, embora não ocorra uma aplicação direta dos mesmos na discussão documental. [...] Dentre as propostas teórico-metodológicas, destacamos as postuladas pela Análise de Discurso, pela Hermenêutica, pela Antropologia Interpretativa e pela Nova História Cultural (FLECK, 1999, p. 160-161).

Na sequência dessa comunicação e de alguns argumentos no sentido de explicar não se tratar de uma Análise Semântica das Cartas Ânuaas ou segundo as técnicas da semiótica textual/do discurso, pondera sobre a importância de situar a análise no âmbito dos “postulados da Análise de Discurso, para as distinções e aproximações necessárias”. Isso, segundo Fleck, pautada em Paul Ricoeur (1994), porque “é através da linguagem e da narração que o homem inscreve suas práticas em uma determinada temporalidade” (FLECK, 1999, p. 161;164).

Em conformação sintética, a consideração é a de que “a história enquanto representação só é possível de ser decifrada quando articulamos texto e contexto”. Assim, para o historiador, a “realidade aparece cifrada, [...] em cacos, em pequenos indícios, nos quais podemos buscar significados, sentidos, estabelecer relações que se explicam dentro de um contexto mais amplo, no qual estão inseridos historicamente”. Após a referência ao “método indiciário” (GINZBURG, 1989), a autora conclui, com Bronislaw Baczko (1991) e Cornelius Castoriadis (1982), que “através da representação do real – do imaginário –, podemos decifrar uma atribuição de sentido ao mundo” (FLECK, 1999, p. 172).

As Cartas Ânuaas, consideradas “como Texto”, permitem, “*mais do que um material escrito e mais do que um material verbal*”, por meio “das representações traduzidas em imagens presentes no discurso e, ainda, da articulação com o contexto, desvendar o sistema simbólico característico das reduções jesuítico-guaranis e as práticas sociais dele decorrentes” (GEERTZ, 1978, p. 316 apud FLECK, 1999, p. 175, grifos no original). O intuito é enxergar para além da “historiografia tradicional”, na medida que a mesma reconhece, nesse material, unicamente uma visão jesuítica. A tese propõe e conclui pela existência de uma “ressignificação da tradição cultural guarani”, ao invés do exclusivo processo exitoso de aculturação, promovido pela Companhia de Jesus” (FLECK, 1999, p. 289).

7.3 DA NARRATIVIDADE DO PENSAMENTO HISTÓRICO

Rüsen entende estar na literatura a origem dos principais parâmetros constitutivos do narrar e que, corriqueiramente, é com base nesses preceitos da teoria literária que a historiografia tem sido avaliada. Concomitantemente, advoga em defesa de apreciações próprias às especificidades das narrativas historiográficas, isto é, “cumpre entender o narrar

historiográfico a partir de sua função prática de orientação histórica da vida e deixá-lo assumir seu lugar natural na cultura do narrar”. A relação intrínseca do pensamento histórico com a experiência é posta em evidência. Os elementos ficcionais, assim como aqueles relativos à prática, precisam, assim, ser evidenciados em suas respectivas especificidades e características comuns a ambos (a cada um corresponde um “substrato antropológico” particular). Na relação, não há uma hierarquia ou, como afirma Rüsen, “a produção imaginativa de mundos ficcionais mediante a narração de histórias é um caso tão especial quanto a produção historiográfica de um mundo do passado na consciência do presente” (RÜSEN, 2015, p. 192).

A pergunta seria: e como isso ocorre? Na explicação de Rüsen, a resposta está na forma de integração dos elementos contingentes no todo narrativo e, por conseguinte, na experiência da vida prática, quer dizer:

Esse substrato antropológico da narração está, como foi dito, ligado à superação intelectual de uma experiência temporal altamente significativa para a vida prática: a contingência. Acontecimentos contingentes são, mediante sua integração a uma história, conectados temporalmente com outros acontecimentos, de modo a fazer sentido e a ser inseridos no horizonte interpretado da experiência da vida prática atual. Os acontecimentos perdem, assim, seu caráter extraordinário, com que atraíram a atenção da faculdade interpretativa do espírito humano. Preservam, contudo, seu caráter próprio de evento, sua situação temporal inconfundível na ordem do mundo. O narrar submete a singularidade dos eventos à ideia de um tempo ordenado. Com essa ideia se inscreve um sentido nos acontecimentos que ocorrem nas situações da vida humana. Eles adquirem a marca do significado, com o qual se encaixam em tais situações da vida. O poder dos eventos que ameaçam esmagar a vida humana é domesticado para servir à vida. É nisso que consiste o desempenho cultural do narrar (RÜSEN, 2015, p. 193).

A constatação, simplificada, de que o narrar do experienciado na vida prática é transposto para o contexto temporalmente ordenado de acontecimentos, pode dar conta de como se instauram sentidos aos acontecimentos. Todavia, resta recordar que isso ocorre por meio da conexão interpretativa a outros eventos, dos quais “intervêm interesses quanto ao que poderia ou deveria ter acontecido”. Há necessidade de concordância entre narrador e ouvintes sobre se o narrado efetivamente ocorreu, daí Rüsen afirmar ser “um tal narrar [...] ‘empírico’” (RÜSEN, 2015, p. 193).

Retomando a ideia de um passado portador de sentido prévio, Rüsen utiliza-se da terminologia “presentificação imaginativa”. Com isso, quer ilustrar o fato de o passado, ainda que portador de significado, ao ser representado narrativamente, não ser apenas reproduzido e, da mesma forma, não poder ser totalmente significado *a posteriori*. Ambas as condições, significado prévio e significado atribuído, compõem-se conjuntamente “na representação de um contexto de acontecimentos que possui sentido e significado para o narrador e seus

ouvintes”. Realiza-se, assim, a imaginação (‘imagin-ação’), a facticidade é transcendida e “o sentido se torna cheio, inteligível, comunicável” (RÜSEN, 2015, p. 194).

À imaginação incumbe a transformação (transposição) “na qual o acontecido é elaborado interpretativamente – e com isso perde em qualidade de experiência para ganhar em qualidade de significado”. Uma vez que não seja possível reproduzir o acontecido, narrá-lo integralmente constitui um percentual de ficção. O ocorrido, o imaginado e o ficcional não são opostos, mas complementam-se, a fim de “retornar” à vida humana prática, orientar a experiência de maneira comunicativa. À ficção cabe o papel de transcender o factual e auxiliar o interpretativo no que este já possui de imaginado, de sentido atribuído. Escreve Rösen: “‘fictícias’ são as propriedades da narrativa que lhe são agregadas pela atuação direta do narrador (e, indiretamente, de seus ouvintes)” (RÜSEN, 2015, p. 195).

Uma vez reconhecida a narratividade implicada no conhecimento histórico, resta saber de quais maneiras essa qualidade se manifesta em um texto caracteristicamente acadêmico, como o são as teses. Novamente, três níveis buscam distinguir tais competências comunicativas:

- a) **Forte (6)**: sempre que a relação intrínseca do pensamento histórico com a experiência é posta em evidência (percebe-se o narrar historiográfico a partir de sua função prática de orientação histórica da vida – visa-se a um ideal de alcance em determinada realidade);
- b) **Médio (3)**: sem o discernimento pronunciado da presentificação imaginativa (‘imagin-ação’) – significado prévio e significado atribuído – da impossibilidade de reproduzir o acontecido integralmente (narrá-lo) e do conseqüente percentual de ficção;
- c) **Fraco (0)**: o puro e simples juízo enunciado de que os resultados de pesquisa são consequência exclusiva dos procedimentos metódicos ou a não manifestação de relevância dos produtos historiográficos aos “ouvintes”, quaisquer que sejam.

O escopo final é o de verificar o grau de consciência da narratividade do pensamento histórico nas teses.

Eduardo Pérez Ochoa (1995), na apresentação do objeto de sua tese¹⁰⁴, escreve ser esse “*el conjunto de las formas de subversión colonial culminada en la fase de emancipación*”

¹⁰⁴ A tese apresenta as melhores condições para indicar o quão não se pretende apresentar qualquer forma de resumo dos textos analisados. Neste caso, são 1.458 páginas, 2.577 notas de fim, quatro volumes em cinco tomos. Mais do que isso, representa o esforço de pesquisas desenvolvidas no longo período que antecede a defesa da tese em si. Para que se tenha uma ideia, a primeira formação do autor colombiano ocorreu em 1977, ou seja, são trinta anos transcorridos entre esta e o texto final entregue ao programa de pós-graduação. Em

iberoamericana, con sus caracterizaciones generales y específicas, y haciendo énfasis en el estudio del caso particular de la Banda Oriental del Uruguay [...]” (PÉREZ OCHOA, 1995, p. 6). A hipótese denominada generalizadora é a de que no “*ciclo artiguista y el posartiguista*” foram conhecidas formas de resistência irregular “*en los diversos espacios de la amplia Pampa, esto antes de la crisis de independencia, en la coyuntura de emancipación y después de la consolidación de las nacionalidades*” (PÉREZ OCHOA, 1995, p. 24).

A proposta é a de observar problemas de “[...] *corta, media o larga duración, susceptibles de ser analizados y descritos, de manera integral [...]*”, no intuito do estabelecimento de “*verdades generales y particulares, en la historia del continente*”. Na sequência explica, mencionando Pierre Vilar (1974), serem essas verdades possíveis quando apoiadas em construções teóricas, conduzidas por problemas e, uma vez criada a inter-relação lógica entre tais elementos, permite-se “*comprensiones, interpretaciones, y explicaciones más inteligibles [...]*” (PÉREZ OCHOA, 1995, p. 5).

Na direção de José Antônio Maraval (1967) e Wilhelm Bauer (1929), Pérez Ochoa alvitra o conhecimento dos feitos históricos em conexão, em conjunto. Daí, o afirmar: “*En la historia de América, entre los hechos de trascendencia y continuidad cíclica, intercíclica y rítmica están las guerras informales o no convencionales*”, feitos estes os quais acredita poder elucidar em seu sentido político social e, para tanto, faz-se necessário “*detectar las relaciones entre las partes y el todo en esos conjuntos que constituyen el objeto de la historia*” (MARAVAL, 1967, p. 87 apud PÉREZ OCHOA, 1995, p. 5-6). Complementa reconhecendo, com William Henry Walsh, que “*los hechos históricos tienen que ser comprobados en cada caso*” (WALSH, 1974, p. 16, nota 71), *llegando así a resultados verídicos, consignados en el informe final, el cual, debe permanecer dispuesto a ‘perpetua rectificación’*, porque, conforme Marc Bloch, “*el conocimiento del pasado es algo que está en constante progreso, que se transforma y se perfecciona sin cesar*” (BLOCH, 1976, p. 59, nota 72; PÉREZ OCHOA, 1995, p. 47-48).

O autor informa deter-se na história das palavras por um duplo sentido, ambos advindos de Pierre Vilar: no primeiro, porque “*es necesario que las cosas siempre sean llamadas por su justo nombre*” e, no segundo, porque “*no hay palabras empleadas que carezcan de significado [...]* aunque es difícil describir a un hombre, o a un grupo de hombres a través de una palabra utilizada” (VILAR, 1974, p. 105 apud PÉREZ OCHOA, 1995, p. 15-16). Outras menções

diferentes níveis e escalas espaciais e temporais isso está bastante presente nas teses e, para o caso presente, interessam apenas os indicativos de características que possam auxiliar na elucidação dos elementos compositores da matriz rüseniana.

poderiam ser realizadas sobre, por exemplo, a condição evolutiva dos vocábulos, a fixidez do significado das palavras e as respectivas variações que podem sofrer de um autor para outro. Entretanto, uma passagem parece esclarecer a preocupação do autor e mesmo prospectar, de modo incipiente, a questão metodológica em sua relação direta com as concepções norteadoras do trabalho.

Es preciso indicar, que la manera como se utilice el "cuerpo de conceptos" caracteriza el método, el cual, teniendo como instrumento a las palabras, éstas deben ser, en sus contenidos, examinadas cuidadosamente, no sea que el sentido atribuído o el uso hecho por los hombres de diversas épocas y pensamiento no corresponda a la realidad estudiada. La cuestión es más inquietante cuando la historia, por su naturaleza de ciencia humana, no pretende nomenclaturas rígidas y estipuladas con palabras claves como pareciera serlo, por ejemplo, para este trabajo, los términos: guerrilla, partida, banda, cuadrilla, facción, subversión insurgencia, revolución, contrarrevolución, regular, irregular, etc.. Léxico inmerso en el texto, que como ya ha sido dicho, para otras investigaciones, por llevar implícito su significado social y político, se puede, a través del análisis de esas palabras, observar y conocer la historia (PÉREZ OCHOA, 1995, p. 18-19).

Pérez Ochoa entende que as exigências técnicas da pesquisa implicam na procura por verdades e a transmissão das conclusões deva se dar de forma objetiva, processo para o qual “[...] *es preciso manejar los datos y en esta operación intelectual debe aclararse: ‘es solo la visión del historiador lo que transforma un puro dato en hecho histórico’*” e, por isso, “*la historia siempre necesariamente es interpretación y no mero reflejo de la nuda realidad que de suyo seria realidad histórica*” (MARAVAL, 1967, p. 98 apud PÉREZ OCHOA, 1995, p. 32). A partir disso, conclui que “*cada historiador con los mismos datos nos cuenta 'su historia' [...] sustentándola como verdad objetiva, con base en las fuentes o en la documentación utilizada*” (BLOCH et al., 1976, p. 7 apud PÉREZ OCHOA, 1995, p. 32). Não deixa de prevenir, com Adam Schaff: “*nada hay de sorprendente en que con los mismos materiales semejantes en esto a una materia prima, a una sustancia bruta, sirva para construcciones diferentes*” (SCHAFF, 1981, p. 370 apud PÉREZ OCHOA, 1995, p. 32).

Clarificando a estrutura narrativa, ou melhor, detalhando tecnicamente a redação, o faz aceitando a concepção de Walsh: “*la historia no es tanto cuestión de comunicar hechos como de señalar ciertas técnicas para establecerlos e interpretarlos*” (WALSH, 1974, p. 39 apud PÉREZ OCHOA, 1995, p. 47-48). Por fim, ao menos no quesito formas de apresentação, assinala que para atender o objetivo proposto à investigação, “*adquirir una cultura histórica sobre la naturaleza y dimensiones político-sociales de la guerra irregular*”, na fase da redação escrita “*atendimos al interrogante, planteado de la siguiente manera: ‘¿Para quién escribes?, dice Lu Xun. Es ésta una cuestión fundamental, una cuestión de principio [...]’*” (CHESNEAUX, 1977, p. 9 apud PÉREZ OCHOA, 1995, p. 48-49).

O ensaio de resposta conduz a três destinos: aos estudiosos especialistas (historiadores) na ibero América, “*a aquellos que han seguido ‘el oficio del historiador’*”; ao público em geral, “*puesto que ‘La historia, el pasado es asunto de todos [...]’*”, e, por fim, aos especialistas de áreas afins, “*porque, según lo puntualizado por Chesneaux: ‘la historia es decididamente algo demasiado importante para que se deje al arbitrio de los historiadores’*” (CHESNEAUX, 1977, p. 20 apud PÉREZ OCHOA, 1995, p. 48-49).

7.4 DA REPRESENTAÇÃO DO PROCESSO TEMPORAL

No texto “Narrativa histórica: fundamentos, tipos, razão”, Rüsen (2010) opta por não entrar “na discussão epistemológica sobre a complexidade da estrutura narrativa do conhecimento histórico”. Após essa afirmação recomenda, em nota, uma série de textos de autores como Arthur Danto, Hans Michael Baumgartner e Frank Ankersmit (RÜSEN, 2010, p. 94, nota 3). O autor entende narrativa histórica como “um sistema de operações mentais que define o campo da consciência histórica. Aqui o tempo é visto como uma ameaça à normalidade das relações humanas, lançando-as para o abismo das incertezas”, estando na história “uma resposta a este desafio”, ou seja, essa é “uma interpretação da experiência ameaçadora do tempo. Ela supera a incerteza ao compreender um padrão significativo no curso do tempo, um padrão que responde às esperanças e às intenções humanas. Este padrão dá um sentido à história”. Nesse âmbito, a “narrativa é, portanto, o processo de constituição de sentido da experiência no tempo” (RÜSEN, 2010, p. 95).

Nesse mesmo texto, Rüsen afirma pensar que a “peculiaridade de uma narrativa histórica se situa nas três qualidades seguintes” e em suas associações sistemáticas:

- a) uma narrativa histórica está ligada ao ambiente da memória. Ela mobiliza a experiência do tempo passado, a qual está gravada nos arquivos da memória, de modo que a experiência do tempo presente se torna compreensível e a expectativa do tempo futuro, possível;
- b) uma narrativa histórica organiza a unidade interna destas três dimensões do tempo por meio de um conceito de continuidade. Esse conceito ajusta a experiência real do tempo às intenções e às expectativas humanas. Ao fazer isso, faz a experiência do passado se tornar relevante para a vida presente e influenciar a configuração do futuro;
- c) uma narrativa histórica serve para estabelecer a identidade de seus autores e ouvintes. Essa função determina se um conceito de continuidade é plausível ou não. Este conceito de continuidade deve ser capaz de convencer os ouvintes de suas próprias permanência e estabilidade na mudança temporal de seu mundo e de si mesmos (RÜSEN, 2010, p. 96-97).

No interior dos quatro tipos de formação histórica de sentido estão os correspondentes aspectos narrativos em relação ao tempo: tradicional (ganho de tempo no sentido da eternidade),

exemplar (ganho de tempo no sentido da extensão espacial), genético (ganho de tempo no sentido da temporalidade) e crítico (ganho de tempo no sentido de ser um objeto de julgamento) (RÜSEN, 2010, p. 98). Ainda que todas integrem conjuntamente uma mesma narrativa, segundo o autor, há certa progressividade nas manifestações, assim como podem se revelar em diferentes níveis, de forma que uma ou outra predomine sobre as demais e acabe por condicioná-las. Em seus termos, “os quatro tipos estão sempre presentes em textos históricos; um é predominante, os outros secundários. A forma dominante estabelece uma época geral; a relação entre as secundárias, e entre elas e as dominantes, pode definir os subperíodos” (RÜSEN, 2010, p. 106). Assim, passam a ser vistas individualizadamente por finalidades didáticas e, posteriormente, reintegradas, com o propósito de evidenciarem-se na integralidade das narrativas.

Então, de acordo com Rüsen (2010):

- a) as narrativas tradicionais articulam “as tradições como condições necessárias para os seres humanos encontrarem seu caminho”, isto é, recordam “as origens constituintes dos sistemas de vida do presente”, construindo “a continuidade como uma permanência da constituição originária dos sistemas de vida e” formando “a identidade pela afirmação dos dados – ou mais precisamente, predados – padrões culturais de autocompreensão”. Rüsen acredita, contudo, que as tradições são “limitadas em seu conteúdo empírico” e, além disso, “são múltiplas e heterogêneas e exigem uma integração por meio de regras e princípios. Estas regras e princípios são abstratos porque são gerais e abrangem uma vasta gama de diversas experiências do tempo. Elas requerem, portanto, uma relação com esta diversidade” (RÜSEN, 2010, p. 99);
- b) tal relação é fornecida pelas narrativas exemplares. “Elas concretizam as regras e os princípios abstratos, contando histórias que demonstram a validade destas regras e princípios em casos específicos”. Em outras palavras, as narrativas exemplares evocam casos capazes de demonstrar “a aplicação de regras gerais de condutas; elas impõem a continuidade como a validade supratemporal das normas que abrangem os sistemas de vida temporalmente diferentes; e formam uma identidade ao generalizar as experiências do tempo para as regras de conduta”. Superam os “limites da tradição” pela abertura do “campo da experiência temporal”, proporcionando o “ganho de tempo no sentido da extensão espacial” (RÜSEN, 2010, p. 100-101);

- c) já a narrativa crítica fundamenta-se “na capacidade das pessoas de dizer ‘não’ às tradições, regras e princípios que foram herdados por elas. Este ‘não’ está diante de cada alteração pretendida em relação aos padrões culturais de compreensão histórica”, abrindo, assim, “espaço para novos padrões”. Seu fundamento está na “dissolução ou destruição de ideias culturalmente eficazes de continuidade”, lembrando “desvios que tornam problemáticas as presentes condições de vida”. O autor explica que, no tangente “à continuidade, estas histórias vivem naquilo que elas destroem. Constituem uma identidade negando determinados padrões de autocompreensão: é a identidade da obstinação” e, assim, “são anti-históricas. Estas histórias convocam a experiência temporal perante o tribunal da mente humana: o ganho de tempo no sentido de ser um objeto de julgamento”. Rösen recorda que a “dinâmica de negação não é suficiente, pois só substitui um modelo pelo outro. O padrão que encontra uma transformação significativa e importante em si mesma ainda está faltando. Este padrão define o quarto tipo: o da narrativa genética” (RÜSEN, 2010, p. 101-102);
- d) as histórias do tipo genético “fornecem uma direção para a mudança temporal do homem e do mundo, para a qual os ouvintes devem, conseqüentemente, ajustar suas vidas a fim de lidar com as desafiadoras alterações do tempo”. Ao lembrarem “as transformações que levam dos modos de vida alheios para modos mais apropriados”, acabam por apresentar “a continuidade de desenvolvimento na qual a alteração dos modos de vida é necessária para a sua permanência”. A formação da identidade dá-se “pela mediação entre permanência e mudança em direção a um processo de autodefinição (em alemão isto é chamado de *bildung* – ‘formação’)”. Por representarem “as forças da mudança como fatores de estabilidade [...] evitam a ameaça de se perder no movimento temporal da subjetividade humana, interpretando-o como uma chance de conquistar a si mesmo”. Ocorre a organização da “autocompreensão humana como um processo da dinâmica temporal: ganho de tempo no sentido da temporalidade” (RÜSEN, 2010, p. 102).

Resumidamente, Rösen acentua: “Todos os quatro elementos são encontrados em todos os textos históricos, um implica necessariamente o outro. Há uma progressão natural do tradicional ao exemplar e do exemplar à narrativa genética. A narrativa crítica serve como o catalisador necessário dessa transformação”, estimulando mudanças e acelerando processos. Invertendo-se a observação, ao invés de se refletir exclusivamente o aspecto da constituição histórica de sentido, sem negligenciá-lo, seria de pensar a representação do processo temporal

como origem dos pontos de vista históricos, “as perspectivas históricas são extraídas das principais ideias de mudança temporal: à luz de tais ideias as mudanças temporais ganham a qualidade de desenvolvimento histórico” (RÜSEN, 2010, p. 103-104).

O fato é que, como bem recorda Rüsen (2014), na obra “Cultura faz sentido”, a ideia de tempo unilinear, homogêneo, uniforme e correlato vem sendo progressivamente substituída “em favor de uma multiplicidade heterogênea de linhas e desenvolvimentos temporais” (RÜSEN, 2014, p. 290). Essa característica, além de muito presente na arte, na literatura e na filosofia da virada do século XX, se aplica “também e justamente para a compreensão de tempo das ciências naturais, que desde Einstein perdeu a sua rigorosa uniformidade”. Daquele momento em diante, o tempo passou a ser entendido, nas palavras de Sandbothe, “como ‘rede complexa, como entrelaçamento transversal e relacionamento horizontal de tempos plurais próprios” (SANDBOTHE, 1997, p. 56 apud RÜSEN, 2014, p. 290-291), sem perder de vista que os “velhos padrões de pensamento nunca desaparecem totalmente dentro dos mais novos [...]” RÜSEN, 2014, p. 291).

Na sequência do padrão adotado nos demais capítulos e itens, segue-se uma classificação por níveis de intensidade no vetor, a partir das seguintes propriedades:

- a) **Forte (6)**: quando a narrativa se apresenta expressamente como possibilidade de (re)significação, visando a superação de ameaças temporais, incertezas históricas, propondo-se a responder a intenções e esperanças humanas;
- b) **Médio (3)**: quando houver manifestamente consciente no texto em relação a representação dos processos temporais pelas formas narrativas, conquanto não ocorra aprofundamento por meio de referências correspondentes;
- c) **Fraco (0)**: ausência evidenciada de preocupações com as representações do processo temporal e/ou mesmo a promoção de desconforto temporal em relação ao tema que, *a contrario sensu*, objetivava superar.

A tensão a ser identificada é entre o que é entendido como processo temporal e seus correspondentes significados no interior da narrativa, para fins de orientação.

O bacharel em Teologia Sagrada, Alberto Vivar Flores, discute o problema das “ideias fora do lugar” – a carência de originalidade ou autenticidade no liberalismo “*teoricamente articulado en la Constitución Política del Imperio de Brasil*” (FLORES, 1999, p. 16). Estipula, como marco histórico de referência, nomeadamente para o caso verificado, o “[...] *proceso histórico que va desde la Ilustración o la Reforma de Marqués de Pombal (1750-1777) hasta la elaboración y promulgación de la Constitución Política del Imperio de Brasil (25 de marzo*

de 1824)”, havendo, contudo, preleções que retroagem temporalmente até pelo menos alguns clássicos da filosofia na Antiguidade.

A tese aborda, dentre outros conceitos (Antigo Regime, Ilustração, Liberalismo), o de América Latina (FLORES, 1999, p. 23-25). Afirma que, para fins de linguagem de comunicação instrumental, utilizam-se as expressões Iberoamérica e Latinoamérica¹⁰⁵, assim como suas correlatas, enquanto sinônimas. Assim, “*‘Iberoamérica’ o ‘Latinoamérica’, para nosotros, existe en cuanto tal y que, cuando hablamos de ella, queremos decir, utilizando las palabras del abbé Domenech: ‘[...] le Mexique, l’Amérique Centrale et L’Amérique du Sud’*”¹⁰⁶. O pressuposto básico é o de que

[...] es la realidad social brasileña quien, al final de cuentas, al exigir una original transformación que, aunque alienadamente, se lleve a cabo con ideas venidas de fuera, sin embargo, termina por imponerse, dándoles un toque final a tales ideas; constituyendo, así, en el caso de Liberalismo del que nos pretendemos ocupar, un Liberalismo ‘sui generis’, el cual nosotros nos atrevemos a denominar de ‘Liberalismo brasileño’ (FLORES, 1999, p. 127).

Na origem do problema de pesquisa, explica haver se deparado com diferentes opiniões sobre o tema, particularmente quando se tratando do estudo da História da Filosofia na América Latina e/ou no Brasil. Exemplificando essas posições estariam, nas leituras do autor, a nível de Hispanoamérica, Juan Bautista Alberdi (1842) e, a nível de Brasil, Sylvio Romero (desde 1878) – “*que, al historiar el pensamiento en Latinoamérica, iban alertando para el problema de su autenticidad u originalidad*”. Nos passos desses precursores teria origem o pensamento de alguns outros, como fora o caso de Roberto Schwarz, no Brasil –, ao tratar das “*‘ideias fora do lugar’, queriendo insistir, con eso, en su carencia de originalidad*”; outros, “*en referencia al mismo contexto intelectual – como es el caso de Raymundo Faoro – a colocarse específicamente la siguiente cuestión: ‘existe um pensamento político brasileiro?’*”; e, até mesmo, “*hubo hasta quien inventara una ‘Filosofía de la Liberación’* (Enrique Domingo Dussel) *con vistas, por um lado, a abolir, de una vez por todas, esa carencia de originalidad [...]; por otro, a inaugurar, por primera vez, una filosofía auténtica, propia y original en esta parte del planeta*” (FLORES, 1999, p. 15).

O principal argumento de Flores pode ser observado no trecho:

¹⁰⁵ Alberto Vivar Flores é um dos poucos autores de tese que cita alguns textos/autores lembrando as origens dessas expressões, tanto por parte daqueles que as defendem quanto dos que as acusam até os que perguntam “*¿Existe América Latina?*” (Arturo Uslar Pietri). Esses posicionamentos vêm acompanhados da recordação de certa carga ideológica, quer de uns quer de outros.

¹⁰⁶ Citado por John L. Phelam (1999, p. 21).

[...] *tanto los pensadores como los políticos brasileños no siguen al pie de la letra los escritos de, por ejemplo, John Locke (1632-1704), Montesquieu (1689-1755) o Rousseau (1712-1778), esto es, los creadores del ‘saber formulado a partir de la experiencia’: sino que, inspirándose en ellos a través de una cultura libresca, apenas procuran poner en práctica una Filosofía Política, digamos, de tipo liberal; cuya extensión y límites será marcados, mucho más de lo que parece, por el tejido de intereses de la realidad social en cuestión; la cual le otorga, así, sin ningún miramiento, su peculiar originalidad* (FLORES, 1999 p. 123).

O autor se propõe assumir “*un poco una actitud a la manera de la ‘duda metódica’ de Descartes [...]*” (FLORES, 1999, p. 16) e verificar, na confluência dos resultados da investigação histórica com os da filosófica, a identidade do “Liberalismo brasileiro” reconhecendo, “*a pesar de todo, su ‘originalidad’*” (FLORES, 1999, p. 19). Os “caminhos da História” servem, nesse sentido, de base concreta e objetiva à confirmação, “*sea las ‘idéias fora do lugar’, sea las ‘idéias e o seu lugar’*” (Fernando Henrique Cardoso)”. A complementação filosófico-histórica se dá mais ou menos nas seguintes condições: no caso da Filosofia “*nos reconoceríamos vencidos por la afirmación un tanto normal – desde Hegel – vertida polifónicamente por los estudiosos en el área estrictamente filosófica*”. Já no caso da cooperação com os estudos da área de História, “*podríamos descubrir, no sólo las ‘idéias fora do lugar’ – en cuanto originadas en ‘otra’ realidad –, sino, por una parte, las causas o razones de su imitación, adopción, adaptación o transplante a Iberoamérica y/o Brasil*” (FLORES, 1999, p. 17).

O interesse principal do trabalho guia-se pelo uso de fontes de primeira mão, “*como creemos que debe serlo en cualquier investigación histórica*”. Conjuntamente, reconhece que o acesso a tais materiais, muitas vezes, ocorre através da historiografia, de textos publicados, já consagrados, etc., e, conseqüentemente, sendo importante entrar em contato também com esses materiais, mesmo porque auxiliam “*a precisar el marco histórico de referencia de nuestro estudio*”. Para além de um trabalho com datações ou no estabelecimento de cronologias (mesmo a opção por uma ou outra forma de predisposição temporal – linear, cíclico, intercíclico, etc.), o empenho da tese se dá na historicização do que denomina “liberalismo brasileiro”, em que a relação às condições sociais e políticas do evento analisado encontrarem sua temporalidade e possibilidades de ressignificação (FLORES, 1999, p. 20).

A tese estrutura-se em três grandes partes, tendo como tema de convergência o Liberalismo. Na primeira parte (Historia de la Filosofía en Latinoamérica / Iberoamérica y/o en Brasil), trata-se, por um lado, de discutir as manifestações de “*imitación, adopción, adaptación o transplante de lo que se ha dado en llamar ‘idéias fora do lugar’*” e, por outro, “*reconocerlo, inicialmente, como problema y carácter defectivo de lo que viene siendo identificado como*

“Filosofía Latinoamericana / Iberoamericana” y/o “Filosofía Brasileña” por los mismos autores que la historiaron”. Na segunda parte, o Liberalismo é pensado no contexto das independências, relacionadas aos acontecimentos na Península Ibérica, daí, *“que nos veamos en la necesidad de exponer el proceso histórico contemporáneo del Liberalismo en España y Portugal, con vistas a encontrar los posibles motivos, influencias o razones que desencadenarán el proceso histórico del Liberalismo en Brasil”* (FLORES, 1999, p. 21-22).

Na última parte, procura identificar as diversas formas de manifestação (faces) do Liberalismo Moderno *“con que, debido a la poderosa influencia de la Revolución Francesa, se presentó en Iberoamérica; por supuesto, con la clara intención de revelar – como imaginamos –, apesar del fenómeno de las ‘idéias fora do lugar’, la originalidad del Liberalismo brasileiro’ que nos propusimos investigar”* (FLORES, 1999, p. 21-22). A estrutura tripartite do trabalho se resume, simplificada: a questão da história da filosofia na América Ibérica, as raízes ibéricas do movimento constitucional brasileiro e o liberalismo brasileiro e a constituição política do império. Elabora o texto de forma escalonada: para cada novo tópico faz um rebusque histórico nos primórdios da história / filosofia ocidentais. Para o tema específico da investigação realiza, por exemplo, um apanhado sobre como o movimento constitucional surgiu com a Revolução Francesa (especialmente entre 1789 e 1824), nas constituintes de 1812 (Espanha), 1822 (Portugal) e 1824 (Brasil).

7.5 DOS MODELOS INTERPRETATIVOS / PROTOCOLARES

A partir do reconhecimento de que a “quantidade e a diversidade das apresentações historiográficas escapam a qualquer visão de conjunto”, característica extensível à “mudança histórica e para a marca cultural que impregna a apresentação histórica”, Rüsen entende essas qualidades como no âmbito da historiografia em geral e, assim, não dizendo “respeito à multiplicidade das formas historiográficas concretas”. No entanto, se pergunta: “como então abranger essa multiplicidade e como ressaltar o modo e a maneira específicos que caracterizam uma historiografia comprometida com o caráter científico da história?” (RÜSEN, 2015, p. 196).

Em tom de resposta, propõe algumas estratégias:

- a) **historicização**: trata-se de caracterizar (historicamente) a historiografia em sua própria história, sob o cuidado de “[...] relativizar a função de padrão dos critérios atuais da historiografia científica com relação às especificidades dos tempos, sem abandonar a pretensão de validade do padrão metódico alcançado” (RÜSEN, 2015, p. 197);

- b) **características histórico-filosóficas:** consiste na análise do campo historiográfico a partir da filosofia da história em sua tríplice disposição: material, formal e funcional, a que sugere algumas formas de ordenamentos possíveis:
- ordenamento da historiografia a partir das *concepções de história*. O básico estaria na divisão entre história universal e história particular.
 - a disposição da historiografia em concordância com a *forma de conhecimento*. A base seriam o que Rüsen denomina “maneiras de apresentar”, ou seja: “cronística, cronológica, tabular, catequética, narrativa, ensaística, documental (por exemplo: edição de fontes), entre outras”. O autor destaca, ainda, a importância de se citarem as formas não narrativas (por exemplo, a descrição), objetivando demonstrar um pensamento histórico não restrito exclusivamente a uma forma de apresentação (RÜSEN, 2015, p. 198);
 - a organização da historiografia pautando-se em critérios de *utilidade para a vida* (pragmática). Envolvendo elementos de função ideológica e de pretensão de validade em maior medida, exige que os critérios de racionalidade sejam equilibrados com os de relevância (RÜSEN, 2015, p. 199).
- c) **cientificidade como critério:** cuida de pensar sistematicamente a historiografia, ancorando-se em “sua relação com a cientificidade enquanto princípio formatador”. Entre os aspectos de relevância, encontram-se algumas características extrínsecas à narrativa (ilustrativamente, as notas de rodapé, comuns em textos acadêmicos) e seu respectivo uso no âmbito da linguagem dos historiadores, sem descartar aquilo que já vem sendo demonstrado na teoria da recepção – (co)determinação entre maneira de escrever e possível recepção – possibilitando certo multiperspectivismo (RÜSEN, 2015, p. 199).

Pensados de forma geral, esses critérios sugerem a noção de protocolos reunidos, isto é, modelos interpretativos construídos com finalidades específicas de intermediação; primeiro, nos processos cognitivos e, em segundo, entre a construção historiográfica e seus alcances relativos às funções para as quais se destinam em relação a audiência almejada. A fim de que sejam verificadas tais características nas narrativas ora analisadas, estabelece-se três níveis de observação:

- a) **Forte (6)**: que haja a apresentação e respectivos cumprimento / aplicação dos modelos construídos para a tarefa interpretativa;
- b) **Médio (3)**: não ocorre o enunciado, mas os modelos estão sobressaídos no texto, ou o enunciado é realizado e não cumprido no desenvolvimento do trabalho;
- c) **Fraco (0)**: a inexistência de declaração e/ou evidenciação dos padrões interpretativos utilizados / elaborados.

O objetivo aqui é saber se, enquanto parte da narrativa, a interpretação guarda relação com os fatores anteriores da matriz do pensamento histórico e oferece condições de servir como ponte para as funções de orientação da vida prática.

A tese da historiadora Ana María Sosa González analisa a imigração uruguaia no Brasil, em um período de cinquenta anos, a iniciar da década de 1960, mais precisamente nas cinco cidades para onde emigraram: Porto Alegre, Rio Grande, Pelotas, São Paulo e Rio de Janeiro. O trabalho é, em certa medida, continuação ampliada do mestrado¹⁰⁷. Perpaça o conceito de “*inmigración ‘reciente’, entendida como proceso que aún continúa, que tiene su propia dinámica y ritmos (temporales y espaciales), y que deberá ser apoyado y concebido interdisciplinariamente [...]*”. Utiliza-se do pensamento de Roger Chartier¹⁰⁸ para explicar essa mesma noção, ressaltando que na história do tempo presente o investigador e o objeto são contemporâneos, além de compartilharem com os atores da história as mesmas categorias e referências (GONZÁLEZ, 2011, p. 11; 15; 18).

Há, na tese, a particularidade da experiência comum entre os entrevistados e a autora, que se assume parte da população investigada:

No es menos importante aclarar que en esta narrativa hay un cierto sumergir en el propio pasado de la investigadora, es inevitable, como uruguaya, inmigrante, de habla castellana (con ‘urugayismos’) y numerosas representaciones en común con el grupo estudiado, no sería sincero deja de reconocerlo (GONZÁLEZ, 2011, p. 17).

O fio condutor da narrativa é a memória. A tese que orienta toda a pesquisa é a da “*‘circularidad de la memoria’, expuesta en los vaivenes narrativos de las múltiples experiencias analizadas*” (GONZÁLEZ, 2011, p. 340). A forma de enquadramento dessa tese na América Latina não é somente pelos uruguaiois que vem viver no Brasil, e sim pelo que a autora trata sobre o próprio Uruguai dos tempos da migração e atuais, principalmente ao

¹⁰⁷ “Identidad/es en diáspora, identidad/es en construcción: inmigración uruguaya en Porto Alegre”, defendida em 2007.

¹⁰⁸ O autor aparece interpretado e/ou citado através de autores/obras como Ferreira e Amado (1996) e Cardoso (2003). A obra diretamente referenciada do autor é Chartier (1996).

comparar com a visão que constituem esses uruguaios (no Brasil) sobre o Uruguai que deixaram para trás e que visitam. Tramitam nesse âmbito especialmente os conceitos de imigração, diáspora, memória e identidade, estes, por sua vez, desenvolvidos progressivamente no decorrer da tese, ganhando significados conforme a necessidade das respectivas aplicações.

A base das fontes são as entrevistas realizadas com uruguaios que residem no Brasil por mais de 25 anos. Um pouco como parte da metodologia, mas principalmente no intuito de justificar os recortes, a autora registra:

Es evidente que realizar esta investigación tomando el Brasil como un todo es una tarea demasiado ambiciosa, es justamente la mayor concentración de uruguayos residentes desde hace más de 25 años lo que motivó la elección de las cinco ciudades para la presente investigación. A través de los datos proporcionados por los Consulados en Brasil y el Ministerio de Relaciones Exteriores de la República Oriental del Uruguay, después de las ciudades fronterizas, los centros urbanos que más uruguayos albergan son en este orden: Porto Alegre, Pelotas, São Paulo, Rio Grande, Rio de Janeiro y Florianópolis. Siendo que este último es muy pequeño el número de uruguayos emigrado en los 60. Asimismo las ciudades fronterizas no serán tomadas dentro del Brasil como un todo debido a la gran movilidad de la población que allí vive, así como su proximidad con el país de origen entendiéndose que por esas características sería muy difícil encuadrar este grupo en la categoría inmigrantes (GONZÁLEZ, 2011, p. 73-74).

Utiliza-se, suplementarmente, da comparação entre imigrantes de cada região / cidade. Ao comentar o objeto de estudo, a autora enuncia “*que la Historia Oral es la metodología indicada para abordarlo*” (GONZÁLEZ, 2011, p. 19). Dessa forma, descreve a metodologia de trabalho utilizado:

[...] entrevistas que obedecieron a un cuidadoso criterio de selección. Se identificaron las redes y se trató de escoger a uruguayos en diversas situaciones: socio-económicas, políticas – relacionadas con la participación en grupos o asociaciones de esta colectividad –, y aquellos que no participan de ninguna actividad relacionada con el colectivo, con una amplia gama de edades, atendiendo también, en la medida de lo posible, a criterios de género y profesión, siendo el punto de encuentro haber emigrado en los ‘70. [...] trabajando con entrevistas temáticas, semidirigidas en las que se priorizó las razones por las cuales ese inmigrante vino y cómo entiende hoy que se integró y creó una ‘nueva’ vida en Brasil. La mayor parte son entrevistas individuales (sólo tres colectivas: dos de madre e hijo y la otra a un matrimonio), a través de un itinerario que el entrevistado podía seguir libremente, alterar su orden, según su voluntad de hablar sobre los diferentes temas. [...] La transcripción de las entrevistas fue realizada por la autora adoptando como criterio la mayor fidelidad posible y así preservar las características de la lengua hablada [...] (GONZÁLEZ, 2011, p. 23).

A autora explica ter se utilizado da “*Análisis de Contenido*” para cada entrevista. Define tal ideia enquanto

[...] conjunto de técnicas de investigación que permite un abordaje para encontrar el/los sentido/s en el texto basado en una concepción dinámica del lenguaje como construcción real de cada sociedad y como expresión de la existencia humana que

envuelve y desarrolla representaciones en todos los momentos históricos (GONZÁLEZ, 2011, p. 24).

González (2011) se preocupa em conceituar ou ao menos definir tudo o que utiliza, no entanto, nesse caso, não descreve como aplica essa análise de conteúdo, especificamente, apenas a implementa conforme os comentários sobre as entrevistas. Fundamenta, reiteradamente, as estratégias, sejam metódicas, sejam conceituais ou relativas a quaisquer mecanismos novos inseridos no texto. Ainda no âmbito dos métodos, explica haver se apropriado de *“un intenso trabajo de tipo etnográfico, con observación participante, al mismo tiempo que se registró en cuaderno de campo interesantes observaciones que luego fueron de muchísima ayuda”*. Corroboraram, no mesmo segmento, a participação da autora em atividades coletivas *“como las reuniones de los Consejos Consultivos”* e as *“actividades culturales realizadas”* pelas *“organizaciones de uruguayos y del Consulado”*, constituindo-se todos em *“momentos de trabajo e interacción que aportaron muchísimo material a la investigación”* (GONZÁLEZ, 2011, p. 25).

Relevante talvez seja observar a perspicácia da autora, em uma passagem em que transcreve o ocorrido, envolvendo uma entrevista que demonstra muito mais do que as “falas” do entrevistado poderiam prover:

Este juego posicional algunas veces ambiguo en el que el individuo se sitúa para identificarse, puede ser ejemplificado lo antedicho con algo curioso sucedido en el transcurso de la investigación. Se trata de la actitud y discurso de un informante, de 34 años de edad al momento de la entrevista, que emigró con sus padres a los 4 años y que por consiguiente hizo toda su vida en Rio Grande (ciudad en la que vive desde entonces). Llamó la atención particularmente lo observado en el proceso previo y durante a la entrevista. En primer lugar, habiendo entrado en contacto telefónico con él, explica que no siente que tendría mucho para aportar, o para decir, puesto que como había emigrado desde tan corta edad no consideraba que podía ‘ser útil’ su testimonio. Se le respondió que si él estaba dispuesto igual era de interés su testimonio, a lo cual accedió enseguida sin problemas. Al día siguiente recibe a la autora en su negocio vistiendo una camiseta de un club de futbol uruguayo: ‘peñarol’ y un gorrito con una inscripción de Punta del Este. Situación ésta que ya lo posiciona con una referencia clara al país de procedencia, Uruguay, y que por supuesto era funcional a las características del momento, es decir, a la situación de estar frente a una uruguaya para hablar sobre temas vinculados a su experiencia migratoria. Además de esos dos datos interesantes: antes de sentarse para dar la entrevista lo llaman por su apodo: ‘castilla’ (nombre vinculado a la lengua castellana utilizado frecuentemente por los brasileros para referirse a las personas provenientes de países latinoamericanos, particularmente Argentina y Uruguay) y luego, al dar su correo electrónico se observa que lleva la palabra castilla junto a su apellido. Por último otro dato interesante es la actividad económica con la que se sustenta él y su familia, es propietario de una confitería muy conocida en la ciudad por su repostería fina, cuya distinción es tener una elaboración diferentes a la local ya que se asemeja a la uruguaya. [...] La entrevista fue en español (aunque de vez en cuando, se ‘escaparon’ palabras o modos de la lengua portuguesa) y aún percibiéndose varias situaciones que lo vinculan a Brasil, una familia construida en este país (esposa y dos hijos brasileros), un negocio familiar exitoso, una sólida red de amigos y vínculos que lo ‘atan’ a Brasil, en varios momentos de su relato añora muchas cosas de Uruguay,

comenta que viaja seguido, que su familia ‘adora’ Uruguay y que todos ellos fueron a hacerse las cédulas de identidad. Por otro lado afirma que la familia iría a vivir a Uruguay de existir la posibilidad y enumera en distintos momentos de la entrevista valores heredados de Uruguay que califica de importantes y positivos, particularmente la educación, siendo a su juicio un diferencial que lo posicionó y posiciona con ciertas ‘ventajas’ en el medio donde reside y actúa (GONZÁLEZ, 2011, p. 97-98).

Chama a atenção para os cuidados com o próprio método, reiteradamente. Já em etapa bastante avançada do texto, lê-se a advertência em relação à responsabilidade de quem “*construye Historia a partir de fuentes orales, sabiendo que su acción también ‘despertara’ memorias, reavivará episodios, y si bien no podrá detenerlos es importante saber que los mismos podrán llegar a ocurrir, por lo tanto es una dimensión a tener en cuenta*” (GONZÁLEZ, 2011, p. 286), característica relacionável também à precaução com os efeitos da investigação.

Para além dos aspectos metodológicos apresentados por todo o trabalho, na conclusão a autora esboça uma relação com as funções de orientação. A defesa é a do uso da oralidade como metodologia “*posibilita dar respuesta a un problema del presente del que se carece de fuentes suficientes [...] acedendo-se, assim, a información que no estaba disponible, al mismo tiempo que se generó el espacio para que la experiencia de esas personas sea narrada [...]*” (GONZÁLEZ, 2011, p. 338). Noutros termos, “*les fue dado a este grupo de uruguayos, un momento para reconstruir su propio pasado*”. O argumento da autora para concluir com tal constatação encontra-se logo em seguida: “*El pasado se hace presente al ser invocado, contado, explicitado, al hacerlo resurgen nuevas situaciones, afloran emociones, junto a nuevos recuerdos, se unifica en un momento experiencia vivida – pasada – bajo la situación presente, es decir en virtud del momento en que es narrada*” (GONZÁLEZ, 2011, p. 349-350).

7.6 CONSIDERAÇÕES ANALÍTICAS

Eu nasci naquela casa, mas fugimos antes mesmo que aquelas imagens pudessem se fixar na minha mente. Minhas memórias eram construídas pelas palavras da minha mãe, vendo seus olhos se arregalarem de orgulho enquanto ela descrevia cômodos pintados e decorados com enormes almofadas de um vermelho profundo, cortinas cobrindo janelas envidraçadas, uma cozinha tão limpa que poderíamos comer no chão, e um jardim repleto de rosas amarelas.

(Andrea Busfield, Sob o céu de Cabul).

As formas de apresentação, assim denominadas por Rüsen, correspondem, genericamente, ao conjunto de características da fase de escritura da história. Aqui, para fins de

análise, denominada historiografia¹⁰⁹. Trata-se da escrita da história. É um dos procedimentos da constituição histórica de sentido, porém peculiar em relação às fases cognitivas que a antecedem. No caso da história como ciência, a forma é essencialmente a narrativa. Nessa etapa do conhecimento histórico, o passado é tornado presente. Evidenciam-se os processos anteriores da matriz do pensamento histórico (carências, concepções e métodos) e crescem-se atributos de forma estética e efeitos retóricos. O autor lembra que nesse estágio vigoram critérios racionais de intersubjetividade, de onde a necessária coerência entre conceitos e fontes, a fim de que seja possível a reconstrutibilidade. “[...] os resultados só ficam completos e passam a ser vistos como tais por seus autores quando enfim devidamente formulados” (RÜSEN, 2015, p. 189).

A interpretação obriga-se a uma rede conceitual explícita, por meio de uma via argumentativa e, ainda, por processos mentais criativos. Esses, por sua vez, norteados pelo controle da evidência empírica, da coerência lógica e do vigor explanatório. Narra-se, no presente, sobre o passado, projetando-se a função prática do conhecimento histórico na orientação cultural da vida concreta. Eis a garantia de que a historiografia, conquanto avaliada por meio de elementos advindos prioritariamente da literatura, não ocupe, no tocante a essa, o lugar de mero caso especial. Afinal, dirá o autor, a vida prática tem seu suporte nos elementos discursivos.

Inicialmente, a questão fora a de saber o que motiva / provoca a realização de uma tese em história (carências) e, sequencialmente, quais as diretrizes (concepções), critérios e procedimentos (métodos) norteadores desse tipo de trabalho. Agora, a interrogação é sobre como se compõe a narrativa enquanto espaço apropriado para a reunião de todos esses fatores, além de manter as particularidades a ela inerentes. Na condição de representação estruturada de eventos, à narrativa histórica incumbe mediar a relação pesquisador-leitor, por meio de mecanismos de linguagem. Na composição da trama textual estão implicados os recursos cognitivos utilizados, a argumentação explicativa e as conexões impostas pelas funções a serem alcançadas, narrativamente, na cultura histórica. É nesse meio que se pensa conseguir refletir sobre as formas de apresentação do conhecimento como etapa da constituição de sentido histórico. Alguns dados são introduzidos, a fim de ampliar as possibilidades analíticas.

¹⁰⁹ Na expressão de Paul Ricoeur (2007, p. 247-296), “representação historiadora”.

Quadro 34 – Valores numéricos de teses por nível (fatores individualizados)

| TOTAIS DAS TRÊS UNIVERSIDADES POR FATOR (VALORES BRUTOS E PERCENTUAIS) | | | | | | | | | | | |
|--|---------|--------|---------|--------|---------|--------|---------|--------|---------|--------|-------|
| | FATOR 1 | | FATOR 2 | | FATOR 3 | | FATOR 4 | | FATOR 5 | | TOTAL |
| FRACOS | 48 | 18,46% | 33 | 12,69% | 13 | 5,00% | 11 | 4,23% | 12 | 4,61% | 117 |
| MÉDIOS | 83 | 31,92% | 56 | 21,53% | 73 | 28,07% | 93 | 35,76% | 53 | 20,38% | 358 |
| FORTES | 129 | 49,61% | 171 | 65,76% | 174 | 66,92% | 156 | 60,00% | 195 | 75,00% | 825 |

Fonte: elaborado pelo autor (2019).

O fator quatro, formas de apresentação, visto na unidade de fatores e seus respectivos níveis, destoa dos demais, tanto vertical quanto horizontalmente. Se observados os percentuais no nível fraco, detecta-se a proximidade entre os três últimos fatores e o distanciamento no tangente aos dois primeiros. No entanto, no nível médio, afasta-se em pelo menos dez pontos do fator um (o mais próximo) e por vinte ou mais de todos os outros. Situação muito parecida se repete no nível forte. De todas as formas, do montante, a maior parte dos textos desse fator, assim como dos demais, concentra-se no nível forte. A única ocasião em que os dois primeiros níveis, somados, ultrapassam o último, é no fator um, conforme visto anteriormente.

A peculiaridade do fator quatro é a variação de níveis quando comparado integralmente aos demais, ora concomitante a um, ora a outro. Desde já, seria razoável interpelar pelos motivos desse comportamento e, de antemão, interpor duas situações:

- a) **autorreflexiva**: o desenvolvimento de critérios avaliativos diferenciados à etapa do exame;
- b) **demonstrativa**: o comparecimento de muitas variáveis na análise das experiências concretas de pesquisa.

A compartimentalização desses dados em unidades menores (vetores) talvez auxilie na explicação dessas duas circunstâncias, para que, na continuidade, possa-se explorar as proposições rüsenianas na constituição de sentido histórico no interior das narrativas.

Quadro 35 – Dos tipos de constituição histórica de sentido (percentuais e montantes)

| | Fraco | | Médio | | Forte | | TOTAL |
|----------|--------|---|--------|----|--------|----|-------|
| PUCRS | 5,88% | 2 | 35,29% | 12 | 58,82% | 20 | 34 |
| UFRGS | 0,00% | 0 | 25,00% | 6 | 75,00% | 18 | 24 |
| UNISINOS | 14,28% | 1 | 28,57% | 2 | 57,14% | 4 | 7 |

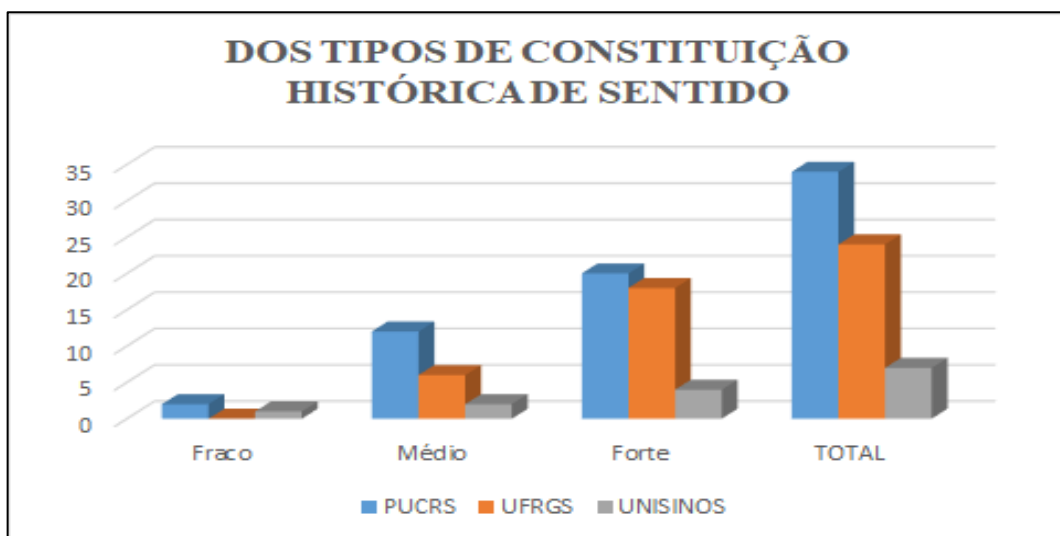
Fonte: elaborado pelo autor (2019).

Na sistematização de Rüsen, conforme visto anteriormente, são elencadas quatro possibilidades de tornar presente o passado no constructo de sentido de uma história enquanto fator de orientação cultural: tradicional (afirmação), exemplar (regularidade), genética

(transformação) e crítica (negação). O autor caracteriza cada uma das formas em termos de memória da experiência, sentido do tempo, ideia de continuidade, processos formativo-identitários. Reconhece a presença de todas essas propriedades imbricadas em uma mesma narrativa, podendo, algumas delas, preponderarem ou transversalizarem as demais, como ocorre, nesse último caso, com a crítica. No entanto, o que é determinante, como valor científico de cada uma delas, são os elementos argumentativos na apresentação, baseados na pesquisa (conceituação, relação à experiência, dinâmica da pesquisa, controlabilidade intersubjetiva). Não se trata de classificar as narrativas de modo a encaixarem-se nos tipos, mas de perceber os níveis de empenho nelas contidos para atingir a articulação entre cientificidade e historiografia.

Assim, o vetor dos tipos de constituição histórica de sentido, avaliado de maneira quantitativa, permite constatar que nas três universidades existem esforços em favor do esclarecimento, no corpo do texto, sobre a confiabilidade do que está sendo apresentado, mesmo quando isso ocorre através da enunciação das dúvidas persistentes e das alternativas ainda por considerar. A PUCRS e a UNISINOS ultrapassam em pouco os 50% das teses em que isso se verifica. Na UFRGS, o número de teses em que esse empenho transcorre alcança os 75%. Ainda, na mesma instituição, inexistem teses com a total inobservância dessa preocupação. Já nas outras duas, além de um pequeno percentual de teses estar alocado no nível fraco, na PUCRS o número de trabalhos no nível médio ultrapassa os 30% (35,29%) e na UNISINOS aproxima-se desse valor (28,57%), dados que indicam o amparo nas propriedades baseadas na pesquisa, sem, contudo, serem expressos textualmente os meios e formas de adoção. O recurso imagético ajuda na constituição de outras perspectivas, conforme demonstrado no Gráfico 13.

Gráfico 13 – Níveis dos tipos de constituição histórica de sentido



Fonte: elaborado pelo autor (2019).

Em primeiro lugar, afirma-se a predominância de teses no nível forte, seguido pelo médio e, em pequena proporção, no fraco (exceto na UFRGS). As formas das torres permitem esse olhar. O que significa, então, a presença de três teses (4,61%) no primeiro nível? Objetivamente: na apresentação, os trabalhos não estabelecem relação direta com as etapas cognitivas, nem explícita nem implicitamente. E quanto aos vinte textos do nível médio (30,76%)? Há uma estrutura conceitual, evidenciam-se associações com a experiência e constitui-se um conjunto de critérios e procedimentos de pesquisa, tornando possível controlar, intersubjetivamente, a atividade como um todo, não obstante a opção tenha sido pela ausência de detalhamento no texto sobre os modos de uso de um ou outro dos componentes de pesquisa, a exemplo do que ocorre no (des)vínculo entre conceitos e critérios. Inexistem argumentações conectando esses elementos da investigação, ainda que os dois estejam presentes no trabalho. O exercício de inter-relacioná-los fica por conta do leitor.

Em segundo, cabe anotar, mesmo somando-se os níveis fraco e médio, nas três universidades não alcançam o nível forte. O que isso comunica? No total de 65 teses, 42 (64,61%) desenvolvem argumentadamente os processos de pesquisa assumidos, desde os níveis de menor tangibilidade (teóricos) até os procedimentos práticos de manuseio das fontes. Inserem-se nesse rol os meios de interpretação dos dados e informações obtidos dos materiais empíricos e as formas de uso na comprovação de hipóteses, na resposta às perguntas elaboradas, e as articulações entre, por exemplo, os níveis estrutural, conjuntural e dos eventos. Naturalmente, os acabamentos textuais nem sempre seguem uma mesma norma, variam de uma tese para a outra, de acordo com singularidades de linguagem e/ou ainda estilos autorais, dentre outros.

O que se está a buscar nessa etapa do exame não é saber se há presença / predominância de um ou outro tipo de constituição de sentido (a despeito de certas ocorrências), mas, sim, a procura por perceber a forma argumentativa com que aparecem esses tipos na narrativa, de modo a elucidarem a cientificidade na qual estão envoltos. Isoladamente, é muito difícil a utilização de qualquer um dos tipos, ou as suas correspondentes identificações, em uma narrativa historiográfica. Isso se dá por dois motivos: no primeiro, a partir das palavras do próprio Rüsen, porque se “superpõem e interpenetram”, e, no segundo, advindo do corpo documental aqui analisado, a tendência de padronização acadêmica das narrativas. Explicando as duas situações, a título ilustrativo, Rüsen diria que o tipo genético é fundamental ao crítico, uma vez que esse não se basta pela simples negação, prescindindo do primeiro no fornecimento de “uma direção para a mudança temporal do homem e do mundo, para a qual os ouvintes

devem, conseqüentemente, ajustar suas vidas a fim de lidar com as desafiadoras alterações do tempo” (RÜSEN, 2010, p. 102).

O recurso a um caso exemplificativo deve permitir a ampliação das possibilidades explicativas. Dessa vez, a tese “Cidade e Patrimônio: estudo dos inventários de preservação do patrimônio cultural edificado das cidades de La Plata e Caxias Do Sul – 1986-2016” serve ao intento. O autor, Marcelo Caon (2016), desenvolve um estudo comparativo entre “o discurso produzido nos primeiros estudos morfológicos e inventários sobre preservação do patrimônio cultural arquitetônico das cidades de La Plata, na Argentina e de Caxias do Sul, no Brasil”. A particularidade recai sobre os casos “de cidades que tiveram suas origens no processo de imigração italiana” nesses dois países, em torno do tema da “preservação do patrimônio edificado como um exemplo de resistência da memória frente às alterações econômicas e culturais do século XX, potencializadas a partir do processo de aceleração da (hiper) modernidade” (CAON, 2016, p. 9).

O trabalho é de continuação: “[...] tratando-se de Caxias do Sul, boa parte da documentação já havia sido coletada e organizada durante o período do mestrado, quando se abordou a legislação local sobre a preservação patrimonial” (CAON, 2016, p. 40). A abordagem comparativa e interdisciplinar (Marc Bloch) é acompanhada pela proposta de uma “análise textual qualitativa” (Laurence Bardin). A pesquisa se utiliza, prioritariamente, de dois tipos documentais de forma complementar: “o escrito e a imagem” (CAON, 2016, p. 31). Ao todo, são 66 ilustrações. As referências estão organizadas em nove grupos: inventários e estudos morfológicos (2), álbuns impressos (9), álbuns fotográficos (3), livros, artigos e teses (249), relatórios, memórias, ofícios e correspondências gerais (36), leis, decretos e *ordenanzas* (36), verbetes (3), almanaques, jornais e revistas (38) e sites (4).

O autor destaca que, diante da indisponibilidade dos “primeiros inventários sobre o processo de preservação patrimonial da cidade de La Plata”, nas consultas institucionais realizadas, foram essenciais à composição da pesquisa as

entrevistas coletadas, em especial duas: do Professor Doutor Daniel Schávelzon, arqueólogo urbano da Universidade de Buenos Aires, que relatou sobre as questões de identidade dos imigrantes na Argentina; e a entrevista do professor Arquiteto Alfredo Conti, da Universidade Nacional de La Plata, que não só participou dos primeiros projetos de preservação da cidade de La Plata como possuía em seu arquivo particular o primeiro estudo sobre a morfologia urbana, além de uma relação das primeiras edificações indicadas à preservação da cidade (CAON, 2016, p. 39).

A tese tem um peso significativo na espacialidade, não somente quando cita “noção de espaço” (CAON, 2016, p. 46) e “espaço arquitetônico” (CAON, 2016, p. 50-51), mas também

pela ideia geral em torno da cidade (urbano). As digressões históricas vão até as duas últimas décadas do século XIX, nesse caso por conta das fundações das cidades, Caxias do Sul (1875) e La Plata (1882-1884). No específico à modernidade, em função dos processos de urbanização (cidades), alguns recursos advêm do século XVIII. Em relação ao “tempo”, explica que, por terem sido os inventários “comemorativos aos centenários das duas cidades (1975 - Caxias do Sul e 1982 - La Plata)”, as décadas de 1980 e 1990 têm fundamental importância, com excursões “temporais para aquém ou além desses períodos”. Justifica, ainda, a segunda década pelo fato de, nesse período, as duas cidades terem recebido “novos inventários, com inúmeras alterações em relação aos primeiros levantamentos” (CAON, 2016, p. 29).

A investigação termina por constatar, dentre outras coisas, que:

[...] embora os estudos morfológicos e a inventariação provenientes dos esforços de um campo patrimonial nas cidades de La Plata e Caxias não tivessem sido efetivamente utilizados no período histórico de sua elaboração, eles são registros de uma nova concepção de patrimônio, do estabelecimento de novos objetos para análise, na formação de um marco legal dentro da história da preservação que envolveu formas variadas de atores e ações sobre a temática da preservação (CAON, 2016, p. 371).

Ademais, acrescenta, em um rol de incitamento a estudos futuros, se não como tal, ao menos em termos de problematizações, dúvidas persistentes, como: “as lutas coletivas preservacionistas conseguirão resistir aos programas turísticos guiados essencialmente ao consumo e pelo mercado?”; ou, ainda, “descaracterizariam a proposta de preservação pela chamada revitalização? Ou, em outro panorama, as edificações se tornariam simples símbolos perdidos no meio de uma selva urbana ou teriam novos significados?”. Por fim, constata que, na condição de “Ruínas ou não, a forma encontrada pelos homens para responder a essas perguntas, seja em propostas intervencionistas, de inventariação ou de princípios regulatórios, servirão a outros historiadores que, no futuro, examinarão as contradições, desejos e utopias desta época” (CAON, 2016, p. 372).

O caso ilustrativo esforça-se pela exposição dos fundamentos teórico-metodológicos da pesquisa. O empenho se dá, por exemplo, por meio da apresentação de entrevistas como alternativas às fontes documentais escritas e imagéticas, bem como na composição de argumentos diretivos interdisciplinares, pautados em concepções como Modernidade (David Harvey e Marshal Berman), Hipermodernidade (Lipovetsky), Urbe/Cidade-Escrita (Ana Fani Alessandri Carlos), Apropriação (Henri Lefebvre), Representação (Roger Chartier), Patrimônio (Françoise Choay), Campo (Pierre Bourdieu), Ressonância e Aurático (José Reginaldo Gonçalves), Simbólico (Branislaw Baczko), Memória Coletiva (Maurice Halbwachs),

Rompimento (Walter Benjamin), Bem cultural (vários), Inventário (Françoise Choay), entre outros.

A comparação é fator inerente à proposta temática. O autor chega a pensar sua pesquisa no âmbito de uma “história-problema-comparada” (CAON, 2016, p. 30). Em termos de metodologia, propriamente, repetindo uma característica presente em parte substancial das teses, se bem que utilizados alguns critérios (partir da interdisciplinaridade, por exemplo), a realização de certas formas procedimentais (visitação a instituições, recolhimento e uso de fontes diversificadas, referencial teórico abundante, etc.) e o anúncio de afiliação à análise de texto ou de conteúdo qualitativo, na descrição dos procedimentos em relação às formas e meios de operacionalização desses processos técnicos no trabalho, instaura-se um vazio. Escapa à narrativa esse detalhamento, remanescendo ao leitor a tarefa de subentender, por meio de seus conhecimentos prévios a respeito de autores como, no caso em uso, Laurence Bardin, as condições de uso desse instrumental (CAON, 2016).

Em determinadas investigações, informa-se o nome de ferramentais para o exame, porém, na sequência textual, não é possível detectar suas singularidades a ponto de serem perceptíveis as formas pelas quais são desenvolvidas. Importa recordar, outrossim, que em se tratando das formas de apresentação, o valor maior reside na narrativa, em detrimento das práticas executadas. No exemplo ora examinado, uma vez mais sem a pretensão de individualizar qualquer tese, e sim pela consideração de que exprime condições recorrentes ao conjunto de teses, as técnicas bardineanas, nas palavras do autor, inspiram questões: “como e por que foi produzido? Para quem foi enviado? Qual o efeito causado por ocasião da publicação? Enfim, sendo uma construção social e expressão da existência humana, o texto elabora e desenvolve representações em determinados momentos históricos” (BARDIN, 2011, p. 42 apud CAON, 2016, p. 31). A questão agora é saber se a narratividade do pensamento histórico se sustenta sem a discriminação desses “modos de fazer”.

A narratividade do pensamento histórico consiste, segundo Rüsen, na característica própria à historiografia (diferentemente da literatura), de conter em seus enunciados elementos de função prática de orientação cultural. A narratividade é a capacidade de conexão de experiência e significação. Os componentes ficcionais existem na narrativa, mas têm de ser evidenciados como tal. Historiografia e literatura são casos especiais de produção imaginativa. A incumbência da narratividade na historiografia é a de integrar as contingências temporais, de forma que se tornem ordinárias (tempo ordenado). Sem perder o caráter de evento, esses são incorporados, narrativamente, de forma a compor sentido aos acontecimentos. Na concepção do autor, o desempenho cultural do narrar consiste na domesticação dos eventos ameaçadores

da vida humana, de maneira que sejam reincorporados a essa mesma vida, porém agora significados.

O narrar é entendido no âmbito da comunicação. É empírico, segundo Rüsen, por gerar concordância entre narrador e ouvinte. Também é duplamente ficcional: no ato de produção (narrador) e na interpretação (ouvinte). Na narrativa ocorre uma espécie de composição de significados, originada da impossibilidade de reprodução total dos sentidos do passado e da inviabilidade de significação absoluta. Nesse propósito, versando em torno das formas de apresentação, a próxima etapa reflete sobre os graus de consciência textual da narrativa histórica, isto é, examina em qual medida as teses expõem as relações entre factualidade, imaginação e ficção. Em outros termos, busca captar os esforços, expostos textualmente, de explicitação das categorias comunicativas autor/narrador-leitor/ouvinte.

Quadro 36 – Da narratividade do pensamento histórico (percentuais e montantes)

| | Fraco | | Médio | | Forte | | TOTAL |
|-----------------|--------|---|--------|---|--------|----|-------|
| PUCRS | 8,82% | 3 | 17,64% | 6 | 73,52% | 25 | 34 |
| UFRGS | 4,16% | 1 | 16,66% | 4 | 79,16% | 19 | 24 |
| UNISINOS | 14,28% | 1 | 14,28% | 1 | 71% | 5 | 7 |

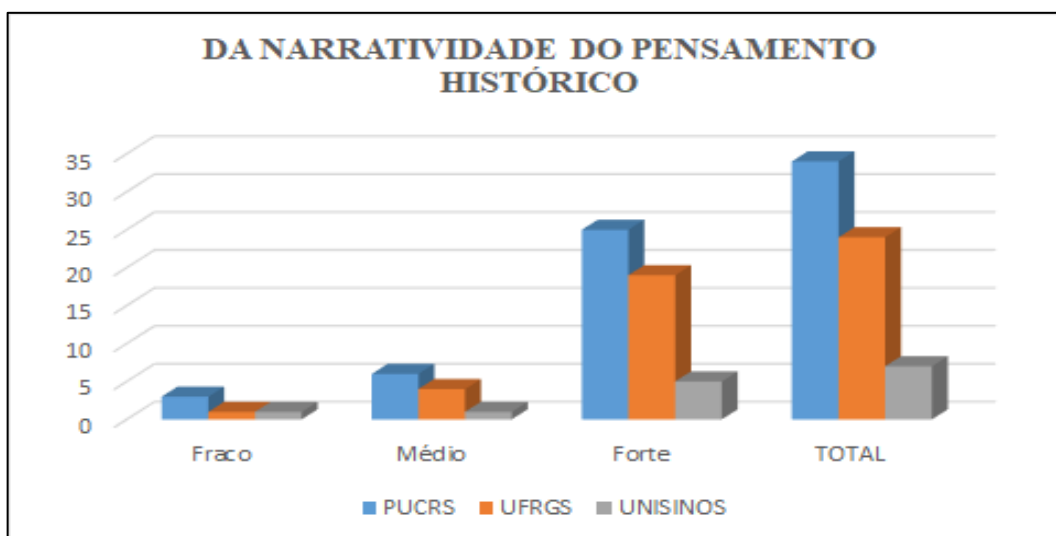
Fonte: elaborado pelo autor (2019).

Os números e percentuais do vetor da narratividade do pensamento histórico apresentam relativo equilíbrio entre as três universidades. A quantidade proporcional de teses, em cada um dos níveis, ratifica a asserção. A harmonia quantitativa revela a predominância de teses abarcadoras de preocupações, no que diz respeito à evidenciação dos conectores entre o pensamento histórico e a experiência. No nível forte, estão as teses que, de um ou outro modo, expõem a triangulação narrador-evento-leitor. No médio, constam os trabalhos que, apesar de essa estrutura existir, ser captável interpretativamente, na narrativa encontra-se ofuscada por outros elementos de pesquisa (definições, descrição de fontes, etc.). Por último, o nível fraco compõe-se de alguns poucos textos, os quais se reduzem à tentativa de relatar eventos, prevalecendo o caráter de empiria. A sensação, nesses textos, é de que os resultados advêm exclusivamente do material documental ou mesmo da execução puramente metodológica. Imaginação e ficção não parecem compor a narratividade, ao menos quando se trata da atuação do narrador.

A marca documentalista percorre todos os três níveis e o conjunto praticamente integral dos textos. O diferencial, no caso das teses classificadas no nível mais baixo, é a exclusividade dessa característica. Nos níveis médio e forte, admite-se a ideia, em diferentes proporções, de

que a narrativa histórica é resultado de um processo, tanto de bases na experiência quanto de constituição de sentidos. Os indícios desses atributos são percebidos, fundamentalmente, em dois formatos: na assumpção textual por parte dos autores das teses e por meio dos recursos de prova (racionalização e argumentação). O Gráfico 14 proporciona, estética e retoricamente, arrazoar em outros termos.

Gráfico 14 – Níveis da narratividade do pensamento histórico



Fonte: elaborado pelo autor (2019).

As torres do total imitam os níveis médio e forte. O percentual geral de teses no nível fraco é relativamente pequeno (7,69%), quando comparado aos dois níveis seguintes (respectivamente, 16,92% e 75,38%). O resultado da soma dos níveis fraco e médio não alcança os 30%, acumulando-se os demais trabalhos no último nível. A paridade de teses em cada nível, por universidade, retrata a pouca ou nenhuma existência de influências institucionais sobre as pesquisas, no que tange à narratividade do pensamento histórico. Em caso de haver certa influência, ao menos é possível reconhecer que é comum às três instituições. Na PUCRS, uma vez mais respeitados os montantes de investigações realizados em cada programa, a soma dos níveis médio e forte ultrapassa os 90% (91,17%). Isso significa, de maneira simplificada, o atendimento dos critérios do vetor, nesse percentual, ainda que de maneiras diferentes.

Na UFRGS, a de maiores percentuais no nível forte entre as três instituições examinadas, esses números alcançam a percentagem de 95,83%. Apenas 1 em 24 teses não atende de forma integral os requisitos estabelecidos para o vetor. Esse dado também se aplica à UNISINOS, que apresenta, em sua totalidade, sete trabalhos envolvendo o tema da América Latina. O índice, nesse caso, é superior aos 80% (85,71%). Assim, pode-se concluir de forma

estável pela efetivação, na esfera narrativa da maioria das teses, de dois componentes: a conexão entre experiência e pensamento histórico enquanto produção de sentido, e a presença textual do narrador, dos eventos e de supostos leitores. A questão, ainda por ser respondida, em grande medida fora do alcance da proposição dessa reflexão, talvez esteja em pensar quais tipos de públicos o historiador busca alcançar por meio de uma tese academicamente produzida.

De momento, almeja-se apenas ampliar as perspectivas explicativas do vetor, por meio da utilização de um novo exemplo extraído do conjunto de pesquisas em análise. O caso ilustrativo dessa vez é a investigação intitulada “Dámaso Antonio Larrañaga: a biografia de um cura em tempos de independência no Prata”, de Lauro Manzoni Bidinoto. O recorte cronológico do estudo centra-se entre os anos de 1811 (início da revolução na Banda Oriental) e 1821 (ano de aprovação da incorporação da Província Oriental ao Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves, sob a denominação de Estado Cisplatino Oriental), período no qual o biografado¹¹⁰ “vivenciou as mudanças mais significativas no terreno político e foi a partir de sua atuação neste período que surgiram as principais polêmicas levantadas por seus biógrafos” (BIDINOTO, 2015, p. 17). As delimitações transparecem, parcialmente, também algumas das carências originadoras do estudo, reforçando determinadas ideias discutidas no presente exame, em suas partes iniciais (capítulo 3).

[...] fui a Montevideú, em 2003. [...] Se em algum momento fui atingido por aquilo que alguns autores chamam de ‘fascínio do personagem’, creio que foi naquela primeira etapa, quando voltei de Montevideú e me debrucei sobre o material de pesquisa que havia reunido. Todavia, esse entusiasmo esbarrou na impossibilidade de compreendê-lo a partir daquilo que me era oferecido pela bibliografia existente, em sua maior parte produzida na primeira metade do século XX. Nessa bibliografia, em geral, duas opções se apresentam: Larrañaga encarado como “herói” que tudo fez para o bem de sua terra, ou, então, Larrañaga visto como “traidor”, oportunista que sempre estivera pronto para lutar ao lado dos mais fortes. Essa tese surgiu, portanto, como tentativa de construir uma biografia de Dámaso Antonio Larrañaga livre dessa solução maniqueísta, procurando compreendê-lo frente às possibilidades que fizeram parte de seu contexto (BIDINOTO, 2015, p. 14).

¹¹⁰ A ideia de biografia percorre todo o texto, desde o título até as argumentações mais gerais, perpassando pelo uso de autores especializados. Embora a noção pudesse ser relativizada, se pensada a investigação em termos de trajetória, os extratos a seguir ajudam a esclarecer a postura adotada na pesquisa: “[...] pois Larrañaga não ilustra aqui nenhuma espécie de coletivo. Pelo contrário, meu trabalho vai ao encontro daquilo que defende Sabina Loriga (A biografia como problema), quando afirma que ‘o indivíduo não tem como missão revelar a essência da humanidade’, mas sim ‘permanecer particular e fragmentado [...] não implica a abordagem do indivíduo isolado do coletivo. [...] esclareço que tomo o ‘político’ contido em tais ‘relações’ como o define René Remond (O retorno do político) [...] quando afirma que ele jamais é ‘um fato isolado’, pois ‘toca a muitas outras coisas’, entre elas a cultura e a sociedade”. “Para Jacques Revel (microanálise e construção do social), [...] entender o contexto enquanto pluralidade é uma das originalidades da abordagem micro-histórica” (BIDINOTO, 2015, p. 18).

O autor, autoinserido na narrativa, reconstrói o caminho percorrido para a constituição do problema de pesquisa. A partir do tripé contextual de Larrañaga, “o eclesiástico, o político e o científico”, na condição de ferramenta metodológica, Bidinoto descreve esses passos nos seguintes termos:

Tendo em vista que as principais polêmicas em torno do personagem relacionavam-se diretamente à sua atuação política oscilante entre diferentes grupos, inicialmente acreditei que deveria direcionar minhas pesquisas para o sistema que regulava as relações entre o Estado e a Igreja, o Sistema de Padroado. Preocupei-me em descobrir se em sua atuação política Larrañaga teria sido um sujeito controlado pelo sistema de Padroado ou se, ao contrário, teria usado desse sistema para se fazer ouvir no meio político. Acreditava ter chegado a um problema de pesquisa válido, quando, na verdade, colocado de tal forma, o problema conduziria inevitavelmente para uma solução dualista: o sujeito histórico dominado pela estrutura ou a hipótese inversa, do sujeito livre circulando pelo sistema. Tratava-se da velha antinomia ‘sujeito x estrutura’ convertida na oposição ‘sacerdote x Padroado’ [...] Sem escolher entre um dos pólos, procurei ‘erigir o equilíbrio instável’ entre eles ‘como ponto de observação’ (BACKOUCHE; KOTT, 2010 apud BIDINOTO, 2015, p. 16).

O registro dessas decisões autorais implica no movimento de transformação epistemológica, ocorrido durante o desenvolvimento da tese, atributo que a aproxima de muitas outras das investigações realizadas no âmbito dos programas de pós-graduação em história do Rio Grande do Sul. No caso em observação, a reestruturação é tratada no domínio do problema, em sua fase elaborativa, enquanto em certos estudos a necessidade desse arranjo costuma surgir igualmente nos primeiros movimentos heurísticos (heurística II e III – obtenção de fontes e na separação analítica entre determinação de sentido e facticidade) ou ainda nas fases crítica (obtenção de informações controláveis) e interpretativa (conexão dos fatos obtidos criticamente em seqüências temporais narráveis e capazes de explicar).

Há uma reiterada manifestação textual em prol da identificação dos componentes factuais implicados na pesquisa, sempre, no entanto, paralelizando o que Rüsen denomina imaginário e ficcional da narrativa na constituição de sentido histórico. Nesse sentido, lê-se:

Em alguns poucos trechos do texto, quando propus certas hipóteses que poderiam ser aventadas com veracidade (no sentido de que poderiam corresponder à ‘verdade’), mas que, no entanto, não poderiam ser ‘provadas’ através de documentos, ou quando me referi a detalhes, fiz algumas tentativas com o propósito de fazer uso da ‘ficção’ na narrativa histórico-biográfica. Como convém nestes casos, tomei o cuidado de fazer com que estes trechos fossem ‘sinalizados ao leitor através da utilização de expressões como ‘provavelmente’, ‘talvez’, ‘é possível’, etc¹¹¹. No mais, como atestam os rodapés, fundamentam-se em documentos e na bibliografia sobre o assunto” (BIDINOTO, 2015, p. 27).

¹¹¹Aqui o original referencia Schmidt (2000, p. 127).

Para além das declarações autorais, nas quais tais preocupações são manifestas, a descrição dos critérios às escolhas realizadas na construção da tese o ratificam: a separação das fontes por períodos e subtemas; a utilização de documentos já transcritos e publicados; os escritos do próprio personagem biografado; e, a valorização das biografias antecedentes. Em específico sobre as últimas, de proceder lúcido quanto aos aspectos ora discutidos, a tese expõe três contribuições advindas desse tipo de material, de onde intuir-se a existência do desejo de alcance da compreensão do leitor, além da matéria em si, dos constructos intelectuais perpassantes à investigação. “A primeira delas é a de servirem enquanto fonte de dados”. A segunda, “[...] diz respeito ao seu valor enquanto documentos que constroem uma representação sobre o personagem” (BIDINOTO, 2015, p. 22-23). E, a terceira,

[...] ideias, raciocínios e hipóteses, aos quais acabamos chegando a partir da leitura destas biografias e a que, possivelmente, não chegaríamos, ou chegaríamos por outros caminhos, talvez de maneira mais demorada, sem a leitura delas. Não falo apenas de hipóteses que tenham sido levantadas pelos autores, mas sim daquelas que criamos graças a certas colocações que para eles não passam, às vezes, de anedotas ou ideias secundárias (BIDINOTO, 2015, p. 23-24).

Entre outras características em destaque na pesquisa, além dos pontos elencados estão as tentativas de aproximação ao cotidiano do personagem investigado, ressalvadas as dificuldades encontradas no tocante às origens das “fontes disponíveis”, pois, conforme anotado, “em sua maioria não se originam do âmbito privado” (BIDINOTO, 2015, p. 26). Nos moldes da presente análise, para a qual elaborou-se um quadro das obras-base de cada tese (textos sem os quais os correspondentes objetos não se sustentariam), o trabalho de Bidinoto contém, de forma exclusiva a ele, uma listagem organizada desse tipo particular de referências. Semelhantemente a outras teses, o texto se completa com o reconhecimento da necessidade de guiar-se pelo problema de pesquisa e por escolhas. Ademais, finaliza reiterando a permanência de inúmeras possibilidades interpretativas a se realizarem sobre “a complexa vida de Dámaso Antonio Larrañaga” (BIDINOTO, 2015, p. 179).

No interior da trama narrativa resta por verificar, singularmente nas diversas conformações contextuais, o quão são captáveis as representações dos diferentes processos temporais (durabilidade/transitoriedade). Em Rüsen, a representação do processo temporal está intimamente integrada aos tipos narrativos de constituição de sentido. É por meio do conceito de continuidade que ocorre, narrativamente, a organização da unidade interna das três dimensões temporais. Nesse espaço, conquanto reconhecidas as “pluralidades temporais”, podem subsistir antigos padrões de pensamento (tempo linear, homogêneo e uniforme). A

narrativa é o *locus* por excelência do pronunciamento das propriedades temporais de estabilidade, permanência e mudança.

O intento, nessa etapa da análise, é compreender como as teses representam os processos temporais. O exercício requer extrair das teses seus respectivos comportamentos no concernente à noção de ressignificação, em termos de ameaças temporais, a superação de incertezas históricas e as respostas a intenções e esperanças humanas. Procedese, sempre no âmbito narrativo, a averiguação de quais maneiras a ideia de temporalidade é explorada. A proposição parte do princípio conjectural de que, mesmo implicitamente, por meio das concepções de contexto, historicidade, anacronia / sincronia, entre outros, seja viável aperceber-se das compleições da representação dos processos temporais nas narrativas. Na sequência dos vetores precedentes, seguem-se alguns dados constituídos a partir do conjunto de teses examinadas.

Quadro 37 – Da representação do processo temporal (percentuais e montantes)

| | Fraco | | Médio | | Forte | | TOTAL |
|-----------------|--------|---|--------|----|--------|----|-------|
| PUCRS | 0,00% | 0 | 50,00% | 17 | 50,00% | 17 | 34 |
| UFRGS | 0,00% | 0 | 37,50% | 9 | 62,50% | 15 | 24 |
| UNISINOS | 14,28% | 1 | 42,85% | 3 | 42,85% | 3 | 7 |

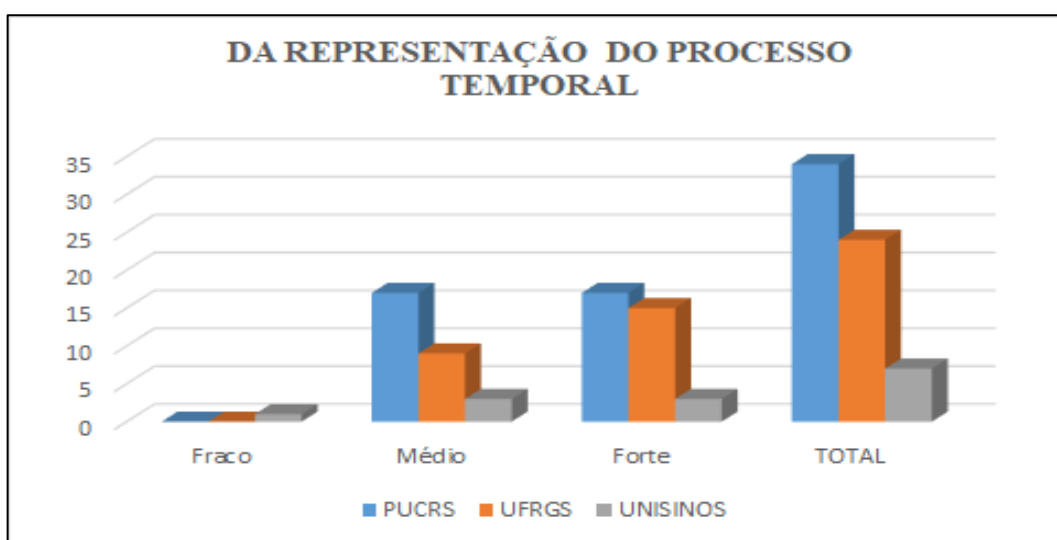
Fonte: elaborado pelo autor (2019).

A observação direta do Quadro 37 permite perceber que os níveis médio e forte não se distanciam percentualmente nas três universidades. A UFRGS destoa em alguns pontos percentuais, em relação as demais instituições, tanto no nível médio, quanto no forte, um condicionando o outro. O número total de teses no nível mais baixo é pouco significativo. Mas, considerado o montante de teses analisadas na UNISINOS, é exatamente esse mesmo quantitativo que poderia gerar certo desequilíbrio nos dois últimos níveis. De qualquer maneira, a tendência geral mostra o atendimento dos requisitos do vetor, ainda que em duas diferentes condições. No nível médio, estão os trabalhos que apresentam inquietações referentes aos processos temporais, sem haver, contudo, aprofundamento do debate por meio da inserção de referências especializadas ou até mesmo de dados e informações capazes de complexização das análises desses termos.

No nível forte, as discussões fazem convergir as matérias estudadas e determinadas precauções no tangente a componentes representativos de temporalidade, tais como cronologia / periodização, contextualização, historicização, anacronia / sincronia e conformações temporais (linear, uniforme, homogêneo, cíclico, espiral, de longa e/ou curta duração, entre

outros). Esses indicadores de pertencimento do objeto a certas condições de continuidade no tempo, permitem, além do rompimento com a estaticidade, constituir diferentes olhares sobre o que Rüsen denomina presentificação do passado. Instaure-se, em concomitância a essa propriedade narrativa, a profundidade temporal do presente, com a sustentação às expectativas no interior de uma cultura histórica. Reforçando a argumentação, o Gráfico 15 propicia, parafraseando a própria definição de perspectiva, reproduzir a forma e a disposição segundo a qual os dados se apresentam ao olho de quem observa.

Gráfico 15 – Níveis da representação do processo temporal



Fonte: elaborado pelo autor (2019).

A tentativa visual de expressão dos dados numéricos conduz à constatação de que os pilares do total reproduzem, especialmente, o nível médio, aproximando-se do forte. O desemparelhamento percentual ocorre apenas na UFRGS, em relação ao nível mais elevado e sua consecutiva diminuição do intermediário. A PUCRS, sem nenhuma tese no nível fraco, conta com exatamente a metade das investigações em cada um dos outros níveis. A situação se repete na UNISINOS, porém excepcionalizada pela presença de trabalhos distribuídos nos três níveis. Verticalmente, somadas todas as investigações alocadas por níveis, têm-se, para o primeiro, o total de 1 (1,53%); no segundo, 29 (44,61%); e, no terceiro, 35 (53,84%). Assim como em diversos outros vetores, a adição dos níveis fraco e médio não alcançam os 50% dos trabalhos (46,15%).

Inversamente, a combinação dos dois últimos níveis (64 teses) alcança os 98,46%. A informação é relevante, por ser nesses níveis que se encontram os trabalhos correspondentes aos critérios pensados para o vetor da representação do processo temporal. Interpretativamente,

isso evidencia o emprego textual de qualidades temporais. No entanto, esses podem não ultrapassar a estratégia narrativa, advindo a incoincidência na aplicação em práticas de pesquisa. Pelo fato de o fator das formas de apresentação estar sendo avaliado, simulada e isoladamente, a hipótese carece de ser testada pelo cruzamento com os demais fatores da matriz do pensamento histórico, instrumentalizada na individualização das teses. Ademais, considerados nas particularidades diferenciadoras dos níveis médio e forte, no primeiro, encontram-se contempladas características por meio das quais o simples recurso à citação de expressões denotativas de tempo faz com que as teses sejam alocadas nesse nível.

A pesquisa designada “De volta à fronteira – uma incursão aos fundamentos da cultura política sul-rio-grandense referente ao século XIX: a infiltração rio-grandense no estado oriental e a formação da identidade política regional”, de Newton Luis Garcia Carneiro, oportuniza ampliar a discussão sobre como esses elementos se acomodam na narrativa. O estudo trata “da compreensão dos efeitos da problemática fronteiriça sobre a constituição da identidade política regional, assim como sobre o tipo de percepção e respostas que o Estado do Brasil apresentou frente a esta realidade” (CARNEIRO, 2003, p. 3). Cronologicamente, a investigação compreende o interstício de 1845 a 1889. O pressuposto geral é o da existência de um diferencial na sociedade sul-rio-grandense, em relação a outras regiões brasileiras, nas manifestações da regionalidade política, conferindo “um caráter particular à sociedade local” e que vem incitando diferentes estudos na busca por “explicar os fatores e fenômenos históricos e culturais definidores” desses “padrões de comportamento sócio-políticos” (CARNEIRO, 2003, p. 10).

A hipótese defendida é a de que “esta conjunção de fatores levou à constituição de uma identidade muito peculiar junto à sociedade sul-rio-grandense, identidade que ganha materialidade principalmente através das relações político-partidárias verificadas no decorrer da história regional” (CARNEIRO, 2003, p. 11). O foco da pesquisa é na relação fronteiriça do Rio Grande do Sul com o Uruguai, mas realiza incursões “por problemas e questões de repercussão regional, relacionados à Argentina ou ao Paraguai” (CARNEIRO, 2003, p. 31). Na opção pelo recorte em favor do espaço uruguaio, a justificativa apresenta-se na seguinte base:

[...] em 1850, o governo brasileiro acusava recebimento de ofício do Presidente da Província do Rio Grande do Sul, onde este fazia referência ao número de escravos que se sabia achavam-se refugiados nas repúblicas platinas. Estes eram os seguintes: 191 escravos haviam fugido para o Estado Oriental; 29 para Corrientes; 5 para Entre Ríos; e 4 para o Paraguai. Nestes dados, que informam sobre as oportunidades e as direções seguidas, revela-se de forma explícita a preponderância da integração com o Uruguai (CARNEIRO, 2003, p. 32).

Segundo Carneiro (2003, p. 33), “a delimitação temporal, por si só, já aponta para uma perspectiva analítica de longa duração, ao mesmo tempo que define a problemática geral em relação ao objeto”. E, enquanto tal, “a questão fronteira atravessa múltiplas temporalidades, sem que isso implique na perda da força que exerce sobre as consciências locais”; ao contrário, conduz à “formação ou ativando diferentes e distintas percepções quanto ao caráter político-cultural e espacial da sociedade sul-rio-grandense, se não mesmo em relação ao tipo humano que a habita” (CARNEIRO, 2003, p. 33).

Na recapitulação de como a historiografia vem tratando o tema da diferenciação entre o Rio Grande do Sul e o restante do país, há uma considerável enumeração de textos e autores, classificados em dois grandes grupos: de um lado, citando exemplos retirados de períodos distintos, são apontados aqueles que tratam o Rio Grande do Sul a partir de tendências platinistas e de caráter preconceituoso, especialmente no que tange à formação autoritária da região; de outro lado, de algum modo, autores que resistem a essas máculas. Acrescenta-se à lista, não necessariamente tendente a um determinado “lado”, outros autores e obras. Em prol de certo desenrijecimento de posturas, o autor explica não se tratar de ter ou não havido influências, “como de fato acredita-se que ocorreu”, contudo, a forma como aquelas asserções são colocadas, apontam antes para uma desaprovação (ou até mesmo uma traição!), do que para um estudo das problemáticas e conflitos que levaram ao estabelecimento da influência platina junto aos sul-rio-grandenses” (CARNEIRO, 2003, p. 17).

A tese articula os conceitos de região e identidade. Região, a partir de Marcel Roncayolo (1986), “é uma construção humana, e como tal representa um tipo de organização social frente a outras”, não determinada pela natureza. De caráter histórico, “as regiões tendem a caracterizar-se ‘pela identidade e pela repetição de certos traços – quer se trate da paisagem, da produção, da composição social ou de atitudes culturais’ [...], um espaço vivido”. Dessas características põem-se “a questão da identidade ou da procura da identidade” (RONCAYOLO, 1986, p. 162-163 apud CARNEIRO, 2003, p. 40).

O texto estrutura-se a partir de cinco hipóteses, dentre as quais duas dizem respeito mais diretamente às discussões enviesadas aos processos temporais ora ilustrados. Ambas podem, assim, serem sintetizadas:

- a) “sendo o problema fronteira um fenômeno de longa duração, esse imprime suas marcas” na “paisagem político-administrativa”, no tipo de “organização social” e “sobre as estruturas de compreensão e expressão da realidade”, pressupondo que essa “ideia de longa duração permite, assim, compreender que determinadas atitudes e comportamentos não são mais que a ranhura superficial de imensas e poderosas

estruturas socioespaciais e culturais, que permaneceram – e ainda permanecem – atuantes durante largos intervalos de tempo”;

- b) a peculiaridade do local em relação ao nacional leva à construção de “continuidades e rupturas da memória histórico-social, permitindo, com isso, a elaboração da identidade regional, que neste caso não relaciona-se com a posição espacial, mas sim com a dimensão temporal” (CARNEIRO, 2003, p. 50-51).

Entre noções, ideias, definições e conceitos, esporadicamente são lançadas notas teóricas explicativas de caráter específico na teoria da história, a fim de autorizar determinados procedimentos e/ou uso de alguma estratégia cognitiva. É o que ocorre, por exemplo, na afirmação, acompanhando Guillermo De La Peña (1991, p. 125-126), de que “[...] o conceito não deve permitir a ocorrência de leituras generalizantes, sendo reconstruído em acordo com a realidade investigada”. E, imediatamente, pela semelhança de posições, a referência a Koselleck (1992, p. 134-146), que, “ao defender a plasticidade das categorias conceituais, afirma a presença real e anterior dos objetos inquiridos. O que ambos procuram destacar é a imperiosidade de que as categorias atendam e respeitem à historicidade dos objetos explorados” (CARNEIRO, 2003, p. 166).

A leitura exequível do tema na tese é a de que, apesar das transformações ocorridas através dos tempos, a regionalidade enquanto identidade “e o regionalismo político resistiram, portanto, ao borrão político, militar e historiográfico que, aos poucos, lançou-se sobre a região fronteira e sobre as práticas da nossa elite regionalista junto a esta” (CARNEIRO, 2003, p. 527). A tese admite, por meio das discussões envolvendo identidade e região (historicamente constituídas), a presença, em certa medida, da noção de tempo cíclico (repetição de certos traços) e a propalação temporal dos efeitos de alguns eventos, como o exemplifica a influência da “longuíssima instabilidade política uruguaia [...] para a constituição, no Rio Grande do Sul, de um tipo de comportamento político-cultural”, o qual, no entendimento do autor, “prolonga-se aos dias atuais – ainda que se descaracterizando, à medida que se intensifica o processo de integração nacional brasileiro [...]” (CARNEIRO, 2003, p. 35).

Dentre as demais teses, pela amplitude da proposta, é uma das poucas a abranger o período da segunda metade do século XIX, particularmente nesse aspecto de fronteira-eixo norteador. O tema é continuidade de outros estudos, singularmente a dissertação de mestrado, citada por diversos momentos (o autor autoreferencia-se), levando à conclusão de que a dissertação se encontra – ainda que em muito ampliada – distribuída no corpo do texto, na narrativa, nos documentos e, maiormente, nas referências bibliográficas. Da mesma maneira, se em muitas teses a regra é a ausência de definições, a ponto de prejudicar o entendimento de

alguns tópicos ou ao menos falar-lhes precisão, nesse caso há uma preocupação bastante grande em como definir todas as expressões utilizadas, até pela necessidade de fundamentar o caráter contestatório a uma certa historiografia, conforme lê-se nas “concepções”.

Trabalhos com a característica de alongar-se nos aparatos teóricos incitam ou provocam a impressão de que, além da contribuição para a matéria exclusiva à qual dedicam o exame, também irão amplificar, em termos de conclusões, pontos desconhecidos, obscuros ou mesmo controversos em relação aos elementos teóricos que os compõe. Uma longa introdução e dois capítulos inteiros para tratar de conceitos criam uma expectativa de interação entre matéria e elementos conceituais para pensar o objeto, o que, para o caso, não é exatamente válido, pois a conclusão é de puro conteúdo temático, respeitado o fato, claro, de que boa parte do espaço teórico já é dedicado ao tema específico. No formato dos demais vetores, o ensejo encontra-se exclusivamente em revelar, por meio do caso ilustrativo, o retrato de outros comportamentos na unidade de teses analisadas. Decerto, o apoio nos modelos interpretativos / protocolares seja capaz de auxiliar no desenvolvimento de explicações parciais dessa composição.

Os modelos protocolares consistem, para a presente reflexão, no conjunto de proposições elaboradas em cada tese, para fins interpretativos. De outro modo, são normas, regras, estratégias e técnicas utilizadas na narrativa, expondo os procedimentos interpretativos operacionalizadores de aproximação dos elementos cognitivos, narrativos e de orientação da vida prática. Diferentemente da fase analítica (metodológica), em que, por via de regra, ocorre um desmonte (separação do todo em partes) de alguma ideia por meio de arguição, inspeção, revisão, verificação e prova, mesmo que no intuito de reconstituição posterior (síntese), na fase interpretativa está envolvida a noção de percepção de uma mensagem consecutiva, por meio de códigos comunicativos.

Aqui, o núcleo da interpretação encontra-se na “ideia de explicar ou declarar o sentido de algo”. A seguir uma definição lexical, evitando-se ambiguidades, a palavra interpretação varia em seus sinônimos, conforme o desígnio de seu uso. Assim, quando “se referir à análise, os sinônimos utilizados serão perspectiva, versão, olhar, visão, crítica, análise, etc. Quando a palavra fizer referência à explicação, ela pode ser substituída por sinônimos como sentido, explanação, exegese, esclarecimento, entre outros” (SIGNIFICADOS, 2019). É, particularmente, nessa última definição que recai o interesse do presente vetor. Trata-se de reconhecer quais os recursos utilizados nas teses para as explicações dos processos envoltos em seus atinentes objetos. Para tal, a classificação dos trabalhos estrutura-se a partir da presença ou ausência textual de modelos interpretativos e da conformidade ou não de suas aplicações na narrativa.

Em Rüsen, o propósito é estabelecer critérios capazes de reconhecer, na história da historiografia, algumas predominâncias em termos de, por exemplo, historicização, características histórico-filosóficas e de cientificidade. O autor pensa em propriedades gerais da historiografia através dos tempos, de maneira que essa possa ser avaliada. A proposta se distancia, originalmente, de casos concretos, até mesmo pela variabilidade que apresentam entre si. As teses, em seu conjunto, ainda que considerado o curto espaço temporal no qual foram desenvolvidas (trinta anos), as variáveis quanto aos programas, entre outros, não deixam de exprimir qualidades próprias aos procedimentos interpretativos formais. Exemplo disso são os frequentes amparos no que Rüsen denomina “ordenamentos” – concepções de história (na dicotomia universal *versus* particular), formas de conhecimento e critérios de utilidade/relevância para a vida. Os números refletem essas condições no conjunto de teses.

Quadro 38 – Dos modelos interpretativos / protocolares (percentuais e montantes)

| | Fraco | | Médio | | Forte | | TOTAL |
|----------|-------|---|--------|----|--------|----|-------|
| PUCRS | 5,88% | 2 | 50,00% | 17 | 44,11% | 15 | 34 |
| UFRGS | 0,00% | 0 | 50,00% | 12 | 50,00% | 12 | 24 |
| UNISINOS | 0,00% | 0 | 57,14% | 4 | 42,85% | 3 | 7 |

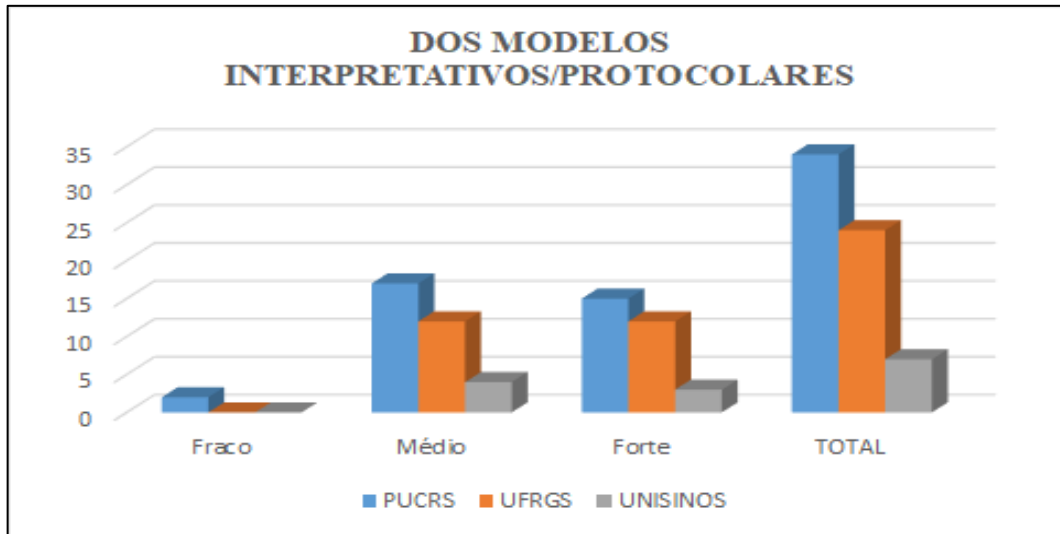
Fonte: elaborado pelo autor (2019).

O fundamental a ser observado no Quadro 38 é que aproximadamente a metade das teses, avaliadas em seus recursos explicativos, encontra-se alocada no nível médio (50,76%) e a outra parte, salvo pequena exceção na PUCRS (3,07%), concentra-se no nível forte (46,15%). O significado dessa distribuição conduz à conclusão de que quase a totalidade das teses corresponde aos critérios exigidos para o vetor. Isso, no entanto, não suporta a uniformidade, pois a apresentação de protocolos interpretativos pode não corresponder a suas aplicações, ou mesmo a externalização ser considerada desnecessária mediante a praticabilidade de determinados modelos. No caso do nível forte, os modelos explanatórios são visíveis por iniciativa dos próprios autores das teses, os quais optam por elucidar na narrativa seus meios de atuação.

No nível médio, duas situações se impõem: na primeira, ocorre a exposição textual de certos modelos interpretativos, sem a sua conseguinte execução e, na segunda, concretiza-se algum tipo de padrão procedimental explicativo, não obstante a ausência de declaração da adoção. Finalmente, nos dois casos excepcionais (fraco) vigora a ausência de parâmetros interpretativos. Em muitas situações, é corriqueiro invocar-se as noções de análise e interpretação; o que ocorre, entretanto, é a exiguidade de fundamentação sobre seu significado

na relação com a temática. Assim, resta ao leitor a total responsabilidade no reconhecimento, quando viável, dessas características. Para além das relações gramático-linguísticas (referente, significado-significante, coesão, coerência e semântica) inerentes aos textos científicos, em geral não chega a se formarem protocolos próprios à interpretação historiográfica. O esboço imagético permite visualizar, por outra ótica, esses dados no interior das narrativas.

Gráfico 16 – Níveis dos modelos interpretativos / protocolares



Fonte: elaborado pelo autor (2019).

Nas três universidades, existe equilíbrio entre os quantitativos de teses, nos níveis médio e forte. Na PUCRS, a proporção é de 50,0% para 44,11% (numericamente – 17:15); na UFRGS, 50,0% para 50,0% (12:12) e, na UNISINOS, de 57,14% para 42,85% (4:3), respectivamente. Em função do acúmulo de teses nesses dois níveis, as torres do total os representam com certo rigor. A partir de uma observação, por meio de linhas horizontais, o Gráfico 16 revela a ascensão do nível fraco ao médio e um leve declínio na PUCRS e na UNISINOS, na transferência do médio para o forte, mantendo a constância médio-forte apenas na UFRGS. Mas, acima de dados e informações, é primordial que os números transpareçam a necessidade de evidenciação dos processos mentais implicados narrativamente na interpretação.

Em relação ao sentido, interpretação é o processo significativo pelo qual, narrativamente, dados e informações sobre a experiência do passado ganham forma, pelas mãos do historiador. Na prática, recorrentemente, os processos interpretativos são confundidos com a arrecadação de documentação, com a disposição das fontes em determinadas ordens lógicas e com procedimentos metodológicos em geral, a exemplo de assíduos anúncios do resguardo

na abordagem comparativa e na análise de conteúdo, sem as equivalentes operacionalizações. No empenho de convencimento, acaba-se por justificar, ao invés de explicar os eventos.

A pesquisa de Patrícia Camera Varela da Luz, “Representações Culturais na Bienal de Artes Visuais do Mercosul: o estatuto da fotografia e a expressão do sujeito social”, independentemente de classificação, assessora no entendimento dos processos interpretativos envolvidos nas teses enquanto materiais empíricos. A autora, graduada em Física e também em Gravura, com aperfeiçoamento em Fotografia e mestrado em Tecnologia, “investiga a representação da identidade cultural na Bienal de Artes Visuais do Mercosul (BAVM)” (LUZ, 2012, p. 6). O foco é a “identidade cultural do sujeito moderno, tendo como objeto de estudo os ensaios que compõem o catálogo *Sangre* (LEVY, 2006), do fotógrafo argentino Diego Levy, e o catálogo *Fin de Zona Urbana* (BITTAR, 2002), do fotógrafo argentino Carlos Bittar”, produções “comunicadas no IV catálogo da Bienal de Artes Visuais do Mercosul (BAVM), em 2003” (LUZ, 2012, p. 16).

A partir do pressuposto de que “a construção das identidades dos grupos fotografados por Diego Levy e Carlos Bittar ocorre por meio de práticas que diferenciam seus espaços, criando dinâmicas de territorialização”, a tese “tenta mostrar que as identidades não são estáticas, mas dinâmicas, uma vez que o espaço está em constante expansão e retração, ou seja, num processo de (re)territorialização” (LUZ, 2012, p. 17). Entendendo a BAVM como espaço histórico, no qual os sujeitos-fotógrafo e fotografado “são percebidos como atores sociais” (LUZ, 2012, p. 6), no impulso, Peter Burke (2004) atribui às fotografias estudadas a condição de “evidências históricas” (LUZ, 2012, p. 16). Na afirmação da autora, “a elaboração da história da arte (fotografia) toma a complexidade do tempo das imagens, enfraquecendo a importância do tempo cronológico e do tempo progressivo, ou seja, da perspectiva historicista” (LUZ, 2012, p. 115-116).

Fundada em “alguns acontecimentos expressivos na história da fotografia moderna e contemporânea”, a tese traça “perspectivas de análise e interpretações para os ensaios dos fotógrafos mencionados” (LUZ, 2012, p. 115). Diante do alerta de que as obras de Levy e Bittar “podem passar por diversas interpretações epistemológicas”, a autora opta, “por questões metodológicas”, buscar compreender “as fotografias traçando dois percursos: a fotografia documental e a fotografia-expressão” (LUZ, 2012, p. 123). No que denomina “Propostas de metodologia para dimensionar a fotografia” (LUZ, 2012, p. 165), a autora apresenta alguns apontamentos retirados dos trabalhos de Ana Maria Mauad (2004a; 2004b), o que sintetiza em quatorze passos, alguns como pressupostos, outros como princípios, ora resumidos:

- a) não limitar a pesquisa a uma fotografia;

- b) entender a fotografia como texto;
- c) considerar o caráter interdisciplinar na pesquisa;
- d) observar a produção, o valor atribuído socialmente à fotografia, a fotografia como resultado dos processos de produção de sentido social;
- e) a simultaneidade de imagem-documento e imagem-monumento;
- f) a fotografia como texto visual (expressão mais conteúdo);
- g) *locus* de produção e produtor;
- h) competência do observador;
- i) organização temática;
- j) a noção histórica da imagem;
- k) presentificação do passado;
- l) produção sígnica;
- m) forma da expressão fotográfica;
- n) forma do conteúdo (LUZ, 2012, p. 167).

Além desses itens, a autora menciona que Mauad organiza uma divisão dos “espaços” em fotográfico, geográfico, objeto, de figuração e de vivência (LUZ, 2012, p. 168) e complementa o que denomina metodologia de referência inicial com o trabalho de Solange Ferraz de Lima e Vânia Carneiro de Carvalho (1997). Na ordem da prática metódica, as considerações recaem sobre os seguintes pontos, em ambos ensaios:

- a) a práxis do fotógrafo;
- b) os textos presentes nos catálogos da IV BAVM e no próprio catálogo fotográfico *Sangre e Fin de Zona Urbana*;
- c) os códigos visuais em cada fotografia;
- d) a proposta da IV BAVM, ocorrida em 2003, na cidade de Porto Alegre;
- e) o contexto histórico e social presente no território em que as fotos foram realizadas (LUZ, 2012, p. 191).

Ainda no mesmo segmento analítico-interpretativo, a tese organiza-se da seguinte forma, no que tange ao trabalho de Levy: conhecido o fato de que o assunto nuclear da obra “*Sangre é a violência urbana, levantou-se nas séries fotográficas a ausência ou presença, a predominância ou a particularidade de alguns elementos visuais*”, através da análise da ocorrência de certos “descritores”:

- a) visualidade do corpo;
- b) tipologia humana – faixa etária, gênero;
- c) tipologia humana – funcional;

- d) tipologia do lugar – território;
- e) tipologia do lugar – elementos contidos no espaço;
- f) tipologia do lugar – elementos de segurança;
- g) tipologia do transporte;
- h) fotografia;
- i) situação ou ação (LUZ, 2012, p. 191-194, adaptação nossa).

Para a análise de Bittar (*Fin de Zona Urbana*), a autora propõe seguir a mesma metodologia utilizada para *Sangre*, no entanto “sem fazer o levantamento quantitativo das fotografias, pelo fato dessa coleção ser composta por um número muito menor de fotografias”. Daí, focar os “códigos visuais presentes em cada fotografia, referindo-se principalmente ao território Cidade de Leste, assim como às pessoas que ali estão presentes realizando determinadas ações vinculadas ao contexto comercial característico pelas negociações transnacionais” (LUZ, 2012, p. 217-219).

A tese aferra-se na noção de cotidianidade e atualidade presente nos ensaios estudados. Em se tratando da obra *Sangre*, “as marcas de sangue, as balas, as perseguições, as mortes, as apreensões, os crimes, as revoltas mostram a história de todos os dias” (LUZ, 2012, p. 186). No caso de *Fin de Zona Urbana*, a autora conclui:

ao mesmo tempo em que essas fotografias mostram signos que indicam a possibilidade de consumo, os espaços fotografados mostram o contraponto: a pobreza, o abandono da infraestrutura local, a mão de obra infantil, provisória e barata. Este crescimento é notado como desarranjo em ambos os lados: pela desordem da visualidade publicitária e pelo improvisado na forma de trabalhar. [...] Numa leitura geral, *Fin de Zona Urbana* mostra a permeabilidade das fronteiras no setor econômico e cultural” (LUZ, 2012, p. 239).

Em conjunto, a investigação finaliza asseverando que “essas fotografias podem ser compreendidas no regime de consumo” e da informação. No primeiro, “pelo fato de terem sido incluídas em vários eventos artísticos, a exemplo da própria BAVM”; no segundo, na presença em *blogs*, relatórios, jornais, etc. Assim, “as fotografias de Levy e Bittar contemplam sua expressão entre arte e documento, ou seja, como fotografia-expressão” (ROUILLÉ, 2009 apud LUZ, 2012, p. 263), além de serem “representações visuais”, servem de instrumentos potenciais para “interrogar o mundo [...]” (LUZ, 2012, p. 263). Em síntese, concluindo a pesquisa “verificou-se que a busca da BAVM em comunicar a identidade estendida (‘latino-americana’) é colocada em xeque, quanto da análise destes ensaios e da compreensão sobre *self-identity* compreendidos nos processos de globalização”. Permanecem, na opinião da autora, duas interrogações. “Qual é o parecer da crítica de arte com relação às fotografias exibidas na

BAVM? Qual é o ponto de vista dos atores da esfera dominante das artes (norte-americana e europeia) com relação à BAVM e às obras exibidas por esta instituição?” (LUZ, 2012, p. 266-267).

A pesquisa como um todo se desenvolve implicada nas questões da identidade latino-americana por meio da BAVM. A análise geral tem esse propósito. O estudo maximiza o espacial nas suas implicações sociais, em detrimento do temporal. Os elementos prevaletentes são a rua, o lugar, o local, o global, o regional, o territorial e suas inter-relações. A tese é particularmente relevante para o presente exame, pelo duplo caráter: tratar-se da questão de uma identidade latino-americana estendida, enquanto crítica dessa posição e, singularmente, no tangente ao vetor dos modelos protocolares, a tese apresenta narrativamente algumas normas e procedimentos a serem seguidos em termos de interpretação, não obstante apareçam em determinadas ocasiões integrados à análise. A noção de estendida é o que vem sendo observado em muitas outras teses, em que ocorre a transposição automática de qualidades regionais (nacionais especialmente) para a macrorregião América Latina, quase sempre sob o argumento de contextualização e sem definição, apenas perceptível de forma subjacente, por adjetivação e/ou oposição.

No intuito de proporcionar uma melhor compreensão do fator das formas de apresentação, considerando seus vetores (tipos de constituição histórica de sentido, a narratividade do pensamento histórico, as formas de representação do processo temporal e os modelos interpretativos protocolares), segue um sucinto apanhado dos pontos examinados no capítulo. Trata-se de um esforço de reagrupamento dos componentes do fator, após a fragmentação analítica imprimida, a fim de sanar eventuais imprecisões e, além disso, aventar conjecturas que somente a totalidade pode promover. O interesse central encontra-se na verificação da efetividade dos dispositivos empregados no exame. Fundamentalmente, a aproximação da proposta rüseniana de uma lógica de racionalização do pensamento histórico e os mecanismos desenvolvidos para o estudo das teses.

Quadro 39 – Formas de apresentação e seus vetores

| Dos tipos de constituição histórica de sentido | | | | | | | |
|--|--------|---|--------|----|--------|----|-------|
| | Fraco | | Médio | | Forte | | TOTAL |
| PUCRS | 5,88% | 2 | 35,29% | 12 | 58,82% | 20 | 34 |
| UFRGS | 0,00% | 0 | 25,00% | 6 | 75,00% | 18 | 24 |
| UNISINOS | 14,28% | 1 | 28,57% | 2 | 57,14% | 4 | 7 |
| Da narratividade do pensamento histórico | | | | | | | |
| | Fraco | | Médio | | Forte | | TOTAL |
| PUCRS | 8,82% | 3 | 17,64% | 6 | 73,52% | 25 | 34 |
| UFRGS | 4,16% | 1 | 16,66% | 4 | 79,16% | 19 | 24 |
| UNISINOS | 14,28% | 1 | 14,28% | 1 | 71% | 5 | 7 |
| Da representação do processo temporal | | | | | | | |
| | Fraco | | Médio | | Forte | | TOTAL |
| PUCRS | 0,00% | 0 | 50,00% | 17 | 50,00% | 17 | 34 |
| UFRGS | 0,00% | 0 | 37,50% | 9 | 62,50% | 15 | 24 |
| UNISINOS | 14,28% | 1 | 42,85% | 3 | 42,85% | 3 | 7 |
| Dos modelos interpretativos/protocolares | | | | | | | |
| | Fraco | | Médio | | Forte | | TOTAL |
| PUCRS | 5,88% | 2 | 50,00% | 17 | 44,11% | 15 | 34 |
| UFRGS | 0,00% | 0 | 50,00% | 12 | 50,00% | 12 | 24 |
| UNISINOS | 0,00% | 0 | 57,14% | 4 | 42,85% | 3 | 7 |

Fonte: elaborado pelo autor (2019).

A considerar o Quadro 39, integralmente, é possível reconhecer pelo menos dois macroatributos das formas de apresentação: o primeiro é a convergência da maioria das teses para o nível forte, seguido volumosamente pelo nível médio. A consequência mais imediata desse dado está na baixa incidência de trabalhos no nível fraco. Naturalmente, entre os vetores existem assimetrias, indícios de que os instrumentos de análise implementados perquiriram adequadamente uma relativa variedade de situações. Sem perder de vista a complexidade das narrativas, as peculiaridades imanentes a cada uma delas, viabilizou-se a constituição de uma visão ampla sobre como as mesmas se comportam tendo em consideração quatro eixos principais: os tipos de constituição de sentido, a narratividade do pensamento histórico, a representação dos processos temporais e os modelos interpretativos protocolares.

A segunda característica em relevo é a variação institucional entre os vetores, ou seja, uma determinada universidade pode alcançar níveis elevados em um ou mais vetores e, ao mesmo tempo, revelar-se de menor expressão em outros. Exemplos dessa propriedade podem ser retirados de qualquer uma das instituições. A PUCRS, para esse fim, no nível médio do primeiro vetor, conta com aproximadamente 35% (35,29%) das teses; no segundo vetor, com nem 18% (17,64%); no terceiro, com a metade dos trabalhos (50,00%) e, no quarto, igualmente com 50,00%. O raciocínio é válido também para outros níveis e instituições. Na UNISINOS, uma vez mais ilustrativamente, em se tratando do nível forte, têm-se: tipos de constituição

histórica de sentido (57,14%); narratividade do pensamento histórico (71,42%); representação do processo temporal (42,85%); e modelos interpretativos (42,85%).

Na UFRGS é que ocorrem as maiores disparidades entre os níveis de um mesmo vetor (normalmente em favor do forte), o mesmo se repetindo de um vetor para outro. No primeiro, as proporções são de 0:6:18 (percentualmente, 00:25:75); no segundo, 1:4:19 (percentualmente, 4,16:16,66:79,16); no terceiro, 0:9:15 (percentualmente, 00:37,50:62,50); e no quarto, 0:12:12 (percentualmente, 00:50:50). Essas formas de instabilidade, independentemente da universidade de origem, decorrem, em especial, de duas razões: da prática de não exposição narrativa dos elementos avaliados no fator e da artificialidade tipológica utilizada em sua avaliação. A constatação é plausível, por tratarem-se de critérios classificatórios, de finalidades instrutivas, elaborados a partir do preceito de captação de dados. Se, por um lado, isso implica em assumir imperfeições no alcance de alguns dados, por outro, não abona as escassezes dos elementos avaliados nas teses e reforça a possibilidade de abertura de outros campos de inquirição.

Uma vez mais, é necessário lembrar das tamanhas dificuldades de qualquer opção classificatória no interior das teses, nos moldes dos tipos de constituição histórica de sentido. Isso porque, conforme o próprio Rüsen, os tipos se superpõem e interpenetram. Assim, diante da inviabilidade da prescrição de formas literárias, dirá o autor, resta estimular a explicitação das razões de adoção. É nesse sentido que os procedimentos de análise ora adotados foram elaborados e aplicados. A tipologia, independentemente de qual dos tipos de constituição de sentido se trate, obriga-se ao esforço de evidenciação de confiabilidade, de dúvidas e de alternativas ainda por considerar (racionalização e argumentação). Essa estrutura perpassante a todos eles advém da necessidade de um certo convencimento fundamentado na tradição, nos exemplos, nas negações e nas transformações e outorgado aos tipos individualmente. Em vista disso, cada um dos tipos, à sua maneira, pela via da argumentação utilizada na trama, tende a autojustificar-se textualmente. Essa é sua própria condição de existência na narrativa. Por detrás da tipologia de constituição de sentido histórico, há um fundo comum, ou melhor, acima de uma identificação de um ou outro dos tipos, estão suas lógicas funcionais.

Os tipos são atributos identificáveis em um texto, sem o intuito de classificação da narrativa. A proposta rüseniana é a de que auxiliem na compreensão de como ocorre a constituição de sentido histórico. Embora seja possível destacar-se o uso de um ou outro dos conjuntos de características, e em alguns casos o próprio Rüsen o desenvolva, predomina o interesse na articulação em que são submetidos na composição textual. Assim, as formas e meios de sua utilização devem ser capazes de revelar suas respectivas funções narrativas, dado

o próprio caráter de narratividade do pensamento histórico. Na mesma lógica da comparação, anteriormente realizada, sobre a dependência do tipo crítico em relação ao genético, aos demais se aplica a mesma composição relacional.

Na linha do que fora interrogado acima, a questão é saber se a narratividade do pensamento histórico se sustenta sem a discriminação desses “modos de fazer”. No interior dessa questão, dois predicados são importantes de serem lembrados: a evidenciação dos conectores entre o pensamento histórico e a experiência; e a triangulação narrador-evento-leitor. É um pouco sobre os efeitos que quem escreve quer causar em quem lê; o primeiro idealiza uma leitura, a propósito do evento, e a lança em forma de narrativa. A predominância da forma de conhecimento narrativa não descarta, ao contrário, apoia-se em elementos de cronística, tabular, cronológica, catequética, ensaística, documental e, substancialmente, descritiva. A narrativa configura-se amparada nessas outras formas de conhecimento. A recepção, independentemente da intenção autoral, converge para a interpretação, a partir do mundo do leitor. Porém, a independência interpretativa, ainda que não possa ser mensurada por completo, não parece ofuscar e/ou eximir-se inteiramente dos processos epistemológicos constituintes da narrativa. Elaboração e reelaboração interpretativas coadunam-se na contiguidade.

O objeto estudado não é fixado no passado. Por meio de vestígios ou tradições, mediante a recuperação narrativa realizada no presente, a partir das carências e interesses desse último possibilita-se a recondução da vida no tempo e a geração de expectativas. Todo o empenho ocorre no âmbito da constituição ou reconstituição de sentido (na escrita e/ou na leitura), a depender do tipo de ruptura temporal implicada na problemática de estudo. Aparentemente, existe um cabedal enorme de ideias do que venham a ser os processos de análise e interpretação. No entanto, na relação prática do trabalho, ao não ser desenvolvido um suporte procedimental para as suas execuções, acabam por se dispersarem e, inclusive, desaparecerem no texto, comprometendo de tal modo os resultados da pesquisa ou pelo menos seu alcance pragmático. O que se originou com propósitos de precisão científica, termina por redundar em convicções de caráter ensaístico.

Os processos mentais são instrumentalizados pelo historiador, mas, uma vez que não estejam expostos em seus meios e formas, em grande medida relegam à imaginação do leitor a responsabilidade exclusiva por outro processo mental; dessa vez, porém, sob o risco de desconexão das ações cognitivas. Os raciocínios conduzidos com interrupções e/ou intervalos inibem a compreensão da complexidade a que muitas vezes o objeto pertence. A narrativa subsiste suspensa e, nesse caso, abona o estímulo condutor de uma determinada interpretação, que, respeitadas as variantes da cultura histórica, permitiria hipoteticamente o entendimento

dialógico entre o comunicante, o comunicado e o destinatário. É na maneira de narrar que se revela o alcance potencial da mensagem. Nisso consistem as formas de apresentação.

8 FUNÇÕES DE ORIENTAÇÃO E SUAS EPISTEMOLOGIAS

8.1 APRESENTAÇÃO

À forma e ao conteúdo do pensamento histórico, Rüsen acrescenta um terceiro elemento: sua função. A especificidade do desempenho cultural da história encontra-se submetida ao conhecimento de sua “situação na vida” (carências e funções de orientação). Depende disso a demarcação do “espaço específico que a ciência da história ocupa na orientação cultural do presente respectivo” (RÜSEN, 2015, p. 143). Conforme visto anteriormente, o pensamento histórico, para fins de configuração científica, afasta-se “das carências práticas de orientação de seu contexto político e social”, sem, contudo, deixar de reconhecer a continuidade da relação entre a ciência histórica e a sua contemporaneidade. Se, por um lado, a distância quanto à orientação prática da vida foi motivo de críticas (autossuficiente, intelectualmente estéril e alheia à vida)¹¹², por outro, o apoio em uma filosofia funcional ou prática da história pode auxiliar na retomada da problemática, a fim de solvê-la.

Trata-se de alocar, perante as filosofias material e formal, “uma *teoria da cultura histórica* ou *teoria da orientação histórica*” que, em uma configuração especial, apresenta-se como “teoria da formação histórica”. Inclui-se a filosofia funcional da história no interior da teoria da formação histórica¹¹³, compondo, assim, o tripé conteúdo-forma-função. Segundo Rüsen, a ideia já estava presente em autores como Johann Gottfried von Herder, Wilhelm von Humboldt, Johann Gustav Droysen e na filosofia marxista. Em Droysen, por exemplo, em forma de “apresentação didática”, como o “mais elevado tipo de historiografia”. A noção de um “direcionamento do pensamento histórico às determinações finalísticas do agir (sobretudo político) pertence ao programa clássico do conhecimento como disciplina acadêmica”; seria identificável facilmente no historicismo de estudiosos da política (Georg Gottfried Gervinus, Heinrich von Sybel e Heinrich von Treitschke), bem como no clássico Leopold von Ranke. Em todos os casos, a contribuição está em “conceber uma teoria da orientação histórica ou da cultura histórica”, a qual “encerra em si um princípio da razão prática do pensamento histórico”

¹¹² Rüsen recorda posições de Friedrich Nietzsche (Da utilidade e desvantagem da história para a vida) e mais recentemente, sobre ‘lembrança’ e ‘memória’, Pierre Nora e Egon Flaig.

¹¹³ Convém aperceber-se da presença teórica na função prática do conhecimento histórico: “Agora, ela (teoria da história) estende o arco de suas reflexões à esfera da vida humana prática, a fim de investigar a função do saber histórico, obtido pelo pensamento e apresentado pela narrativa. Ao mesmo tempo, busca descobrir e descrever o papel específico desempenhado pela história nos contextos práticos de aplicação do saber histórico” (RÜSEN, 2015, p. 217).

(RÜSEN, 2015, p. 144-145). Desses pensadores, particularmente Ranke, Rüsen deduz um “*imperativo categórico do pensamento histórico*” de valor atual:

pensa historicamente de tal modo que a finalidade em si do homem (sua dignidade), se realize em cada forma de vida, e que essa forma de vida seja articulada, temporal e espacialmente, com todas as demais, em um contexto temporal abrangente, que apareça como orientação intelectual universal na relação ao futuro de todo e qualquer presente (RÜSEN, 2015, p. 145).

Em perspectiva humanística (fundamento antropológico kantiano), Rüsen entende “o papel da ciência da história, na vida cultural de seu tempo, como uma forma do humanismo institucionalizado” e reduz a função crítica a um preceito determinante: “trata-se sempre e por princípio da crítica à desumanidade do ser humano”. Ao invés de contrapor “neutralidade axiológica” (da racionalidade metódica da pesquisa) e a “função prática nas orientações culturais (marcadas por valores), opta por pensá-las de propensão complementar, conforme o demonstra a matriz do pensamento histórico enquanto esquema da “unidade do processo histórico de pensar” (RÜSEN, 2015, p. 243-245). Nesse viés, sublinha uma última característica em torno do tema:

Não se deve esquecer que o próprio caráter científico do pensamento histórico possui uma qualidade normativa: para ele, a forma determinante da argumentação, enquanto referida à experiência formulada conceitualmente, organizada explicativamente, expressa e finalizada discursivamente, representa uma base valorativa incontornável do pensamento científico. É ela que se torna (ou pode tornar-se) atuante praticamente, quando o saber histórico, obtido pela ciência da história mediante pesquisa, é utilizado no quadro cultural de orientação da vida prática (RÜSEN, 2015, p. 245).

No caso em exame, não se trata de medir o quanto uma determinada pesquisa ou grupo de trabalhos atingiu de sucesso em termos de recepção, e sim de identificar, nesses escritos, expectativas que os autores têm quanto aos resultados de suas pesquisas. Em outras palavras, o alvitre é o de perceber, nos textos, o que pode ser denominado de formas de antecipação em relação aos produtos finais das investigações. Inclui-se no rol as manifestações de expectativas, bem como traços de continuidade temporal dos efeitos dos eventos estudados ou, ainda, as preocupações com indicadores de aplicabilidade do conhecimento histórico (particularmente no que tange ao tratamento da categoria da identidade e da invocação do político).

Nesse âmbito, com a pretensão de reconhecer nas teses essa conotação de razão prática do pensamento histórico, são propostos quatro vetores e três níveis correspondentes, conforme demonstrado no Quadro 40.

Quadro 40 – Funções de orientação e seus vetores

| VETOR | FUNÇÕES DE ORIENTAÇÃO | | |
|---|-----------------------|---------|---------|
| | NÍVEL 6 | NÍVEL 3 | NÍVEL 0 |
| | Forte | Médio | Fraco |
| Da Noção de Função Prática | | | |
| Das Formas de Tratamento da Categoria da Identidade | | | |
| Do Posicionamento/Da Invocação do Político | | | |
| Da Temporalização do Futuro | | | |
| PARCIAIS | | | |
| TOTAL | | | |

Fonte: elaborado pelo autor (2019).

O intuito geral, sempre sem perder de vista a necessidade de integrar o fator aos demais da matriz do pensamento histórico, além da interação entre os vetores, é o de avaliar os graus de comparência desses elementos nas teses. Doravante, os vetores passam a ser definidos, criterizados e avaliados individualmente.

8.2 DA NOÇÃO DE FUNÇÃO PRÁTICA

Na esteira da teoria clássica da formação do humanismo alemão, segundo Rüsen, a humanidade é representada, na filosofia da história, de forma temporalizada. Daí decorrer a relação direta com a educação dos homens. Incumbe ao pensamento histórico auxiliar no direcionamento para o futuro da vida prática atual, tarefa realizável por meio da introdução argumentada de “perspectivas abrangentes de futuro nos entendimentos dos diversos agentes (em conjunto ou em concorrência entre si). Nessa medida, toda filosofia da história é sempre política, em seu dimensionamento funcional” (RÜSEN, 2015, p. 146-147).

Em princípio, a constatação central, advinda desses pressupostos, é a de que a ciência (da história) deva servir como orientação. A fim de que não seja manipulada oportunisticamente (circunstâncias políticas), recorre aos fundamentos no “[...] saber obtido metodicamente e garantido argumentadamente”. No entanto, Rüsen atenta para a assimetria estrutural existente na “conexão interna entre *filosofias material e formal da história*, de um lado, e *filosofia prática da história*, de outro” (RÜSEN, 2015, p. 147, grifos do autor), no que tange à relação entre conhecimento e ação. Diante da necessidade de nivelamento “[...] entre o passado e o presente, e entre o presente e o futuro”, a ser efetivado pelo pensamento histórico, inserem-se as “determinações finalísticas do agir humano” (RÜSEN, 2015, p. 147). Em termos menos abstratos,

A realidade desses problemas reside no significado, para a vida prática, da representação do fluxo temporal elaborada pelo pensamento histórico. O ímpeto da

experiência histórica é transferido para a dinâmica de um agir determinado por fins. Essa transferência põe o agir diante de seus fins e intenções, torna-o consciente deles e entrega-os a ele. De acordo com o tipo da constituição histórica de sentido em questão, pode tratar-se de certezas tradicionais, de regras do agir baseadas na experiência, de projetos de mudança e, por fim, de distanciamento das imposições da experiência histórica (RÜSEN, 2015, p. 148).

Na cultura histórica, Rösen identifica o “suprassumo dos sentidos constituídos pela consciência histórica humana”. Nela ocorrem as práticas sociais, nas quais estão incluídas a orientação humana (sofrer e agir) no tempo e a situação humana diante das mudanças temporais. A capacidade de orientação da cultura histórica manifesta-se “quando viabiliza que as experiências com o passado humano sejam interpretadas de modo que se possa, por meio delas, entender as circunstâncias da vida atual e, com base nelas, elaborar perspectivas de futuro”. É nesse mecanismo de contextualização social que o pensamento histórico se evidencia para além dos especialistas (historiadoras e historiadores), ganhando amplitude e profundidade na inserção (enquanto orientação cultural) na vida humana (RÜSEN, 2015, p. 217).

À própria questão: “A quem pertence, afinal, a história?”, Rösen (2015) responde: “a história pertence a cada um”¹¹⁴. Na sequência, contudo, chama a atenção para os perigos contidos na resposta imediata, em favor de uma suposta democratização do pensamento histórico, uma vez que nem todas as formas de lidar com o passado sejam equivalentes. Distingue, assim, os condicionantes da e para a história, em relação aos contextos em que atua. Nesse intento, explica ser imprescindível “a análise e a explicitação, em base antropológica, dos fatores mentais decisivos da cultura histórica”. Uma vez mais, em formato ideal-típico, distingue cinco desses fatores capazes de generalização: pensar, sentir, querer, valorizar e crer. A partir deles, estabelece as respectivas dimensões da cultura histórica e correspondentes contextos: *cognitiva, estética, política, moral e religiosa* (RÜSEN, 2015, p. 229, grifos do autor), conforme segue:

- a) **a dimensão cognitiva** da cultura histórica (saber e conhecimento) pauta-se pelo critério de sentido da *verdade* por outra forma, “a capacidade de fundamentar todas as sentenças sobre o passado humano com respeito a seu teor empírico, teórico e normativo”;
- b) **a dimensão estética** da cultura histórica (forma e sensibilidade) guia-se pelo critério de sentido da *beleza*, ou seja, “é própria à percepção das apresentações do passado (nos diversos meios de comunicação)”;

¹¹⁴ A menção aqui é direcionada para os trabalhos de Foner (2002) e Becker (1935). A mesma ideia em Becker (2013, p. 338-354).

- c) **a dimensão política da cultura histórica** (poder mandar e dever obedecer) orienta-se pela ideia de *legitimidade*, ou melhor, “essa convicção da *legitimidade* das relações de poder e dominação, sob as quais os seres humanos têm de viver, caracteriza o teor de sentido de sua relação política entre si, na qual se dá todo o jogo político”;
- d) **a dimensão moral da cultura histórica** (normas e valores) versa sobre a *distinção entre o bem e o mal*, elementos normativos – éticos e morais – da cultura atual em relação aos acontecimentos passados; quer dizer, “toda atualização do passado pela cultura histórica ganha significado ao ser interpretada segundo os critérios dessa distinção”;
- e) **a dimensão religiosa da cultura histórica** (finitude e transcendência) alude ao critério da *salvação* humana em relação à finitude; em outros termos, “procede das profundezas da subjetividade humana, onde se relaciona com o fundamento último da vida” (RÜSEN, 2015, p. 231-233, grifos do autor).

Rüsen, como em diversas ocasiões de tipificação a que alude, pensa essas dimensões de maneira intrinsecamente relacionadas. Nessa complexidade, assume que, na realização da cultura histórica, existem assimetrias e subordinações, as quais, por sua vez, levaram historicamente a muitas “críticas, restrições, exclusões e falseamentos”. A solução ao problema está, para o autor, em articular mutuamente as cinco dimensões, isto é, “trata-se de tornar o tempo vivível. A unidade das dimensões está sempre onde a subjetividade humana tem de orientar-se mediante atividade mental-intelectual no tempo” (RÜSEN, 2015, p. 237-238).

Respeitadas as formas e movimentos de manifestação da cultura e demarcada a condição do ser humano de “constituir sentido a partir de si mesmo”, a articulação das dimensões da cultura histórica encontra coerência no processo de constituição desse “tempo do eu humano”. Em Rüsen, amparado na ideia de dignidade kantiana, a “capacidade cultural do ser humano, de ser criativo”, revela um princípio antropológico elementar e abrangente da cultura histórica. É através dessa interconexão das diversas dimensões da cultura histórica que a humanidade do ser humano se realiza plenamente (RÜSEN, 2015, p. 239).

No conjunto, as tarefas da ciência da história aparecem, em Rüsen, na esfera da orientação e da crítica¹¹⁵. A história enquanto ciência – no domínio da cultura histórica e sob os auspícios da dimensão cognitiva –, tende à orientação temporal prática. E ainda que muitos dos

¹¹⁵ “Crítica significa que os saberes sobre o passado humano, necessários à orientação prática, têm de (poder) ser submetidos a controle de plausibilidade, a fim de consolidar-se e de ser empregados como argumentos, com chance de êxito, no conflito dos múltiplos interesses” (RÜSEN, 2015, p. 240).

resultados das pesquisas históricas não repercutam nas práticas culturais e orientem temporalmente ações humanas imediatas, a história “tem de se contentar em fornecer um saber que (também) possua valor prático de uso. Não é a ciência, porém, que decide sobre esse valor de uso, mas sim as carências práticas da vida social” (RÜSEN, 2015, p. 240).

Assim, visando identificar traços referentes à função prática do conhecimento histórico no âmbito das teses, estabelecem-se os seguintes critérios:

- a) **Forte (6)**: o trabalho pronuncia-se de maneira a servir como mecanismo de contextualização social, evidenciando-se para além dos especialistas, buscando inserir-se na vida humana enquanto orientação cultural;
- b) **Médio (3)**: o trabalho se reconhece na qualidade de instância fundamentada mediante pesquisa, no entanto, não faz dessa condição um termo de diferenciação entre opiniões orientadas por simples interesses (não valoriza as dimensões da cultura histórica e seus critérios de sentido);
- c) **Fraco (0)**: nega a possibilidade de uso prático do conhecimento histórico.

O intuito geral da observação desses critérios é perceber como as teses entendem a problemática da função prática da histórica, enquanto possibilidade de orientação cultural.

Maria Cristina Bohn Martins (1999) investiga as festas e celebrações religiosas nas reduções jesuítico-guaranis da então Província do Paraguai, no intervalo temporal de 1609-1767. Nesse propósito, a autora realça uma peculiaridade, o fato de as festas estudadas comporem o “[...] conjunto de rituais coletivos e não rotineiros da sociedade; celebrações que envolvem todo um grupo ou comunidade num determinado tempo, cíclico ou excepcional”. Dito de outra forma, ainda nas palavras da autora, “[...] importa-nos o conjunto de eventos que, motivados por circunstâncias momentâneas, ou compondo um ciclo comemorativo pré-determinado, foram celebrados coletivamente”, ainda que, por conta dos limites impostos pelas fontes, o exame detenha-se predominantemente nas “celebrações oficiais” (MARTINS, 1999, p. 2).

A autora observa carência de estudos com referência nas festas religiosas, apesar da existência numerosa de historiografia acerca das reduções. Nessa tônica, dois são os eixos tradicionalmente seguidos: no primeiro, estão os escritos produzidos pelos jesuítas no registro de suas próprias experiências e, no segundo, aqueles que se referem às práticas dos primeiros. As marcas resultantes desses modelos de leitura teriam acarretado juízos pejorativos, em relação às celebrações realizadas pelos índios, também em formato duplo: é como se vivessem, antes, em um estágio hediondo de bebedeiras e bacanais (festas indígenas tradicionais) e, depois, passassem a viver em um modo exemplar no âmbito do regramento cristão (reduções).

Nos termos da autora, “[...] encaminhando a questão em termos da ‘*evolução*’ dos ‘*festins de bebedeiras*’ para as ‘*piedosas celebrações cristãs*’” (MARTINS, 1999, p. 3-4).

À frente dessas inquietações surgem as perguntas, não sem antes a tentativa de inverter a perspectiva: “[...] como viram, viveram e perceberam os índios a sua redução? Qual a sua contribuição para a instalação e permanência estável das comunidades reduzidas?”. O pressuposto geral é o de que o resultante do processo de contato (entre tradições culturais distintas) não prescinde, obrigatoriamente, da “[...] mera transposição mecânica da mais complexa sobre a mais simples, da erudita sobre a popular, mas que concepções e práticas de tradições culturais diferentes podem dialogar, tendo como desdobramentos sínteses que podem ser criativas” (MARTINS, 1999, p. 4-5).

A proposição da autora é a de verificar se “[...] as respectivas experiências festivas, guarani e cristã ocidental – puderam chegar a fecundar-se mutuamente, colocando em circulação valores e práticas culturais” (MARTINS, 1999, p. 5-6), empreitada a qual assume-se tributária de conceitos como “circularidade cultural” (Mikhail Bakhtin – *Cultura Popular na Idade Média e no Renascimento. O contexto de François Rabelais* – 1993) e “interação” (Peter Burke – *A Cultura Popular na Idade Moderna* – 1989).

A constatação de certa sedução recente em torno das festividades, abrigadas sob diferentes inscrições (História do Cotidiano, das Mentalidades, de Gênero, Social, dentre outras), acompanha a precaução de que os sujeitos particulares em exame “[...] as populações indígenas – apenas recentemente começam a deixar de ser considerados ‘figurantes mudos’, vestígios de uma ‘pré-história’ destinada a desaparecer a partir dos fatos e das instituições coloniais” (MELIÁ, 1991, p. 16-19 apud MARTINS, 1999, p. 10). No escopo de dar conta dessa “*cultura popular*”, introduz autores como Carlo Ginzburg (1987), Michel Vovelle (1987) e Mona Ozouf (1976), além da relação do assunto com a Antropologia. No tocante à América Latina, ressalta os trabalhos de Nathan Wachtel (1987) e exemplifica, ainda, com os pontos de vista de outros autores, como Waldemar R. Smith (1981) e Ángel López Cantos (1992). No Brasil, coaduna-se, particularmente, com Mary Del Priore (1994), a cada autor por traços singulares a que foram capazes de perceber em relação às tradições culturais em estudo.

No tocante à noção de funções de orientação ora em verificação, manifestam-se predominantemente na revisitação das interpretações, na perspectiva de observação das fontes e da própria historiografia. As considerações apontam uma série de permanências discursivas em relação aos processos estudados, respeitadas as proporções de distanciamento temporal. Além de confirmar as convicções indicadas desde a introdução da tese – sobre o fato de que “os índios não foram meros receptores das expectativas dos padres, ‘papel em branco’ pronto para

aceitar o que nele for imprimido” –, Martins acredita que a reflexão promovida no trabalho atualiza-se na medida em que as problemáticas em torno do tema (relações entre os grupos indígenas com a sociedade envolvente) continuam presentes (MARTINS, 1999, p. 266).

No caso brasileiro, relembra, a retomada do crescimento demográfico das populações indígenas e os dispositivos constitucionais implicantes aos direitos sobre terras, sem perder de vista a necessidade de políticas públicas necessárias à efetivação desses expedientes positivados, recapitula um outro desafio atual, “[...] aquele que se liga à necessidade e desejo de manutenção do seu patrimônio cultural” (MARTINS, 1999, p. 266-267). Sintomático disso seriam as revisões, sob os auspícios do movimento ecológico, “[...] das noções de progresso, desenvolvimento, integração e discriminação”, de onde a influência aos “novos instrumentos internacionais como a Convenção 169 da OIT (1969) e a Declaração dos Direitos dos Povos Indígenas, que passam a defender o direito à diferença, o valor da diversidade cultural, o etnodesenvolvimento (Declaração de San José da UNESCO de 1981)” (MARTINS, 1999, p. 268).

A transformação perpassa, segundo a autora, pela tomada de consciência da importância da preservação patrimonial das sociedades indígenas, o que significa “[...] a reavaliação do modelo que dominou nossa civilização por mais de um século. Esse modelo, impregnando inclusive o senso comum com a ideia de progresso, com a sua pretensão de universalidade e seu caráter assimilacionista, orientou, desde sempre, os países com população indígena em seus projetos de inserção destas”. Trata-se de reconhecer, no âmbito da “sócio-diversidade”, “a perspectiva de que as culturas são entidades vivas, em fluxo” (MARTINS, 1999, p. 269).

8.3 DAS FORMAS DE TRATAMENTO DA CATEGORIA DA IDENTIDADE

Na função de orientação da vida prática, o pensamento histórico serve, em particular, à categoria da identidade¹¹⁶. Essa, por sua vez, configura-se como “[...] uma ponte temporal sustentável entre o passado e o futuro, na autopercepção e autointerpretação do sujeito”. Trata-

¹¹⁶ Em uma proposição inicial Rűsen reforça o significado prático, para a constituição da identidade, do pensamento histórico e, na sequência define o que entende por identidade: “A vida humana está condicionada a que cada pessoa, por si e na relação com as demais, possua um mínimo de densidade e continuidade no processo temporal de sua vida cotidiana. Essa permanência temporal do eu humano consiste, de início, na simples continuidade natural do próprio corpo entre nascimento e morte. A mera duração física, contudo, não basta. Ela precisa ser emoldurada por uma duração cultural; precisa ser ‘humanizada’ [...]. Essa densidade do eu é uma questão de operações mentais, de uma relação constante consigo, de lidar – emocional e intelectualmente – consigo mesmo. A duração do sujeito humano na evolução do tempo, como condição de sua capacidade de viver, é chamada, usualmente, de ‘identidade’. Identidade é uma propriedade essencial da subjetividade humana, em perspectiva tanto pessoal quanto social” (RŪSEN, 2015, p. 260).

se de dar suporte aos seres humanos diante das “experiências de contingência”, a fim de fundamentar – partindo dos valores intrínsecos a cada ser humano e que compartilha com os demais – a vida em suas qualidades individual e social. Noutros termos, “para poder viver, qualquer um, como pessoa e como ser social, precisa haver-se com sua alteridade, com seu ‘ser outro’. Deve, pois, haver-se com os outros de modo a tornar possível a vida em comum” (RÜSEN, 2015, p. 148; 150).

Em termos de identidade histórica, Rösen reconhece nem sempre haver concordância sobre o seu significado. O fato de a subjetividade humana formar-se em meio a uma variedade de identificações e também em diferentes formas e intensidades, propiciou o pensamento em torno da ideia da existência de identidades múltiplas ao mesmo sujeito. O autor, no entanto, contesta o argumento e expõe que se trata precisamente “de constatar que um mesmo eu se manifesta e sai vencedor, em meio à diversidade, dinâmica, mutabilidade e contraditoriedade dessas diferentes identificações e dos pertencimentos com ela conexos. *Identidade é o retorno das identificações ao sujeito que se identifica*” (RÜSEN, 2015, p. 261, grifo do autor), regra que, a princípio, é extensível a unidades sociais.

Então, o que é identidade histórica? Segundo Rösen, é o mais elevado grau “de uma diversidade de identificações articulada coerentemente em perspectiva temporal. Ela integra acontecimentos, pessoas e fatos do passado na relação de um sujeito pessoal ou social para consigo mesmo”. O “ser-agora” e o “ter-sido” unificados pelo eu humano. Experiência e expectativa (factividade e normatividade) são sintetizadas pela narração de histórias e, “por princípio, pois, as narrativas históricas da formação de identidade produzem uma expansão temporal do horizonte do eu humano. Elas amenizam o temor de sua própria mortalidade” (RÜSEN, 2015, p. 263-264).

A formação histórica da identidade (marcada por inquietações) demanda empenho imenso. A relação de cada pessoa, individual e socialmente, assim como entre sociedades, não é um processo congênito. O haver-se (como agente e paciente) nessa estrutura dá-se pela produção de sentido. A ciência da história, enquanto compositora importante nos processos mentais e culturais, “não cria sentido nem identidade”, mas, admite Rösen, “a história produz chances de racionalidade nas funções de orientação cultural”. Como isso ocorre? “Não resta dúvida de que a capacidade do ser humano de pensar racionalmente (ou seja: argumentada, fundamentadamente) ao lidar com a racionalidade, consigo mesmo e com os demais seres humanos, é intrínseca à qualidade de ser humano. A ciência depende dessa razão”. Assim, “se a razão faz o homem ser humano, então a ciência pode ser concebida como fator de humanização na cultura histórica” (RÜSEN, 2015, p. 265).

A fim de que se possa estar observando o quão as teses apresentam de discernimento no tangente ao próprio potencial na composição dos processos mentais e culturais de racionalidade, estipulam-se os seguintes critérios:

- a) **Forte (6)**: se a categoria da identidade é pensada, no âmbito da função de orientação, como condição de possibilidade do sujeito (singular ou coletivo) em suas diversas relações temporais, com o eu e com o mundo;
- b) **Médio (3)**: há o reconhecimento da existência do componente identitário entre as funções de orientação, sem, no entanto, evidenciar a percepção das articulações dessa heterogeneidade em perspectiva temporal (identidade em permanente formação);
- c) **Fraco (0)**: a desconsideração axiomática do fenômeno identitário na esfera das funções de orientação do conhecimento histórico.

O título do trabalho (“América Latina entre inclusões e exclusões: escolas, ensino de história e identidade em tempos de ditadura militar”) da graduada em Literatura e Língua Estrangeira (Inglês) e, posteriormente, Licenciada e Bacharel em História, Marise da Silveira (2009), contempla, precisamente, a proposta da tese, isto é, “constatar através dos programas curriculares” da Escola Manuel Belgrano (Argentina) e do Colégio de Aplicação da Universidade Federal de Santa Catarina, “qual o papel outorgado aos conteúdos sobre a América Latina, na disciplina escolar de História”. A conjuntura histórica é a do “período das ditaduras militares no Brasil e na Argentina”; a busca é pela compreensão da constituição, “a partir da elaboração de um conjunto de leis e de uma contínua busca pela legitimidade por parte dos governos militares”, das “possibilidades de intervenção direta dentro das escolas, sobre o que deveria ser ensinado ou não ensinado na disciplina de História” e, nesse percurso, “como os programas curriculares da Escola Superior do Comércio Manuel Belgrano e do Colégio de Aplicação (CA) incluíram ou excluíram os conteúdos sobre a América Latina, qual lugar lhes foi atribuído na proposta educacional e de ensino dos governos das ditaduras militares”, discussão travada no âmbito da denominada “cultura escolar” (SILVEIRA, 2009, p. 16).

O tema perpassa, dessa forma, macropolíticas como aquelas promovidas na esfera da “Aliança para o Progresso, da Doutrina da Segurança Nacional e da *United States Agency for International Development (USAID)*, bem como das leis e decretos aprovados e/ou impostos no Brasil e na Argentina, que incidirão diretamente no mundo da escola”, particularmente nas duas instituições de ensino investigadas (SILVEIRA, 2009, p. 21-22). O acesso às fontes, de acordo com o relato da autora, fora diverso em relação às duas instituições de ensino. Enquanto na Argentina (Manuel Belgrano) existe “um setor de documentação bastante organizado e

funcional” (conta com uma pessoa estritamente dedicada a esse trabalho e propicia um conhecimento em relação à documentação disponível e ao seu conteúdo), no Brasil (Colégio de Aplicação), ao menos no primeiro momento da pesquisa, “a documentação disponível, apesar de estar organizada em pastas divididas pelos anos de referência, não recebia um cuidado sistemático, correndo o risco de perdas e extravios, e nem sequer estava em local adequado para armazenamento”¹¹⁷.

O envolvimento de Silveira na temática é anterior à realização da tese, conjugado a outras atividades e marcado por experiências pessoais da autora:

- a) **tema anterior:** o estudo é de continuidade, ao menos no que tange ao período cronológico trabalhado e, parcialmente, temático: “Em minha dissertação de mestrado, ‘Marias do Socorro – Mulheres Presas, Mulheres Torturadas’, associa a questão de gênero ao contexto político da ditadura”, opção que, segundo a autora (sempre em primeira pessoa / pronomes possessivos), fora “marcada por outras histórias de minha vida” relativas à “incompreensão infanto-juvenil em relação ao papel ‘secundário’ ocupado pelas mulheres da minha infância, avó, mãe e tias, em relação aos seus ‘homens’ e às suas funções domésticas”.

“As marcas que essa percepção deixou no meu imaginário, o meu inconformismo e a minha memória, associada misteriosamente à história da repressão nos anos da ditadura militar, me levaram a refletir sobre as mulheres militantes e presas políticas no regime ditatorial de 1964”;

- b) **conjugado:** a atuação profissional, primeiro no campo educacional, segundo através do ensino de História e, terceiro, através da “disciplina de Estudos Latino-Americanos, recém-implantada no Colégio de Aplicação da Universidade Federal de Santa Catarina”, servira de incentivo para “focar o meu projeto de doutorado na história da educação [...]”;
- c) **experiências pessoais:** além das duas anteriores (perpassadas por essa terceira) e que, de certa maneira, também justifica parcialmente o trabalho: a existência de

¹¹⁷ No entanto, foi inaugurado, em 26 de agosto de 2009, o Acervo de Memória Educacional (AME), localizado no Colégio de Aplicação da UFSC, resultado de um projeto de parceria entre Colégio de Aplicação, Departamento de Metodologia e Ensino / Centro de Educação (MEN.CA/CED) e Ministério da Educação (MEC). O projeto integra o Programa de Consolidação das Licenciaturas (PRODOCÊNCIA 2007). O objetivo do AME é produzir um acervo de materiais didáticos e documentos sobre a cultura escolar e a formação de professores na UFSC, para a sua utilização por estudantes, pesquisadores e professores, além de estimular a integração entre a universidade e a escola através da preservação da memória escolar. Assim, o acervo documental do Colégio de Aplicação coletado ao longo das atividades técnico-administrativas desde a sua fundação, em 1961, passa por serviços especiais de tratamento, ganhando também ambiente adequado para a sua preservação e consulta (SILVEIRA, 2009, p. 102).

convênio entre a Universidade Nacional de Córdoba, na Argentina, e a Universidade Federal de Santa Catarina, e, através de “acordo de cooperação e por meio das suas escolas de ensino básico, a “Escola Superior do Comércio Manoel Belgrano”, da Universidade Nacional de Córdoba, e o Colégio de Aplicação, da Universidade Federal de Santa Catarina”, realizam “entre si um intercâmbio de docentes e discentes, bem como projetos de pesquisa, oficinas e outras atividades no campo educacional”. As conexões foram se formando. Silveira, “professora de História no Colégio de Aplicação da UFSC desde outubro de 1994, somava com alguns colegas professores da disciplina a preocupação com a pesquisa e o ensino de História da América Latina”. Em 1997, a colega de grupo, Maria de Fátima Sabino Dias, defenderia (Unicamp) sua tese intitulada “A Invenção da América na Cultura Escolar”. Ainda, no mesmo eixo, em 1998, fora constituído um grupo de pesquisa, reunindo “professores brasileiros e argentinos que propunham uma investigação sobre o ensino de História da América Latina no século XX”. Daí resultava o projeto “Identities e Representações: Um Projeto de Pesquisa Comparada sobre o Ensino de História na Argentina e no Brasil”¹¹⁸, compreendendo o intervalo de “1985 a 1995, período dos processos de redemocratização nos dois países e também de reelaboração dos respectivos projetos educacionais” (SILVEIRA, 2009, p. 13-16).

Há nisso tudo fortes vivências que, sem sombra de dúvidas, somadas à *práxis* proporcionada pelo exercício da docência – nesse caso, nos níveis de ensino fundamental e médio – obrigam a inquirir, pessoal e profissionalmente, sobre quaisquer desequilíbrios – excessos ou ausências – como, por exemplo, dos “conteúdos sobre América Latina nos currículos escolares” (SILVEIRA, 2009, p. 14).

Na prática pedagógica no Colégio de Aplicação evidencia-se a falta de identidade de grande parte dos nossos jovens e adolescentes com a realidade e a cultura latino-americana. Quando em sala de aula o tema passa a ser América Latina, o desconhecimento é quase generalizado, e mesmo o conhecimento que é manifestado

¹¹⁸ Seguem duas notas da autora sobre o projeto:

“Em relação aos objetivos propostos no projeto de pesquisa ‘Identities e Representações...’, algumas etapas estão encaminhadas, com resultados concretos no campo da pesquisa, como a criação do Núcleo Interdisciplinar de Pesquisas no Ensino da História (NIPEH), em 2001, e no campo do ensino, como a criação da disciplina Estudos Latino-Americanos (ELA) e a sua inclusão nos ensinos fundamental e médio do Colégio de Aplicação da UFSC em 2003” (SILVEIRA, 2009, p. 16);

“Esse projeto trazia a preocupação de elucidar os pressupostos teórico-metodológicos que envolviam a seleção de temas, conteúdos, abordagens, fontes, processos de conhecimento e propostas alternativas para o ensino de História no Colégio de Aplicação, da UFSC, e na Escola Superior do Comércio Manuel Belgrano, da Universidade Nacional de Córdoba, procurando também estabelecer e fundamentar a importância que tem o ensino de História da América no contexto do Mercosul” (SILVEIRA, 2009, p. 43).

está perpassado pela opinião depreciativa da mídia e pela visão eurocêntrica que norteia a construção histórica do nosso continente (SILVEIRA, 2009, p. 14).

A hipótese de encontrar “um projeto de construção de uma identidade latino-americana que fosse perceptível, através do conteúdo dos programas curriculares ensinados nas duas escolas, na disciplina de História”, não foi confirmada, ao que a autora sugere a inversão da proposta, “ou seja, como foi evadida nos currículos” (SILVEIRA, 2009, p. 126).

Na conclusão, existe um título designado “Encaminhamentos”, no qual a autora se coloca com o “sentimento de que muito ainda há por fazer nessa temática” e, por isso, “para aplacar” parcialmente essa “angústia, esse misto de ‘paixão e razão’”, levanta alguns pontos incompletos na investigação:

- a) este estudo necessita de um desdobramento mediante entrevistas que envolvam professores que na época das ditaduras militares vivenciaram as situações que retratei aqui. É necessário conhecer o ‘currículo oculto’ desses professores, as suas práticas nas salas de aula ao lidarem com a aridez dos programas curriculares. Assim, poderemos vislumbrar também o movimento dinâmico dos sujeitos dentro da cultura escolar. O meu projeto inicial previa este trabalho com história oral, mas não foi possível. No entanto, é algo que me tenta ou, quiçá, a outros colegas professores que poderão dar continuidade a este projeto;
- b) trago, também, como outro desdobramento que desassossega, a tarefa que temos nós, professores de História, de lidarmos com a cultura acadêmica de desprestígio, não apenas do continente latino-americano, mas principalmente com o desprestígio dos estudos sobre o ensino e, nesse bojo, o ensino sobre a América Latina; e,
- c) essa situação compromete as possibilidades de alteração mais rápida na relação dos brasileiros com o seu próprio estado de ‘pertença’ latino-americana e, na minha visão, esse quadro não sofrerá alteração se ele não for modificado já na tenra idade escolar dos nossos educandos. Talvez assim pudéssemos ir desconstruindo os estereótipos devagarzinho, os preconceitos de um grande número de meninas e meninos que podem ser simbolizados por aqueles com os quais convivo quase diariamente nas aulas de Estudos Latino-Americanos, na 7ª série do Colégio de Aplicação da UFSC (SILVEIRA, 2009, p. 139-140).

A impressão é a de que, em havendo realmente uma preocupação com o fator função de orientação, a exposição das dúvidas mantidas ou dos caminhos a serem seguidos após a realização de uma etapa de pesquisa, quer pela autora da tese, quer por outros, é inarredável. Direta ou indiretamente, na condição de “professora e pesquisadora ligada ao Núcleo Interdisciplinar de Pesquisa no Ensino da História (NIPEH)”, entende a tese no interior de responsabilidades “com a inclusão do ensino, da pesquisa, do debate, da produção acadêmica e didática sobre a América Latina”. Na ordem prática, o “trabalho tem gerado frutos também através do projeto de parceria no exercício do estágio curricular obrigatório entre a disciplina de Metodologia de Ensino, do Centro de Ciências da Educação, e a disciplina de Estudos Latino-Americanos do Colégio de Aplicação”, ambos na Universidade Federal de Santa Catarina”. Essas atividades, na opinião da autora, têm “levado muitos jovens estudantes de

História a descobrirem um conhecimento novo, o que tem definido para alguns a opção por trabalhos de pesquisa na área, ou mesmo a definição pela profissão de professor”, o que reforça o “compromisso também com a formação dos professores” (SILVEIRA, 2009, p. 140).

Na mesma linha, “como pesquisadora no projeto de pesquisa ‘A Escola e os jovens no mundo contemporâneo: processos de formação histórica latino-americana’, também chamado de ‘Peabiru’”, a autora externaliza a preocupação “em refletir sobre a relação dos saberes escolares com o processo da formação da consciência histórica dos jovens na sociedade contemporânea” (SILVEIRA, 2009, p. 140). A interação da autora “como pesquisadora da memória educacional”, no Projeto de Pesquisa “História das instituições escolares, memória educacional e formação de professores”¹¹⁹, também em parceria com pesquisadores do Departamento de Metodologia do Centro de Educação da Universidade Federal de Santa Catarina – projeto aprovado em 2009, pela Fundação de Apoio à Pesquisa Científica e Tecnológica do Estado de Santa Catarina – (FAPESC), tende, ao menos, a elucidar algumas tendências em termos de retorno dos resultados pesquisados ao “mundo da vida”. Demonstra o fato de que o descuido, ainda presente, “com os documentos da escola, evidencia o pouco caso com o mundo da educação e do ensino como possibilidades de construção de conhecimentos, como objetos de preocupação nas pesquisas acadêmicas”, além de “transparecer também a falta de percepção dos professores e pesquisadores, com o significado político e ideológico do ensino e da educação como espaços privilegiados de dominação e intervenção direta sobre a formação da cidadania” (SILVEIRA, 2009, p. 102-103).

8.4 DO POSICIONAMENTO / DA INVOCÇÃO DO POLÍTICO

A pertinência do conhecimento histórico científico para a vida, a partir do fator de validade nele intrínseco, encontra-se exatamente no fornecimento de “um saber útil aos fins de orientação, que resista ao controle crítico de seu conteúdo empírico, de sua consistência e capacidade explicativa teóricas, de suas implicações normativas e de suas configurações” (RÜSEN, 2015, p. 240). É na existência desses critérios que aparecem, em particular, elementos ligados à política e a qualquer tipo de ideologia. A título de exemplo prático, as considerações rüsenianas sobre o imbricamento entre ciência histórica e política podem auxiliar.

¹¹⁹ “Este projeto já teve como resultado concreto, na sua primeira etapa nos anos de 2007 e 2008, a organização do Acervo da Memória Educacional, onde estão classificados, higienizados e disponibilizados à comunidade escolar, documentos do Colégio de Aplicação que remontam ao seu passado histórico” (SILVEIRA, 2009, p. 140). O projeto teve a aprovação de sua segunda etapa a ser desenvolvida a partir de 2010 (SILVEIRA, 2009, p. 141).

Em termos de dimensões, Rüsen elenca diversos cuidados a serem tomados, envolvendo a política: o primeiro deles está no estabelecimento de uma relação de dominação da dimensão *cognitiva* para com a dimensão *política*, considerando o conhecimento histórico enquanto orientação política ou, ainda, “travestir orientação política com forma cognitiva e a transformar em ideologia”. No outro extremo, pode-se pensar na dimensão *política* utilizando-se da dimensão *estética* para fins de pura propaganda, ou a dimensão *política* servindo-se “da *cognitiva* para defender incondicionalmente determinada legitimação de dominação como a única concepção interpretativa possível” (RÜSEN, 2015, p. 236, grifos do autor).

À dimensão *política* da cultura histórica, por meio da atualização do passado, agrega-se o papel de legitimação, a ser pensado na esfera do pensamento histórico. Na organização da experiência do passado, depara-se (sempre) com a experiência de poder e dominação, as quais carecem de legitimidade (sentido intrínseco ao agir político). Nessa legitimidade, Rüsen acredita que poder e dominação se convertam humanizáveis (tensões necessárias aos seres humanos para tornarem essas relações vivíveis). Identifica, similarmente, nesses processos de legitimação, a da profissão do historiador e a da ciência histórica; esta, ao suprir a carência de legitimação dos estados modernos e, assim, ser institucionalizada nas escolas; e, a do agir dos historiadores, no interesse dos detentores do poder. Ilustrativamente:

Nas relações autoritárias de dominação, os historiadores estão constantemente sob suspeita de contestar a legitimação, pois são capazes de apresentar experiências de desumanidade conectadas com problemas de dominação ou relações de dominação alternativas, mais humanas. Nos sistemas políticos em que o exercício do poder e da dominação dependa da adesão de sujeitos livres (cidadãos e cidadãos), o pensamento histórico assume a função legitimadora de manter viva a liberdade humana. Temos aqui uma das razões políticas mais importantes para considerar necessária a cientificidade do pensamento histórico (RÜSEN, 2015, p. 233).

A partir do ponto de vista interno, Rüsen pensa a ciência da história em constante tensão com a política. Não se trata, porém, de “uma relação extrínseca entre conhecimento e poder”, explica o autor, ao contrário, pelo caráter tendencialmente crítico inerente ao conhecimento histórico científico e por ser uma ciência composta também pela dimensão política, da mesma maneira que “confronta o poder com a verdade”, está sujeita permanentemente a ser corrompida ou a “atrair medidas de opressão” (RÜSEN, 2015, p. 241).

Dessa maneira, no propósito de conjecturar sobre a efetividade da dimensão política enquanto parte integrante do fator funções de orientação nas teses, três níveis são utilizados:

- a) **Forte (6)**: estabelecem relações entre a dimensão política e a função de orientação essencial ao conhecimento histórico, de forma a diferenciá-los entre si pelas habilidades deste enquanto controle crítico;

- b) **Médio (3)**: exploram as propriedades políticas do tema pesquisado, sem a notificação das tensões entre essas e o conhecimento histórico criterizado;
- c) **Fracó (0)**: desconsideração da dimensão política no domínio das funções de orientação do conhecimento histórico.

A tese do historiador Mathias Seibel Luce (2011), “A teoria do subimperialismo em Ruy Mauro Marini: contradições do capitalismo dependente e a questão do padrão de reprodução do capital”, discute “a existência de uma teoria sobre o conceito de subimperialismo na obra de Ruy Mauro Marini (1932-1997). O enquadramento dessa tese como de América Latina se dá pelo fato de que Ruy Mauro Marini, apesar de brasileiro e ter escrito sua tese sobre o subimperialismo brasileiro, o faz a partir do exílio, especialmente no México e Chile, além da pretensão, ao menos sustentada pelo autor da tese, de validade da concepção para outros contextos histórico-espaciais. O exame parte da história conceitual do “subimperialismo na obra de Marini e à luz da experiência histórica que ocupou sua atenção”, procurando “colocar sua categoria de análise à prova, buscando as regularidades que permitiriam chegar à perspectiva generalizante que toda teoria requer para ser digna deste nome” (LUCE, 2011, p. 17).

[...] a tese sustenta que o subimperialismo tem sua origem nas leis próprias da economia dependente, cujos fundamentos são a superexploração do trabalho e a transferência de valor; e é um fenômeno que pode ser apreendido através da combinação de quatro variáveis: grau de monopolização e de operação do capital financeiro na economia dependente, a mobilização de um esquema particular de realização do capital (Estado, mercado externo e consumo suntuário), hegemonia em um subsistema regional de poder, lógica da cooperação antagônica com o imperialismo dominante; sobre essa base, se analisa a expansão subimperialista como modo de contra-restar as contradições do capitalismo dependente, restaurando a unidade entre produção e realização do valor (LUCE, 2011, p. 9).

Os objetivos gerais da investigação consistem em:

- a) “estudar a história da categoria de subimperialismo na obra de Ruy Mauro Marini, enfocando tanto o conjunto de seus escritos como outras fontes que se revelem úteis para reconstruir os passos que levaram até a sua formulação”;
- b) “examinar a questão do subimperialismo na sua dupla dimensão de fenômeno histórico e de categoria de análise”;
- c) “contribuir para a elaboração de uma teoria marxista sobre o fenômeno do subimperialismo” (LUCE, 2011, p. 31).

Já os objetivos específicos são:

- a) “relacionar o conceito de subimperialismo com outras categorias desenvolvidas por Marini, como superexploração do trabalho, intercâmbio desigual e cooperação antagônica”;
- b) “analisar os fatores que levaram ao surgimento do fenômeno do subimperialismo na história do capitalismo brasileiro”;
- c) “discutir a hipótese do subimperialismo como uma forma possível que o padrão de reprodução do capital pode assumir na América Latina e nas economias dependentes como um todo”;
- d) “aprofundar a análise do subimperialismo brasileiro no período 1964-80, que ocupou a atenção de Marini”;
- e) “contribuir para o estudo das principais teses formuladas por Marini, a fim de facilitar futuras investigações sobre sua obra” (LUCE, 2011, p. 31).

Na dedicatória, assim como no recorte temático ou nas escolhas teóricas, a perspectiva conceitual delinea-se progressivamente. Na primeira, lê-se:

Esta tese é dedicada à classe trabalhadora brasileira, que – nas fábricas de São José dos Campos, nos canteiros de obras do trabalho precário em Rondônia, no subemprego das grandes metrópoles do país, no campo sob a violência do latifúndio, nas minas do Pará e nos diversos contextos em que o capital exerce seu domínio no Brasil – enfrenta a superexploração do trabalho e o modelo pernicioso que o subimperialismo estabelece sobre o povo brasileiro e sobre as nações submetidas aos desígnios da reprodução ampliada do capital subimperialista. Nunca antes na história desse país o internacionalismo foi uma exigência como hoje para a libertação dos trabalhadores e do povo brasileiros (LUCE, 2011, p. 5).

Nos agradecimentos, a não ser que tenha sido realizada uma espécie de licença poética e/ou literária para inverter posições nesses espaços, essas passagens informam muito sobre as posições a serem apresentadas no trabalho. Ao lembrar sua estada no Foro Boliviano sobre Medio Ambiente y Desarrollo (FOBOMADE), na pessoa de Silvia Molina e demais companheiros (“sinceros amigos”), recorda que “foram apoiadores de primeira hora, possibilitando que a práxis que motiva todo intelectual crítico se concretizasse em minha estada pela Bolívia, no segundo semestre de 2010. Vocês são um exemplo para toda militância de nosso continente” (LUCE, 2011, p. 6).

As fontes, divididas em quatro grupos, corroboram as concepções gerais. No primeiro grupo há, na denominação do autor, “o núcleo principal da obra de Marini, distribuído entre livros e artigos de periódicos, no formato de publicações impressas e disponíveis também na

página eletrônica que reúne seus escritos, albergada pela Universidad Nacional Autónoma de México (Unam)¹²⁰ (LUCE, 2011, p. 36-37).

No segundo grupo, documentos compõem-se de uma fase da obra jornalística de Marini e de artigos publicados em periódicos raros, que ainda não foram disponibilizados no projeto da página da Unam, angariados em diversos acervos (Arquivo Edgard Leuenroth – Universidade de Campinas – Unicamp e Arquivo da Memória Operária do Rio de Janeiro – Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro (IFICS/UFRJ). Nesses, o autor afirma haver encontrado “os dois e únicos números da revista Movimento Socialista, na qual Eric Sachs fez publicar, sob o pseudônimo de Agripino Soares Thomas, o primeiro artigo em que Marini expôs sua visão marxista, acertando contas com o desenvolvimentismo”. Na Biblioteca Nacional, foram acessadas as “colaborações de Marini no jornal O Metropolitano (1960-1). No Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (Aperj), Coleção Daniel Aarão Reis Filho (DARF)”, enquanto no Centro de Documentação e Memória (Cedem) da Universidade Estadual Paulista (Unesp), “foi possível reunir jornais e boletins da” Organização Revolucionária Marxista Política Operária (Polop), “com artigos assinados por Marini e também por Eric Sachs”. Também na “Hemeroteca Nacional de México – UNAM” foram recuperados “artigos que Marini redigiu para os jornais mexicanos *Excelsior*, *El Sol de México* e *El Universal* (LUCE, 2011, p. 37).

No terceiro grupo, além dos textos de Marini e dos compositores dos dois primeiros, estão os trabalhos “de autores marxistas que foram utilizados como referência – implícita ou explicitamente, como subsídio à reflexão de nosso autor”. Nessa composição, encontram-se Marx, Lênin, Bukhárin, Rosa Luxemburgo, August Thalheimer, Andre Gunder Frank e “autores com quem Marini travou discussões, como Silva Michelena, Cardoso, Serra e Mantega” (LUCE, 2011, p. 37). Finalizam, no quarto grupo, os “dados estatísticos sobre a economia brasileira [...]” (LUCE, 2011, p. 37).

Desde os primeiros objetivos, o interesse em orientar processos em andamento ou futuros se manifesta com bastante clareza.

A partir do estudo da experiência brasileira, com base na obra de Marini, a tese pretende lançar luzes para uma teoria global do subimperialismo, ainda em elaboração, e que poderá servir de parâmetro, seja para a crítica atual do capitalismo latino-americano, seja para a de outras formações econômico-sociais como no continente africano, contextos onde o termo subimperialismo vem sendo empregado, mas ainda carece de maior desenvolvimento (LUCE, 2011, p. 9).

¹²⁰ Disponível em: <<http://www.marini-escritos.unam.mx>>. Acesso em: 15 mar. 2019.

A atenção com as formas de orientação é mantida no decorrer do texto e, dadas as devidas proporções da proposta, permite ao autor reafirmar a tese de haver constituído “um passo adiante em direção à identificação e definição de uma teoria do subimperialismo na obra de Ruy Mauro Marini” (LUCE, 2011, p. 201). O exame possibilitou, ainda, reconhecer que enquanto “fenômeno histórico, o subimperialismo” denota “um desenvolvimento no tempo, interregnos, momentos predominantes diferenciados, em que cada uma das variáveis se apresenta de forma transformada”. No entanto, essa “capacidade de metamorfosear-se não o desproveria de suas características definidoras, são elas mesmas que, seguindo seu curso em relação umas com as outras, transformam-se no tempo”. As contradições de “fenômeno vivo”, em conjunto, “ajudam a explicar a dinâmica do capitalismo dependente. Um ferramental teórico que, ao auxiliar na explicação de nossa realidade, o faz como instrumento de transformação social e não como recurso falsificado para manter tudo como está” (LUCE, 2011, p. 192).

8.5 DA TEMPORALIZAÇÃO DO FUTURO

Resta perguntar: existem limites à orientação cultural produzida pela ciência histórica? Rösen responde positivamente ao questionamento, respeitados os níveis diferenciados de dificuldades enfrentadas, e elenca traços justificadores desse comedimento. Em primeiro lugar, quando se trata dos critérios de juízo histórico, recomenda a não adoção de uso dos valores extremos, nem do passado, nem do presente; ao contrário, insiste no respeitar a conexão temporal entre os dois polos (RÜSEN, 2015, p. 257-259, *passim*). Em segundo, percebe, ainda que defenda uma postura otimista¹²¹, as dificuldades diante de problemas como o etnocentrismo – centralidade assimétrica, choque de civilizações, continuidade do ser humano (também) na desumanidade (RÜSEN, 2015, p. 266-273, *passim*). Em terceiro e último, lembra ser o pensamento histórico efetivado com base na confiança quanto ao sentido, e, por conseguinte, surge o desafio à teoria da história, de “lidar com e superar as inegáveis experiências da falta de sentido que se impõem, nos albores do século XXI ao olhar independente sobre o passado” (RÜSEN, 2015, p. 275), o mesmo podendo ser pensado em relação ao “transbordamento de sentido, o qual dilui igualmente todas as demais concepções de sentido e as faz parecer, em princípio, inaceitáveis” (RÜSEN, 2015, p. 283).

O pensamento histórico, diante das experiências (destruidora e superadora), “recupera a falta de sentido, todavia, enquanto elemento da interpretação potencial pela consciência

¹²¹ Rösen acredita na superação do etnocentrismo pelo humanismo histórico. Para uma introdução ao tema consultar Rösen (2015, p. 266-273).

histórica, e se apoia nas esperanças da realização de sentido como intenção última da vida humana” (RÜSEN, 2015, p. 283). No caso, há, se não um limite, ao menos um condicionante forte à efetivação do sentido demonstrado cognitivamente. Rüsen pensa, ainda, em outras limitações para a ciência da história, dessa vez em consideração específica ao saber caracterizado pela racionalidade. Reconhece, inicialmente, que “Nem de longe todo saber histórico produzido cientificamente se dirige diretamente a uma aplicação cultural prática”, pelo contrário,

Na indústria científica, prevalecem usualmente os processos cognitivos cujos resultados valem como fins em si mesmos e servem exclusivamente à própria ciência, sem que se veja neles uma função prática. Dito ironicamente, é o próprio aparato das notas de rodapé das publicações especializadas, especificamente científico, que demonstra sua distância prática (RÜSEN, 2015, p. 285).

Por outro lado, Rüsen aponta para certas carências de orientação que estão além do alcance dos resultados cognitivos obtidos no conhecimento histórico. A título de exemplos, lembra da arte e da religião, assim como “As profundezas inconscientes da subjetividade humana tampouco, ou raramente, são alcançadas pelos resultados cognitivos do pensamento histórico em seu formato cientificamente institucionalizado”. Tais termos se impõem em função do enraizamento do pensamento histórico “no sentido acontecido, imprevisível, da história efetivada concretamente no presente” (RÜSEN, 2015, p. 286).

Finalmente, Rüsen traz de volta a questão de os critérios decisivos da orientação histórica decorrerem da “necessidade de o espírito humano haver-se com os fatores contraditórios de sua ‘sociabilidade associal’”. Importa anotar o interesse de conciliação dessas “oposições internas”, sem perder de vista que “isso se exprime em ideias acerca de uma qualidade de vida que vão além do condicionamento concreto da vida”, ideias identificáveis “no princípio universal de justiça ou na libertação definitiva do sofrimento humano por meio de uma concepção genérica de felicidade”. Nesse caso, afirma o autor, essas intenções “transcendem o âmbito da experiência histórica, embora não o esqueçam no processo de produção de sentido” (RÜSEN, 2015, p. 285-287). O dilema parece ser sobre saber até que ponto o conhecimento histórico (experiência) consegue projetar-se enquanto expectativa.

No âmbito das teses, as questões relacionam-se ao que está sendo entregue, expectativas, projetos, sonhos ou até mesmo saídas potenciais, a fim de preservar-se da repetição das perturbações temporais que deram início às investigações? As respostas têm pretensões imediatas e de uso prático ou postergam-se no horizonte indefinível, espaço e temporalmente?

No propósito de responder a essas provocações, situando a percepção sobre a temporalização do futuro nas teses, seguem três níveis e compatíveis critérios:

- a) **Forte (6)**: o entendimento dos efeitos do evento estudado na continuidade e transformações temporais incluindo possíveis ações e reinterpretações no futuro;
- b) **Médio (3)**: a consideração dos limites do conhecimento histórico vinculado ao próprio tema, não obstante, desacompanhado de expectativas e/ ou de projeções;
- c) **Fraco (0)**: a minimização ou ausência de apontamentos relativos às capacidades, no tangente à atualidade e/ou ao porvir.

O trabalho de investigação da historiadora Caroline Silveira Bauer (2011) é um estudo comparativo entre a história recente” do Brasil e da Argentina, “inserindo-se nas tensões entre a memória e o esquecimento”. Desde o início da tese, a autora ressalta a “experiência única” a ser analisada no estudo, “entendida como uma situação-limite, distinta de outras experiências autoritárias e ditatoriais da Argentina e do Brasil, por suas condições, sua execução e suas consequências: o terror perpetrado pelos Estados de Segurança Nacional através da prática do desaparecimento”. Os objetivos apresentados são três:

- a) “analisar comparativamente essa prática como componente das estratégias de implantação do terror das ditaduras civil-militares de segurança nacional argentina e brasileira, salientando suas semelhanças e suas diferenças em nível de extensividade e intensidade”;
- b) estudar os mecanismos “durante os governos transicionais desses regimes” de elaboração “de políticas de desmemória e esquecimento, em que as leis de anistia são apenas um reflexo imediato, para, depois, haver uma diferenciação bastante grande nos dois casos, em se tratando dos direitos à justiça e à verdade”; e,
- c) examinar “como, a partir dos anos 2000, com uma mudança nos marcos interpretativos sobre o passado recente, passou-se a elaborar políticas e medidas de memória em relação aos desaparecidos políticos” (BAUER, 2011, p. 20).

A partir dessas conjunturas, Bauer propõe explicitar “como a temática dos desaparecidos foi trabalhada enquanto política de Estado em cada um desses ‘presentes’ – entendidos como lugar das construções das interpretações do passado a partir das relações da memória com o esquecimento e com a história” (CARDOSO, 2001, p. 10 apud BAUER, 2011, p. 20). A tese propriamente sustenta a existência de

uma relação entre os modos como foram realizados os processos de transição política – em se tratando dos Direitos Humanos, mais especificamente, a garantia do direito à justiça e à verdade – e a elaboração de políticas de memória e reparação ou desmemória e esquecimento no presente. A partir dessa compreensão, têm-se indícios

de que as rupturas, caracterizadas por uma condenação moral em relação ao passado ditatorial, são fundamentais para o desenvolvimento dessas políticas. Ou seja, a diferença existente nos dias de hoje entre as políticas em relação aos desaparecidos políticos na Argentina e no Brasil pode ser explicada porque, no primeiro caso, existiu essa ruptura, que possibilitou, inclusive, o acesso à justiça, além da vontade política, enquanto que no caso brasileiro, o processo esteve marcado por uma série de continuidades e essas políticas foram pautadas pela ‘lógica da protelação’ (BAUER, 2011, p. 21).

Em nota, a autora comenta o principal norteador teórico da tese, a “História do Tempo Presente”, pautando-se, em primeiro lugar, por Ângela de Castro Gomes¹²².

Uma das grandes dificuldades dos historiadores àquela época era a desconfiança quanto aos estudos que não fornecessem o recuo imprescindível à objetividade, o que parece hoje estar desmistificado, mas que dominou a historiografia durante quase um século. Este é um dos fatores que conferiu aos cientistas políticos e sociais a primazia no estudo desses regimes, já que estes possuem o tempo presente como seu ‘território cronológico por definição’ (GOMES, 1996, p. 66 apud BAUER, 2011, p. 28).

Na sequência, tomando emprestado o pensamento de Roger Chartier, registra o encontro “entre o objeto de pesquisa e o historiador que o analisa”, proporcionado pela história do presente. “A abundância da produção escrita, sonora, visual e informática, acumulada pelas sociedades contemporâneas, bem como a possibilidade que o historiador tem de produzir o seu arquivo, ampliam as possibilidades de pesquisa e de fontes”. Nos termos chartierianos¹²³, reproduzidos em Bauer, pela contemporaneidade entre o historiador e seu objeto, este “partilha com aqueles cuja história ele narra as mesmas categorias essenciais, as mesmas referências fundamentais” (CHARTIER, 2002 apud BAUER, 2011, p. 28, nota 43).

A autora informa que, em meio a uma diversidade historiográfica sobre a repressão no Cone Sul, “para a ditadura brasileira, a análise da montagem do aparato repressivo e de sua atuação como indícios de uma estratégia de implantação do terror por parte do Estado ainda não foi realizado” (BAUER, 2011, p. 31-32), isso passados mais de vinte anos do fim desses regimes. Reconhece que a escrita do trabalho está “impregnada de reprovação ética, moral e política em relação ao que passou e ao que se passa nessas sociedades”, característica que, enquanto investigação acadêmica – “a partir de marcos metodológico e teórico, aborda uma temática de investigação, cumprindo todos os rigores de uma pesquisa científica”, não inibe os “fenômenos sociais” de explicações. O registro enfático é o de que cumpre “todos os rigores de

¹²² Para maiores informações, consultar: GOMES, Ângela de Castro. Política: história, ciência, cultura. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, n. 17, p. 66, 1996 apud BAUER, 2011, p. 28.

¹²³ CHARTIER, Roger. A visão do historiador modernista. In: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta Moraes (Coords.). **Usos e abusos da história oral**. Rio de Janeiro: FGV, 2002.

uma pesquisa científica”, sem, no entanto, relegar “os sentimentos e a subjetividade para um plano além da Ciência” (BAUER, 2011, p. 39).

No vértice contrário a determinadas pesquisas, a autora relativiza a importância das cifras numéricas diferenciadoras dos desaparecidos nas ditaduras argentina e brasileira, uma vez que esse quantitativo não explica, “por si só, as dessemelhanças entre as estratégias de implantação do terror e, muito menos, serve como justificativa para reabilitar um regime. Os números não são meios de medir dores e sofrimentos, aliás, não existe nenhuma forma para fazê-lo”. Desse posicionamento, nasce a proposta de comparação entre as “estratégias, e não entre os números das vítimas, principalmente porque se parte do pressuposto que não somente os atingidos diretamente pela ação repressiva – os sequestrados, torturados, presos, mortos e desaparecidos – são considerados vítimas” e “sim a sociedade como um todo, que foi submetida a regimes de terrorismo de Estado” (BAUER, 2011, p. 45).

Em referência a uma declaração do porta-voz do então presidente Luiz Inácio Lula da Silva¹²⁴, a autora tece alguns comentários apropriados ao reconhecimento de aspectos teóricos implicados na tese e mesmo incita a pensar nas funções de orientação implicadas no trabalho do historiador. Inicia problematizando “a retórica da verdade histórica, entendida como verdade acabada e, portanto, oficial, reduzira a prática do ofício de historiador ao estabelecimento de certezas e não à compreensão de processos complexos”. A autora critica esse pensamento por considerar prescindir “de uma das premissas básicas de Halbwachs, para quem a memória se constitui a partir de experiências, e não de conhecimentos abstratos” (BAUER, 2011, p. 349).

Acrescenta que “a História, enquanto disciplina, não tem essa atribuição, tampouco os historiadores possuem prerrogativas jurídicas e morais para ‘fixar a justa memória dos acontecimentos e personagens daquele período’”. Daí, não deterem “o monopólio do discurso sobre o passado”, constituindo-se suas análises em “apenas mais uma narrativa entre todas as existentes e em circulação sobre os eventos da história recente”. A autora percebe, na exposição,

¹²⁴ A título de contextualização, o pronunciamento trata do seguinte episódio: “Na noite de quarta-feira, 31 de março de 2004, o porta-voz da Presidência da República, André Singer, concedeu uma entrevista coletiva no Palácio do Planalto, sede do governo brasileiro, onde foi abordado, entre outros assuntos, o golpe civil-militar de 1964, que completava 40 anos naquele dia. Singer, transmitindo a mensagem do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, assim dirigiu-se aos presentes:

‘Devemos olhar para 1964 como um episódio histórico encerrado. O povo brasileiro soube superar o autoritarismo e restabelecer a democracia no país. A nós corresponde lutar diariamente para consolidar e aperfeiçoar essa democracia reconquistada. Cabe, agora, aos historiadores fixar a justa memória dos acontecimentos e personagens daquele período’.

Um dos jornalistas presentes à coletiva, perguntou ao porta-voz como ficaria a situação das famílias de mortos e desaparecidos políticos frente a esta declaração de que 1964 era ‘um episódio histórico encerrado’. Categórico, Singer respondeu: ‘o Presidente não acrescentou nenhum comentário, além dessa mensagem que ele me pediu que transmitisse a vocês’” (BRASIL, 2010 apud BAUER, 2011, p. 349).

“uma declaração que eximia o Estado brasileiro de sua responsabilidade em investigar e julgar crimes cometidos por ele próprio durante 21 anos de regime ditatorial” (BAUER, 2011, p. 349).

A essência da questão está em não confundir “o conhecimento histórico [...] com a socialização do conhecimento, reduzindo os processos de aprendizagem a uma responsabilidade individual, alheia aos discursos institucionais e aos processos histórico-culturais como a desmemória e o esquecimento”. Em outros termos, o que se está a requerer diante da reivindicação pela memória social, metaforizada nas expressões do esquecimento e do silêncio, sem desprezar a existência de conhecimentos sobre o tema, é o reconhecimento público do Estado, “bem como o seu posicionamento em relação a esse passado e à atuação institucional, com o objetivo de elaborar políticas públicas de memória e reparação e, assim, combater as sequelas do terrorismo e da cultura do medo” (BAUER, 2011, p. 349-350).

O próprio tema direciona a discussão para problemáticas que persistem em seus efeitos através do tempo. Isso pode ser lido no decorrer de todo o texto, a exemplo do extrato envolvendo a temática dos desaparecidos políticos e sua “contemporaneidade, não somente por seu caráter de crime continuado, que se perpetua, mas também pelas medidas e políticas que vêm sendo adotadas pelos governos argentino e brasileiro para lembrar, reparar ou esquecer” (BAUER, 2011, p. 20). Na mesma direção, a preocupação em proporcionar discussões em torno do assunto:

A partir do intercâmbio de experiências com pesquisadores de outras áreas e países, e com a abertura de novos arquivos da repressão, novos estudos e novas abordagens poderão ser realizadas sobre a temática, lembrando que o trabalho com temáticas da História do Tempo Presente pressupõe um reconhecimento da inconclusão de muitos processos – ainda mais no caso dos desaparecidos – e, por consequência, da constante possibilidade de superação e desatualização das pesquisas (BAUER, 2011, p. 39).

Insistindo nos diferenciais ou na relevância de estudos desse gênero, a autora lembra da importância do questionamento de pensar o Brasil em relação aos demais países do Cone Sul, no que tange às políticas de memória (BAUER, 2011, p. 39). A partida é o presente (a busca por “respostas para as diferenças na forma como os governos democráticos atuam em relação a essa situação-limite”); o ponto de chegada converge no mesmo sentido; o caminho a ser percorrido (a prática do desaparecimento, um fator comum a todas as ditaduras da região) rebusca no passado as chaves para a melhor compreensão dessas interrogações. Nesse sentido, insiste Bauer na ideia de que “a memória social depende de outros fatores que não somente a produção de conhecimento” e que utilizar-se da alegação “de que existe uma suficiente bibliografia sobre o período para argumentar que não houve – há – silêncio nem desconhecimento social é bastante imprudente”. Na constatação da autora, principalmente por

dois motivos: “porque o conhecimento histórico não pode ser confundido com a socialização do conhecimento” e “porque há uma distinção básica entre memória e história” (BAUER, 2011, p. 322), de onde arremata:

A ausência de iniciativas governamentais para preencher um vazio ético – mais do que uma lacuna de conhecimentos – contribui para que se conviva, no presente, com uma sensação de que a ditadura civil-militar brasileira é ‘um passado que não passa’, e as insígnias de luta contra o esquecimento e silêncio persistam (BAUER, 2011, p. 350).

8.6 CONSIDERAÇÕES ANALÍTICAS

Existe um limite para o que as pessoas querem saber sobre a guerra, e o limite é nada se a sua história não se encaixar em suas expectativas.

(Mary Chamberlain, A costureira de Dachau).

As funções de orientação do pensamento histórico em Rüsen são entendidas no âmbito de uma teoria da cultura histórica que, nas palavras do próprio autor, em uma “configuração especial” formam uma teoria da formação histórica. Trata-se, em outros termos, de entender o papel particular da história nos contextos práticos de aplicação do saber histórico. A ciência histórica é pensada em relação à sua contemporaneidade. O princípio geral é o da “razão prática da história”. O processo histórico de pensar é tido como unidade e a matriz compõe-se no esquema completo desse desenvolvimento. Nas teses, de forma geral, o intuito é o de reconhecer expectativas, formas de antecipação, traços de continuidade temporal de efeitos dos eventos e preocupações explicitadas com indicadores de aplicabilidade.

Nos moldes das etapas anteriores, nessa fase analítica são apresentados alguns valores numéricos e percentuais gerais, passíveis de comparativos entre os cinco fatores. Na sequência, os vetores aparecem individualizados, definidos e caracterizados. A estrutura segue os capítulos antecedentes: um quadro para cada vetor, contendo dados (números e percentagens), um gráfico desses mesmos dados e, por último, a apresentação de um caso exemplificativo, retirado do corpo de teses. Intercalam essas etapas, o conjunto de comentários respectivos a elas, sempre visando ao esclarecimento do vetor no interior do fator e esse na integridade da matriz. Além disso, quando viável, são interpostas questões para reflexão, conjecturas provisórias e parciais e, sobretudo, os resultados obtidos na correspondente fase.

Quadro 41 – Valores numéricos de teses por nível (fatores individualizados)

| TOTALS DAS TRÊS UNIVERSIDADES POR FATOR (VALORES BRUTOS E PERCENTUAIS) | | | | | | | | | | | |
|--|---------|--------|---------|--------|---------|--------|---------|--------|---------|--------|-------|
| | FATOR 1 | | FATOR 2 | | FATOR 3 | | FATOR 4 | | FATOR 5 | | TOTAL |
| FRACOS | 48 | 18,46% | 33 | 12,69% | 13 | 5,00% | 11 | 4,23% | 12 | 4,61% | 117 |
| MÉDIOS | 83 | 31,92% | 56 | 21,53% | 73 | 28,07% | 93 | 35,76% | 53 | 20,38% | 358 |
| FORTES | 129 | 49,61% | 171 | 65,76% | 174 | 66,92% | 156 | 60,00% | 195 | 75,00% | 825 |

Fonte: elaborado pelo autor (2019).

O fator cinco – das funções de orientação – equipara-se, em se tratando do nível fraco, aos fatores três e quatro, distanciando-se substancialmente dos dois primeiros. Já no nível médio, ao contrário, o único fator quantificadamente circunvizinho é o dois. Finalmente, no nível forte, supera todos os demais níveis em pelo menos 21 pontos, gerando uma diferença de mais de 25% quanto ao fator um, o mais afastado. Na prática, apenas exercitando alguns raciocínios admissíveis conjecturalmente, esses afastamentos ou aproximações podem indicar, por exemplo, a ausência de compatibilidade entre as carências e as funções de orientação, ademais de permitirem refletir sobre a influência tangível das concepções utilizadas em cada trabalho, nos resultados alcançados ao final das pesquisas. A partir de outro ângulo, pode-se aventar o (des)alinhamento entre métodos, formas de apresentação e funções de orientação.

A noção de função prática advém, em Rüsen, da determinante de que ao pensamento histórico compete assistir na condução da vida prática atual para o futuro, tarefa alcançável pela “introdução de perspectivas”. Decorre disso o entendimento do autor sobre o caráter político da filosofia da história em seu dimensionamento funcional. O saber metódico e argumentado ajuda a evitar a manipulação oportunista, pela capacidade de orientação histórica e crítica. É nessa fase que o conhecimento histórico avança para além dos especialistas. A história enquanto ciência (cognição), na esfera da cultura histórica, tende à orientação temporal prática, dentre outras coisas, aportar algum “valor prático de uso”, ainda que sejam as carências práticas quem decidem sobre esse valor e não a ciência / cientistas. O exame dos dados por vetor pode auxiliar na compreensão dessas e outras proposições.

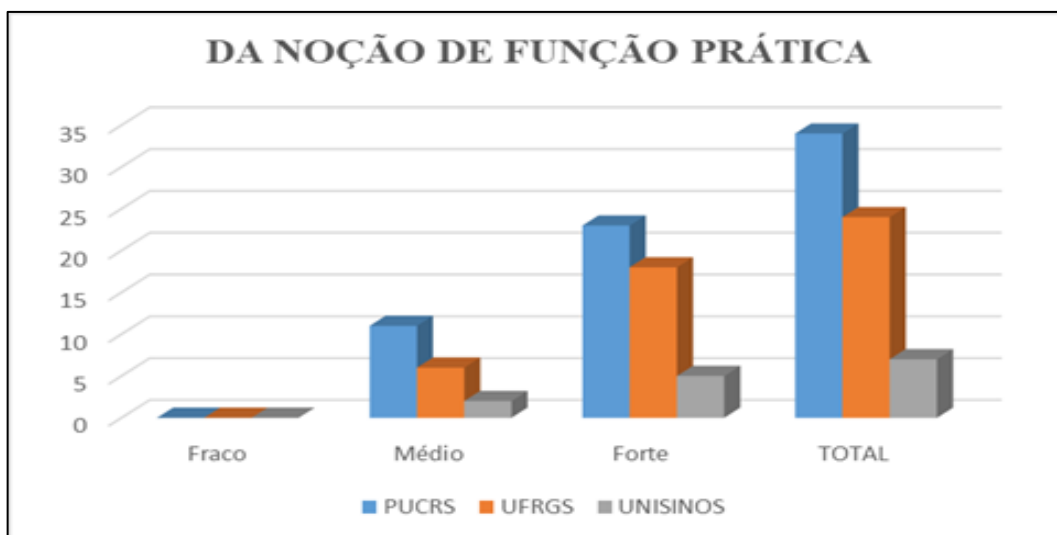
Quadro 42 – Da noção de função prática (percentuais e montantes)

| | Fraco | | Médio | | Forte | | TOTAL |
|----------|-------|---|--------|----|--------|----|-------|
| PUCRS | 0,00% | 0 | 32,35% | 11 | 67,64% | 23 | 34 |
| UFRGS | 0,00% | 0 | 25,00% | 6 | 75,00% | 18 | 24 |
| UNISINOS | 0,00% | 0 | 28,57% | 2 | 71,42% | 5 | 7 |

Fonte: elaborado pelo autor (2019).

A observação dos números e correlatas percentagens informa a inexistência de teses que desconhecem totalmente a noção de função prática, considerada a amplitude do conceito adotado para a classificação. Em todos os casos, os trabalhos estão centrados nos níveis médio e forte, estando nesse último a alocação da maioria das pesquisas, ao ponto de mais do que dobrarem os números do nível intermediário. Na finalidade do presente exame, isso significa que em pelo menos dois terços das teses existem indícios de inserção do conhecimento histórico na vida humana prática como forma de orientação cultural. Na mesma linha, estão os aproximadamente 30% (29,23%) dos outros estudos, porém, dessa vez, não há uma distinção clara (textualmente ao menos), tendo em consideração as dimensões da cultura histórica e seus critérios de sentido.

Gráfico 17 – Níveis da noção de função prática



Fonte: elaborado pelo autor (2019).

As variações quantitativas são relativamente pequenas entre as três universidades. Na PUCRS, por exemplo, do total de 34 teses, 11 (32,35%) estão no nível médio e 23 no forte (67,64%). A proporção percentual da instituição com os maiores índices de teses no nível forte para a com os menores é de, aproximadamente, 7% (7,36%). O mesmo ocorre em relação ao nível médio, em que essa relação entre as partes é intercalada pelos percentuais da UNISINOS, com uma diferença de 3,78% para a maior (PUCRS) e de 3,57 para a menor (UFRGS). Em função desse emparelhamento, as torres gráficas do total imitam os níveis médio e forte.

O fundamental a ser notado, nesses casos, é que, se existe alguma participação institucional por parte das universidades no direcionamento para a constituição de teses, pensando nas funções de orientação prática, essa atuação é comum a todas as três. Afora o

detalhe da formação padronizada em relação ao vetor, uma vez inferida a presença da noção nas investigações, resta por confirmar a implementação dessas ideias na conexão dos resultados de pesquisa, com suas formas almeçadas de inserção enquanto possibilidades de orientação e crítica, no âmbito da vida humana prática. De maneira singular, o foco é perceber se a condição de conhecimento científico propicia, na expectativa que as teses apresentam, meios de discernimento entre as diferentes dimensões do conhecimento histórico e se isso implica, nas formas de antecipação dos autores, algum horizonte em termos de valores de uso prático. A implementação dessa verificação se dá, em particular, por meio de três eixos: as formas de tratamento da categoria da identidade, do posicionamento / da invocação do político e das posturas no tocante ao devir (temporalização do futuro).

A pesquisa intitulada “Participação política nos discursos oposicionistas a Getúlio Vargas e Gabriel Terra”, de Carlos Roberto da Rosa Rangel, ilustra uma das formas de antecipação – preocupação explicitada com indicadores de aplicabilidade – encontradas nas teses. O historiador propõe, em sua investigação, responder à seguinte questão: “como ocorreu a formulação e a difusão dos conceitos de participação política nos discursos oposicionistas, diante da fragilização das instituições liberais no Uruguai e no Brasil, ao longo da década de 1930?”. A aposta é a de que “a História pode contribuir para a compreensão dos limites da participação política inspirada pelo modelo liberal, bem como para a análise das alternativas apresentadas por grupos de atuação em outro contexto histórico-social”, subsídios alcançáveis, obviamente, não pela simples relação entre o contexto estudado e as condições reconhecíveis atualmente (RANGEL, 2007, p. 2-3).

Em uma “ótica comparativa”, os pressupostos indicados na tese são os seguintes:

- a) “os discursos sobre participação política, protagonizados por grupos oposicionistas, estiveram filiados a duas correntes ideológicas predominantes”:
 - o liberalismo;
 - o marxismo;
- b) “os discursos estiveram inclusos, predominantemente, em duas formações discursivas”:
 - a partidário-eleitoral;
 - a revolucionária;
- c) “tanto os grupos liberais quanto os marxistas, difundiram discursos partidário-eleitorais e revolucionários” (RANGEL, 2007, p. 3).

Para tanto, o discurso político pode ser entendido enquanto “conjunto de enunciados atribuídos diretamente a um grupo de atores que têm o propósito de influenciar opiniões, obter adesões, rejeições ou consensos mediante estratégias de ação política” – origem das “duas estratégias: a partidário-eleitoral e a revolucionária” (RANGEL, 2007, p. 5-6).

A tese, em sua fase autojustificativa, atualiza o valor da análise centrada nos partidos políticos e o modelo de participação política partidário-eleitoral – exaustivamente pesquisados nos anos 1970 e 1980 – ancorada em “pesquisa recente [2007] coordenada pelos cientistas políticos José Álvaro Moisés (USP) e Raquel Meneguello (Unicamp)”. Rangel, em comentário à referida investigação, explica ter sido demonstrado “que a maioria dos brasileiros (64,8%) prefere a democracia a uma ditadura, mas cerca de 30% deles acreditam que a democracia pode funcionar perfeitamente bem sem o Congresso Nacional e sem os partidos políticos”, tendo recebido, esses últimos, “a reprovação de 80,6%, em contraste com pesquisas anteriores que apontavam a reprovação de 67,6% em 1993 e 57,3% em 1989”. Assim, nesse “contexto político contemporâneo” de crescimento da “descrença popular pelas formas de participação política, dentro dos moldes liberais”, motivou-se a tese e, no interior da mesma, a pergunta sobre “quais os limites e as alternativas registradas pela história em relação a essa forma de articulação do sistema político” (RANGEL, 2007, p. 1-2).

Na argumentação em defesa da opção pelos dois países (Uruguai e Brasil), a tese parte do pressuposto de que se “a proximidade territorial foi importante”, ao mesmo tempo é necessário reconhecê-la como “não essencial”. Embora “as questões de fronteira e os interesses convergentes favoreceram a aproximação dos dois governos nacionais vizinhos” e “a presença do Bureau Sul Americano (BSA) da Internacional Comunista em Montevideú favoreceu a ação recíproca entre os movimentos comunistas do Uruguai e do Brasil”, além da presença de exilados políticos de um país no outro, “o essencial é que nos dois países ocorreram, contemporaneamente, a instauração de governos com forte tendência centralizadora e autoritária”. Mais do isso, “nos dois países o processo histórico de distensão e retorno dos parâmetros da democracia liberal esteve comprimido no curto espaço de tempo de dez a quinze anos, facilitando a análise do historiador [...]” (RANGEL, 2007, p. 4).

As discussões de fundamentação sequenciam apontando para a questão de saber “em que medida os discursos podem interferir nos acontecimentos políticos” (RANGEL, 2007, p. 10). Na busca por compreender essa complexa relação, interagem autores e obras como René Rémond (Por que a história política?), Thomas Ransom Giles (Estado, poder e ideologia), Alain Touraine (Crítica da modernidade), Georges Duby (História social e ideologias das sociedades)

e Norberto Bobbio (Estado, governo e sociedade: por uma teoria geral da política), ora citados exemplificativamente.

As considerações gerais permitem ao autor depreender que “[...] a construção dos sujeitos da ação política (por meio dos discursos) depende igualmente de princípios universais e de interesses particulares”. Na “competição política, quando os políticos profissionais têm de arregimentar o maior número possível de seguidores”, acaba-se por tentar “conciliar a universalidade dos princípios e a emergência dos interesses setoriais”. A ideia é a de que não seria possível a adoção de somente um desses extremos, pois “discursos que atendessem somente ao idealismo dos princípios limitariam seu poder de mobilização e escravizariam os militantes ao dogmatismo”, e discursos “meramente circunstanciais, sem metas ou projetos, desembocariam todos no oportunismo confuso e sem efeitos duradouros”. Daí constatar, nas “táticas da ação política”, tentativas de conciliação de maneira a atender “parcialmente aos princípios superiores da política (por exemplo: proporcionar a todos os cidadãos as mesmas oportunidades) e, de outra maneira, “às pressões das forças econômicas e sociais de caráter particular”. No âmbito dessa dicotomia, “os discursos de inspiração marxista ou liberal” perpassaram-se e isso “mostrou como regimes autoritários e administrativamente centralizadores ergueram-se sobre os escombros da democracia partidário-eleitoral, durante a década de 1930” (RANGEL, 2007, p. 321).

Em resumo, respeitadas as peculiaridades próprias a cada país estudado, na retomada à questão inicial, Rangel advoga ser o tema de extrema contemporaneidade e que há urgência em

compreender os limites da democracia partidário-eleitoral, as alternativas de ordem pacífica ou violenta que já foram propostas e experimentadas visando superar tais limites e, sobretudo, ultrapassar o artificialismo da mera participação política eleitoral, o pragmatismo inescrupuloso das organizações partidárias e a tentação de depositar nas mãos de governos despóticos o destino da República (RANGEL, 2007, p. 322).

O trabalho, como um todo, apresenta preocupações com indicadores de aplicabilidade, conforme o demonstra o extrato acima, além de constantes inserções textuais envolvendo a continuidade de efeitos do evento estudado. Importa frisar, entretanto, a variedade de conformações assumidas narrativamente pela noção de funções de orientação, sendo o caso exemplificativo correspondente a apenas uma delas. Em outras pesquisas, é comum ocorrerem manifestações sinalizadoras de sugestões do uso de seus próprios resultados, bem como, em algumas situações, apesar dos limites estabelecidos pelos recortes impressos ao estudo, os temas manterem-se constantes na continuidade espaço-temporal do presente ou mesmo

projetarem-se para o futuro. A sondagem das formas de tratamento da categoria da identidade no domínio desses trabalhos revela outros meios de exteriorização de tais qualidades funcionais.

O vetor das formas de tratamento da categoria da identidade consiste no reconhecimento, no interior das teses, dos esforços de potencializar o conhecimento fundamentado e argumentado (racional) em prol das composições identitárias de sujeitos (determinados ou indeterminados). Em outras palavras, cuida-se de verificar as formas de uso da categoria da identidade nas teses. Identidade, nesse âmbito, entendida rüsenianamente como autointerpretação e autopercepção dos sujeitos em relação a si mesmos e aos outros ou, mais especificamente, identidade histórica, enquanto diversidade de identificações articuladas coerentemente em perspectiva temporal. Pessoas, fatos e acontecimentos do passado (ter sido e ser agora) na relação pessoal do sujeito para consigo mesmo. O haver-se por meio da produção de sentido.

No centro do conceito ampliado de formação (*Bildung*), as ideias de identidade e política parecem ocupar lugar privilegiado, enquanto denotadoras das funcionalidades de orientação e crítica propiciadas pelo conhecimento histórico. A ciência (histórica) desenvolve oportunidades de racionalização nas funções de orientação cultural. As experiências de contingência ganham suporte. Assim, em termos de funções de orientação, avalia-se no exame o trato da categoria da identidade em três níveis diferenciados: no primeiro, quando é considerada como possibilidade alcançável, por meio de determinada pesquisa; no segundo, apesar da existência do elemento identitário entre as concepções adotadas na tese, paralelamente, não são manifestas preocupações no sentido de influenciar na composição desse componente; e, no terceiro, a desconsideração da força de racionalidade enquanto contributiva às funções de orientação cultural. O Quadro 43 retrata, quantitativamente, o comportamento das teses, no que diz respeito a essas características.

Quadro 43 – Das formas de tratamento da categoria da identidade (percentuais e montantes)

| | Fraco | | Médio | | Forte | | TOTAL |
|-----------------|--------|---|--------|---|---------|----|-------|
| PUCRS | 14,70% | 5 | 26,47% | 9 | 58,82% | 20 | 34 |
| UFRGS | 12,50% | 3 | 20,83% | 5 | 66,66% | 16 | 24 |
| UNISINOS | 0,00% | 0 | 0,00% | 0 | 100,00% | 7 | 7 |

Fonte: elaborado pelo autor (2019).

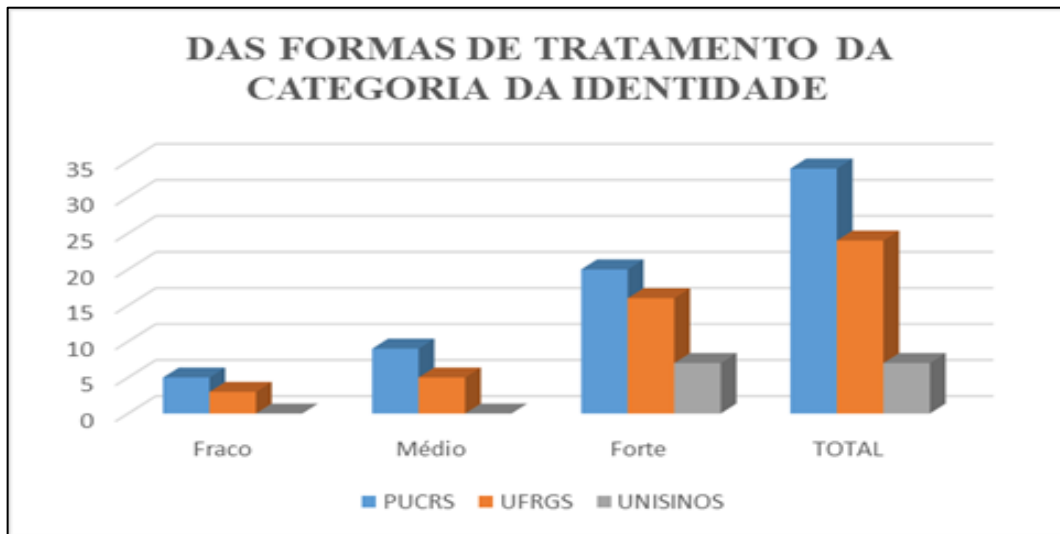
No âmbito dos parâmetros criados para essa etapa da avaliação, esses números e percentuais apontam para a constância entre as teses de três situações distintas: dos 65 trabalhos examinados, oito (cinco na PUCRS e três na UFRGS) não apresentam qualquer evidência /

tentativa de trato da categoria da identidade, quatorze (nove na PUCRS e cinco na UFRGS) reconhecem a participação da variável identidade na esfera da construção do conhecimento histórico, sem, contudo, desenvolver a sua relação em termos de composição das funções de orientação e, por último, 43 (vinte na PUCRS, dezesseis na UFRGS e sete na UNISINOS) demonstram alguma forma de empenho em tornar o conhecimento histórico-acadêmico como potencial para os processos de racionalização dos sujeitos no seio da cultura histórica.

Os dados mostram uma variabilidade maior dos indicadores, se tomados comparativamente, por exemplo, às noções de função prática percorridas acima. Permanece, contudo, a tendência de concentração das teses no nível forte, seguida pelos níveis médio e fraco, exceto na UNISINOS, instituição na qual 100% dos trabalhos confluem para o nível mais elevado. No horizonte das análises até aqui desenvolvidas, esse é um dos casos mais raros, se levado em conta o critério do distanciamento percentual entre todas as universidades. Isso decorre, essencialmente, por dois motivos: dos temas estudados e da formação antecedente (graduações, especializações, mestrados, etc.) dos autores das teses. No que tange aos temas, em geral, a ideia de tangibilidade a ser alcançada por meio de mecanismos estatísticos e fontes oficiais (de predominância diplomática) tende a situar pesquisas realizadas em determinadas áreas, fora do alcance de discussões sequer transversais a componentes de subjetividade e/ou de discussões voltadas à formação cultural do indivíduo e suas respectivas relações sociais.

Naturalmente, a eleição de certos temas de estudos perpassa pela disponibilidade de áreas de pesquisa e correspondente orientação, levando a intuir pela influência institucional na configuração dos objetos a serem investigados. Em caso de considerar a asserção a partir da ilustração genérica advinda do corpo de teses, bastaria observar que na UNISINOS, a única com 100% dos trabalhos no nível forte para o vetor, nenhuma investigação reporta-se exclusivamente a um dos atributos causais mencionados anteriormente; adversamente, confluem para estudos adjacentes às noções de representação, processo, construção, apropriação, ressignificação, entre outros. Em contraponto às ingerências, ainda que mediadas, dos programas, vigoram as formações antecedentes dos autores das teses. A despeito de fugir ao alcance do presente exame, o adentramento aprofundado nesse ponto, interessa constar simplificadamente a impossibilidade de constituir / reconstituir sentido histórico a partir de meios particulares de formação, aos quais não se teve acesso nos processos formativos anteriores à realização das teses, quer se trate de concepções, métodos e/ou formas de apresentação. O recurso imagético permite refletir sobre essas qualidades sob outros prismas, conforme demonstrado no Gráfico 18.

Gráfico 18 – Níveis das formas de tratamento da categoria da identidade



Fonte: elaborado pelo autor (2019).

Horizontalmente, individualizando-se as instituições, as proporções entre os níveis são: 5:9:20 (PUCRS), 3:5:16 (UFRGS) e 0:0:7 (UNISINOS). A soma dos níveis fraco e médio alcança a casa dos 41,17% na primeira e de 33,33% na segunda, excluindo-se a terceira. Assim, do total das 65 teses, 22 (33,84%) minimizam ou não exprimem empenho no trato para com a categoria de identidade. Inversamente, se pensados reunidos os níveis médio e forte, atinge-se 29 teses na PUCRS (85,29%), 21 na UFRGS (87,50%) e 7 na UNISINOS (100%), o que significa um total de 57 trabalhos no nível mais elevado (87,69%), respeitados os diferenciais existentes entre esses critérios.

Em perspectiva vertical, as diferenças percentuais estão em discrepâncias também relevantes. A título de exemplo, no nível forte, a distância em percentagem entre a PUCRS e a UNISINOS, as duas localizadas nos extremos da linha, é de 41,18%, estando as duas intermediadas pela UFRGS, com afastamentos percentuais de 7,84% em relação ao menor índice e de 33,34% no tangente ao maior. Os dados dos outros dois níveis refletem essa mesma circunstância, apesar de divididos em grupos e contenedores de um somatório menor de teses: no nível médio, os intervalos são de 5,64%, da PUCRS para a UFRGS, e de mais de 20% para com a última (UNISINOS); no fraco, a situação se repete, em extensão menor pela quantidade total de trabalhos no nível: separam a PUCRS e a UFRGS pouco mais de 2% (2,20%); e essas duas da última por uma média de, aproximadamente, 13% (13,6%).

A investigação do jornalista e historiador Luiz Carlos Golin, “A Fronteira Brasil-Uruguaí: estado e movimentos espontâneos na fixação dos limites do Rio Grande do Sul”, estuda o intervalo temporal estendido entre o “surgimento da República Oriental do Uruguaí

com sua ‘fronteira provisória’ limítrofe com o estado do Rio Grande do Sul, em 1828” e o ano de 1909, quando, após reiteradas reivindicações uruguaias, “o Brasil cedeu à República Oriental parte das águas da lagoa Mirim e estabeleceu a linha divisória pelo canal central do rio Jaguarão, sobre os quais tinha exclusividade”. Em paralelo, no entanto, retrocede no recorte, incorporando “a herança colonial nesse processo, demonstrando que, concretamente, o Brasil-nação viria a confirmar a geopolítica do Estado colonial no Tratado de Limites de 1851” (GOLIN, 2001, p. 9).

O autor informa ser a fronteira o “núcleo da narrativa”. A fim de problematizá-la, instaura “um método de conexões dos fenômenos regionais com o Estado, as nações e a geopolítica platina. Dentre as categorias utilizadas para a sustentação teórica do texto, estão as de “limite, fronteira, espaço, região, nação, Estado, identidade/memória, tempo histórico, movimento espontâneo, expansão demográfica, [...] e fricção interétnica, além de outros conceitos consagrados” (GOLIN, 2001, p. 10). Fronteira, no âmbito da história do Rio Grande do Sul, segundo Golin (2001, p. 26), “assemelha-se à categoria gramsciana de ligadura, que representa no fenômeno histórico a realização social e a criação simbólica, produzindo no processo a sua força de coesão regional e suas hierarquias sociais. Nela se encontraram a região e a nação”.

A partir desses termos iniciais, outras concepções são discutidas, a exemplo de “fronteiras naturais” (GOLIN, 2001, p. 27-32, *passim*) e “frente de expansão e frente pioneira” (GOLIN, 2001, p. 32-46, *passim*), sempre apresentando as contraposições em torno desses conceitos e alavancando alguns *insights* críticos, como ocorre em:

Invariavelmente, essa historiografia ‘oficial’ – no sentido de que não tensiona a memória com a história – formula apenas uma pergunta em tempos de reinvenções de identidades: ‘Quem somos?’ E não a antecede de outra, fundamental: ‘Por que viemos?’ Ou ainda: ‘O que somos?’ Para responder às questões, inapelavelmente, teriam de introduzir em suas narrativas prolegômenos desconfortantes para o mito fundante, onde se veriam como humanos agentes das frentes de expansão e pioneira, em ações concretas, nas quais a poesia bucólica da alocação à natureza daria lugar a bárbaros matadores de caingangues. Talvez compreenderiam que a humanização do espaço regional está em negar a ideia dominante de colonização e reconstruir o passado sob o processo de fricção interétnica, reconhecendo a dívida produzida pela barbárie civilizadora, seus métodos de extermínio e reservas de concentração. Os aldeamentos indígenas são as provas dolorosamente contraditórias, pois com o passar do tempo, se converteram em núcleos de sobrevivência indígena dessa tragédia etnicida (GOLIN, 2001, p. 39).

Em termos de matéria, a tese faz uso de obras-base, isto é, texto sobre o mesmo tema, normalmente com origem em períodos históricos distintos da produção da tese e utilizados para o estabelecimento de contrapontos entre si e em relação à investigação em andamento. No geral,

caracterizam o contexto espacial e temporal de onde e quando foram produzidas e têm caráter parcial nos respectivos recortes. A pesquisa potencialmente supre essas carências, elaborando um apanhado de maior duração, ampliando uma ou outra perspectiva, etc. Exemplificam esse círculo, obras como “*Evolución histórica geográfica y política de las fronteras del Uruguay con Brasil*” (Ulises Rubens Crub, 1951), “Limites entre o Brasil e o Uruguai” (Souza Docca, 1939) “História da formação das fronteiras do Brasil” (Teixeira Soares, 1973), “*Los límites de la República Oriental del Uruguay*” (Edison González Lapeyre, 1986), “Panorama sócio-cultural da fronteira Brasil-Uruguai” (Sérgio da Costa Franco, 1993) e “A diplomacia marginal” (Ana Luiza Gobbi Setti Reckziegel, 1999). Completa a lista a obra “São Gabriel desde o princípio” (1980), do autodidata (historiador diletante) Osório Santana Figueiredo, prática de uso não frequente entre as teses acadêmicas analisadas.

A conclusão, em seu subtítulo, reforça os efeitos de continuidade temporal do evento: “Conclusão – a concessão das águas da Lagoa Mirim e do Rio Jaguarão e a fronteira contestada”. A correspondência com a atualidade está impregnada nos próprios conteúdos, uma vez que o Uruguai contesta alguns pontos da fronteira até hoje. Essa cadeia é perceptível em reiterados trechos, a exemplo de: “Em 1988, a República Oriental do Uruguai retomou a sua reivindicação ao Brasil, através de três notas, datadas de 17 de agosto, tratando do aproveitamento das águas do rio Quaraí e das questões do Rincão de Artigas e da Ilha Brasileira”. A tese arremata, constatando que, salvo “essas ‘reservas’ orientais, nas últimas décadas, as comissões de limites do Brasil e do Uruguai vêm desenvolvendo um duríssimo trabalho de caracterização. Da barra do Chuí à Serrilhada, a caracterização encontra-se perfeitamente realizada” (GOLIN, 2001, p. 663).

O resultado da pesquisa demonstrou que o

impasse restringe-se aos pontos específicos e em pequenos trechos durante os periódicos trabalhos de campo, por deficiência das comissões anteriores ou por ação da natureza, como atualmente no Passo Geral do Chuí, onde a retirada de areia do lado uruguaio deslocou-o alguns metros, retirando-o da simetria de seu marco, que traça a linha reta até o Passo Geral do arroio São Miguel. O Brasil continua irredutível na posição de que “não tem conflito territorial” com o Uruguai. Os orientais, por sua vez, isoladamente, apontam as áreas contestadas e não conseguem movê-lo para que aceite o arbitramento internacional. A situação continuará irremovível, a menos que um fato extraordinário, ou unilateral, pudesse alterá-la (GOLIN, 2001, p. 663).

No desfecho da investigação, segundo Golin, o posicionamento brasileiro encontra-se resumido em um ponto ressaltado pelo embaixador do Brasil, em Montevideu, a Falcão Espalter (ministro de Relações Exteriores do Uruguai), em parecer emitido sobre o caso do Arroio

Invernada, ainda em 1937¹²⁵: “Já lhe disse várias vezes que é uma questão morta ao nascer, pois não haverá governo no Brasil capaz de revolver as cinzas do passado e que só uma guerra internacional poderá nos obrigar, pela força das armas, a restituir o que de direito nos pertence”. Golin acredita que, apesar de não haverem se estabelecido essas condições extremas, “esse presságio [...], as escaramuças do imaginário de ambos os lados da fronteira jamais depuseram as armas e prosseguem seus enteveros ideológico-culturais” ou que “as construções imaginárias das identidades nacionais (e, particularmente, do regionalismo sul-rio-grandense) dos dois países limítrofes cavalgam pela fronteira” (GOLIN, 2001, p. 663-664).

No caso, o conceito de identidade acompanha o da memória. Essa, por sua vez, é tensionada no que se refere à história em sentido processual, principalmente nos termos do autor, por se tratar de “tempos de reinvenção de identidades”. A isso estão interligadas as noções de tempo geográfico, social, individual e de longa duração. O manuseio da questão identitária, assim como em diversas teses, perpassa outros temas. Às disputas por territórios limítrofes no âmbito geopolítico, intercalam-se modos de representação, regionais e nacionais, capazes de influências nos argumentos em certas decisões políticas e, se não de maneira pragmática, de resultados imediatos, ao menos na construção e permanência do/no imaginário social.

Na pesquisa, há uma combinação coerente de autores / obras e documentos em torno de um tema gerador (não de uma pergunta e sim de um fio condutor da narrativa, no caso, a fronteira). Estão consideradas muitas implicações (macro) no trabalho, a exemplo da Guerra do Paraguai, dos conflitos internos no Brasil – particularmente no Rio Grande do Sul –, das influências / disputas partidárias no Uruguai, de interesses internacionais, ingleses, portugueses, espanhóis, etc. O que se observa, em trabalhos dessa característica, é a restrição a um determinado público, basicamente de historiadores, e mais, pesquisadores de história regional com enfoque na fronteira. O trabalho é de expressivo volume e alcança profundidade no campo de especialização; restaria por averiguar até que ponto à especialização importa o alcance, uma vez que a questão é sobre funções de orientação.

Os dados do vetor, como um todo, indicam tendências gerais do comportamento das teses, no que diz respeito ao vetor das formas de tratamento da categoria da identidade. O atributo, isoladamente, interessa por não ser um componente obrigatório de trabalhos científico-acadêmicos. Esse elemento amplia o potencial de evidenciação das funções de orientação,

¹²⁵ Segunda Comissão Brasileira Demarcadora de Limites. Fronteira Brasil – Uruguai. Informação para o senhor chefe do DAA. Arroio Invernada – Rincão de Artigas. Secreto. Coronel Juvenal Milton Engel, chefe da Segunda Comissão Brasileira Demarcadora de Limites. Rio de Janeiro, 28 de agosto de 1974.

interpostas em cada tese. Essa característica também acompanha os próximos dois vetores, dos posicionamentos políticos e da temporalização do futuro. Além do aspecto partilhado entre esses vetores, também as suas individualizações trazem algo de peculiar: trata-se de tópicos bastante distintos entre si e, por isso mesmo, capazes de ilustrar de maneira mais completa as idiossincrasias do conjunto de pesquisas.

O vetor do posicionamento / da invocação do político consiste em uma tentativa de averiguar a atitude adotada nas teses, no concernente ao equilíbrio entre as dimensões da cultura histórica, singularmente a da política, e suas aproximações à ciência histórica ou de modo recíproco (vice-versa). O conhecimento histórico, coincidentemente com a profissão do historiador, enquanto criterizado, habilita-se, segundo Rüsen, a instruir diante de conformações ideológicas e de legitimação (poder e dominação), por meio da apresentação de experiências de desumanidade ou mais humanas, mantendo, assim, “viva a liberdade humana”. Mas existem implicações mútuas também no que diz respeito a outras dimensões, sob pena de sobreposições. A fim de que seja possível a verificação dessas circunstâncias nas teses, estabelece-se como critérios a constância, no interior das funções de orientação, do reconhecimento de diferencial entre o conhecimento histórico-científico e, portanto, capaz de controle crítico, e as demais dimensões da cultura histórica, sobretudo a política. Quantitativamente, a disposição classificatória é ímpar entre os distintos vetores.

Quadro 44 – Do posicionamento / da invocação do político (percentuais e montantes)

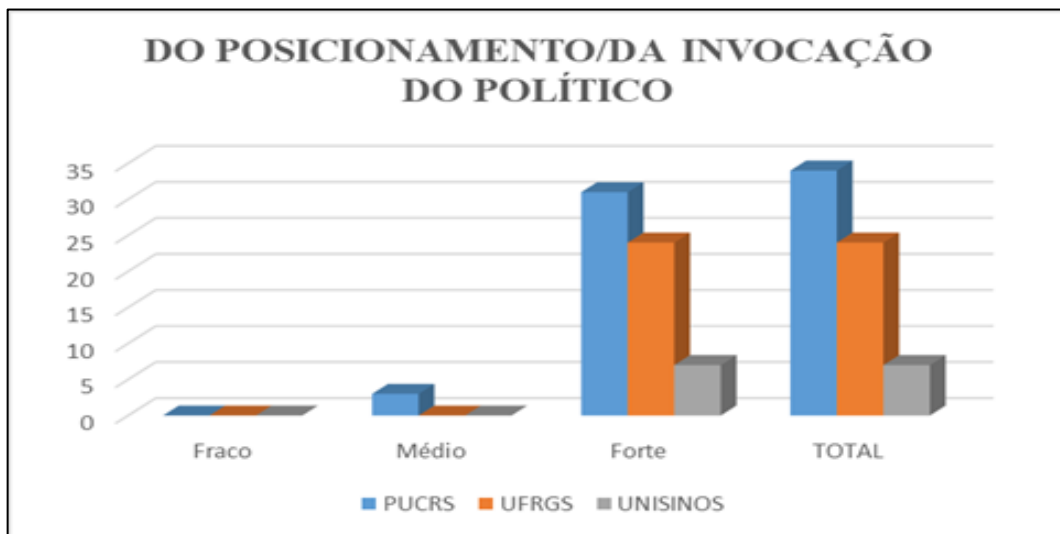
| | Fraco | | Médio | | Forte | | TOTAL |
|-----------------|-------|---|-------|---|---------|----|-------|
| PUCRS | 0,00% | 0 | 8,82% | 3 | 91,17% | 31 | 34 |
| UFRGS | 0,00% | 0 | 0,00% | 0 | 100,00% | 24 | 24 |
| UNISINOS | 0,00% | 0 | 0,00% | 0 | 100,00% | 7 | 7 |

Fonte: elaborado pelo autor (2019).

O vetor é o mais unânime, quantitativamente, entre todos os vinte percorridos no exame. Há que se considerar, contudo, a amplitude dos parâmetros escolhidos para a apreciação. O preceito fundamental é o de que todos os trabalhos acadêmicos de pesquisa partam de princípios científicos, ao menos intencionalmente, isto é, têm-se como pressuposto a ideia de que o conhecimento alcançado mediante uma metodologia possibilita resultados distinguíveis em relação a outras dimensões da cultura histórica. O efeito direto dessa disposição é a subsistência, em algum grau, no núcleo das investigações, do posicionamento diferenciado dos produtos delas advindos, quanto aos demais componentes da cultura histórica.

Do mesmo modo, a ciência histórica, à semelhança das posturas dos profissionais historiadores, possui implicações políticas, seja nos pontos de partida (contestatórios), seja nas formas procedimentais e/ou ainda nas soluções buscadas aos problemas, por ela própria levantados. A pensar a matriz do pensamento histórico como unidade, se os objetos da investigação histórica têm suas origens nas carências da vida prática, o caminho percorrido para a elucidação das contingências temporais somente pode incorrer no retorno ao mundo da experiência, essa, por sua vez, comprometida nas complexidades da vida humana. O aspecto político, mais do que parte de um todo, é incontornável. Daí a provável explicação ao acúmulo das teses nos níveis médio ou forte. A consideração das formas de uso, isto é, das potenciais funções de orientação, percorre o conjunto de teses integralmente. O diferencial daquelas poucas alocadas no nível médio está no fato de evitarem a externalização das tensões provocadas pela ciência histórica em processo e suas expectativas em termos políticos. O Gráfico 19 reforça as leituras estimáveis para o agrupamento das teses.

Gráfico 19 – Níveis do posicionamento / da invocação do político



Fonte: elaborado pelo autor (2019).

A centralidade do pensamento rüseniano, na dimensão política, parece advir das inapropriações a que podem estar sujeitos os conhecimentos históricos no âmbito da cultura histórica. As perguntas aqui seriam: em qual medida os historiadores se posicionam, politicamente, quando da realização de uma pesquisa acadêmica? Ou ainda: a opção por fazê-lo ou não de maneira manifesta, advém da própria academia, das vivências pessoais ou mesmo de algum tipo de padrão procedimental narrativo instituído enquanto cultura historiográfica? De maneira absolutizante, seria de questionar mesmo sobre a existência de alguma lógica

diferenciadora do pensamento histórico capaz de fazer com que mereça um papel singular no âmbito da cultura geral, na vida humana prática. Rüsenianamente, em princípio, a resposta é positiva. A história serve essencialmente à crítica e à orientação. Remanesce a dúvida quanto às teses.

O termo “política / político”, provavelmente seja o mais recorrente entre todas as teses. As expressões mudam – natureza política, ordem política, condição política, papel político, entre uma infinidade de outras formas – e as associações são incontáveis. Ordinariamente, as combinações são entre político, social, econômico e cultural. Ora servem para designar estruturas administrativas (unidades, limites, fronteiras, espaços, etc.), ora na condição de estratégias, orientações, interesses, instrumentos, grupos, classes, partidos, regimes, sistemas, entre outros. Permeia a totalidade de configurações, o conceito de ideologia e determinadas especificidades, como consciência, autonomia, poder, controle, emancipação, representatividade, domínio, participação, força, conduta, jogo, aparato, na maior parte das vezes permeados pela noção de processo.

A tais asserções, adéquam-se duas ressalvas: a primeira, apenas a pretexto de alerta e não generalizável – apesar da assiduidade – é sobre o uso essencializado desses termos, expressões e/ou conceitos. Em diversas ocasiões, invocam-se as ideias de “vida política”, “cultura política”, “conjuntura”, “ambiente”, “cenário” e/ou “panorama”, não acompanhadas de definições, levando a um recurso de interpretação, pela via das adjetivações. O segundo e mais importante acautelamento, envolve o fato de que a menção ou o trato de temas políticos não corresponde necessariamente à presença de posicionamentos políticos nas teses, aspecto primário para a compreensão do vetor na esfera das funções de orientação.

A função crítica aparece de maneira inerente nas teses. Ainda assim, a maior parte das pesquisas realiza essa função especificamente sobre a matéria investigada ou como essa foi interpelada através dos tempos. Predominantemente, iniciam-se as narrativas por apreciações discordantes de parte substancial do que fora escrito até o momento. Após o desenvolvimento do esforço de elucidação em torno do objeto, habitualmente ocorrem apontamentos, no intuito de crítica e/ou orientação. Essas notas finais aparecem estruturadas em pelo menos três formatos: retomada e confirmação dos pareceres iniciais, acréscimos por meio de sugestões / pistas de continuidade para o aprofundamento temático, ou implicações práticas, potencialidades a serem pensadas nos diversos espaços de vida, entremeados nas demais dimensões da cultura histórica.

Existe, no entanto, a imperatividade de considerar encadeamentos menos explícitos narrativamente, posicionamentos políticos velados, os quais, em princípio, obedecem às

influências múltiplas, em particular, do meio acadêmico. A exigência de certa coerência com linhas de pesquisa, orientações teóricas e disponibilidade de meios de prova, levam muitos estudos a não se posicionarem ou a relativizarem determinados pareceres. A via alternativa adotada, na imensa maioria dos casos, é de explicar pontos de vista, para que o público receptor possa interpretar a partir dos próprios juízos / valores; aparam-se as arestas a fim de atender a situação intersubjetivamente. Os textos trazem expectativas de mudança, porém as crenças nessas transformações (a aplicabilidade) já nascem condicionadas às circunstâncias e/ou conjunturas, por regimes políticos, pelas tendências de ideias predominantemente vigentes em uma certa época (por exemplo, crise nas ciências humanas), de interesses profissionais dos próprios historiadores (por exemplo, local de trabalho) e aceitação social dos resultados da investigação (por exemplo, aprovação em bancas e publicações).

A tese do historiador Edson Antoni, “O discurso jornalístico e o processo de marginalização social do Exército Zapatista de Libertação Nacional e do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra” – exemplifica uma das formas de manifestação do político no quadro das teses. O trabalho examina os “discursos produzidos, respectivamente, pelo *El Universal* e pelo *O Globo*”, na construção do ideário em torno dos dois movimentos sociais – Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN) e Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) –, designação essa já portadora, em certa medida, do duplo posicionamento político que acompanha a tese: de um lado, pelo prenúncio de marginalização, e, de outro, na própria escolha dos movimentos e periódicos (ANTONI, 2012).

A conjectura principal “percebe na prática jornalística desenvolvida tanto pelo *El Universal*, como pelo *O Globo*, a proposição de um discurso e a constituição de uma imagem pública que sugestionava a marginalização e a criminalização social” de ambos os movimentos. A justificação do objeto e respectivos recortes deve-se, nos termos do autor, ao fato de esses dois jornais representarem “um dos mais importantes veículos de imprensa escrita em seus respectivos países. A tiragem média de ambos os jornais aproxima-se de 300 mil exemplares”, incluindo-se, além desses mecanismos de publicação, nos escopo dos grupos comunicacionais, a “ingerência sobre outras publicações regionais, bem como emissoras de rádio e televisão, fato esse que reforça a importância que ambos possuem dentro de seus contextos nacionais” (ANTONI, 2012, p. 17).

A proposta da tese é um estudo de caso. A estrutura geral molda-se a partir de perspectivas comparativas. Antoni explica haver realizado “um período de pesquisas nas sedes dos dois jornais”, tendo totalizado “790 documentos, dos quais 441 estão relacionados ao EZLN e 349 dizem respeito ao MST”. A regra para o discernimento no “estabelecimento do recorte

cronológico relativo às fontes jornalísticas”, relaciona-se “a um período que se circunscreveu a um intervalo de trinta dias dos fatos elencados”, ressalvado, contudo, que “devido à natureza plural dos fatos analisados, definiram-se dois recortes cronológicos distintos”: “Com relação àqueles acontecimentos, para os quais existia alguma previsão de ocorrência”, a exemplo da “realização das marchas, ou mesmo as campanhas eleitorais, foram selecionadas as quinze últimas edições do jornal que antecederam o acontecimento, e as quinze edições imediatamente posteriores ao fato”; e, “com relação àqueles episódios sobre os quais não havia nenhuma previsibilidade, fatos que irromperam abruptamente no contexto social, foram selecionadas as reportagens dos trinta dias subsequentes ao acontecimento” (ANTONI, 2012, p. 24).

Entre os pressupostos teóricos, dois ocupam lugar de destaque: “[...] a imprensa escrita não pode definir, taxativamente, o que os seus leitores irão pensar, quais deverão ser as suas impressões acerca de fatos”, e “[...] a percepção de que o jornal possui sim uma grande capacidade de sugerir aos seus leitores uma espécie de roteiro, tanto de notícias, como de possibilidades de interpretação das mesmas” (ANTONI, 2012, p. 17). Nesse segmento, no objetivo de “compreender as estruturas argumentativas utilizadas pela imprensa, bem como analisar a constituição de uma imagem pública acerca dos movimentos”, o autor argumenta ter se tornado “imprescindível, para a elaboração das análises acerca do texto jornalístico, a apreensão dos pressupostos teórico-metodológicos elaborados pela escola francesa da Análise do Discurso (AD), representada fundamentalmente nas obras de Michel Pêcheux¹²⁶ (ANTONI, 2012, p. 18), assim como as contribuições advindas de Teun A. Van Dijk¹²⁷, Guita Grin Debert¹²⁸, Haqira Osakabe¹²⁹, Eni Puccinelli Orlandi¹³⁰, Freda Indursky¹³¹, Mikhail Bakhtin¹³² e Émile Benveniste¹³³ (ANTONI, 2012).

A tese estrutura-se em três capítulos e é composta por extensas e contínuas citações (talvez pelo próprio tipo de estudo – análise do discurso jornalístico). No todo, o texto produz um sentido. Se tomados, hipoteticamente, dois jornais opostos entre si, ou ambos de tendências políticas convergentes aos movimentos sociais estudados, a leitura provavelmente seria diametralmente oposta. No decorrer do texto, o autor assume as incertezas comuns à

¹²⁶ **Semântica e discurso**: uma crítica à afirmação do óbvio (1988) e **O discurso**: estrutura ou acontecimento (1990).

¹²⁷ **El discurso como interacción social** (2000) e **Discurso e poder** (2008).

¹²⁸ **Ideologia e populismo** (1979).

¹²⁹ **Argumentação e discurso político** (1999).

¹³⁰ **As formas do silêncio**: no movimento dos sentidos (1993), **A linguagem e seu funcionamento**: as formas do discurso (1996) e **Análise de discurso**: princípios e procedimentos (2007).

¹³¹ **Os múltiplos territórios da análise do discurso** (1999) e **Discurso, memória, identidade** (2000).

¹³² **A estética da criação verbal** (2000).

¹³³ **Problemas de linguística geral I** (1995) e **Problemas de linguística geral II** (1989).

investigação e reconhece que as reflexões “apresentadas não devem ser assumidas como conclusões totalizadoras, como um conhecimento fechado”, tendo de ser entendidas enquanto proposição de “um conjunto de reflexões básicas que, trazendo à luz a complexidade das relações envolvendo os órgãos de imprensa escrita e os representantes dos Novos Movimentos Sociais”, somem-se a “todos àqueles trabalhos que buscam a compreensão do contexto político-social latino-americano contemporâneo” (ANTONI, 2012, p. 157).

Finalizando, os potenciais da imprensa escrita são assumidos “dentro do atual contexto latino-americano”, mais do que representando “simples veículos de divulgação de informações”, como de “importante papel político”. O autor acredita que por meio “do discurso jornalístico” tenha conseguido reconhecer “a imposição de um projeto político que visa à manutenção de uma determinada ordem política e econômica, relegando as mobilizações sociais a uma condição marginal”. E reitera, “muito mais do que simples anúncios comerciais ou momentos de entretenimento”, a imprensa escrita significa “o embate de forças políticas que gestarão o futuro deste continente” (ANTONI, 2012, p. 163).

Assim como no exemplo, na integralidade das teses, associadas a essas formas de antecipação, encontram-se as características da temporalização do futuro. São, em seus formatos genéricos, todos os indicativos presentes nos textos de alguma configuração de expectativa, seja pela projeção de qualidades dos eventos estudados no tempo, seja por meio de ideias atribuídas aos resultados da pesquisa enquanto possibilitadoras de efeitos de continuidade temporal no presente e no que o sequencia. Trata-se, de certa maneira, das projeções idealizadas nas teses, no tocante ao conjunto de expectativas, diretas ou indiretas, sobre os usos possíveis do conhecimento histórico produzido pela investigação. Uma vez mais, não é um item obrigatório a qualquer trabalho acadêmico, conquanto evidencie previsões, intenções, antevisões ou presciência envolvendo esse tempo posterior, se não extensivamente, ao menos na esfera do objeto estudado.

No âmbito do conjunto de teses, o exercício consiste em reconhecer, primeiro, a constância de nexos temporais (passado-presente-futuro) e, na sequência, verificar as conformações assumidas por esses encadeamentos. A todo tempo se deve, contudo, manter a atenção nos limites da orientação cultural pela história, conforme o registra Rüsen: o respeito à conexão temporal entre passado e presente, em caso do estabelecimento de juízos históricos; os riscos diante de convicções gerais, a exemplo do etnocentrismo; e, as experiências nas quais ocorrem a falta (destruidoras) ou o transbordamento (superadoras) de sentido. Acima de tudo, atentar para o fato de que apenas parte do aparato científico cognitivo tem aplicação cultural prática e, embora a ideia ampla de felicidade não dispense o sentido, algumas dimensões da

vida humana (por exemplo, arte, religião, subjetividade profunda) tendem a ultrapassar o alcance do conhecimento histórico. Os dados quantitativos contribuem para uma compreensão mais completa dessas posturas antecipativas no interior das teses.

Quadro 45 – Da temporalização do futuro

| | Fraco | | Médio | | Forte | | TOTAL |
|-----------------|--------|---|--------|----|--------|----|-------|
| PUCRS | 5,88% | 2 | 32,35% | 11 | 61,76% | 21 | 34 |
| UFRGS | 4,16% | 1 | 12,50% | 3 | 83,33% | 20 | 24 |
| UNISINOS | 14,28% | 1 | 42,85% | 3 | 42,85% | 3 | 7 |

Fonte: elaborado pelo autor (2019).

No caso prático das teses, a pergunta é como se relacionam com o que viria ou vem depois delas mesmas (tema), ou melhor, subsiste algum tipo de apreensão, de senso de responsabilidade para com o porvir? Inicialmente, o Quadro 45 sugere a impossibilidade de se pensar homogeneamente o atributo da temporalização do futuro no corpo de trabalhos. Há ocasiões em que os textos tecem comentários objetivos sobre o que se deve esperar a partir daquilo que fora pesquisado. Em outros, permanecem sugestões de aprofundamento e/ou vazios deixados pela investigação. Por fim, estão as narrativas nas quais não ocorrem assinalamentos de que algo advenha na sequência do estudo. Nessa última condição, encontram-se os processos de conhecimento que, em princípio, “valem como fins em si mesmos”, os quais, sem pretensões de função prática, contentam-se unicamente em cooperar com a ciência, por meio do próprio existir. O fato de haver esclarecido determinado evento do passado, basta-se por si próprio.

Os delineamentos mais comuns da temporalização do futuro nas teses se realizam nas revisitações, no oferecimento de revisionismos historiográficos. Parte-se do princípio de que, após o desenvolvimento da pesquisa e as elucidações alcançadas, as novas descobertas tornem-se a base, sirvam ao menos de desafio para conhecimentos vindouros. As expressões corriqueiras para designar tais atitudes são, por exemplo, “romper com os lugares-comuns, com a dualidade simplista”, “pesquisas de caráter parcial e de pura ressonância”, “necessidade periódica de renovação e reorganização”, etc. Em “Cristãos e infiéis nos espaços de fronteira, Chiquitania / Bolívia e Pantanal / Brasil: conflitos, reciprocidade, mestiçagem e mobilidade social (1770-1800)”, de Ariane Aparecida Carvalho de Arruda (2015), espelha-se um desses modos de proceder nas constatações de que, ao final do estudo, se está ciente “[...] da suma importância em repensarmos a maneira de escrever uma História indígena e, mais, na forma de vermos e interpretarmos os indígenas como ‘protagonistas’ da História” ou, na reiteração na

qual anota-se “[...] que sempre há tempo de repensarmos e reescrevermos uma História que fale realmente dos indígenas” (ARRUDA, 2015, p. 171).

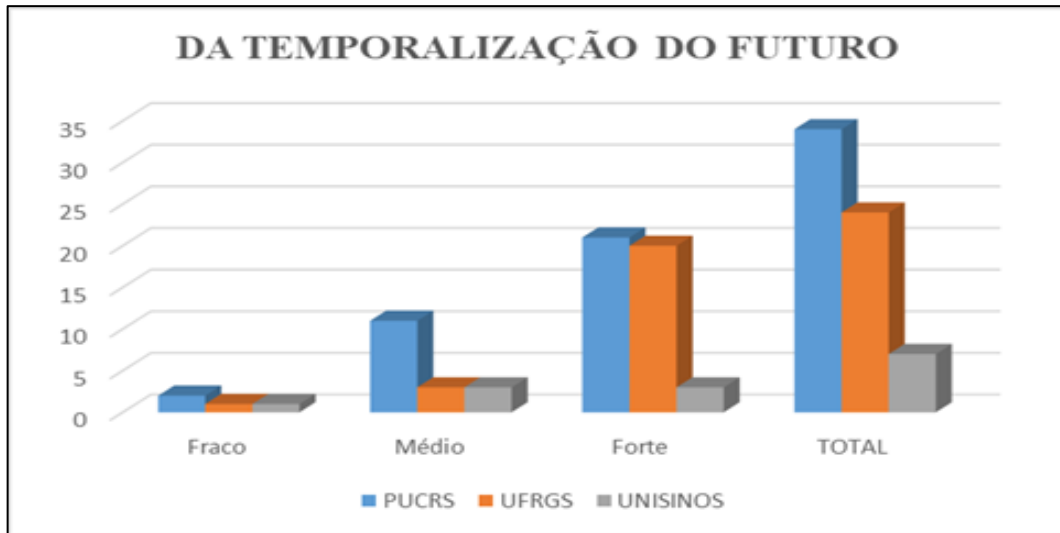
Uma segunda forma implicativa de futuro, contida nas teses, advém da permanência do evento ou seus efeitos no tempo que prossegue aos recortes instituídos para os estudos. Esse modelo, diferentemente do anterior, independe das reivindicações expostas nas teses, o que avança em direção àquilo que está por acontecer é o acontecimento, suas repercussões e impactos prováveis. Em casos desse padrão, as causas, as razões, muitos dos processos constitutivos, circunstâncias, conjunturas e estruturas do evento são explicados subsistindo, de resto, constatações e apontamentos de potencialidades. Os resultados de pesquisa, embora sem a alcunha da futuridade, transcendem-se na ânsia do advento de outras realidades. Ilustrativos dessa condição são passagens como as encontradas em “A contribuição da Igreja Católica para a Formação do Neozapatismo e do Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra”, de Émerson Neves da Silva, em que o autor afirma que “a viabilização dos assentamentos foi e continua sendo um dos maiores tensionadores da estrutura organizacional do Movimento”, o que significa que “o sem-terra na condição de assentado enfrenta” contradições similares às “do modelo agrário da sociedade brasileira, no qual a produção caracterizada pela policultura de tipo familiar não encontra, no mercado capitalista, baseado no agronegócio, condições ideais para sua reprodução social” (SILVA, 2008, p. 66-67).

Finalmente, uma última configuração de um tempo consecutivo que há de vir ou que possa estar por constituir-se existencialmente, dá-se pelo anúncio direto desse atributo, o que, normalmente, ocorre pela sugestão de uso ou exequibilidades. Exemplificam-no os extratos retirados de Hernán Ramiro Ramírez (2005, p. 31-32), que afirma que “um trabalho desse tipo” poderia servir, dentre outras coisas, auxiliando na compreensão das “dificuldades que o Estado e outras organizações têm para encontrar rumos sólidos no desenho de políticas públicas, sem o auxílio de uma tecnocracia ou burocracia paraestatal, as quais, no presente, têm alcançado um crescente, ou mesmo um quase exclusivo, protagonismo”; e Meneghetti Neto (2002, p. 205), ao sustentar que “o objetivo não é somente ser interpretado como um mero exercício científico, mas poder encorajar estratégias políticas a serem desenvolvidas futuramente”; ambos autores citados anteriormente.

Além dessas amostragens, algumas perspectivas envolvendo as teses em conjunto podem ser confirmadas no Gráfico 20. As leituras quantitativas, nos moldes de outros vetores, visam potencializar considerações de efeitos qualitativos, leituras das unidades institucionalizadas de teses, prováveis indicativos de influências do meio acadêmico e

tendências gerais advindas do agrupamento dos trabalhos, quer seja globalmente, quer seja individualizando-se as universidades.

Gráfico 20 – Níveis da temporalização do futuro



Fonte: elaborado pelo autor (2019).

Em uma rara exceção entre os vinte gráficos examinados, as torres do total não se assemelham, escalonadamente, a nenhum dos três níveis em específico. Da mesma maneira, ocorrem desequilíbrios percentuais entre os níveis, no interior de cada uma das universidades e no seu cotejo interinstitucional. A UFRGS destoa das demais, não pela primeira vez, com tendências positivas; no nível forte, distancia-se da PUCRS por pelo menos vinte pontos percentuais (21,57%), vindo quase a dobrar esse dado em relação a UNISINOS (40,48%). A diferença entre a PUCRS, com valores intermediários, e a UNISINOS, com os menores índices no nível forte, é também de quase 20% (18,91%).

Nos níveis fraco e médio, os reflexos do mais elevado se fazem sentir. A UNISINOS repete o montante de teses no segundo (42,85%), permanecendo apenas uma no mais baixo (14,28%). A UFRGS exhibe o menor número de pesquisas no nível médio (12,50%) e conta, assim como a anterior, com uma única investigação classificada no nível fraco (4,14%). Paralelamente, a PUCRS contém duas teses nesse último nível (5,88%) e 11 (32,35%), no nível do meio. Dessarte, as proporções assumem a seguinte conformação: 2:11:21 (PUCRS), 1:3:20 (UFRGS) e 1:3:3 (UNISINOS), respectivamente aos níveis fraco, médio e forte. No total, das 65 teses examinadas, quatro estão alocadas no nível fraco (6,15%), 17 no intermediário (26,15%) e as restantes 44 no forte (67,69%).

Nos moldes de outros vetores, os dados permitem ponderar sobre os significados possíveis, resultantes das somas dos distintos níveis. A única situação em que a combinação dos dois primeiros ultrapassa os 50% é na UNISINOS, porém isso não elimina o substancial número de teses que assume tal condição, em especial na PUCRS. No exercício prático, esses números permitem sustentar que aproximadamente 30% (32,30%) do total das teses ou não constituem quaisquer argumentos em torno da temporalização do futuro ou chegam a considerar qualidades temporais acerca de suas temáticas, todavia, sem indicações que ultrapassem os limites das constatações exclusivas da retrospectiva histórica até os momentos de término das concernentes escritas. Consequentemente, do outro extremo dos trabalhos – nível forte – obtém-se uma quantidade relevante de teses (67,69%) nas quais ocorre, explícita ou implicitamente e em diferentes graus, algum empenho no tocante às relações passado-presente e futuro.

Em tom de reforço explicativo, um último exemplo aleatório, retirado do corpo de trabalhos, pode auxiliar na elucidação de uma das formas de pronunciamento desses componentes de posteridade. A tese “Estátuas Andarilhas. As Miniaturas na Imaginária Missioneira: Sentidos e Remanescências”, da graduada em Artes Plásticas (Habilitação em Educação Artística) Jacqueline Ahlert, analisa estatuária em “miniaturas na imaginária missioneira”, trabalho parcialmente continuado em relação à etapa acadêmica anterior, em que o tema discutido fora “as miniaturas na imaginária missioneira: o acervo do Museu Monsenhor Estanislau Wolski”.

Entre as questões levantadas na tese estão: “Como e por que a miniatura adentrou o ambiente doméstico missional?”; “O que representam os signos culturais indígenas nelas talhados?”; “Quem foram os artesãos que simbolizaram esses conceitos?”; e “Para quem? Até quando? Qual foi a dinâmica da sua remanescência?” (AHLERT, 2012, p. 22-23). A originalidade da pesquisa é apresentada pelas escassas ou inexistentes referências às miniaturas nos trabalhos realizados até o momento de sua realização (AHLERT, 2012, p. 30). O objetivo principal apresentado “é ponderar sobre os interstícios no projeto jesuítico e o protagonismo indígena na construção e manutenção do complexo missional” (AHLERT, 2012, p. 38), por meio do exame das “imagens de santos, da Virgem e de Cristo, produzidas pelos indígenas missionários entre os séculos XVII e XVIII, na – ou no território que foi da – Província Jesuítica do Paraguai” (AHLERT, 2012, p. 43).

A crença é a de que as “miniaturas se afirmam pela expressão da historicidade”. A tese carrega a proposta de “superar a tradicional separação entre uma abordagem estética da obra, realizada por especialistas, e uma abordagem mais conjuntural, levada a efeito por outros estudiosos”. A partir de “perspectivas históricas, antropológicas e estéticas de estudo, buscou-

se apreender o objeto, considerando que envolveu imaginários e mobilizou negociações simbólicas na cena resvaladiça da representação”. Parcialidade dessas observações advém do pressuposto ou da constatação de que “[...] não é incomum encontrar a inserção de imagem em discurso historiográfico, meramente como ilustração complementar [...]” (AHLERT, 2012, p. 22-26).

No processo de constituição conceitual, escreve Ahlert: “A categorização, segundo a erudição e o primitivismo, parece corresponder às concepções convencionalistas da supremacia europeia” (AHLERT, 2012, p. 30). E acrescenta:

A conjectura de um estilo passível de classificação cronológica para a estatuária missioneira não desconsidera a existência paralela de uma produção sobreposta, em uma rede de involucramentos, expressa, principalmente, nas imagens de uso familiar e particular, destituídas dos aparatos tradicionais da iconografia católica. A característica copista, em tempo algum, empregou-se nas imagens de pequeno porte, nas quais a composição da indumentária e de atributos era definida pelo artesão, visto a significação conferida a estes (AHLERT, 2012, p. 34).

A iniciar pela advertência de que os “relatos dos padres não se desprendem da sua condição de redutor” (AHLERT, 2012, p. 38), seguem-se outras considerações sobre as fontes escritas e iconográficas, “igualmente consideradas documentos e numa metodologia que se construiu no decorrer da pesquisa” (AHLERT, 2012, p. 23). Direcionando as leituras, do presente “em direção ao passado” (AHLERT, 2012, p. 26), observa-se que assim “como em qualquer processo histórico, não é possível criar categorias estanques, mas é plausível realizar algumas aproximações ancoradas na quantificação dos elementos em análise” (AHLERT, 2012, p. 233).

A autora descreve algumas características procedimentais em função da própria singularidade do objeto e, a fim de localizar o exame, em especial na Parte II, esclarece: “[...] a análise considerou três categorias da estatuária”: “as pequenas talhas de devoção pessoal, com até dez centímetros”; “as imagens de devoção familiar, cuja altura pode variar entre os trinta e quarenta centímetros”; e “os santos processionais – representações usadas para proteger os labores rurais e acompanhar viagens e expedições militares –, com até cinquenta centímetros”. No intuito metodológico, são consideradas “miniaturas as peças com até 30 cm de altura; e, de médio porte, com até 50 cm de altura” (AHLERT, 2012, p. 39).

A pesquisa realizou buscas em “museus, acervos e coleções particulares do estado do Rio Grande do Sul/Brasil; dos departamentos da República Oriental do Uruguai, incluindo a capital, Montevideu; da região das antigas reduções, em território argentino e paraguaio, e nas capitais: Buenos Aires e Assunção”. Nessas instituições, catalogou 396 esculturas, sendo uma

de metal e “as demais talhadas em madeira”. A autora faz constar que, embora “o acervo sobrevivente, conhecido por meio de referências seja maior – em torno de 600 imagens –, estão sendo contabilizadas somente as estátuas com as quais se teve contato direto” (AHLERT, 2012, p. 39).

Nas análises técnicas, a tese apresenta uma série de propriedades verificadas nas estátuas, como, por exemplo: “o tipo da madeira das esculturas, majoritariamente do tipo avermelhado, talhadas em cedro num único bloco, admitindo algumas madeiras mais claras, como a araucária”; “a superfície lisa, sem marcas das goivas”; e, “a policromia sobre uma camada de preparo à base de gesso, seguindo-se as tintas de carnação e vestimenta”. No fator “elementos estilísticos”, pesaram “aspectos do biótipo indígena” e da “flora local”, “sobretudo, são característicos, o frontalismo, a rigidez, a geometrização das vestes e da composição” (AHLERT, 2012, p. 168). Apesar da perda dos atributos originais, a autora recorreu, em alguns casos, a elementos como a postura corporal e às histórias que acompanham as imagens.

Em diferentes momentos da tese, recorre à presentificação, porém no sentido comparativo, gerando uma forma particular de analogia. Três curtas citações o representam: “Os guaranis (históricos e contemporâneos) têm na base [...]” (AHLERT, 2012, p. 56); “Inúmeras limitações metodológicas impõem-se na justaposição de aspectos socioculturais entre os guaranis históricos e os contemporâneos”; e, “no baluarte do estudo de dados sincrônicos entre os guaranis históricos e os atuais é possível ousar algumas aproximações” (AHLERT, 2012, p. 140). A prática também pode ser visualizada, no sentido dos efeitos estendidos, quando se lê: “Foi nesse contexto de inadequação, entre a perda da referência paternal jesuítica e a falta de confiança e expectativa, que se firmaram alguns dos estereótipos que caem sobre os indígenas até os dias atuais: alcoolismo, promiscuidade, displicência, banditismo” (AHLERT, 2012, p. 265).

A tese permite algumas inserções problematizadoras em assuntos não imediatamente relacionados ao exame realizado.

Nessa memória de senso comum, tem-se a impressão que o conhecimento produzido pela academia não tem conseguido romper as paredes das bibliotecas – e bancos de dados online –, onde são depositadas as dezenas de artigos, trabalhos de conclusão de curso, dissertações e teses, produzidas todos os anos sobre o tema ‘Reduções-Doutrinas-Missões’ (AHLERT, 2012, p. 330).

No caso específico das “obras (plásticas e arquitetônicas) produzidas por indígenas e jesuítas, perpetua em algumas universidades, no ensino acadêmico de artes, a visão retrógrada que exclui a arte missioneira do ensino de História da Arte do Brasil e do Rio Grande do Sul”

(AHLERT, 2012, p. 334). Esse tom de denúncia torna-se taxativo ao declarar que, durante a “pesquisa de campo na região da antiga redução são-borjense”, constatou que, “ainda hoje”, existe o comércio de pequenas e médias imagens (pela facilidade de transportar e esconder), “cruzando a fronteira por valores irrisórios”, característica reforçada historicamente pelos roubos. A tese traz três ilustrações recentes (em relação ao recorte) nesse sentido, com o que finaliza: “Em 1960, chegou ‘um grupo de São Paulo na cidade de São Nicolau’. Seus membros ‘vistoriaram a igreja e se hospedaram no hotel. Não amanheceram lá, tão pouco as imagens da igreja””; “Em 2007, a ignorância, somada ao dogmatismo, levou para o fogo duas imagens missioneiras, na mesma cidade, por um pastor evangélico”; e, “em 2010, da igreja de São Nicolau, em Rio Pardo, foram roubadas esculturas missioneiras. Ninguém foi responsabilizado” (AHLERT, 2012, p. 339).

O trabalho de Ahlert (2012), representativo de outras teses, culmina com certa tônica de levar ao conhecimento público a propensão de agravamento das condições identificadas pela investigação, sob pena de que, se não forem revertidas, poderão ocasionar a continuidade dos motivos de inquietação originadores da pesquisa e a conseqüente falência dos resultados, desse e de muitos outros esforços no mesmo sentido. Nos moldes de uma série de teses na América Latina estrutura-se, partindo da refutação de certa tradição perceptível em estudos precedentes, os quais, apesar do desenvolvimento no âmbito do mesmo espaço subcontinental, apresentam-se de caráter predominantemente eurocêntrico. Provavelmente esteja nisso um dos singularizadores dos estudos latino-americanistas analisados, isto é, engendrar uma globalidade caracteristicamente contestatória, inicialmente de negação, mas, no todo, contenedora de princípios genéticos propositivos à reescrita dessa história macrorregional, ainda que a implementação ocorra por meio do aprofundamento de variáveis específicas.

A apreciação do conjunto de qualidades evidenciadas no fator das funções de orientação e suas epistemologias permite um esforço de síntese. A experiência ocupa-se em reunir os quatro vetores – da noção de função prática, das formas de tratamento da categoria da identidade, do posicionamento / da invocação do político e da temporalização do futuro – a fim de absorver-se atributos verificáveis exclusivamente pela sua reunião. Perscruta-se, prioritariamente, as próprias estratégias de análise, no intuito de aclarar determinados pontos da reflexão e, acima disso, aperceber-se dos graus de efetividade alcançados pelos mecanismos desenvolvidos para a tarefa.

Quadro 46 – Funções de orientação e seus vetores

| Da noção de função prática | | | | | | | |
|---|--------|---|--------|----|---------|----|-------|
| | Fraco | | Médio | | Forte | | TOTAL |
| PUCRS | 0,00% | 0 | 32,35% | 11 | 67,64% | 23 | 34 |
| UFRGS | 0,00% | 0 | 25,00% | 6 | 75,00% | 18 | 24 |
| UNISINOS | 0,00% | 0 | 28,57% | 2 | 71,42% | 5 | 7 |
| Das formas de tratamento da categoria da identidade | | | | | | | |
| | Fraco | | Médio | | Forte | | TOTAL |
| PUCRS | 14,70% | 5 | 26,47% | 9 | 58,82% | 20 | 34 |
| UFRGS | 12,50% | 3 | 20,83% | 5 | 66,66% | 16 | 24 |
| UNISINOS | 0,00% | 0 | 0,00% | 0 | 100,00% | 7 | 7 |
| Do posicionamento/da invocação do político | | | | | | | |
| | Fraco | | Médio | | Forte | | TOTAL |
| PUCRS | 0,00% | 0 | 8,82% | 3 | 91,17% | 31 | 34 |
| UFRGS | 0,00% | 0 | 0,00% | 0 | 100,00% | 24 | 24 |
| UNISINOS | 0,00% | 0 | 0,00% | 0 | 100,00% | 7 | 7 |
| Da temporalização do futuro | | | | | | | |
| | Fraco | | Médio | | Forte | | TOTAL |
| PUCRS | 5,88% | 2 | 32,35% | 11 | 61,76% | 21 | 34 |
| UFRGS | 4,16% | 1 | 12,50% | 3 | 83,33% | 20 | 24 |
| UNISINOS | 14,28% | 1 | 42,85% | 3 | 42,85% | 3 | 7 |

Fonte: elaborado pelo autor (2019).

Em Rügen, as dimensões da cultura histórica – cognitiva, estética, política, moral e religiosa – formam assimetrias e subordinações, ademais encontram-se intrinsecamente associadas. Isso, contudo, não impede a habilitação do conhecimento histórico a orientar a subjetividade humana, mental e intelectualmente no tempo, por meio da articulação mútua dessas dimensões. O processo realiza-se na unidade das dimensões, até porque o próprio conhecimento histórico (de produção de sentido com fundamento na ideia de verdade) não é isento dos atributos principais das demais dimensões (beleza, legitimidade, normatização e valores, finitude e transcendência). A estruturação por fatores e a decorrente subdivisão em vetores consiste justamente no empreendimento de procedimentos que sejam capazes de esquadriñar as teses na maior quantidade possível de aspectos, sem perder, nesse processo, suas qualidades e tendências, tendo em consideração elementos de profundidade.

No fator em exame, iniciou-se por escrutinar a própria noção de funções de orientação, para, no encadeamento, inquirir os trabalhos em três pontos variados, ampliando-se a capacidade avaliativa do tópico. Os dados do Quadro 46 confirmam as observações realizadas no decorrer do texto e convergem para outras informações apreciáveis, de acordo com a perspectiva de análise. Nessa agregação, é perceptível, por exemplo, que embora haja certa predominância do total de teses no nível forte (75%), existem pesos relativos entre um vetor e outro. A média aritmética entre eles assume as seguintes proporções: 46:65 no primeiro, 43:65

no segundo, 62:65 no terceiro e 44:65 no quarto ou, percentualmente, 70,76%, 66,15%, 95,38% e 67,69%, respectivamente.

Na apuração dos vetores individualizados, observaram-se as possíveis causas da variabilidade constante de cada um deles e alvitrou-se algumas potenciais explicações. Panoramicamente, constatou-se que a noção de *continuum* temporal costuma manifestar-se de duas maneiras principais: em uma, dá-se pela continuidade dos efeitos mesmos do evento e, na outra, por elos criados artificialmente pelos autores dos trabalhos, mas de origem mais analógica entre fatos ou acontecimentos do que propriamente a noção de continuidade do fenômeno estudado. Em ambos os casos, extrapolam-se os recortes estabelecidos para a investigação, porém no segundo a transcendência é induzida a partir dos resultados da pesquisa, enquanto que, no primeiro, o evento em si, apesar dos limites cronológicos a ele imputados, vigora no presente e projeta-se para o futuro.

Em termos de categoria da identidade, os tratamentos são identicamente bastante diversificados entre as teses. No conjunto, além das investigações que não fazem qualquer menção à noção, podem ser divididas, também, em dois grandes grupos.

Primeiramente, os trabalhos que trazem no próprio título a expressão “identidade” e, por consequência, têm uma implicação temática maior. O conceito faz parte da essência do objeto de pesquisa. Exemplificam-no estudos como “Escolas, ensino de história e identidades em tempos de ditadura militar” (Marise da Silveira), “De volta à fronteira – uma incursão aos fundamentos da cultura política sul-rio-grandense referente ao século XIX: a infiltração rio-grandense no Estado Oriental e a formação da identidade política regional” (Newton Luís Garcia Carneiro), “Representações das identidades nacionais argentina e brasileira nas canções interpretadas por Carlos Gardel e Carmen Miranda (1917-1940)” (Alessander Kerber), “Memórias de la diáspora: narrativas identitárias de los uruguayos en Brasil (1960-2010)” (Ana María Sosa González) e “A trama da integração: soberania e identidade do Cone Sul”¹³⁴ (Haroldo Loguercio Carvalho).

Uma segunda agregação de teses, em termos das formas de manuseio da categoria da identidade, pode ser alvitrada englobando-se os estudos que, embora não tenham a noção de identidade no centro de seus objetos, fazem uso abundante do conceito. Nesse sentido, situam-se mais de duas dezenas de pesquisas, a exemplo dos já citados textos de Bianca Knaak (2008),

¹³⁴ O acesso a esta tese somente foi obtido na fase final de construção do presente exame e, conseqüentemente, ela não consta nas avaliações numéricas e percentuais da análise. Havia sido classificada, formalmente, como “não encontrada”. Tendo em vista a ocorrência, insere-se tardiamente a tese no rol de trabalhos, ainda que permaneça na condição peculiar de caso exemplificativo, sem computar nos dados estatísticos utilizados no corpo do texto.

“As Bienais de Artes Visuais do Mercosul: utopias e protagonismos em Porto Alegre (1997-2003)”, Eliane Cristina Deckmann Fleck (1999), “Sentir, adoecer e morrer – sensibilidade e devoção no discurso missionário jesuítico do século XVII”, Guilherme Galhegos Felipe (2013), “A cosmologia construída de fora: a relação com o outro como forma de produção social entre os grupos chaquenos no século 18” e Ariane Aparecida Carvalho de Arruda (2015), “Cristãos e infiéis nos espaços de fronteira, Chiquitania / Bolívia e Pantanal / Brasil. Conflitos, reciprocidade, mestiçagem e mobilidade social (1770-1800)”, para permanecer em algumas produções de diferentes períodos.

As formas de apropriação da categoria de identidade, no somado das teses, apresentam-se conectadas a um leque variado de outros conceitos. Predominam o trato envolvendo a ideia de identidade(s) nacional(is), regional(is) e local(is), na(s) qual(is) permeiam elementos de integração, fronteira, território, construção e, mais genericamente, de América Latina. A isso, seguem qualidades relativas à coletividade (compartilhada, comum), grupos étnicos e sociais, geralmente associados a termos como preservação, tradição, memória, pertencimento e atribuição (alteridade). Em outras ocasiões discute-se, ainda, questões políticas, partidárias, ideológicas e de legitimação (identidade e poder). Complementam as unidades, as abordagens envolvendo associações ao imaginário e à representação (histórica e cultural), discursiva e de hetero e homogeneidade.

No quesito do comportar-se politicamente, o quadro sugere, preliminarmente, que a abordagem de temas políticos não exija a adoção de quaisquer posicionamentos nesse sentido. Espontaneamente, as agregações seguem algumas tendências de uso. Além dos compostos “político-militares”, “político-religiosos”, “político-ideológicos”, “político-sociais” e “político-jurídicos”, são frequentes as afinidades vocabulares advindas das áreas temáticas das teses. Esses são os casos, por exemplo, dos trabalhos com enfoque nas Relações Internacionais e nas Ciências Econômicas. Nos primeiros, condensam-se expressões, tais como geopolítica, político-diplomático, exterior / externa, agenda internacional, governamental, condução, diretrizes (do e sobre o Brasil, no império, no Prata, na América Latina e assim por diante). O procedimento é comum em pesquisas como “Andrés Lamas e a atuação da Legação Oriental na Corte imperial brasileira: escravidão e relações internacionais (1847-1869)” (Rafael Peter de Lima), “Democracia e concerto americano: a visão de O Cruzeiro sobre a Argentina nas relações interamericanas (1946-1966)” (Mateus Dalmáz) e “Questão de Cuba: a Política Externa Independente e a Crise dos Mísseis” (Charles Sidarta Machado Domingos), apenas a título ilustrativo.

Nas teses voltadas para a economia, cuida-se, prioritariamente, de políticas econômicas, de desenvolvimento, fiscais e aduaneiras, de juros, de emprego, agrárias, industriais, comerciais e monetárias. Exemplificam essas qualidades, trabalhos como “A pecuária no processo de ocupação e desenvolvimento econômico do Pantanal Sul-Mato-Grossense (1830-1910)”, de Paulo Marcos Esselin, “Uma análise da construção do pensamento neo-estruturalista cepalino: as contribuições da crise e do pensamento liberal à redefinição do papel do Estado na América Latina”, de Judite Sanson de Bem, “Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL): uma visão crítica do seu pensamento – o caso brasileiro”, de Jacqueline Angélica Hernández Haffner, e “América Latina periférica. O desenvolvimento latino-americano na concepção de Prebisch/CEPAL (1948-1981)”, de Paulo José Koling.

Há situações em que o objeto condensa, desde o próprio título, atributos entrecruzados de conformações políticas e econômicas. O representa, por exemplo, a tese “‘Transportando fortunas para povoar deserta e inculta campanha’: atuação política e negócios dos brasileiros no norte do Estado Oriental do Uruguai (ca. 1845-1865)”, de Carla Menegat. Em uma enormidade de outros casos, ocorre um direcionamento maior para um único campo, ainda que nenhuma investigação abandone por completo as demais dimensões da cultura histórica. A constatação pode ser confirmada em Luiz Felipe Schervenski Pereira, “Discursos políticos do ministro Oswaldo Aranha e a defesa do Pan-Americanismo no período do ministério das relações exteriores (1938-1944)”, Jorge Luiz do Nascimento, “Trincheiras ideológicas: o debate entre os jornais peruanos *El Comercio* e *La Tribuna*”, Ronaldo Bernardino Colvero, “‘...bajo su Real Protección’: as relações internacionais e a geopolítica portuguesa na região do Rio da Prata (1808-1812)” e José Pedro Cabrera Cabral, “Trajetória político-ideológica da esquerda uruguaia: 1964-2004”, lista extensível a mais de duas dezenas de teses.

A inserção de expectativas nas teses assume diferentes formas e meios, sendo necessária a observação de que os tipos apresentados acima possuem apenas caráter ilustrativo, não sendo, por isso, uma listagem exaustiva dessas manifestações. A considerar os períodos transcorridos desde as defesas desses trabalhos, talvez coubesse, hoje, o cotejo entre as conjecturas aventadas à época de suas realizações e os respectivos resultados práticos alcançados. A hipótese de verificação é de mais fácil elucidação, patentemente nas situações em que foram expressas textualmente tais intenções, sem, contudo, desaperceber-se dos casos em que, aparentemente, a ciência fora tomada como um valor em si mesma. Afinal de contas, a resposta sobre o valor de uso dessa ciência demonstra-se mais afinada ao significado de “utilidade” de cada cultura histórica do que propriamente os interesses dos historiadores possam vislumbrar.

Assim, retomada a problematização inicial, a questão que move transversalmente toda a análise, isto é, a viabilidade do uso da matriz do pensamento histórico, enquanto arcabouço, para a avaliação das teses na América Latina, no que se refere às funções de orientação, depreende-se algumas disposições gerais: a tomar a configuração abrangente de que a ciência histórica serve, na mais ínfima das hipóteses, à crítica e à orientação, no seio das múltiplas culturas históricas, não parece haver dúvida de que a proposta rüseniana possua aplicação. Nesse sentido, a própria ideia de uma filosofia funcional da história (complementar à sistematização material e formal) promovida pelo autor, o isenta, em certa medida, da confusão com quaisquer tipos de utilitarismos imediatistas. Naturalmente, há necessidade de sopesá-los pelos potenciais usos que deles possam ser feitos, sem que, com isso, instituem-se condicionamentos às formas e meios do pensamento histórico.

As funções de orientação exigem, por imposição de sua existência – permanecer no tempo – a reiterada avaliação de seus requisitos essenciais, a disponibilidade, a adequação e a capacidade de indicar alternativas de transformação a situações que, na maioria das vezes, elas próprias não seriam capazes de antever. O requisito da pertinência, entretanto, afasta-se do estabelecimento de autonormatizações para tal. Do ponto de vista das teses, existem iniciativas no sentido de influenciar ações futuras, imediatas ou distantes. Os graus de precisão variam na proporção desse espaçamento. Se, para Rüsen, em um elevado estágio de abstração, quem decide pelo uso ou não desses conhecimentos produzidos no âmbito da ciência histórica são exclusivamente as exigências das culturas históricas, o caráter genérico da posição faz com que se diferencie da posição adotada em muitas das pesquisas percorridas.

As teses, fiéis a objetivos mais pormenorizados, delimitados e pragmáticos, ensejam potenciais soluções às inquietações delas originadoras. Por meio de seus resultados, sugerem ações de aplicação em realidades determinadas; ressalvas e insuficiências beiram a tentativas de inibição de certas ocorrências fáticas, incitam a pensar na exequibilidade de “fazer parar” as partes julgadas inconvenientes nos eventos. Partem e concluem da busca por influir em circunstâncias ou conjunturas, na capacidade de decisão, nas microestruturas em que atuam, sobre as quais versam. Em qualquer desses modos, na concepção teórica de Rüsen ou na tangibilidade das teses, à ciência história incumbe auxiliar na organização das rupturas temporais constituintes da experiência humana, independentemente de espaços e tempos que essa venha a requerê-lo. Nisso consistem as funções de orientação.

9 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No período estudado (1986-2016), foram defendidas setenta e duas teses classificáveis na definição de América Latina adotada para a análise, na soma dos três programas de pós-graduação em História do Rio Grande do Sul. A primeira defesa sobre a temática somente ocorreria em 1995, na PUCRS, ano no qual iniciam as atividades do doutorado em história na UFRGS, seguida pela UNISINOS, em 1999. Na totalidade, dos vinte e dois anos (1995-2016) em que aparecem teses versando sobre a temática, são observáveis algumas variações quantitativas entre um ano e outro, sem, contudo, representar valores significativos a ponto de influenciar determinantemente os resultados do exame. Respeitados os intervalos entre as criações dos doutorados em cada PPGH e as defesas inaugurais, tem-se a demonstração no Quadro 47.

Quadro 47 – Número de teses defendidas por ano, universidade e totais (1995-2016)

| ANO | 95 | 96 | 97 | 98 | 99 | 00 | 01 | 02 | 03 | 04 | 05 | 06 | 07 | 08 | 09 | 10 | 11 | 12 | 13 | 14 | 15 | 16 |
|-----------------|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|
| PUCRS | 2 | | 1 | | 4 | 3 | 3 | 2 | 4 | 3 | | 2 | 1 | | 1 | | 1 | 4 | 1 | 2 | 2 | 1 |
| UFRGS | | | | | 1 | | 1 | | | 2 | 2 | | 2 | 1 | 1 | 2 | 4 | 1 | 3 | 1 | 2 | 2 |
| UNISINOS | | | | | | | | | | | 1 | 2 | | 1 | 2 | | 1 | | 1 | 1 | 1 | |
| TOTAIS | 2 | | 1 | | 5 | 3 | 4 | 2 | 4 | 5 | 3 | 4 | 3 | 2 | 4 | 2 | 6 | 5 | 5 | 4 | 5 | 3 |

Fonte: elaborado pelo autor (2019).

Nos primeiros anos (1995-1998), a PUCRS computou, isoladamente, três teses (4,16%). No intervalo de 1999 a 2004, este número foi acrescido, consideravelmente, de dezenove trabalhos (26,38%) na mesma universidade, aos quais somam-se quatro (5,55%) realizados na UFRGS, ou seja, nos primeiros dez anos do período analisado, foram defendidas vinte e seis das setenta e duas teses (36,11%), reconhecidas as proporções de participação por parte das duas instituições tomadas individualizadamente. Nos doze anos seguintes, advieram mais quarenta e duas teses (58,33%). Uniformemente, a média anual apurada, no somatório, para o interregno, é de aproximadamente 3,27 trabalhos/ano (72:22). Na PUCRS, esse cálculo acarreta em 1,62 defesa/ano (37:22), enquanto que, na UFRGS, o produto é de 1,38 (25:18), a contar da data da primeira defesa (1999); e, na UNISINOS, baseando-se no mesmo critério (2005), de 0,83 (10:12). As oscilações anuais, interinstitucionais e em relação ao montante, podem ser melhor visualizadas geometricamente, demonstradas pelo Gráfico 21.

Gráfico 21 – Índices de teses defendidas por ano (universidades individualizadas e totais)



Fonte: elaborado pelo autor (2019).

O tempo bruto entre as defesas das teses na América Latina, obtido da divisão dos trinta anos de existência dos programas pelos setenta e dois trabalhos, é de aproximadamente quatro meses (4,16), quer dizer, em média, quadrimestralmente, uma investigação se concretiza. Computados os períodos de carência entre a origem dos cursos e as primeiras defesas, modaliza-se a nove meses para cada trabalho, quando tomados em conta, exclusivamente, os períodos de criação dos cursos de doutorado nos correspondentes programas. Nesse caso, a PUCRS, ao longo de seus trinta anos, obtém um meio-termo, por volta de 0,81, ou seja, em média, de oito em oito meses, uma tese com essa temática é defendida junto ao curso. Na UFRGS, o cômputo é similar: mais ou menos, de nove em nove meses (0,88), uma nova pesquisa apresenta seu desfecho.

Na UNISINOS, esses dados mediais sofrem uma substancial alteração: nos dezoito anos de funcionamento do curso, foram dez as teses entregues contendo relação com os estudos latino-americanos, de onde resulta um tempo de um ano e oito meses para o termo das investigações. Essencialmente, na condição de valores intermediários, esses números produzem informações generalizantes, permitindo apenas intuir opções institucionais pelo desenvolvimento de pesquisas em outros temas (primazia de alguma área de concentração em detrimento de outra), a maior ou menor aceleração nos prazos de realização das investigações, além da (in)disponibilidade de profissionais habilitados à orientação, em correspondência com os interesses, por parte dos estudantes, pelas áreas afins.

Os recortes cronológicos, realizados para fins de pesquisa entre as teses em estudos latino-americanos nos cursos de doutorado em História do Rio Grande do Sul, evidenciam pelo

menos duas características gerais: quanto mais se retrocede no tempo, maiores as inclinações de ampliação dos arcos de análise, e uma forte tendência de concentração das pesquisas nos séculos XX e XIX, seguidos distanciadamente pelos séculos XVIII e XVII, respectivamente. O século XVI é abrangido em apenas três casos e, ainda assim, não individualizado, sendo reunido aos anteriores ou seguintes para finalidade de exame: “Antecedentes da Organização do Espaço Colonial da América Ibérica” (Glenda Pereira da Cruz (PUCRS, 1995), ainda que indiretamente, pois a autora aprofunda dois períodos históricos anteriores (séculos III-IV e XIII-XIV): “O mergulho no *seculum*: exploração, conquista e organização espacial jesuítica na América espanhola colonial”, de Artur Henrique Franco Barcelos (PUCRS, 2006), estudo iniciado pelo ano de 1549 e que avança até 1767, e “Dos levantes de Castela às revoluções comuneras do Paraguai: apropriações e ressignificações de um conceito em três atos”, de Luis Alexandre Cerveira (UNISINOS, 2014), tese na qual o enfoque temporal recai particularmente sobre os períodos de 1520-1522 (Castela) e 1721-1735 (Paraguai), além da avaliação realizada em torno da historiografia mais recente sobre o principal conceito do estudo.

Os séculos XVII e XVIII são apreciados, particularizadamente, em: Eliane Cristina Deckmann Fleck, “Sentir, Adoecer e Morrer – sensibilidade e devoção no discurso Missionário Jesuítico do século XVII” (PUCRS, 1999); Cláudia de Oliveira Uessler, “Sítios arqueológicos de assentamentos fortificados ibero-americanos na Região Platina Oriental” (PUCRS, 2006) – século XVIII –, Guilherme Galhegos Felipe, “A cosmologia construída de fora: a relação com o outro como forma de produção social entre os grupos chaquenhos no século 18” (UNISINOS, 2013); e Ariane Aparecida Carvalho de Arruda, “Cristãos e Infiéis nos espaço de fronteira, Chiquitania / Bolívia e Pantanal / Brasil: conflitos, reciprocidade, mestiçagem e mobilidade social (1770-1800)” (PUCRS, 2015). Na UFRGS, inexistem teses tratando desses períodos em específico.

No entanto, agregam-se a eles, de forma a prolongarem-se entre si e para outros períodos, nove investigações, sendo duas citadas anteriormente (Barcelos e Cerveira); Maria Cristina Bohn Martins, “A Festa Guarani nas Reduções: perdas, permanências e recriação” (PUCRS, 1999) – cobrindo o hiato de 1609 a 1767 –; Álvaro de Souza Gomes Neto, “A importância do negro na formação da sociedade portenha, 1703-1860” (PUCRS, 2002); Fernando Luís Blanco, “*Fronteras Étnicas en el corazón de América del Sul (1776-1820)*” (UFRGS, 2004); Jean Tiago Baptista, “Fomes, pestes e guerras: dinâmicas dos povoados missionais em tempos de crise (1610-1750)” (PUCRS, 2007); Paulo Rogério Melo de Oliveira, “O encontro entre os guaranis e os jesuítas na Província Jesuítica do Paraguai e o glorioso martírio do venerável padre Roque González nas tierras de Ñesu” (UFRGS, 2010) – para o

interstício de 1609-2010; Jacqueline Ahlert, “Estátuas Andarilhas. As Miniaturas na Imaginária Missioneira: Sentidos e Remanescências” (PUCRS, 2012) – sobre os séculos XVII e XVIII –; e Ione Aparecida Martins Castilho Pereira, “Em tudo semelhante, em nada parecido: uma análise comparativa dos planos urbanos das missões jesuíticas de Mojos Chiquitos, Guarani e Maynas (1607 – 1767)” (PUCRS, 2014).

A situação é similar em relação ao século XXI, respeitada a condição inicial na qual se encontra, no máximo penetrado por investigações que possuem início no século XX. Ao todo, são nove os estudos nesse sentido: “Redes de Cidades: cooperação, estratégias de desenvolvimento, limitações constitucionais e divergências – o Caso da Rede Mercocidades”, de Alfredo Meneghetti Neto (PUCRS, 2002) – entidade nascida em 1995 e estudada até o ano da defesa; “Trajetória Político-Ideológico da esquerda Uruguaia: 1964-2004”, de José Pedro Cabrera Cabral (UNISINOS, 2006); “As Bienais de Artes Visuais do Mercosul: utopias e protagonismos em Porto Alegre – 1997-2003”, de Bianca Knaak (UFRGS, 2008); “Memórias de la diáspora: narrativas identitárias de los uruguayos en Brasil (1960-2010)”, de Ana María Sosa González (PUCRS, 2011); “Territorialidades Chiquitanas em Comunidades Rurais da Província de Velasco, Bolívia(1953-2006)”, de João Ivo Puhl (UNISINOS, 2011); “A classe trabalhadora no Processo Bolivariano da Venezuela. Contradições e Conflitos do Capitalismo Dependente Petroleiro-Rentista (1989-2010)”, de Carla Ferreira (UFRGS, 2012); “O Discurso Jornalístico e o Processo de Marginalização Social do Exército Zapatista de Libertação Nacional e do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra”, de Edson Antoni (PUCRS, 2012) – sob o recorte cronológico iniciado na década de 1980, em referência a alguns aspectos, estendido até a primeira do século XXI –; e “Representações Culturais na Bienal de Artes Visuais do Mercosul: o estatuto da fotografia e a expressão do sujeito social”, de Patrícia Camera Varella da Luz (PUCRS, 2012) – particularmente sobre os anos de 2002 e 2006, sem contudo perder de vista o histórico da BAVM fundada em 1996.

Os séculos XIX e XX, juntos, computam, aumentados de um item de transição entre os dois períodos, um total de quarenta e nove teses. Desse montante, vinte e dois trabalhos foram defendidos na PUCRS (oito sobre o século XIX, dez envolvendo o século XX e outros quatro os transpassando), vinte e um na UFRGS (sete para o século XIX, doze em recortes do século XX e dois transversalizando-os) e, por fim, seis na UNISINOS (dois no século XIX e quatro no século XX, sem nenhum para a passagem de um ao outro). Devido à grande quantidade de investigações desenvolvidas sobre esses intervalos de tempo, diferentemente dos comentários sobre os demais séculos, procede-se, aqui, por meio do uso de quadros, sequenciados por breves pontuações em torno dos dados neles contidos. O intento não é analítico, embora determinadas

considerações possam ser processadas, e, sim, o de propiciar uma melhor visualização da distribuição cronológica dos períodos investigados nas três instituições, primeiramente, de maneira sincrônica e, secundamente, observando-se cada uma das universidades e por intervalos temporais próprios.

Quadro 48 – Teses sobre a América Latina defendidas nos PPGHs do RS (XIX)

| SÉCULO XIX | | | | | | | | | | | | |
|--|-----------|---------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|
| DEFESA | PERÍODO | DURAÇÃO | 1801-1810 | 1811-1820 | 1821-1830 | 1831-1840 | 1841-1850 | 1851-1860 | 1861-1870 | 1871-1880 | 1881-1890 | 1891-1900 |
| PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL | | | | | | | | | | | | |
| 1995 | 1808-1820 | 12 | | | | | | | | | | |
| 1999 | 1824 | 1 | | | | | | | | | | |
| 2000 | 1801 | 1 | | | | | | | | | | |
| 2001 | 1860-1870 | 10 | | | | | | | | | | |
| 2003 | XIX | 100 | | | | | | | | | | |
| 2004 | XIX | 100 | | | | | | | | | | |
| 2009 | 1808-1812 | 4 | | | | | | | | | | |
| 2012 | 1845-1889 | 44 | | | | | | | | | | |
| UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL | | | | | | | | | | | | |
| 1999 | 1835-1845 | 10 | | | | | | | | | | |
| 2011 | 1808-1850 | 42 | | | | | | | | | | |
| 2013 | 1837-1873 | 36 | | | | | | | | | | |
| 2013 | 1850-1900 | 50 | | | | | | | | | | |
| 2015 | 1811-1821 | 10 | | | | | | | | | | |
| 2015 | 1845-1865 | 20 | | | | | | | | | | |
| 2016 | 1847-1869 | 22 | | | | | | | | | | |
| UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS | | | | | | | | | | | | |
| 2006 | 1811-1830 | 19 | | | | | | | | | | |
| 2009 | 1852-1864 | 12 | | | | | | | | | | |

Fonte: elaborado pelo autor (2019).

Quadro 49 – Teses sobre a América Latina defendidas nos PPGHs do RS (XIX-XX)

| TRANSIÇÃO XIX-XX | | | | | | | | | | | | |
|--|-----------|---------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|--|--|--|--|
| DEFESA | PERÍODO | DURAÇÃO | 1871-1880 | 1881-1890 | 1891-1900 | 1901-1910 | 1911-1920 | 1921-1930 | | | | |
| PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL | | | | | | | | | | | | |
| 1997 | 1893-1904 | 11 | | | | | | | | | | |
| 2000 | 1889-1914 | 25 | | | | | | | | | | |
| 2001 | 1828-1909 | 81 | | | | | | | | | | |
| 2003 | 1830-1910 | 80 | | | | | | | | | | |
| UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL | | | | | | | | | | | | |
| 2001 | 1870-1930 | 60 | | | | | | | | | | |
| 2016 | 1884-1920 | 36 | | | | | | | | | | |
| UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS | | | | | | | | | | | | |
| NÃO SE APLICA | | | | | | | | | | | | |

Fonte: elaborado pelo autor (2019).

Quadro 50 – Teses sobre a América Latina defendidas nos PPGHs do RS (XX)

| SÉCULO XX | | | | | | | | | | | | |
|--|-----------|---------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|
| DEFESA | PERÍODO | DURAÇÃO | 1901-1910 | 1911-1920 | 1921-1930 | 1931-1940 | 1941-1950 | 1951-1960 | 1961-1970 | 1971-1980 | 1981-1990 | 1991-2000 |
| PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL | | | | | | | | | | | | |
| 1999 | 1950-1961 | 11 | | | | | | ■ | ■ | ■ | ■ | |
| 2000 | 1902-1912 | 10 | ■ | ■ | ■ | | | | | | | |
| 2001 | 1950-1990 | 40 | | | | | ■ | ■ | ■ | ■ | ■ | ■ |
| 2003 | 1939-1954 | 15 | | | | ■ | ■ | ■ | ■ | ■ | ■ | ■ |
| 2003 | 1968-1985 | 17 | | | | | | | ■ | ■ | ■ | ■ |
| 2004 | 1948-1981 | 33 | | | | | ■ | ■ | ■ | ■ | ■ | ■ |
| 2013 | 1945-1991 | 46 | | | | | ■ | ■ | ■ | ■ | ■ | ■ |
| 2014 | 1946-1966 | 20 | | | | | ■ | ■ | ■ | ■ | ■ | ■ |
| 2015 | 1960-1967 | 7 | | | | | | ■ | ■ | ■ | | |
| 2016 | 1986 | 1 | | | | | | | | | | ■ |
| UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL | | | | | | | | | | | | |
| 2004 | 1979-1991 | 12 | | | | | | | | | ■ | ■ |
| 2005 | 1961-1996 | 35 | | | | | | | ■ | ■ | ■ | ■ |
| 2005 | 1968-1985 | 17 | | | | | | | ■ | ■ | ■ | ■ |
| 2007 | 1917-1940 | 23 | | ■ | ■ | ■ | ■ | | | | | |
| 2007 | 1930-1940 | 10 | | ■ | ■ | ■ | ■ | | | | | |
| 2009 | 1970-1980 | 10 | | | | | | | ■ | ■ | ■ | ■ |
| 2010 | XX | 100 | ■ | ■ | ■ | ■ | ■ | ■ | ■ | ■ | ■ | ■ |
| 2011 | 1980-2000 | 20 | | | | | | | | ■ | ■ | ■ |
| 2011 | 1964-1980 | 16 | | | | | | ■ | ■ | ■ | ■ | ■ |
| 2011 | 1966-1989 | 23 | | | | | | ■ | ■ | ■ | ■ | ■ |
| 2013 | 1978-1984 | 6 | | | | | | | | ■ | ■ | ■ |
| 2014 | 1962 | 1 | | | | | | | ■ | | | |
| UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS | | | | | | | | | | | | |
| 2005 | 1919-1943 | 24 | | ■ | ■ | ■ | ■ | ■ | | | | |
| 2008 | 1980-2000 | 20 | | | | | | | | | ■ | ■ |
| 2009 | 1909-1923 | 14 | ■ | ■ | ■ | ■ | | | | | | |
| 2015 | 1938-1944 | 6 | | | | | ■ | ■ | | | | |

Fonte: elaborado pelo autor (2019).

Os Quadros 48, 49 e 50 mostram três características principais em torno dessa historiografia: as datas da realização dos estudos, das quais é possível abstrair-se o elemento da continuidade ou inconstância dos estudos envolvendo temáticas de América Latina; os períodos pesquisados, de onde viabiliza-se apontar espaços ainda descobertos pelas investigações do tipo acadêmicas em nível de doutorado, ao menos no âmbito dos PPGHs do RS; e, a abrangência, em anos, atingida pelos recortes temporais, permitindo obter-se uma média da amplitude das pesquisas. Além disso, as partes com hachuras incitam o olhar, em linha vertical e horizontal, evidenciando parte dessas informações, singularmente as áreas exploradas ou ainda por descobrir, no concernente aos mais variados assuntos, temas e matérias, por um lado, e estruturas, conjunturas, eventos e fatos históricos, por outro.

Apenas a título ilustrativo, seria viável pensar a inexistência de trabalhos específicos sobre as duas últimas décadas do século XIX, sendo este objeto de alguns estudos que se

prolongam até esse momento ou o atravessam em direção ao século XX. Ao contrário do início dos anos 1800, em que alguns eventos isolados chamaram a atenção dos historiadores, a fase final do período ainda se está por examinar. No todo, há mais intervalos temporais abertos à investigação do que já visitados por essa historiografia. O intervalo cronológico mais explorado, grosso modo, fica entre as décadas de 1830 e 1880. O mesmo se repete em relação ao espaço temporal do século XX, isto é, há uma forte tendência de trabalhos averiguando um lapso entre cinco décadas (1940-1990), em prejuízo da primeira parte do período (1901-1940).

É manifesto, ressalte-se, que prevalecem a intensidade/profundidade discutida nos objetos de pesquisa, uma vez relacionados com as simples datações, para fins de demarcação temática. Também o é plausível imaginar que, em quase todas as teses, independentemente de o recorte temporal abranger um ano ou quatro séculos, as datas sirvam para delimitar o antes e o depois dos eventos analisados e, portanto, inclinam-se a flexibilizações, normalmente entendidas enquanto contextos. Daí a necessidade de se considerar tais atributos em seus múltiplos encadeamentos. Em particular, no caso dos séculos inteiros e dos anos isolados, existem precedentes e subsequentes aos eventos averiguados; mesmo nas outras teses todas, não existem ocorrências de restrição exclusiva ao período, retrocedem e avançam conforme as imposições advindas das explicações buscadas nos objetos em si.

Na condição de modelos opostos, bastaria tomarem-se dois trabalhos, um abrangendo temas, em teoria, reduzidos, e o outro com arcos temporais amplos: “*El Liberalismo em Iberoamérica. Un pensamiento “fuera” de lugar: el caso de la constitucion Política del Imperio de Brasil*”, de Alberto Vivar Flores, e “Reflexão Sobre a Historiografia Platina (Discursos do Século XIX Sobre D. João)”, de Ricardo Antônio da Silveira. Um olhar menos sistematizado poderia deduzir, para o primeiro, pela circunstância de “caso” em certo reducionismo ao ano de 1824, e, no segundo, pela extensão temática a todo o século XIX. No entanto, ao atentar-se para o afunilamento do objeto, neste último, e, pela amplitude do conceito de liberalismo, não somente na América Ibérica, mas também pelas origens europeias da noção (fora do lugar), tem-se, senão uma inversão de posições, ao menos a imprescindibilidade de relativizar as impressões iniciais.

Nesses mesmos moldes, plurais são as maneiras de perspectivar esses dados historiográficos. Uma acreditação nesse sentido emana da inspeção das tabelas sob a ótica de individualizar as universidades. A PUCRS rapidamente denota a concentração de seus estudos na América Latina nas segundas metades dos séculos XIX e XX, sem, contudo, atingir o final de nenhum dos dois, ou seja, as últimas décadas (1890 e 1990) ficam praticamente descobertas nesse sentido. A qualidade é comum também à UFRGS, embora nesta, os recortes tendam a se

dilatar em direção aos extremos finais desses séculos e, em concomitância, praticamente não retroceder até o limite inicial dessas centúrias. Desloca-se parcialmente o eixo vertical de concentração dos estudos entre uma época e a outra, quer dizer, no século XIX, o período mais estudado ocupa o espaço temporal entre as décadas de 1840 e 1870. Já, para o seguinte, desloca-se de 1960 a 1990. Por fim, na UNISINOS, não são encontradas investigações perpassando os séculos em questão. Tanto no século XIX quanto no XX, os arcos temporais destinam-se a períodos menores de análise (em torno de duas décadas) e bastante variados em suas delimitações cronológicas.

Tematicamente, o conjunto de trabalhos obedece a lógicas bastante parecidas às apontadas até agora. Na essência, seguindo o padrão de delimitação a partir do tripé espaço-tempo-matéria, é possível identificar alguns objetos de estudos entre si. A estrutura não recorda quaisquer formas de orientação combinada entre os trabalhos, ao contrário, indicam-se similitudes e isso ocorre de forma contingencial. Nesse sentido, a ideia da existência de formas paradigmáticas carece de fundamentação. Apartadas as questões apontadas até aqui – balizamentos temporais –, remanesce por arrazoar certos componentes no tocante aos conteúdos investigados nas teses. Os números e respectivos exemplos auxiliam no entendimento da conformação revelada por meio da associação dessas pesquisas.

As macrotêmáticas predominantes no agregado dos trabalhos são fundamentalmente três: a das atividades jesuíticas, as de fronteira e o que se poderia denominar ações geopolíticas. As primeiras são sete (9,72%) e podem ser verificadas em teses como “A Festa Guarani nas Reduções: perdas, permanências e recriação”, “O encontro entre os guaranis e os jesuítas na Província Jesuítica do Paraguai e o glorioso martírio do venerável padre Roque González nas terras de Ñesu”, “Em tudo semelhante, em nada parecido: uma análise comparativa dos planos urbanos das missões jesuíticas de Mojos Chiquitos, Guarani e Maynas (1607-1767)”, “O mergulho no *seculum*: exploração, conquista e organização espacial jesuítica na América espanhola colonial”, “Estátuas Andarilhas. As Miniaturas na Imaginária Missioneira: Sentidos e Remanescências”, “Sentir, Adoecer e Morrer – sensibilidade e devoção no discurso Missionário Jesuítico do século XVII” e “Fomes, pestes e guerras: dinâmicas dos povoados missionais em tempos de crise (1610-1750)”.

Em segundo, aparecem as investigações nas quais o objeto de trabalho permeia o conceito de fronteira. Das setenta e duas teses, repetindo os valores das pesquisas sobre questões jesuíticas, pelo menos sete (9,72%) assim o fazem. Isso ocorre em “Vida independente, ainda que modesta: dependentes, trabalhadores rurais e pequenos produtores na fronteira meridional do Brasil (1884-1920)”, “Crimes de Fronteira: a criminalidade na fronteira meridional do Brasil

(1845-1889)”, “Cristãos e Infiéis nos espaço de fronteira, Chiquitania / Bolívia e Pantanal / Brasil: conflitos, reciprocidade, mestiçagem e mobilidade social (1770 – 1800)”, “A Pecuária no Processo de Ocupação e Desenvolvimento Econômico do Pantanal Sul-Mato-Grossense (1830-1910)”, “Índios Fronteiriços: a política indigenista de fronteira e políticas indígenas na Província de Mato Grosso entre a Bolívia e o Paraguai (1837-1873)”, “Compatriotas franceses ocupam a fronteira: imigração e comércio na Fronteira Oeste do Rio Grande do Sul (segunda metade do século XIX)” e “De volta à fronteira – uma incursão aos fundamentos da cultura política sul-rio-grandense referente ao século XIX: a infiltração rio-grandense no estado oriental e a formação da identidade política regional”.

Importa destacar que essa lista sobre fronteiras poderia ser ampliada, o mesmo não ocorrendo pelo fato de alguns trabalhos serem alocados, por conveniência, em outras tipologias, a exemplo do que ocorre com “A Diplomacia Marginal. Vinculações Políticas Entre o Rio Grande do Sul e o Uruguai (1893-1904)”, “O Málon de 1801: a Guerra das Laranjas e suas Implicações na América Meridional” e “A Fronteira Brasil-Uruguai: Estado e movimentos espontâneos na fixação dos limites do Rio Grande do Sul”, os quais podem, repita-se, por pura convenção, ser pensados também sob o arcabouço teórico de ações geopolíticas e/ou geoeconômicas, lista extensível para “Questão de Cuba: a política externa independente e a crise dos mísseis”, “Brasil e Argentina no Oriente Médio: do Pós-Segunda Guerra Mundial ao Final da Guerra Fria”, “Crescimento Econômico e Crise na Argentina de 1870 1930: a Belle Époque”, “... bajo su Real Protección’: o Império Português rumo à Banda Oriental (1808-1812)”, “Democracia e Concerto Americano: a visão de O Cruzeiro sobre a Argentina nas relações interamericanas (1946-1966)”, “Andrés Lamas e a atuação da Legação Oriental na Corte imperial brasileira: escravidão e relações internacionais (1847-1869)”, “Discursos políticos do ministro Oswaldo Aranha e a defesa do Pan-Americanismo no período do Ministério das Relações Exteriores (1938-1944)” e “Joaquim Nabuco e Oliveira Lima: Faces de um Paradigma Ideológico da Americanização nas Relações Internacionais do Brasil”. Ao todo, são onze pesquisas com ascendência dessas características.

Repetidamente, quando menos os quatro últimos títulos, haveria oportunidades de pensá-los em outras tipologias. Uma dessas ocasiões daria-se por meio da associação em torno de um conjunto de ideias, nos moldes do que ocorre em “Trajetória Político-Ideológico da esquerda Uruguiaia: 1964-2004”, “Intelectuais e exílios confronto de resistências em revistas culturais: encontros com a civilização brasileira, Cuadernos de Marcha e Controversía (1978-1984)”, “Espelhos de Cronos. A relação entre passado e futuro no discurso bolivariano (1811-1930)”, “Dos levantes de Castela às revoluções comuneras do Paraguai: apropriações e

ressignificações de um conceito em três atos”, “A teoria do subimperialismo em Ruy Mauro Marini: contradições do capitalismo dependente e a questão do padrão de reprodução do capital”, “Catolicismo e Cruzada. Revistas católicas e o imaginário anticomunista no Brasil e Argentina (1960 – 1967)”, “As concepções de revolução produzidas pela Internacional Comunista e por seus organismos da América do Sul para as colônias e semicolônias, especialmente para a América Latina”, “O Discurso Jornalístico e o Processo de Marginalização Social do Exército Zapatista de Libertação Nacional e do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra” e “A contribuição da Igreja Católica para a Formação do Neozapatismo e do Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra”.

Alguns desses textos podem ser conectados às noções de participação política, movimentos sociais (os dois últimos citados) e, ainda, às ideias de representação, identidade e/ou territorialidade. Para estas circunstâncias, cogita-se, por exemplo, “Territorialidades Chiquitanas em Comunidades Rurais da Província de Velasco, Bolívia, 1953-2006”, “América Latina entre inclusões e exclusões: escolas, ensino de história e identidade em tempos de ditadura militar”, “Representações das identidades nacionais Argentina e brasileira nas canções interpretadas por Carlos Gardel e Carmen Miranda (1917-1940)”, “Representações Culturais na Bienal de Artes Visuais do Mercosul: o estatuto da fotografia e a expressão do sujeito social”, “As Bienais de Artes Visuais do Mercosul: utopias e protagonismos em Porto Alegre – 1997-2003” e, “A cosmologia construída de fora: a relação com o outro como forma de produção social entre os grupos chaquenhos no século 18”.

Completando a classificação, encontram-se temas explorados em menor quantidade, daí a imposição de ampliar as noções a fim de abrangê-los em aglomerados. Ilustrativamente, para a noção de guerra, convergem “Guerra Irregular em Espacios Andinos y em la Pampa Gaucha: El Caso de La Banda Oriental del Uruguay (1808-1820)”, “O Málon de 1801: a Guerra das Laranjas e suas Implicações na América Meridional”, “A Guerra do Paraguai e as Relações Luso-Brasileiras na Década de 1860-1870” e, “Guerra do Paraguai: um conflito anunciado (1852-1864)”. Em relação à integração, “Redes de Cidades: cooperação, estratégias de desenvolvimento, limitações constitucionais e divergências – o Caso da Rede Mercocidades”, “A Trama da Integração: Soberania e Identidade do Cone Sul” e “A pré-história do Mercosul: cooperação entre Brasil-Argentina – 1979-1991”.

A CEPAL e alguns temas de economia, juntamente a ditaduras, encerram a lista de temas passíveis de associação direta. Nesse sentido, “Comissão Econômica para América Latina (CEPAL): Uma visão Crítica do seu pensamento – O Caso Brasileiro”, “Uma análise da construção do pensamento neo-estruturalista cepalino: as contribuições da crise e do

pensamento liberal à redefinição do papel do Estado na América Latina”, “América Latina periférica: O desenvolvimento latino-americano na concepção de prebisch/CEPAL (1948-1981)” e, “Os institutos de estudos econômicos de organizações empresariais e sua relação com o Estado em perspectiva comparada: Argentina e Brasil, 1961-1996”, para concepções macro, adicionadas de, “Atividades Mercantis do Rio Grande de São Pedro: Negócios, Mercadorias e Agentes Mercantis (1808-1850)” e “Transportando fortunas para povoar deserta e inculta campanha: atuação política e negócio dos brasileiros no norte do Estado Oriental do Uruguai (1845-1865)”, em espaços reduzidos.

Enfim, no quesito regimes de exceção, “*Memorias de la diáspora: narrativas identitarias de los uruguayos en Brasil (1960-2010)*”, “*Como el Uruguay no hay... Terror de Estado e Segurança Nacional. Uruguai (1968-1985): do Pachecato à Ditadura Civil-Militar*”, “Anclaos en Brasil: a presença argentina no Rio Grande do Sul (1966-1989)” e “Ditadura e Resistência Democrática: República Oriental Del Uruguay: 1968-1985”. Entre as demais investigações, ainda é viável aproximar “Cidade e patrimônio: estudo dos inventários de preservação do patrimônio cultural edificado das cidades de La Plata e Caxias Do Sul – 1986” e “A construção da memória: os monumentos a Bento Gonçalves e José Artigas”, pela evocação memorialística, além de mencionar um trabalho desenvolvendo o conceito de liberalismo, outro no campo da historiografia, uma biografia / trajetória e um acerca do elemento social negro.

Impossível pensar em reduzir setenta e duas teses de profundidades e, mesmo, tamanhos físicos tão distintos, a comentários. O objetivo sempre fora, outrossim, o de compreender certos traços historiográficos, as estratégias metodológicas e as concepções teóricas que norteiam/dirigem a constituição das teses na América Latina, a partir do Rio Grande do Sul. A fim de que a tarefa se tornasse executável, ampararam-se as análises nas variáveis lógicas da proposta de matriz do pensamento histórico de Jörn Rüsen. No fundo, o corolário capital é o de que fazer uma tese é parte da constituição da perspectiva do sujeito historiador – é a partir desta e de todas as suas implicações, que o pesquisador passa a interpretar o passado. Assente-se na constatação de que as especialidades se sustentam em fragmentos da globalidade, aqui denominada América Latina; reforça-se o critério de que, para o exame, importam as teses, não os autores ou quaisquer outras publicações que, porventura, delas ou de outras pesquisas se sobressaiam.

A análise aqui desenvolvida imputa-se regional em duplo sentido: em primeiro lugar porque discute a historiografia produzida em uma região específica do Brasil, o Rio Grande do Sul, a partir de três universidades com características gerais próximas entre si e, em segundo, por tratar de uma região do globo, a América Latina, a qual, apesar das inúmeras peculiaridades

que compõem suas partes, permitir traçar, na escrita de sua história, atributos próprios ao ponto de identificá-la como tal. Se existe justificativa plausível para o recorte em teses de estudos latino-americanos, a não ser por certa identidade imaginável no âmbito dos Programas de Pós-Graduação em História do Rio Grande do Sul, resultante, em grande medida, das aproximações variadas em relação aos países da América do Sul, principalmente, permanece questão em aberto.

O fato de preponderarem, no quadro de teses, temas envolvendo comparativos entre duas ou mais frações da macrorregião da América Latina denominada Cone Sul (parcialidades múltiplas de Argentina, Chile, Bolívia, Brasil, Paraguai, Peru e Uruguai), significativamente com enfoques fronteiriços (o Chile não aparece em nenhuma tese específica), o exíguo número de pesquisas envolvendo o restante do subcontinente – Colômbia (uma), Cuba (uma), México (duas) e Venezuela (uma) –, a assumpção da definição ou conceito de América Latina de forma essencializada (naturalizada) e, na maioria das vezes, por extensão, torna-os sugestivos das posturas teórico-historiográficas adotadas nos doutorados em história examinados.

A título de exemplo, o Uruguai, em seus diferentes períodos históricos, ocupa uma fração substancial das teses. Do total, são vinte menções envolvendo diretamente a região, pré e pós independência (Banda Oriental do Uruguai e República Oriental do Uruguai). A Argentina ocupa a segunda posição na classificação de países com maior aparição nas teses. Nomeadamente, pelo menos treze estudos dedicam-se à região, ainda que nem sempre abrangendo-a integralmente, como ocorre com “A importância do negro na formação da sociedade portenha, 1703-1860”, de Álvaro de Souza Gomes Neto. O inverso também é verdadeiro, tanto para o Uruguai quanto para a Argentina, isto é, ambos são englobados em investigações de maior amplitude, como se sucede em “Redes de Cidades: cooperação, estratégias de desenvolvimento, limitações constitucionais e divergências – o Caso da Rede Mercocidades”, de Alfredo Meneghetti Neto, e “As concepções de revolução produzidas pela Internacional Comunista e por seus organismos da América do Sul para as colônias e semicolônias, especialmente para a América Latina”, de Leonardo Guedes Henn.

A elaboração de um quadro conjuntivo da distribuição das teses sobre estudos ibero-americanos por países (1986-2016) é exequível. Contudo, exige certos cuidados e tende a informar relativamente pouco no concernente a essas investigações. A tomar como referência o caso do atual território boliviano, constatada a sua presença parcial na condição de objeto de estudo, tem-se pelo menos dez participações tangenciando-o. As matérias variam desde “Em tudo semelhante, em nada parecido: Uma análise comparativa dos planos urbanos das missões jesuíticas de Mojos Chiquitos, Guarani e Maynas (1607-1767)”, de Ione Aparecida Martins

Castilho Pereira, até “As Bienais de Artes Visuais do Mercosul: utopias e protagonismos em Porto Alegre – 1997-2003”, de Bianca Knaak, passando outros tópicos gerais, como “A Trama da Integração: Soberania e Identidade do Cone Sul”, de Haroldo Loguércio de Carvalho, e “A Pecuária no Processo de Ocupação e Desenvolvimento Econômico do Pantanal Sul-Mato-Grossense (1830-1910)”, de Paulo Marcos Esselin.

A precaução a ser tomada nessas oportunidades associa-se às generalizações que a simples detecção de expressões correlatas a determinado tema possam suscitar. No momento da pergunta pela quantidade de pesquisas realizadas, nucleando temáticas singularmente bolivianas, os resultados mostram substancial diminuição, conduzindo-se a somente três títulos imediatos: “Cristãos e Infiéis nos espaço de fronteira, Chiquitania / Bolívia e Pantanal / Brasil: conflitos, reciprocidade, mestiçagem e mobilidade social (1770-1800)”, de Ariane Aparecida Carvalho de Arruda, “Índios Fronteiriços: a política indigenista de fronteira e políticas indígenas na Província de Mato Grosso entre a Bolívia e o Paraguai (1837-1873)”, de Marli Auxiliadora de Almeida, e “Territorialidades Chiquitanas em Comunidades Rurais da Província de Velasco, Bolívia (1953-2006)”, de João Ivo Puhl.

Naturalmente, em função de ocasiões de maior abrangência temática (espacial, temporal e/ou de matéria), sobrevêm circunstâncias de envolvimento não exclusivo, cabendo ao conteúdo a condição de parte do assunto, em sentido amplo. Circunstâncias modelares dessas características ocorrem em “O mergulho no *seculum*: exploração, conquista e organização espacial jesuítica na América espanhola colonial”, de Artur Henrique Franco Barcelos, “Espelhos de Cronos. A relação entre passado e futuro no discurso bolivariano (1811-1930)”, de Paulo José Sá Bittencourt, e “A cosmologia construída de fora: a relação com o outro como forma de produção social entre os grupos chaquenhos no século 18”, de Guilherme Galhegos Felipe.

A explicação para a minimização dos valores analíticos de igual adoção pode ser buscada na quantidade de trabalhos integrativos de mais de uma região e/ou país, ocasionando a repetição / falsificação de muitas das referências obtidas dessa forma de organização. A própria noção de Brasil (colonial, imperial, republicano), enquanto unidade, é relativizável. No todo, das setenta e duas teses defendidas nos três programas (PUCRS, UFRGS e UNISINOS), trinta e sete envolvem, tematicamente, frações do espaço ou ações brasileiras em concomitância a outras regiões ou matérias de estudos externas ao país. A maior porção de pesquisas direciona-se para o sul do país e podem ser representadas pelas onze nas quais se inter-relacionam Brasil e Uruguai, nas dez conectando Brasil e Argentina, em detrimento de apenas três comunicando, de forma individualizada, Paraguai e Brasil: “Guerra do Paraguai: um conflito anunciado (1852-

1864)”, de Ney Iared Reynaldo, “A Guerra do Paraguai e as Relações Luso-Brasileiras na Década de 1860-1870”, de Mauro César Silveira, e “As Políticas Externas do Brasil e da Argentina: o Paraguai em Jogo (1939-1954)”, de Ceres Moraes.

Nos dois casos hegemônicos (Uruguai e Argentina), importa ressaltar as propriedades particularizantes assumidas em cada estudo. Uma primeira conformação, tanto para um quanto para outro desses países, ocorre a partir de dualidades; em sua imensa maioria, sob perspectivas comparativas. Ilustrativamente, “Cidade e Patrimônio: estudo dos inventários de preservação do patrimônio cultural edificado das cidades de La Plata e Caxias Do Sul – 1986”, de Marcelo Caon, “De volta a fronteira – uma incursão aos fundamentos da cultura política sul-rio-grandense referente ao século XIX: a infiltração rio-grandense no estado oriental e a formação da identidade política regional”, de Newton Luis Garcia Carneiro, “Transportando fortunas para povoar deserta e inculta campanha: atuação política e negócio dos brasileiros no norte do Estado Oriental do Uruguai (1845-1865)”, de Carla Menegat, “A Diplomacia Marginal. Vinculações Políticas Entre o Rio Grande do Sul e o Uruguai (1893-1904)”, de Ana Luiza Setti Reckziegel, para o Uruguai, e “As Ações Geopolíticas do Barão do Rio Branco e seus Reflexos na Argentina”, de Adelar Heinsfeld, “Brasil e Argentina no Oriente Médio: do Pós-Segunda Guerra Mundial ao Final da Guerra Fria”, de José Luiz da Silva Preiss, “Catolicismo e Cruzada. Revistas católicas e o imaginário anticomunista no Brasil e Argentina (1960-1967)”, de Ianko Bett, e “A pré-história do Mercosul: cooperação entre Brasil-Argentina – 1979-1991”, de Ana Regina Falkembach Simão, no que se refere à Argentina.

Uma segunda configuração, não computada para um ou outro desses espaços em particular, verifica-se na confluência entre eles e alguma outra região ou matéria. Exemplificam-na: “Compatriotas franceses ocupam a fronteira: imigração e comércio na Fronteira Oeste do Rio Grande do Sul (segunda metade do século XIX)”, de Márcia Solange Volkmer, “O federalismo no espaço fronteiriço platino. A Revolução Farroupilha (1835-1945)”, de Maria Medianeira Padoin, e “Intelectuais e exílios confronto de resistências em revistas culturais: encontros com a Civilização Brasileira, Cuadernos de Marcha e Controversía (1978-1984)”, de Cristiano Pinheiro de Paula Couto.

Finalmente, uma terceira formatação adotada nos trabalhos envolvendo Argentina e Uruguai, para permanecer-se nas predominâncias entre as teses, é a escolha de temas abarcando problemáticas exclusivas de um ou outro espaço, isoladamente. Caracterizam essa maneira de proceder, as pesquisas de Maria Heloisa Lenz, “Crescimento Econômico e Crise na Argentina de 1870 1930: a Belle Époque”; Jorge Christian Fernandez: “Anclaos en Brasil: a presença argentina no Rio Grande do Sul (1966-1989)”; José Pedro Cabrera Cabral: “Trajetória Político-

Ideológico da esquerda Uruguiaia: 1964-2004” e Marco Antonio Vargas: “Ditadura e Resistência Democrática: República Oriental Del Uruguay: 1968-1985”.

A título de exercício reflexivo, conquanto escape à proposta nesse momento, talvez coubesse pensar as direções de alguns dos estudos, isto é, verificar as singularidades proporcionadas por investigações que adotem, por estratégia, pensar eventos sob a leitura de perspectivas, em certa medida, exógenas a estes, ainda que haja interesses performativos em tais enunciados. Assim, seriam os casos de “Democracia e Concerto Americano: a visão de O Cruzeiro sobre a Argentina nas relações interamericanas (1946-1966)”, de Mateus Dalmáz, “Reflexão Sobre a Historiografia Platina (Discursos do Século XIX Sobre D. João)”, de Ricardo Antônio da Silveira, e “O Discurso Jornalístico e o Processo de Marginalização Social do Exército Zapatista de Libertação Nacional e do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra”, de Edson Antoni.

Em comunicação com os dados estatísticos das teses, os casos ilustrativos permitem invocar duas características gerais em relação às investigações sobre a América Latina, realizadas a partir do Rio Grande do Sul: a primeira está na constatação de que a grande maioria dos objetos de estudo tem origem no micro (recortes espaciais e temporais), normalmente em fases anteriores às teses e em uma espécie de revista; posteriormente, tomam proporções maiores ou mais abertas à medida que os autores comprovam serem factíveis determinadas formas de amadurecimento – ampliações teóricas, conceituais, etc. – em relação às qualidades recorrentes nas três universidades. A segunda propriedade é a tendência de orientação do olhar, isto é, do Rio Grande do Sul para outras regiões (Prata, Cone Sul, América do Sul) e, por extensão, para a América Latina, assim como desta para determinadas partes do mundo. Conectando esses dois aspectos, está o intuito aparente de restabelecer historiograficamente uma espécie de “dignidade” da América Latina, ao menos nos trabalhos de maior amplitude temática.

No quesito tendências epistemológicas ou em termos de matriz do pensamento histórico, são perceptíveis diferentes características gerais, embora não generalizáveis, de predominância em profusos momentos, assim como atribuíveis à maioria das teses. Antecipe-se, todavia, dois pontos: a maior parte das considerações específicas sobre os fatores da matriz rüseniana foram expostos no decorrer do exame, singularmente nos capítulos 4-8, restando, por ora, anotações globais que alcancem seus denominadores comuns; e, nesta fase do exame, acautele-se, a centralidade não é nos conteúdos estudados, e sim, nas formas de abordagem, no que tange aos aspectos estruturantes do conhecimento, ainda que as matérias – na condição de manuseadas –

servam de base à percepção de carências, concepções, métodos, formas de apresentação e funções de orientação.

Antes de mais nada, é preciso assumir alguns enrijecimentos provocados pela adoção de uma estrutura de tabelas e as consequentes adaptações impostas ao trabalho, em termos de intensidades e qualidades, captáveis ou não, nas teses, por meio da utilização de um arcabouço originalmente proposto com finalidades não específicas para tal. De outro extremo, o acolhimento de uma lógica geral do pensamento histórico em formato matricial em trabalhos de cunho empírico requer a mesma disposição acomodativa. Assim, o fundamental a ser observado a partir dos dois ângulos está no manejo do conhecimento enquanto possibilidade de apreensão das características epistemológicas identificáveis por meio dessas duas formas de historiografia, uma mais geral e outra, por sua vez, mais particular. Nesse sentido, exemplificam-no bastante bem, apenas a título de recordação, as reflexões realizadas por Rüsen em torno da ideia de método (discussão mais universal) e as metodologias peculiares desenvolvidas nas práticas de pesquisa apresentadas nas teses.

Pensar a indissociabilidade de todo o caráter analítico da teorização, ou seja, qualquer compreensão que se dá do conhecimento histórico e no âmbito da própria pesquisa histórica, depende, em grande medida, senão na sua totalidade, da teoria, o que, de certo modo, implica, um ganho de racionalização na compreensão da própria história. Esse é um ponto maior de convergência entre esses níveis gerais e particulares. Rüsen dá o contorno do recorte empírico estabelecido. No todo, é um arcabouço que permite compreender as peculiaridades ou repetições, enfim, certas características de uma escrita da história e de uma pesquisa em história, no contexto do Rio Grande do Sul, tomando como recorte empírico (cronológico e espacial) a América Latina.

A obra de Rüsen, especialmente na relação do ser humano com a temporalidade, ilustrativamente, caracteriza-se pela busca de um universal marcado pela primazia de uma reflexão abstrata – no sentido positivo do termo –, um universal que não se confunde com o absoluto e sim em direção à constituição de caminhos mínimos ao trabalho da história enquanto ciência. A etnografia, em estudos particulares de agrupamentos humanos, e a própria antropologia, de maior abrangência, vêm realizando avanços no concernente a esses processos. No autor, interessa a ideia de constituição de um *minimum* universal. Essa condição, conquanto nem sempre alcançável em todas as práticas de pesquisa, muitas vezes emerge nas tentativas de universalizar-se para outros eixos de pesquisa. A questão a ser formulada é: sobre como se “amarram” esse *minimum* de método com essas metodologias específicas? Um esboço de resposta permite reconhecer que se encontrem refletidos no uso de fontes de pesquisa,

evidências, indícios – fonte enquanto aquilo que não cessa de suceder, que não descontinua seus potenciais em termos de mobilidade, no que diz respeito à apreensão, rastros, se se quiser usar uma terminologia mais ontológica no tocante ao passado, para nossas pesquisas.

A heurística e o passo a passo são partes constitutivas de toda a pesquisa histórica e, ainda que as discussões sobre fontes nem sempre apareçam nos trabalhos de história, isso não significa a perda de sua relevância para a constituição do conhecimento histórico. Conjecturalmente, é praticável perguntar sobre o que as metodologias particulares, compositoras do grupo de teses, tem em comum com outras metodologias – história social quantitativa, história intelectual, entre outras –, por mais distantes que possam ser, desse ponto de vista da existência de um mínimo de princípios metódicos. Há certos padrões de método, e até mesmo de uniformidade da linguagem, que ocorrem na física, na química, etc., que não se dão da mesma forma na historiografia. Rüsen tenta não se alicerçar nos corolários epistemológicos das ciências naturais. Em alguns exemplos utilizados no decorrer do exame, não é mesmo possível discernir o que seja uma questão de método em relação a outros fatores. A questão de fundo que permeia toda a obra de Rüsen parece ser a de uma epistemologia da história e, dentro dela, um esforço de pensar um método, incluindo carências, concepções, narrativas e orientações. Talvez a grande questão seja a de como ele tenta reconstituir essa história como uma espécie de ciência, não um algoritmo do pensar histórico, mas um padrão mínimo de inteligibilidade que se dá através do rigor metódico.

O fundamento em componentes epistemológicos gerais – substanciais de uma natureza primeira (essencial), que alcancem as orientações epistemológicas da historiografia apresentada nas teses perpassa por esses elementos de critérios e procedimentos, assim como se englobam os demais fatores da matriz (carências, concepções, formas de apresentação e função de orientação). É claro que há diferenças entre a proposição geral de Rüsen e sua aplicação. O que o autor faz, eventualmente discutindo um e outro textos, é uma reflexão de uma pesquisa fundamentalmente de ordem teórica, com seus limites e, quando se propõem aqui a fazer uma aplicação dessa reflexão de Rüsen sobre teses que têm um ingrediente marcado pela empiria, a tendência é de se ajustar ou não determinados elementos dessa reflexão às teses como um todo.

A considerar o método, por excelência, uma das questões epistemológicas, coube pensar sobre como essas metodologias particulares vêm evocando não somente o universal de método, mas o universal em relação à própria teoria do conhecimento histórico embutida nesses trabalhos. A empreitada macro foi a de ter-se buscado perceber algo a que se poderia denominar “identidade epistemológica”. Mesmo quando se tratando de manifestações direcionadas, por exemplo, às formas de apresentação, sempre acompanhou a questão de saber: que tipo de

estratégias narrativas seriam exequíveis de uso na escrita da história sem que elas fossem de alguma dimensão retórica? Em qual medida seria praticável relacionar processos retóricos com uma não cognição? Haveriam possibilidades de constituir o sentido de algo sem certos efeitos retóricos? Em resposta, adveio: o elemento retórico é parte de toda a narrativa. A narrativa integra os processos cognitivos. Talvez alguns impasses surjam das tipologias – artificialidades que impõem –, daí, no caso, merecerem ser aprofundadas naquilo que possuem de particular – narrativas históricas, até o presente, segundo o próprio Rüsen, insuficientemente estudadas.

O risco maior aparenta-se na redução da noção de sentido a uma teoria da história enquanto ciência, mesmo que a última fosse redutível em termos de historiografia ocidental. Ilustrativamente, no tangente às carências de orientação, a questão basilar parece ser o que fundamenta uma epistemologia que diz respeito às nossas demandas de orientação de busca de sentido, ou como pensar epistemologicamente o sofrimento como uma categoria fundamental em Rüsen? Este autor se apropria da categoria do sofrimento, em princípio utilizada por Jacob Burckhardt ou, como prefere Reinhart Koselleck, o sofrimento como uma categoria metahistórica. O agir e o sofrer estariam na essência de uma reflexão que implicaria o sentido, a possibilidade de uma ética ou mesmo de uma epistemologia da história. Rüsen discute-o de forma decisiva à sua sistematização, já, as teses, pouco ou nada, daí certo descompasso. No entanto, convém aproximar as inquietações / incomodações presentes nas teses com relação aos seus objetos, ou melhor, invocar questões nos moldes de “como uma questão do século XIX pode ser um problema para pensar o século XX?”. A partir de uma das premissas básicas do historicismo – todo o presente tem a sua explicação em alguma coisa do passado –, mas ao mesmo tempo, qual é a similitude dessa relação passado-presente? A história é sempre refeita – é a própria condição de finitude, de temporalidade da história. Ao que parece, eis a função do historiador: estabelecer tais analogias.

A compreensão de epistemologia enquanto confluência de todos os cinco fatores da matriz do pensamento histórico – a discussão em torno de como se constitui o conhecimento histórico – evidencia uma lógica acerca desse conhecimento, que precisa ser observada. Esse raciocínio de constituição do conhecimento histórico a ser verificado nas teses – essa lógica epistemológica conformativa para a verificação, nas teses, de outras lógicas de trabalhos empíricos – conforma o todo que venha a ser epistemológico. Em Rüsen, toda a epistemologia está pautada na ideia de constituição de sentido para a vida. Embora apareçam questões, por exemplo, do trauma, que sejam de predominância ética, é sempre difícil separar, em história, questões de epistemologia, ontologia e ética.

A tomar as teses na América Latina como lastro, assevera-se que, em grande medida, no conjunto, esses trabalhos se mantêm conservadores de padrões, de um ponto de vista epistemológico, sem que se possa inovar efetivamente, ainda que se reivindique constantemente o estatuto do novo, não sendo viável tratar-se de um paradigma pela perspectiva teórica. Os indicativos são os de ocorrerem três elementos de uma alçatura maior: o relativo descompasso entre teoria e empiria, a desconfiança marcante com grandes teorias e a falta de uma inovação paradigmática. Talvez nisso resida o risco do estabelecimento de certas universais antropológicas. O conceito de experiência, de um certo modo, está atrelado ao conceito de mundo, e quando se trata de uma experiência de mundo que emerge com a linguagem (terminologia fenomenológica), se está, de certa maneira, definindo o mundo. O alerta parece surgir exatamente porque essas experiências de mundo tocam em ontologias distintas e, nessa medida, elas implicam modos de arranjos dos existentes, ponto que traz uma série de problemas quando se imponha pensar, por exemplo, articulações entre história, filosofia e antropologia. Na presente tese, em todo caso, é preciso deixar claro sempre ter se tratado de um conjunto muito particular, que são teses de doutorado em história, dentro de determinada matriz de pensamento, de uma assentada matriz de funcionamento da linguagem, de fundamento da narratividade.

O conhecimento histórico, seja ele qual for, tende a ter uma dimensão de sentido cujo alcance não se restringe somente à referência, e daí o ser o caso de a ciência histórica criar sentido e identidade para os sujeitos. Ela cria sentido / identidade, provavelmente nas formas mais primordiais de diferenciação entre humanos e não-humanos (de primeira ordem) e de segunda ordem (civilizacional, continental, de classe, etnia, gênero, nação). Isso implica a maneira como se distingue um determinado objeto no mundo; já é uma forma de criar / pensar uma identidade. Então, toda a história teria uma implicação e não somente de referência por meio daquilo que se designa pela linguagem, como seria o discurso referencial de uma ciência mais *hard*, também, sem dúvida, produtora de algum sentido. Então, em história, tem-se um certo prejuízo ou relativa possibilidade de perda da referência porque em grande medida lida-se com o sentido. A discussão é vasta, ultrapassa a presente análise, mas, reconhecidamente, é um dos dilemas com o qual se convive na historiografia e provavelmente esteja longe de ser solucionado.

O caráter narrativo e de conformação identitária da escrita historiográfica, mesmo quando se cuida de uma perspectiva de uma ciência que se pretende mais “dura” – intui a constituição de uma identidade de fundo. Mas, para todos os efeitos, sendo essa relação entre sentido e referência, em alguns momentos confundida, isso acarreta um problema

epistemológico porque, se entendido que todo sentido possa ser reduzido à referência ou que o sentido não tenha relevância para a historiografia, a própria obra de Rüsen perderia a relevância, bem como cada uma das teses examinadas. É possível conciliar o sentido e a referência, mas não às custas de uma eliminação de um ou outro, e nesse viés, o trabalho do historiador é exatamente esse, a todo momento, uma disputa entre o sentido e a referência ou um amálgama de ambos. Partir da ideia de a ciência histórica não criar sentido nem identidade é como se ela só criasse um discurso referencial e esse discurso não fosse de sentido sobre o passado. É inviável, no âmbito da escrita historiográfica, na esfera da pesquisa, fazer uma espécie de separação rígida desses termos, exceto, talvez, em algumas historiografias muito específicas, mas ainda assim, sem saber exatamente qual a eficácia do sentido quando isso é feito e da própria relevância da historiografia para o presente, uma vez que essa ponte passado-presente, em grande medida está relacionada mais com o sentido do que com a referência – ponto central da discussão, nessa tese e em Rüsen.

O mérito de Rüsen inclui o lançamento de questões fundamentais à compreensão do pensamento histórico, de maneira sistematizada. Permite, exemplificativamente, em termos de funções de orientação, inquirir-se: que tipo de humanidade se busca / pensa quando se define essa orientação, qual escala de humanidade que se fundamenta para falar na realização plena de humanidade (critérios de que vem a ser uma realização plena de humano)? E ainda que, para muitas dessas indagações, as respostas não se encontrem prontas, nem em Rüsen, nem nas teses ora examinadas, permanecem como questões a serem pensadas no âmbito de todo e qualquer projeto epistemológico. Ainda nas funções de orientação, seria de se indagar: em que medida, particularmente quando se trata de pensar a memória, incorre-se em um problema que é fundamentalmente ético? Seriam epistemologia, ética e ontologia dimensões inseparáveis de toda produção historiográfica? Eis o que perpassa a obra de Rüsen.

Assim, sucintamente, defende-se a tese da existência de uma estrutura epistemológica geral englobante de toda a matriz do conhecimento histórico rüseniano, a qual envolve carências de orientação, concepções, métodos, formas de apresentação e funções de orientação, havendo, contudo, maiores implicações em termos de método, enquanto possibilidade de desenvolvimento de uma inteligibilidade mínima à ciência histórica. Da mesma forma, no conjunto das teses, respeitadas as condições particulares e as oscilações mais ou menos exteriorizadas, ora de uns, ora de outros desses fatores, tendem, ao final, a convergir a uma macroestrutura que, partindo de estímulos temporais contingências, buscam orientar seus problemas de pesquisa por meio de caminhos exequíveis e que tornam – pelas adaptações práticas realizadas no decorrer das investigações – os resultados mais evidentes, seja por

respostas às perguntas elaboradas, seja pelas novas dúvidas proporcionadas ou mesmo na apresentação de arranjos de transformação continuados. Juntas, a matriz do pensamento histórico de Jörn Rüsen, pela amplitude e permissibilidade, como alicerce heurístico de análise de uma historiografia contemporânea, no caso das teses na América Latina, atenderam um objetivo maior: gerar uma reflexão sobre as variantes da historiografia latino-americanista nas teses dos cursos de doutorado em História no Rio Grande do Sul.

Muitas perguntas restam por serem realizadas. No decorrer do trabalho, foram aventadas diversas possibilidades de dirigir esforços de maior profundidade e complexidade. Há, por exemplo, que se pensar as teses em níveis comparativos a outros conjuntos de materiais. Da mesma forma, abre-se ao empenho de análises sob a ótica de outras matrizes de pensamento. Se a uma ou outra não forem correspondentes, haveria, ainda, que se questionar sobre a precedente mesma de se tratar da existência de matrizes identificáveis nesse agregado de pesquisas. Ao que parece, sim, sem que, contudo, a resposta seja homogênea. Isso, claro, não descarta a necessidade de se questionar, a todo tempo, sobre os componentes básicos do trabalho do historiador – o que estudamos, por que estudamos, de que forma estudamos, como representamos o conhecimento e com quais finalidades o fazemos – ou ainda, o que é ontológico aos historiadores e às teses? Mas essa é uma tarefa para novos empreendimentos. Afinal, discutir problemas originais e encontrar soluções cientificamente plausíveis é no que consiste uma tese.

REFERÊNCIAS

- ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. Fazer Defeitos nas Memórias: para que servem o ensino e a escrita da História? In: GONÇALVES, Marcia de Almeida et al. (Orgs.). **Qual o valor da História hoje?** Rio de Janeiro: FGV, 2012. p. 21-39.
- _____. O historiador Naïf ou a análise historiográfica como prática de excomunhão. In: GUIMARÃES, Manoel Salgado (Org.). **Estudos sobre a escrita da história**. Rio de Janeiro: 7Letras, 2006. p. 192-215.
- ALMEIDA, Karla Nazareth Corrêa de. **A pós-graduação no Brasil: história de uma tradição inventada**. 2017. 213 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 2017.
- ALVES, Miriam Fábila; OLIVEIRA, João Ferreira de. Pós-Graduação no Brasil: do Regime Militar aos dias atuais. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação ANPAE**, [S.l.], v. 30, n. 2, fev. 2015. Disponível em: <<https://seer.ufrgs.br/rbpaee/article/view/53680>>. Acesso em: 16 jul. 2019.
- ARAÚJO, Valdeci Lopes de. O regime de autonomia avaliativo no Sistema Nacional de Pós-Graduação e o futuro das relações entre historiografia, ensino e experiência da história. **Anos 90**, Porto Alegre, v. 23, n. 44, p. 84-110, dez. 2016.
- ARÓSTEGUI, Julio. **A pesquisa histórica: teoria e método**. Coleção História. Tradução de Andréa Dore. São Paulo: Edusc, 2006.
- ARRUDA, José Jobson; TENGARRINHA, José Manuel. **Historiografia luso-brasileira contemporânea**. Bauru, SP: Edusc, 1999.
- ASSIS, Artur Alfaix. **A teoria da história de Jörn Rüsen: uma introdução**. Goiânia: Editora da UFG, 2010.
- BACELLAR, Carlos de Almeida Prado. **Os senhores da terra: família e sistema sucessório entre os senhores de engenho do Oeste paulista, 1765-1855**. Campinas, SP: Áreas de Publicações CMU/Unicamp, 1997.
- BACZKO, Bronislaw. **Los imaginários sociales. memórias y esperanzas colectivas**. Buenos Aires: Nueva Visión, 1991.
- BAKHTIN, Mikhail. **A estética da criação verbal**. São Paulo: Martins Fontes, 2000.
- BARCELOS, Artur H. F. **Espaço e arqueologia nas Missões Jesuíticas: o caso de São João Batista**. Coleção Arqueologia, n. 7. Porto Alegre, EDIPUCRS, 2000.
- BARRACLOUGH, Geoffrey. **Introdução à história contemporânea**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1976.
- BARROS, José D'Assunção. **A expansão da História**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.
- _____. **O campo da História: especialidades e abordagens**. 9. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

BAUER, Caroline Silveira. **Um estudo comparativo das práticas de desaparecimento nas ditaduras civil-militares argentina e brasileira e a elaboração de políticas de memória em ambos os países**. 2011. 446 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.

BAUER, Irene. **Para uma crítica do presente**. São Paulo: Editora 34, 2001.

BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade líquida**. 1. ed. Tradução de Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

BECKER, Carl. **Every man his own historian: essays on history and politics**. New York: F. S. Croft e Co, 1935.

_____. O homem comum é o seu próprio historiador. In: MALERBA, Jurandir (Org.). **Lições de História: da história científica à crítica da razão metódica no limiar do século XX**. Porto Alegre: EDIPUCRS; Rio de Janeiro: FGV, 2013. p. 338-354.

BENJAMIN, Walter. **Discursos interrompidos**. Madrid: Taurus, 1987.

BENVENISTE, Émile. **Problemas de linguística geral I**. Campinas, SP: Pontes, 1995.

_____. **Problemas de linguística geral II**. Campinas, SP: Pontes, 1989.

BERTRAND, Michel (Org.). **Configuraciones y redes de poder: un análisis de las relaciones sociales en América Latina**. Caracas: Fondo Editorial Tropykos, 2002.

BETEMPS, Leandro R. **A presença francesa no sul do Brasil: o caso de Pelotas**. Porto Alegre: EST Edições, 2010.

_____. **Vinhos e doces ao som da Marselhesa: um estudo sobre os 120 anos da tradição francesa na Colônia Santo Antônio de Pelotas**. Pelotas, RS: Educat, 2006.

BETHELL, Leslie (Org.). **História da América Latina: América Latina Colonial**, v. 1. Tradução de Maria Clara Cescato. 2. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo; Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2008.

BEUX, Armindo. **Franceses no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: A Nação, 1975.

BIDINOTO, Lauro Manzoni. **Dámaso Antonio Larrañaga: a biografia de um cura em tempos de independência no Prata**. 2015. 200 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015.

BLANKE, Horst Walter; JAEGER, Friedrich; SANDKÜHLER, Thomas (Eds.). Dimensionen der Historik. Geschichtstheorie, Wissenschaftsgeschichte und Geschichtskultur heute. Jörn Rüsen zum 60. Geburtstag. Köln: Böhlau 1998, p. 427-448; Fortführung und Ergänzung. In: BLANKE, Horst Walter (Ed.): **Historie und historik: 200 Jahre Johann Gustav Droysen**. Festschrift für Jörn Rüsen zum 70. Geburtstag. Köln: Böhlau 2009, p. 200-233. Disponível em: <<http://www.joern-ruesen.de/html/schriften.html>>. Acesso em: 24 abr. 2018.

BLOCH, Marc et al. **La transición del esclavismo al feudalismo**. Madrid: Editorial Akal, 1976.

- BLOCH, Marc. **Apologia da história ou ofício do historiador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.
- BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Tradução de Fernando Tomaz. Lisboa: Difel, 1989.
- BRASIL. Presidência da República. Secretaria de Imprensa e Divulgação. **Briefing do Portavoz**. Brasília, 31 mar. 2004. Disponível em: <<http://www.info.planalto.gov.br/>>. Acesso em: 19 fev. 2018.
- BURKE, Peter (Org.). **A escrita da História: novas perspectivas**. São Paulo, EDUSP, 1992.
- BURKE, Peter. **Testemunha ocular: história e imagem**. Bauru, SP: Edusc, 2004.
- BUSFIELD, Andrea. **Sob o céu de Cabul**. 1. ed. Tradução de Rodrigo Peixoto. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2014.
- CAPELATO, Maria Helena R. **Imprensa e história do Brasil**. São Paulo: Contexto / EDUSP, 1988.
- CARDOSO, Ciro Flamarion. Sociedade e cultura: comparação e confronto. **Estudos IberoAmericanos**, PUCRS, Porto Alegre, v. 29, n. 2, dez. 2003.
- CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (Orgs.). **Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia**. Rio de Janeiro: Campus, 1997.
- CARVALHO, Vânia Carneiro de; LIMA, Solange Ferraz de. **Fotografia e cidade: da razão urbana à lógica do consumo**. Álbuns de São Paulo (1887-1954). 1. ed. Campinas, SP: Mercado de Letras, 1997.
- CASTORIADIS, Cornelius. **A instituição imaginária da sociedade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
- CHAMBERLAIN, Mary. **A costureira de Dachau**. Tradução de Alyne Azuma. 1. ed. Rio de Janeiro: Agir, 2015.
- CHARTIER, Roger. A visão do historiador modernista. In: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta Morais (Coords.). **Usos e abusos da história oral**. Rio de Janeiro: FGV, 2002.
- _____. **El mundo como representación: estudios sobre historia cultural**. Barcelona: Gedisa, 1996.
- CHAUÍ, Marilena. **Convite à filosofia**. São Paulo: Brasiliense, 1975.
- CHAUVEAU, Agnès (Org.). **Questões para a História do presente**. Tradução de Ilka Stern Cohen. Bauru, SP: Edusc, 1999.
- CHESNEAUX, Jean. **Hacemos tabla rasa del pasado? A propósito de la historia y los historiadores**. México: Siglo XXI, 1977.
- _____. **Hacemos tabla rasa del pasado?** 6. ed. Madrid: Siglo XXI, 1984.
- DARNTON, Robert. **O grande massacre de gatos e outros episódios da história cultural francesa**. Rio de Janeiro: Graal, 1986.

DE LA PEÑA, Guillermo. Los estudios regionales y la Antropología Social en México. In: HERRERO, Pedro Pérez (Org.). **Región e historia en México (1700-1850)**: métodos de análisis regional. San Juan, México: Instituto de Investigaciones Dr. José María Luis Mora, 1991.

DEBERT, Guita Grin. **Ideologia e populismo**. São Paulo: T. A. Queiroz, 1979.

DEL ARENAL, Celestino. **Introducción a las relaciones internacionales**. Madrid: Tecnos, 1984.

DEL PRIORE, Mary. **Festas e utopias no Brasil Colonial**. São Paulo: Brasiliense, 1994.

DEMBICZ, Andrzej. Estudos Latino-Americanos: projeções difíceis. **Projeções – Revista de Estudos Polono-Brasileiros**, Curitiba, ano 3, p. 11-17, jul./dez. 2001.

DIEHL, Astor Antônio. **A cultura historiográfica brasileira: década de 1930 aos anos 1970**. Passo Fundo, RS: EDIUPF, 1999.

_____. **A cultura historiográfica brasileira: do IHGB aos anos 1930**. Passo Fundo, RS: EDIUPF, 1998.

_____. **A cultura historiográfica nos anos 80: mudança estrutural na matriz historiográfica brasileira**. Porto Alegre: EVANGREF, 1993.

_____. **Cultura historiográfica: memória, identidade e representação**. Bauru, SP: Edusc, 2002.

DOMINGUES, Ivan. **O fio e a trama: reflexões sobre o tempo e a história**. São Paulo, Iluminuras; Belo Horizonte: UFMG, 1996.

DOSSE, François. **A história em migalhas: dos annales à nova história**. São Paulo: Ensaio, 1992.

DUARTE, Paulo A. **Fundamentos de cartografia**. Florianópolis, EDUFSC, 2002.

ELMIR, Cláudio Pereira. A produção historiográfica no Rio Grande do Sul nos últimos 50 anos (1961-2010). In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA ANPUH, XXVI, jul. 2011. **Anais...** São Paulo, 2011.

_____. As armadilhas do jornal: algumas considerações metodológicas de seu uso para a pesquisa histórica. **Cadernos de Estudo**, PPG em História da UFRGS, Porto Alegre, n. 13, p. 19-29, dez. 1995.

FAVARO, Cleci Eulalia. Imagens femininas: contradições, ambivalências, violências. mulheres na região colonial italiana do Rio Grande do Sul (1875-1950). **Resgate: Revista Interdisciplinar de Cultura**, [S.l.], v. 6, n. 7, p. 127-132, 1997. Disponível em: <<http://www.cmu.unicamp.br/seer/index.php/resgate/article/view/101/106>>. Acesso em: 25 maio 2017.

FERNANDEZ, Jorge Christian. **Anclaos en Brasil: a presença argentina no Rio Grande do Sul (1966-1989)**. 2011. 617 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.

FERREIRA, Marieta de Moraes. O ensino da História, a formação de professores e a pós-graduação. **Anos 90**, Porto Alegre, v. 23, n. 44, p. 21-49, dez. 2016.

FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaina (Orgs.). **Usos e abusos da História Oral**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.

FONER, Eric. **Who owns History?** Rethinking the past in a changing world. New York: Hill and Wang, 2002.

FULBROOK, Mary. **Historical theory**. London: Routledge, 2002.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1978.

GIANNATTASIO, Gabriel; IVANO, Rogério. **Epistemologas da História**: verdade, linguagem, realidade, interpretação e sentido na pós-modernidade. Londrina, PR: Eduel, 2011.

GINZBURG, Carlo. **O queijo e os vermes**: o cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela inquisição. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

_____. **Olhos de madeira**: nove reflexões sobre a distância. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

_____. **Relações de força**: história, retórica, prova. Tradução de Jônatas Batista Neto. São Paulo: Cia das Letras, 2002.

_____. Sinais: raízes de um paradigma indiciário. In: **Mitos, emblemas e sinais**: morfologia e história. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

GOMES, Ângela de Castro. Política: história, ciência, cultura. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, n. 17, 1996.

GONÇALVES, Leandro Pereira. Revista Estudos Ibero-Americanos: avaliação e transição. **Estudos Ibero-Americanos**, Porto Alegre, v. 43, n. 3, p. 497-499, set./dez. 2017.

GRAMÁTICA. **Etimologia de sistema**. 2019. Disponível em: <<https://www.gramatica.net.br/origem-das-palavras/etimologia-de-sistema/>>. Acesso em: 09 maio 2018.

GRANDO, Marinês Z. **Pequena agricultura em crise**: o caso da colônia francesa no Rio Grande do Sul. Porto Alegre: FEE, 1989.

GUIMARÃES, Manoel Salgado (Org.). **Estudos sobre a escrita da história**. Rio de Janeiro: 7Letras: 2006.

GUIMARÃES, Manoel Salgado. Entre as luzes e o romantismo: as tensões da escrita da história no Brasil oitocentista. In: GUIMARÃES, Manoel Salgado (Org.). **Estudos sobre a escrita da história**. Rio de Janeiro: 7Letras: 2006. p. 68-85.

GUTFREIND, Ieda. **A historiografia rio-grandense**. 2. ed. Porto Alegre: UFRGS, 1998.

HARTOG, François. Tempo e patrimônio. **Varia História**, Belo Horizonte, v. 22, n. 36, jul/dez. 2006.

HESPANHA, António Manuel. Una nueva historia política e institucional. **Revista Mexicana de Ciencias Políticas y Sociales**, v. 41, n. 166, p. 9-45, 1996. Disponível em: <<https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=5073004>>. Acesso em: 01 mar. 2017.

HIRSCHMAN, Albert O. **De la economía a la política y más allá**. México: FCE, 1985.

HOBSBAWM, Eric John Ernest. **Sobre história**: ensaios. Tradução de Cid Knipel Moreira. São Paulo: Cia das Letras, 1998.

HUBER, Max. **La teoría de las relaciones internacionales**. Madrid: s/e., 1973.

IGGERS, Georg G. **Desafios do século XXI à historiografia**. Tradução de Estevão Chaves de Rezende Martins e Pedro Spinola Pereira Caldas. 2009. Disponível em: <<http://pt.scribd.com/doc/52339315/Georg-igger#scribd>>. Acesso em: 23 jan. 2015.

_____. **Historiography in the twentieth century**: from scientific objectivity to the postmodern challenge. Hanover NH USA: University Press of New England, 1997.

INDURSKY, Freda (Org.). **Discurso, memória, identidade**. Porto Alegre: Sagra Luzzatto, 2000.

_____. **Os múltiplos territórios da análise do discurso**. Porto Alegre: Sagra Luzzatto, 1999.

JERRAM, Leif. Space: a useless category for historical analysis? **History and Theory**, v. 52, p. 400-419, out. 2013. Disponível em: <http://www.readcube.com/articles/10.1111%2Fhith.10676?r3_referer=wol&tracking_action=preview_click&show_checkout=1&purchase_referrer=onlinelibrary.wiley.com&purchase_site_license=LICENSE_DENIED_NO_CUSTOMER>. Acesso em: 19 jun. 2015.

JEUDY, Henri-Pierre. **Preservar memória é uma aberração**. Entrevista à Zero Hora, n. 15.337, Segundo Caderno, Cultura. Porto Alegre, 18 ago. 2007.

JOUTARD, Philippe. **Esas voces que nos llegan del pasado**. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 1999.

KERBER, Alessandro Mário. Editorial. **Anos 90**, Porto Alegre, v. 23, n. 44, p. 11-13, dez. 2016.

KERN, Arno Alvarez. 1973-1998: um programa de ensino e pesquisa completa vinte e cinco anos de consolidação e maioria. **Estudos Ibero-Americanos**, PUCRS, Porto Alegre, v. 24, n. 1, p. 5-8, 1998.

_____. 1973-2003: 30 anos de trajetória de uma pós-graduação voltada para a formação qualificada em História. **Estudos Ibero-Americanos**, PUCRS, Porto Alegre, v. 29, n. 1, p. 5-10, 2003.

_____. **Realizações e perspectivas da pós-graduação em História do IFCH - PUCRS: 25 anos (1973-1998)**. Porto Alegre: Print Line, 1998.

KORNDÖRFER, Ana Paula; ELMIR, Cláudio Pereira. Revista História Unisinos: balanço do quadriênio 2013-2016, desafios e perspectivas. **Revista História Unisinos**, v. 20, n. 3, set./dez. 2016. Disponível em: <<http://revistas.unisinos.br/index.php/historia/issue/view/574>>. Acesso em: 09 mar. 2019.

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro passado**: contribuições à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto; Editora da PUC-Rio, 2006.

_____. Uma história dos conceitos: problemas teóricos e práticos. **Estudos Históricos**, CPDOC/FGV, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 134-146, 1992.

LACOUTURE, Jean. A História imediata. In: LE GOFF, Jacques. **A História nova**. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

LANG, Alice Beatriz da Silva Gordo. História oral: muitas dúvidas, poucas certezas e uma proposta. In: MEIHY, Jose Carlos Sebe Bom. **(Re)introduzindo a História oral no Brasil**. São Paulo: Xamã, 1996. p. 35.

LATOUR, Bruno. **A esperança de Pandora**: ensaios sobre a realidade dos estudos científicos. Tradução de Gilson César Cardoso de Sousa. Bauru, SP: Edusc, 2001.

LE GOFF, Jacques. A visão dos outros: um medievalista diante do presente. In: CHAUVEAU, Agnès (Org.). **Questões para a história do presente**. Tradução de Ilka Stern Cohen. Bauru, SP: Edusc, 1999. p. 93-102.

_____. **História e memória**. 7. ed. Tradução de Bernardo Leitão. São Paulo: Editora da Unicamp, 2013.

_____. História. In: **Enciclopédia Einaudi**. Lisboa: Imprensa Nacional; Casa da Moeda, 1984.

LLOYD, Christopher. **As estruturas da história**. Tradução de Maria Julia Goldwasser. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1995.

LÓPEZ CANTOS, Angel. **Juegos, fiestas y diversiones en la América Española**. Madrid: MAPFRE, 1992.

LORIGA, Sabina. A biografia como problema. In: REVEL, Jacques (Org.). **Jogos de escalas**: a experiência da microanálise. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998.

MAFFESOLI, Michel. **O conhecimento comum**: compêndio de Sociologia compreensiva. São Paulo: Brasiliense, 1988.

MAIA, Tatyana de Amaral. Revista Estudos Ibero-Americanos: continuidade e compromisso com a excelência acadêmica. **Estudos Ibero-Americanos**, Porto Alegre, v. 44, n. 1, p. 1-2, jan./abr. 2018. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/fo/ojs/index.php/iberoamericana/about/history>>. Acesso em: 15 maio 2019.

MARAVALL, José Antonio. **Teoria del saber histórico**. 3. ed. Coleção Selecta, n. 21. Madrid: Revista de Occidente, 1967.

MARTINS, Estevão Chaves de Rezende. **Teoria e Filosofia da História**: contribuições para o ensino de História. Curitiba: W. A. Editores, 2017.

MARTINS, Estevão de Rezende (Org.). **A história pensada**: teoria e método na historiografia europeia do século XIX. São Paulo: Contexto, 2015.

MARTINS, Estevão de Rezende Martins; SCHMIDT, Maria Auxiliadora Moreira dos Santos; ASSIS, Arthur Alfaix. A obra de Jörn Rüsen e sua relevância: introdução à edição brasileira. In: RÜSEN, Jörn. **Teoria da História**. uma introdução da história como ciência. Tradução de Estevão Chaves de Rezende Martins. Curitiba: Editora da UFPR, 2015. p. 11-18.

MARTINS, Rui Cunha. **O método da fronteira**: radiografia histórica de um dispositivo contemporâneo (matrizes ibéricas e americanas). Coimbra: Edições Almedina, 2008.

MATHIAS, Carlos Leonardo Kelmer. Escrituras de procuração bastante: potencialidade e possibilidades de análise, o caso de Minas Gerais na primeira metade do século XVIII. In: SIMPÓSIO IMPÉRIO E LUGARES NO BRASIL: itinerários de pesquisa histórica: métodos, fontes e campos temáticos, III. **Anais...** Ouro Preto: Núcleo de Pesquisa Departamento de História UFOP, 12-14 de maio de 2010. Disponível em: <<http://www.ilb.ufop.br/IIIsimposio/11.pdf>>. Acesso em: 28 jul. 2011.

MATTOSO, Kátia M. de Queirós. **Bahia, século XIX**: uma província no Império. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992.

MAUAD, Ana Maria. Entre retratos e paisagens: modos de ver e representar o Brasil oitocentista. **Revista Eletrônica Studium**, n. 15, 2004a.

_____. Fotografia e História: possibilidades de análise. In: CIAVATTA, Maria; ALVES, Nilda (Orgs.). **A leitura de imagens na pesquisa social**: história, comunicação e educação. 1. ed. São Paulo: Cortez, 2004b.

MELIÁ, Bartomeu. **Dei guarani de la historia a la historia dei guaraní**. Última Hora, Correo Semanal, p. 16-19. Asunción, 20 de abril de 1991.

MERLE, Marcel. **Sociologia de las relaciones internacionales**. Madrid: s/e., 1978.

MONTAGNER, Miguel Ângelo. Trajetórias e biografias: notas para uma análise bourdieusiana. **Sociologias**, Porto Alegre, n. 17, p. 240-264, jun. 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-45222007000100010&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 09 mar. 2017.

MOUSQUER, Zélce D. **Família Mousquer**: uma imigração francesa no sul do Brasil. Porto Alegre: EST Edições, 2008.

MUSTIAN, Mark T. **Gendarme**. Tradução de Elaine Barros Moreira. Rio de Janeiro: Record, 2011.

NAGEL, Liane Maria. **As Missões no imaginário e nas representações das Artes Visuais**: Rio Grande do Sul, segunda metade do século XX. 331 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2004.

NEVES, Margarida de Souza. Monografias, dissertações e teses: apontamentos para o início de uma discussão. Documento de trabalho apresentado ao Fórum de Coordenadores de Programas de Pós-Graduação em História, Belo Horizonte, 1994. **Anos 90**, Porto Alegre, n. 5, jul. 1996.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **A linguagem e seu funcionamento**: as formas do discurso. Campinas, SP: Pontes, 1996.

_____. **Análise de discurso**: princípios e procedimentos. Campinas, SP: Pontes, 2007.

_____. **As formas do silêncio**: no movimento dos sentidos. Campinas, SP: Unicamp, 1993.

OSAKABE, Haqira. **Argumentação e discurso político**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

OZOUF, Mona. A festa: sob a revolução francesa. In: LE GOFF, Jacques, NORA, Pierre (Orgs.). **História**: novos objetos. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976. p. 216-232.

PACHECO, Ricardo de Aguiar; ROCHA, Helenice. Quando o ensino vira tema de pesquisa: o ensino de História na pós-graduação em História. **Anos 90**, Porto Alegre, v. 23, n. 44, p. 51-83, dez. 2016.

PÊCHEUX, Michel. **O discurso**: estrutura ou acontecimento. Campinas, SP: Pontes, 1990.

_____. **Semântica e discurso**: uma crítica à afirmação do óbvio. Campinas, SP: Unicamp, 1988.

PÉREZ OCHOA, Eduardo. **Guerra irregular em espacios andinos y em la pampa gaucha: el caso de la Banda Oriental del Uruguay (1808-1820)**. 1995. 4 volumes. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1995.

PETERSEN, Sílvia Regina Ferraz. A pós-graduação em História: novas e velhas questões. **Anos 90**, Porto Alegre, v. 13, n. 23-24, p. 29-44, jan./dez. 2006.

PHELAM, John L. El Origen de la idea de Latinoamérica. In: ZEA, Leopoldo (Coord.). **Ideas en torno de Latinoamérica I**. México: UNAM/UDUAL, 1986.

PLATAFORMA SUCUPIRA. **Cursos avaliados e reconhecidos**: por região/UF e instituição de ensino. 2019. Disponível em: <<https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/programa/quantitativos/quantitativoIes.jsf?cdRegiao=4&sgUf=RS>>. Acesso em: 15 mar. 2019.

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL (PUCRS). **Programa de Pós-Graduação em História**. Porto Alegre, 2015. Disponível em: <<http://www3.pucrs.br/portal/page/portal/ffchppg/ppgh/ppghApresentacao>>. Acesso em: 22 jan. 2015.

PORRAS, Juan Daniel Flórez. **Guía metodológica de investigación de Historia institucional**: modelo de orientación general para la elaboración de historias institucionales. Bogotá: Secretaria General de la Alcaldía Mayor de Bogotá; Colegio Mayor Universidad del Rosario, 2011. Disponível em: <https://issuu.com/archivodebogota/docs/guia_metodologica_historias_institu>. Acesso em: 20 fev. 2017.

POUTIGNAT, Philippe; STREIFF-FENART, Jocelyne. **Teorias da etnicidade**. São Paulo: UNESP, 1998.

REIS, José Carlos. **Escola dos annales**: a inovação em História. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

RENOUVIN, Pierre. **Historia de las relaciones internacionales**. 2. ed. Madrid: Aguilar, 1969.

REVISTA HISTÓRIA UNISINOS. **Foco e escopo**. São Leopoldo, RS, 2019. Disponível em: <<http://revistas.unisinos.br/index.php/historia/about/editorialPolicies#focusAndScope>>. Acesso em: 15 mar. 2019.

RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Tradução de Alain François. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007.

_____. **Tempo e narrativa**. Campinas, SP: Papirus, 1994.

_____. **Tempo e narrativa**: a intriga e a narrativa histórica, v. 1. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2010.

RODRIGUES, Mara Cristina de Matos; WEBER, Regina. **Apresentação**. Anos 90, Porto Alegre, v. 23, n. 44, p. 17-20, dez. 2016.

_____. Entrevistas com membros da equipe editorial da revista Aedos e com representantes discentes do Programa de Pós-Graduação. **Anos 90**, Porto Alegre, v. 23, n. 44, p. 141-175, dez. 2016.

RONCAYOLO, Marcel. Região. Enciclopédia Einaudi. **Imprensa Nacional Casa da Moeda**, Portugal, v. 8, p. 162-163, 1986.

ROUQUIÉ, Alain. **O extremo-ocidente**: introdução à América Latina. Coleção Base, v. 1. São Paulo: EDUSP, 1991.

RUBINSTEIN, Juan Carlos. **Viva el común!** La construcción de la proto sociedad civil y la estructura política castellana en el Bajo Medievo. Buenos Aires: Prometeu Libros, 2005.

RÜSEN, Jörn. **Cultura faz sentido**: orientações entre o ontem e o amanhã. Tradução de Nélio Schneider. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

_____. **Curriculum vitae**. Forschungsgebiete. Disponível em: <http://www.joern-ruesen.de/html/curriculum_vitae.html>. Acesso em: 24 abr. 2018.

_____. Historical narration: foundation, types e reason. **History and Theory**, v. 26, n. 4, p. 87-97, 1987.

_____. Humanism: anthropology: axial times: modernities. In: KOZLAREK, O.; RÜSEN, J.; WOLFF, E. (Orgs.). **Shaping a human world**: civilizations, axial times, modernities, humanismus. Bielefeld: Transcript, 2012. p. 55-80.

_____. Narrativa histórica: fundamentos, tipos, razão. Tradução de Marcelo Fronza. In: SCHMIDT, Maria Auxiliadora; BARCA, Isabel; MARTINS, Estevão de Rezende (Orgs.). **Jörn Rüsen e o ensino da história**. Série Pesquisa, n. 168. Curitiba: UFPR, 2010.

_____. Narratividade e objetividade nas ciências históricas. **Textos de História**, UnB, v. 4, n. 1, p. 75-102, 1996.

_____. **Razão histórica**. Teoria da História I: os fundamentos da ciência histórica. Tradução de Estevão de Rezende Martins. Brasília: EdUnB, 2001.

_____. **Teoria da História**: uma teoria da História como ciência. Tradução de Estevão de Rezende Martins. Curitiba: Editora da UFPR, 2015.

SALATINO, Alba Cristina Couto dos Santos. Em festa: do PPGH a RLAH. conquistas e perspectivas. **Revista Latino-Americana de História**, Eeditorial, v. 6, n. 18, ago./dez. 2017. Disponível em: <<http://projeto.unisinos.br/rla/index.php/rla/issue/view/26>>. Acesso em: 09 mar. 2019.

SAMUEL, Raphael. Historia y teoria. In: SAMUEL, Raphael. **Historia popular y teoria socialista**. Barcelona: Grijalbo, 1984.

SANDBOTHE, M. Die Verzeitlichung der zeit in der modernen Philosophie. In: GIMMELER, A.; SANDBOTHE, M.; ZIMMERLI, W. C. H (Orgs.). **Die wiederentdeckung der zeit**: reflexionen, analysen, konzepte. Darmstadt: Primus, 1997. p. 41-62.

SANTOS, Maria Cristina dos. Conversas sobre o PPGH-PUCRS: 40 anos (1973-2013). **Estudos Ibero-Americanos**, PUCRS, v. 39, n. 1, p. 180-197, jul./dez. 2013.

SANTOS, Milton. Metamorfoses do espaço habitado. São Paulo: Hucitec, 1988.

SCHAFF, Adam. **História e verdade**. Lisboa: Estampa, 1974.

_____. **Historia y verdad**: ensayo sobre la objetividad del conocimiento histórico. 1981.

SCHMIDT, Benito Bisso. A biografia histórica: o 'retorno' do gênero e a noção de 'contexto'. In: GUAZZELLI, Cesar Augusto Barcellos et al. **Questões de teoria e metodologia da história**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2000. p. 121-129.

SCHMIDT, Maria Auxiliadora; MARTINS, Estevão de Rezende (Orgs.). **Jörn Rüsen**: contribuições para uma Teoria da Didática da História. Curitiba: W. A. Editores, 2016. p. 99-110.

SCHMIT, Roberto. **Los desafíos de la Historia regional: panel**. In: VIII Reunión del Comité Académico Historia, Regiones y Fronteras. Associação de Universidades Grupo Montevideo. Montevideo, 27-29 abr. 2017.

SIGNIFICADOS. **Interpretação**. 2019. Disponível em: <<https://www.significados.com.br/interpretacao/>>. Acesso em: 03 jun. 2019.

SILVA, Maria Beatriz Nizza da. **Análise de estratificação social**: O Rio de Janeiro: 1808-1821. São Paulo: FFLCH-USP, 1975.

SILVEIRA, Marise da. **América Latina entre inclusões e exclusões: escolas, ensino de história e identidade em tempos de ditadura militar**. 2009. 318 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

SKINNER, Quentin. **As fundações do pensamento político moderno**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

SMITH, Waldemar R. **El sistema de fiestas y el cambio económico**. México: Fondo de Cultura Económica, 1981.

SOUZA, Adriana Barreto; LOPES, Fábio Henrique. Entrevista com Sabina Loriga: a biografia como problema. **História da Historiografia**, Ouro Preto, MG, n. 9, p. 26-37, ago. 2012. Disponível em: <<https://www.historiadahistoriografia.com.br/revista/article/view/473>>. Acesso em: 26 mar. 2017.

STONE, Lawrence. Prosopografia. **Revista Sociologia e Política**, Curitiba, v. 19, n. 39, p. 115-137, jun. 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-44782011000200009&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 08 mar. 2017.

_____. The revival of narrative: reflections on a new old History. **Past and Present**, Oxford, v. 85, p. 3-24, nov. 1979. Disponível em: <<http://www.jstor.org/discover/10.2307/650677?sid=21105683592013&uid=2134&uid=4&uid=2&uid=70>>. Acesso em: 23 jan. 2015.

THOMPSON, Edward Palmer. **A miséria da teoria ou um planetário de erros**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1981.

_____. La lógica de la historia. In: THOMPSON, Edward Palmer. **Miséria de la teoria**. Barcelona: Crítica, 1981.

THOMPSON, Paul. **A voz do passado: História oral**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

THOMPSON, Willie. **Postmodernism and History**. New York: Palgrave Macmillan, 2004.

TOPOLSKI, Jerzy. O papel da lógica e da estética na construção de totalidades narrativas na historiografia. In: MALERBA, Jurandir (Org.). **História e narrativa: a ciência e a arte da escrita histórica**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2016. p. 59-73.

TORAL, André. **Adiós, xamigo brasileiro: um estudo sobre a iconografia da guerra da Tríplice Aliança com o Paraguai (1864-1870)**. 1997. 318 p. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1997.

UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS (UNISINOS). Programa de Pós-Graduação em História. **Apresentação**. São Leopoldo, 2015. Disponível em: <<http://www.unisinos.br/mestrado-e-doutorado/historia/apresentação>>. Acesso em: 22 jan. 2015.

_____. **Revista Latino-Americana de História**, Edição especial 25 anos do PPGH/UNISINOS (1987-2012), v. 2, n. 5, 2013.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA (UFSM). Programa de Pós-Graduação em História. **Relação com a área**. Santa Maria, 2015. Disponível em: <<http://200.18.45.28/sites/ppgh/mestrado/index.php/53>>. Acesso em: 23 jan. 2015.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL (UFRGS). Programa de Pós-Graduação em História. **Apresentação**. Porto Alegre, 2019. Disponível em: <<https://www.ufrgs.br/ppghist/apresentacao/>>. Acesso em: 08 mar. 2019.

_____. Programa de Pós-Graduação em História. **Linhas de pesquisa**. Cultura e representações. Porto Alegre, 2017. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/ppghist/linhasdepesquisa.asp>>. Acesso em: 10 maio 2017.

VAN DIJK, Teun A. **Discurso e poder**. São Paulo: Contexto, 2008.

_____. **El discurso como interacción social**. Barcelona: Gedisa, 2000.

VEYNE, Paul. **Como se escreve a História**. Tradução de Antônio José da Silva Moreira. Lisboa: Edições 70, 1971.

VILAR, Pierre. **Crecimiento y desarrollo**: para um debate metodológico. 2. ed. Barcelona: Ariel, 1974.

VIVES-ROCABERT, Juan. El extranjero y sus hijos. In: BLANCK-CEREIJIDO, Fanny; YANKELEVICH, Pablo. **El otro, el extranjero**. Buenos Aires: Libros del Zorzal, 2003.

VOLKMER, Márcia Solange. **Onde começa ou termina o território pátrio**: os estrategistas da fronteira: empresários uruguaiois, política e a indústria do charque no extremo oeste do Rio Grande do Sul (Quaraí 1893-1928). 2007. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2007.

VOVELLE, Michel. **Ideologias e mentalidades**. São Paulo: Brasiliense, 1987.

WACHTEL, Nathan. A aculturação. In: LE GOFF, Jacques e NORA, Pierre. **Fazer História**: novos problemas. Lisboa: Bertrand, 1987. p. 149-172.

_____. Los indios y la conquista española. In: BETHEL, Leslie (Org.). **Historia de América Latina**. América Latina Colonial: la América Precolombina y la Conquista. Madrid: Crítica, 1992. p. 170-194.

_____. **Los vencidos**: los indios del Perú frente a la conquista española (1530-1570). Madrid: Alianza Editorial, 1976.

WALSH, William Henry. **Introducción a la Filosofía de la Historia**. 4. ed. México: Siglo XXI, 1974.

WEINSTEIN, Barbara et al. Estudos históricos latino-americanos: uma avaliação dos últimos 30 anos (1987-2017). **Revista História Unisinos**, v. 21, n. 3, set./dez. 2017. Disponível em: <<http://revistas.unisinos.br/index.php/historia/issue/view/628>>. Acesso em: 15 mar. 2019.

WHITE, Hayden. **El contenido de la forma**: narrativa, discurso y representación histórica. Barcelona: Paidós, 1992.

_____. **Meta-História:** a imaginação histórica do século XIX. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1995.

_____. **Trópicos do discurso:** ensaios sobre a crítica da cultura. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2001.

WILHELM, Bauer. Introducción al estudio de la historia. **García de Waldellano**, p. 70-136, 1929.

OBRAS DE APOIO

ANKERSMIT, Franklin Rudolf. **A escrita da história**: a natureza da representação histórica. Tradução de Jonathan Menezes. 2. ed. Londrina, PR: Eduel, 2016.

_____. Representation as a cognitive instrument. **History and Theory**, v. 52, p. 171-193, maio 2013. Disponível em:

<http://www.readcube.com/articles/10.1111%2Fhith.10676?r3_referer=wol&tracking_action=preview_click&show_checkout=1&purchase_referrer=onlinelibrary.wiley.com&purchase_site_license=LICENSE_DENIED_NO_CUSTOMER>. Acesso em: 19 jun. 2015.

APPLEBY, Joyce; HUNT, Lynn; JACOB, Margaret. **Telling the truth about history**. New York/London: W.W. Norton & Company, 1994.

ARMANI, Carlos Henrique. Reflexões sobre o contexto na história intelectual: entre a virada linguística e o novo materialismo filosófico. **Revista Tempos Históricos**, Unioeste, jan./jun. 2015.

ARRAIS, Cristiano Pereira Alencar; BENTIVOGLIO, Julio (org.). **As revistas de História e as dinâmicas do campo historiográfico**. Serra, ES: Milfontes, 2017.

ARRUDA, José Jobson de Andrade. **Historiografia**: teoria e prática. 1. ed. São Paulo: Alameda, 2014.

BARCELLOS, Rubens de. **Estudos rio-grandenses**. v. 7. Porto Alegre: Globo, 1955.

BARROS, José D'Assunção. **A construção da teoria nas ciências humanas**. Rio de Janeiro: Vozes, 2018.

_____. **História comparada**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

_____. História comparada: atualidade e origens de um campo disciplinar. **História Revista**, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, v. 12, n. 2, p. 279-315.

_____. **O projeto de pesquisa em História**: da escolha do tema ao quadro teórico. 9. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2013.

_____. **O tempo dos historiadores**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

BAZARIAN, Jacob. **O problema da verdade**: teoria do conhecimento. 4. ed. São Paulo: Alfa-Omega, 1994.

BENJAMIN, Walter. **O anjo da história**. 2. ed. Tradução de João Barrento. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.

BENTIVOGLIO, Julio; LOPES, Marcos Antônio (Orgs.). **A constituição da história como ciência**: de Rank a Braudel. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

BENTIVOGLIO, Julio; NASCIMENTO, Bruno César (Orgs.). **Escrever História**: historiadores e historiografia brasileira nos séculos XIX e XX. Serra, ES: Milfontes, 2017.

BESSELAAR, José Van Den. **Introdução aos estudos históricos**. 3. ed. rev. ampl. São Paulo: Herder, 1970.

BETHELL, Leslie. O Brasil e a ideia de América Latina em perspectiva histórica. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 22, n. 44, p. 289-321, jul./dez. 2009.

BEVIR, Mark. **A lógica da história das ideias**. Tradução de Gilson César Cardoso de Sousa. São Paulo: Edusc, 2008.

_____. Why historical distance is not a problem. **History and Theory**, v. 50, p. 24-37, dez. 2011. Disponível em:
<http://www.readcube.com/articles/10.1111%2Fhith.10676?r3_referer=wol&tracking_action=preview_click&show_checkout=1&purchase_referrer=onlinelibrary.wiley.com&purchase_site_license=LICENSE_DENIED_NO_CUSTOMER>. Acesso em: 19 jun. 2015.

BOURDIEU, Pierre; CHARTIER, Roger. **O sociólogo e o historiador**. Tradução de João de Freitas Teixeira. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

BRAIT, Beth (Org.). **Bakhtin e o círculo**. 1. ed. São Paulo: Contexto, 2015.

BURKE, Peter. **O que é história cultural?** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

BURROW, John. **Uma história das histórias: de Heródoto e Tucídides ao século XX**. Tradução de Nana Vaz de Castro. 1. ed. Rio de Janeiro: Record, 2013.

CADIOU, François et al. **Como se faz história: historiografia, método e pesquisa**. Tradução de Giselle Unti. Rio de Janeiro: Vozes, 2007.

CANDAU, Joël. **Memória e identidade**. São Paulo: Contexto, 2014.

CARDOSO, Ciro Flamarion. **Um historiador fala de teoria e metodologia: ensaios**. Bauru, SP: Edusc, 2005.

CARDOSO, Irene. **Para um crítica do presente**. 2. ed. São Paulo: Editora 34, 2013.

CARR, Edward Hallet. **Que é história?** 3. ed. Tradução de Lúcia Maurício de Alverga. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

CARVALHO, José Murilo de. História intelectual no Brasil: a retórica como chave de leitura. **Topoi**, Rio de Janeiro, n. 1, p. 123-152, 2000.

CASTRO, Susana de. **Ontologia**. Coleção passo-a-passo, 83. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.

CATROGA, Fernando. **Memória, história e historiografia**. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2015.

CHARAUDEAU, Patrick. **Linguagem e discurso: modos de organização**. Tradução de Angela M. S. Corrêa e Ida Lúcia Machado. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2014.

CHARLE, Christophe. **Homo historicus**: reflexões sobre a história, os historiadores e as ciências sociais. Tradução de Angela Xavier de Brito. Porto Alegre: Editora da UFRGS; Rio de Janeiro: FGV, 2018.

CHARTIER, Roger. **A história ou a leitura do tempo**. Tradução de Cristina Antunes. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

CHAUNU, Pierre. **História da América Latina**. 5. ed. Tradução de Miguel Urbano Rodrigues. São Paulo: Difel, 1983.

CHLADENIUS, Johann Marin. **Princípios gerais da ciência histórica**: exposição dos elementos básicos para uma nova visão sobre todos os tipos de saberes. Tradução de Sara Baldus. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2013.

CUNHA, Marcelo Durão Rodrigues, BENTIVOGLIO, Júlio César. **A religião da História**: as raízes teológicas da moderna ciência histórica alemã em Humboldt, Ranke e Droysen. Serra, ES: Milfontes, 2018.

DELGADO, Lucilia de Almeida Neves; FERREIRA, Marieta de Moraes (Orgs.). **História do tempo presente**. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2014.

DIEHL, Astor Antônio. **A cultura da mudança e ideias de futuro no passado**. Argonautas da subjetividade: memória, cultura da mudança, psicanálise e envelhecimento humano, 1. Passo Fundo, RS: Berthier, 2014.

_____. **Às brinca e às ganha**: ciências humanas em diálogo. Passo Fundo, RS: UPF, 2007.

_____. **Clio e seus artífices ou territórios da descontinuidade**. História em transe: memória, cultura e representação, 3. Passo Fundo, RS: Berthier, 2015.

_____. **Com o passado na cadeira de balanço**: cultura, mentalidades e subjetividades. Passo Fundo, RS: UPF, 2006.

_____. **Ideias de futuro no passado**: memória, ciência e história. História em transe: memória, cultura e representação, 1. Passo Fundo, RS: Berthier, 2015.

_____. **Memória e identidade**: perspectivas para a transdisciplinaridade. Argonautas da subjetividade: memória, cultura da mudança, psicanálise e envelhecimento humano, 9. Passo Fundo, RS: Berthier, 2015.

_____. **Para um diagnóstico ou autópsia dos modernos**. Argonautas da subjetividade: memória, cultura da mudança, psicanálise e envelhecimento humano, 3. Passo Fundo, RS: Berthier, 2014.

_____. **Para uma teoria e cultura historiográfica**. História em transe: memória, cultura e representação, 2. Passo Fundo, RS: Berthier, 2015.

_____. **Teoria da história**: uma proposta de estudos. Passo Fundo, RS: UPF, 2004.

_____. Teoria historiográfica: diálogo entre tradição e inovação. **Varia História**, Belo Horizonte, v. 22, n. 36, p. 368-394, jul./dez. 2006.

DOMANSKA, Ewa. The material presence of the past. **History and Theory**, n. 45, p. 337-348, out. 2006.

DOSSE, François. **A história à prova do tempo**: da história em migalhas ao resgate do sentido. 2. ed. Tradução de Ivone Castilho Benedetti. São Paulo: Editora da Unesp, 2017.

DROYSEN, Johann Gustav. **Manual de teoria da História**. Tradução de Sara Baldus e Julio Bentivoglio. Rio de Janeiro: Vozes, 2009.

DUMOULIN, Oliver. **O papel social do historiador**: da cátedra ao tribunal. 1. ed. Tradução de Fernando Scheibe. Belo Horizonte: Autêntica, 2017.

ECO, Umberto. **Os limites da interpretação**. 1. ed. Tradução de Pérola de Carvalho. São Paulo: Perspectiva, 2016.

FALCON, Francisco José C. A identidade do historiador. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 17, p. 8-9, 1996.

FARGE, Arlette. **Lugares para a história**. Coleção História e Historiografia, 3. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

FERREIRA, Antonio Celso; BEZERRA, Holien Gonçalves; LUCA, Tania Regina de (Orgs.). **O historiador e seu tempo**: encontros com a história. São Paulo: UNESP/ANPUH, 2008.

FICO, Carlos; POLITO, Ronald. **A história do Brasil (1980-1989)**: séries de dados. Ouro Preto, MG: UFOP, 1994.

FIORIN, José Luiz de. **Em busca do sentido**: estudos discursivos. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2015.

_____. **Introdução ao pensamento de Bakhtin**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2016.

FONTANA, Josep. **História**: análise do passado e projeto social. Tradução de Luiz Roncari. São Paulo: Edusc, 1998.

FONTANILLE, Jacques. **Semiótica do discurso**. 2. ed. Tradução de Jean Cristtus Portela. São Paulo: Contexto, 2015.

GADAMER, Hans-Georg. **Hermenêutica em retrospectiva**: hermenêutica e a filosofia prática. Tradução de Marco Antônio Casanova. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

GAGNEBIN, Jeanne Marie. **Lembrar escrever esquecer**. São Paulo: Editora 34, 2006.

GALLAGHER, Catherine; GLEENBLATT, Stephen. **A prática do novo historicismo**. Tradução de Gilson César Cardoso de Souza. São Paulo: Edusc, 2005.

GARCIA, Othon Moacyr. **Comunicação em prosa moderna**: aprendendo a escrever, aprendendo a pensar. 27. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2010.

GLÉNISSON, Jean. **Iniciação aos estudos históricos**. 2. ed. Rio de Janeiro: Difel, 1977.

GREIMAS, Algirdas Julien; COURTÉS, Joseph. **Dicionário de semiótica**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2016.

GRODIN, Jean. **Hermenêutica**. Tradução de Marcos Marcionilo. São Paulo: Parábola Editorial, 2012.

GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. **Livro de fontes de historiografia brasileira**. Coleção Comenius. Rio de Janeiro: UERJ/FAPERJ, 2010.

GUMBRECHT, Hans-Ulrich. **Produção de presença**. Rio de Janeiro: Contraponto/PUCRJ, 2010.

HABERMAS, Jürgen. **A lógica das ciências sociais**. Tradução de Marco Antônio Casanova. Rio de Janeiro: Vozes, 2009.

HARTOG, François. **Crer em História**. 1. ed. Tradução de Camila Dias. Belo Horizonte: Autêntica, 2017.

HARTOG, François. **Evidência da História**: o que os historiadores veem. Coleção História e Historiografia, 5. Tradução de Guilherme João de Freitas Teixeira. Belo Horizonte: Autêntica, 2017.

_____. **Os antigos, o passado e o presente**. Tradução de Sonia Lacerda, Marcos Veneu e José Otávio Guimarães. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2003.

HARTOG, François. **Regimes de historicidade**: presentismo e experiências do tempo. 1. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2015.

HOBSBAWM, Eric. **Como mudar o mundo**: Marx e o marxismo, 1840-2011. Tradução de Donaldson M. Garschagen. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

HOBSBAWM, Eric; RANGER, Terence (Orgs.). **A invenção das tradições**. 11. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2017.

HUYSSSEN, Andreas. **Culturas do passado-presente**: modernismos, artes visuais, políticas da memória. Rio de Janeiro: Contratempo, 2014.

JENKINS, Keith. **A história refigurada**: novas reflexões sobre uma antiga disciplina. Tradução de Roberto Cataldo Costa. São Paulo: Contexto, 2014.

KOSELLECK, Reinhart et al. **O conceito de História**. Tradução de René E. Gertz. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.

KOSELLECK, Reinhart. **Estratos do tempo**: estudos sobre história. Rio de Janeiro: Contraponto; PUC, 2014.

KUHN, Thomas. **A estrutura das revoluções científicas [50 anos]**. Belo Horizonte: Fino Traço, 2013.

LACAPRA, Dominick. **Historia en tránsito**: experiencia, identidad teoría crítica. 1. ed. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2006.

LACLAU, Ernesto. Muerte y resurrección de la teoría de la ideología. In: LACLAU, Ernesto. **Los fundamentos retóricos de la sociedad**. Buenos Aires: FCE, 2014. p. 21-50.

LAPA, José Roberto do Amaral. **A História em questão**: historiografia brasileira contemporânea. 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1981.

LATOURE, Bruno. Você acredita em realidade? In: **A esperança de Pandora**. Bauru, SP: Edusc, 2001.

LOPES, Marco Antônio (Org.). **Grandes nomes da história intelectual**. São Paulo: Contexto, 2003.

MACINTYRE, Alasdair. **Depois da virtude**. Bauru, SP: Edusc, 2001.

MAFFESOLI, Michel. **Saturação**. Tradução de Ana Goldberger. São Paulo: Iluminuras, 2010.

MAINGUENEAU, Dominique. **Gênese dos discursos**. Tradução de Sírio Possenti. Curitiba: Criar Edições, 2005.

MALERBA, Jurandir (Org.). **História e narrativa**: a ciência e a arte da escrita histórica. Rio de Janeiro: Vozes, 2016.

_____. **Notas à margem**: teoria e crítica historiográfica. Serra, ES: Mil Fontes, 2018.

MALERBA, Jurandir; ROJAS, Carlos Aguirre (Orgs.). **Historiografia contemporânea em perspectiva crítica**. São Paulo: Edusc, 2007.

MANIERI, Dagmar. **Teoria da história**: a gênese dos conceitos. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

MARTINS, Estevão C. de Rezende. Conhecimento histórico e historiografia brasileira contemporânea. **Revista Portuguesa de História**, Coimbra, v. 42, p. 197-219, 2011.

_____. Crítica e crise na história contemporânea. **Estudos do Século XX**, Coimbra, v. 10, p. 85-100, 2010.

_____. História: conhecimento, verdade, argumento. **Revista de História da UFES**, v. 24, p. 15-42, 2010.

_____. O conhecimento histórico e sua rede fatorial. In: PRADO, Maria Emilia; MUNTEAL FILHO, Oswaldo (Orgs.). **Francisco Falcon**: o ofício de historiador. Rio de Janeiro: Revan, 2012. p. 99-121.

_____. Veritas filia temporis? O conhecimento histórico e a distinção entre filosofia e teoria da história. **Síntese**, Belo Horizonte, v. 34, p. 5-25, 2009.

MEYERS, Robert G. **Empirismo**. Tradução de Marcus Penchel. Rio de Janeiro: Vozes, 2017.

MINOIS, George. **História do futuro**: dos profetas à perspectiva. 1. ed. Tradução de Mariana Echalar. São Paulo: Editora da Unesp, 2016.

MIRANDA, Francisco Alía. **Técnicas de investigación para historiadores**: las fuentes de la Historia. Madrid: Síntesis, 2008.

MOMIGLIANO, Arnaldo. **As raízes clássicas da historiografia moderna**. Tradução de Maria Beatriz Borba Florenzano. Bauru, SP: Edusc, 2004.

MORAZÉ, Charles. **A lógica da história**. Tradução de Luiz Felipe Baeta Neves. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1970.

NICODEMO, Thiago Lima; SANTOS, Pedro Afonso Cristovão dos; PEREIRA, Mateus Henrique de Faria. **Uma introdução à história da historiografia brasileira (1870-1970)**. Rio de Janeiro: FGV, 2018.

NUNES, João Paulo Avelãs. **A história económica e social na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra: o historicismo neo-metódico: ascensão e queda de um paradigma historiográfico (1911-1974)**. Coimbra: Instituto de Inovação Educacional, 1995.

OLSEN, Bjørnar. Material culture after text: re-memembering things. **Norwegian Archaeological Review**, v. 36, n. 2, p. 87-104, 2003.

PESAVENTO, Sandra. Em busca de uma outra história: imaginando o imaginário. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 15, n. 29, p. 9-27, 1995.

PINSKY, Carla Bassanezi; LUCA, Tania Regina de (Orgs.). **O historiador e suas fontes**. São Paulo: Contexto, 2009.

REIS, José Carlos. **A História entra a Filosofia e a Ciência**. Série Fundamentos, 125. São Paulo: Ática, 1996.

REÑÓN, Luis Veja; GÓMEZ, Paula Olmos. **Compendio de lógica, argumentación y retórica**. Madrid: Trotta, 2010.

RICOEUR, Paul. A marca do passado. **História da Historiografia**, Ouro Preto, MG, n. 10, p. 329-249, dez. 2012.

_____. **Del texto a la acción**. Ensayos de hermenêutica II. México: FCE, 2002.

_____. **Escritos e conferências 2: hermenêutica**. Tradução de Lúcia Pereira de Souza. São Paulo: Loyola, 2011.

_____. Tempo e narrativa: concordância-discordante. **Kriterion Revista de Filosofia**, Belo Horizonte, v. 53, n. 125, jan. 2012.

_____. **Teoria da interpretação: o discurso e o excesso de significação**. Biblioteca de filosofia contemporânea, 2. Lisboa: Edições 70, 2013.

ROJAS, Carlos Antonio Aguirre. **Antimanual do mau historiador**. Tradução de Jurandir Malerba. Londrina, PR: Eduel, 2007.

RUEDELL, Aloísio. **Da representação ao sentido: através de Schleiermacher à hermenêutica atual**. Porto Alegre: EDIPUCRD, 2000.

RÜSEN, Jörn. **História viva**. Teoria da História III: formas e funções do conhecimento histórico. Brasília: Editora da Unb, 2007.

_____. **Reconstrução do passado**. Teoria da História II: os princípios da pesquisa histórica. Brasília: Editoria da UnB, 2007.

_____. **Tiempo en ruptura**. Tradução de Christian Sperling. México: Universidad Autónoma Metropolitana, 2014.

_____. Tradition: a principle of historical sense generation and its logic and effect historical culture. **History and Theory**, v. 51, p. 45-59, dez. 2013. Disponível em: <http://www.readcube.com/articles/10.1111%2Fhith.10676?r3_referer=wol&tracking_action=preview_click&show_checkout=1&purchase_referrer=onlinelibrary.wiley.com&purchase_site_license=LICENSE_DENIED_NO_CUSTOMER>. Acesso em: 19 jun. 2015.

SALOMON, Marlon (Org.). **Heterocronias**: estudos sobre a multiplicidade dos tempos históricos. Goiânia: Ricochete, 2018.

SCHAFF, Adam. **História e verdade**. Tradução de Maria Paula Duarte. São Paulo: Martins Fontes, 1978.

_____. **Introdução à semântica**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

SCHWARZ, Roberto. **Que horas são?** Ensaios. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

SILVA, Renán. **Lugar de dúvidas**: sobre a prática da análise histórica: breviário de inseguranças. 1. ed. Coleção História e Historiografia, 13. Tradução de Cristina Antunes. Belo Horizonte: Autêntica, 2015.

SILVA, Rogério Forastieri da. **História da historiografia**: capítulos para uma história das histórias da historiografia. Bauru, SP: Edusc, 2001.

SILVEIRA, Helder Gordim da; ABREU, Luciano Aronne de; MARSAN, Jaime Valim (Orgs.). **História e ideologia**: perspectivas e debates. Passo Fundo, RS: Editora da UPF, 2009.

SIMMEL, Georg. **Ensaios sobre teoria da história**. Tradução de Estela dos Santos Abreu. Rio de Janeiro: Contraponto, 2011.

TESTA, Edimarcio. **Hermenêutica filosófica e história**. Passo Fundo, RS: Editora da UPF, 2004.

TOSH, John. **A busca da história**: objetivos, métodos e as tendências no estudo da história moderna. Tradução de Jacques A. Wainberg. Rio de Janeiro: Vozes, 2011.

WASSERMAN, Cláudia; DEVÉS-VALDÉS, Eduardo (Orgs.). **Pensamento latino-americano além das fronteiras nacionais**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2010.

WHITE, Hayden. **Ficción histórica, historia ficcional y realidade histórica**. 1. ed. Buenos Aires: Prometeo Libros, 2010.

WILSON, John. **Pensar com conceitos**. Tradução de Waldéa Barcellos. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

WINTER, Jay. A geração da memória: reflexões sobre o boom da memória nos estudos contemporâneos de história. In: SELIGMAN-SILVA, Márcio (Org.). **Palavra e imagem**: memória e escrita. Chapecó, SC: Argos, 2006. p. 67-90.

APÊNDICES

APÊNDICE A – LISTA DE TESES SOBRE O TEMA AMÉRICA LATINA**PUCRS**

1. PÉREZ OCHOA, Eduardo. **Guerra irregular em espacios andinos y em la pampa gaucha: el caso de la Banda Oriental del Uruguay (1808-1820)**. 1995. 4 volumes. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1995.
2. CRUZ, Glenda Pereira da. **Antecedentes da organização do espaço colonial da América Ibérica**. 1995. 2 volumes. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1995.
3. RECKZIEGEL, Ana Luiza Setti. **A diplomacia marginal: vinculações políticas entre o Rio Grande do Sul e o Uruguai (1893-1904)**. 1997. 324 f. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1997.
4. HAFFNER, Jacqueline Angélica Hernández. **Comissão Econômica para América Latina (CEPAL): uma visão crítica do seu pensamento – o caso brasileiro**. 1999. 312 f. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1999.
5. FLORES, Alberto Vivar. **El liberalismo em Iberoamérica: um pensamiento fuera de lugar: el caso de la constitucion política del imperio de Brasil**. 1999. 556 f. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1999.
6. MARTINS, Maria Cristina Bohn. **A festa Guarani nas Reduções: perdas, permanências e recriação**. 1999. 304 f. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1999.
7. FLECK, Eliane Cristina Deckmann. **Sentir, adoecer e morrer: sensibilidade e devoção no discurso missionário jesuítico do século XVII**. 1999. 353 f. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1999.
8. CAMARGO, Fernando da Silva. **O Málon de 1801: a Guerra das Laranjas e suas implicações na América Meridional**. 2000. 316 f. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2000.
9. HEINSFELD, Adelar. **As ações geopolíticas do Barão do Rio Branco e seus reflexos na Argentina**. 2000. 485 f. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2000.
10. SILVEIRA, Helder Volmar Gordim da. **Joaquim Nabuco e Oliveira Lima: faces de um paradigma ideológico da americanização nas relações internacionais do Brasil**. 2000. 311 f. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2000.
11. GOLIN, Luiz Carlos. **A fronteira Brasil-Uruguai: estado e movimentos espontâneos na fixação dos limites do Rio Grande do Sul**. 2001. 2 volumes. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2001.

12. SILVEIRA, Mauro César. **A Guerra do Paraguai e as relações luso-brasileiras na década de 1860-1870**. 2001. 3 volumes. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2001.
13. BEM, Judite Sanson de. **Uma análise da construção do pensamento neo-estruturalista cepalino: as contribuições da crise e do pensamento liberal à redefinição do papel do Estado na América Latina**. 2001. 321 f. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2001.
14. GOMES NETO, Álvaro de Souza. **A importância do negro na formação da sociedade portenha, 1703-1860**. 2002. 401 f. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2002.
15. MENEGHETTI NETO, Alfredo. **Redes de cidades: cooperação, estratégias de desenvolvimento, limitações constitucionais e divergências: o caso da rede Mercocidades**. 2002. 271 f. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2002.
16. CARNEIRO, Newton Luis Garcia. **De volta a fronteira: uma incursão aos fundamentos da cultura política sul-rio-grandense referente ao século XIX: a infiltração rio-grandense no estado oriental e a formação da identidade política regional**. 2003. 312 f. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2003.
17. ESSELIN, Paulo Marcos. **A pecuária no processo de ocupação e desenvolvimento econômico do Pantanal Sul-Mato-Grossense (1830-1910)**. 2003. 345 f. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2003.
18. MORAES, Ceres. **As políticas externas do Brasil e da Argentina: o Paraguai em jogo (1939-1954)**. 2003. 312 f. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2003.
19. VILLALOBOS, Marco Antonio Vargas. **Ditadura e resistência democrática: República Oriental Del Uruguay: 1968-1985**. 2003. 281 f. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2003.
20. CARVALHO, Haroldo Loguércio. **A trama da integração: soberania e identidade do Cone Sul**. 2004. 207 f. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2004.
21. SILVEIRA, Ricardo Antônio da. **Reflexão sobre a historiografia platina: discursos do século XIX sobre D. João**. 2004. 176 f. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2004.
22. KOLING, Paulo José. **América Latina periférica: o desenvolvimento latino-americano na concepção de prebisch/CEPAL (1948-1981)**. 2004. 437 f. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2004.
23. BARCELOS, Artur Henrique Franco. **O mergulho no seculum: exploração, conquista e organização espacial jesuítica na América espanhola colonial**. 2006. 2 volumes. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006.

24. UESSLER, Cláudia de Oliveira. **Sítios arqueológicos de assentamentos fortificados ibero-americanos na região Platina Oriental**. 2006. 221 f. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006.
25. BAPTISTA, Jean Tiago. **Fomes, pestes e guerras: dinâmicas dos povoados missionais em tempos de crise (1610-1750)**. 2007. 351 f. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.
26. COLVERO, Ronaldo Bernardino. **... bajo su real protección: o Império Português rumo à Banda Oriental (1808-1812)**. 2009. 308 f. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.
27. GONZÁLEZ, Ana María Sosa. **Memorias de la diáspora: narrativas identitárias de los uruguayos en Brasil (1960-2010)**. 2011. 370 f. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.
28. LUZ, Patricia Camera Varella da. **Representações culturais na Bienal de Artes Visuais do Mercosul: o estatuto da fotografia e a expressão do sujeito social**. 2012. 284 f. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.
29. FLORES, Mariana Flores da Cunha Thompson. **Crimes de fronteira: a criminalidade na fronteira meridional do Brasil (1845-1889)**. 2012. 343 f. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.
30. ANTONI, Edson. **O discurso jornalístico e o processo de marginalização social do Exército Zapatista de Libertação Nacional e do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra**. 2012. 172 f. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.
31. AHLERT, Jacqueline. **Estátuas andarilhas: as miniaturas na imaginária missioneira: sentidos e remanescências**. 2012. 369 f. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.
32. PREISS, José Luiz da Silva. **Brasil e Argentina no Oriente Médio: do pós-Segunda Guerra Mundial ao final da Guerra Fria**. 2013. 197 f. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013.
33. PEREIRA, Ione Aparecida Martins Castilho. **Em tudo semelhante, em nada parecido: uma análise comparativa dos planos urbanos das missões jesuíticas de Mojos Chiquitos, Guaraní e Maynas (1607-1767)**. 2014. 226 f. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014.
34. DALMÁZ, Mateus. **Democracia e concerto americano: a visão de O Cruzeiro sobre a Argentina nas relações interamericanas (1946-1966)**. 2014. 167 f. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014.
35. BETT, Ianko. **Catolicismo e cruzada: revistas católicas e o imaginário anticomunista no Brasil e Argentina (1960-1967)**. 2015. 409 f. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015.

36. ARRUDA, Ariane Aparecida Carvalho de. **Cristãos e infiéis nos espaço de fronteira, Chiquitania/Bolívia e Pantanal/Brasil: conflitos, reciprocidade, mestiçagem e mobilidade social (1770 – 1800)**. 2015. 216 f. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015.

37. CAON, Marcelo. **Cidade e patrimônio: estudo dos inventários de preservação do patrimônio cultural edificado das cidades de La Plata e Caxias do Sul (1986)**. 2016. 395 f. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016.

UFRGS

38. PADOIN, Maria Medianeira. **O federalismo no espaço fronteiriço platino: a Revolução Farroupilha (1835-1945)**. 1999. 337 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1999.

39. LENZ, Maria Heloisa. **Crescimento econômico e crise na Argentina de 1870 1930: a Belle Époque**. 2001. 406 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2001.

40. BLANCO, Fernando Luís. **Fronteras étnicas en el corazón de América del Sul (1776-1820)**. 2004. 286 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2004.

41. SIMÃO, Ana Regina Falkembach. **A pré-história do Mercosul: cooperação entre Brasil-Argentina (1979-1991)**. 2004. 285 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2004.

42. RAMÍREZ, Hernán Ramiro. **Os institutos de estudos econômicos de organizações empresariais e sua relação com o Estado em perspectiva comparada: Argentina e Brasil, 1961-1996**. 2005. 709 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005.

43. PADRÓS, Enrique Serra. **Como el Uruguay no hay... terror de estado e segurança nacional: Uruguai (1968-1985): do Pachecato à Ditadura Civil-Militar**. 2005. 878 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005.

44. KERBER, Alessandro Mário. **Representações das identidades nacionais argentina e brasileira nas canções interpretadas por Carlos Gardel e Carmen Miranda (1917-1940)**. 2007. 315 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.

45. RANGEL, Carlos Roberto da Rosa. **Participação política nos discursos oposicionistas a Getúlio Vargas e Gabriel Terra**. 2007. 315 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.

46. KNAAK, Bianca. **As Bienais de Artes Visuais do Mercosul: utopias e protagonismos em Porto Alegre (1997-2003)**. 2008. 289 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.

47. SILVEIRA, Marise da. **América Latina entre inclusões e exclusões: escolas, ensino de história e identidade em tempos de ditadura militar.** 2009. 318 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.
48. OLIVEIRA, Paulo Rogério Melo de. **O encontro entre os guaranis e os jesuítas na Província Jesuítica do Paraguai e o glorioso martírio do venerável padre Roque González nas tierras de Ñesu.** 2010. 516 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010.
49. NASCIMENTO, Jorge Luiz do. **Trincheiras ideológicas: o debate entre os jornais peruanos El Comercio e La Tribuna.** 2010. 314 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010.
50. BAUER, Caroline Silveira. **Um estudo comparativo das práticas de desaparecimento nas ditaduras civil-militares argentina e brasileira e a elaboração de políticas de memória em ambos os países.** 2011. 446 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.
51. LUCE, Mathias Seibel. **A teoria do subimperialismo em Ruy Mauro Marini: contradições do capitalismo dependente e a questão do padrão de reprodução do capital.** 2011. 225 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.
52. BERUTE, Gabriel Santos. **Atividades mercantis do Rio Grande de São Pedro: negócios, mercadorias e agentes mercantis (1808-1850).** 2011. 309 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.
53. FERNANDEZ, Jorge Christian. **Anclaos em Brasil: a presença argentina no Rio Grande do Sul (1966-1989).** 2011. 617 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.
54. FERREIRA, Carla. **A classe trabalhadora no processo Bolivariano da Venezuela: contradições e conflitos do capitalismo dependente petroleiro-rentista (1989-2010).** 2012. 279 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.
55. COUTO, Cristiano Pinheiro de Paula. **Intelectuais e exílios confronto de resistências em revistas culturais: encontros com a civilização brasileira, Cuadernos de Marcha e Controversía (1978-1984).** 2013. 243 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013.
56. ALMEIDA, Marli Auxiliadora de. **Índios fronteiriços: a política indigenista de fronteira e políticas indígenas na província de Mato Grosso entre a Bolívia e o Paraguai (1837-1873).** 2013. 241 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013.
57. VOLKMER, Márcia Solange. **Compatriotas franceses ocupam a fronteira: imigração e comércio na fronteira oeste do Rio Grande do Sul (segunda metade do século XIX).** 2013. 282 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013.

58. DOMINGOS, Charles Sidarta Machado. **Questão de Cuba: a política externa independente e a crise dos mísseis**. 2014. 379 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014.
59. BIDINOTO, Lauro Manzoni. **Dámaso Antonio Larrañaga: a biografia de um cura em tempos de independência no Prata**. 2015. 200 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015.
60. MENEGAT, Carla. **Transportando fortunas para povoar deserta e inculta campanha: atuação política e negócio dos brasileiros no norte do Estado Oriental do Uruguai (ca. 1845-1865)**. 2015. 335 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015.
61. LEIPNITZ, Gunter Tlajia. **Vida independente, ainda que modesta: dependentes, trabalhadores rurais e pequenos produtores na fronteira meridional do Brasil (C. 1884-1920)**. 2016. 285 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016.
62. LIMA, Rafael Peter de. **Andrés Lamas e a atuação da Legação Oriental na Corte imperial brasileira: escravidão e relações internacionais (1847-1869)**. 2016. 277 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016.

UNISINOS

63. HENN, Leonardo Guedes. **As concepções de revolução produzidas pela Internacional Comunista e por seus organismos da América do Sul para as colônias e semicolônias, especialmente para a América Latina**. 2005. 291 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2005.
64. BITTENCOURT, Paulo José Sá. **Espelhos de Cronos. A relação entre passado e futuro no discurso bolivariano (1811-1930)**. 2006. 318 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2006.
65. CABRAL, José Pedro Cabrera. **Trajetória político-ideológico da esquerda uruguaia: 1964-2004**. 2006. 420 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2006.
66. SILVA, Émerson Neves da. **A contribuição da Igreja Católica para a formação do Neozapatismo e do Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra**. 2008. 247 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2008.
67. FUÃO, Juarez José Rodrigues. **A construção da memória: os monumentos a Bento Gonçalves e José Artigas**. 2009. 376 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2009.
68. REYNALDO, Ney Iared. **Guerra do Paraguai: um conflito anunciado (1852-1864)**. 2009. 218 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2009.

69. PUHL, João Ivo. **Territorialidades chiquitanas em comunidades rurais da Província de Velasco, Bolívia, 1953-2006**. 2011. 287 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2011.
70. FELIPPE, Guilherme Galhegos. **A cosmologia construída de fora: a relação com o outro como forma de produção social entre os grupos chaquenos no século 18**. 2013. 269 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2013.
71. CERVEIRA, Luis Alexandre. **Dos levantes de Castela às revoluções comuneras do Paraguai: apropriações e ressignificações de um conceito em três atos**. 2014. 247 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2014.
72. PEREIRA, Luiz Felipe Schervenski. **Discursos políticos do ministro Oswaldo Aranha e a defesa do Pan-Americanismo no período do Ministério das Relações Exteriores (1938-1944)**. 2015. 205 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2015.

APÊNDICE B – LISTA GERAL DE TESES DEFENDIDAS NOS TRÊS PROGRAMAS

ABREU, Luciano Aronne de. O Rio Grande Estadonovista: interventores e interventoras. 2005. 309 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2005.

AITA, Carmen Silvia Aragonés. Liberalismo e República: o pensamento político de J. F. de Assis Brasil. 2007. 267 f. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.

AL-ALAM, Caiuá Cardoso. Palácio das Misérias: Populares, Delegados e Carcereiros em Pelotas (1869-1889). 274 f. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.

ALBERNAZ, Cássio Alan Abreu. Timoneiros dos rumos da nação: carreiras e trajetória da elite estatal do planejamento do desenvolvimento econômico e industrial no Brasil (1934 – 1982). 2012. 257 f. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.

ALMEIDA, Diego Orgel dal Bosco. Interfaces do Político: o Discurso de Alberto Pasqualini em Perspectiva (1936-1955). 2015. 227 f. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015.

ALMEIDA, Fábio Chang de. A Direita Radical no Portugal Democrático: os rumos após a Revolução dos Cravos (1974-2011). 2014. 329 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014.

ALMEIDA, Michel Willian Zimmermann de. Carro não se constrói, se compra: o empreendedor brasileiro na indústria automobilística entre os anos 70 e 90. 2016. 240 f. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016.

ALVES, Francisco das Neves. O discurso político-partidário Sul-Rio-Grandense sob o prisma da imprensa rio-grandina (1868-1895). 1998. 3 volumes. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1998.

ALVES, Leonice. Aparecida de Fátima. Estado, Educação e Modernização Agrária: O Papel da Escola de Engenharia de Porto Alegre (RS: 1889-1930). 2008. 417 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2008.

AMADOR, Milton Cleber Pereira. A Colonização na Pequena Propriedade Familiar pelo Descendente de Imigrante e o Desenvolvimento Socioeconômico de Concórdia (1920 à 1960). 2010. 417 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2010.

AMARAL, Sandra Maria do. O Teatro do Poder: as elites políticas no Rio Grande do Sul na vigência do Estado Novo. 2006. 347 f. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006.

ARAÚJO, Marina Corrêa da Silva de. O privilégio de reinventar a poesia: vanguarda pop e reestruturação do tempo histórico na arte em New York nas décadas de 1960 e 1970. 239 f. 2015. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015.

ARAVANIS, Evangelia. O corpo em evidência nas lutas dos operários gaúchos (1890-1917). 2005. 239 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005.

ARENDDT, Isabel Cristina. Representações de Germanidade, Escola e Professor Allgemeine Lehrerzeitung Für Rio Grande do Sul (Jornal Geral Para o Professor Rio Grande do Sul). 310 f. 2005. Tese (Doutorado em História) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2005.

- ARENDDT, Sílvia Maria Favero. Filhos de criação: uma história dos menores abandonados no Brasil (década de 1930). 2005. 447 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005.
- ARMANI, Carlos Henrique. A imagi-nação como temporalidade: o pensamento de Eduardo Prado e seus outros na elaboração da ontologia nacional em fins do século 19. 278 f. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.
- AVANCINI, Elsa Gonçalves. O Canto Orfeônico escolar e a formação da identidade nacional no Brasil – 1937-1961. 2001. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2001.
- AVILA, Arthur Lima de. Território contestado: a reescrita da História do Oeste Norte-Americano (c.1985-c.1995). 287 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010.
- BAMMANN, Kellen. Por trás de uma tampinha de Coca-Cola, um mundo de coisas boas: o American Way of Life nas Páginas de o Cruzeiro e Manchete (1950-1959). 202 f. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016.
- BAPTISTA, Lyvia Vasconcelos. O lógos da Guerra pérsica: uma análise da concepção de história na obra de Procópio de Cesaréia (VI d.C.). 226 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013.
- BARBOSA, Carla Adriana da Silva. José casou com Maroca e Antônio casou-se com Fina: relações de gênero e violência e afetivo-sexual no Sul do Brasil (RS, 1989-1930). 301 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015.
- BARRETO, Augusto de Borba. Aspectos Institucionais e Políticos da Representação das Associações Profissionais, no Brasil, nos anos 1930. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2001.
- BARROSO, Vera Lucia Maciel. Moendas Caladas: Açúcar Gaúcho S.A. – AGASA: um projeto popular silenciado Santo Antônio da Patrulha e Litoral Norte do Rio Grande do Sul (1957-1990). 2006. 261 f. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006.
- BARTEL, Carlos Eduardo. O Movimento Sionista e a Comunidade Judaica Brasileira (1901-1956). 2012. 320 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.
- BARTZ, Frederico Duarte. Movimento operário e revolução social no Brasil: ideias revolucionárias e projetos políticos dos trabalhadores organizados no Rio de Janeiro, São Paulo, Recife e Porto Alegre entre 1917 e 1922. 2014. 300 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014.
- BATALHONE JÚNIOR, Vitor Claret. O cavalo de troia da nação: tempo, erudição, crítica e método em Capistrano de Abreu (1878-1927). 175 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015.
- BATISTA, Alexandre Blankl. A trajetória de Paulo Francis na imprensa hegemônica e contra-hegemônica brasileira (1962-1997). Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015.
- BATISTELLA, Alessandro. O Partido Trabalhista Brasileiro no Paraná (1945-1965). 382 f. Tese (Doutorado em História), Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014.
- BAUER, Letícia Brandt. O homem e o monumento: criações e recriações de Rodrigo Melo Franco de Andrade. 273 f. Tese (Doutorado em História), Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015.
- BEBER, Marcus Vinícius. O sistema de assentamento dos grupos ceramistas do Planalto Sul-brasileiro: o caso da tradição Taquara/Itararé. 2004. 289 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2004.

BEISER, Ana Cristina Pires. De Uma Fábrica de Antigamente a uma Indústria Racionalizada: o Processo de Desenvolvimento da Ritter Alimentos. 188 f. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.

BENEDUZI, Luís Fernando. Mal di Paese: as reelaborações de um vêneto imaginário na ex-colônia de conde d'Eu (1884-1925). 2004. 324 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2004.

BERCLAZ, Ana Paula Soares. Cartazes Concretistas: arte, design gráfico e a visualidade moderna nos anos 50 e 60 no Brasil. 2011. 234 f. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.

BIAVASCHI, Márcio Alex Cordeiro. Relações de poder coronelistas na Região Colonial Italiana do Rio Grande do Sul durante o período borgista (1903-1928). 380 f. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.

BICCA JÚNIOR, Ramiro Lopes. São coisas nossas: Tradição e Modernidade em Noel Rosa. 215 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2009.

BILHÃO, Isabel Aparecida. Identidade e trabalho: análise da construção identitária dos operários porto-alegrenses (1896-1920). 2005. 280 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005.

BISINELLA, Carolina Aveline Deitos Rosa. Por uma arqueologia fenomenológica: experiências múltiplas em um lugar (Sítio Ari Duarte I, Pinhal da Serra/RS). 252 f. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.

BITENCOURT, João Batista. Estado Novo, Cidade Velha. 2002. 300 f. Tese (Doutorado em História), Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2002.

BOEIRA, Luciana. Como salvar do Esquecimento Os Atos Bravos do Passado Rio-Grandense: a Província de São Pedro como um Problema Político-Histórico no Brasil Imperial. 315 f. Tese (Doutorado em História), Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013.

BOLZAN, Moacir. Quarta Colônia: da fragmentação à integração. 2011. 348 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2011.

BONALDO, Rodrigo Bragio. Comemorações e efemérides: ensaio episódico sobre a história de dois paralelos. 314 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014.

BONOW, Stefan Chamorro. A desconfiança sobre as comunidades germânicas de Porto Alegre durante a Primeira Guerra Mundial: cidadãos leais ou retovados? 2011. 379 f. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.

BORGES, Viviane Trindade. Do esquecimento ao tombamento: a invenção de Arthur Bispo do Rosário. 2010. 232 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010.

BORIN, Marta Rosa. Por um Brasil católico: tensão e conflito no campo da república. 2010. 352 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2010.

BRANCHER, Ana Lize. Histórias do Além Mar já aborrecem – história e literatura de Carvalho Guimarães (1820-1946). Tese (Doutorado em História), Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2002.

BRAND, Antônio. O Impacto da Perda da Terra sobre a Tradição Kaiowá/Guarani: Os Difíceis Caminhos da Palavra. 382 f. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1998.

BRUM, Rosemary Fritsch. Uma cidade que se conta: Imigrantes Italianos e Narrativas no Espaço Social da Cidade de Porto Alegre (1920-1937). 452 f. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2003.

CABRAL, Gilberto Flores. Paradoxos de uma Modernidade Longínqua: Le Corbusier e o imaginário corbusiano – uma análise de suas interações com o Brasil. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2001

CALDEIRA NETO, Odilon. Nosso nome é Enéias: Partido da Reedificação da Ordem Nacional (1989-2006). 413 f. 2016. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016.

CAMPOS, Daniela de. A Campanha operário padrão: como tornar-se um modelo de trabalhador. 180 f. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014.

CARDOSO, Wanderley Dias. A história da educação escolar para o Terena: origem e desenvolvimento do Ensino Médio na Aldeia Limão Verde. 142 f. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.

CARLE, Cláudio Baptista. A organização dos assentamentos de ocupação tradicional de africanos e descendentes no Rio Grande do Sul nos séculos XVIII e XIX. 2005. 2 volumes. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

CARLETTI, Anna. Diplomacia e religião: encontros e desencontros nas relações entre a Santa Sé e a República Popular da China (1949-2005). 361 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.

CARVALHO, Enildo de Moura. Na terra de Malazartes e Aleijadinho. Vianna Moog, Intérprete do Brasil. 286 f. 2011. Tese (Doutorado em História) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2011.

CARVALHO, Maria do Amparo Alves de. Batalha do Jenipapo: reminiscências da cultura material em uma abordagem arqueológica. 289 f. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014.

CENTURIÃO, Luiz Ricardo Michaelsen. A Cidade Colonial no Brasil. 370 f. 1997. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1997.

CHAVES, Larissa Patron. Honremos a Pátria senhores! As sociedades Portuguesas de Beneficência: caridade, poder e formação de elites na Província de São Pedro (1854-1910). 339 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2008.

CHIARELLI, Lígia Maria Ávila. Habitação Social em Pelotas (1987-2010) Influências das Políticas Públicas na Promoção de Conjuntos Habitacionais. 345 f. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014.

COLLING, Ana Maria. A Construção da Cidadania da Mulher Brasileira – igualdade e diferença. 2000. 382 f. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2000.

COLUSSI, Eliane Lucia. Plantando Ramas de Acácia: a Maçonaria Gaúcha na Segunda Metade do Século XIX. 1998. 2 volumes. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1998.

COMERLATO, Fabiana. As representações rupestres do litoral de Santa Catarina. 156 f. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005.

COMPANY. Zeli Teresinha. Procurando bem todo mundo tem pereba: práticas e recursos de cura a partir de cultura material na Porto Alegre do século XIX (1815-1898). 284 f. 2015. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015.

CORREA, Marise Soares. A História e o discurso de lei: o discurso antecede à História. 465 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Vale Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2009.

COSTA, Miguel Ângelo Silva da. Entre a intolerância política e a sede ardente de mando: família, poder e facções no tempo dos cunhados José Joaquim de Andrade Neves e João Luís Gomes da Silva (c.1845 – c.1870). 359 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Vale Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2011.

- COUTO, Mateus De Oliveira. Castigos e Punições nas Forças Imperiais Durante a Campanha Contra o Paraguai (1864-70). 206 f. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016.
- CRUXEN, Edison Bisso. A (Re)Construção de Representações de uma Paisagem Fronteiriça Fortificada em Transição: o Livro das Fortalezas, de Duarte De Armas (1509 – Portugal/Castela). 218 f. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015.
- CYPRIANO, Doris Cristina Castilhos de Araujo. Margens dos rios Madeira e Tapajós: situação de contato e dinâmica social-séculos XVII e XVIII. 172 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Vale do Rio dos Sinos, Porto Alegre, 2005.
- DAJELLO, Luís Fernando Telles. Golpes oligárquicos e consciência democrática, Atenas século V a.C. 228 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, São Leopoldo, 2016.
- DARONCO, Leandro Jorge. Campos esquecidos: experiências sociais de cativo em uma zona rural e fronteiriça (Norte-Noroeste do Rio Grande do Sul:1840-1888). 446 f. 2012. Tese (Doutorado em História) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2012.
- DE LORENZO. Ricardo. O Campo Cinematográfico no Rio Grande do Sul. 357 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013.
- DEITOS, Nilceu Jacob. Presença da igreja no oeste do Paraná: a construção do imaginário católico (1930-1990). 250 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2004.
- DIAS, Carlos Gilberto Pereira. Costurando vidas – Os itinerários de duas professoras: Ana Aurora do Amaral Lisboa (1860-1951) e Júlia Malvina Hailliot Tavares (1866-1939). 229 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.
- DIAS, José Roberto de Lima. Percursos da racionalização do sagrado no espiritismo: um conjunto de ideias presentes na literatura e na imprensa brasileira (1857-1915). 273 f. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011, p. 8.
- DIAS, Rodrigo. Imprensa revolucionária dos anos oitenta: os intelectuais e suas formulações sobre a Revolução Brasileira. 75 f. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.
- DILL, Aidê Campello. A criança sob Inspiração Positivista no Rio Grande do Sul (1898-1928). 148 f. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1999.
- DILLMANN, Mauro. Morte e práticas fúnebres na secularizada República: a Irmandade e o Cemitério São Miguel e Almas de Porto Alegre na primeira metade do século XX). 302 f. 2013. Tese (Doutorado em História) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2013.
- DOBERSTEIN, Arnoldo Walter. RS (1920-1940): estatuária, catolicismo e gauchismo. 1999. 377 f. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1999.
- DOCKHORN, Gilvan Odival Veiga. A Redefinição do Estado Autoritário Brasileiro: a Perspectiva do Parlamento Sul-Rio-Grandense (1974-1984). 2004. 2 volumes. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2004.
- DONNER, Sandra Cristina. História local, memória e ofício do historiador entre Raízes e marcas do tempo (1990-2012). 220 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015.
- ELMIR, Cláudio Pereira. A História Devorada. No Rastro dos Crimes da Rua do Arvoredo. 322 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2003.

- ERBERTS, Ana Lúcia. Arqueologia do Caminho das Tropas: estudo das estruturas viárias remanescentes entre os rios Pelotas e Canoas, SC. 540 f. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.
- ESPIG, Márcia Janete. Personagens do Contestado: os turmeiros da Estrada de Ferro São Paulo – Rio Grande (1908-1915). 434 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.
- ETCHEVERRY, Carolina Martins. Fotografia e Arte: Geraldo de Barros e José Oiticica Filho (1950-1964). 286 f. 2012. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.
- FABIANI, Adelmir. Os Novos Quilombos. Luta pela terra e afirmação étnica no Brasil (1988-2008). 275 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2008.
- FACHEL, José Plínio Guimarães. As violências contra os alemães e seus descendentes, durante a segunda guerra mundial, em Pelotas e São Lourenço do Sul. 255 f. 2002. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2002.
- FALCÃO, Jairo Luiz Fleck. Cooperação, experiência e Sobrevivência: a História dos Trabalhadores do Porto de Porto Alegre (1961-1989). 308. Tese (Doutorado em História) – Universidade Vale do Rio dos Sinos, Porto Alegre, 2005.
- FALEIRO, Silvana Rossetti. Enlaçando Tempos e Espaços: Os Medos Entre Descendentes de Imigrantes Italianos no rio Grande do Sul: raízes medievais? 192 f. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015.
- FARIAS, Amy Caldwell de. Mergulho no Letes: Uma re-interpretação político-histórica da confederação do Equador. 174 f. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2002.
- FARIAS, Deisi Scunderlick Eloy de. Distribuição e padrão de assentamento: propostas para sítios de Tradição Umbu na encosta de Santa Catarina. 105 f. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005.
- FAVARO, Cleci Eulália. Imagens femininas: contradições, ambivalências, violências – região colonial italiana do Rio Grande do Sul – 1875/1950. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1995.
- FAY, Claudia Musa. Crise nas alturas: a questão da aviação civil no Brasil (1927-1975). 288 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2001.
- FERNANDES, Ana Carla Sabino. Archive-se! História, documentos e memórias arquivística no Ceará (1835-1934). 248 f. 2012. Tese (Doutorado em História) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2012.
- FERREIRA, Letícia Schneider. Entre Eva e Maria: a construção do feminino e as representações do pecado da luxúria no livro das confissões de Martin Perez. 333 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.
- FERREIRA, Maria Letícia Mazzucchi. Quando o apito da fábrica de tecidos...: memória pública e memória coletiva, Fábrica Rheingantz, 1950-1970, Rio Grande, RS. 321 f. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2002.
- FERTIG, André Átila. Clientelismo Político em Tempos Belicosos: a Guarda Nacional na Província do Rio Grande do Sul na defesa do Estado Imperial centralizado (1850-1873). 2003. 397 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2003.
- FIALHO, Daniela Marzola. Cidades Visíveis: para uma história da cartografia como documento de identidade urbana. 479 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010.

FILATOW, Fabian. Política e Violência em Soledade – RS (1932-1938). 259 f. 2015. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015.

FLÔRES, João Rodolpho Amaral. Profissão e experiências sociais entre trabalhadores da Viação Férrea do Rio Grande do Sul em Santa Maria (1898-1957). 2 volumes. Tese (Doutorado em História) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2005.

FLORES, Moacyr. República Rio-Grandense: Realidade e Utopia. 468 f. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1993.

FOGAÇA, Emílio. Mãos para o Pensamento – A variabilidade tecnológica de indústrias líticas de caçadores-coletores holocênicos a partir de um estudo de caso: as camadas VIII e VII da Lapa do Boquete (Minas Gerais, Brasil – 12.000/10.500 B.P.). Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2001.

FOLETTTO, Arlene Guimarães. No rodeio das relações: três trajetórias de famílias abastadas no oeste da província do Rio Grande de São Pedro (segunda metade dos oitocentos). 421 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.

FRAGA, Gerson Wasen. A derrota do Jeca na imprensa brasileira: nacionalismo, civilização e futebol na Copa do Mundo de 1950. 398 f. 2009. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

FRANCISCO, Aline Ramos. KAINGÁNG: Uma História das Interações entre Nativos e Ocidentais durante a Conquista e a Colonização no Sul do Planalto Meridional. 358 f. 2013. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013.

FREITAS, Vânia Maria Oliveira de. Mozart Pereira Soares – o caboclinho de Palmeira das Missões – um enciclopedista que revela suas raízes. 372 f. 2009. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

GAGLIETTI, Mauro José. Os discursos de Dyonélio Machado e Raul Pilla: o político e suas múltiplas faces. 351 f. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005.

GANDRA, Edgar Ávila. Porto dos Direitos: a trajetória do Sindicato dos Trabalhadores nos serviços portuários de Porto Alegre no período de 1959 a 1969, através da análise das suas atas. 269 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2004.

GASPAROTTO, Alessandra. Companheiros ruralistas!: mobilização patronal e atuação política da Federação das Associações Rurais do Rio Grande do Sul (1959-1964). 340 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016.

GEDOZ, Sirlei Teresinha. Idéias de democracia no Brasil: Tancredo Neves, o homem síntese, ou diretas na lei ou na marra. 144 f. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2002.

GEVEHR, Daniel Luciano. Pelos Caminhos de Jacobina: Memórias e Sentimentos (RES)Significados. 287 f. 2007. Tese (Doutorado em História) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2007.

GILL, Lorena Almeida. Um mal de Século: Tuberculose, Tuberculosos e Políticas de Saúde em Pelotas (RS) 1890-1930. 306 f. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2004.

GLUCHY, Maria Elida Farías. El ócus arqueológico meridional: entre el axioma y la heterodoxia. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005.

GOMES, Arilson dos Santos. O Universo das Gentes do Mar e a Identidade Negra nos Discursos e Práticas Políticas de Carlos Santos (1959-1974). 597 f. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014.

GOMES, Carla Renata Antunes de Souza. Entre tinteiros e bagadus: memórias de sangue e tinta. A escrita da História em periódicos literários Porto-Alegrensens do século XIX (1856-1879). 349 f. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.

GOMES, Flamarion Freire da Fontoura. Entre Locais e Lugares: os Vestígios dos Antigos Caçadores-coletores no Arroio Touro-Passo, Uruguaiana-RS. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016.

GONÇALVES, Dilza Pôrto. A Instrução Pública, a Educação da Mulher e a Formação de Professores nos Jornais Partidários de Porto Alegre/RS (1869-1937). 307 f. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013.

GRAEBIN, Cleusa Gomes. Sonhos, desilusões e formas provisórias de existência: os açorianos no Rio Grande de São Pedro. 285 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2004.

GRIGIO, Ênio. No alvoroço da festa, não havia corrente de ferro que os prendesse, nem chibata que intimidasse: a comunidade negra e sua Irmandade do Rosário (Santa Maria, 1873-1942). 313 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2016.

GRITTI, Isabel Rosa. Imigração e colonização polonesa no Rio Grande do Sul: a emergência do preconceito. 272 f. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2002.

GROSSELLI, Renzo. Noi Tirolesi, Sudditi Felici Di Don Pedro II. 235 f. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1998.

GUIMARÃES, Suzana Cristina Souza. A fabulação do corpóreo na imagética de Alcides Pereira dos Santos. 245 f. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.

GUTIERREZ, Ester Judite Bendjouya. Barro e Sangue: mão-de-obra, arquitetura e urbanismo em pelotas (1777-1888). 549 f. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1999.

HAGEMEYER, Rafael Rosa. A identidade antifascista no cancionero da Guerra Civil Espanhola. 316 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2004.

HALLAL, Dalila Rosa. O curso de Turismo da PUCRS: a trajetória dos seus 38 anos de existência – do Bacharelado (1972) ao tecnólogo (2010). Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010.

HARRES, Marluza Marques. Conflito e Conciliação no Processo de Reforma Agrária do Banhado do Colégio. Camaquã, RS. 431 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2002.

HECK, Caroline Rafaela. Qual o Campo(s) de Carvalho?: a literatura e a política no Brasil entre 1956 e 1977 pelo autor e sua obra. 206 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015.

HOELTZ, Sirlei Elaine. Tecnologia Lítica: uma proposta de leitura para a compreensão das indústrias do Rio Grande do Sul, Brasil, em tempos remotos. 2005. 464 f. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005.

HOFFMAN, Leandro Sidinei Nunes. Da Cruz à Bandeira: a construção do imaginário do Movimento Sem Terra/RS (1985-1991). 401 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2002.

HOFFMANN, Carmen Anita. A trajetória do curso de Dança da Unicruz (1998-2010). 218 f. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015.

HRUBY, Hugo. O século XIX e a escrita da História do Brasil: diálogos na Obra de Tristão de Alencar Araripe (1867-1895). 374 f. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.

IOTTI, Luiza Horn. Imigração e Poder: a Palavra Oficial Sobre os Imigrantes Italianos no Rio Grande do Sul (1875-1914). 308 f. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2003.

JAIROCE, Jorge Fernando. A mulher e o comércio informal transfronteiriço vulgo mukhero no sul de Moçambique: casos das fronteiras de Namaacha e Ressano Garcia, 1984-2016. 167 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016.

JARDIM, Rejane Barreto. Ave Maria, Ave Senhora de todas as graças!. Um estudo do feminino na perspectiva das relações de gênero na Castela do século XIII. 236 f. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006.

KARAWEJCZYK, Mônica. As filhas de Eva querem votar: dos primórdios da questão à conquista do sufrágio feminino no Brasil (c. 1850-1932). 398 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013.

KLAFKE, Álvaro Antônio. Antecipar essa idade de paz, esse império do bem: imprensa periódica e discurso de construção do Estado unificado (São Pedro do Rio Grande do Sul, 1831-1845). 287 f. 2011. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.

KLAMT, Sérgio Célio. Uma contribuição para o sistema de assentamento de um grupo horticultor da Tradição Cerâmica Tupiguarani. 267 f. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005.

KLEIN, Ana Inez. Fronteiras de Cristal: um estudo sobre a memória e a história através das crônicas ‘Antigualhas’: reminiscências de Porto Alegre. 200 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2004.

KNACK, Eduardo Roberto Jordão. Passo Fundo e a Construção do Imaginário de Capital do Planalto: comemoração, memória, visualidade e políticas públicas. 468 f. 2016. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016.

KORNDÖRFER, Ana Paula. Na International Problem of Serious Proportions: a Cooperação entre a Fundação Rockefeller e o Governo do Estado do Rio Grande do Sul no Combate à Ancilostomíase e seus Desdobramentos (1919-1929). 302 f. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013.

KUMMER, Lizete Oliveira. A psiquiatria forense e o Manicômio Judiciário do Rio Grande do Sul: 1925-1941. 158 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010.

LANDA, Beatriz dos Santos. Os Nãndeva/Guarani e o uso do espaço na terra indígena Porto Lindo/Jakarey, Município de Japorã / MS. 2 volumes. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005.

LAROQUE, Luís Fernando da Silva. Fronteiras Geográficas, Étnicas e Culturais Envolvendo os Kaingangs e suas lideranças no Sul do Brasil (1889-1930). 432 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2006.

LEAL, Caroline Pereira. Festa de Porto Alegre: Evas e Marias nas Redes do Poder (1906-1914). 246 f. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005.

LERMEN, Gisela Anna Buettner. Mulheres e Igreja – memórias desafiadoras; contribuições ao resgate da história de mulheres imigrantes alemãs católicas, na região colonial alemã do Brasil meridional, durante a época da Restauração Católica (1850-1939). Tese (Doutorado em História) – Universidade Vale Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2005.

- LIA, Cristine Fortes. *Bons Cidadãos: a Comunidade Judaica do RS Durante o Estado Novo (1937-1945)*. 308 f. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2004.
- LIMA, Ana Paula Almeida. *Engenheiros Fardados no Império: a Modernidade no Pensamento dos Egressos da Escola Militar*. 2 volumes. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013.
- LIMA, Laura Ferrazza de. *Na Trama Das Aparências: Moda e Arte na Obra de Antoine Watteau (1684 – 1721)*. 2015. 328 f. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015.
- LIMA, Raquel Rodrigues. *Edifícios de apartamentos: um tempo de modernidade no espaço privado. Estudo da radical Independência / 24 de outubro - Porto Alegre nos anos 50*. 336 f. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005.
- LIMA, Solimar Oliveira. *Braço Forte – Trabalho Escravo nas Fazendas da Nação no Piauí: 1822-1871*. 158 f. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2001.
- LIMA, Taís Vargas. *Estudo das representações rupestres do Rio Grande do Sul/Brasil*. 166 f. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005.
- LINK, Rogério Sávio. *Vivendo entre mundos: o povo Apurinã e a última fronteira do Estado brasileiro nos séculos XIX e XX*. 358 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016.
- LOHN, Reinaldo Lindolfo. *Pontes para o Futuro: relações de poder e cultura urbana (Florianópolis, 1950-1970)*. 445 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2002.
- LOPES, Aldonei da Silva. *A Sojeicultura e o Desenvolvimento na Região Meridional de Mato Grosso do Sul (1950-1985)*. 2 volumes. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2000.
- LOPES, André Luís Borges. *‘Sanear, prever e embelezar’. O engenheiro Saturnino de Brito, o Urbanismo Sanitarista e o Novo Projeto do PRR para o Rio Grande do Sul (1908-1929)*. 224 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013.
- LOPES, Aristeu Elisandro Machado. *A República e seus símbolos: o ideário republicano e a imprensa ilustrada. Rio de Janeiro, 1868-1903*. 423 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010.
- LOPES, Fátima Marlise Marroni Rosa. *A Trajetória de Mario Osorio Marques na Construção do Desenvolvimento Regional: Ijuí –RS Segunda Metade do Século*. 363 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Vale Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2009.
- LUCAS, Taís Campelo. *Nazismo d’além mar: conflitos e esquecimentos (Rio Grande do Sul/Brasil)*. 226 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.
- MACHADO, Andréa Soler. *A Borda do Rio: POA – arquiteturas imaginárias como suporte para a construção de um passado*. 392 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2003.
- MACHADO, Ironita Adenir Policarpo. *Judiciário, Terra e Racionalidade Capitalista no Rio Grande do Sul (1889-1930)*. 300 f. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.
- MACHADO, Nara Helena Naumann. *Modernidade, Arquitetura e Urbanismo: o Centro de Porto Alegre (1928-1945)*. 1998. 2 volumes. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1998.

- MACHADO, Sílvio Romero Martins. A internacionalização da empresa brasileira de 1980 aos anos 2000: a atuação do aparelho de estado no processo de inserção internacional. 2011. 192 f. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.
- MACHADO, Vanderlei. Entre Apolo e Dionísio: a imprensa e a divulgação de um modelo de masculinidade urbana em Florianópolis (1889-1930). 302 f. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.
- MAGALHÃES, Doris Rejane Fernandes. Terras, Senhores, Homens livres, Colonos e Escravos na ocupação da Fronteira no Vale do Sinos. Tese (Doutorado em História) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2003.
- MAGALHÃES, Magna Lima. Entre a Preteza e a Brancura brilha o cruzeiro do Sul: associativismo e Identidade Negra em uma localidade Teuto-Brasileira (Novo Hamburgo/RS). 219 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2010.
- MAGALHÃES, Maria das Graças Santos Dias. Amazônia brasileira: processo histórico do extrativismo vegetal na mesorregião sul de Roraima. 314 f. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006.
- MAIA, José Sávio da Costa. A florestania, o desenvolvimento (in)sustentável e as novas fronteiras da sociodiversidade no vale do rio acre na virada do século XX: o caso dos trabalhadores extrativistas. 352 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.
- MALACARNE, Cassiano. Decretales d. Gregorii papae IX (Liber Extra). Decretais de Gregório IX (livro 5, títulos 1-2). Tradução com notas e introdução. 534 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016.
- MALAVOTA, Cláudia Mortari. Os africanos de uma vila portuária do sul do Brasil: criando vínculos parentais e reinventando identidades. Desterro, 1788/1850. 204 f. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.
- MANSAN, Jaime Valim. Subversivos: ditadura, controle social e educação superior no Brasil (1964-1988). 396 f. 2014. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014.
- MARONEZE, Luiz Antônio Gloger. Porto Alegre em dois cenários: a nostalgia da modernidade no olhar dos cronistas. 258 f. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.
- MAROSO, Gilmar Mantovani. O mercado de terras e as transformações na sociedade agrária, na Região de Cruz Alta – RS, a partir do avanço da produção de grãos, entre os anos de 1994 / 2004. 285 f. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2004.
- MARQUES, Fernando Luiz Tavares. Modelo da Agroindústria Canavieira Colonial no Estuário Amazônico: estudo arqueológico de engenhos dos séculos XVIII e XIX. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2004.
- MARQUETTI, Délcio. Matem que eu respondo!: militares e imigrantes poloneses na Zona Estratégica do Paraná (virada do século XIX para o século XX). 290 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2015.
- MARTINI, Maria Luiza Filippozzi. Teatro e história: uma experiência de historiografia. 255 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2002.
- MARTINS, Jefferson Teles. O Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul e o Espaço Social dos Intelectuais: Trajetória Institucional e Estudo das Redes de Solidariedade (e Conflitos) entre Intelectuais (1920-1956). 280 f. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre,

- MARTINS, Luis Carlos dos Passos. A grande imprensa liberal da Capital Federal (RJ) e a política econômica do segundo governo de Vargas (1951 – 1954): conflito entre projetos de desenvolvimento nacional. 362 f. 2010. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010.
- MARTINS, Marisângela Terezinha Antunes. A Esquerda de seu Tempo: escritores e o Partido Comunista do Brasil (Porto Alegre / 1927-1957). 2012. 340 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.
- MARTINS, Rodrigo Perla. A produção calçadista em Novo Hamburgo e no Vale do Rio do Sinos na industrialização brasileira: exportação, inserção comercial e política externa: 1969-1979. 198 f. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.
- MATOS, Júlia Silveira. O ideário nacionalista nos escritos de Sérgio Buarque de Holanda e Assis Chateaubriand (1929-1932). 373 f. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.
- MATTAR, Leila Nesralla. A modernidade de Porto Alegre: arquitetura w espaços urbanos plurifuncionais em área do 4º distrito. 353 f. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010.
- MATTOS, Carlinda Maria Fischer. A classificação nos seres no lapidário de Alfonso X, o Sábio. 298 f. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.
- MAUCH, Cláudia. Dizendo-se autoridade: polícia e policiais em Porto Alegre, 1896-1929. XXXF. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.
- MELLO, Paulo Jobim Campos. Análise de sistemas de produção e da variabilidade tecnofuncional de instrumentos retocados: as indústrias líticas de sítios a céu aberto de vale do Rio Manso (Mato Grosso, Brasil) variabilidade tecnofuncional de instrumentos retocados: as indústrias líticas de sítios a céu aberto de vale do Rio Manso (Mato Grosso, Brasil). 2005. 306 f. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005.
- MÉNDEZ, Natalia Pietra. Com a palavra, o segundo sexo: percursos do pensamento intelectual feminista no Brasil dos anos 1960. 301 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.
- MENEGOTTO, Renato Gilberto Gama. Cultura arquitetônica italiana na construção de residências em Porto Alegre: 1892-1930. 295 f. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.
- MEYRER, Marlise Regina. Representações do desenvolvimento nas fotorreportagens da Revista O Cruzeiro (1955-1957). 257 f. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.
- MICHELON, Francisca Ferreira. Cidade de Papel: a modernidade nas fotografias impressas de Pelotas (1913-1930). 547 f. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2001.
- MONTEIRO, Katani Maria Nascimento. Entre o Vinho e a Política: Uma biografia de Celeste Gobbato (1890-1958). 209 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.
- MONTICELLI, Gislene. Arqueologia em obras de Engenharia no Brasil: uma crítica aos contextos. 2005. 370 f. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015.
- MORAES, Gilmar Ferreira de. O Rio Grande do Sul como Segundo Polo Industrial do País: Uma Análise da Abertura Empresarial Gaúcha a uma Nova Ordem Econômica (1971 – 1974). 222 f. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.

MORAES, Laura do Nascimento Rotolo de. Cães, Vento Sul e Urubus. Higienização e Cura em Desterro/Florianópolis 1830-1918, 2000. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.

MORAES, Thiago Aguiar de. Os agentes do Instituto de pesquisa e Estudos Sociais (IPÊS) e suas carreiras públicas federais: entre a continuidade burocrática e a colonização do Estado pós-1964. 164 f. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016.

MORAES, Tobias Vilhena de. Preservação Arqueológica e ação Educativa nas Missões. 223 f. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014.

MOREIRA, Paulo Roberto Staudt. Os Cativos e os Homens de Bem: práticas e representações sobre cativo e liberdade em Porto Alegre na Segunda metade do século XIX. 704 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2001.

MOTTER, Ana Elisete. Representações da identidade do Tocantins na Literatura e na Imprensa (1989-2002). 157 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2010.

MOURA, Rosa Maria Garcia Rolim de. Habitação popular em Pelotas (1880-1950): entre políticas públicas e investimentos privados. 249. Tese (Doutorado em História) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2006.

MÜLLER, Dalila. Feliz a população que tantas diversões e comodidade goza: espaços de sociabilidade em Pelotas (1840-1870). 399 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2010.

MUNDIM, Luiz Felipe Cezar. O público organizado para a luta: cinema do povo na França e a resistência do movimento operário ao cinema comercial (1895-1914). 290 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2016.

NAGEL, Liane Maria. As Missões no imaginário e nas representações das Artes Visuais. Rio Grande do Sul, segunda metade do século XX. 331 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2004.

NASCIMENTO, Dorval do. Faces da Urbe: Processo Identitário e Transformações Urbanas em Criciúma/SC (1945-1980). 252 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006.

NASCIMENTO, Fernanda de Santos. A Imprensa Periódica Militar no Século XIX: Política e Modernização no Exército Brasileiro (1850-1881). 473 f. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015.

NASCIMENTO, José Antônio Moraes do. Derrubando florestas, plantando povoados: a intervenção do poder público no processo de apropriação da terra no norte do Rio Grande do Sul. 400 f. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.

NASCIMENTO, Mara Regina do. Irmandades leigas em Porto Alegre. Práticas funerárias e experiência urbana – séculos XVIII e XIX. 362 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006.

NASCIMENTO, Marcélia Marques do. Pedra que te quero palavra: discursividade e semiose no (com) texto arqueológico da tradição Itaparica. 195 f. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010.

NEUMANN, Rosane Márcia. Uma Alemanha em miniatura: o projeto de imigração e colonização étnico particular da Colonizadora Meyer no Noroeste do Rio Grande do Sul (1897-1932). 632 f. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

- NICOLAZZI, Fernando Felizardo. Um estilo de história: a viagem, a memória, o ensaio. Sobre Casa Grande e Senzala e a representação do passado. 411 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.
- NODARI, Eunice Sueli. A Renegociação da Etnicidade no Oeste de Santa Catarina (1917-1954). 323 f. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1999.
- NOGUEIRA, Maristel Pereira. O anticomunismo nos jornais: Correio do Povo, Diário de Notícias e Última Hora, uma perspectiva de análise. 298 f. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.
- NÓLIBOS, Paulina Terra. Eros e bias entre Helena e Cassandra: gênero e violência no imaginário clássico ateniense. 346 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006.
- NORDIN, Nei Marcos Aibar. De como ‘escrever verdade sem outra mestura’: estratégias discursivas na obra do cronista Fernão Lopes. 223 f. 2011. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.
- NORONHA, Andrius Estevam. Beneméritos empresários: História Social de uma elite de origem imigrante do sul do Brasil (Santa Cruz do Sul, 1905-1966). 370 f. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.
- NORONHA, Márcio Pizarro. Corpos e Figuras. Imagens do Corpo Feminino e as Figurações do Sujeito na Iconografia de Goya: o Caso da Maja Desnuda. 218 f. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1998.
- NUNES, Heliane Müller de Souza. Crescimento e distribuição da renda no Brasil: o debate na história (1950-1974). 293 f. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006.
- NUNES, José Luiz Martins. Censura e Imprensa no Estado Novo: os articulistas do Correio do Povo. 273 f. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2002.
- OGNIBENI, Denise. Charqueadas pelotenses do século XIX: cotidiano, estabilidade e movimento. 277 f. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005.
- OLIVEIRA, Clarisse Ismério de. Igreja e Nacionalismo: o Movimento Renovador da Cristandade (1930-1945). Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1999.
- OLIVEIRA, Jorge Eremites de. Da pré-história à história indígena re)pensando a arqueologia e os povos canoieiros do pantanal. 466 f. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2002.
- OLIVEIRA, Júlio César de. A matriosca municipal: a transformação da Federação de Associações (FAMERGS) em Federação de Sindicatos (FESISMERS) (1979-1992). 394 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2016.
- OLIVEIRA, Lisandre Medianeira de. O PSD no Rio Grande do Sul: o diretório mais dissidente do país nas páginas do Diário de Notícias. 280 f. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.
- OLIVEIRA, Márcia Ramos de. Uma Leitura Histórica da Produção Musical de Lupicínio Rodrigues. 304 f. 2002. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2002.
- OLIVEIRA, Maria Cristina Tenório de. O Lugar dos Aventureiros: Identidade, Dinâmica de Ocupação e Sistema de Trocas no Litoral do Rio de Janeiro há 3500 Anos Antes do Presente. 597 f. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2003.

- OLIVEIRA, Osvaldo André. Os povos caçadores e coletores que habitaram as margens da Lagoa Mirim. 144 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2014.
- OLIVEIRA, Rodrigo Santos de. Imprensa Integralista, Imprensa Militante (1932-1937). 388 f. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.
- OLIVEIRA, Vinícius Pereira. Sobre águas revoltas: cultura política maruja na cidade portuária de Rio Grande/RS (1835-1864). 296 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013.
- ORTIZ, Helen Scorsatto. Costumes e Conflitos: a luta pela terra no norte do Rio Grande do Sul (Soledade 1857-1927). 261 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014.
- PACHECO, Ricardo de Aguiar. A vaga sombra do poder: vida associativa e cultura política na Porto Alegre na década de 1920. 327 f.. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2004.
- PANIAGUA, Edson Romário. A Construção da Ordem Fronteiriça: Grupos de poder e estratégias eleitorais na Campanha Sul-rio-grandense (1852-1867). 414 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2012.
- PEIRUQUE, Elisabete Carvalho. A História do Cerco de Lisboa: da representação factual à representação do imaginário. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2003.
- PEIXOTO, Luís dos Santos. A ocupação dos povos indígenas pré-coloniais nos grandes lagos do Pantanal Sul-Matogrossense. 262 f. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2003.
- PEIXOTO, Maitê. Identidades figuradas na cultura do trabalho: a partilha da experiência visual e a construção da identidade operária através da produção imagética vinculada à imprensa operária e sindical no Brasil (1910-1935). 628 f. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016.
- PENNA, Rejane Silva. Fontes orais e historiografia do Rio Grande do Sul. Novas perspectivas ou falsos avanços? 235 f. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2003.
- PEREIRA, Ana Lúcia Danilevicz. África do Sul e Brasil: dois caminhos para a transição ao pós-Guerra Fria (1984-1994). 186 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.
- PEREIRA, Elenita Malta. A ética do convívio ecossustentável: uma biografia de José Lutzenberger. 630 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016.
- PEREIRA, Lúcia Regina Brito. Cultura e Afrodescendência: organizações negras e suas estratégias educacionais em Porto Alegre (1872-2002). 302 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.
- PEREIRA, Walmir da Silva. Patrimônio Cultural e Nova História Indígena nas Terras Baixas da América do Sul: Os Guarani MBYA entre CLIO, CRONOS e MNEMOSINE. 347 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2009.
- PESTANA, Marlon Borges. Povoadores do rio Jauru: arqueologia pré-colonial e fronteira no povoamento do extremo oeste brasileiro. 295 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2014.
- PETERSEN, Áurea Terezinha Tomatis. Trabalho no Banco: Trajetória de mulheres gaúchas desde 1920. 384 f. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1999.

PETIZ, Silmei de Sant'ana. Caminhos Cruzados: Famílias e Estratégias Escravas na Fronteira Oeste do Rio Grande de São Pedro (1750-1835). 322 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2009.

PEZAT, Paulo Ricardo. Carlos Torres Gonçalves, a família, a pátria e a humanidade: a recepção do positivismo por um filho espiritual de Auguste Comte e de Clotilde de Vaux no Brasil (1875-1974). 560 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2003.

POMMER, Roselene Moreira Gomes. Missioneirismo: a produção de uma identidade regional. 323 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2008.

POSSAMAI, Zita Rosane. Cidade fotografada: memória e esquecimento nos álbuns fotográficos – Porto Alegre, décadas de 1920 e 1930. 287 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005.

POUGUET, Martial Raymond Henri. Chronologie de la période céramique de l'archéologie amazonienne réflexions théoriques ó méthodologiques. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2002.

PUREZA, Fernando Cauduro. Isso não vai mudar o preço do feijão: as disputas em torno da carestia em Porto Alegre (1945 a 1964). 353 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016.

QUEIRÓS, César Augusto Bubolz. Estratégias e Identidades: relações entre governo estadual, padrões e trabalhadores nas greves da Primeira República em Porto Alegre (1917/1919). 259 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.

QUEVEDO, Éverton Reis. Uma mão protetora que os desvie do abismo: Sociedade Portuguesa de Beneficência de Porto Alegre e seu hospital (1854-1904). 233 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2008.

QUINSANI, Rafael Hansen. A revolução em película: a relação cinema-história e a construção do paradigma historiográfico. 312 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015.

QUINTO, Cláudia Catarina Dominguez. Entre memória e humor: Porto Alegre nas crônicas de Renato Maciel de Sá Jr. 242 f. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.

RADÜNZ, Roberto. A terra da Liberdade: O protestantismo luterano em Santa Cruz do Sul no Século XIX. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2003.

RAHMEIER, Andrea Helena Petry. Relações diplomáticas e militares entre a Alemanha e o Brasil: da proximidade ao rompimento (1937-1942). 390 f. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

RAHMEIER, Clarissa Sanfelice. A experiência da paisagem estancieira: um estudo de caso em arqueologia fenomenológica Estância Vista Alegre, Noroeste do Rio Grande do Sul. 246 f. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.

RAMOS, Antonio Dari. Exemplaridade e Mortificação no centro da ação missionária jesuítica nas reduções de Guarani do século XVII. 250 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2005.

RAMOS, Heloisa Elena Capovilla da Luz. O teatro da Sociabilidade. Um estudo dos Clubes Sociais como espaços de representação das elites urbanas alemãs e teuto-brasileiras: São Leopoldo, 1850-1930. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2000.

RAVAZZOLO, Angela. A escrita da História por jornalistas: diálogos e distanciamentos com a historiografia acadêmica. O caso de Elio Gaspari. 176 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.

REINHEIMER, Dalva Neraci. A navegação fluvial na República Velha Gaúcha, iniciativa privada e setor público: ações e implicações dessa relação. 238 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2007.

REMEDI, José Martinho Rodrigues. Palavras de honra: um estudo da honorabilidade na sociedade Sul-Rio-Grandense do século XIX, a partir dos romances de Caldre e Fião. 307 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2011.

RIBEIRO, Carmem Adriane. Imagens negociadas: retratos de família pelas lentes do Estúdio Foto Klos nas décadas de 1930 e 1940 em Panambi – RS. 252 f. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015.

RIBEIRO, Elones Fernando. A formação do piloto de linha aérea: caso VARIG. O ensino aeronáutico acompanhando a evolução tecnológica. 2008. 386 f. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.

RIBEIRO, Luiz Dario Teixeira. Capítulos sobre a História do Século XX. 281 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013.

RIBEIRO, Marilene da Cunha. A construção do imaginário da mulher brasileira na fronteira oeste do Rio Grande do Sul: o que revelam os jornais do período de 1890 a 1910. 138 f. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.

RIBEIRO, Pedro Augusto Mentz. Arqueologia do Vale do Rio Pardo, RS, Brasil. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1991.

RIBEIRO, Sarah Iurkiv Gomes Tibes. O Horizonte é a terra: manipulação da identidade e construção do ‘ser’ entre os guaranis no oeste do Paraná (1977-1997). 354 f. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2002.

ROBIN, Sinara Santos. Conversas com açorianos: entre as memórias e os conflitos. 221 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2008.

ROCHA, Aristeu Castilhos da. O regime militar no livro didático de história do ensino médio: a construção de uma memória. 382 f. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.

RODEGHERO, Carla Simone. Memórias e Avaliações: norte-americanos, católicos e a recepção do anticomunismo entre 1945 e 1964. 447 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2002.

RODRIGUES, Celso. Razão e subjetividade na construção do pensamento brasileiro. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2002.

RODRIGUES, Cíntia Régia. As Populações Nativas Sob a Luz da Modernidade: a Proteção Fraternal no Rio Grande do Sul (1908 – 1928). 226 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2007.

RODRIGUES, Mara Cristina de Matos. Da crítica à história: Moysés Vellinho e a trama entre a província e a nação – 1925 a 1964. 242 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006.

ROEHE, Nara Simone. A indústria automobilística e a política econômica do governo Geisel: tensão em uma parceria histórica (1974-1978). 247 f. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.

ROGGE, Jairo Henrique. Fenômenos de Fronteira: um estudo das situações de contato entre os portadores das tradições cerâmicas pré-históricas no Rio Grande do Sul. 241 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2004.

ROSA, Michele Rossoni. Esquerdisticamente afinados: os intelectuais, os livros e as revistas das editoras Civilização Brasileira e Paz e Terra (1964-1969). 277 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.

ROSSATO, Luciana. A lupa e o diário: História Natural, viagens científicas e relatos sobre a Capitania de Santa Catarina (1763-1822). 468 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005.

ROSSINI, Miriam de Souza. As marcas do passado: o filme histórico como efeito do real. 382 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1999.

ROUSTON JÚNIOR, Eduardo. O Partido Federalista na Primeira República Brasileira: Imprensa e Discursos Parlamentares. 231 f. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016.

RÜCKERT, Fabiano Quadros. O saneamento e a politização da higiene no Rio Grande do Sul (1828-1930). 278 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2015.

SÁ JÚNIOR, Cláudio de. Fotografias da vida social. Identidades e visibilidades nas imagens publicadas na revista do globo (Rio Grande do Sul, década de 1930). 293 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2011.

SABALLA, Viviane Adriana. Indumentária, representação e narrativas visuais: a mulher como idealizadora de sua identidade na Porto Alegre de 1900-1920. 468 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010.

SANT'ANNA, Mara Rúbia. Aparência e Poder: novas sociabilidades urbanas em Florianópolis, entre 1950 e 1970. 696 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005.

SANTOS JÚNIOR, João Júlio Gomes dos. O Mais Esquisito dos Espetáculos: a Crise do Asilo Diplomático entre Brasil e Portugal em 1894. 2014. 270 f. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014.

SANTOS, Evandro dos. Ensaio sobre a constituição de uma ética historiográfica no Brasil oitocentista: Francisco Adolfo de Varnhagen, o historiador no tempo. 186 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014.

SANTOS, José Antônio dos. Prisioneiros da História. Trajetórias intelectuais na imprensa negra meridional. 281 f. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.

SANTOS, Juvandi de Souza. Cariri e Tarairiú? Culturas Tapuias nos Sertões da Paraíba. 2009. 2 volumes. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

SANTOS, Luciana Lopes dos. A mãe fundadora e os livros: um estudo sobre santidade e cultura escrita no Siglo de Oro. 253 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.

SANTOS, Nádia Maria Weber. Histórias de sensibilidades: espaços e narrativas da loucura em três tempos (Brasil, 1905/1920/1937). 385 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005.

SANTOS, Paulete Maria Cunha dos. Leolinda Daltro, A Caminhante do Futuro: uma análise de sua trajetória de catequista a feminista (Rio de Janeiro/Goiás – 1896 -1920). 163 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Vale Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2014.

SANTOS, Paulo Alexandre da Graça. Mensagem nas garrafas: o prático e o simbólico no consumo de bebidas em Porto Alegre (1875-1930). 308 f. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

SANTOS, Sandro Rogério dos. A Construção do Cooperativismo em Caxias do Sul: Cooperativa Vitivinícola Aliança (1931-2011). 296 f. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.

SANTOS, Tatiana de Lima Pedrosa. E eu que já fui uma brasa, se assoprarem posso acender de novo: arqueologia enquanto evento na trajetória de duas pioneiras. 162 f. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.

SAYÃO, Thiago Juliano. (Re)tratos insulares: representações das paisagens da Ilha de Santa Catarina (1890-1940). 261 f. 2011. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.

SCHALLENBERGER, Erneldo. O associativismo cristão no Sul do Brasil: a contribuição da Sociedade União Popular e da Liga das Uniões Coloniais para a organização e o desenvolvimento social sul-brasileiro. 179 f. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2001.

SCHEMES, Cláudia. Pedro Adams Filho: empreendedorismo, indústria calçadista e emancipação de Novo Hamburgo (1901-1935). 445 f. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006.

SCHERER JÚNIOR, Charles. A Revista Selecciones del Reader's Digest e a constituição dos estereótipos do american way of life: 1940/1950. 208 f. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

SCHIAVON, Carmem Gessilda Burgert. Estado Novo e relações luso-brasileiras (1937-1945). 304 f. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.

SCHMACHTENBERG, Ricardo. A arte de governar: Redes de poder e relações familiares entre os juízes almotacés na Câmara Municipal de Rio Pardo/RS, 1811-1830. 405 f. 2012. Tese (Doutorado em História) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2012.

SCHWARTSMANN, Leonor Carolina Baptista. Entre a Mobilidade e as Inovações: a Presença de Médicos Italianos no Rio Grande Do Sul (1892-1938). 284 f. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013.

SCOTTI, Zelinda Rosa. Que Loucura é essa? Loucas e Loucos Italianos no Hospício São Pedro em Porto Alegre/RS (1900-1925). 283 f. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013.

SÊGA, Rafael Augustus. A Revolução Federalista no Paraná e a Rearticulação da Vida Político-administrativa do Estado (1889-1907). 300 f. 2003. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2003.

SEGALA, Aldino Luiz. Circunstâncias, continuidades e rupturas: Professor Ernani Maria Fiori e sua geração. Tese (Doutorado em História) – Universidade Vale Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2005.

SELBACH, Jeferson Francisco. Muito além da Praça de José Bonifácio: as elites e os outsiders em Cachoeira do Sul pela voz do Jornal do Povo. 395 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2007.

SENNA, Adriana Kivanski de. As tentativas de implantação do divórcio absoluto no Brasil e a Imprensa Rio-Grandina (1889-1916). 290 f. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006.

- SERRES, Juliane Conceição Primon. Memórias do isolamento: trajetórias marcadas pela experiência de vida no Hospital Colônia Itapuã. 216 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2009.
- SEVERO, Fernanda Maria Duarte. A cidade criou a paisagem. Brasília e o projeto de reinvenção dos mitos nacionais. Tese (Doutorado em História) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2003.
- SEVERO, Gerson Egas. CLIO CONVOCADA História, Memória e Interpretação no Brasil no discurso presidencial brasileiro do século XX: Os casos de Getúlio Vargas e Fernando Henrique Cardoso. 362 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Vale Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2005.
- SILVA Júnior, Adhemar Lourenço da. As Sociedades de Socorros Mútuos: Estratégias Privadas e Públicas. Estudo centrado no Rio Grande do Sul-Brasil, 1854-1940. 2004. 2 volumes. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2004.
- SILVA, Adriana Fraga da. Meu avô era tropeiro!: identidade, patrimônio e materialidades na construção da Terra do Tropeirismo – Bom Jesus (RS). 261 f. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010.
- SILVA, Cleverson Rodrigues da. O Departamento Nacional do Trabalho (DNT) e a organização sindical na Era Vargas (1931-1945). 230 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2008.
- SILVA, Cristina Ennes de. Nas profundezas da terra: um estudo sobre a região carbonífera do Rio Grande do Sul. 392 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2007.
- SILVA, Guilherme Dias da. A recepção da antiguidade nas Inscrições e tradições da América prehistorica de Bernardo de Azevedo da Silva Ramos (1930-1939). 201 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015.
- SILVA, Haike Roselane Kleber da. A trajetória de uma liderança étnica: J. Aloys Friederichs (1868-1959). 332 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005.
- SILVA, Jaisson Oliveira da. Paul Ricoeur: a ética no cruzamento entre a prática historiadora e a condição histórica. 286 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015.
- SILVA, José Carlos Cardozo da. Como se fosse meu filho? As crianças e suas famílias no Juízo dos Órfãos de Porto Alegre (1860-1899). 340 f. 2003. Tese (Doutorado em História) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2003.
- SILVA, Lucia Silva e. Coronéis da Fronteira: Um Olhar Sobre a ‘Getulização’ do Brasil. 2000. 303 f. (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2000.
- SILVA, Marco Antônio Medeiros da. A Última Revolução: o Governo Leonel Brizola no Rio Grande do Sul, 1959-1963. 208 f. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015.
- SILVA, Mozart Linhares da. Formação da cultura jurídica moderna brasileira: os cursos jurídicos de Olinda e São Paulo e o código criminal de 1830 no processo de estruturação do Estado-Nação. 527 f. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2001.
- SILVA, Nauber Gayski da. O mínimo em disputa: salário mínimo, política, alimentação e gênero na cidade de Porto Alegre (1940-1968). 385 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014.
- SILVA, Neli Schafer Tesch da. A compreensão jesuítica da identidade (étnica) teuto-brasileira católica rural no Rio Grande do Sul: instrumento (de poder) do Projeto de Restauração Católica Regional (1872-1961) - Rio Grande do Sul. Tese (Doutorado em História) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2003.

- SILVA, Raquel Padilha da. A Cidade de Papel: a epidemia de peste bubônica e as críticas em torno da saúde pública na cidade do Rio Grande (1903-1904). 207 f. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.
- SILVA, Ricardo Oliveira da. Em busca da nação: interpretações da questão agrária brasileira em meados do século XIX. 252 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013.
- SILVA, Roger Costa da. Os crimes e os direitos: lutas escravas em Pelotas/RS (1845-1880). 2014. 229 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014.
- SILVA, Sérgio Roberto Rocha da. Porto Alegre, Curitiba e Florianópolis (1900-1940): monumentos, heróis e imaginário. 377 f. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.
- SILVA, Úrsula Rosa da. A Fundamentação Estética da Crítica de Arte em Ângelo Guido (a crítica de arte sob o enfoque de uma história das idéias). Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2002.
- SILVEIRA, Caren Santos da. A construção do sujeito representativo da oposição liberal nas páginas da revista *Veja* (1979-1988). 359 f. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010.
- SILVEIRA, Eder da Silva. Além da traição: Manoel Jover Teles e o comunismo no Brasil do século XX. 307 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Vale Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2013.
- SILVEIRA, Éder da. Tupi or not tupi: nação e nacionalidade em José de Alencar e Oswald de Andrade. 257 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2007.
- SILVEIRA, Marcos César Borges da. Herdeiros de Sísifo: trabalho e trabalhadores no norte goiano (1960-1970). 228 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.
- SIMÕES, Julia da Rosa. Na pauta da lei: trabalho, organização sindical e luta por direitos entre músicos porto-alegrenses (1934-1963). 224 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016.
- SIMON, Círio. Origens do Instituto de Artes da UFRGS: etapas entre 1908-1962 e suas contribuições na constituição de expressões de autonomia no sistema de artes visuais do Rio Grande do Sul. 561 f. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2002.
- SKOLAUDE, Mateus Silva. Raça e Nação em disputa: Instituto Luso-Brasileiro de Alta Cultura, 1ª Exposição Colonial Portuguesa e o 1º Congresso Afro-Brasileiro (1934-1937). 310 f. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016.
- SOARES, Fabrício Antônio Antunes. Farrapos de estórias: romance e historiografia da Farroupilha (1841-1999). 326 f. 2016. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016.
- SOARES, Ubirathan Rogério. Os processos de divórcio perpétuo nos séculos XVIII e XIX: entre o sistema de alianças e o regime da sexualidade. 313 f. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.
- SODRÉ, Elaine Leonara de Vargas. A disputa pelo monopólio de uma força (I)legítima: Estado e administração judiciária no Brasil Imperial (Rio Grande do Sul, 1833-1971). 415 f. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.
- SOSA, Derocina Alves Campos. História política do Brasil (1930-1946), sob a ótica da imprensa gaúcha. 203 f. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005.

- SOUZA, Carla Monteiro de. História, Memória e Migração: Processos de Territorialização e Estratégias de Inserção Entre Migrantes Gaúchos Radicados em Roraima. 309 f. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2004.
- SOUZA, Márcio de. Mágoas do violão: mediações culturais na música de Octávio Dutra (Porto Alegre, 1900-1935). 224 f. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010.
- SPERANZA, Clarice Gontarski. Cavando direitos – as leis trabalhistas e os conflitos entre trabalhadores e patrões nas minas do Rio Grande do Sul nos anos 40 e 50. 272 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.
- SPONCHIADO, Breno Antônio. Mons. Vitor Battistella: Padre e Caudilho. 590 f. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2003.
- STEFANELLO, Liriana Zanon. Memórias familiares: um estudo da imigração italiana na quarta colônia imperial (Rio Grande do Sul, Brasil). 292 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2015.
- STEPHANOU, Alexandre Ayub. O procedimento Racional e Técnico da Censura Federal Brasileira como Órgão Público: um processo de modernização burocrática e seus impedimentos (1964-1988). 349 f. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005.
- STORMOWSKI, Márcia Sanocki. Interpretações sobre a pobreza na época do desenvolvimento: análise dos discursos de Vargas e J. K. 230 f. 2011. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.
- SZATKOSKI, Elenice. O Jornal Panfleto e a construção do brizolismo. 191 f. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.
- TAVARES, Thiago Alves Nunes Rodrigues. Da tragédia à epopéia: O agenciamento das memórias em Francisco Adolfo de Varnhagen (1838-1835). Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.
- TEDESCHI, Losandro Antonio. Mulheres camponesas da região noroeste do Rio Grande do Sul: identidades e representações sociais (1970-1990). 240 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2007.
- TEIXEIRA, Igor Salomão. Hagiografia e processo de canonização: a construção do tempo da santidade de Tomás de Aquino (1274-1323). 187 f. 2011. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.
- THIESEN, Beatriz Valladão. Fábrica, Identidade e Paisagem Urbana: arqueologia da Bopp Irmãos (1906-1924). 272 f. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005.
- TOCCHETTO, Fernanda Bordin. Fica Dentro ou Joga Fora? Sobre Práticas Cotidianas em Unidades Domésticas na Porto Alegre Oitocentista. 326 f. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2004.
- TOMASCHEWSKI, Cláudia. Entre o Estado, o Mercado e a Dádiva: a Distribuição da Assistência a partir das Irmadades da Santa Casa de Misericórdia nas Cidades de Pelotas e Porto Alegre, Brasil, c.1847-c.1891. 242 f. 2014. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014.
- TORRES, Luiz Henrique. Historiografia Sul-Riograndense: O Lugar das Missões Jesuítico-Guaranis na formação Histórica do Rio Grande do Sul (1819-1975). Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1997.

- TORRES, Mateus Gamba. Política, discurso e ditadura: o Supremo Tribunal Federal nos julgamentos dos recursos ordinários criminais (1964-1974). 218 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014.
- TORRESINI, Elisabeth Wendhausen Rochadel. Modernidade e Exercício da Medicina no Romance Olhai os Lírios do Campo (1938), de Érico Veríssimo. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2002.
- TRAMONTINI, Marcos Justo. A Colônia de São Leopoldo: a organização Social dos Imigrantes na Fase Pioneira (1824-185). 1997. 404 f. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1997.
- TRUSZ, Alice Dubina. Entre lanternas mágicas e cinematógrafos: as origens do espetáculo cinematográfico em Porto Alegre. 1861-1908. 421 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.
- UBERTI, Hermes Gilber. Abençoando neófitos, tecendo redes sócio-familiares na Freguesia de São Vicente (Vale do Jaguari - RS, 1854-1912). 266 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Vale Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2016.
- VALDUGA, Gustavo. Para Além do Coronelismo: Italianos e Descendentes na Administração dos Poderes Executivos da Região Colonial Italiana do Rio Grande do Sul (1924-1945). 2012. 294 f. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.
- VALENTINI, Delmir José. Atividades da Brazil Railway Company no Sul do Brasil: a instalação da Lumber e a Guerra na Região do Contestado (1906-1916). 301 f. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.
- VANNINI, Ismael Antônio. História, sexualidade e crime: imigrantes e descendentes na região colonial italiana do Rio Grande do Sul (1938/1958). 248 f. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.
- VARELLA, Flavia Florentino. Reunindo o passado: contextos discursivos e linguagens historiográficas na History of Brazil de Robert Southey. 324 f. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015.
- VECCHIA, Agostinho Mario Dalla. As Noites e os Dias – Elementos para uma economia política da forma de produção filhos de criação. 307 f. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1997.
- VENDRAME, Maíra Ines. Ares de Vingança: Redes Sociais, Honra Familiar e Práticas de Justiça entre Imigrantes Italianos no Sul do Brasil (1878-1910). 477 f. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013.
- VERRAN, Rossana Samarani. Inventário científico do Brasil no século XVIII: a contribuição de Alexandre Rodrigues Ferreira para o conhecimento da natureza e dos índios. 257 f. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006.
- VIANA, Sibeli Aparecida. Variabilidade tecnológica dos sistemas de debitação e de confecção dos instrumentos lascados de sítios lito-cerâmicos da região do Rio Mansomt. 343 f. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005.
- VIANNA, Marcelo. A Formação e Controle do Campo da Informática Brasileira: as experiências do GTAC/GEACE e da CAPRE (1958-1979). 565 f. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016.
- VICENZI, Renilda. Nos Campos de Cima da Serra, ES: ser preto, pardo e branco na Vila de Lages, 1776-1850. 233 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2015.

VIEGAS, Danielle Heberle. O planejamento da região metropolitana de Porto Alegre/RS a partir da cooperação técnica entre o Brasil e a república federal da Alemanha (1963-1978). 325 f. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016.

VIEIRA, Sonia Bressan. Sobre as ruínas do templo. (porque templo já não é): história municipal de São Luiz Gonzaga (1880-1932). 531 f. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010.

VIOLA, Solon Eduardo Annes. Direitos Humanos e Democracia no Brasil. Tese (Doutorado em História) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 20105.

WAGNER, Gustavo Peretti. Sambaquis da Barreira da Itapeva. Uma perspectiva geoarqueológica. 241 f. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

WEBER, Roswithia. Mosaico identitário: História, identidade e turismo nos municípios da Rota Romântica – RS. 310 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006.

WEIZENMANN, Tiago. Sou, como sabem...: Karl von Koseritz e a imprensa em Porto Alegre no século XIX (1864-1890). 369 f. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015.

WENCZENOVICZ, Thaís Janaina. Luto e silêncio: doença e morte na área de colonização polonesa no Rio Grande do Sul (1910-1945). 275 f. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.

WITT, Marcos Antônio. Em busca de um lugar ao sol: anseios políticos no contexto da imigração e da colonização alemã (Rio Grande do Sul – Século XIX). 409 f. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.

ZANELATTO, João Henrique. Região, etnicidade e política: o Integralismo e as lutas pelo poder político no sul catarinense na década de 1930. 373 f. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.

ZUCH, Jefferson Luciano Dias. Arqueologia no médio vale do rio dos Sinos e vale do rio Paranhana: o processo de ocupação pelos grupos ceramistas das tradições taquara e tupi-guarani. 209 f. 2015. Tese (Doutorado em História) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2015.

APÊNDICE C – MODELO DE FICHAMENTO

| FONTE | | | | | |
|-------------|-------------------------|------------|---------|------------------------|-----------------------|
| | CARÊNCIAS DE ORIENTAÇÃO | CONCEPÇÕES | MÉTODOS | FORMAS DE APRESENTAÇÃO | FUNÇÕES DE ORIENTAÇÃO |
| ELEMENTOS | | | | | |
| OBSERVAÇÕES | ORIENTAÇÃO: | | | | |